

**Universidade do Minho**  
Instituto de Ciências Sociais

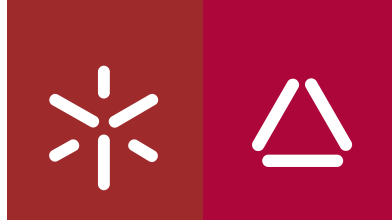
José Luís Ydrogo Villaverde M F Novais

**Revoluções Geminadas? O 25 de Abril visto  
pela revolução peruana**

Luís Novais **Revoluções Geminadas? O 25 de Abril visto pela revolução peruana**

UMinho | 2019

janeiro de 2019



**Universidade do Minho**  
Instituto de Ciências Sociais

José Luís Ydrogo Villaverde M F Novais

**Revoluções Geminadas? O 25 de Abril visto  
pela revolução peruana**

Dissertação de Mestrado  
Mestrado em História

Trabalho efetuado sob a orientação da  
**Professora Doutora Maria de Fátima da Cunha de Moura  
Ferreira**

## DECLARAÇÃO

**Nome:** José Luís Ydrogo Villaverde M F Novais

**Endereço electrónico:** [luis@novais.eu](mailto:luis@novais.eu)

**Telefone:** +51956707692

**Número do Bilhete de Identidade:** 07302802

**Título dissertação:** Revoluções Geminadas? O 25 de Abril visto pela revolução peruana.

**Orientadora:** Professora Doutora Maria de Fátima da Cunha de Moura Ferreira

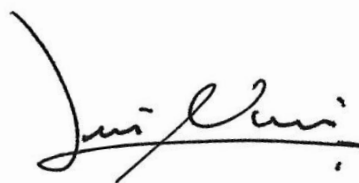
**Ano de conclusão:** 2019

**Designação do Mestrado:** História

1. É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA DISSERTAÇÃO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE;

Universidade do Minho, 28/01/2019

Assinatura:



## **Del Viento a Yvonne**



## **AGRADECIMENTOS**

Um trabalho académico como este não nasce sem um grande investimento pessoal, expresso em horas despendidas por arquivos, bibliotecas e alfarrabistas. Depois do trabalho de campo, vem a sistematização, o cruzamento de dados, a formulação duma ideia geral e, por fim, entregamo-nos a redigir. São meses de ausência, de alheamento e encerramento.

Os grandes prejudicados são os próximos, a família. Por isso, o primeiro agradecimento tem de ser esse, à minha mulher, Yvonne, aos meus filhos, José Luís, Manuel Inácio, Luís Carlos e Facundo Luis. Este último, no Natal, chegou a dizer-me que iria procurar um livro para me oferecer, com o imaginário título de “Como terminar uma tese”.

Também no campo familiar, devo um agradecimento que vem de outra história, a minha pessoal. Foram o meu pai e a minha mãe que, desde a mais tenra idade, me inculcaram este gosto pela História, um interesse que ganhei de calções e nunca mais perdi. Sem as histórias da história que me contavam, sem os livros que nunca me negaram, provavelmente não teria descoberto a vocação duma vida.

Também a avó Luisa, sempre a contar histórias de família, ajudou-me desde cedo a perceber que, na aventura humana, o particular era reflexo do geral. A avó Joaquina levava-me de passeios e com ela visitei alguns dos primeiros museus, ajudando a florescer este gosto e este interesse. Ambas vivem, bem guardadas num cantinho da minha memória, e também muito lhes agradeço.

Entre os que vivem na memória, uma referência ao meu primo António Novais Machado, também ele licenciado em História e embaixador. A forma como me falava das relações internacionais, as conversas sobre História do pensamento onde sempre entrava o seu racionalismo cristão, dum lado, e o meu racionalismo agnóstico, do outro. Com ele correspondi-me desde o início da adolescência e foram muitas as conversas onde confrontávamos opostos, onde debatíamos desde Platão a Santo Agostinho ou Sartre. Com ele, aprendi que nunca entenderemos a História se nos agarrarmos ao preconceito das ideias que nos são próprias.

No campo dos agradecimentos impõe-se uma grande referência a uma pessoa tão essencial, que o trabalho nem sequer veria a luz do dia sem o seu apoio. Refiro-me à minha orientadora, Doutora Fátima Ferreira. Estando eu no Peru, foi uma orientação dificultada pela distância. Ainda assim, tudo aconteceu como se esse obstáculo não existisse, tal a sua disponibilidade, fosse por telefone, por correio electrónico, por videoconferência. A presença foi permanente, desde a difícil e indecisa fase da selecção do tema, até à escolha do método, terminando na evolução do próprio texto e, até, na especulação sobre essa futura aventura académica de maior fôlego que é o doutoramento. Trata-se dum apoio que agradeço muito e não poderei esquecer.

Aos colegas e amigos dos peripatéticos debates nunca acabados: O José Queiroga e o Guilherme Rego da Silva, a este último devendo-lhe a ideia do tema para esta tese. E neste capítulo dos condiscípulos da Universidade, também o Armando Gonçalves, grande amigo e com quem fui trocando impressões sobre este trabalho.

Uma grande referência ao Armando Malheiro da Silva. Foi graças a uma carta do Armando que tive o primeiro trabalho publicado numa revista, era eu então um estudante de licenciatura<sup>1</sup>. Foi também graças ao seu convite que integrei a equipa do meu primeiro projeto de investigação histórica<sup>2</sup>. Aliás, trata-se duma relação que tinha origem mais antiga, era eu um rapaz de 16 anos e não me autorizaram a consultar os Registos Paroquiais com que queria fazer um trabalho de genealogia. Foi o Armando, então técnico superior no Arquivo Distrital de Braga, quem me levou a falar com o diretor, o Dr Egidio Guimarães: os dois convencemo-lo, com alguma facilidade, de que poderia lidar com esses documentos.

Muito obrigado a todos! Muito obrigado a quem foi directamente interventor neste trabalho, muito obrigado a quem, no passado, me orientou o caminho, muito obrigado a quem, neste presente, me teve ausente.

---

<sup>1</sup> NOVAIS, Luis (1988). Braga em 1898. Um Conflito entre duas Burguesias: A industrial e a turística". *História*, (109, julho).

<sup>2</sup> NOVAIS, Luis, DAMÁSIO, Luis Pimenta de Castro, SILVA, Armando B. Malheiro da (1989). *Casas Armoriadas do Concelho dos Arcos de Valdevez*. Volume I. Separata de *Terras de Valdevez* (10, 1987).

## RESUMO

### **AS REVOLUÇÕES GEMINADAS: O 25 de Abril visto pela revolução peruana**

Enquanto em Portugal o 25 de Abril abria um processo revolucionário cheio de expectativas e também de utopias, no Peru o *Gobierno Revolucionario de la Fuerza Armada* já estava minado pela luta entre facções internas, pelo desgaste do confronto político com outras forças e entrava no último ano duma existência iniciada em 1968, na sequência dum golpe militar.

Apesar disso, o Governo do presidente Velasco Alvarado nunca perdeu o seu discurso revolucionário, o mesmo que o levou a concretizar algumas das medidas que também estiveram em discussão durante o PREC português: Reforma agrária, nacionalizações, terceiro-mundismo, autonomia frente às potências da Guerra Fria, participação social e o objectivo de construir um socialismo próprio, com raízes genuinamente nacionais. Desgastado por seis anos de intensas reformas políticas, o GRFA olhará para os acontecimentos em Portugal, usando-os e, por vezes, manipulando-os num processo de relegitimação transnacional com objectivos internos.





## **SUMMARY**

### **TWINNED REVOLUTIONS: The Portuguese 25<sup>th</sup> of April seen from the Peruvian revolution**

While in Portugal April 25 opened a revolutionary process full of expectations and also utopias, in Peru the *Gobierno Revolucionario de la Fuerza Armada* (Revolutionary Government of the Armed Forces) was already undermined by the struggle between internal factions, the weariness of the political confrontation with other forces and was the last year of its existence, started in 1968, after a military coup.

Despite this, the Government of President Velasco Alvarado has never lost his revolutionary speech, which has led him to concretize some of the measures that were also under discussion during the Portuguese revolutionary period: Agrarian reform, nationalization, third-worldism, autonomy against the powers of the Cold War, social participation and the goal of building a socialism of its own, with genuinely national roots.

Worn out by six years of intense political reform, the GRFA will look at events in Portugal, sometimes using them in a process of transnational legitimation with internal goals.



## **ABREVIATURAS**

**AFP:** Agence France Press

**ANSA:** Agenzia Nazionale Stampa Associata (agência noticiosa italiana)

**APRA:** Alianza Popular Revolucionaria Americana

**CEE:** Comunidade Económica Europeia

**CAEM:** Centro de Altos Estudos Militares

**CDS:** Partido do Centro Democrático Social

**CEPAL:** Comissão Económica para a América latina (ONU)

**CIA:** Central Intelligence Agency

**CSC:** Conferência para a Segurança e Cooperação na Europa

**FDGB:** Confederação Livre dos Sindicatos Alemães (RDA)

**GRFA:** Gobierno Revolucionário de la Fuerza Armada

**IPC:** International Petroleum Company

**IPS:** Inter Press Service (agência noticiosa)

**MFA:** Movimento das Forças Armadas

**MIR:** Movimiento de Izquierda Revolucionaria

**NOAL:** Movimento dos Não Alinhados

**MNE:** Ministério dos Negócios Estrangeiros

**PCE:** Partido Comunista Espanhol

**PCP:** Partido Comunista Português

**PPD:** Partido Popular Democrático

**PREC:** Período Revolucionário em Curso

**PS:** Partido Socialista (português)

**PSF:** Partido Socialista Francês

**PSOE:** Partido Socialista Obrero Espanhol

**PIDE:** Polícia Interna de Defesa do Estado

**RA:** Reforma Agrária

**RDA:** República Democrática da Alemanha

**RFA:** República Federal da Alemanha

**SED:** Partido Socialista Unido (RDA)

**SINAMOS:** Sistema Nacional de Mobilización Social

**SPD:** Partido Social Democrata Alemão (ocidental)

**UNO:** Unión Nacional Odrriista



## Conteúdo

AGRADECIMENTOS.....	v
RESUMO.....	vii
SUMMARY.....	ix
ABREVIATURAS.....	xi
INTRODUÇÃO.....	1
Objeto.....	1
Balizas cronológicas.....	1
O método.....	2
As motivações.....	5
I PARTE. “A REVOLUÇÃO PECULIAR”, antecedentes e causas da revolução peruana.....	7
I “LOS RÍOS PROFUNDOS”: Origem histórica da revolução peruana de 1968-1975.....	9
1.1. Um país, diversas identidades.....	10
1.2. A conquista e a colônia.....	15
1.3. Independência nacional, dependência social: a situação dos camponeses nativos.....	20
1.4. O despontar duma nova burguesia.....	25
1.5. Sindicalismo camponês, ocupações e guerrilha.....	29
1.6. Uma nova consciência nas Forças Armadas.....	33
1.7. <i>Gamonales</i> e capitalistas. O confronto entre duas burguesias.....	42
1.8. Peruanos e estrangeiros: O confronto capitalista.....	47
1.9. Conclusão: uma burguesia em duas frentes.....	51
II. IDENTIFICAÇÃO DUMA REVOLUÇÃO.....	55
2.1. A Revolução que veio de cima.....	55
2.2. A revolução nem comunista nem capitalista.....	59
2.3. “Participacionismo” contra democracia representativa.....	61
2.4. Nacionalismo.....	64
2.5. Reforma agrária.....	67
2.6. Indústria e recursos naturais.....	69
2.7. Política externa.....	74
2.8. Conclusão.....	81
III A QUEDA DUMA REVOLUÇÃO: “Liberais reformistas” e “radicais socialistas” num só governo.....	83
3.1. “Liberais reformistas” e “radicais socialistas”.....	84

3.2. Agitam-se as ruas .....	88
3.3. Isolados na frente regional.....	89
3.4. Conclusão .....	91
II PARTE – A REVOLUÇÃO PORTUGUESA NA EUROPA E NO MUNDO DO SEU TEMPO.....	93
IV 25 DE ABRIL: de nacional a internacional .....	95
4.1. Nacional na origem .....	95
4.2. A internacionalização .....	99
V A FRENTE MUNDIAL: Quando de fria, morna se faz a guerra.....	101
5.1. Um jogo entre potências.....	101
5.2. O amigo europeu .....	102
A revolução portuguesa na Europa do Sul .....	104
A Europa de Leste .....	107
Por terras gaulesas .....	108
O apoio da RFA .....	110
5.3. EUA: o lento despertar .....	112
5.4. Leste contra Leste.....	116
O catalisador oriental-alemão.....	116
O travão soviético .....	119
5.5. Não-Alinhados: a terceira frente .....	122
5.6. Conclusões .....	124
III PARTE – A REVOLUÇÃO PORTUGUESA NA REVOLUÇÃO PERUANA .....	127
INTRODUÇÃO.....	129
VI CONCEITOS DA REVOLUÇÃO PORTUGUESA: VISÃO PERUANA.....	131
6.1. O antigo-regime: de governo a fascista.....	131
6.2. A esquerda militar.....	135
6.3. A esquerda civil .....	140
6.4. A direita militar .....	144
6.5. A direita civil.....	149
6.6. O MFA .....	154
A Marinha e o MFA: caso de estudo .....	164
VII UMA REAÇÃO EM SEIS FASES .....	167
7.1. Surpresa .....	167
7.2. Explicação.....	169

7.3.Expetativa .....	178
7.4.Adesão.....	182
7.5.Dúvida .....	189
Parecidos, mas não tanto .....	189
Uma revolução com ameaças .....	196
7.6.De novo a expectativa .....	197
7.7.A revolução através da embaixada.....	199
VIII UM PROCESSO DE GEMINAÇÃO: revolução que legitima revolução.....	205
8.1.Origem do processo: Uma revolução de cima para baixo.....	207
Oficiais e revolucionários .....	208
Revolução de cima para baixo.....	209
8.2.Irmãs nas causas.....	210
8.3.O interesse de Portugal pelo Peru: notas da embaixada .....	212
8.4.Irmãs nos fundamentos.....	215
Nem comunistas nem capitalistas, nacionais .....	216
Uma revolução participacionista.....	219
Longe dos partidos, perto do coração .....	224
Jornal <i>República</i> , um caso de estudo .....	231
8.5.Reforma agrária, mas não tanto .....	233
8.6.Política económica .....	238
8.7.Política internacional .....	242
Autonomia .....	243
Terceiro mundismo.....	252
X CONCLUSÕES E HIPÓTESES DE ESTUDO .....	257
Conclusões .....	257
Hipóteses de estudo .....	262
BIBLIOGRAFIA.....	267





# INTRODUÇÃO

## **Objeto**

No dia 3 de outubro de 1968 os blindados saíram às ruas de Lima, depuseram o presidente eleito Fernando Belaunde Terry e impuseram um governo militar chefiado pelo então presidente do Comando Conjunto das Forças Armadas, General Velasco Alvarado.

Quatro anos antes, o governo agora deposto tinha iniciado o seu mandato com um programa reformista, mas, na prática política, mostrara-se incapaz de tornear os bloqueios impostos no parlamento, por uma aliança negativa entre a esquerda socialista da *Alianza Popular Revolucionaria Americana* (APRA) e a direita conservadora da *Unión Nacional Odríista* (UNO). Talvez por isso, nesse ano de 1968, os peruanos reagiram com indiferença ao que aparentemente seria apenas mais um golpe, como outros tantos na sua história, destinado a impor ordem e a manter as bases do sistema económico e social.

Rapidamente os militares se esforçaram por mostrar o contrário. Desta vez, vinham com o objectivo de concretizar profundas reformas, intitulando-se desde logo como *Gobierno Revolucionario*, nacionalizando empresas estrangeiras, reservando amplos setores da economia para o Estado e levando a cabo uma radical reforma agrária. São questões desenvolvidas no capítulo II deste trabalho.

O *Gobierno Revolucionário de la Fuerza Armada* (GRFA) começava naquele dia 3 de outubro de 1968 e manter-se-ia até 29 de agosto de 1975, quando um golpe palaciano, dado numa comunhão logo quebrada entre a esquerda e a direita do próprio regime, levou à queda de Velasco Alvarado, sentando no Palácio o seu primeiro-ministro, general Morales Bermudes, iniciando-se então uma marcha atrás na vontade reformista.

No dia 25 de abril de 1974 os tanques também saíam às ruas, desta vez num distante país chamado Portugal. Por essa altura, o governo de Velasco já acusava claros indícios de desgaste e entrava na sua reta final.

A revolução portuguesa acontecia num país europeu, fora também fruto duma acção militar executada de cima para baixo e continha, em si, muitas características com possível conexão ao processo peruano.

O Objeto desta tese é esse: Procurar qual foi o impacto, como foi vista e como se utilizou a revolução portuguesa no Peru de Velasco Alvarado.

## **Balizas cronológicas**

A definição do objeto clarifica o período de estudo. Este trabalho não é sobre a revolução portuguesa, mas sobre a peruana e a forma como esta encarou e usou aquela. Apesar de acrescentar conhecimento ao impacto internacional do 25 de Abril, o seu objeto de estudo é peruano. Por isso mesmo, as balizas cronológicas estão claramente definidas: começam na madrugada de 25 de abril de 1974 e terminam no dia 29 de agosto de

1975, quando cai Velasco Alvarado, enquanto ocorria em Lima uma conferência de ministros dos Negócios Estrangeiros do Movimento dos Não Alinhados (NOAL), uma reunião aberta por este presidente e encerrada pelo seguinte. Curiosamente, Rosa Coutinho estava presente como observador, chefiando uma delegação portuguesa e, como veremos, foi uma das estrelas mais destacadas pela imprensa peruana.

## **O método**

Estamos perante uma investigação histórica sobre a revolução peruana, na qual se analisa a forma como esta encarou os acontecimentos em Portugal, como os usou e, muitas vezes, manipulou.

Como veremos, o 25 de Abril aconteceu num período crucial para o GRFA, cada vez mais fracturado por conflitos internos e cercado pelas forças políticas opositoras, que conseguira manter sobre pressão durante seis anos. Este era o cenário no Peru quando tudo aconteceu em Portugal e, num cenário assim, é fácil intuir um relativo impacto e uma utilização política dos acontecimentos subsequentes ao 25 de Abril.

Com essa convicção, parti para o trabalho de recolha de fontes e então rapidamente ficou clara uma realidade superadora, e muito, da expectativa inicial.

As fontes usadas foram de três tipos: Imprensa, livros escritos na primeira pessoa por testemunhas dessa época e as informações enviadas para Lima pela embaixada do Peru em Lisboa. Tanto a imprensa como os ofícios do embaixador foram pesquisados a partir de 1 de janeiro de 1974, permitindo assim alguma integração do contexto imediatamente anterior à revolução portuguesa.

Adicionalmente, fiz uma entrevista a Rafael Roncagliolo<sup>3</sup>, em 1974 um jovem jornalista do peruano “Expreso”, apoiante do GRFA e alguém cuja opinião era frequentemente ouvida pelos generais. Entrevistei também o sociólogo Hugo Neira, também um apoiante de Velasco Alvarado, primeiro como assessor do *Sistema Nacional de Mobilización Social* (SINAMOS), depois como diretor do jornal “Correo”, entretanto intervencionado pelo Estado. Hugo Neira esteve em Portugal em 1975 como convidado do “Expreso”, tendo proferido uma conferência sobre a revolução peruana. Igualmente entrevistado, Mirko Lauer, jornalista no ativo mantendo uma coluna diária no jornal peruano *La Republica*, foi enviado especial do *La Prensa* a Portugal, em abril de 1975.

No tocante à imprensa, o objectivo inicial era pesquisar vários jornais e revistas. Nesse momento estava convencido de que a distância entre os dois países tivesse moderado a quantidade de referências à revolução portuguesa. Cheguei a pensar numa eventual falta de material de estudo.

---

<sup>3</sup> Rafael Roncagliolo foi ministro de *Relaciones Exteriores* (Negócios Estrangeiros) entre julho de 2011 e maio de 2013 e, na qualidade de jornalista, já o tinha entrevistado diversas vezes durante esse período.

Quando comecei a frequentar a Biblioteca Nacional do Peru, o problema inverteu-se: era imensa a quantidade de notícias, de notas informativas e de artigos de opinião. Entre o dia 25 de abril de 1974 e 29 de agosto de 1975, só no jornal *La Cronica*, um total de 408 títulos referiam-se à revolução portuguesa. Neste grupo estavam 357 notícias, 34 artigos de opinião e 22 primeiras páginas.

Se não delimitasse a análise, seria humanamente impossível terminar este trabalho num prazo razoável! Depois de conversar com a minha orientadora e com o seu acordo, tive então de tomar a opção de seleccionar apenas um jornal.

Essa escolha foi facilitada pela nacionalização dos jornais decretada pelo GRFA em junho de 1974, apenas um mês depois da revolução portuguesa. Acossado pela imprensa, Velasco Alvarado decidiu fazer aquilo a que chamou uma intervenção social, nacionalizando-a de forma encapotada. A lei previa a entrega de cada título a uma organização social, mas isso nunca chegaria a acontecer. O jornal *La Crónica* destinou-se a ser órgão do próprio Governo, sendo assim e à partida o mais fiel transmissor da visão oficial. Foi, por isso, o título escolhido para análise.

Outra fonte foram as informações enviadas pelo embaixador do Peru em Lisboa. A embaixada tinha grandes limitações humanas e logísticas, sendo composta apenas pelo embaixador Max de La Fuente Locker e pelo secretário Tomás Carril Romero. A situação piora em fevereiro de 1975, quando aquele adoece, sendo transferido para uma clínica na Suíça, onde acabaria por falecer. A partir dessa data, e até ao fim do nosso período de análise, o secretário passa a assinar os informes e será o único representante diplomático do Peru em Lisboa.

Enquanto estive em Portugal, o embaixador aproveitou todas as oportunidades para relembrar ao ministério a falta de condições de trabalho, seja quando mandava informação sobre notícias saídas na imprensa e lamentava não ter tradutor, seja quando se queixava de estar sem serviço de telex. E precisamente devido à impossibilidade de usar este meio, a primeira informação sobre o 25 de Abril foi enviada passados quatro longos dias, porque além do telex não funcionar, "*las comunicaciones por vía aérea estuvieron suspendidas hasta el día de hoy*"<sup>4</sup>.

Apesar de ser uma embaixada com claras dificuldades na recolha e envio de informações, encontrei bastantes informações uteis: Selecionei um total de 152, entre janeiro de 1974 e 28 de agosto de 1975, entre outras de carácter administrativo ou com dados sem interesse para esta investigação.

Não obstante não terem grandes novidades, estes dados foram importantes porquanto permitiram detetar as prioridades do GRFA relativamente ao conhecimento da revolução portuguesa. Além disso, foi muito interessante a informação enviada sobre artigos da imprensa portuguesa abordando a revolução peruana.

---

<sup>4</sup> Ofício de 29 de abril de 1974.

Entre 26 de março de 1974 e 29 de agosto de 1975, o embaixador identificou e referenciou um total de 45 menções, entre notícias e reportagens, algumas de grande dimensão e em importantes meios. A quantidade e a qualidade destes dados demonstra que, além da revolução portuguesa ter despertado atenção no Peru, também a peruana despertou em Portugal.

Com esta informação, ficará muito facilitada a elaboração do outro lado deste trabalho, ou seja, o impacto da revolução peruana na portuguesa. Apesar de não ter usado este material por estar fora do objeto de investigação, contei com o apoio da estudante de mestrado Carina Gomes que pesquisou, fotografou e me enviou os artigos constantes desta lista. Será um manancial muito útil para fazer esse outro trabalho, que talvez fique para o futuro ou para outro estudioso.

Quanto às fontes bibliográficas, há uma vasta lista de publicações do próprio período revolucionário peruano, indo da crítica ao panegírico, das descrições às análises, das entrevistas aos discursos.

A historiografia também já produziu bastantes investigações sobre o período de Velasco Alvarado. Em outubro de 2018, quando este trabalho estava na reta final, saiu o livro *La Caída de Velasco* do peruano e conceituado historiador António Zapata, que era impossível não considerar, obrigando-me a reescrever ou completar algumas passagens. Além de conter diversas e úteis novas sínteses, foi reconfortante verificar a bibliografia utilizada, por ser muito semelhante, dando-me assim algumas garantias de ter feito uma pesquisa adequada.

Devo fazer a ressalva de que, sendo este trabalho sobre o impacto político da revolução portuguesa no Peru, excluí a análise dos processos de descolonização, também eles bastante referidos nas fontes. Trata-se de tema merecedor duma análise autónoma, na perspetiva dum membro do NOAL como era o Peru, bem como da futura integração neste movimento de muitos dos novos países de expressão portuguesa. Esta exclusão levou-me a retirar do manancial de *La Crónica* 134 títulos referentes a estes processos (entre notícia, opinião e cinco primeiras páginas), ficando assim com 274 textos como fonte desta investigação: 223 notícias, 34 artigos de opinião e 17 primeiras páginas.

Quanto às citações, segui o modelo APA, optando por traduzir todas as referentes à bibliografia e às fontes impressas, exceto as de *La Crónica*. A quantidade de citações deste jornal e o facto de, muitas vezes, serem apenas pequenas frases inseridas noutras da minha autoria ou adaptação, tornariam esse trabalho interminável e pouco útil. Além disso, trata-se de citações que um leitor português médio pode facilmente entender e, quando surgiam palavras muito locais ou de possível interpretação dúbia, procedi ao devido esclarecimento. Fiz o mesmo com os ofícios da embaixada e pelos mesmos motivos.

## **As motivações**

Visitei o Peru pela primeira vez em outubro-novembro de 2006 para escrever o romance que viria a intitular-se *Quando o Sol se Põe em Machu Pichu*. Nessa altura conheci a Yvonne, uma atriz que representava o papel de Nina, em *A Gaivota* de Tchekhov. Fizemos amizade, deu-me um mote literário quando me contou uma antiga lenda inca e inspirou-me uma personagem. A partir daí visitei várias vezes o país e a Yvonne também foi outras tantas a Portugal. Casamos em janeiro de 2012 e, desde desse ano, vivo no Peru, primeiro como correspondente do jornal “Expresso”, levando-me a percorrer o país da costa à serra e da serra à selva e, mais tarde, acumulando com a função de professor de História da Cultura e Literatura Portuguesa, na Universidad Nacional Mayor de San Marcos, a maior do país e também a mais antiga das três américas; além disso, continuo a escrever e publicar ficção. Desde 2015 sou também cidadão peruano.

O tema proposto, devo dizer, foi-me sugerido pelo Guilherme Rego da Silva, grande amigo e discípulo de licenciatura na Universidade do Minho, onde hoje é professor no Instituto de Ciências da Educação. Este tema tinha um apelo afetivo, porquanto juntava os meus dois países numa só investigação. Além disso, respondia a um imperativo pragmático: fazia sentido numa Universidade portuguesa, mas só era possível investigá-lo no mesmo Peru onde vivo.

Além dos dois referidos fatores, pertenço a uma geração praticamente despertada para a política ao mesmo tempo de para a vida. Tinha oito anos quando se deu o 25 de Abril e o período revolucionário foi intensamente vivenciado na minha família. Lembro-me de ter escolhido um partido com essa idade, graças a muitas perguntas e às respostas ouvidas aos meus pais, ou na televisão ou, até, nos jornais que começavam a interessar-me, mesmo sem os entender completamente.

Acontecimentos como o 28 de Setembro, o 11 de Março ou a violência do Verão Quente, estão marcadas na minha memória em imagens a preto e branco de carros revistados por populares, sedes partidárias incendiadas, manifestações. Imagens que, nalguns casos, são a cores, porque directamente testemunhadas. Tenho o meu diário desse tempo, onde, com natural inocência, escrevia sobre uma possível guerra civil e o que faria a minha família no caso de acontecer o que, felizmente, não aconteceu.

Tenho também uma ideia vivenciada de quase todos os personagens da revolução e lembro-me perfeitamente de, tendo chegado da escola nessa manhã de abril, a minha mãe nos falar duma revolução em Lisboa. Eu e o meu irmão Nuno mentimos ao Paulo, o mais novo, falando da escola cercada por tanques de guerra e que até teríamos entrado num e confraternizado com os soldados.

Foi este conjunto de fatores, uns afetivos, outros pragmáticos, que, depois de muitos avanços e recuos com outros temas, me levaram a propor este.

Foi também muito emotivo fazer este mestrado e esta tese, permitindo-me uma espécie de regresso à História. Vivi um ambiente familiar de vocação histórica: desde a mais tenra idade, o meu pai, que me ensinou a ler, falava-me com emoção da civilização egípcia, da mesopotâmica, de gregos e romanos; também a minha mãe me alimentava o mesmo interesse, tanto que, mais tarde, igualmente se licenciou em História e é professora. Quando entrei na primeira classe, sabia o nome das pirâmides de Gizé, de faraós embalsamados, de imperadores romanos. Começavam a fazer-se as escavações de Bracara Augusta na colina de Maximinos, e aos fins-de-semana pedia que me levassem até lá, trazendo com infantil e inconsciente emoção pedaços de tégula, destinados ao que, na minha imaginação, me permitiria criar um museu pessoal.

Não admira a resposta que dei a uma das perguntas feitas pela D Mariazinha, a nossa professora, no primeiro dia de aulas da primeira classe: “O que querem os meninos ser quando forem grandes?” Respondi sem pensar duas vezes que “Historiador”, e nunca mais mudei de vocação, se bem a vida me tenha levado por outros caminhos, aparentemente não relacionadas, mas que sempre relatei. Num período em que fui gestor, afirmava praticar a História, argumentando que gerir é ter pensamento estratégico e o pensamento estratégico nasce da noção de tempo. Como jornalista internacional é clara a relação e, como escritor, tenho também na História uma base que me levou a criar romances e a interpretar personagens.

Por último, outro importante fator motivacional, foi a opção de fazer o mestrado na Universidade do Minho, a minha *alma mater*, da qual guardo grandes recordações desses anos de licenciatura. Essa mesma Universidade da qual fui três vezes presidente da Associação Académica e cujo traje fui o primeiro a vestir, depois de o encontrar nas então apenas manuscritas *Memórias de Ignacio José Peixoto*, que dormiam um sono de 200 anos no Arquivo Distrital de Braga, até o Professor Viriato Capela decidir despertá-las, publicando-as em 1992... também então, como presidente da AAUM, a História esteve presente.

Como diz o hino da nossa Universidade, “Estes anos são viagem” e, como em qualquer viagem, há um momento para partir e outro para regressar. É bom chegar a casa!

## **I PARTE. “A REVOLUÇÃO PECULIAR”<sup>5</sup>, antecedentes e causas da revolução peruana**

---

<sup>5</sup> “Peru: The Peculiar ‘revolution’” é o título dum artigo do historiador britânico HOBBSAWM, Eric J. (1971). *New York Review of Books*, 16 de dezembro. Inspirados neste artigo, também AGUIRRE, Carlos e DRINOT, Paulo (editores) (2018), editaram com o mesmo título uma compilação de artigos de diversos autores.





## I “LOS RÍOS PROFUNDOS”<sup>6</sup>: Origem histórica da revolução peruana de 1968-1975

“Se isto continuar assim, talvez tenhamos necessidade dum governo militar, ou até de tomar as rédeas do país”<sup>7</sup>. Segundo um testemunho, quem fazia este desabafo era nada menos do que o presidente do Comando Conjunto das Forças Armadas e Comandante Geral do Exército peruano, general Velasco Alvarado. Estávamos a 21 de abril de 1968 e os interlocutores foram dois oficiais de sua inteira confiança: Os coronéis Enrique Gallegos e Leónidas Rodrigues, respectivamente chefe e subdiretor dos serviços de inteligência do exército (Zimmermann Zavala, 1970, p. 36).

Passados seis meses, o mesmo general encabeçava um movimento militar e instalava-se no poder, depois de destituir Fernando Belaunde Terry, o presidente eleito. Assim começava o autodenominado *Gobierno Revolucionario de la Fuerza Armada*.

Durante sete anos no poder, Velasco Alvarado concretizou uma série de reformas, mudando radicalmente a face social dum país ainda com resquícios dum feudalismo vindo do tempo colonial: Reforma agrária, nacionalização de empresas, enfrentamento com interesses empresariais estrangeiros e, num mundo em guerra fria, afirmou-se nem pelo capitalismo nem pelo comunismo, fomentando investimentos privados em sectores estratégicos, ao mesmo tempo que nacionalizava e reservava outros em exclusividade para a esfera do Estado.

Num Peru e numa América Latina onde os uniformados tomavam ciclicamente o poder para assegurar o interesse das elites, o mundo viu com grande surpresa um governo militar com ímpetos antioligárquicos e com vontade de concretizar profundas reformas económicas e sociais. Passadas dúvidas iniciais, olhou-se com curiosidade para aquela que ia sendo conhecida como “a experiência peruana”<sup>8</sup>.

Quando a 3 de outubro do ano de 1968, os tanques saíram do quartel à rua, ninguém supunha que as Forças Armadas do Peru iniciavam assim o processo definido pelos seus representantes como ‘Revolução’. As primeiras declarações do Governo Revolucionário constituído pelos militares não convenceram toda a sociedade de que se tratava duma acção diferente dum golpe de Estado. Contudo, passado pouco tempo o governo tomou medidas surpreendentes para as pessoas habituadas

---

<sup>6</sup> “Los Ríos Profundos”, é o título dum romance do escritor peruano José María Arguedas, onde aborda as raízes ancestrais da cultura andina.

<sup>7</sup> “Si esto sigue así quizás tengamos necesidad de un Gabinete militar o incluso tomar las riendas del Gobierno” (tradução minha)

<sup>8</sup> Vários autores se referiram ao GRFA como “a experiência peruana”, por exemplo Lowental (1975) e McClintock (1983).

à atitude tradicional das Forças Armadas num país latino-americano, iniciando uma série de reformas indubitavelmente progressistas<sup>9</sup> (NALEWJACO, 1980, p.83)

Seis anos mais tarde, um grupo de capitães portugueses organizava também a sua revolução. Quando aconteceu Abril em Portugal, já o governo de Velasco Alvarado tinha materializado grande parte das reformas a que se tinha proposto. Os cravos levantavam-se nas ruas de Lisboa, quando em Lima já se perdia o ímpeto inicial e, nos corredores de poder, a luta interna entre diferentes tendências do regime era o “segredo” mais comentado<sup>10</sup>.

Apesar da distância geoestratégica, as duas revoluções olharam uma para a outra: Ao Peru, a esquerda militar portuguesa veio procurar inspiração e modelos<sup>11</sup> e, como defenderei adiante, o GRFA encontrou em Portugal uma renovada legitimação e uma nova força. Esta relação foi simbiótica: Talvez nunca, antes e depois, nenhum dos dois países tenha falado tanto do outro.

Este trabalho é sobre o impacto que teve no país andino a revolução de Abril, ou *la revolución de los claveles*, como ainda hoje é conhecida. Não podemos, contudo, compreendê-lo, se não analisarmos primeiro a raízes históricas que, em outubro de 1968, levaram também os tanques às ruas de Lima, e também com um projeto revolucionário. As origens dessa história são mais antigas do que o próprio país e levam-nos até muito antes do período colonial, que começou com a invasão espanhola de 1532, com a conseqüente queda dum dos muitos impérios aqui acontecidos: o *Tahuantinsuyo*, conhecido no ocidente como o “Império Inca”<sup>12</sup>.

## 1.1. Um país, diversas identidades

“*No Hay País Más Diverso*” – “Não Há País Mais Diverso”. Este foi o título escolhido pelo antropólogo peruano Carlos Alberto Ivan Degregori (2012), para um compêndio de antropologia nacional. E de facto, é difícil encontrar tanta diversidade cultural e geográfica num só país.

Tudo começa pelas condições naturais:

---

<sup>9</sup> “Cuando el 3 de octubre del año 1968, los tanques salieron del cuartel a la calle, nadie suponía que las Fuerzas Armadas del Perú iniciaban así el proceso definido por sus representantes como «Revolución». Las primeras declaraciones del Gobierno Revolucionario constituido por los militares no convencieron a toda la sociedad de que se trataba de una acción diferente de un golpe de Estado. No obstante, al cabo de poco tiempo el Gobierno tomó medidas sorprendentes para las personas acostumbradas a la actitud tradicional de las Fuerzas Armadas en la vida política de un país latinoamericano, iniciando una serie de reformas indudablemente progresistas.” (Tradução minha)

<sup>10</sup> São inúmeras as fontes que comprovam haver uma forte luta interna dentro do regime em 1974. Por exemplo, as entrevistas que Maria del Pilar Tello (1983-a e 1983-b) faz aos protagonistas do poder no GRFA, mostram bem um clima interno de luta entre tendências. Os próprios discursos de Velasco Alvarado (1970 e 1972) deixam claros indícios desta situação, falando frequentemente em “infiltrados” e “inimigos da revolução”. O livro de Guillermo Thornedik (1976) “No mi General” é praticamente uma crónica desta guerra surda que se vivia no interior. A lista de referências poderia é interminável.

<sup>11</sup> Graças à informação que enviava o embaixador do Peru em Lisboa, consegui detetar 47 referências à revolução peruana na imprensa portuguesa, entre maio de 1974 e 29 de agosto de 1975. Grande parte dessas publicações era muito detalhada e abordava aprofundadamente o modelo ideológico do GRFA. Uma das maiores saiu no boletim N° 4 do MFA, a 12 de novembro de 1974.

<sup>12</sup> Tahuantinsuyo é a junção de duas palavras em quéchua, a língua que falavam os incas e que continua a ser materna para 1 milhão de peruanos: *Tahuantin*, que significa quatro, e *Suyo*, que era cada uma das quatro unidades administrativa em que o império se subdividia. Os quatro *suyos* tinham fronteira em Cusco, a capital, onde reinava o Inca. Foi uma metonímia dos invasores espanhóis que levou a que os povos andinos ficassem conhecidos como incas.

O Peru tem um território de 1.285.216 quilómetros quadrados; mais pequeno do que a Colômbia, o dobro da França e um pouco maior do que o Egito. Esta superfície divide-se em três grandes unidades geomorfológicas muito diferentes entre si, conhecidas como Costa, os Andes e a Amazônia, que se repartem de forma longitudinal irregular. Aproximadamente 58% do território nacional corresponde à selva, os Andes, com 30%, ocupam o segundo lugar, enquanto no último lugar está a Costa, com os 12% restantes<sup>13</sup> (ROSAS, 2009, p. 17).

Das condições naturais partimos para as históricas. Depois de ter cruzado o estreito de Bering há uns 20.000 anos, a espécie humana chegou ao atual território peruano há cerca de 12.000. As primeiras plantas foram cultivadas há 10.000 e a domesticação de animais terá começado há 6.000 (SHADY, 2006, p.6).

A descoberta de Caral, situada no Vale do rio Supe, cerca de 300 quilómetros a norte de Lima, veio acabar com a ideia duma origem recente das civilizações americanas. Nas palavras de Ruth Shady (2006), a descobridora na década de 80 do século XX da antiguidade das, até aí, menosprezadas ruínas de Caral, “Há 5.000 anos formou-se no Peru a primeira civilização da América: Caral-Supe. Esta civilização é tão antiga como a Suméria na Mesopotâmia, Harapa, na Índia e a chinesa, todas localizadas no continente asiático, ou a egípcia, em África<sup>14</sup>” (p.5).

Se esta descoberta veio mudar os livros de História, até aí muito seguros de uma clara supremacia cronológica suméria, o mais impressionante no processo civilizacional da região andina é a múltipla coexistência e rápida sucessão de culturas, surgindo e atingindo rápidos apogeus, para depois decaírem e serem substituídas por outras. Teremos de esperar até ao século VIII para encontrar uma, a huari, com capacidade para formar um império que, a partir da capital, nos andes centrais, conseguiu expandir-se desde o norte do Peru até ao atual Chile. Este império durou à volta de 400 anos, sendo substituído no século XV pelo Inca, governado desde a cidade de Cusco.

Muito antes disso, depois do desaparecimento de Caral há cerca de 3800 anos, assistimos a uma sucessão quase inumerável de culturas, das quais se destacaram Sechin (2000 AC), na costa norte, Chavín de Huantar (800-200 AC), na serra norte e Paracas (700 AC – 200 DC), na costa sul (Rosas, 2009, pp 21-28). Depois destas,

Entre os anos 200 AC e 600 DC, deu-se um renascimento e um florescimento étnico no território peruano. Formaram-se reinos regionais complexos na costa e na serra (...). Este foi talvez o período

---

<sup>13</sup> “El Perú posee un territorio de 1.285.216 kilómetros cuadrados; más pequeños que Colombia, el doble de Francia, y un poco más grande que Egipto. Esta superficie se divide en tres grandes unidades geomorfológicas muy diversas entre si, conocidas como la Costa, los Andes y la Amazonia, que se reparten de forma longitudinal irregular. Aproximadamente el 58% del territorio nacional corresponde a la selva; los Andes, con el 30%, ocupan el segundo lugar, mientras que en el último lugar está la Costa con el 12% restante” (tradução minha)

<sup>14</sup> “Hace 5000 años se formó en el Perú la primera civilización de América: Caral-Supe. Esta civilización es tan antigua como la Sumeria en Mesopotamia, Harappa en India y la China, todas ubicadas en el continente asiático o la de Egipto en África” (Tradução minha)

em que se consolidaram com maior força as primeiras organizações sociopolíticas mais próximas da categoria de Estado, tal como a concebemos hoje em dia<sup>15</sup> (ROSAS, 2009, p.31).

Cada uma das culturas deste segundo período deixou marcas notáveis, como são, por exemplo, as grandes linhas de Nazca, traçadas no deserto, com representações zoomórficas e praticamente só visíveis desde alto.

Seguem-se Tihuanaco, em Puno, nas margens do lago navegável mais alto do mundo, o Titicaca, e a já referida huari (800-1200), na serra sul, antecessora da inca na aventura de formar o primeiro império local.

Entre os séculos VIII e XV floresceram também, na costa norte, as culturas Chimu e Lambeyeque. A primeira seria absorvida pela segunda em inícios do século XIV e esta última pelo império Inca, cerca de 1400.

Com a chegada dos espanhóis em 1532 e o subsequente período de conquista e colonização, dá-se um corte no processo civilizacional autóctone.

Como disse, uma primeira estranheza de todo este processo resulta de, tendo a primeira civilização surgido há cerca de 5000 anos, tivéssemos de esperar quase 4000 para despontar o primeiro império local. Uma das constatações mais surpreendentes de Caral, por exemplo, é nenhuma das suas cidades ter muralha e, até ao momento, não se ter descoberto nada parecido com uma arma de guerra<sup>16</sup>.

Teremos talvez de olhar para as características geográficas locais, para compreender o tardio aparecimento de movimentos expansionistas. A costa peruana é uma pequena faixa desértica, entalada entre os Andes e o Oceano Pacífico. Por isso, a chuva caída no ocidente andino não encontra plataforma continental suficiente para unir os rios num único e grande caudal, ao contrário do lado oriental, onde a distância até ao Atlântico permitiu o grande Amazonas ou o Rio da Prata, mas em condições naturais muito distintas.

Temos, assim, uma zona de deserto costeiro, entrecortado por pequenos vales férteis formados ao longo de diversos pequenos e medios cursos de água. O florescimento civilizacional deu-se aqui, deslocando-se, depois, para as zonas altas, onde se aproveitaram outras condições geográficas. Numa analogia, podemos então dizer que a costa peruana formou um conjunto de pequenos egitos, nenhum deles com um “Nilo” suficientemente grande para permitir uma considerável acumulação e o aparecimento um Estado forte, capaz de se impor política e militarmente a um vasto território.

Esta será, como veremos, uma característica constante da história peruana, gerando uma fragmentação social que dificulta uma evolução reformista e natural. Esta característica obriga muitas vezes a que a mudança

---

<sup>15</sup> “En los años 200 a.C. y 600 d.C., se produjo un ‘renacimiento’ y un ‘florecimiento’ étnico en el territorio peruano. Se formaron reinos regionales complejos en la costa y en la sierra: Moche en la costa norte, *Huaru* en el Cuzco, Nazca, Cajamarca y *Huarpa* en Ayachcho, Lima en la costa central, Recuay en Ancash y Pucará en Puno. Este fue tal vez el período en el cual se consolidaron con mayor fuerza las primeras organizaciones sociopolíticas más próximas de la categoría de Estado, tal como la concebimos en la actualidad” (Tradução minha)

<sup>16</sup> Como jornalista entrevistei varias vezes Ruth Shady, a arqueóloga descobridora da civilização de Caral, que sempre destaca a inexistência de armas ou muralhas. Ver por exemplo a entrevista que deu à revista *National Geographic* – edição espanhola, 17 de novembro de 1075. (Consulta a 26-1-2018): [https://www.nationalgeographic.com.es/historia/actualidad/no-hay-recintos-amurallados-ni-armas-en-los-11-sitios-que-investigamos\\_9886/1](https://www.nationalgeographic.com.es/historia/actualidad/no-hay-recintos-amurallados-ni-armas-en-los-11-sitios-que-investigamos_9886/1)

tenha de ser imposta pela força, como acontecerá durante o Governo de Velasco Alvarado, entre 1968 e 1975<sup>17</sup>.

O fator climático é outro a considerar. Desde tempos antigos a costa peruana é periodicamente fustigada por um fenómeno de grandes proporções destrutivas, conhecida como *El Niño*. Se, nos dias de hoje, este evento continua a causar grandes estragos, então, naquelas economias antigas em equilíbrio precário, sem interajuda e com reduzida capacidade acumulativa, podia significar o fim de um modelo de vida, como de facto aconteceu em diversas ocasiões:

Uma grande catástrofe fez com que os centros do Período Cerâmico Inicial da costa fossem abandonados repentinamente. As descobertas sugerem que foi provocada por uma grande alteração climática, hoje conhecida como *El Niño*. As águas do oceano Pacífico normalmente frias nesta região (Corrente de Humboldt) aquecem periodicamente, devido a correntes profundas que originam fortes chuvas no norte e secas no sul. Os arqueólogos estimam que os peixes desapareciam da costa ao ficarem privados dos nutrientes de águas profundas, e que as chuvas torrenciais destruíam os sistemas de rega e agrícolas, provocando pestes, doenças e despovoamento<sup>18</sup> (KLARÉN, 2004, pp. 29-30).

Por outro lado, a zona da serra, formada por uma série de vales e de nichos ecológicos separados por grandes barreiras geográficas, tampouco facilitava o surgimento de um poder unificado, gerando, pelo contrário, uma série de culturas e de rivalidades que persistiram até hoje. Ainda nos nossos dias, é normal *comunidades campesinas* em zonas de fronteira cultural manterem uma relação muito tensa entre si, com base numa identificação cultural e até racial. Durante o trabalho de campo que fiz para o livro *Campesinos y Mineros* (NOVAIS, 2019), o presidente duma *comunidad* falou-me da povoação vizinha, com a qual mantêm uma disputa territorial: “Não são dos nossos, são chancas<sup>19</sup> e temos muitos problemas com eles. Já tivemos agressões entre comuneiros e um dia morre alguém... ‘Mas temos de lutar, pois’”.

A esta fragmentação entre culturas, correspondeu também uma fragmentação social interna, demonstrada pela arqueologia. E não faltam exemplos: As ruínas de Túcume, no vale do rio Leche, dão-nos a conhecer o principal centro urbano da já referida cultura Lambayeque, que dominou uma parcela da costa norte entre os séculos VIII e XIV

---

<sup>17</sup> Ainda na atualidade, o sociólogo Diaz-Albertini (2010) estudou as redes de relacionamento na sociedade limenha, concluindo que o diferentes grupos estão fechados em silos que não se comunicam, dificultando assim os consensos sociais e, portanto, o reformismo.

<sup>18</sup> “Una gran catástrofe hizo que los centros del Temprano período Cerámico de la costa fueran abandonados repentinamente. Las evidencias sugieren que fue provocada por un gran cambio climático hoy conocido como El Niño. Las aguas del océano pacífico normalmente frías en esta región (la Corriente de Humboldt) son calentadas de tiempo en tiempo por corrientes profundas que desatan fuertes lluvias en el norte y sequía al sur. Los arqueólogos especulan que los peces desaparecieron de la costa al quedar privados de los nutrientes de aguas profundas, y que las lluvias torrenciales dañaron los sistemas de riego y agrícolas, provocando pestes, enfermedades y despoblamiento” (Tradução minha)

<sup>19</sup> Os chancas foram uma antiga cultura da zona de Abancay (região de Apurímac), que já os incas tiveram grandes dificuldades para submeter

Quando visitei este complexo arqueológico, em 2016<sup>20</sup>, surpreendi-me com a profusão de pirâmides feitas de adobes: São várias dezenas organizadas em torno duma montanha com clara simbologia. Para a construção destas estruturas, terão concorrido “grandes quantidades de mão-de-obra e materiais de construção, que fizeram do lugar o maior centro de poder político e religioso da região entre os séculos X e o século XV”<sup>21</sup> (NARVÉZ VARGAS e DELGADO ELIAS, 2016, p. 215).

Não tendo Lambayeque sido uma das mais ricas e poderosas culturas surgidas no atual território peruano, tendo até nascido no contexto duma fragmentação geográfica da antecedente cultura Moche, surpreende o grande esforço despendido na construção destas pirâmides monumentais:

Nos estudos arqueológicos do Norte peruano, conclui-se pela existência dum modelo de trabalho comunitário para as obras públicas que, baseado no poder religioso, foi capaz de mobilizar as comunidades do entorno no afã de construir centros urbanos de elite, onde se concentrava o poder político e religioso<sup>22</sup> (p. 215)

Ainda mais surpreendentemente, estas estruturas serviram de habitação aos aristocratas (*curacas*) locais (p.223). Ou seja, numa sociedade sem grande capacidade de acumulação, o poder estava tão fragmentado que se mobilizaram recursos humanos e materiais para construir dezenas de palácios piramidais, usados como altivas residências da elite dirigente. E isto considerando apenas Túcume, porque no seio desta cultura conhecemos muitos outros locais semelhantes, ainda que de menor dimensão. Neste mosaico de múltiplos poderes, seria muito difícil o aparecimento de governantes centralizadores e fortes, capazes de superar a fragmentação interna e criar uma base suficientemente forte e coesa para se lançarem numa expansão imperialista.

Todos estes fatores geográficos, climáticos e sociais terão contribuído para aquilo que escreveu o historiador Alberto Flores Galindo (1988):

Os momentos e períodos de centralização no território que agora conhecemos como Peru, foram o menos da sua história. Antes daquilo que os arqueólogos e historiadores chamaram horizontes panandinos, primaram os reinos e senhorios locais. Os impérios aparecem tardiamente com Huari e os Incas<sup>23</sup> (p.210)

---

<sup>20</sup> Sobre as impressões que me causou esta visita, ver NOVAIS, Luís. (2017). Grandeza e Poder na Civilização Lambayeque. *Blog Ventos Dispersos*. (consulta a 14-01-2019):

<http://ventosdispersos.blogspot.com/2017/01/grandeza-e-poder-na-civilizacao.html>

<sup>21</sup> “Ingentes cantidades de mano de obra y materiales de construcción, que, finalmente, hicieron del local el mayor centro de poder político y religioso en toda la región entre el siglo X y el siglo XV” (Tradução minha)

<sup>22</sup> “En la literatura arqueológica del Norte peruano, se há propuesto un modelo de trabajo comunitario para las obras públicas, que basado en el poder religioso, fue capaz de movilizar centros urbanos de élite, en donde se concentraba el poder político y religioso” (Tradução minha)

<sup>23</sup> “Los momentos y períodos de centralización en el territorio que ahora conocemos como Perú, han sido los menos de su historia. Por encima de lo que arqueólogos e historiadores han llamado horizontes panandinos, han primado los reinos y señoríos locales. Los imperios aparecen tardiamente con Huari y los Incas” (Tradução minha)

À sua escala, estas sociedades praticavam aquilo a que, hoje em dia, chamaríamos um nacionalismo económico. Num trabalho de antropologia histórica, John Murra (1975) concluiu terem as diferentes culturas andinas desenvolvido um ideal de auto-suficiência, procurando deter um conjunto de nichos ecológicos a diferentes altitudes, viabilizando assim um abastecimento autónomo de diferentes produtos. A este modelo, Murra chamou “arquipélagos verticais”.

Portanto, apesar de terem constituído uma civilização praticamente ao mesmo tempo do médio oriente do crescente fértil, as sociedades andinas desenvolveram-se em condições geográficas pouco facilitadoras para o surgimento de grandes impérios, tanto por motivos territoriais como climáticos. Provavelmente devido a essa inexistência duma integração geradora de complementaridades, procuravam alcançar a auto-suficiência, dominando pequenos nichos ecológicos dispersos, onde estabeleciam uma espécie de nanocolónias e praticavam os vários tipos de agricultura e pecuária de que necessitavam.

Esta fragmentação e esta espécie de “nacionalismo” económico deixou, como veremos, profundos traços na cultura peruana, persistindo até aos nossos dias, e também importantes para percebermos o golpe de Estado e a política levada a cabo pelo GRFA.

## 1.2.A conquista e a colónia

Como eu era muito jovem, o meu pai deixou-me a viver em casa da minha madrasta, que era dona da metade dum *pueblo*. Tinha muitos servos indígenas e o tradicional menosprezo e ignorância sobre o que é um índio. E como me tinha tanto desprezo como aos índios, decidi que eu deveria viver com eles na cozinha; comer e dormir aí. A minha cama foi uma dessas masseiras em que se faz o pão, sobre umas peles de ovelha e com um cobertor um pouco sujo mas bem abrigador<sup>24</sup>

O escritor peruano José María Arguedas (1911-1969) fez esta declaração durante uma conferência em 1965, onde também afirmou<sup>25</sup>:

Ficaram na minha natureza as coisas que aprendi: a ternura e o amor dos índios, o amor que têm entre si e à natureza, às colinas, às montanhas; e o ódio àqueles que, quase inconscientemente e com um mandato praticamente supremo, os faziam sofrer.

Esta separação entre os donos da terra ou *hacendados*, localmente conhecidos como *gamonales*, e os indígenas, tem origens históricas vindas do período colonial. Em 1532, Francisco Pizarro, um aventureiro

---

<sup>24</sup> “Arguedas Canta y Habla” (CD). Lima: Escuela Nacional Superior de Folclore José María Arguedas, Vol I 2005.

<sup>25</sup> “Como yo era muy joven, mi papá me dejó viviendo en la casa de mi madrastra, que era dueña de la mitad de un pueblo. Tenía mucha servidumbre indígena y el tradicional menosprecio e ignorancia sobre lo que era un indio. Y como a mí me tenía tanto desprecio como a los indios, decidí que yo debería vivir con ellos en la cocina; comer y dormir ahí. Mi cama fue una batea de esas en que se amasa para hacer pan, sobre unos pellejos y con una frazada un poco sucia, pero bien abrigadora.” (Transcrição e tradução minhas)

<sup>26</sup> Neste capítulo uso partes quase textuais do meu livro “Campesinos y Mineros” (NOVAIS, 2018)



membro da pequena aristocracia espanhola, chegava ao Império Inca, aportando na costa norte do atual Peru, onde hoje fica a cidade de Tumbes. Este acontecimento mudaria radicalmente os modelos políticos, económicos e sociais da região andina.

A chegada do conquistador espanhol marca o início do período colonial e mudou estruturalmente a sociedade, com consequências aos mais diversos níveis, a maior parte dos quais não são directamente relevantes para o objeto deste trabalho. Limitarei esta abordagem aos impactos que, persistindo no tempo, me parecem mais importantes para percebermos como se estruturou a sociedade peruana e também ajudam a explicar a revolução de 1968, com as reformas subsequentes.

Depois de ter capturado com alguma facilidade o último inca<sup>26</sup> em Cajamarca (serra norte), graças a uma grande emboscada, mas também a uma subestimação pelos locais do poderio dos espanhóis, Pizarro dominou o território sem grandes dificuldades, tirando proveito de profundas divisões políticas internas, resultantes duma recente guerra civil e do facto de, nos seus curtos 100 anos de existência, o império não ter conseguido chegar a uma consolidação cultural, como seria de esperar neste território onde surgiu um mosaico de culturas formadas a partir de condições naturais que, como vimos, não estimulavam a concentração.

A subestimação não era a única vantagem que Pizarro e as suas tropas tinham em Cajamarca. Também sabiam da guerra civil inca e contavam com um plano de batalha com provas dadas: repetir a tática seguida por Cortés no México de capturar o imperador e aliar-se com os seus inimigos, numa estratégia de *divide-e-vencerás*<sup>27</sup> (KLARÉN, 2015, p.61).

Recebidos em Cusco, a capital do império, como libertadores pelo partido derrotado da guerra civil, os espanhóis não perderam tempo para saquear os templos e os palácios da cidade, começando assim e de imediato uma relação tensa com os indígenas (p. 65).

Instalando-se numa nova capital costeira, Lima, os esforços colonizadores foram orientados para explorar o ouro e a prata de que os Andes eram e são extremamente ricos. “Na segunda metade do século XVI já tinham conseguido por em marcha uma produção mineira de grande escala, sobretudo de prata, que se tornou na principal exportação do país. O auge da prata durou até meados do século XVII”<sup>28</sup> (CONTRERAS e CUETO, 2013, p.33).

---

<sup>26</sup> Ainda que o povo e o império tenham ficado conhecidos como inca, na realidade este era o nome pelo qual era conhecido o imperador. Localmente, o espaço que dominavam era conhecido como Tahuantinsuyo (terra dos quatro suyos, as unidades administrativas em que se subdividia) e ocupava toda a faixa andina e litoral, desde a Colômbia e Equador, até ao Chile a Argentina,

<sup>27</sup> La subestimación no era la única ventaja que Pizarro y sus tropas tenían en Cajamarca. También sabían de la guerra civil inca y contaban con un plan de batalla ya probado: repetir la táctica seguida por Cortés en México de capturar al emperador y aliarse con sus enemigos, en una estrategia de *divide-y-vencerás*”. (tradução minha)

<sup>28</sup> “En la segunda mitad del siglo XVI, el Estado colonial logró poner en marcha una producción minera en gran escala, productora sobre todo de plata, que así se convirtió en el primero producto exportable del país. El auge de la plata duró hasta mediados del siglo XVII)

A exploração intensiva deste metal levou ao crescimento de centros urbanos e de acampamento mineiros, com toda uma população a precisar de ser alimentada. Alguns colonos viram na satisfação dessas necessidades uma oportunidade de enriquecimento, mas para isso tinham de controlar dois fatores: a terra e os braços que a trabalhavam.

O fundamento legal para a apropriação das *haciendas* foi a Bula *Inter Coeteris* (AROCA MEDINA, 2011, p.181), com a qual o Papa Alexandre VI oficializou o tratado de Tordesilhas em 1493 e que se aplicou na América espanhola e portuguesa. A virtual impossibilidade do monarca usufruir directamente desse direito, levou à cedência do usufruto aos colonos,

através das chamadas '*gracias*' ou '*mercedes*' que eram títulos precários que o rei podia revogar (...), mas que na prática revogou em pouquíssimos casos. Consequentemente, esse direito e usufruto que exerciam os conquistadores espanhóis foi na realidade um direito de propriedade que, inclusive, se tornou objeto de sucessão testamentária. Com a terra vinham também os indígenas que aí viviam e que, na prática, se transformavam em servos (pp.181-182).

Esta apropriação era feita através da instituição dos *cabildos*, uma espécie de município, controlada pelos colonos, responsável pela distribuição de *mercedes* agrícolas e de pastoreio no território sob sua jurisdição (KLARÉN 2015, p. 74). Além de perderem a terra por esta via, os nativos ficavam obrigados a prestar tributos em géneros e dias de trabalho, através da instituição da *encomienda*:

Esta instituição tipicamente espanhola, implicava a administração de um grande número de índios que o rei concedia aos conquistadores como recompensa pelos serviços prestados na conquista e na colonização do novo mundo. Os *encomenderos* podiam receber tributos na forma de bens ou de trabalho em nome do rei<sup>29</sup> (Klarén, 2015, p. 68).

Segundo Natan Wachtel (2017), os *encomenderos* aproveitavam também este privilégio para usurpar as terras dos índios, pois a *encomienda* dava-lhes o direito a cobrar um tributo normalmente usado para despojar os nativos (p.100).

Esta situação prestava-se a imensos abusos, que a coroa procurou, de alguma forma, controlar e mitigar. Graças ao registo que ficou desse controlo, hoje sabemos as condições de vida dos índios nas *haciendas*. Em 1583 o corregedor Diego Muñoz Ternerero fez uma visita ao vale de Huaura, na costa central, falando directamente com os nativos, submetidos com mão de ferro pelo *encomendero* local:

Os índios descrevem um quadro sinistro. Trabalham nas terras do *encomendero* inclusive aos domingos e dias festivos (...). Um dos interrogados, Juan Tanta, conta como lhe ataram uma corda ao

---

<sup>29</sup> "Esta institución singularmente española, implicaba la administración de un gran número de indios que el rey concedía a los conquistadores como recompensa por los servicios prestados en la conquista y colonización del Nuevo Mundo. Los encomenderos podían recibir tributo en forma de bienes o trabajo en nombre del rey" (tradução minha)

pescoço para o açoitem publicamente. Trata-se portanto dum trabalho forçado, em todo o sentido da palavra. Quase todos os índios repetem que o cumprem 'contra a sua vontade', submetidos pela violência<sup>30</sup> (pp.124-125)

Wachtel conclui formarem assim os índios uma mão-de-obra submetida a trabalho forçado, irremediavelmente presa à grande propriedade do *encomendero*, constituída à custa de terrenos anteriormente seus (p.127). Esta perspectiva leva Peter Klären (2015) a caracterizar o período seguinte à conquista como um tipo de feudalismo, proporcionando o exercício de uma soberania de facto do *encomendero* sobre a população nativa (p. 73).

Segundo Marcelo Carmagnani (2015), esta situação foi comum a toda a América Latina e resultou do recuo demográfico verificado depois da chegada das doenças epidémicas europeias e da imposição de novos paradigmas económicos. A população asteca baixou de 25,3 a 6,3 milhões entre 1518 e 1548 e, em 1622, era apenas composta por um milhão. No Império Inca esta quebra terá sido de 9 a 1,3 milhões entre 1520 e 1570, baixando depois até aos 600.000 (p.61). Referindo-se a toda a América ibérica do século XVII, Carmagnani acrescenta:

A impressionante abundancia de recursos naturais representa uma vantagem e uma desvantagem na organização produtiva, já que a carência de mão-de-obra leva os proprietários a introduzir formas de trabalho servil baseadas na coacção, o que impede a mobilidade dos trabalhadores e reduz o custo do trabalho, dando origem a um regime paternalista que dissimula entre os trabalhadores a dureza da opressão senhorial<sup>31</sup> (p.67)

Entre finais do século XVI e inícios do XVII, Madrid faz um esforço de reorganização dos territórios americanos, destinado a garantir um controlo negociado, tanto com nativos como com colonos. Esta estratégia está patente, por exemplo, na profusão de municípios criados neste período (pp. 73-77). O Peru seguiu essa tendência geral: com o governo do Vice Rei Francisco Toledo (1569-1581), a coroa organizou-se, procurando paulatinamente acabar com os poderes privados. O direito dos *encomenderos* de cobrar tributos e dispor do trabalho dos nativos foi abolido, criando-se em alternativa uma burocracia local de corregedores, dependentes de Lima, que desprivatizaram as funções públicas (KLARÉN, 2015).

Esta mudança, porém, não significou uma melhoria na situação dos índios, nem esse era o objectivo de Toledo. Realmente interessava à coroa intensificar a exploração das minas de prata, numa tentativa de cobrir o brutal gasto do sonho imperial europeu de Carlos V, transformado num pesadelo financeiro. O aumento da

---

<sup>30</sup> "Los indios describen un cuadro siniestro. Trabajan en las tierras del encomendero incluso los domingos y días de fiesta (...). Uno de los testigos, Juan Tanta, cuenta como le ataron una cuerda al cuello y lo arrastraron hasta la plaza para azotarlo públicamente. Se trata pues de un trabajo forzado, en todo el sentido de la palabra. Caso todos los indios repitan que lo cumplen 'contra su voluntad', sometidos por la violencia" (Tradução minha)

<sup>31</sup> "La impresionante abundancia de recursos naturales representa una ventaja en la organización productiva, ya que la carencia de mano de obra lleva a los propietarios a introducir formas de trabajo servil basadas en la coacción, lo que impide la movilidad de los trabajadores y reduce el coste del trabajo, dando origen a un régimen paternalista que disimula entre los trabajadores la dureza de la opresión señorial". (Tradução minha)

produção mineira implicava grandes quantidades de energia humana e a única forma de a conseguir foi retirando-a aos *encomenderos*, passando-a directamente para a coroa.

Toledo decretou o reassentamento e concentração dos índios desde as suas aldeias nucleares e dispersas para *reducciones*, ou povoados maiores. O objectivo do reassentamento massivo e forçoso era estabelecer o controlo estatal directo e facilitar a cristianização da população nativa, ao mesmo tempo que melhorar a cobrança do imposto e a utilização de trabalhadores<sup>32</sup> (p. 90).

Com a população nativa realocada em centros facilmente controlados, o vice-rei instituiu em seguida um trabalho rotativo forçado nas minas de prata do Peru e do Alto Peru (Bolívia). Além disso, esta mão-de-obra era também utilizada em diversas outras tarefas, incluindo nas *haciendas* e em serviços de interesse público (pp. 92-93).

A má localização das *reducciones*, o domínio a que aí estavam sujeitos e as epidemias resultantes da concentração humana, levaram muitos nativos a fugir mal o controlo do vice-reinado abrandou. Não tendo já para onde ir, muitos procuraram instalar-se nas *haciendas*, onde passaram a fazer parte da força laboral na condição de *yanaconas*, recebendo um salário, ou uma pequena parcela de terra que podiam cultivar em troca de prestarem trabalho ao senhor (p 112).

As condições vividas pelos camponeses nas fazendas e os abusos dos *hacendados* sobre as comunidades nativas, provocaram um desgaste social e motivaram levantamentos e revoltas no período colonial, a mais importante das quais ocorreu 40 anos antes da independência, entre novembro de 1780 e maio de 1781, tendo sido conduzida por José Gabriel Condorcanqui, o famoso Tupac Amaru II.

A grande rebelião de Tupac Amaru II custou mais de 100.000 vidas numa população de 1,2 milhões de pessoas, quase 10% do total, e durante um século ou mais deixou na consciência popular peruana um legado traumático nas relações raciais andinas. De facto, abriu-se uma enorme ferida entre o Peru indígena e o hispânico que ainda não fechou depois de mais de duzentos anos. Ao mesmo tempo, a Grande Rebelião uniu crioulos e espanhóis numa causa comum contra a ameaça que as massas indígenas representavam para as suas posições privilegiadas no topo da hierarquia andina<sup>33</sup> (KLRÉN, 2004, p.159).

Em conclusão, sem qualquer dúvida os grandes perdedores do período colonial foram os nativos. As sociedades andinas eram profundamente agrárias e regiam-se por normas de reciprocidade e

---

<sup>32</sup> "El objetivo del reasentamiento masivo y forzoso, era establecer el control estatal directo y facilitar la cristianización de la población nativa, al mismo tiempo que mejorar el cobro del tributo y la asignación de trabajadores" (tradução minha)

<sup>33</sup> "la Gran Rebelión de Tupac Amaru II costó más de cien mil vidas de una población total de 1,2 millones de personas, casi el diez por ciento de la población, y durante un siglo o más dejó en la conciencia popular un legado traumático en las relaciones sociales andinas. De hecho, ella abrió una enorme brecha entre el Perú indígena y el hispano que aún no ha cerrado después de más de doscientos años después. Al mismo tiempo, la Gran Rebelión unió a criollos y españoles en una causa común contra la amenaza que las masas indígenas planteaban a sus posiciones privilegiadas en la cima de la jerarquía andina" (Tradução mina)

complementaridades que as mantinham em equilíbrio social e natural (MURRA, 1975). A chegada dos conquistadores trouxe consigo a usurpação das terras ancestrais e os nativos viram-se transformados em servos dos novos proprietários, sujeitos a tributos laborais e em espécie. Quando acontece a independência, o mundo rural peruano vivia sob este modelo, situação que não parece ter mudado quando o novel país soltou as amarras de Espanha.

### **1.3. Independência nacional, dependência social: a situação dos camponeses nativos**

Em 1821 o Peru seguia o movimento geral da América Latina e declarava a sua independência, iniciando assim um processo com avanços, recuos e batalhas, só concluído em 1826. Existe um consenso de que a vida dos indígenas não melhorou durante a República e, segundo a generalidade dos autores, até piorou. A razão de fundo para esta situação está no grupo social condutor da independência, a mesma elite crioula que, quarenta anos antes, se assustara com a mobilização atingida pela revolta indígena de Tupac Amaru.

A luta para fazer do Peru um país independente e republicano foi conduzida por crioulos, que assumiram o sistema de subordinação do indígena, em seu próprio benefício. Não se procurou constituir a República sobre uma base de integração complementar de dois povos (...). Pelo contrário, esta República outorgou aos crioulos o novo monopólio do domínio, no contexto duma renovada e poderosa dependência frente ao mundo europeu<sup>34</sup> (MATOS MAR, 1986, p 27)

A dificuldade de estabelecer um estado liberal numa sociedade com pouca homogeneidade cultural, levou à distribuição do poder com base na exclusão. Cecilia Mendez (2009) evidenciou como a legitimação do direito da elite crioula limenha a governar, se fundou na construção duma imagem distorcida do índio e da serra, num processo culminante na sua total exclusão do poder, quando a constituição de 1895 estabeleceu o voto apenas para alfabetizados.

Além disso, os séculos de exploração durante a colônia tiveram para os indígenas um rosto e esse rosto era precisamente o dessas elites, as mesmas que agora lideravam o processo independentista. A coroa espanhola era vista como uma entidade distante, não os explorava directamente e, até, procurava mitigar os excessos. Era aos tribunais do rei que os nativos recorriam quando os abusos extravasavam os limites e, não raras vezes, ganhavam os processos (KLARÉN, 2004, p. 95). Por esse motivo, foi mais fácil encontrar índios ao lado das tropas realistas do que das independentistas, um fenómeno verificado noutros países da América Latina como, por exemplo, o Brasil, neste caso englobando os grupo mais pobres e mestiços (WILLIAMSON, 1992, p.250). A

---

<sup>34</sup> "La lucha por hacer del Perú un país independiente y republicano fue conducida por criollos, quienes asumieron el sistema de subordinación de lo indígena, en su propio beneficio. No se buscó constituir a la República sobre la base de la integración complementaria de dos pueblos (...). Por el contrario, esta República otorgó a los criollos el nuevo monopolio del dominio, en el contexto de una renovada y poderosa dependencia ideológica, política y económica, frente al mundo europeo." (Tradução minha)

revolta do cacique (chefe nativo) peruano Mateo Pumacahua, já nasce no contexto das lutas pela libertação continental e rebentou em Cusco em 1814, mas acabou derrotada porque não conseguiu, nem a adesão da elite espanholizada, desconfiada deste movimento liderado por um índio, nem dos próprios índios, que preferiam estar ao lado das forças realistas (CONTRERAS e CUETO, 2013, p.47). Com esta falta de entusiasmo, a independência só poderia chegar como chegou: por mão crioula.

A falta de interesse dos indígenas pelo processo de independência terá sido, então, um dos fatores que legitimou a continuação do domínio depois da independência, abrindo caminho ao incremento da exploração da sua mão-de-obra, assim como aos abusos no alargamento das *haciendas*. Nesta mesma perspectiva unânime da historiografia, Jorge Basadre (2009) afirmou:

Nos primeiros tempos da República tinham desaparecido as *mitas*<sup>35</sup>, as *obrajes*<sup>36</sup>, os *corregedores*; mas havia o recrutamento, o *pongaje*<sup>37</sup>, o tributo suspenso em 1854 e 1886 e restabelecido mais tarde com outros nomes; e, na raiz de tudo isto, os latifúndios, quer dizer, o servilismo, quer dizer, o analfabetismo<sup>38</sup> (p.115)

Devido a este agravamento da situação, na primeira década da independência, deram-se diversas “sublevações de camponeses contra o regime republicano, reclamando foros e hierarquias que o sistema colonial, mal ou bem, lhes tinha concedido”<sup>39</sup> (CONTRERAS e CUETO, 2013, p. 80).

Para melhor entendermos este fenómeno, devemos considerar que as independências americanas foram muito influenciadas pelo racionalismo iluminista e pela ideia filosófica duma cidadania universal<sup>40</sup>, chocando com a diversidade e com os múltiplos costumes locais, mais a mais num território onde os autarquismos culturais vinham da ancestralidade pré-colonial. Neste contexto, a sociedade de estados da monarquia enquadrava mais facilmente uma multiplicidade social organizada em grupos culturais, cada um com obrigações e direitos específicos, paradoxalmente dotando o aparelho social duma maleabilidade com espaço para incluir mais facilmente as diferenças. Por outro lado, o padrão eleitoral da república era excludente e estritamente burguês, não criando qualquer institucionalidade fora deste grupo e do conceito, putativamente universal, de “cidadão”.

---

<sup>35</sup> *Mitas*: trabalhos coletivos obrigatórios para os índios.

<sup>36</sup> *Obrajes*: Manufaturas de têxteis onde os índios eram obrigados a trabalhar

<sup>37</sup> *Pongaje*: trabalho servil não remunerado nas *haciendas*.

<sup>38</sup> “En los primeros tiempos de la República habían desaparecido las mitas, los obrajes, los corregidores; pero había el reclutamiento, el pongaje, el tributo suspendido en 1854 y 1886 y restablecido más tarde con otros nombres; y, a la raíz de todo esto, el latifundismo, vale decir, la servidumbre, vale decir, el analfabetismo” (Tradução minha)

<sup>39</sup> “En los años finales de la década de 1820 se produjeron varias sublevaciones campesinas en contra del regimen republicano, reclamando los rebeldes los fueros y jerarquias que el régimen colonial, mal que bien, les había concedido.” (tradução minha)

<sup>40</sup> Um dos primeiros grandes debates do Peru independente decorreu em 1822 na *Sociedad Patriótica de Lima* e foi entre a opção pelo sistema monárquico ou republicano. O orador defensor do primeiro foi José Ignacio Moreno, o do segundo, Manuel Pérez de Tudela. É curioso verificar que ambos partem do pensamento de iluministas franceses para fundamentarem as respectivas posições: Montesquieu, para Ignacio Moreno, Rousseau, para Pérez Tudela (CONTRERAS e CUETO, 2013, pp.58-65). Esta coincidência, mesmo quando estavam em jogo distintas opiniões, mostra bem quanto o racionalismo iluminista influiu as independências.

Alberto Flores Galindo (2015) defende terem sido criadas no período colonial duas repúblicas, uma de espanhóis, outra de índios. As relações entre os dois mundos estavam reguladas e, apesar de haver um claro domínio da primeira sobre a segunda, havia direitos e deveres para as duas partes, cada uma com as suas autoridades responsáveis pela intermediação: corregedores dum lado, curacas do outro.

Nesta linha, Marcello Carmagnani (2015) considera que as coroas ibéricas (unificadas) procuraram criar nas colónias americanas, entre o último terço do século XVI e a primeira metade do XVII, uma sociedade *biétnica* (p.74). Esta tendência, não verificada nem no Brasil nem no Paraguai, baseava-se na criação de municípios de indígenas, dotados das hierarquias pré coloniais, logrando assim incluir atores sociais índios na administração indirecta da população (p.72)

Para Galindo (2015), se a reacção espanhola à revolta de Tupac Amaru (1780-1781) implicou o quase desaparecimento legal desta “república dos índios”, a independência deu-lhe a machadada final, quando um decreto de Simón Bolívar acabou definitivamente com os chefes administrativos nativos (curacas), em 1824 (pp. 246-247).

Numa mudança de paradigma como esta, as franjas do sistema, a maioria da população<sup>41</sup>, sentiram um desconforto social motivador de revoltas. É um facto que as sublevações camponesas, o mesmo é dizer indígenas, foram uma constante de todo o século XIX: baseado nas notícias do jornal “Comercio” Rolando Pachas enumerou 44 movimentos e 37 fenómenos de bandoleirismo, isto apenas nos onze anos entre 1885 e 1896 (KAPSOLI, 1987, p.40).

Desde o início da independência estava, então, criado um caldo histórico propício ao movimento camponês de ocupação de terras, ocorrido no início da década de 1960, bem como duma guerrilha tentando atrair este descontentamento, nascida com forte influência da revolução cubana. Ou seja, como veremos, já vinham de muitas décadas atrás dois dos principais motivos que levariam os militares a tomar o poder em 1968 com objectivos reformistas.

Esta realidade verificou-se duma forma geral em todos os novos países separados da coroa espanhola no século XIX.

As rebeliões de índios aumentaram depois da independência como resultado da crescente pressão sobre as terras comunitárias. No México, por exemplo, as massivas revoltas índias que ocorreram periodicamente no século XIX e inícios do XX (...), podem ser interpretadas como uma reacção violenta

---

<sup>41</sup> Os dados de que dispomos levam a concluir que a população indígena era uma clara maioria aquando da independência em 1821. Analisando o censo de 1876, o historiador Alberto Flores Galindo (2015) concluiu que por esse então a população era de 2.700.000, dos quais apenas 371.000 brancos e mais de 1,5 milhões índios (p.348). Os restantes estavam divididos entre meio milhão de mestiços e 100.000 negros e asiáticos. Perante estes números, não nos devemos surpreender que a legitimação do poder dos “brancos” se tenha fundamentado numa conceptualização ideológica profundamente racista.

à imposição da economia capitalista moderna nas sociedades tradicionais índias<sup>42</sup> (WILLIAMSON, 1992, p.246).

De tão clara ser esta situação, a historiografia não criou qualquer contraditório a esta conclusão de a exploração da mão-de-obra indígena se ter mantido depois da independência e, se mudou, foi para pior. Referindo-se já a este período, Flores Galindo (2015) descreve desta forma as relações sociais nas *haciendas*:

O proprietário permitia que os seus ‘colonos’ usufruíssem de terras e de gado, em troca de trabalho e/ou produtos; conseguia-lhes coca e aguardente, dava-lhes protecção livrando-os por exemplo do serviço militar. Para denominar estes proprietários gerou-se um peruanismo que depois será usado pelas ciências sociais: *gamona*<sup>43</sup> (...). O poder dos *gamonales* seria uma síntese entre o uso de mecanismos consensuais com violência exercida cara-a-cara (...). O personagem era uma mistura de racismo com paternalismo<sup>44</sup> (p.247).

Temos vários testemunhos da degradação da vida dos camponeses nativos já depois de declarada a independência. Um soldado chileno participante da guerra do pacífico (1879-1883), descrevia nestes termos as condições em que subsistiam os índios:

Os nativos habitam sobretudo na serra (...). Vivem num lamentável estado de pobreza e ignorância. Humildes, pacientes e simples, vivem como rebanhos cujo pastor é o alcalde e o padre (...). Caminham bastante e sem mais alimento do que a insípida cancha (milho tostado), coca e yucta<sup>45</sup> (Cit. por: KAPSOLI, 1987, p. 149).

Esta situação era a consequência direta do modelo de trabalho não remunerado vindo do período colonial, que continuou a praticar-se e era conhecido como *yaconaje*. “Os *yaconas* eram uma espécie de servos dum senhor da terra, que recebiam um lote de terreno dentro da fazenda, onde praticavam uma economia de autoconsumo”. Em troca desta cedência, tinham de prestar serviços na propriedade e não recebiam salário (CONTRERAS e CUETO, 2013, p.82).

O ciclo da exploração era então muito claro: primeiro houve uma apropriação das terras até aí exploradas pelos nativos, depois os *gamonales* cediam uma pequena parcela a esses mesmos nativos que, em troca, tinham de pagar tributos em género, de trabalhar na *hacienda* e prestar serviços domésticos na casa do senhor.

---

<sup>42</sup> “Indian rebellions increased”

<sup>43</sup> De aqui para diante referir-me-ei várias vezes a este grupo de latifundiários recorrendo à expressão “*gamona*” com que ficaram conhecidos no Peru.

<sup>44</sup> “El propietario permitía que sus ‘colonos’ usufructuaran tierras y ganados, a cambio de trabajo y/o productos; les conseguía coca y aguardiente, les daba protección librándolos por ejemplo del servicio militar. Para denominar a esos propietarios se acuñó un peruanismo que después tendrá curso corriente en las ciencias sociales: gamonal. Fue necesario para denominar una situación inédita derivada de la fragmentación política y la ruralización del país. El poder de los gamonales sería una síntesis entre el uso de mecanismos consensuales, con la violencia ejercida cara a cara (...). El personaje era una mezcla de racismo con paternalismo” (Tradução minha)

<sup>45</sup> “Los indígenas habitan con particularidad en la sierra (...). Viven en lamentable estado de pobreza e ignorancia. Humildes, pacientes y sencillos, existen como rebaños cuyos pastores son el alcalde y el cura (...). Son muy andadores y sin más alimento que la insípida cancha (maíz tostado), coca y yucta”. (Tradução minha).



Em 1972 o sociólogo Hugo Neira (1973) conheceu pessoalmente, em Cusco, o dirigente sindical camponês Saturnino Huillca, então com 80 anos e um passado de luta social, incluindo várias perseguições, agressões e a prisão. As suas diversas entrevistas, em quéchuá<sup>46</sup>, foram traduzidas e vertidas numa obra que é toda uma revelação das condições de vida dos camponeses nativos na primeira metade do século XX. “Trabalhava muito” – conta, referindo-se à sua infância – “Cultivava batatas, milho e cevada numa pequena porção de terreno. Nesse terreninho trabalhava para a *hacienda*. Mas sem pagamento de nenhum tipo. Nem um só centavo”<sup>47</sup> (p.9). Mais adiante, falando de quando era já adulto e casado: “aumentou o trabalho. Tínhamos de trabalhar em conjunto (ele e a mulher), sem que nos dessem um centavo de retribuição. Apenas um pedaço de terra – de empréstimo -, trabalhávamos semanas e semanas”<sup>48</sup>.

Ao recordar todos estes sofrimentos e peripécias, contrariedades, dão-me vontades de chorar, o meu coração põe-se sensível e o coração dói-me de angústia. O sofrimento da minha mulher foi duro, igualmente o dos meus filhos que sem comer passaram a vida. Como você sabe, os filhos por fome pedem continuamente comida, pedem pão e a sua mirada está nela. Por tudo isto, companheiro, também agora faço estes verídicos relatos sem faltar à verdade... Agora, companheiro, toca-nos descansar<sup>49</sup> (p. 13).

Noutro trabalho, defendi a existência na sociedade peruana daquilo a que chamei um Trauma Histórico (NOVAIS, 2019), este trauma atravessou os tempos e persiste nos nossos dias. Ainda hoje, o passado parece estar aí, como um fantasma sempre disposto a reaparecer quando surge a oportunidade. Seguindo Fabiana Li (2017), é fácil estabelecer essa relação quando, ainda no nosso tempo, um grande projeto chega do exterior para se instalar na província:

Não surpreende que a chegada da Mineira Yanacocha SRP a Cajamarca em 1992 desse lugar a conversas acerca duma ‘segunda conquista’. Para os críticos da mina, a analogia foi concebida para evocar a traição dos espanhóis, a cumplicidade dos nativos que os ajudaram e o saqueio em benefício de gente de terras estrangeiras<sup>50</sup> (pp.109-111)

---

<sup>46</sup> Tal como grande parte dos camponeses nativos de hoje e m dia, Saturnino Huillca apenas se exprimia em quéchuá, uma das línguas mais faladas nos andes pré-colombianos.

<sup>47</sup> “Trabajaba bien. Cultivaba papas, maíz y cebada en una pequeña fracción de terreno. En ese terrenito trabajaba para la hacienda. Pero sin pago de ninguna clase. Yo no recibía dinero. Ni un solo centavo.” (tradução minha)

<sup>48</sup> “se aumentó el trabajo. Teníamos que trabajar conjuntamente, sin que nos dieran un centavo de retribución. Tan solo por el pedazo de terreno – mañay -, trabajábamos semanas y semanas.” (Tradução minha)

<sup>49</sup> “Al recordar todos estos sufrimientos y peripecias, percances, me dan ganas de llorar, mi corazón se pone sensible y el corazón me duele de angustia. . El sufrimiento de mi mujer ha sido duro, igualmente el de mis hijos que sin comer pasaron la vida. Como usted sabe, los hijos de hambre piden continuamente comida, piden pan y su mirada está en ella. Por todo esto, compañero, también ahora hago estos verídicos relatos sin faltar a la verdad... Ahora, compañero nos toca descansar”. (Tradução minha)

<sup>50</sup> “No sorprende que la llegada de Minera Yanacocha S.R.L. a Cajamarca en 1992 diera lugar a conversaciones acerca de una ‘segunda conquista’. Para los críticos de la mina, la analogía fue concebida para evocar la traición de los españoles, la complicidad de los nativos que los ayudaron y el saqueo en beneficio de gente de tierras extranjeras” (Tradução mina)

Temos assim uma discriminação e uma exploração histórica, de natureza social-étnica-cultural, desde a época colonial e em muitos aspectos mantendo-se até ao presente, apesar de, como veremos, ter sofrido um grande abalo, entre 1968 e 1975, durante o período revolucionário objeto deste estudo. Segundo Luis Tapia (2011) as sociedades antes colonizadas colonizados repetem socialmente as desigualdades étnicas:

Nos países que surgiram em territórios que foram objeto de colonização histórica, um dos resultados é que a dimensão da divisão social e política entre as sociedades conquistadas e as conquistadoras se converte num elemento constante na configuração das estruturas de desigualdade<sup>51</sup> (p.96).

#### **1.4.0 despontar duma nova burguesia**

Enquanto as zonas rurais da serra, dominadas pelos *gamonales*, se enredavam num adormecimento social e económico onde o passado não dava lugar ao presente, na costa, e sobretudo em Lima, ia surgindo um novo grupo dentro da classe burguesa, já não baseado na posse de terra, mas na exploração de recursos naturais. A descoberta por 1840 do grande poder dum fertilizante fóssil conhecido como *guano*, resultante dos depósitos seculares de aves marinhas nos ilhéus frente à costa, tinha originado grande procura numa Europa e nuns Estados Unidos a braços com o crescimento industrial, com o aumento demográfico e com a necessidade de alimentar cada vez mais braços operários.

Esta descoberta e a necessidade de extrair o *guano* reproduziu na costa os modelos servilismo *gamonal* da serra, contribuindo assim para um acordo tácito entre a burguesia urbana e a rural. Diz-nos Shane Hunt (citado por: KLARÉN, 2015<sup>52</sup>):

Os conhecimentos e habilidades empresariais não se desenvolveram e ficaram atrofiados porque uma economia como esta produz riquezas, não graças ao esforço individual, mas simplesmente por ter a propriedade e a exploração dos recursos por parte duma força laboral cativa. Desta forma o exemplo da prata colonial e dos trabalhadores índios repetiu-se no século XIX com o guano e os *culís* chineses<sup>53</sup> (p.204).

Seguir-se-ia uma humilhante derrota na Guerra do Pacífico (1879-1883), consubstanciada no economicamente desastroso acordo de paz assinado em Ancón, onde o país porções de território na fronteira com o Chile. A

---

<sup>51</sup> "En países que se han configurado en territorios que han sido objeto de colonización histórica, uno de los resultados es que la dimensión de la división social y política entre las sociedades conquistadas y las conquistadoras se convierte en un elemento constante en la configuración de las estructuras de desigualdad". (Tradução minha)

Tapia refere-se ao caso da América Latina, onde a independência foi o resultado duma emancipação das elites colonizadoras e não dos povos originais. Se, neste caso, a constatação me parece adequada, talvez seja abusiva quando generalizada a outros casos, nomeadamente a África ou à Ásia.

<sup>52</sup> HUNT, Shane. *Growth and Guano in Nineteenth-Century Peru*, in *The Latin American Economies: Growth and the Export Sector, 1830-1930*, Ed. Roberto Cortés Conde – Shane Hunt, New York, 1985, pp. 255-319.

<sup>53</sup> "Los conocimientos y habilidades empresariales no se desarrollaron y quedaron atrofiados por que una economía como esta produce riquezas, pero no gracias al esfuerzo individual, sino simplemente por tener la propiedad y la explotación de los recursos por parte de una fuerza laboral cautiva. De esta manera, el ejemplo de la plata colonial y los trabajadores indios se repitió en el siglo XIX con el guano y los *culís* chinos contratados". (Tradução minha)

posse das ilhas guaneiras foi também temporariamente transferida para soberania chilena, até as quantidades extraídas serem suficientes para pagar uma avultada indenização de guerra. Subitamente, o Peru perdia a sua maior fonte de exportações e de ingressos.

As consequências desta guerra levaram o país a uma profunda reflexão sobre as causas do descalabro e, por norma, a demograficamente dominante cultura indígena foi apontada como fonte da debilidade nacional. Alguns intelectuais questionaram “uma república constituída à custa da população indígena, sem lhes ter reconhecido uma verdadeira cidadania”, mas

Em muitos outros escritores o efeito foi inverso: imputaram o fracasso e a frustração à inferioridade do índio, ao lastro que constituía para o desenvolvimento nacional. O Chile venceu porque tinha menos índios e mais europeus do que o Peru. Inclusive o seu exército tinha-se antes treinado na guerra durante o extermínio dos mapuches (CONTRERAS e CUETO, 2017, p.252)

Em 1881, em plena guerra, um professor da Universidade de Arequipa atribuía a causa das derrotas consecutivas à mestiçagem entre espanhóis e índios. Já depois do confronto, em 1894, outro intelectual, Javier Prado, falaria na “influência perniciosa que as raças inferiores exerceram no Peru”, três anos depois Garcia Calderón elogiou o Chile e a Argentina por estarem livres de “raças esgotadas” e, em 1897, o escritor Clemente Palma defendia que “a raça índia é um ramo degenerado e velho do tronco étnico de que surgiram todas as raças inferiores”<sup>54</sup> (p.252). Numa conclusão óbvia, estava armada toda a argumentação necessária a legitimar, manter e até intensificar a exploração dos “índios”.

### **1.5.A “República Aristocrática”**

Depois do desastre da Guerra do Pacífico, o Peru entra numa fase de reorganização política e económica. O historiador Jorge Basadre chamou “República Aristocrática” a este período que situou entre 1899 e 1919. O conceito foi abraçado pela historiografia e é hoje comumente utilizado. Politicamente foi um período dominado pelo partido civilista que, segundo Carmen Mc Evay procurou criar um Estado de cidadãos que funcionasse sob os conceitos de respeito pela lei, ordem, paz e progresso económico (citado por, CONTRERAS e CUETO, 2013, p.157<sup>55</sup>).

Se este período foi de alguma pacificação e crescimento económico,

Para outros autores foi o início da consolidação duma oligarquia plutocrata fechada, unida por laços de parentesco, que praticava o nepotismo no seu monopólio do poder, marginalizando e neutralizando as

---

<sup>54</sup> Palma, Clemente. “El Porvenir de las Razas en el Perú”. Lima: Torres Aguirre, 1897, p 15. Cit. por: Flores Galindo, 2015, p. 252.

“la raza india es una rama degenerada y vieja del tronco étnico del que surgieron todas las razas inferiores”

<sup>55</sup> McEvoy, Carmen. “Forjando la Nación: Ensayos sobre Historia Republicana”. Lima: PUCP/Sewanee, 1999. Cit por Contreras, 2013, p.157.

camadas médias e populares, que abriu as portas ao capital estrangeiro a que terminou subordinada e que esteve aliada com os *gamonales* da serra. Estes últimos dominavam *haciendas* de baixíssima produtividade e eram os responsáveis pela exploração, a ignorância e a miséria abjecta em que se mantinha a população indígena<sup>56</sup> (CONTRERAS e CUETO, 2013, p.205).

O crescimento alcançado foi essencialmente urbano e costeiro, acentuando a periferização da serra rural e, dentro desta, do indígena camponês que passou por duas fases de coação social e económica. Na primeira dessas fases, segundo Rosemary Thorpe e Maritza Paredes (2011), entre 1890 e 1910 a procura internacional de lã gerou alguma riqueza nas zonas rurais andinas. Contudo, este incremento gerou maior pressão sobre a terra e a mão-de-obra, resultando num aumento dos abusos por parte dos proprietários. Assistiu-se então a um movimento semelhante às *enclosures* do Reino Unido à custa de terrenos até aí de usufruto coletivo (CONTRERAS, 2013, p. 252), provocando uma série de revoltas de indígenas entre 1900 e 1920, reduzidas pela força (p.234).

Depois da chamada sublevação de *Rumi-Maqui*, na qual se combinou a luta contra os *gamonales* com um desejo de recuperar o Tahuantinsuyo, entre 1919 e 1923 os Andes do sul do Peru foram sacudidos por uma sucessão de rebeliões camponesas (...). Os levantamentos não só repetem a clássica contradição *hacienda-comunidade*, se não que, de maneira até então inédita na história andina, ocorrem também no interior das *haciendas*: os colonos ocupam as suas parcelas e em muitos lugares (...) os proprietários refugiam-se nas cidades e abandonam temporariamente as suas propriedades<sup>57</sup> (FLORES GALINDO, 1988, p.54).

Numa fase seguinte, o aparecimento de fibras sintéticas, com a consequente diminuição na procura das naturais, criou uma estagnação económica nas *haciendas* da serra, diminuindo o poder económico dos *gamonales*, levando-os a transferir o mais possível desta crise para os seus *yanaconas*.

A perda de peso económico dos proprietários e a limitação do voto aos alfabetizados desde a constituição de 1895, contribuiu decididamente para uma subalternização das zonas rurais serranas e, claro, do seu escalão mais baixo: os índios, já antes submetidos a uma situação de puro servilismo. As tentativas políticas de melhorar a sua condição, levadas a cabo durante as presidências de Augusto Leguía (1919-1930), foram infrutíferas e não resistiram às manobras dos proprietários (THORPE e PAREDES, 2011).

---

<sup>56</sup> "Para otros autores fue el comienzo de la consolidación de una oligarquía o plutocracia cerrada, unida por lazos de parentesco, que practicaba el nepotismo en su monopolio del poder, marginando o neutralizando a las capas medias y populares, que abrió las puertas al capital extranjero, al que terminó subordinado y que estuvo aliada con los gamonales de la sierra. Estos últimos dominaban haciendas de bajísima productividad y eran los responsables de la explotación, la ignorancia y la miseria abyecta en que se mantenía a la población indígena" (tradução minha)

<sup>57</sup> "Después de la llamada sublevación de Rumi maqui, en la que se combinó la lucha contra los gamonales con el anhelo de recuperar el Tahuantinsuyo, entre 1910 y 1923 los Andes del sur del Perú se vieron sacudidos por una sucesión de rebeliones campesinas (...). Los levantamientos no solo reproducen la clásica contradicción entre hacienda-comunidad, sino que, de manera hasta entonces inédita en la historia andina, ocurren también en el interior de las haciendas: los colonos ocupan sus parcelas y en muchos lugares (...), los terratenientes se refugian en las ciudades y abandonan temporalmente sus propiedades." (Tradução minha)

Entretanto a economia era cada vez mais costeira e baseada em exportações de capital intensivo, mas também de mão-de-obra intensiva, sendo necessário alimentar uma crescente população proletarizada.

Desde meados do século XX os principais produtos que impulsionavam o crescimento tiveram o seu centro na – ou frente à – costa, sendo as minas de metais a única exceção importante. Deste modo, o algodão, o açúcar e a farinha de peixe, sucessivamente, levaram crescimento e prosperidade à zona costeira<sup>88</sup> (THORPE e PAREDES, 2011, p.141)

Em situação precária, muitos proprietários rurais optaram por migrar para a costa, onde alguns se reconverteram à nova economia exportadora de matérias-primas, vendendo as suas terras a uma nova elite *mestiza*, que em nada diminuiu a exploração sobre os camponeses, apesar destes já não lhe reconhecerem a mesma legitimidade.

No romance “Todas las Sangres”, publicado em 1964, o escritor José Maria Arguedas (1973) ilustra bem este movimento. O personagem Fermin de Aragon Peralta, pertencente à casta dos *gamonales*, mas reconverte-se em investidor numa indústria costeira de farinha de peixe, depois de ter vendido a contragosto o filão de prata descoberto nas suas terras, por não ter capacidade financeira para o explorar directamente, nem peso político para se contrapor à multinacional compradora. Toda a obra é a ilustração dum mundo rural serrano em convulsão, onde surgem figuras como a *haciendado mestizo* Adalberto Cisneros, um novo-rico comprador de terras que procura aumentar a repressão sobre os índios, sem ter a sua legitimidade reconhecida por estes.

Outra característica da primeira metade do século XX e que Arguedas retrata bem na obra, é a do índio migrante para Lima, recebendo aí novas experiências políticas e alguma ilustração. Esta figura é a do personagem Rendón Willca, regressado à serra já alfabetizado, dotado de consciência política e que irá liderar uma revolta dos camponeses contra a prepotência da mineira estrangeira, capaz de sacrificar toda a comunidade para se apropriar das águas necessárias ao desenvolvimento da sua actividade.

Esta é uma obra escrita quase em simultâneo com os acontecimentos. Enquanto Arguedas escrevia “*Todas las Sangres*”, os *haciendados* já tinham perdido muita da sua força económica e prestígio social, fruto da quebra nunca compensada dos rendimentos quando terminou o ciclo da lã e fruto também da sua incapacidade para renovar um modelo económico exclusivamente assente na exploração da mão-de-obra indígena. Politicamente os votos concentravam-se na costa, depois da constituição de 1895 condicionar a capacidade eleitoral a alfabetizados<sup>89</sup>, retirando aos *gamonales* o papel de “caciques” e, portanto, a sua importância política.

---

<sup>88</sup> “Desde mediados del siglo XX, los principales productos que impulsaban el crecimiento tuvieron su centro en – o frente a – la costa, siendo la minería de metales la única excepción importante. De este modo, el petróleo, el algodón, el azúcar y la harina de pescado, sucesivamente, llevaron expansión y prosperidad a la costa.” (tradução minha)

<sup>89</sup> A constituição de 1895 reduziu o universo eleitoral a 108.507 cidadãos, ou seja, menos de 3% da população. Nas eleições de 1896, por exemplo, apenas votaram 58.285 cidadãos, 56.000 dos quais em Lopez de Romaña, o candidato eleito. Institucionalizava-se assim um Estado puramente oligárquico (CONTRERAS e CUETO, 2013, p.196). Em 1945 Bustamante Ribero seria eleito com 67% dos votos, ou seja, com 305.570 (p.299).

Um reflexo da mudança dos tempos foi a reação de Lima à sindicalização e revoltas dos camponeses: os proprietários queixaram-se para a capital... mas desta vez o poder político mostrou como os tempos começavam a mudar e, “Em vez de enviar um destacamento do exército para manter a ordem, que era o que esta elite esperava e usualmente acontecia antes, o presidente Prado enviou uma comissão investigadora” (THORPE e PAREDES, 2011, p.164).

### **1.5.Sindicalismo camponês, ocupações e guerrilha**

Em 1963 Augusto Salazar Bondy descrevia assim a situação nos campos da serra:

A agricultura, que ocupa quase 60% da população ativa compreende, numa parte, na região andina, um tipo de exploração feudal, com trabalho servil e grande concentração da propriedade, ao lado de minifúndios antieconómicos para onde foram relegadas as grandes massas de camponeses indígenas e, na região costeira, um tipo de exploração moderna dedicada a cultivos de exportação, com regime salarial, ainda que não exclusivamente, e também grande concentração da propriedade (...). Com efeito, apenas 20% dos campos cultivados estão nas mãos dos camponeses, que contudo alcançam 90% da população agrícola. Uns 10% do total de proprietários – os latifundiários – possuem 80% do conjunto das terras e, destes poucos, uns 3 em cada 1.000 detêm 60%<sup>60</sup> (p.18).

Quando Salazar Bondy escrevia estas linhas, os campos da serra estavam numa convulsão social que teria duas fases: uma, iniciada em finais da década de 1950, conjugou o aparecimento dum sindicalismo camponês com ocupações pacíficas e massivas de *haciendas*, outra, em meados da década de 1960, traz consigo o aparecimento de guerrilhas inspiradas por Cuba e aí treinadas.

Num processo que pode rastrear-se desde os anos quarenta, o conflito nas zonas rurais agudizou-se nas décadas de 1950 e 1960 (...). Nos anos finais da década de 1950 e 1960 produzem-se mobilizações em diferentes pontos do país (...). Entre 1960 e 1962 dão-se mobilizações (...), particularmente na região central (...). O objectivo do movimento é a toma de latifúndios ganadeiros (...). As ocupações foram reprimidas (...). Em 1962, no vale de La Convención em Cuzco, dá-se outra mobilização importante, a ocupação de 70 *haciendas* pelos camponeses da zona (...). Ambos os casos foram reprimidos pela polícia, ainda que os camponeses atuaram no contexto dum debate político que, de alguma forma, lhes dava razão<sup>61</sup> (REMY SIMATOVIC, 2015, pp.241-244).

---

<sup>60</sup> “La agricultura, que ocupa caso el 60% de la población activa, comprende de una parte, en la región andina, un tipo de explotación feudal, con trabajo servil y grande concentración de la propiedad, al lado de los minifundios antieconómicos, a que han sido relegadas las grandes masas de campesinos indígenas y, de otra, en la región costera, un tipo de explotación, con régimen salarial, aunque no exclusivo, y también grande concentración de la propiedad (...). En efecto, apenas el 20% de los campos cultivados está en manos de campesinos que alcanzan, sin embargo, el 90% de la población agrícola. Un 10% del total de propietarios – los latifundistas – poseen el 80% del conjunto de la tierra, y de estos pocos, un 3 por mil acaparan el 60% de ellas”. (tradução minha)

<sup>61</sup> “Con un proceso que pude rastrearse desde los años cuarenta, el conflicto en las zonas rurales se agudizó en las décadas de 1950-1960 (...). En los años finales de la década de 1950 y en la década de 1960 se producen movilizaciones en diversas zonas del país (...). Entre 1960 e 1962 particularmente en la región central (...). El

Segundo Jan Lust (2013), em dezembro de 1961 e só na província de La Convención, 250.000 hectares foram tomadas pelos sindicatos de camponeses e mais duma centena de *haciendas* foram ocupadas (p.79).

Os números exatos não são coincidentes entre historiadores, mas é claro para todos ter-se iniciado na segunda metade da década de 1950 uma onda intensificada nos anos sessenta. Segundo Rosemary Thorp e Maritza Paredes (2011), entre 1956 e 1966 registaram-se mais de cem ocupações, das quais 77 nos últimos meses de 1963 (pp.165-166).

Em 1961 os camponeses da província de La Convención dão um passo mais, criando uma milícia liderada por Hugo Blanco, já próxima de ser um movimento guerrilheiro: “A principal tarefa da milícia era defender a ‘terra conquistada’ contra os ataques que iam em aumento, por parte da polícia”<sup>62</sup> (LUST, 2013, p.80)

A explosão dos campos, e também o divórcio cada vez mais claro entre a burguesia urbana dominante e a rural em decadência, levaram o governo a tomar algumas medidas de apoio às pretensões dos camponeses. Em 1962 o presidente Manuel Prado criou um *Instituto de la Reforma Agrária y Colonización*, legislou alguns benefícios, mas não chegou a propor a lei que anunciou (CONTRERAS e CUETO, 2013, p. 323 e LUST, 2013, p. 82). Os passos dados significavam que algo estava para mudar, mas eram ainda muito ténues:

Pedro Beltrán, capitão dos latifundiários, passou a presidir a uma *Comisión para la Reforma Agraria y la Vivienda*. Para completar o ridículo, os primeiros 22 mil soles com que funcionou a Comissão foram postos pelos Rockfeller, pois o Congresso não quis autorizar o gasto. Após quatro anos de reuniões, a Comissão apresentou um projeto cujo principal fim era conservar intacta a situação dos campos peruanos. O camponês não ia receber um palmo de terra cultivável<sup>63</sup> (THORNDIKE, 1976, p.14)

Seria preciso esperar pelo golpe militar que se seguiu (1962) para assistir a medidas mais concretas, mediante a publicação duma lei de bases da reforma agrária, “Contudo, o decreto não foi mais do que propaganda, pois só cobria as terras de três *haciendas* pequenas e apenas duzentos *arrendires*<sup>64</sup> puderam adquirir terras” (LUST, 2013, p.82). Apesar disso, começava a ficar clara a existência dum ímpeto reformista no seio da instituição militar, que viria a surgir em força apenas seis anos mais tarde.

Com estas medidas, o poder político parecia recorrer à dupla estratégia de algumas reformas misturadas com repressão:

---

objeto del movimiento es la toma de latifundios ganaderos (...). En 1962, en el valle de La Convención en el Cuzco, se produce otra movilización importante, la toma de 70 haciendas por los campesinos de la zona (...). Ambos casos fueron reprimidos por la policía, aunque los campesinos actuaron en el contexto de un debate político que, en cierto modo, les daba la razón.” (tradução minha)

<sup>62</sup> “La tarea principal de la milicia era defender la ‘tierra conquistada’ de los ataques, que iban en aumento, por parte de la policía”. (Tradução minha)

<sup>63</sup> “Pedro Beltrán, capitán de los latifundistas, pasó a presidir a una Comisión para la Reforma Agraria y Vivienda. Para completar el ridículo, los primeros 22 mil soles con que funcionó la Comisión fueron puestos por los Rockfeller, pues el Congreso no quiso autorizar el gasto. Tras cuatro años de reuniones, la Comisión presentó un proyecto cuyo fin principal era conservar intacta la situación del agro peruano. El campesino no iba a recibir un palmo de tierra cultivable.” (Tradução mina)

<sup>64</sup> *Arrendires*: rendeiros que pagavam as courelas com trabalho não remunerado nas *haciendas*.

Além das medidas pacíficas, também se recorreu à violência para romper a resistência camponesa. Assim, em finais de dezembro de 1962 criaram-se 12 novos postos militares em La Convención (...). Também as divisões blindadas se dirigiram a La Convención. A intervenção militar terminou num massacre. No *Pueblo* de Chalhuy 46 camponeses resultaram mortos, entre eles líderes sindicais<sup>65</sup> (LUST, 2013, p. 83).

Entretanto, o sistema era ameaçado noutra frente. À medida que a APRA, um partido de massas onde se aglutinava a esquerda burguesa, se aproximava da oligarquia dominante, gerou-se um descontentamento interno nas suas tendências mais extremistas, originando a cisão em 1959: O grupo liderado por Luis Uceda radicalizou-se e acabou por tomar a opção armada, recebendo instrução guerrilheira na ilha de Fidel Castro e vindo a estabelecer cinco frentes em território peruano a partir de 1964, uma das quais estava precisamente no vale de La Convención, englobando a referida milícia anteriormente formada por Hugo Blanco. Além do *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* de Uceda, surgiu o *Ejército de Liberación Nacional*, de Héctor Bejar, um dissidente do Partido Comunista Peruano, também com apoio de Cuba (LUST, 2013). Bejar seria preso em combate, mais tarde amnistiado e colaborou com o *Gobierno Revolucionario* de Velasco Alvarado.

Estes movimentos já não eram os sindicatos de camponeses, sem projeto político nacional e apenas interessados em tomar as *haciendas* dos *gamonales*. Pelo contrário, tinham uma ideia clara de mudança para o país e o seu projeto era a toma do poder. Num encontro unitário da esquerda, em fevereiro de 1964, Uceda era direto quanto aos objetivos: “Olhem para Cuba, a Cuba de Fidel demonstrou que é possível fazer a revolução autêntica, que é possível começar a grande revolução latino-americana”. Depois enumerava vários exemplos de levantamentos por todo o continente: “Toda a América vive um processo revolucionário”<sup>66</sup>, concluiu.

Além dum objectivo político bem definido de toma do poder pelas armas, Uceda olhava para os campos, para os movimentos espontâneos de camponeses, e não tinha dúvida de que a estratégia passava por ali: “O problema da terra é o problema chave, o problema insolúvel, o problema frente ao qual esbarram todas as tentativas de reforma”<sup>67</sup>. (PUENTE UCEDA, 1976, p.43).

---

<sup>65</sup> “Además de las medidas pacíficas también se recurrió a la violencia para romper la resistencia campesina. Así, a finales de diciembre de 1962 se crearon 12 nuevas puestas militares en La Convención (...). También las divisiones blindadas se dirigieron a La Convención. La intervención militar terminó en una masacre. En el pueblo de Chalhuy 46 campesinos resultaron muertos, entre ellos líderes sindicales” (Tradução minha)

<sup>66</sup> “Miren ustedes Cuba, la Cuba de Fidel ha demostrado que es posible hacer la revolución autentica, que es posible comenzar la gran revolución latinoamericana (...). Toda América vive un proceso revolucionario” (Tradução minha)

<sup>67</sup> “Discurso del Dr. Luis Felipe de La Puente Uceda en la Plaza de San Martin de Lima-Perú, el 7 de Febrero de 1964”. Consulta 19.8.2018: <http://www.cedema.org/uploads/Discurso%20Plaza%20San%20Martin.pdf>

<sup>68</sup> “El problema de la tierra es el problema clave, el problema insoluble, el problema frente al cual se estrellan todos los intentos de reforma”.



Houve contactos entre este movimento e os líderes camponeses. Huillca, o indígena que fundou diversos sindicatos de camponeses e liderou ocupações de terras, narrou o seu encontro com Uceda em Mesa Pelada, uma base guerrilheira:

Fui, estive com eles. Em essa oportunidade lhes disse que éramos poucos, que não íamos alcançar o triunfo. Precisávamos que participasse a maioria para triunfar. Se nos levantámos uns poucos, não podemos. Mas se todos participamos neste movimento, conseguimos o que aspiramos. Triunfaremos. Poderemos mudar a nossa existência por uma melhor. Com uns poucos só chegaremos ao fracasso, e podem debilitar-nos, disse-lhe<sup>68</sup> (NEIRA SAMANEZ, 1974, p.84).

É certo que os camponeses tiveram as hesitações demonstradas por Huillca neste trecho. Afinal, a sua luta nunca havia sido política e não tinham outras pretensões, exceto lutar pela terra. Vários historiadores têm essa mesma perspectiva dos movimentos camponeses das décadas de 50 e 60, entre eles Henry Pease Garcia e Gonzalo Romero Sommer (2013, p.224), ou Jan Lust (2013, p.71 e p.89).

Num artigo escrito na prisão e publicado na “Intercontinental Press” em 1969, o próprio Hugo Blanco reconhecia ter o objectivo da luta nos campos sido mais por terra do que por uma mudança revolucionária do sistema: “A través da nossa história, as mobilizações camponesas no Peru tiveram um objectivo fundamental – terra”<sup>69</sup>. Mais tarde, numa entrevista publicada pelo mesmo órgão, em março de 1969, Blanco que, recorde-se, foi o líder do movimento de guerrilha que suportou as ocupações de terras na década de 60, diria: “Os camponeses do Peru são hoje a sua maior força revolucionária, mas no longo prazo, quando obtenham terra, tornar-se-ão burgueses. A classe operária é a única garantia de longo prazo duma revolução socialista”<sup>70</sup>.

Os movimentos como o *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR) mostravam-se muito débeis e não conseguiam a almejada mobilização popular. Mas Cuba aí estava, para recordar às elites a existência dum potencial de união entre a guerrilha e o campo. Esta comoção não deixava margem para complacências, e a resposta do governo foi implacável, tendo incluído ajuda norte americana e bombardeamentos com napalm (CONTRERAS e CUETO, 2013, p.334).

---

<sup>68</sup> “Fui, estuve con ellos. En esa oportunidad les dije que éramos pocos, que no íbamos a alcanzar el triunfo. Necesitábamos la concurrencia de la mayoría para poder triunfar. Si nos levantamos unos cuantos, unos pocos, no podremos. Pero si todos participamos en este movimiento, lograremos lo que aspiramos. Triunfaremos. Podremos cambiar nuestra existencia por una mejor. Con unos pocos solo llegaremos al fracaso, y podrán debilitarnos, les dije”. (Tradução minha)

<sup>69</sup> “The Mobilization of the peasants”, artigo de Hugo Blanco, in “International Press”, vol 7, N°33, 13 de outubro de 1969. P. 904. Consulta 19.8.2018: [http://www.themilitant.com/Intercontinental\\_Press/1969/IP0733.pdf#page=16&view=FitV,35](http://www.themilitant.com/Intercontinental_Press/1969/IP0733.pdf#page=16&view=FitV,35)

<sup>70</sup> “Throughout our history, peasant mobilizations in Peru had one fundamental objective – land” (Tradução minha)

<sup>70</sup> Entrevista com Hugo Blanco

Esta entrevista foi feita na prisão onde Blanco cumpria uma pena de 25 anos (seria amnistiado pelo regime militar em 1970), por James Petras em fevereiro de 1968 e foi primeiro publicada no N° 15 do “Guardian” de Nova York de fevereiro de 1969. a “International Press” reproduziu-a no Vol 7, N°8 de 3 de março de 1969, p. 209. Esta última foi a minha fonte. Consulta 19.8.2018: [http://www.themilitant.com/Intercontinental\\_Press/1969/IP0708.pdf#page=9&view=FitV,35](http://www.themilitant.com/Intercontinental_Press/1969/IP0708.pdf#page=9&view=FitV,35)

“The peasantry in Peru today is a major revolutionary force, but in the long run once they obtain land, the peasants become bourgeois. The working class is the only guarantee in the long run of a socialist revolution.” (Tradução minha)

Em meados de 1965, com o objetivo de pôr fim a estas acções subversivas, (o presidente) Belaunde pediu a intervenção das Forças Armadas (...). Pouco depois De la Puente Uceda e outros líderes revolucionários foram assassinados em combate, com o que se pôs fim a este breve período de esforços revolucionários<sup>71</sup> (Pease, 2015, p.213).

## **1.6.Uma nova consciência nas Forças Armadas**

Este, que aqui aportou,  
Foi por não ser existindo.  
Sem existir nos bastou.  
Por não ter vindo foi vindo  
E nos criou<sup>72</sup>

Poucas situações históricas se adaptam tão bem às palavras de Fernando Pessoa, como aquela a que assistimos depois de derrotados os movimentos guerrilheiros em 1965. Surgidas com ímpetos de reforma social e económica, os combatentes formados em Cuba foram rapidamente derrotados por uma resposta sem misericórdia do poder político, ou seja, foram praticamente “não existidos”. Mas foi esse combate que levou as Forças Armadas a entrar no país real, assistindo *in loquo* à situação miserável vivida pelos camponeses, tomando pulso ao potencial de revolta e percebendo a necessidade duma reforma social, que acabariam por impôr... ou seja, sem que as guerrilhas chegassem realmente a existir, os aniquilados movimentos bastaram à mudança.

E chegamos assim ao dia 3 de outubro de 1968, quando uma coluna militar entrou no palácio presidencial, prendeu o presidente eleito Belaunde Terry e o remeteu de avião para um exílio na Argentina. O golpe estava dado, fora um êxito e tinha uma cabeça: Juan Velasco Alvarado, nada menos que o presidente do Comando Conjunto das Forças Armadas. Desta vez os militares não vinham, como antes, para defender os interesses da oligarquia, mas para executar um programa de profundas reformas económicas e sociais, com as quais pretendiam mudar a face do país. O que os levou aí?

A pergunta que se fizeram foi: ‘Que faremos nós, defendendo as terras dos oligarcas, de peito feito, num momento em que se levante um milhão e meio de camponeses? Quem os vai deter? Então por

---

<sup>71</sup> “A mediados de 1965, con el objetivo de ponerles fin a estas acciones subversivas, Belaunde pidió la intervención de las Fuerzas Armadas (...). Poco después De la Puente Uceda y otros líderes revolucionarios fueron asesinados en combate, con lo que se puso fin a este breve período de esfuerzos revolucionarios.” (Tradução minha)

<sup>72</sup> Fernando Pessoa. “Ulisses”, in: “Mensagem”.

uma simples precaução geopolítica, já que ninguém fazia a reforma agrária, decidiram que a fariam eles<sup>73</sup>.

Hugo Neira foi os dos intelectuais civis que mais colaborou com o *Gobierno Revolucionario de la Fuerza Armada*. Esteve em Portugal no ano de 1975, a convite do Expresso, e fez várias conferências, algumas no COPCON, sobre o modelo peruano. Quando aconteceu o golpe de 1968, estava em Paris, preparando um doutoramento em sociologia. Depois de se convencer de estarem os militares genuinamente decididos a fazer reformas, decidiu regressar ao Peru, onde colaborou com o organismo de mobilização social fundado pelo novo governo, o SINAMOS. Foi também director do jornal *Correo* após a nacionalização da imprensa em julho de 1974. Depois de o contactar por correio electrónico, fiquei de lhe ligar para marcarmos uma entrevista: atendeu-me o telefone a cantar “Grândola Vila Morena”. Já em sua casa, quando lhe perguntei a opinião sobre quais as motivações reformistas dos militares revolucionários peruanos, pôs à cabeça o citado argumento.

Fiz a mesma pergunta a Mirko Lauer, escritor, poeta e jornalista, que foi apoiante do regime militar e continua no ativo, mantendo uma coluna diária de análise política no jornal *República*. Também Mirko esteve em Portugal como repórter do *La Prensa* em abril de 1975:

Primeiro vejo um sentimento estratégico da instituição militar, num sentido de pensar que há uma agenda social, que se não a executamos nós, será executada por forças revolucionárias subversivas, como aquelas que eles mesmos já tinham visto e combatido<sup>74</sup>.

Esta foi também a visão que, na época, o próprio regime teve ou transmitiu da sua motivação. Em 1974, Augusto Zimmerman Zavala, chefe de imprensa do presidente Velasco, publicou um livro onde procurava fazer o relato das origens e preparação do golpe militar de 1968. As suas fontes são obviamente diretas e a obra é praticamente a verdade oficial, não só porque é publicada pela editora estatal, também pelo cargo desempenhado pelo autor e porque o próprio presidente Velasco Alvarado a corroborou, num encontro com a imprensa<sup>75</sup>:

As guerrilhas soaram aos ouvidos do exército como o toque de Diana dum amanhecer sombrio para o país. A miséria era ampla e pluralista e o descontentamento começava a crescer, num grau tal que,

---

<sup>73</sup> Hugo Neira. Entrevista 11.04.2018.

<sup>74</sup> Mirko Lauer. Entrevista 22.1.2018.

<sup>75</sup> Esta corroboração aconteceu num encontro com a imprensa, publicado na edição de *La Cronica* de 9 de agosto de 1974. Um jornalista perguntou-lhe se corroborava e avalizava a descrição de Zimmerman, ao que Velasco respondeu: “Naturalmente que si. Hay quizá algunos pequeños detallitos, algunas precisiones, donde hay ligeros errores, insignificantes, diría yo. Pero este libro va a servir en el futuro como una de las mejores fuentes históricas. Está pegada fielmente a hechos reales y no dudo que será obra de consulta histórica”.

mais além da análise duma esquerda pensante, estava a aventura dos que estavam saturados da realidade, não viam outro caminho que lançar-se num ataque sem possibilidades de vitória<sup>76</sup> (p.58).

Também coevo e corroborante desta análise é o testemunho de Carlos Delgado Olivera (1973), que foi director principal do SINAMOS e é considerado um dos principais ideólogos do regime militar:

a experiência da luta anti guerrilheira em 1965 desempenhou também um papel significativo no esforço por redefinir a imagem tradicional das instituições castrenses. A guerrilha (...) pôs em evidência, desde um novo ângulo, a intensidade da injustiça social no campo e mostrou a aptitude de reduzidos grupos urbanos, principalmente de jovens estudantes e profissionais, para empreender uma acção revolucionária num país com profundas desigualdades sociais e de grandes problemas por resolver que afectavam a vida diária da maioria dos peruanos<sup>77</sup> (p.160)

À semelhança dos meus dois referidos entrevistados, de Zimmerman e de Delgado, também a historiografia é unânime considerando que a missão repressiva dos militares durante as ocupações de terras e, depois, no combate aos movimentos guerrilheiros, foram um ponto de inflexão na sua mentalidade, dando-lhes consciência do potencial de explosão social e da necessidade de fazer algo para mudar a situação. Poderíamos, então, considerar o avanço das Forças Armadas em 1968 como tendo o objectivo de concretizar uma espécie de reformas preventivas<sup>78</sup>.

O historiador britânico Eric Hobsbawm (2018) esteve sempre atento à realidade latino-americana Latina. Em novembro de 1969 foi um dos primeiros a analisar o caso peruano, num artigo na *New Society*, onde constata com surpresa como um governo militar tinha decidido dar um golpe e iniciar uma série de reformas sociais:

Em 1965 o exército peruano arrasou uma série de aldeias na serra e massacrou uma quantidade substancial de camponeses que tinham apoiado as guerrilhas porque estas lhes tinham prometido a reforma agrária. Ninguém sabe realmente quantos morreram, porque as estatísticas no *hinterland* peruano são, para dizê-lo diplomaticamente, aproximadas, mas não é um país onde os camponeses contem nem se contem muito. A ninguém surpreenderam estes factos. Mas depois (...), a 24 de julho (de 1969) o governo militar que tinha tomado o poder no Peru em finais de 1968, anunciou

---

<sup>76</sup> "Las guerrillas sonaron en los oídos del Ejército como el toque de diana de un amanecer sombrío para el país. La miseria era extendida y pluralista y el descontento empezaba a cundir, en un grado tal que, más allá del análisis de una izquierda pensante, estaba la aventura de quienes, saturados de la realidad, no veían otro camino que lanzarse a un asalto sin posibilidades de victoria." (Tradução minha)

<sup>77</sup> "la experiencia de la lucha antiguerrillera en 1965 desempeñó también un papel significativo en el esfuerzo por redefinir la imagen tradicional de las instituciones castrenses. La guerrilla (...) puso en evidencia desde un ángulo nuevo, la intensidad de la injusticia social en el campo y mostró la aptitud de reducidos grupos urbanos, principalmente de jóvenes estudiantes y profesionales, para emprender un curso de acción revolucionaria en un país de profundadas desigualdades sociales y de grandes problemas irresueltos que afectaban el diario vivir de la mayoría de los peruanos." (Tradução minha).

<sup>78</sup> Pease García e Romero Sommer (2013) consideraram que o GRFA concretizou uma "revolução preventiva".

subitamente aquela que parecia ser a reforma agrária mais radical da América Latina, depois da de Fidel Castro<sup>79</sup> (p.349)

Quando escrevia estas linhas, Hobsbawm não tinha ainda uma ideia precisa das origens desta atuação. Seis meses depois, em maio de 1970, na *New York Review of Books*, já lhe parecia clara:

Com o aparecimento dos índios na sociedade visível durante a década de 1960, os parâmetros da política peruana mudaram para sempre. Pela primeira vez os rugidos do vulcão deveriam ser considerados seriamente: tinha dado prova da sua capacidade de erupção<sup>80</sup> (p.363).

No mesmo artigo, Hobsbawm concluía que os militares peruanos temiam uma revolução levada a cabo pela esquerda e que pudesse congregiar o apoio dos camponeses, teriam, por isso, decidido tomar o poder e concretizar uma reforma agrária bloqueadora desse curso (p.364).

Um dos primeiros historiadores a estudar o processo foi David Scott Palmer (1973), para quem o exército tomou o poder em nome daquilo a que chamou um “reformismo conservador”, com o objectivo de fechar o caminho a forças incontrolavelmente subversivas. Para Lust (2013) o GRFA executou parcialmente o mesmo programa das guerrilhas, conseguindo assim “suprimir uma série de condições chave para a luta guerrilheira, mediante a implementação duma reforma agrária e diversas mudanças sociais”<sup>81</sup> (p.12). Para Pease García e Romero Sommer (2013), “O problema da Reforma Agrária fazia-se mais urgente à medida que a ocupação de terras e a luta camponesa se tornam mais ativas no interior do país”, e, “as Forças Armadas, de acordo com a sua nova doutrina de que a segurança interna dependia do desenvolvimento nacional, também consideravam a reforma como uma questão primordial”<sup>82</sup> (pp.210-211). Os mesmos historiadores consideram que o pano de fundo do golpe de Estado foi “a incapacidade do governo (de Belaunde Terry) para levar a cabo a reforma agraria, a qual os militares consideravam indispensável para assegurar a defesa nacional”<sup>83</sup> (p.241).

Nesta linha, são significativas as palavras do general Ernesto Montagne Sanchez, primeiro-ministro do governo militar, durante uma deslocação à Argentina em julho de 1969: “Não há lei mais anticomunista do que a lei da reforma agrária, já que é uma contenção ao avanço do comunismo, e servirá para desmentir aqueles que

---

<sup>79</sup> “En 1965, el Ejército peruano arrasó una serie de aldeas en la sierra y masacró a una cantidad sustancial de campesinos que habían apoyado a las guerrillas porque estas les habían prometido la reforma agraria. Nadie sabe realmente cuantos murieron, porque las estadísticas en el hinterland peruano son, para decirlo diplomáticamente, aproximativas, pero no es un país donde las vidas campesinas cuenten ni se cuenten demasiado. A nadie sorprendieron estos hechos. Pero después (...), el 24 de julio (de 1969) el gobierno militar que había tomado el poder en Perú a fines de 1968 anunció súbitamente la que parecía ser la reforma agraria más radical de América Latina después de la de Fidel Castro.” (Tradução minha)

<sup>80</sup> “Con la irrupción de los indios en la sociedad visible durante la década de 1960, los parámetros de la política peruana cambiaron para siempre. Por primera vez los rugidos del volcán debían ser considerados seriamente: había dado prueba de su capacidad de erupción.” (Tradução minha)

<sup>81</sup> La Junta Militar que gobernó el país entre 1968 y 1975 tuvo en cuenta, si bien parcialmente, el programa de la guerrilla, con lo cual logró suprimir una serie de condiciones clave para la lucha guerrillera mediante la implementación de una reforma agraria y distintos cambios sociales.” (Tradução minha)

<sup>82</sup> El problema de la reforma agraria se hacía más urgente a medida que la toma de tierras y la lucha campesina se volvían más activas en el interior del país. Asimismo las Fuerzas Armadas, de acuerdo con su nueva doctrina de que la seguridad dependía del desarrollo nacional, también consideraban la reforma como un tema primordial.” (Tradução minha)

<sup>83</sup> “El tranfondo fue la incapacidad del gobierno de llevar a cabo la reforma agraria, la cual los militares consideraban indispensable para asegurar la defensa nacional.” (tradução mina)

tildam de extremista o governo revolucionário<sup>84</sup>” (citado por: QUIJANO OBREGÓN, 1971, p.97). Aliás, dias antes, a 24 de junho, no discurso de promulgação desta lei, o próprio presidente Velasco Alvarado (1970) não deixara escapar tal motivação, dizendo servir a medida para evitar “o caótico surgimento da violência social” e era “a melhor garantia de uma verdadeira e justa paz social no futuro”<sup>85</sup> (p.53).

Seguindo a mesma linha interpretativa, Pease García e Romero Sommer (2013) consideram estarmos perante aquilo a que chamaram uma “revolução preventiva”, organizada porque “o principal temor das Forças Armadas era a possibilidade duma revolução comunista em território peruano”. Os dois autores concluem ter-se aplicado “uma ‘revolução desde cima’ para evitar uma desde baixo”<sup>86</sup> (p.247).

Esta necessidade estava, aliás, bastante disseminada na sociedade peruana alguns anos antes da revolução e não era um exclusivo das Forças Armadas. No já referido romance *Todas las Sangres* (ARGUEDAS, 1973-b), publicado em 1964, o personagem Jorge Hidalgo é um jovem engenheiro de família tradicional, com ideais de mudança social e matriz democrata-cristã. Em conversa com outro personagem que considerou comunista, diz-lhe:

Há que lutar contra ti de outro modo. Não com açoite e metralha, isso dá-te razão e engrandece-te. Há que lutar livrando o índio da miséria, fazendo-o dono dos seus direitos; que tenha terras, que tenha instrução, mas que adore a Deus<sup>87</sup> (p.242).

O general Francisco Morales Bermudes (2018) foi presidente da república, depois de executar um golpe palaciano a 29 de agosto de 1975, que acabou com o governo de Velasco Alvarado, de quem era primeiro-ministro. Tendo hoje 97 anos, acaba de publicar um livro em conjunto com o jornalista Frederico Prieto Cielí, com o título significativo de *Mi Última Palabra*. Trata-se do assumido testamento político dum sobrevivente político: Foi ministro da economia do deposto presidente Belaunde Terry, ministro e primeiro-ministro de Velasco Alvarado, depôs este último e, ascendendo à presidência, começou um processo de inflexão das medidas revolucionárias do governo anterior. Neste livro, reconhece a importância que teve a consciência dos militares sobre a necessidade de empreender reformas sociais, para assim evitar uma revolução popular incontrolada:

Havia movimentos que ameaçavam a sociedade no seu conjunto e a estrutura do Estado. Se as mudanças não se produzem de baixo para cima na própria sociedade, então há que fazê-las a partir do

---

<sup>84</sup> “No hay ley más anticomunista que la Ley de la Reforma Agraria, puesto que es una contención al avance del comunismo, y servirá para desmentir las afirmaciones de aquellos que tildan de extremista al gobierno revolucionario.” (Tradução minha).

<sup>85</sup> “...el gobierno del pueblo y de la Fuerza Armada pone hoy en movimiento un vigoroso e irreversible proceso de transformación nacional, evitando el caótico surgimiento de violencia social y dando autónoma solución a los seculares problemas del Perú. esta es la mejor garantía de una verdadera y justa paz social en el futuro de nuestra Patria.”

<sup>86</sup> “la Revolución peruana fue entonces una revolución preventiva. El principal temor de las Fuerzas Armadas era la posibilidad de una revolución comunista en territorio peruano (...). Así, se aplicaría una ‘revolución desde arriba’ para evitar una desde abajo.” (Tradução minha)

<sup>87</sup> “Hay que luchar contra ti de otro modo. No con azote y metralla. Eso te da la razón, te engrandece. Hay que luchar librando al indio de la miseria, haciéndole dueño de sus derechos; que tenga tierras, que tenga instrucción, pero que adore a Dios.” (Tradução minha)

governo (...). Em lugar de que venha uma anarquia desde baixo, é melhor fazer uma mudança estrutural desde cima, desde o poder. Esta foi a filosofia que existiu neste processo<sup>88</sup> (p.133)

Mais adiante, na mesma obra, põe a questão preto no branco, chegando a falar nas políticas de desenvolvimento social como sendo uma “estratégia anti subversiva” (p.237)

Outro contributo para a mudança de mentalidade nas Forças Armadas, foi a criação do *Centro de Altos Estudios Militares* (CAEM) em 1950. Na entrevista que lhe fiz, Hugo Neira também referiu a importância deste organismo para a eclosão do movimento revolucionário:

Os militares tinham-se dado ao luxo de criar uma universidade para eles, o CAEM, e formavam aí uma série de quadros com os melhores professores do Peru (...). Pela primeira vez no seu currículo as Forças Armadas não estudavam apenas questões de logística, de armas, mas de Economia, Sociologia, Filosofia... eram uma elite que estavam muito acima da velha oligarquia e capaz de discutir com Haya de la Torre ou com os melhores intelectuais.

Zimmerman (1974), “cronista” oficial do regime, também deixou esse registo na mesma obra já aqui citada:

Os oficiais que vinham da *Escuela Militar de Chorrillos*, não eram apenas preparados na exclusiva disciplina da arte da guerra. O critério de ‘segurança fronteiriça’ caiu em desuso e isso marcou o início de uma mudança na mentalidade. Mantendo-se dentro duma linha de percepção do humanismo, as diversas escolas pelas quais um oficial podia passar, incorporaram a tese da ‘segurança integral’. Segundo ela, um país não estava apenas ameaçado por possíveis inimigos externos, se não pela fome, pela miséria, pelo subdesenvolvimento e pela exploração social<sup>89</sup> (p.55)

Também o ideólogo do regime, Carlos Delgado Olivera (1973), afirmaria:

As Forças Armadas do Peru evidenciaram tendências de mudança potencialmente substantiva pelo menos desde o começo da década de 1950, quando se fundou o CAEM (...). O CAEM respondeu ao propósito de procurar uma redefinição do conceito tradicional de segurança nacional (...). A generalização que deriva deste conceito pode ser expressa nos seguintes termos: (...) a segurança

---

<sup>88</sup> “Había movimientos que amenazaban a la sociedad en su conjunto y a la estructura del estado. Si los cambios no se producen de abajo arriba, en la sociedad misma, entonces hay que hacerlos desde el gobierno (...). En lugar de que venga una anarquía desde abajo, mejor hacer un cambio estructural desde arriba, desde el poder. Esta fue la filosofía que existió en este proceso.” (Tradução minha)

<sup>89</sup> “Los oficiales que egresaban de la Escuela Militar de Chorrillos, no eran solamente preparados en la exclusiva disciplina del arte de la guerra. El criterio de ‘seguridad fronteriza’ cayó en desuso y ello marcó el inicio de un vuelco en la mentalidad. Manteniéndose dentro de una línea de percepción del humanismo, las diversas escuelas por las que un oficial podía atravesar, incorporaron la tesis de la ‘seguridad integral’. Según ella, un país no solamente estaba amenazado por posibles enemigos externos, sino por el hambre, la miseria, el subdesarrollo y la explotación social.” (Tradução minha)

É de sublinhar que Zimmerman não fala especificamente do Centro de Altos Estudios Militares, que todas as demais fontes e historiadores realçam, mas da academia militar (*Escuela Militar de Chorrillos*) em geral e das “diversas escolas pelas quais um oficial podia passar”. A esta opção não terá sido alheio o facto do próprio presidente, de quem o autor era um colaborador próximo, não ter frequentado o CAEM, mas apenas a referida escola.

nacional é impossível de garantir na presença de frentes internas caracterizadas por condições de subdesenvolvimento. E essa era, precisamente, a situação concreta do Peru<sup>90</sup> (pp. 228-229).

O próprio presidente Velasco fez referência à importância desta instituição para o despontar do processo revolucionário, durante o discurso de encerramento do respectivo ano académico em 1969:

Quando há quase vinte anos se fundou o Centro de Altos Estudos Militares, aconteceu um facto assim, na aparência rotineiro e normal, mas na verdade transcendente para o Peru e para as suas instituições armadas. Porque quando isso aconteceu, começou a tomar forma, consciente e institucional, um laborioso e necessário processo de reformulação do papel que tradicionalmente tínhamos desempenhado os homens do uniforme no Peru<sup>91</sup> (p.175).

Entrando agora na historiografia, também neste campo encontramos uma profunda unanimidade sobre o papel do CAEM na criação duma nova consciência no seio das Forças Armadas, que as levaria depois a tomar o poder para empreender reformas até então sempre adiadas.

Carlos Contreras e Marcos Cueto (2013) partilham desta análise, juntando os dois motivos aqui referidos: primeiro, a criação duma nova cultura induzida pelo CAEM, depois, a consciencialização, adquirida no combate às guerrilhas:

Parte dos oficiais que chegaram então ao poder tinham-se formado no Centro de Altos estudos Militares – CAEM, onde tinham chegado à conclusão de que a ‘ameaça interna’; quer dizer, os movimentos sociais de oposição de tendência comunista, e as guerrilhas, podiam ser um perigo para a estabilidade política do país e, em consequência, para a sua segurança como nação independente e soberana frente às outras nações. Uma maneira de controlar estes movimentos era erradicando as causas estruturais da injustiça social<sup>92</sup> (p.342)

Segundo Pease García e Romero Sommer (2013), “O ponto de vista mais aceite é que a mudança começou especificamente em 1950, com a criação do *Centro de Altos Estudios del Ejército*, o qual mudaria de nome para *Centro de Altos Estudios Militares* (CAEM) em 1954<sup>93</sup>” (p.245). Para Isabel Remy Simatovic (2015), desde o CAEM, as Forças Armadas desenvolveram a convicção da segurança nacional passar pela garantia de paz

---

<sup>90</sup> “La Fuerza Armada del Perú evidenció tendencias de cambio potencialmente sustantivo por ,lo menos desde el comienzo de la década de 1950 cuando fundóse el CAEM (...). El CAEM respondió an propósito de buscar una redefinición del concepto tradicional de seguridad nacional (...). La generalización derivable de este hecho puede ser expresada en los siguientes términos: (...) la seguridad nacional es ingarantizable en presencia de frentes internos caracterizados por condiciones de subdesarrollo. Y tal era, precisamente, la situación concreta del Perú.” (Tradução minha).

<sup>91</sup> “Cuando hace casi veinte años se fundó el Centro de Altos estudios Militares, aconteció un hecho así, en apariencia rutinario y normal, pero en verdad transcendente para el Perú y para sus Institutos Armados. Porque cuando eso ocurrió, empezó a tomar forma consciente e institucional un laborioso y necesario proceso de reformulación del papel que tradicionalmente habíamos desempeñado los hombres de uniforme en el Perú.” (Tradução minha)

<sup>92</sup> “Parte de los oficiales que llegaron entonces al poder se habían formado en el Centro de Altos Estudios Militares – CAE; donde habían llegado a la conclusión de que la ‘amenaza interna’; es decir, los movimientos sociales de oposición de tinte comunista, y las guerrillas, podían ser un peligro para la estabilidad política del país y, en consecuencia, para su seguridad como nación independiente y soberana frente a las demás naciones. Una manera de controlar dichos movimientos era erradicando las causas estructurales de la injusticia social.” (Tradução minha).

<sup>93</sup> “El punto de vista más aceptado es que el cambio empezó específicamente en 1950, con la creación del Centro de Altos Estudios del Ejército (CAEE), el cual sería renombrado Centro de Altos Estudios Militares (CAEM) en 1954.” (Tradução minha).



social e, esta última, pela superação das desigualdades históricas, sobretudo no mundo agrário (pp 260-261). George Philip (2018) também destaca o papel deste organismo, considerando que, sem a confiança dada pela teorização aí aprendida, os militares não teriam “ousado enfrentar o governo dos Estados Unidos nem a oligarquia doméstica. Também não teriam governado com tão pouco apoio civil e com um estilo tão predominantemente militar<sup>94</sup>” (p.273).

A estas causas, Pease García e Rommero Sommer (2015) acrescentam as características sociais internas das próprias Forças Armadas, porque um número crescente de oficiais provinha dos escalões mais desfavorecidos da sociedade: classe média baixa e até “classes populares do mundo agrário e das cidades mais pobres<sup>95</sup>” (p.246). O melhor exemplo desta realidade é o do próprio Velasco Alvarado, que fora incorporado no exército como soldado raso em 1929, depois de fazer a viagem a Lima desde a sua Piura Natal, trabalhando num navio chileno porque não podia pagar o respectivo bilhete. Ingressou um ano depois na Escola Militar de Chorrillos, onde se preparou para ser oficial e daí passou à escola Superior de Guerra. Em 1959, 30 anos depois de ter chegado paupérrimo à capital, era general e, nove anos depois, presidente (ESTUARDO CONEJO, 1969).

Em 1973, Carlos Delgado Olivera, um dos principais ideólogos civis da revolução, também tinha esta perspectiva. Segundo escreveu, “a grande maioria dos oficiais provem dos sectores populares e intermédios e caracteriza-se pela sua origem provinciana”, por isso, “não existe nenhum nexos fundamental que vincule os oficiais peruanos com os interesses oligárquicos”<sup>96</sup> (p.160)

Mas, além destes fatores internos à própria instituição militar, os militares encontraram uma frente internacional favorável, começando pelos Estados Unidos, decididos a inflectir a sua política latino-americana, depois do susto cubano. Esta mudança consubstanciou-se na criação da Aliança para o Progresso em 1961, procurando

Essencialmente (...) minar o comunismo e promover a democracia atacando o que era percebido como as raízes do comunismo e das revoluções na América Latina: a injustiça social, a desigualdade económica, as ditaduras políticas e o que tudo isto trazia: fome, pobreza, subemprego e a frustração dum sistema que não dava às pessoas aquilo de que precisavam (...). Kennedy tentava nada menos

---

<sup>94</sup> “Sin la confianza impartida por la academia militar (CAEM), los regímenes militares del Perú no hubiesen osado enfrentarse al gobierno estadounidense nia a la oligarquía doméstica de manera tan agresiva. Tampoco hubiesen gobernado con tan poco apoyo civil y con un estilo tan predominantemente militar.” (Tradução minha).

<sup>95</sup> “un mayor número de oficiales provenían de la clase media baja o incluso de clases populares del agro y las ciudades más pobres.” (Tradução minha)

<sup>96</sup> “debe considerarse el hecho de que la gran mayoría de la oficialidad de la Fuerza Armada proviene de los sectores populares e intermedios y se caracteriza por su origen provinciano. No existe en consecuencia, ningún nexos fundamental que vincule a los intereses oligárquicos no con la clase dominante.” (Tradução minha)

do que eliminar a fome e o analfabetismo na América latina. A reforma agrária e a reforma tributária também figuravam da sua agenda<sup>97</sup> (CLAYTON, 2002, p.381).

A esta estratégia não era alheio o alarmismo da CIA, assustada com o êxito da revolução cubana. Num relatório para a sala oval datado de 1961, a central de inteligência defendia que “se as classes dominantes da América latina impossibilitam a revolução da classe média, será inevitável uma revolução de camponeses e trabalhadores” (citado por, LUST, 2013, p. 26). Esta preocupação era particularmente consubstanciada no caso peruano; noutro relatório, este de 1962, afirmava-se:

O Peru é um excelente exemplo dum país latino-americano que pouco a pouco se dirige para a revolução social. A pergunta central é se os reformistas moderados têm capacidade – e terão oportunidade – para pôr em marcha as mudanças necessárias para evitar uma revolução violenta, sem ao mesmo tempo provocar um golpe de estado militar da elite conservadora (p. 67)

Em conclusão, o golpe de 3 de outubro de 1968 deveu-se a uma série de fatores conjugados: Em primeiro lugar, à consciência alcançada pelos militares quando tiveram de combater os movimentos camponeses despontados desde meados da década de 1950 e, depois, já na de sessenta, as guerrilhas de inspiração cubana. A dura realidade da vida nos campos ter-lhes-á feito perceber que uma revolução de grandes proporções seria inevitável, se guerrilheiros e camponeses se uniam, como provavelmente acabaria por suceder. A certeza de que um movimento com estas proporções e estas características seria impossível de vencer, o exemplo de Cuba e a incapacidade dos governos civis para fazerem as necessárias reformas, levaram-nos a concluir terem de ser eles próprios a encarregar-se dessa tarefa, a começar pela reforma agrária, de todas a mais urgente.

Este fator é unanimemente referido pela historiografia e fez também parte da “mitologia” do regime, sendo nesse tempo amiúde referido pelos “cronistas” oficiais. Adiante verificaremos como, na análise da revolução portuguesa, se procurará estabelecer um paralelo entre a nova consciência das Forças Armadas peruanas adquirida quando subiram os Andes a defender as terras da oligarquia, e a dos militares portugueses, quando combatiam os movimentos independentistas na guerra colonial.

Tudo isto se conjugou no dia 3 de outubro de 1968, dando origem àquele que se auto-intitulou *Gobierno Revolucionario de la Fuerza Armada del Perú*.

---

<sup>97</sup> “En esencia, procuraba minar el comunismo y promover la democracia atacando lo que era percibido como las raíces del comunismo y de las revoluciones en Latinoamérica: la injusticia social, la desigualdad económica, las dictaduras políticas y lo que todo ello traía – hambre, pobreza, subempleo y la frustración con un sistema que no daba lo que la gente necesitaba.” (Tradução minha)

### **1.7. *Gamonales* e capitalistas. O confronto entre duas burguesias**

As causas militares analisadas até ao momento, são as mais referidas pela historiografia e eram também as da auto-legitimação do GRFA. Contudo, creio ficar a explicação incompleta se não analisamos a deterioração da aliança entre a burguesia urbana de tipo capitalista, e a rural, pré-capitalista. Essa aliança existia desde a época da exploração do *guano*, e a sua quebra parece-me essencial para perceber como conseguiram os militares encontrar condições sociais no seio da oligarquia, avançando com um projeto revolucionário direto à jugular de uma dessas burguesias, a ponto de acabar com ela: a de proprietários rurais, ou *gamonales*. Também nos permite explicar porquê, a partir de determinado ponto, o regime entra em crise política e Velasco Alvarado termina destituído pelo seu próprio primeiro-ministro, a 29 de agosto de 1975, num dia em que, curiosamente, Rosa Coutinho estava no Peru.

Precisamente a forma como termina o divórcio entre estes dois grupos, parece-me essencial para entendermos porquê, como veremos, a tendência mais a esquerda do regime entra em profunda crise a partir de 1974, precisando, por isso, de recorrer a todas as oportunidades para legitimar o seu modelo político, incluindo a utilização da revolução portuguesa como exemplo.

Como referi, desde a década de 1840 com o *boom* do guano, o Peru viveu uma espécie de aliança entre *gamonales* e burguesia dependente da exportação do fertilizante e que, para o extrair, precisou de recorrer a modelos de exploração de mão-de-obra muito semelhantes aos tradicionalmente praticados nas *haciendas*. A guerra do Pacífico, com a conseqüente desarticulação do ciclo *guanero*, conduziu a uma recomposição do modelo económico e social, redundando naquilo a que Jorge Basadre chamou “República Aristocrática”, balizado entre 1895 e 1919.

Com a progressiva penetração de fórmulas de capitalismo intensivo ocorridas neste período, com capitais sobretudo de origem estrangeira, gerou-se uma relação simbiótica entre três pilares socioeconómicos: o capitalismo internacional, uma burguesia urbana em busca de espaço e os retrógrados *gamonales*. Trata-se de uma relação na qual estes últimos se constituíam em reservatórios de uma mão-de-obra ainda não totalmente necessária nas cidades, mitigando o crescimento urbano e evitando a inevitável conflitualidade se o crescimento demográfico cidadão chegasse a ser superior à capacidade para gerar trabalho proletariado. Por outro lado, graças à exploração do trabalho camponês, os *gamonales* podiam abastecer os trabalhadores da cidade com alimentos baratos e, assim, aguentar a pressão salarial do operariado. “Desta forma”, diz-nos Julio Cotler (1985), “entre capitalismo e pré-capitalismo deu-se uma articulação de interesses que mutuamente se reforçavam, sob a égide da dinâmica formulada pelo primeiro<sup>98</sup>” (p.26).

---

<sup>98</sup> “Así se constituyó un reservatorio de mano de obra barata y proveedor de alimentos que facilitaban el mantenimiento de bajos salarios relativos. De esta manera, entre capitalismo y pre-capitalismo se dio una articulación de intereses que mutuamente se reforzaban, bajo la égide de la dinámica formulada por el primero.” (Tradução minha)

Até à II Guerra mundial, os *gamonales*, sobretudo os do sul, estavam também integrados na economia exportadora, graças à grande procura de lã nos mercados internacionais. Alguns autores consideram até terem-se mantido como o grupo social mais forte até 1945. Entre esses autores encontra-se Anibal Quijano Obregón (1971):

Antes da segunda guerra mundial, o sector hegemónico dentro desta classe (dominante) estava constituído pela burguesia de proprietários rurais que controlava os recursos agrícolas de exportação, mas cujas ramificações na banca e no comércio eram muito importantes<sup>99</sup> (p.94)

Noutras áreas da economia rural, Rosemary Thorp e Geoffrey Bertram (2013) mostraram que as *haciendas* açucareiras do litoral pouco contribuíram para a criação dum capital fixo nacional proporcionador de investimento noutras áreas, pois, por norma, os proprietários preferiam deixar os recursos financeiros no estrangeiro, para onde viajavam e onde, eventualmente, participavam em investimentos. O seu impacto na economia nacional foi, assim, idêntico ao que teriam se fossem multinacionais, a ponto de, em finais da década da década se 1960, se tinham descapitalizado nacionalmente e estavam fortemente endividadas a bancos norte-americanos. Fruto desse processo, em 1969 apenas duas plantações pertenciam integralmente a proprietários peruanos e, mesmo as formalmente de peruanos, tinham as suas acções registadas no Panamá, Nassau e Suíça.

Quanto aos algodoeiros, a sazonalidade da mão-de-obra de que precisavam, com picos na sementeira e na colheita, levaram-nos a reproduzir os modelos de exploração pré-capitalista da mão-de-obra que praticavam os *gamonales* da serra, não contribuindo por isso para a criação de mercados de consumo (THORP e PAREDES, 2011).

Os setores industriais ainda eram pequenos e, por isso, “a sua participação na definição do estilo e dos mecanismos de dominação da sua classe sobre a sociedade, era muito limitada<sup>100</sup>” (p.94). Em 1902 Alejandro Garland fez um censo empresarial onde se registaram apenas 256 indústrias, “das quais 83 eram empresas que processavam produtos de exportação (açúcar, cocaína, óleo) e 32 eram processadoras de carácter rural (óleo de semente de algodão e moinhos de arroz). Somando as 8 fundições omitidas, o total é de 264 empresas, das quais 149 se podem qualificar claramente como manufactureiras urbanas<sup>101</sup>” (THORP e PAREDES, 2011)

---

<sup>99</sup> “Antes de la segunda guerra mundial. El sector hegemónico dentro de esa clase (dominante) estaba constituido por la burguesía terrateniente que controlaba los recursos agrícolas y de exportación, pero cuyas ramificaciones en la banca y el comercio eran muy importantes.” (Tradução minha)

<sup>100</sup> “Los sectores industriales de la burguesía eran aún pequeños y, por lo mismo, su participación en la definición del estilo y de los mecanismos de dominación de su clase sobre la sociedad, muy limitados.” (Tradução minha)

<sup>101</sup> “de las cuales 83 eran empresas que procesaban productos de exportación (azúcar, cocaína, aceite) y 32 eran procesadoras de carácter rural (aceite de semilla de algodón y molinos de arroz). Sumando las 8 fundiciones que Garland omitió, el total es de 264 firmas, de las cuales 149 se pueden calificar claramente como manufactureras urbanas.” (Tradução minha)

As primeiras estatísticas da produção surgem a partir de 1940 e parecem continuar a confirmar esta insipiência: em 1942, 32% do PBI vinha da produção agrícola e pecuária, 15% do comércio e, em partes iguais de 12%, seguiam-se a mineração, a indústria e os serviços (CONTRERAS e CUETO, 2013, p.289).

De qualquer forma, é clara uma relação umbilical entre este tipo de indústrias e o campo, onde ia buscar as matérias-primas. Ou seja, para a burguesia industrial começava a ser essencial dispor de um campo com modelos económicos capitalistas, onde a formulação de preço fosse livre e de acordo às regras de mercado. O poder do *gamonal* sobre a produção encarecia o custo à entrada da fábrica e era, portanto, um entrave ao desenvolvimento industrial

Se desde o século XIX o *boom* da lã integrou os *gamonales* na economia exportadora, dando-lhes uma considerável força económica e, *a fortiori*, política, a situação começa a mudar depois da I Guerra, com o aparecimento das fibras artificiais, agudizando-se em finais da década de 1950 com a expansão do seu uso industrial, a que se juntou uma grande seca que afetou a produção. Esta quebra gerou uma profunda depressão nas *haciendas*, levando ainda mais o *gamonal* a refugiar-se nos modelos semifeudais pré-capitalistas, acentuando um processo de decadência iniciado nos anos vinte (BURGA e FLORES GALINDO, 1997, pp.223-224). Enfim, tudo se somava para a concretização dum divórcio entre a burguesia urbana capitalista e os donos das *haciendas*.

A partir deste momento, as duas burguesias seguiram caminhos diferentes e antagónicos. Tanto as actividades de capital intensivo dominadas pelas multinacionais e das quais, como veremos, a burguesia urbana recolhia alguns benefícios na condição de dependente, como as insipientes e pouco rentáveis indústrias de bens perecíveis que esta controlava directamente, implicavam um estrito controlo do preço dos fatores de produção. Primeiro, porque essas indústrias eram de pouco valor acrescentado e requeriam uma mão-de-obra intensiva<sup>102</sup>, necessariamente alimentada a baixo custo para diminuir a pressão salarial; segundo, porque o campo era-lhe fornecedor de matérias-primas e o controlo *gamonal* inflacionava-as; terceiro, porque as exportações controladas pelos estrangeiros eram *commodities* e, em produtos indiferenciados como estes, a única forma de aumentar o lucro está a montante do mercado, ou seja, diminuindo o preço dos fatores de produção. Em conclusão, mitigar o custo da mão-de-obra era essencial, não só para a burguesia nacional, mas também para as multinacionais, com as quais mantinha alguns negócios na condição de dependente.

O divórcio entre a burguesia urbana e os *gamonales* começa aqui. Era necessário acabar com o poder destes últimos, graças ao qual açambarcavam e podiam especular a produção rural. Para compreender isto, é essencial estar consciente de que os *haciendados* não só mantinham sob estrito controlo a mão-de-obra rural,

---

<sup>102</sup> O processo de industrialização do Peru foi tardio e a primeira lei da indústria data de 1940. As fábricas que surgem a partir de então são de bens perecíveis e de baixo valor acrescentado, tais como conservas de peixe (1940), leite evaporado (1942), papel (1939), loiça sanitária (1948), vidro (1947), produtos químicos básicos (1945), produtos farmacêuticos (1943) e tintas (1945) (Chumacero Calle, 2012)

mas também lhe impediam a venda direta das produções próprias, obtidas nas courelas que recebiam em troca de prestar trabalho. Tudo o que não fosse para autoconsumo tinha de passar pelo armazém do proprietário e só este podia vender ao mercado (BURGA e FLORES GALINDO, 1997).

Se, na fase inicial de crescimento capitalista, esse monopólio, baseado na exploração da mão-de-obra rural, era um condicionador positivo no preço dos víveres, o crescimento da população urbana e o consequente aumento da procura levavam agora o controlo *gamonalista* a inflacionar os custos. Para o burguês da cidade, era imprescindível acabar com o do campo ou, pelo menos, com os seus privilégios de classe.

Temos vários exemplos de como esse “monopólio” dos *hacendados* gerou conflitos instigados pela burguesia de tipo capitalista. Como vimos, o modelo económico do *gamonalato* estava em crise desde o aparecimento das fibras sintéticas nos mercados internacionais, com a consequente diminuição da procura de lã, nada menos do que a principal fonte de liquidez monetária nas *haciendas* da serra, sobretudo do sul.

Esta crise vinha-se avolumando desde a década de 1920, originando uma série de revoltas camponesas. O que interessa analisar no âmbito deste trabalho é terem essas revoltas sido, em parte, instigadas pela burguesia comercial de intermediários, descontentes com o monopólio forçado da venda de lã imposto pelos *gamonales* impunham aos seus camponeses.

Referindo-se aos comerciantes que entravam a comprar lã na região de Puno, Manuel Burga e Flores Galindo (1997), afirmam:

tinham uma posição inevitavelmente contraditória com o *gamonalismo* de tipo clássico, que encerrava os colonos dentro das suas *haciendas*. Foram eles quem seguiu comprando as lãs, durante os anos de 1920-1923, a todos os índios sublevados das *haciendas*. Foram eles também quem fundaram jornais como *La Verdad* de Sicuani, de nítida tendência *antigamonal*. Além disso, é provável que deste grupo tenham saído os intelectuais progressistas, os defensores do indígena, os que apoiavam e promoviam o desenvolvimento da região, incluindo o bem-estar dos camponeses em geral<sup>103</sup> (p.190)

Os dois autores concluem já serem então estes intermediários um grupo, para o qual toda aquela zona rural passara a ser vista como “um mercado e não uma grande *hacienda*<sup>104</sup>”.

Naturalmente, a impossibilidade de comprar direta e legalmente aos diversos camponeses, diminuía-lhes a negociação e aumentava-lhes o preço de compra. Insatisfeitos com a situação, os comerciantes, com uma visão capitalista do mercado, incentivavam os camponeses à revolta e a lutar pelo direito à venda independente. Ou seja, a relação entre o sistema capitalista e o pré-capitalista já não era de aliança tácita, mas

---

<sup>103</sup> “tenían una posición inevitablemente encontrada con el gamonalismo de tipo clásico que encerraba a los colonos dentro de sus haciendas. Fueron ellos quien siguieron comprando las lanas , durante los años 1920-1923, a todos los indios sublevados de las haciendas. Fueron ellos también quienes fundaron periódicos como La Verdad de Sicuani de nítido corte antigamonal. Además, es probable que de este grupo salieron los intelectuales progresistas, los defensores del indígena, los que auspiciaban y promovían el desarrollo de la región incluyendo el bienestar del campesinado en general.” (Tradução minha)

<sup>104</sup> “un mercado y no una gran hacienda” (Tradução minha)

duma profunda incompatibilidade: objectivamente, o férreo controlo da produção por parte dos *gamonales* distorcia o mercado e encarecia as matérias-primas, as mesmas que a burguesia capitalista trabalhava ou comercializava.

Estávamos, então, perante um conflito entre dois grupos distintos da mesma classe: um, o rural e pré capitalista, decadente, mas aferrado aos velhos instrumentos de controlo social, outro, o urbano e capitalista, ascendente, mas sem força suficiente para virar o jogo a seu favor. A situação era de impasse e já Haya de la Torre, o fundador da APRA, que foi o maior partido de massas urbanas do Peru, tinha observado:

Na Europa a burguesia destruiu o feudalismo nos séculos anteriores e nas suas ruínas implantou o capitalismo como novo sistema económico indiscutível. Isto nunca tinha acontecido na América Latina, pois a burguesia era débil e coexistia com a oligarquia (rural) quase aristocrática<sup>105</sup> (PEASE GARCIA e ROMERO SOMMER, 2015, p.78)

Reentrando no Peru, era como se continuassem de pé as pirâmides de Túcume de que falei no início, cada uma sendo a residência duma família cujo poder se confrontava com o dos seus pares e, todos, incapazes de formar a união e o consenso que permitisse constituir um Estado forte e em expansão.

Mas este não era o único fator de oposição entre os senhores da cidade e os do campo. Entalada, como veremos, entre o capital estrangeiro e as *haciendas* serranas, a burguesia urbana precisava desesperadamente dum crescimento do mercado interno, para escoar a produção industrial de bens perecíveis a que se dedicava. Vejamos o dito por Sebastián Salazar Bondy (*et al*) em 1963: A situação agrária leva à “baixa produtividade e ao despojo da massa camponesa, condenada a permanecer dentro do círculo de uma economia de subsistência e a sofrer os mais baixos níveis de vida” (p.18). Ou seja, o modelo pré-capitalista, com uma remuneração sem moeda, impedia o mercado interno de crescer, constituindo-se num sério obstáculo ao crescimento do mercado e, portanto, da burguesia de tipo capitalista.

Aliado ao receio duma explosão social rural contaminadora do proletariado urbano, estas eram talvez as principais espoletas do divórcio entre as duas burguesias, já que o custo dos alimentos foi superado com uma política de abertura das fronteiras a este tipo de produtos (MARTÍN SANCHEZ, 2002, p. 160). Mas este era também um domínio onde a burguesia industrial vivia uma contradição: se lhe convinha a entrada de mantimentos baratos, por outro lado interessava-lhe proteger a produção industrial nacional da concorrência externa. Uma prova disso são os conflitos surgidos a partir de 1948, entre industriais, defensores da protecção, e exportadores, defensores do livre comércio (CHUMACERO CALLE, 2012, p.18).

---

<sup>105</sup> “en Europa la burguesía había destruido al feudalismo en los siglos anteriores y que en sus ruínas había implantado el capitalismo como nuevo sistema económico indiscutido. Esto nunca había ocurrido en América Latina pues la burguesía era débil y coexistía con la oligarquía cuasiaristocrática”. (Tradução minha)

Esta burguesia industrial não era a única que despontava. Paralelamente crescia um grupo ligado aos serviços, à banca e aos seguros, capaz de ultrapassar a concorrência estrangeira graças a medidas legislativas. Em 1895, com capitais nacionais, nascia a primeira companhia geradora de electricidade com a indústria como cliente; a esta juntaram-se mais duas nascidas até à viragem do século. Em 1890 o capital nacional entrava na distribuição de água potável e na administração portuária. Em 1906, por acção de dois capitalistas nacionais, deu-se uma fusão entre empresas de transportes urbanos eléctricos, de electricidade e de gás (THORPE e PAREDES, 2011).

No tocante a serviços financeiros, em 1897 o *Banco del Callao* estendia relações directas com a praça londrina e, entre 1895 e 1904, estabeleceram-se dois novos bancos peruanos e sete seguradoras. Em 1900 havia 55 empresas na bolsa de valores e, a partir de 1895, as seguradoras nacionais aproveitam a saída das estrangeiras, que não quiseram continuar no Peru, depois duma legislação que obrigava manter no país investimento respetivo capital de investimento (THORPE e PAREDES, 2011).

Além duma burguesia industrial ascendente, o país contava assim com uma rede nacional de serviços financeiros, interessado em fomentar o mercado, o investimento, a disseminação da propriedade e, portanto, incompatível com os modelos pré-capitalistas em que sobreviviam os *gamonales*.

A burguesia capitalista estava a despontar e, além disso, começava a organizar-se. Durante a “República Aristocrática” surgiram típicos acantonamentos institucionais seus: *Sociedad nacional de Industrias*, *Sociedad Nacional de Minería*, *Colegio de Abogados de Lima* (Ordem dos Advogados), *Sociedad Nacional de Ingenieros*, e também a *Sociedad Nacional de Ganaderos* e a *Asociación de Ganaderos del Perú*, estas últimas de âmbito mais rural (CONTRERAS e CUETO, 2013, p.213).

### **1.8.Peruanos e estrangeiros: O confronto capitalista**

Vejamos agora como era a relação entre esta burguesia urbana e o capital internacional, chegado ao Peru para explorar os sectores da economia de exportação: Açúcar, minas e petróleo.

Na sua obra já várias vezes aqui mencionada, *Todas las Sangres*, Arguedas (1973) mostra bem como esta burguesia nacional foi desenvolvendo um sentimento nacionalista, à medida que ia sendo expulsa pelo capital estrangeiro do acesso aos apetecíveis negócios de matérias-primas, relacionados com a economia de exportação. Já aqui apresentei o personagem Fermín Aragón de Peralta, arquétipo duma burguesia rural que pretende deixar os modelos tradicionais ligados à exploração *gamonalista* e entrar de frente na economia capitalista. Sendo filho dum proprietário tradicional e herdeiro duma *hacienda*, Fermín quer mudar de paradigma, investindo para chegar a um veio de prata existente nos seus terrenos. Desde o início, empreende uma luta para não ser absorvido por um consórcio mineiro internacional, e a base legitimadora desta luta é



profundamente nacionalista. Num diálogo com Hernan Cabrejos, um engenheiro peruano representante duma multinacional e símbolo de traição à pátria, este diz a Fermín: “Não é que eu ame o Peru. O homem de negócios, o que se dedica a empresas, deve abafar os sentimentos que podem travar o voo<sup>106</sup>” (ARGUEDAS, 1973-a, p.196). Para Fermin, porém, os negócios sem nacionalismo são apenas poder pelo poder:

-Aonde vai você? Diga-me! (...) se você não ama o Peru, se é impessoal, pelas barbas de Deus! Aonde vai você?” (...) Você não tem nada bem nem nada mau, amigo. É você um autômato calculado infinitamente bem para marchar ao poder pelo poder. Isso é pior do que o simples excremento do meu cavalo. Não estudou você em Harvard ou na Califórnia? Não lhe fizeram sentir ali que os *yankis* amam o seu país, que têm orgulho nele, e que só talvez um em cada milhão caminha ao ‘poder pelo poder’ como você? (...) Eu sim amo a minha pátria, Senhor Cabrejos<sup>107</sup> (p.204).

Este tipo de nacionalismo foi um sentimento arreigado na nova burguesia urbana e era veiculado pela imprensa por ela dominada.

Rosemary Thorp e Bertram Geoffrey (2013) mostraram que o período entre 1900 e 1930 correspondeu a uma “desnacionalização” das mineiras, com a exploração das principais jazidas a saírem de mãos peruana e a passarem para multinacionais norte-americanas. Segundo esta investigação, os motivos para tal transferência eram muito claros: os peruanos não tinham capitalização e tecnologia para aguentar o embate internacional. Quanto ao petróleo, desde o início esteve controlado por empresas norte-americanas, situação normal se considerarmos o capital financeiro e tecnológico requerido pela sua prospecção e exploração.

Esta situação não era fácil de aceitar para a burguesia urbana peruana, já que os únicos grandes negócios proporcionados no Peru dessa época eram os gerados por esta economia de exportação. Ora, sem níveis de capitalização e conhecimentos tecnológicos para fazer uma exploração direta, a burguesia urbana viu-se confinada ao papel de auxiliar dependente das multinacionais, ou à pouco rentável indústria de bens perecíveis para o mercado nacional. Por isso, Quijano Obregón (1971) irá referir-se constantemente a este grupo como “burguesia dependente”, isto é, sem uma autonomia de negócio própria e apenas limitada a servir de suporte ao capital estrangeiro.

A consciência duma subordinação da burguesia peruana ao capital internacional era bem clara na época e impedia a primeira de ter veleidades hegemónicas. Em 1971 Jorge Bravo Bresani (*et al*), escrevia: (nas nações

---

<sup>106</sup> “no es que ame al Perú.. El hombre de negocios, el que se dedica a la empresa, debe ahogar los sentimientos que pueden frenar el vuelo.” (Tradução minha)

<sup>107</sup> “¿A dónde va usted? ¡Dígalo! (...) si usted no ama al Perú, si es impersonal ¡Por las barbas de Dios! ¿A dónde va usted? (...) Usted no tiene nada de bien ni nada de mal, amigo. Es usted un autómata calculado infinitamente bien para marchar al poder por el poder. Eso es peor que el simple excremento de mi caballo. ¿No estudió usted en Harvard en California? ¡No le hicieron sentir allí que los yanquis aman a su país, que tienen orgullo de él y que solo acaso uno de cada millón se encamina al ‘poder por el poder’ como usted?” (Tradução minha)

pequenas e subdesenvolvidas como o Peru) “as relações de interdependência mútua adquirem importância secundária relativamente às de subordinação às grandes empresas (multinacionais)”<sup>108</sup> (p.36).

O choque deve ter-se acentuado a partir de 1948, quando começa a surgir o já referido conflito entre exportadores, defensores do livre comércio, e industriais, apologistas da protecção (CHUMACERO CALLE, 2012, p.18).

Não surpreende, então, ter a burguesia urbana desenvolvido um sentimento de cerco, adquirindo gradualmente esse ideal nacionalista, tão bem ilustrado pelo escritor José María Arguedas, tanto que os produtos de exportação eram recursos naturais, facilmente adaptáveis ao discurso de serem património dos peruanos... ou daqueles que deles pretendiam usufruir em nome dos peruanos.

Este nacionalismo está bem patente no episódio que espoletou o golpe de estado de 1968: Uma ocorrência com as jazidas petrolífera de Breña e Patiñas, concessões detidas pela *International Petroleum Company* (IPC), uma multinacional da família Rockefeller, que gerou grande comoção nacionalista e anti-norte-americana, alvoraçando a sociedade peruana nos dias antecedentes a toma de poder por Velasco Alvarado.

O caso conta-se rapidamente. Fernando Belaunde Terry, um reformista influenciado pela teoria social da igreja e com ideias social-democratizantes, foi eleito presidente em 1963, com base num programa de reforma social e de desenvolvimento interno, com forte teor nacionalista. Em 1959 tinha publicado as bases do seu programa eleitoral, com o título significativo de “*La Conquista del Perú por los Peruanos*” (“A conquista do Peru pelos Peruanos”), onde tem afirmações tais como: “Pocas nações no mundo têm o raro privilégio de ter no seu próprio solo a fonte de inspiração duma doutrina. O Peru é uma delas. Contudo, criou-se um anátema aos que não saímos em busca de filosofias estrangeiras<sup>109</sup>” (BELAUNDE TERRY, 1959, p.17). Mais adiante, mostra uma clara visão reformadora do modelo rural de propriedade:

Finalmente, o antigo Peru sugere-nos um regime de propriedade que está em voga nas mais progressistas nações do velho continente. Referimo-nos ao sistema cooperativista. Os antigos peruanos não eram comunistas mas cooperativistas. Respeitava-se a propriedade comunal da terra e dispunha o cultivador do usufruto dela<sup>110</sup> (p.39)

Além desta visão reformista, durante a campanha eleitoral prometeu acabar com uma espinha então cravada na garganta do nacionalismo peruano: Os tais campos petrolíferos de La Breña e Pariñas explorados pela IPC, que mantinha com o Estado um conflito fiscal e até na propriedade das jazidas.

---

<sup>108</sup> “para las pequeñas naciones – y particularmente las subdesarrolladas – las relaciones de interdependencia mutua adquieren importancia secundaria con respecto a sus relaciones de subordinación a las grandes firmas de dicho tejido.” (Tradução minha)

<sup>109</sup> “Pocas naciones en el mundo tienen el raro privilegio de contener en su propio suelo la fuente de inspiración de una doctrina. El Perú es una de ellas. Sin embargo, se ha anatematizado a los que no salimos en busca de filosofías extranjeras”. (Tradução minha)

<sup>110</sup> “Finalmente, el antiguo Perú nos sugiere un régimen de propiedad que está en boga en las más progresistas naciones del viejo continente. Nos referimos al sistema cooperativo. Los antiguos peruanos no eran comunistas sino cooperativistas. Se respectaba la propiedad comunal de la tierra y disponía el cultivador del usufructo de ella.” (Tradução minha)

Belaunde foi eleito com base neste programa reformista, tendo o apoio das Forças Armadas (PEASE GARCÍA e ROMERO SOMMER, 2015, p.220), atentas, como vimos, à necessidade de desanuviar o barril de pólvora social do mundo rural. Mas o seu mandato foi constantemente bloqueado, pela aliança negativa no parlamento entre os partidos odrísta e aprista, antes inimigos de morte e agora aliados estratégicos, contra uma reforma social que os primeiros não queriam e os segundos ambicionavam fazer por mão própria.

Interessa-nos aqui analisar o referido caso da da IPC e o papel da burguesia urbana na defesa nacionalista do petróleo peruano. Começa por ser significativo verificar o protagonismo do jornal *El Comercio* na campanha contra a empresa norte-americana, pois este diário era precisamente um representante dos interesses da burguesia capitalista nacional<sup>111</sup>. Diz-nos Antonio Zapata (2015):

A oposição nacionalista à IPC foi liderada pelo jornal *El Comercio*, que pediu a nacionalização da companhia (...). Frente às pressões, Belaúnde anunciou um acordo que inicialmente pareceu favorável para o país (...) a IPC renunciava ao subsolo e entregava os campos petrolíferos ao governo. Em troca, a empresa manteria a refinaria e o governo desistia das reclamações por impostos em dívida.

Não obstante, depois de concluídos os acordos, o ex-presidente da EPF (*Empresa Petrolera Fiscal*, a empresa pública que tratava de explorar o petróleo) (...) afirmou publicamente que faltava a página 11 do contrato, onde se definia o preço de venda do petróleo que ia ser refinado<sup>112</sup> (pp.47-48)

Ou seja, o Estado peruano ia explorar os poços e ficava obrigado a entregar crude à IPC para refinação, mas o preço mínimo ficava ao livre arbítrio da companhia que, em cima, se livrava da reclamação pelos impostos não pagos.

A partir desse momento o escândalo tomou uma força abrupta. Durante as semanas seguintes não se falou de outra coisa no Peru do que na página onze. O país estava desmoralizado. Assistia, incrédulo, a uma das mais repugnantes comédias da vida republicana<sup>113</sup> (Zimmerman Zavala, 1974, p.69)

Augusto Zimmerman Zavala escreveu estas palavras quando era chefe de imprensa do presidente Velasco Alvarado. Referindo a indignação gerado pelo caso La Breña e Pariñas nas Forças Armadas, acrescentou que, se este acordo se concretizava, “outras riquezas peruanas seguiriam um rumo igual e iriam parar às mãos das

---

<sup>111</sup> Já antes *El Comercio* tinha entrado em campanhas que seriam do agrado da burguesia capitalista nacional. Por exemplo em 1956 defendia uma agenda que incluía a necessidade duma política económica nacionalista. Nesse ano, num editorial de 28 de julho, afirmava-se que: “O abandono da política nacionalista em matéria de petróleo (...) representa a renúncia à possibilidade de exploração dessa riqueza (...) e a entrega imediata de vastas zonas do nosso território a empresas estrangeiras, para ser exploradas em condições pouco favoráveis para o Peru” (“El abandono de la política nacionalista en materia de petróleo, por otra parte, representa la renúncia a la posible explotación de esa riqueza (...) y la entrega inmediata de vastas zonas de nuestro territorio a empresas extranjeras, para ser explotadas en condiciones poco favorables para el Perú”) (MENDOZA MICHILLOT, 2013, p. 81)

<sup>112</sup> “La oposición nacionalista a la IPC fue liderada por el diario *El Comercio*, que pidió la nacionalización de la compañía (...). Ante las presiones, Belaúnde anunció un acuerdo que inicialmente parecía favorable para el país (...) la IPC renunciaba al subsuelo y entregaba los campos petrolíferos al gobierno. A cambio, la compañía retenía la refinaria y el gobierno cancelaba los reclamos por impuestos adeudados.

No obstante, luego de concluídos los acuerdos, el expresidente de la EPF (...) sostuvo públicamente que faltaba la página 11 del contrato, donde se consignaba el precio de venta del petróleo que iba a ser refinado.” (Tradução minha)

<sup>113</sup> “A partir de ese momento el escándalo tomó fuerza incontenible. Durante las semanas siguientes, no se habló de otra cosa en el Perú que de la página once. El país estaba desmoralizado. Asistía, incrédulo, indignado, a una de las más repugnantes comedias de la vida republicana.” (Tradução minha)

empresas norte-americanas: o cobre, os fosfatos, a petroquímica, a pesca, o complexo de Bayovar (...) ninguém impediria no futuro outros arranjos, convênios ou contratos semelhantes<sup>114</sup>” (pp.49-50).

O discurso nacionalista e o apelo ao sentimento da burguesia capitalista urbana eram claros.

### **1.9.Conclusão: uma burguesia em duas frentes**

Do que vimos, conclui-se estar o país dotado duma emergente burguesia urbana de tipo capitalista, com ambições hegemónicas e a história a seu favor, mas vivendo encurralada entre um passado que lhe pesava, o pré-capitalismo *gamonal*, e um futuro grande de mais para a sua capacidade financeira e tecnológica, o capitalismo internacional. Tratava-se uma classe ambiciosa, com acesso fácil aos corredores do poder e que controlava directamente instrumentos essenciais da formação de opinião, como era a imprensa.

Do outro lado, estavam duas distintas frentes: Em primeiro lugar, os ultrapassados *gamonales*, sentados sobre a história, inadaptados aos novos modelos económicos, pretendendo sobreviver à custa das velhas práticas de exploração do trabalho herdadas do tempo colonial, mas sofrendo erosão económica e política. Em certa medida estavam também desse lado os proprietários da costa, dedicados à produção de açúcar e algodão, os primeiros sem fixarem o seu capital no Peru e preferindo investi-lo no estrangeiro, os segundo reproduzindo os mesmos modelos de exploração pré-capitalista da mão-de-obra praticados nas *haciendas* da serra. Por último, as empresas multinacionais, essas sim com um poder real assente no peso diplomático dos Estados Unidos.

Uns, os *gamonales*, impediam a burguesia urbana de crescer no mercado interno, outros, as multinacionais, impediam-na de ambicionar o rentável negócio exportador.

Neste processo de necessário combate à burguesia pré-capitalista rural, o capitalismo urbano começou a desenvolver um discurso indigenista, de defesa do camponês, e ao mesmo tempo incentiva algumas revoltas dos campos, como acontecera, por exemplo, nas ‘lutas da lã’ na década de vinte (BURGA, Manuel e FLORES GALINDO, Alberto, 1997, p.190).

Ao capital estrangeiro, monopolizador dos tão apetecíveis negócios da extracção e exportação de matérias-primas, enfrentou-o com um discurso nacionalista, de defesa de grupo confundida com os interesses do país. Para isso utilizou a imprensa, de que era proprietária, transformando-a num instrumento de defesa nacional e de ataque à invasão do capital estrangeiro.

Tendo as multinacionais e os proprietários rurais como inimigos, a burguesia urbana podia ter, paradoxalmente, os camponeses como aliados. Creio, aliás, ter sido essa aliança a pedra de toque do golpe de Estado de 1968 e do período revolucionário que se lhe seguiu. Os camponeses, o medo social da sua

---

<sup>114</sup> “Si la entrega del petróleo era ‘respetada’, otras riquezas peruanas seguirían un rumbo igual e irían parar a las manos de las empresas norteamericanas: el cobre, los fosfatos, la petroquímica, la pesquería, el complejo de Bayovar (...) nadie impediría en el futuro otros arreglos, convenientes contratos similares”. (Tradução minha)

potencial aliança com grupos radicalizados inspirados em Cuba, o perigo dum efeito dominó latino-americano, eram por esse então a grande apreensão dos Estados Unidos<sup>115</sup>, que não se importariam de sofrer perdas em algumas das suas empresas, quando o confronto era entre as opções fundamentais do continente, no complicado xadrez da guerra fria. Esta aliança não declarada entre camponeses e capitalistas ficava então poderosa de mais, para ser enfrentado pela erodida classe de *gamonales*.

Mas, ao mesmo tempo, adivinhavam-se os tempos difíceis inerentes a todas as mudanças de modelo, sendo necessário criar na massa proletarizada de trabalhadores urbanos, um sentimento de esperança, capaz de os congregar no processo e de os fazer aceitar alguns sacrifícios em nome dum futuro melhor, essa tal fortalecedora convicção de “Os Deuses vendem quando dão” e “Compra-se glória com desgraça”, referida pela genialidade de Fernando Pessoa em “Mensagem”. Veremos como o GRFA também procurou ter respostas para mitigar a insatisfação desta classe e como, nesse jogo, entrou finalmente em conflito com a burguesia urbana, precipitando a queda do presidente Velasco Alvarado.

Esta vontade de mudança da burguesia urbana, nascida do referido equilíbrio social precário em que se encontrava a sociedade, explica a revolução, explica o programa da revolução e, como veremos, explica também porquê, em 1974, o GRFA está em pleno conflito interno entre conservadores, ou “reformistas liberais”, e progressistas, ou “radicais socialistas”. Estes últimos estavam a sofrer um grande desgaste, eles próprios guerreando-se entre si, e precisavam desesperadamente de novas fórmulas legitimadoras. Como veremos, esta necessidade explica o grande impacto da revolução portuguesa no Peru e a forma como esta foi explorada localmente.

Em 1968 estavam então reunidas todas as condições para a consumir um divórcio entre burgueses e *gamonales*, resultante da quebra do consenso hegemónico originado na “República Aristocrática” (QUIJANO OBREGÓN, 1971). O país estava prestes a entrar numa nova fase da sua história. Contudo, diz-nos o sociólogo francês François Bourricaud (2017), no Peru a oligarquia sempre esteve mais interessada no poder do que na eficiência económica, ou seja, o controlo do poder era usado como garantia de lucro. Percebemos, então, como este jogo de forças não poderia terminar através duma mudança natural e empurrada pelas próprias dinâmicas sociais; a transformação teria de chegar de cima, pela via do poder. E chegou, numa madrugada de 1968, vestida com um tanque de guerra.

---

<sup>115</sup> Depois da vitória de Fidel Castro, começaram a surgir na América Latina uma série de guerrilhas inspiradas em Cuba, em grande parte como reacção ao imperialismo norte-americano. Aconteceu no Paraguai com o *Movimiento 14 de Mayo*, na Argentina com os *Uturuncos*, o *Movimiento Revolucionario 14 de Junio* na República Dominicana, o *Movimiento Revolucionario 13 de Noviembre* na Guatemala, *Juventud Patriótica* na Nicarágua. A segunda declaração de Havana surge como reacção à invasão da Baía dos Porcos e procura galvanizar estes movimentos (LUST, 2013, pp.30-31). O lançamento da Aliança Pelo Progresso em 1961, não é alheia ao receio que esta vaga provocou na administração Kennedy, acentuada pela convicção da CIA que considerava o continente maduro para uma revolução generalizada, se não se procedesse a reformas sociais e a uma política de desenvolvimento económico (p.25-26)

Para consolidar estas conclusões, vejamos agora como governaram os militares nos primeiros anos da revolução, e em que situação estava o GRFA, quando, em Portugal, também as Forças Armadas ocuparam as ruas e fizeram cair o regime, usando esse mesmo vestido no dia 25 de abril de 1974.



## II. IDENTIFICAÇÃO DUMA REVOLUÇÃO

É na sequência do referido “escândalo da página 11” que, no dia 3 de outubro de 1968, os militares saem dos quartéis, tomam o palácio presidencial, prendem Belaúnde Terry e o enviam exilado para a Argentina. O general Velasco Alvarado era agora presidente e assim começava o auto-intitulado *Gobierno Revolucionarios de la Fuerza Armada*.

Duas das primeiras medidas do governo revolucionário foram a nacionalização dos negócios petrolíferos da IPC e a reforma agrária, retirando assim os campos de petróleo aos norte-americanos e os campos rurais aos *gamonales*. Uma medida como a outra vão ao encontro da burguesia urbana, a primeira porque satisfaz o seu crescente nacionalismo, a segunda porque trazia o mundo rural para a economia de mercado.

Armados dum discurso revolucionário que atraiu amplos setores da esquerda nacional e internacional, vejamos agora as principais características e medidas do novo governo e como estas, numa primeira fase, vão ao encontro das aspirações da burguesia urbana. É essencial percebermos estas características, para entender a utilização localmente feita do 25 de Abril.

### 2.1. A Revolução que veio de cima

Uma das principais dificuldades sentida pelos militares peruanos para serem aceites como revolucionários, foi a própria imagem da instituição militar, tradicionalmente conservadora e ligada à defesa das oligarquias. Explicar que as revoluções também vêm de cima e os militares podem ser revolucionários, foi uma preocupação constante, que ficou bem marcada no inconsciente dos defensores do GRFA. Ainda nos nossos dias, Hugo Neira, um dos participantes na administração velasquista, me comentava o seguinte quando o entrevistei:

Foi uma coisa absolutamente surpreendente, uma anomalia! Normalmente os militares davam golpes de direita. Odría no Peru, viria depois Pinochet. Mas aqui, com uma atuação militar, acabava-se com essas *haciendas* que vinham do período colonial (...). Então há que ver as coisas dum outro ponto de vista, porque na Sociologia vê-se sempre a revolução como algo que vem de baixo. Falso! Há também revoluções que vêm de cima.

Esta necessidade de sublinhar a possibilidade de estarmos perante um movimento revolucionário, mesmo originado numa das forças tradicionalmente mais conservadoras da sociedade, explica-se na própria fórmula encontrada pelo regime para se legitimar e que se poderia resumir numa expressão redonda: A revolução é legítima porque é revolução. O presidente da república disse-o claramente num dos seus discursos:



A nossa legitimidade não vem dos votos, dos votos dum sistema político viciado à partida porque nunca serviu para defender os autênticos interesses do povo peruano. A nossa legitimidade tem origem no facto incontestável de que estamos a proceder à transformação deste país, precisamente para defender e interpretar os interesses desse povo que enganaram (...). Esta é a única legitimidade duma revolução autêntica como a nossa<sup>116</sup> (VELASCO ALVARADO, 1970, pp 94-95).

Sinal disto mesmo é a entrevista dada por Velasco Alvarado à revista *Caretas*, em fevereiro de 1977, já depois da destituição em 1975, a última antes da sua morte em dezembro desse mesmo ano. O golpe de 1975 tinha sido palaciano e chefiado pelo primeiro-ministro, o regime mantinha-se militar e era revolucionário no discurso, mas na prática estava-se em pleno retrocesso reacionário. Nesta entrevista, Velasco começou por explicar: “A revolução deu-se o direito de fazer as transformações que não fizeram os civis. Os civis tiveram 150 anos no governo e não as fizeram. Por isso é que as Forças Armadas tiveram de a fazer”. Por fim, referindo-se à situação política do momento, conclui: “Se já não há revolução, então o governo militar já não se justifica. Deveria haver então um governo democrático. Não?”<sup>117</sup>

Temos então uma legitimação originada na própria história, uma espécie de imperativo daquilo que tinha de acontecer mas não acontecia e, portanto, alguém teria de concretizar para levar a história a ser história. Trata-se dum pensamento integrável nas correntes deterministas e no materialismo dialético, esse mesmo que procurou legitimar a revolução com base na ciência... Seria um debate tentador, mas fora do âmbito deste trabalho.

Nesta mesma linha foi, oito anos antes, o discurso dum Velasco Alvarado, então presidente, em outubro de 1969, no primeiro aniversário da nacionalização dos campos petrolíferos de Breña e Patiñas, instituído pelo governo como “Dia da dignidade nacional”:

Se o problema do petróleo tivesse sido resolvido, se as reformas estruturais que repetidas vezes se ofereceram ao povo se tivessem posto em marcha, nós não teríamos interferido no processo político do país. Sem embargo, a dura teimosia dos factos convenceu-nos de que os grandes políticos tinham desistido e que o povo não podia esperar deles as soluções mil vezes prometidas. A Revolução levou-se a cabo para fazer aquilo que outros nunca fizeram<sup>118</sup> (VELASCO ALVARADO, 1970, p.128).

---

<sup>116</sup> “Nuestra legitimidad no viene de los votos, de los votos de un sistema político viciado de raíz porque nunca sirvió para defender los auténticos intereses del pueblo peruano. Nuestra legitimidad tiene su origen en el hecho inconvertible de que estamos haciendo la transformación de este país, justamente para interpretar y defender los intereses de ese pueblo al que se engañó (...). Esta es la única legitimidad de una revolución auténtica como la nuestra”. (tradução minha)

<sup>117</sup> “La Revolución se ha dado el gusto de hacer las transformaciones que no hicieron los civiles. Los civiles tuvieron 150 años en el gobierno y no las hicieron. Por eso es que la Fuerza Armada tuvo que hacer la revolución. Si ya no hay revolución, entonces el gobierno militar ya no se justifica. Debía haber pues, un gobierno democrático ¿No?” (tradução minha)

<sup>118</sup> “Si el problema del petróleo hubiera sido resuelto, si las reformas estructurales que repetidas veces se ofrecieron al pueblo se hubieran puesto en marcha, nosotros no habiéramos interferido en el proceso político del país. Sin embargo, la dura porfía de los hechos nos convenció de que los grandes políticos habían claudicado y que el pueblo no podía esperar de ellos las soluciones, ¡mil veces prometidas. La Revolución se llevó a cabo para hacer lo que otros nunca hicieron.” (Tradução minha)

Carlos Delgado Olivera, considerado um dos ideólogos da revolução peruana<sup>119</sup>, abordaria esta questão em 1973:

As revoluções no mundo contemporâneo foram sempre processos iniciados e conduzidos por partidos políticos sujeitos a largos períodos de maturação ideológica (...). A revolução peruana escapa por inteiro a esta regra. Aqui o processo de transformação nacional inicia-se a partir da acção duma instituição, como a militar, que não só não é um partido político mas que, além disso, tradicionalmente cumpriu o papel de garante da ordem estabelecida<sup>120</sup> (p.73).

E é a partir daqui que Delgado Olivera faz a defesa de que, sim, o processo peruano é revolucionário, recorrendo para isso a uma argumentação aporética:

Essa circunstância está provavelmente na raiz da errada opinião daqueles que defendem que, precisamente por ter sido originado numa instituição militar, o processo peruano 'não pode' ter um carácter revolucionário (...). Se aduz que uma coisa não pode existir, simplesmente porque não existiu no passado. E nega-se a possibilidade de que um fenómeno ocorra, simplesmente porque antes não ocorreu<sup>121</sup> (p.73).

Este tipo de argumento é, aliás, dado pelo próprio presidente Velasco num encontro com a imprensa em março de 1974. Quando lhe perguntam como é possível continuar a revolução sem um partido político, o general diz não ser necessário:

Temos de criar, de encontrar um novo caminho para resolver esse problema capital. Que isso seja utópico, que nunca se tenha dado no Peru nem noutras partes? Certo, mas isso nada prova, tampouco se tinha dado antes o caso duma Força Armada que unida realizasse pacificamente uma grande transformação social, económica e política em país algum do terceiro mundo. Sem embargo isso é o que está a acontecer no Peru há cinco anos<sup>122</sup>

---

<sup>119</sup> É voz corrente na historiografia que Carlos Delgado Oliveira era o ideólogo oficial de Velasco e também quem lhe escrevia os discursos. Afirma-o, por exemplo Carlos Contreras e Marcus Cueto (2013, p.344). Entre a bibliografia que utilizei, estão dois volumes dos discursos de Velasco Alvarado (1970 e 1972) e uma compilação de artigos de Carlos Delgado Olivera (1973). A coincidência de estilo e pensamento é óbvia, dando-se até situações em que Delgado Olivera escrevia artigos depois de cada intervenção do presidente, expandindo-as e explicando o seu significado político.

<sup>120</sup> "Las revoluciones en el mundo contemporáneo han sido siempre procesos iniciados y conducidos por partidos políticos sujetos a dilatados plazos de maduración ideológica (...). La Revolución Peruana escapa por entero a esta regla. Aquí el proceso de transformación nacional se inicia a partir de la acción de una institución, como la militar, que no sólo no es un partido político sino que, además, tradicionalmente cumplió el papel de garante del orden establecido." (Tradução minha)

<sup>121</sup> "Esta circunstancia está probablemente en la raíz mismade la errada opinión de quienes sostienen que, precisamente por haberse originado en una institución militar, el proceso peruano 'no puede' tener un carácter revolucionario (...). Se aduce que una cosa no puede existir, simplemente porque no existió en el pasado. Y se niega la posibilidad de que un fenómeno ocurra, sencillamente porque antes no ocurrió." (Tradução minha)

<sup>122</sup> "La Nueva Cronica", 1 de março de 1974, p 2. "tenemos pues que crear, que encontrar un nuevo camino para resolver ese problema capital ¿Qué eso sea utópico, que nunca se haya dado ni en el Perú ni en otras partes? Certo. Pero esto nada prueba, tampoco se habia dado antes el caso de una Fuerza Armada que unida realizara pacificamente una gran transformación social, económica y política en país alguno del tercero mundo.. Y sin embargo eso es lo que está ocurriendo en el Perú desde hace cinco años." (Tradução minha)

Afirmar a inexistência de contradição entre ser militar e revolucionário, será um dos pilares permanentes do universo argumentativo do GRFA, o que não surpreende: como vimos, a base de legitimação formal do regime é, precisamente, o facto de ser revolucionário.

Como observou Martín Sanchez (2002), o poder militar nascia duma convicção: concretizava a vontade da maioria eleitoral, bloqueada pelas rivalidades entre os partidos. Então, só com uma ditadura seria possível concretizar o verdadeiro sufrágio dos peruanos. Uma vez dado o golpe, é essa mesma disjuntiva legitimidade que leva os militares a procurar uma fonte de soberania na própria revolução. Afirma Sanchez que,

A revolução – com a sua natureza paradoxal de subversão e soberania, por um lado, e acontecimento particular e projeto universal, pelo outro – foi o guião central da ideologia e da prática política do governo militar (...).

A dimensão ideológica do governo militar consistiu numa atualização radicalizada da ambição política hegemónica no Peru daquela época: ter um estado nacional sobreano e desenvolvido. A este objectivo correspondia claramente uma estratégia que, devido ao estado dos partidos políticos do país, não podia ser outra que a revolução<sup>123</sup> (pp.31-32) (sublinhado meu)

A este propósito, são claras as palavras de Velasco Alvarado (1970), na mensagem à nação de 3 de outubro de 1969, por ocasião do primeiro aniversário do golpe. O presidente aproveita para se referir claramente aos partidos e à sua incapacidade para levar a cabo reformas, mesmo quando as defendem ideologicamente, paralisados por aquele grupo constantemente identificado pelo general como “a oligarquia”:

E que não se diga que estamos a romper a harmonia entre todos os peruanos. Ela nunca existiu na realidade. No passado porque a concórdia foi impossível entre um povo explorado e os seus exploradores. No presente, porque a harmonia não pode existir entre aqueles que defendem os interesses da oligarquia e os que defendemos os interesses do povo. Não pode haver harmonia entre a revolução e a anti-revolução<sup>124</sup> (pp.106-107).

Mas a dúvida quanto à legitimidade revolucionária surgia, até entre simpatizantes do GRFA. Era o caso do historiador marxista britânico Eric Hobsbawm (2018), quando, em novembro de 1969, escrevia um artigo na

---

<sup>123</sup> “la revolución —con su naturaleza paradójica de subversión y soberanía, por un lado, y acontecimiento particular y proyecto universal, por otro— fue el guion clave de la ideología y la práctica política del gobierno militar peruano presidido por el general Juan Velasco Alvarado. Esto suponía un intento de cambio estructural y simultáneo del sistema político por una minoría consistente, con una fuerte autonomía relativa en ese sistema y en una posición privilegiada en el Estado y la sociedad.

La dimensión ideológica del gobierno militar consistió en una actualización radicalizada de la ambición política hegemónica en el Perú de aquella época: el *tener un Estado nacional soberano y desarrollado*. A este objetivo le correspondía claramente una estrategia que, debido al desarrollo de los grupos políticos del país, no podía ser otra que la *revolución*”. (tradução minha)

<sup>124</sup> “Y que no se diga que estamos rompiendo la armonía entre todos los peruanos. Ella nunca ha existido en realidad. En el pasado porque la concordia fue imposible entre un pueblo explotado y sus explotadores. Y en el presente porque la armonía no puede existir entre quienes defienden los intereses de la oligarquía y los que defendemos los intereses del pueblo. No puede haber armonía entre la revolución y la anti-revolución”. (Tradução minha).

*New Society* sob o sugestivo título “Os Militares como revolucionários”, onde perguntava “É isto uma revolução?” e respondia:

Sim na medida em que é súbita, virtualmente não planificada e potencialmente muito rica em consequências, pelo menos para a sociedade rural. Não, na medida em que foi imposta desde cima a uma população (até agora) passiva, por generais que certamente não querem uma mobilização descontrolada de massas, e provavelmente nenhuma mobilização<sup>125</sup> (pp.352-353).

Como veremos adiante, esta necessidade de justificar a possibilidade duma revolução vinda de cima, é um dos fatores que vai chamar a atenção peruana para a revolução portuguesa.

## **2.2. A revolução nem comunista nem capitalista**

No dia 3 de outubro de 1968 Velasco Alvarado consegue congrega institucionalmente as Forças Armadas peruanas, mas fica longe de obter a unanimidade ideológica. Talvez por isso, o GRFA autocaracterizou-se menos pelo ser do que pelo não ser. Nesta perspectiva, o seu principal lema é bastante significativo: “Nem capitalismo, nem comunismo”.

Diz-nos Antonio Zapata (2015): A procura duma terceira via, distante do capitalismo e do comunismo, foi um firme propósito do GRFA<sup>126</sup> (p.50). Para Carlos Contreras e Carlos Cueto (2013), o *Gobierno Revolucionario* procurou “pôr em marcha uma terceira via, ‘nem capitalista nem comunista’, que se assemelhava às antigas ideias cooperativistas da APRA ou ao modelo jugoslavo do marechal Tito<sup>127</sup> (p.342).

Mas esta dupla negação não era uma originalidade peruana. Depois da captura e eliminação de Che Guevara, os movimentos de guerrilha latino-americanos começaram a diversificar as suas fontes ideológicas, tornando-se trotskistas, marxistas-leninistas, nacionalistas e até radicais católicos. Um exemplo foram os *Montoneros* argentinos, fundados em 1966 e que lutavam pelo regresso do exilado Perón, gritando por “*La patria socialista, sin Yanquis ni marxistas*” (WESTARD, 2017, p.354)

No seu primeiro discurso num dia da nação, a 28 de julho de 1969, Velasco Alvarado (1970) afirmou: “Esta não é uma revolução marxista, não vamos para uma sociedade de tipo comunista<sup>128</sup>” (p.82). A tónica seria uma constante das suas intervenções. Alguns meses depois, em outubro e falando para empresários, o presidente insistiria: “Não vamos estabelecer uma sociedade comunista<sup>129</sup>” (p.164). Em março de 1970, dirigindo-se a

---

<sup>125</sup> “¿Es esto una revolución? Si, en la medida que es súbita. Virtualmente no planificada y potencialmente muy rica en consecuencias, al menos para la sociedad rural. No, en la medida que ha sido impuesta desde arriba a una población (hasta ahora) pasiva, por generales que ciertamente no quieren una movilización descontrolada de las masas y, probablemente, ninguna movilización.” (Tradução minha)

<sup>126</sup> “La búsqueda de una tercera vía, alejada del capitalismo y del comunismo, fue un firme propósito del GRFA.” (Tradução minha)

<sup>127</sup> “poner en marcha una tercera vía, ‘ni capitalista ni comunista’, que se asemejava a las antiguas ideas cooperativistas del APRA o el modelo yugoslavo del mariscal Tito.” (Tradução minha)

<sup>128</sup> “Esta no es una revolución marxista; por lo tanto, no vamos hacia una sociedad de corte comunista”. (Tradução minha)

<sup>129</sup> “No vamos a establecer una sociedad comunista”. (Tradução minha)

oficiais da polícia e das Forças Armadas, voltava ao tema, desta vez queixando-se: “orquestra-se a imensa e vil campanha de apresentar este governo como sujeito a uma inventada influência comunista<sup>130</sup>” (p.184).

Enquanto negavam o comunista, os militares faziam o mesmo com o capitalismo. Na mensagem ao país de 28 de julho de 1970, Velasco procura deixar isso muito claro:

Nem o ponto de partida conceptual, nem o processo do nosso desenvolvimento revolucionário, nem o objectivo final da Revolução obedecem aos modelos tradicionais dos sistemas capitalistas ou comunistas. O comunismo e o capitalismo não são os ‘modelos’ da nossa Revolução nacionalista (...) se é certo que o sistema capitalista, hoje duramente criticado também pela Igreja Católica, se abre a objecções insanáveis de carácter económico, ético e social, também do nosso ponto de vista o comunismo não é válido para a realidade do Peru e inaceitável para os ideais humanistas da nossa Revolução<sup>131</sup> (pp 213-214).

Os militares diziam estar a criar um modelo próprio e baseado na tradição e nas características específicas do Peru, o que, aliás, se enquadrava numa das suas bandeiras, como veremos a do nacionalismo.

No referido discurso do 28 de julho de 1969, Velasco Alvarado (1970) abordou directamente esta questão, dizendo o seguinte:

A Revolução Nacional que hoje estamos a realizar, não pode ser descrita nem qualificada com termos surgidos noutros povos e noutros continentes, e por isso é que hoje reiteramos que não se trata de mudar o atual ordenamento social e económico do país por outro que obedeça às orientações ideológicas de experiências estrangeiras, frente às quais a Revolução Nacional mantém uma indeclinável posição de independência e separação<sup>132</sup> (pp.75-76).

Esta dupla negação do comunismo e do capitalismo e a defesa do que seria um modelo peruano, acarretava dificuldades identitárias que Velasco assumia (discurso do 28 de julho de 1970):

Daí que para nós não tenha sentido histórico real perguntar qual é o rótulo exato que presumivelmente deveria ter desde já o tipo de sociedade que estamos a tratar de construir no Peru (...). O desenvolvimento do próprio processo revolucionário irá conformando e redefinindo em constante acção criadora os perfis dessa futura sociedade cuja verdadeira natureza não pode reflectir-se na

---

<sup>130</sup> “se orquesta la inmensa y vil campaña de presentar a este Gobierno como sujeto a una inventada influencia comunista”. (Tradução minha).

<sup>131</sup> “ni en el punto de partida conceptual, ni el proceso de nuestro desarrollo revolucionario, ni el objetivo final de la Revolución obedecen a los moldes tradicionales de los sistemas capitalistas o comunistas. El comunismo y el capitalismo no son los ‘modelos’ de nuestra Revolución Nacionalista (...) si bien es cierto que el sistema capitalista, hoy duramente criticado también por la Iglesia Católica, se abre a objeciones insalvables de carácter económico, ético y social, también desde nuestro punto de vista el comunismo resulta invalido para los fines humanistas de nuestra revolución.” (Tradução minha)

<sup>132</sup> “la Revolución Nacional que hoy estamos realizando, no puede ser descrita ni calificada en términos surgidos de otros pueblos y de otros continentes, y por eso es que hoy reiteramos que no se vaya cambiar el actual ordenamiento social y económico del país por otro que obedezca a las orientaciones ideológicas de experiencias foráneas, frente a las cuales la Revolución Nacional mantiene indeclinable posición de independencia y de separación.” (Tradução minha)

deformadora estreiteza de nenhum rótulo, de nenhuma etiqueta<sup>133</sup> (pp. 215-216. Sublinhados no original).

Veremos adiante como o Peru de Velasco Alvarado procurou também encontrar na revolução portuguesa, esta visão alternativa e independente das duas grandes vias da Guerra Fria.

### **2.3. “Participacionismo” contra democracia representativa**

Como vimos, a legitimidade formal do GRFA estava no próprio facto de ser revolucionário e se apresentar como um executor da inevitabilidade da história. Organicamente, o poder estava de facto nas mãos das Forças Armadas, consubstanciando-se num estatuto revolucionário com 11 artigos transformados em decreto-lei no próprio dia da revolução. Este estatuto criava uma espécie de órgão máximo, chamado Junta Revolucionaria, constituída pelos chefes dos três ramos das Forças Armadas, o qual nomeava o presidente da república. Os membros da junta tinham assento no governo e, colectivamente, uma espécie de poder de veto sobre as decisões do conselho de ministros, já que os decretos-lei tinham de ser aprovados pelos dois órgãos<sup>134</sup>.

A fonte de poder estava, assim, claramente na instituição militar. No entanto, no sentido de criar um elo entre esta legitimidade institucional militar e a popular, o GRFA adotou uma doutrina a que chamou *participacionista*. Por detrás deste conceito estava uma profunda desconfiança relativamente aos partidos e à democracia representativa, que Velasco nunca se cansava de frisar.

No discurso à nação de 28 de julho de 1969 (VELASCO ALVARADO, 1971), referindo-se ao sistema partidário anterior à revolução, o presidente diria que “vivíamos uma aparente democracia formal, dominada por uma minoria favorecida que sempre ignorou as verdadeiras necessidades do povo<sup>135</sup>” (p.57). Neste mesmo discurso, falando sobre os líderes partidários, acusou-os de “se eternizam no poder desses partidos, constituindo neles verdadeiras autocracias, burlando os ideais democráticos que dizem defender<sup>136</sup>” (p.79). Esta referência ao sistema partidário e eleitoral como uma mera “democracia formal”, será uma constante que encontramos em diversas intervenções, por exemplo em 1969, numa deslocação à cidade de Chiclayo: “A pura democracia formal dos votos periódicos, com que se negocia nas costas do povo, não é democracia!<sup>137</sup>” (p.141). Note-se como evita a fórmula semanticamente positiva, dizendo-a “formal” em vez de “representativa”.

---

<sup>133</sup> “De ahí que para nosotros carezca de sentido histórico real inquirir por el rótulo exacto que presumiblemente debería tener desde ya el tipo de sociedad que estamos construyendo en el Perú (...). El desenvolvimiento del propio proceso revolucionario irá conformando y redefiniendo en constante acción creadora los perfiles de esa futura sociedad cuya verdadera naturaleza no puede reflejarse en la deformadora estrechez de ningún rótulo, de ninguna etiqueta.” (Tradução minha)

<sup>134</sup> Decreto Ley N° 17063, de 3 de outubro de 1968 (Estatuto Revolucionário). In: INDE, 1974, pp.41-45.

<sup>135</sup> “Vivimos una aparente Democracia formal, dominada por una minoría favorecida que siempre ignoró las verdaderas necesidades del pueblo.” (tradução minha)

<sup>136</sup> “se eternizan en el poder de esos partidos, constituyendo en ellos verdaderas autocracias, burla a los ideales democráticos que tales partidos profesan defender.” (Tradução minha)

<sup>137</sup> “La pura democracia formal de los votos periódicos, con que se negocia a espaldas del pueblo, ¡No es democracia!” (Tradução minha)

Mantendo uma linha de ataque a um modelo que considera como “democracia formal”, a 28 de abril de 1974, num encontro com a imprensa, afirmaria: “um partido político é um instrumento de concentração e manipulação do poder e não um mecanismo apto para transferir esse poder”. O presidente acrescentaria ainda que, “um partido político conduz inevitavelmente ao seccionamento e à divisão dos setores populares aos quais na sua totalidade se dirige a nossa revolução”<sup>138</sup>.

Segundo escreveu o ideólogo do GRFA Carlos Delgado (1970), “o sistema político tradicional, representado pelos partidos pré-revolucionários, já não tem viabilidade (...) foram superados e ultrapassados pela realidade concreta do novo fenómeno integral que a revolução representa<sup>139</sup>” (p.50). Noutra ocasião, especificando o significado da alternativa “participacionista”, Delgado diria que “as organizações permanentes de base constituem os mais efectivos e perduráveis mecanismos de participação popular<sup>140</sup>” (p.79).

Em alternativa a este “democracia formal” partidária e representativa, o presidente da república raramente perdia uma oportunidade de vincar a defesa dum modelo “participacionista” de organização política. No discurso à nação de 28 de julho de 1973, define bem ao que se refere com este conceito, afirmando o desejo de “estruturar no Peru uma democracia social de participação plena, dentro da qual a capacidade de decisão no económico e no Político será exercida pelas comunidades de base. Assim, todas as expressões do poder surgirão dos próprios fundamentos da sociedade<sup>141</sup>” (INDE, 1974, p. 93).

Este modelo participacionista é definido num editorial de *La Nueva Cronica* (ed. 28.05.1974) como sendo “a participação popular, plena e direta, em todos os níveis de decisão<sup>142</sup>”.

Esta solução, será considerado uma tradição autóctone, que os teóricos do regime pensam encontrar no passado pré-colonial. Então, além de corresponder a uma busca de legitimidade orgânica, funda-se também num tipo de nacionalista que, como veremos, caracterizou a revolução peruana. Carlos Delgado, afirmaria o seguinte:

No Peru existiu (...) uma tradição “participacionista” e, portanto, verdadeiramente democrática. Essa foi a tradição das *comunidades campesinas* pré-hispânicas, cuja profunda vitalidade, enraizada no

---

<sup>138</sup> “un partido político es un instrumento de manipulación y concentración de poder y no un mecanismo apto para transferir ese poder”; “un partido político conduce inevitablemente al seccionamiento y a la división de los sectores populares a los cuales en su totalidad se dirige nuestra revolución” (Tradução minha). In: *La Nueva Crónica*, 1 de março de 1974, p. 2.

<sup>139</sup> “el sistema político tradicional, representado por los partidos prerrevolucionarios, ya no tiene viabilidad (...) han sido superados y sobrepasados por la realidad concreta del nuevo fenómeno integral que la revolución representa.” (Tradução minha)

<sup>140</sup> “las organizaciones permanentes de base constituyen los más efectivos y perdurables mecanismos de participación popular.” (tradução minha)

<sup>141</sup> “será posible estructurar en el Perú una democracia social de participación plena, dentro de la cual la capacidad de decisión en el económico y en el político será ejercida por las comunidades de base. Así, todas la expresiones del poder surgirán de los fundamentos mismos de la sociedad”. (Tradução minha)

<sup>142</sup> “la participación popular, plena y directa, en todos los niveles de decisión que puedan darse en el país”. (Tradução minha).

acervo criador do povo peruano, lhe permitiu resistir a trezentos anos de colonização espanhola e século e meio de exploração republicana<sup>143</sup> (pp.242-243).

Denotando também esta ideia de estarem a construir um paradigma genuinamente peruano, Hugo Neira, outro dos ideólogos do GRFA, escreveria: “Quando os europeus começam a falar, impelidos pelas suas dificuldades, de voltar às pequenas comunidades, do regresso à natureza (...), então podemos considerar que as nossas utopias autogestionárias e anticonsumistas se atualizam”<sup>144</sup>.

Apesar desta tónica, o “participacionismo” estava longe de ser uma ideia original. O próprio Carlos Delgado Oliveira reconhece-o, quando, olhando para o exemplo da Jugoslávia de Tito, afirma: “O único caso de uma revolução socialista que pensa, e começa a resolver (...) o problema da participação popular, é o da Revolução jugoslava<sup>145</sup>” (p.127).

Este modelo é, contudo, bastante anterior: já se encontrava no pensamento de Phroudon, esteve na base das revoluções russas de fevereiro e de outubro e foi claramente defendido por Lenin (1977) nas suas célebres “Teses de Abril”, quando considerou os soviets como única forma de governo, defendendo que os revolucionários deveriam dizer “Não a uma república parlamentar” e postulando a alternativa: “uma república dos soviets de deputados operários, assalariados agrícolas e camponeses em todo o país, desde baixo até cima”. Aliás, todo o pensamento do Lenine revolucionário era de acordo a um modelo de organização de bases, pois considerava a falência da Comuna de Paris de 1871 como uma consequência da manutenção do mesmo tipo de Estado pré-existente (FAULKNER, 2017, p.185). Teremos de esperar por Estaline para assistir à afirmação dum Governo burocrático, organizado de cima para baixo (pp.232-243), gerando dissidências internas e externas, com reacções antagónicas noutros socialismos, entre os quais, muitos anos depois, no da revolução peruana.

Esta lógica dum socialismo que se oponha ao burocratismo soviético, está clara num dos múltiplos discursos onde Velasco Alvarado (1971) se afirma nem capitalista nem comunista. Negando este último, afirma: “Não é portanto o nosso ideal (...) um Estado todo-poderoso, burocratizado e dogmático que ditatorialmente rege a vida dum sistema social (...) desumanizador e alienante<sup>146</sup>” (p.214).

---

<sup>143</sup> “en el Perú ha existido (...) una tradición participacionista y, por lo tanto, democrática. Esa ha sido la tradición de las comunidades campesinas de orden prehispánico, cuya profunda vitalidad, enraizada en el acervo creador del pueblo peruano, le permitió resistir trescientos años de coloniaje español y siglo y medio de explotación republicana”. DELGADO, Carlos. “La participación popular en la revolución peruana”. In: “Participación”, año II, número 2, fevereiro de 1973, Lima (p. 14). Cit. em: Martin Sanchez 2002, p. 196.

<sup>144</sup> NEIRA, Hugo. “La Reconstrucción de Alianzas”. In “La Nueva Cronica”, 2 de março de 1974, p.12. “cuando los europeos comienzan a hablar, impelidos por sus dificultades, de una vuelta a las pequeñas comunidades, del regreso a la natura(...), entonces podemos considerar que, como nunca, nuestras ‘utopías’ autogestionarias y anticonsumistas se actualizan.” (Tradução minha)

<sup>145</sup> “El único caso de revolución socialista que plantea, y comienza a resolver, creo yo, el problema de la participación popular, es la Revolución Yugoslava”. (Tradução minha).

<sup>146</sup> “No es pues nuestro ideal (...) un Estado todopoderoso, burocratizado y dogmático que absolutistamente rige la vida de un sistema social también deshumanizado y alienante”. (Tradução minha).



Num aparente paradoxo, para organizar este modelo de participação de baixo para cima, em julho de 1971 criou-se o SINAMOS de cima para baixo, acrónimo de *Sistema Nacional de Mobilización Social*, aludindo não inocentemente a um país *sin-amos* (sem amos). Segundo o historiador Antonio Zapata (2015) o objectivo deste organismo, que enquadraria ideólogos como Carlos Delgado e Hugo Neira, era constituir-se num braço político e popular da revolução, servindo tanto para organizar como para mobilizar o apoio da população (p.54). Para Maria Isabel Remy Simatovic (2015), “O governo pretendia criar uma base social própria, incondicional, de apoio. ‘Povo e Forças Armadas’, um dos lemas do governo, deviam constituir uma nova relação e para isso constitui-se o *Sistema Nacional de Apoyo a la Mobilización Social*”<sup>147</sup> (p.268).

Poderíamos multiplicar exemplos, porquanto muita da literatura produzida pela revolução foi precisamente para definir o “participacionismo” e como este originaria uma democracia sem partidos. Neste contexto, parece também claro o papel do SINAMOS como braço deste modelo político: Em julho de 1971, Delgado Olivera (1973) escreveu um artigo, onde aclarava o objectivo deste organismo, defendendo que servia para “a emergência de organizações populares autónomas através das quais os homens e as mulheres do povo peruano possam participar livre e criativamente no desenvolvimento da revolução”<sup>148</sup> (p.43).

Também veremos como os peruanos vão olhar para a revolução portuguesa, na perspectiva da promessa de estabelecimento dum sistema de participação social.

## 2.4. Nacionalismo

O texto da primeira proclamação das Forças Armadas no próprio dia do golpe de 3 de outubro de 1968, é bem revelador da existência duma motivação nacionalista por detrás da revolução:

Poderosas forças económicas nacionais e estrangeiras, em cumplicidade com peruanos indignos, detêm o poder político e económicos inspirados em lucrar desenfadadamente (...). A acção do Governo Revolucionário inspira-se na necessidade de transformar a estrutura do Estado (...); transformar as estruturas sociais, económicas e culturais; manter uma clara atitude nacionalista, uma clara posição independente e a defesa firme da soberania e dignidade nacionais<sup>149</sup> (citado por: ESTUARDO CORNEJO, 1969, pp.98-99<sup>150</sup>)

---

<sup>147</sup> “El gobierno requería crearse una base social propia, incondicional, de apoyo: ‘Pueblo y Fuerza Armada’, uno de los lemas del gobierno, debían construir una nueva relación, y para ello se constituye el Sistema Nacional de Apoyo a la Mobilización Social (SINAMOS).” (Tradução minha)

<sup>148</sup> “contribuir y crear condiciones que estimulen la emergencia de organizaciones populares y autónomas a través de las cuales los hombres y mujeres del pueblo peruano puedan participar libre y creadoramente en el desarrollo de la revolución.” (Tradução minha). Da leitura deste artigo, infere-se que foi escrito e publicado um dia depois da criação do SINAMOS, no entanto, a nossa fonte é uma compilação de artigos e entrevistas de Carlos Delgado, editada pelo próprio, que não refere o local e data originais de publicação de cada texto.

<sup>149</sup> “Poderosas fuerzas económicas, nacionales y extranjeras, en complicidad con peruanos indignos, detentan el poder político y económico inspirados en lucrar desenfadadamente (...). La acción del Gobierno revolucionario se inspira en la necesidad de transformar la estructura del Estado (...); transformar las estructuras sociales, económicas y culturales; mantener una definida actitud nacionalista, una clara posición independiente y la defensa firme de la soberanía y dignidad nacionales”. (Tradução minha)

<sup>150</sup> “Manifiesto del Gobierno Revolucionario – 3 de octubre de 1968”.

Apenas seis dias depois o GRFA nacionaliza os campos petrolíferos de La Brea e Pariñas, junto com a própria refinaria de Talara. A mensagem à nação é, novamente, de forte pendor nacionalista: “Há mais de 50 anos que, como uma dolorosa ferida, o problema de LA BREA y PARIÑAS constituiu para a República um capítulo de opróbrio e de vergonha, por representar um ultraje à dignidade, à honra e à Soberania da Nação<sup>151</sup>” (VELASCO ALVARADO, 1970, p.5). Para aumentar a carga dramática, a ocupação da empresa passou em direto e foi feita pelo exército, como se duma operação militar se tratasse.

O petróleo era um espinho cravado no coração dos nacionalistas peruanos. Os problemas com a *International Petroleum Company* tinham começado praticamente desde a chegada da companhia à costa norte, em princípios do século XX. A abertura dos poços está rodeada de polémica (...). Em 1922, uma sentença arbitral emitido em França tinha dado razão aos norte-americanos. Para os peruanos esta sentença era o paradigma do imperialismo que saqueava o seu país. Era uma recordação humilhante que permanecia indelével na sua memória, uma afronta ao orgulho nacional<sup>152</sup> (ASENSIO, 2017, pp.85-86)

A 28 de julho de 1969, no discurso do dia da nação, o presidente voltará a abordar o tema da IPC e nestes termos:

(As Forças Armadas cumpriram) o desejo cidadão e patriótico de reivindicar uma riqueza nacional que ilegitimamente explorava uma empresa estrangeira. Assim se reparou a dignidade e a soberania da nossa Pátria (...). Os irrenunciáveis direitos do Peru prevaleceram. O petróleo é peruano. A *International Petroleum Company* desapareceu do país<sup>153</sup> (VELASCO ALVARADO, 1970, p.59).

O nacionalismo estava definitivamente integrado no discurso oficial, dando assim resposta aos anseios da burguesia urbana que, vimos já, estava encurralada pelo capital estrangeiro e pela forma como este monopolizava a exploração de todos os recursos da rentável e exportadora economia extrativa.

Também aqui, o Peru seguia uma corrente continental. Desde finais da I Guerra Mundial o nacionalismo fora nicho de escape para uma América Latina ameaçada pela reafirmação de relações internacionais hierarquizadas, num modelo transferido do passado ao presente (CARMAGNANI, 2015). O século XIX, que foi também o das independências, não abriu às novas nações as portas duma influência política fora das suas fronteiras, vendo-se, assim, inseridas nos circuitos mundiais apenas pelo comércio, mas ficando excluídas dos

---

<sup>151</sup> “Hace más de 50 años que, como una dolorosa herida, el problema de LA BREA y PARIÑAS ha constituido para la República un capítulo de oprobio y de vergüenza, por representar un ultraje a la dignidad, al honor y a la Soberanía de la nación.” (Tradução minha)

<sup>152</sup> “El petróleo era una espina clavada en el corazón de los nacionalistas peruanos. Los problemas con la International Petroleum Company habían empezado casi desde el mismo momento de la llegada de la compañía a la costa norte, a principios del siglo XX. La apertura de los pozos está rodeada de polémica (...). En 1922, un laudo arbitral emitido en Francia había dado la razón a los norteamericanos. Para los peruanos esta sentencia era el paradigma del imperialismo que saqueaba su país. Era un recuerdo humillante que permanecía indeleble en su memoria, una afronta al orgullo nacional.” (Tradução minha)

<sup>153</sup> “el anhelo ciudadano y patriótico de reivindicar una riqueza nacional que ilegítimamente explotaba una empresa extranjera. Así se recuperó la dignidad y la soberanía de nuestra Patria (...). Los irrenunciables derechos del Perú han prevalecido. El petróleo es peruano.” (Tradução minha)

grandes fóruns de decisão. Entre as duas guerras, os EUA procuraram manter uma ordem internacional hegemónica baseada em grandes potências, confirmando assim uma espécie de acantonamento político dos países latino-americanos (p.287). Em resposta a este *status quo*, a América Latina começava a desenvolver ideais nacionalistas, que atingiram o apogeu depois de 1945, quando dezenas de ex-colónias agora transformadas em países independentes vieram engrossar esse sentimento.

O nacionalismo usa a ideia pré-existente de nação para libertar o subcontinente da ratoeira duma tensão internacional puramente ideológica. A maturidade cultural latino-americana demonstra-se pelo facto de ter evitado o confronto entre o liberalismo anglo-americano e o socialismo soviético, bem entre estas doutrinas opostas e corporativismo nazi-fascista<sup>154</sup> (p.289).

No caso concreto da América Latina, tratava-se também duma reacção com profundas raízes históricas, frente à crescente ameaça intervencionista duns Estados Unidos conduzidos pela doutrina Monroe, e com um grande historial de intervenções militares no continente. No século XIX, o grande vizinho do Norte já tinha ocupado metade do território mexicano e interveio em Cuba contra Espanha, com uma mensagem de libertação, mas um claro objectivo de salvaguarda de interesses açucareiros próprios. Entrando no século XX, em 1903 forçou a secessão panamiana para garantir controlo sobre o futuro canal, instou o Peru a ceder o trapézio amazónico à Colômbia para compensá-la desta perda, ocupou diversas vezes a Nicarágua entre 1912 e 1933, em 1961 hostilizou frontalmente Cuba na tentativa de invasão falhada da Baía dos Porcos, em 1965 foi a República Dominicana, depois de, em 1964, terem apoiado o golpe de Estado brasileiro<sup>155</sup>, o mesmo no Chile em 1973, neste último caso com público escândalo, depois de se tornarem conhecidas as manobras da CIA para a criação da instabilidade indispensável ao avanço de Pinochet<sup>156</sup>.

Esta vocação para a ingerência gerou reacções na América Latina: “depois da guerra americano-espanhola de Cuba em 1898, até as elites crioulas começaram a olhar para os EUA mais como uma ameaça à sua herança cultural do que como um modelo a seguir<sup>157</sup>” (WILLIAMSON, 1992, p.327). Começa então um movimento de

---

<sup>154</sup> “El nacionalismo utiliza la idea preexistente de nación para liberar al subcontinente de la trampa de una tensión internacional puramente ideologica. La madurez cultural latinoamericana se demuestra por el hecho de haber evitado la contraposición entre liberalismo angloamericano y socialismo soviético, y entre estas ideologías opuestas y la doctrina corporativista nazifascista”. (Tradução minha)

<sup>155</sup> Provas da interferencia de Washington no golpe de Estado brasileiro, são explicitas em gravações de conversas telefónicas de Johnson com membros do seu gabinete. Estas gravações foram desclassificadas e estão publicamente disponíveis nos seguintes endereços (consulta 29.12.2018):

<http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB118/LBJ-Brazil-Hi.wma>

<http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB118/LBJ-Brazil-Ho.wma>

<http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB118/LBJ-Brazil.mp3>

O Instituto João Goulart faz um resumo e análise destas gravações em (consulta 29.12.2018):

<http://www.institutojoaogoulart.org.br/conteudo.php?id=69>

<sup>156</sup> A edição de 20 de setembro de 1974 do New York Times, denunciou a participação da CIA na preparação do golpe de Pinochet. Esta acção seria pouco depois assumida pelo próprio Kissinger. Edição disponível em (consulta 15.01.2019):

<https://www.nytimes.com/1974/09/20/archives/cia-is-linked-to-strikes-in-chile-that-beset-allende-intelligence.html>

<sup>157</sup> “After de US-Spanish war over Cuba in 1898, even de creole élites had began to regard the USA more as a Threat to their cultural heritage than as a model to emulate”. (Tradução minha).

busca de raízes próprias, com base em movimentos indigenistas, os mesmos que estiveram na origem da revolução mexicana e que foram intelectualizados por filósofos e escritores como José Enrique Rodó (1871-1917), Manuel Gonzalez Prada (1844-1918) e, numa geração seguinte, José Carlos Mariategui (1894-1930), que procurou um socialismo de raiz andina pré-colonial, José Maria Arguedas (1911-1969) ou Haya de la Torre (1895-1879), fundador da APRA como um partido socialista transnacional latino-americano, com uma forte afirmação nacionalista anti-EUA. No Brasil, essa mesma procura dum identidade própria nacional, que já estava em “O Guarani” do romântico José de Alencar (1829-1877), podemos encontra-la vincadamente, sobretudo quando o neo-realismo se funde com o regionalismo, em escritores como Guimarães Rosa (1908-1967), Jorge Amado (1912-2001) ou Graciliano Ramos (1892-1953).

Quando a revolução peruana sai à rua em 1968, a América latina atravessara um século XX recheado de ideais, golpes e revoluções nacionalistas, tanto à direita como de esquerda. Além da revolução mexicana de 1911-1913, que eternizou Emiliano Zapata e conduziu a uma reforma agrária, o Chile sofre em 1924 um golpe de Estado nacionalista de pendor fascista e outro de tendência socialista em 1931; em 1943 foi a ascensão de Juan Domingo Perón na Argentina; em 1934 Getúlio Vargas chega à presidência do Brasil, com um programa vincadamente social nacionalista; em Cuba abortou uma tentativa idêntica em 1933 (WILLIAMSON, 1992, p.330). Também na Cuba imediatamente pós revolucionária, entre 1959 e 1961, é impossível não denotar um claro discurso de afirmação nacionalista face a uns EUA habituados a tratar o país como se fosse uma colónia sua.

Como veremos, o Peru irá procurar no Portugal de 1974, um aliado legitimador desta visão de procura de soluções genuinamente nacionais e de reação às pressões imperialistas.

## **2.5. Reforma agrária**

Como vimos, a força que mais obstruía uma plena entrada do país no sistema económico capitalista eram os *gamonales* da serra, senhores dum sistema social e económico arcaico onde, além de controlarem a produção e formularem o preço com regras contrárias à economia de mercado, mantinham um sistema de remuneração não monetária, impedindo assim o crescimento do consumo interno de que a insipiente indústria nacional tanto precisava. Além destes, também os proprietários algodoeiros da costa replicavam o mesmo modelo e, quanto aos açucareiros, não contribuíam à geração de capital fixo de investimento, preferindo deixar o resultado das suas exportações no mesmo estrangeiro para onde as enviavam (ROSEMARY THORP e GEOFFREY BERTRAM, 2013).

Na costa existiam também outras *haciendas* de açúcar e algodão, mas nas mãos de estrangeiros, confrontando assim o crescente nacionalismo da burguesia urbana.

A resposta do GRFA não tardou e, a 24 de junho de 1969, o presidente anunciou a promulgação da lei de reforma agrária. No pronunciamento público, ficou claro o objectivo de retirar às multinacionais açucareiras e à burguesia rural com a mão esquerda, o que se dava à burguesia urbana com a direita: “Os empresários nacionais devem ter a certeza de que o Governo Revolucionário não tem outro propósito que não seja o de garantir uma política industrial que não pode ter êxito sem a ampliação dum mercado interno de consumo como aquele que criará a reforma agrária”<sup>158</sup> (VELASCO ALVARADO 1970, p. 47). Nesta intervenção, o presidente põe também a tónica na importância da lei da Reforma Agrária para o processo de industrialização, libertando imediatamente as indemnizações apenas para os proprietários expropriados interessados em investir na indústria: “Lutar pela industrialização é lutar pelo futuro da Nação”, diz. Por isso, “A este fim coadjuva a lei da Reforma Agrária, ao estimular o dinamismo do sector industrial mediante a reorientação dos recursos para fins de promoção da indústria nacional”<sup>159</sup> (p.46).

O presidente não perderá uma oportunidade para explicar aos empresários que, no caso da reforma agrária, o governo tinha ido a jogo em proveito da burguesia capitalista nacional. A 26 de outubro de 1969, no discurso de encerramento da 8ª Conferencia Anual de Executivos (CADE), Velasco Alvarado diria o seguinte:

Quando em diversas ocasiões dissemos que uma das metas centrais do nosso movimento é o impulso decidido à industrialização, dissemos a verdade (...). Esta foi, precisamente, uma das motivações da Reforma Agrária. Ela obedeceu não apenas à necessidade de transformar a desigual e injusta posse da terra, mas também a distribuir riqueza para aumentar o poder aquisitivo de esse campesinato que no futuro deve ser o consumidor dos produtos manufacturados da verdadeira indústria que nunca tivemos<sup>160</sup> (p.162)

A Reforma Agrária velasquista foi, assim, ao encontro dos interesses da burguesia urbana, não a afetou, levou as regras de mercado para os campos e, no médio prazo, aumentaria os consumidores dos bens industriais perecíveis que constituíam o núcleo dos seus negócios, tanto do ponto de vista industrial como comercial. Simultaneamente, porém, gerou uma efectiva mudança na estrutura social dos campos. Foram expropriados e entregues aos camponeses mais de 9.000 dos 30.000 milhões de hectares aráveis do país, intervindo-se em 16.000 *haciendas* (CONTRERAS e CUETO, 2013, p. 348) Isto alterou muito rapidamente a situação dos camponeses nativos, até aí obrigados a dar grande parte do seu tempo aos *gamonales* em troca das courelas

---

<sup>158</sup> “Los empresarios nacionales deben tener la certeza que el Gobierno revolucionario no tiene otro propósito que el de afianzar una política industrial que no puede tener éxito sin la ampliación de un mercado interno de consumo como el que creará la aplicación de la reforma agraria.” (Tradução minha)

<sup>159</sup> “Luchar por la industrialización es (...) luchar por el provenir de la nación”. “A este fin coadyuva la Ley de Reforma Agraria, al estimular el dinamismo del sector industrial mediante la reorientación de los recursos hacia fines de promoción de la industria nacional.” (Tradução minha)

<sup>160</sup> “Cuando en diversas ocasiones hemos dicho que una de las metas centrales de nuestro movimiento es el impulso decidido de la industrialización hemos dicho la verdad (...). Esta fue, precisamente, una de las motivaciones de la Reforma Agraria. Ella obedeció no solamente a la necesidad de transformar la desigual e injusta tenencia de la tierra, sino también a la de redistribuir riqueza para aumentar el poder adquisitivo de ese campesinado que en el futuro debe ser el consumidor de los productos manufacturados de la verdadera industria que nunca hemos tenido.” (Tradução minha)

familiares que estes os deixavam explorar. Esta mudança alterou a mentalidade praticamente feudal dos proprietários, cuja riqueza era medida pelo número de braços adstritos às suas *haciendas*, um direito cuja legitimidade estava fundada numa clara visão racista relativamente aos camponeses índios. Foram beneficiadas 396.000 famílias (p.352), que do dia para a noite passavam de *yanacunas* a proprietários ou coproprietários. Por fim, simbolizando uma nova relação entre o Estado e o índio, o GRFA reconheceu a língua quéchua como oficial.

Quando aconteceu o 25 de Abril, este processo de reforma agrária estava praticamente terminado, com 6,5 milhões de hectares já expropriados e entregues aos camponeses (cálculo a partir de, MATOS MAR e MEJÍA, 1980 p.171). Veremos em que medida esta situação influenciou na perspectiva que o Peru teve do mesmo processo em Portugal.

## **2.6. Indústria e recursos naturais**

Como vimos, por detrás da reforma agrária estava muito mais do que um projeto de revolução rural, mas uma lógica de usar a transformação nos campos para industrializar o país. Mais do que acabar com a oligarquia *gamonal*, ou além disso, o GRFA procurou “transformá-la numa burguesia empresarial, através da transferência dos capitais que detinha na propriedade agrária, para o investimento na indústria”<sup>161</sup> (MARTÍN SANCHEZ, 2002, 165).

Um detalhe importante era que metade dos títulos de dívida agrária (entregues aos proprietários rurais expropriados pela reforma Agrária) podia ser liquidado, se o ex-proprietário entrasse com outro tanto e decidisse investir na indústria. Converter os proprietários rurais em industriais, foi uma das expectativas do governo, que não se chegou a realizar<sup>162</sup> (CONTRERAS e CUETO, 2013, p. 350)

Esta convicção na necessidade de transformar o paradigma numa economia agrária e exportadora de matérias-primas, numa de cariz industrial, tinha vindo a ganhar força na América latina desde a depressão de 1929, quando a diminuição das importações das grandes potências acarretou uma profunda crise:

Depois da experiência da Depressão, os nacionalistas em países como o Brasil e a Argentina começaram a argumentar que era a estrutura agrária da economia em si mesma que causava a subserviência aos interesses estrangeiros. O fomento da indústria manufactureira começou a ser visto como a saída para esta dificuldade, já que as economias domésticas ficariam menos dependentes das

---

<sup>161</sup> “trató de eliminar a la oligarquía expropiando sus derechos de propiedad sobre la tierra y buscando transformarla en una burguesía empresarial mediante la transferencia de los capitales detenidos en la propiedad agraria hacia la inversión en la industria.” (Tradução minha)

<sup>162</sup> “Un detalle importante era que la mitad de los bonos de la deuda agraria podía ser dada en efectivo, si el expropiado ofertaba otro tanto y decidía invertir en la industria. Convertir a los terratenientes en industriales fue una de las expectativas del gobierno, que finalmente no se llegó a realizar.” (Tradução minha)

importações e seriam assim mais auto-sustentáveis quando viessem tempos de recessão mundial<sup>163</sup> (WILLIAMSON, 1992, p.331).

Com o GRFA, o Peru entra tardiamente nesta lógica, entretanto institucionalizado na Comissão Económica para a América latina (CEPAL), um organismo da ONU, entre 1949 e 1963 liderado pelo Argentino Raul Prebisch, e que até à década de 1980 marcou o ritmo dos modelos de desenvolvimento na região. As práticas económicas promovidas por esta instituição ficaram conhecidos como ISI, acrónimo de Industrialização em Substituição de Importações.

Outra influência importante foi o pensamento do economista francês François Perroux, para quem as economias estavam dominadas por poderes assimétricos, gerados em centros de poder que contradiziam a ideia de concorrência perfeita (QUIJANO OBREGON, 1971). Os militares peruanos conheciam bem estas ideias, estudadas no CAEM<sup>164</sup>, e a política económica que seguirão é claramente influenciada pelo pensamento de Prebisch e Perroux.

Segundo Prebisch “a mudança deveria ser impulsionada pelos Estados nacionais mediante uma estratégia dupla: Exportações provenientes da agricultura e uma industrialização que substituísse as importações<sup>165</sup>” (p.37).

No discurso de 28 de julho (dia nacional) de 1969, o seu primeiro em tal efeméride, Velasco Alvarado (1970) defendia muito claramente estes princípios:

A dependência da América latina surge fundamentalmente das relações económicas, financeiras e comerciais dos nossos países com as nações desenvolvidas do mundo. Essas relações geram desequilíbrios altamente prejudiciais (...). Por isso o Peru defende a necessidade de introduzir modificações substantivas em áreas importantes da acção internacional. Em primeiro lugar, os termos do intercâmbio comercial com os países desenvolvidos, claramente desvantajosos para os latino-americanos, devem ser alterados sem demora<sup>166</sup> (pp.61-62)

Estas doutrinas reservavam para o Estado um papel fundamental para desatar o ciclo de dependência económica. Em 1972 Jorge Bravo Bresani (*et al*), apoiante do regime, explicava as condições de base para que este modelo de desenvolvimento vingasse: “deve tender-se (...) a um método pelo qual as divisas obtidas pelas

---

<sup>163</sup> “after the experience of the Depression, nationalists in countries like Brazil and Argentina began to argue that it was the agrarian economy which in itself caused subservience to foreign interests. The build-up of manufacturing industry came to be regarded as a way out of these difficulties, for the domestic economies would become less dependent on imports and would therefore be more self-sustaining in times of world recession”. (Tradução minha).

<sup>164</sup> Na entrevista que lhe fiz, o sociólogo Hugo Neira referiu-me que, na época da revolução, se surpreendeu porque os militares conheciam tão bem o pensamento de Perroux, que tinham estudado no CAEM, admiravam e seguiam.

<sup>165</sup> “el cambio debía ser impulsado por los Estados nacionales mediante una doble estrategia. Exportaciones provenientes del agro e industrialización que remplazara los bienes importados.” (Tradução minha)

<sup>166</sup> “La dependencia latinoamericana surge fundamentalmente de la naturaleza de las relaciones económicas, financieras y comerciales de nuestros países con las naciones desarrolladas del mundo. Tales relaciones generan desequilibrios altamente perjudiciales para los países latinoamericanos. Por tanto, el Perú plantea la necesidad de introducir modificaciones sustantivas en áreas importantes de la acción internacional. En primero lugar, los términos del intercambio comercial con los países desarrollados, claramente desventajosos para los países de América latina, deben ser superados sin demora.” (Tradução minha)

exportações se reinvestam na criação e actividades que diminuam gradualmente a dependência do exterior<sup>167</sup>” (p.73). É nesta ótica que, analisando as medidas económicas tomadas pelo GRFA até essa data, concluem que:

A Lei da Industria (promulgada em julho de 1970) pôs sob controlo do Estado as actividades industriais de base, onde assentava o poder dos grandes consórcios estrangeiros, ou de consórcios nacionais controlados desde o exterior por participações pequenas mas decisivas como era o caso do cimento (...). É evidente a vontade do país de subordinar as actividades dos grandes consórcios estrangeiros e assumir paulatinamente – ainda que usando tecnologia e capital estrangeiros – o controlo direto das indústrias estruturais e básicas<sup>168</sup> (pp.87-88).

E de facto, com a Lei da Industria foram definidos sectores prioritários: O primeiro era o da indústria básica, englobando a siderurgia, a metalurgia, a química básica, fertilizantes, cimento e papel, que geravam fatores de produção para as outras actividades industriais; o segundo, as indústrias de apoio, produtoras de bens de consumo; o terceiro, as consideradas complementares (CHUMACERO CALLE, 2012).

Todas as indústrias do primeiro nível ficavam na esfera exclusiva do Estado, juntando-se a outras empresas entretanto nacionalizados, todas estrangeiras: *International Telephone and Telegraph* (1969), que controlava as telecomunicações nacionais, *Chase Manhattan Bank* (1970), *Peruvian Corporation e Refinaria Conchán* (1972) e, no sector mineiro, a *Cerro de Pasco Corporation* (1974) e a *Marcona Mining Company* (1975) (CAMPODÓNICO, 2015, p.177). Entretanto a estatal Petroperu recebeu o monopólio petrolífero, depois de receber o ativo da nacionalizada IPC, em 1968.

Esta lei foi complementada pela das *Comunidades Industriales*, promulgada a 1 de Setembro de 1970, prevendo a participação dos trabalhadores nas empresa, através duma obrigatória capitalização progressiva de parte dos lucros, até ficarem com 49% da propriedade. Este foi o fator que maior reação negativa gerou nos empresários, levando-os “a oporem-se ao governo, apesar da quantidade de disposições que beneficiavam a indústria local<sup>169</sup>” (p.178)

---

<sup>167</sup> “debe propenderse (...)a un método por el cual las divisas obtenidas de la exportación se reinvertan en la creación de actividades que disminuyan gradualmente la dependencia del exterior.” (Tradução minha)

<sup>168</sup> “La ley de Industrias ha puesto bajo control del Estado las actividades industriales de base, donde se asentaba el poder de grandes consorcios extranjeros, o de consorcios nacionales controlados desde el exterior por participaciones pequeñas pero decisorias como era el caso del cemento. La Ley de Minería (...). Es evidente la voluntad del país de subordinar las actividades de los grandes consorcios extranjeros y asumir paulatinamente – aunque usando la tecnología y el capital extranjeros – el control directo de las industrias estructurales y básicas.” (Tradução minha)

<sup>169</sup> “El empresariado no estuvo dispuesto a compartir la propiedad con sus trabajadores y ello los llevó a oponerse al gobierno, no obstante la cantidad de disposiciones que favorecían a la industria local.” (Tradução minha)



“Em suma”, Concluem Carlos Contreras e Marcus Cueto (2013), “toda a actividade de exportação, os setores de acumulação da economia e os que brindavam serviços considerados básicos ou ‘estratégicos’ para o desenvolvimento e a segurança nacional (...) passaram para as mãos do Estado<sup>170</sup>” (p.347).

Por fim, num esforço para dar condições suplementares de desenvolvimento à indústria nacional, proibiram-se algumas importações e outras foram taxadas, o que levou à expansão duma indústria nacional de electrodomésticos, motociclos e até carros e camiões (REMY SIMATOVIC, 2015, p.265). Também aqui se seguia a tendência latino-americana, cujas taxas médias sobre as importações eram, na década de sessenta, de 200% nos bens de consumo, 100% nos de consumo duráveis e 40% para produtos semi-elaborados, isto num período em que a média geral na Comunidade Europeia era de 13% (CARMAGNANI, 2015, p.334)

Os objectivos e as consequências destas medidas ficaram bem patentes na mudança que originaram nos quadros estatísticos. Antes da revolução peruana, três quartos da actividade mineira estavam em mãos de empresas estrangeiras, metade da indústria, metade da banca e um terço do complexo industrial pesqueiro. Velasco nacionalizou dois terços das minas, outro tanto da banca e um quinto da indústria. Com isto, a participação do Estado na economia subia de 16% a 32% do PBI (ZAPATA, 2015, p.53).

A quem se dirigiam estas medidas? Em 1971 Anibal Quijano Obregón analisou a política económica do governo. Depois de concluir que a indústria ficaria dividida entre um sector “básico” nas mãos do Estado e um manufactureiro na de privados, conclui:

Esta divisão do controlo da produção industrial entre capital estatal e capital privado, poderia conduzir a uma situação de grande vantagem para o capitalismo privado, na medida em que o Estado proporcionaria a infra-estrutura de fatores de produção e de serviços de toda a ordem (...). Por agora o investimento privado fica colocado, dentro do novo ordenamento, numa posição favorável e com possibilidade de adquirir uma posição hegemónica no sector estratégico da economia do país<sup>171</sup>” (p.142)

Ou seja, o Estado assumiu o papel de criar uma indústria pesada, para a qual a burguesia urbana não tinha capitalização nem domínio tecnológico. O sector público funcionaria assim a montante do privado, substituindo as multinacionais e dando-lhe músculo para que se desenvolvesse e libertasse da subordinação ao capital estrangeiro, podendo crescer e aumentar os ganhos. Ao mesmo tempo, o Estado passava a controlar a generalidade dos setores exportadores, garantindo a permanência no circuito nacional dos capitais gerados, evitando assim a saída através de multinacionais.

---

<sup>170</sup> “En suma, toda la actividad de exportación, los sectores de acumulación de la economía y los que brindaban servicios considerados básicos o ‘estrategicos’ para el desarrollo y la seguridad nacional (...) pasaran a manos del Estado.” (Tradução minha)

<sup>171</sup> “Esta división de la producción industrial entre capital estatal y capital privado, podría conducir a una situación de muy clara ventaja para el capitalismo privado, en tanto que el estado proporcionaría la infraestructura de insumos (...) Por el momento, la inversión privada queda colocada, dentro del nuevo ordenamiento, en una posición favorable y con posibilidad de adquirir una posición hegemónica en el sector estratégico de la economía del país”. (Tradução minha)

A este propósito, indignava-se Velasco Alvarado (1970) no discurso de abertura do VI Congresso Latino-americano de industriais, queixando-se do investimento estrangeiro ser menor do que os capitais que retiravam da região como lucros: “Paradoxalmente, os países subdesenvolvidos da América Latina acabamos por ser exportadores de capitais. O nosso subdesenvolvimento financia a expansão económica da industrial do mundo moderno<sup>172</sup>” (p.203).

A imprensa, entretanto nacionalizada em julho de 1974, fazia eco dos objectivos económicos do Governo. No dia 26 de abril de 1975 inaugurava-se uma refinaria de cobre pública e o editorial do jornal *La Crónica*, não deixa margem para dúvida: “*Refinaria de Cobre: Por la independencia económica*”.

*A la economía tradicional de un país dependiente, imperializado, del cual se extraen materias primas sin elaborar para después revendérselas luego en forma de manufacturas, se le recomienza a reemplazar (...) por una economía en transición que nacionaliza, por así decirlo, el valor agregado implícito en la refinación.*

Com um discurso revolucionário e por vezes socialmente radical, o governo ia ao encontro das aspirações duma burguesia urbana que, provavelmente por preconceito de classe, nem sempre soube entender ou aceitar o alcance duma estratégia que a beneficiava.

Obviamente as coisas não eram assim tão claras. O GRFA era bipolar e o presidente Velasco teve de o gerir balanceando entre dois grupos representantes outras tantas tendências internas: uma, representativa da burguesia urbana, eram os “liberais reformistas”, ou seja, os interessados em fazer o mínimo de reformas necessárias para evitar uma descontrolada explosão social e para colocar o país no rumo do capitalismo nacionalista; outra, constituída por intelectuais e por um setor militar, eram os “radicais socialistas”, com um pensamento claramente de esquerda, queriam ir muito além desse mínimo, tanto na política económica como na social<sup>173</sup>.

As reformas concretizadas numa primeira fase, que vai até 1973, satisfazem os primeiros sem descontentar os segundos, mas já implicam um compromisso difícil: a protecção alfandegária vem satisfazer os reformistas e a lei da comunidade industrial, prevendo a partilha das empresas com os trabalhadores, está orientada aos radicais. Isto apesar de, como notou Quijano Obregón, esta lei servir para identificar os trabalhadores com a entidade empregadora e fundir os seus interesses no da própria empresa, impedindo assim a consciência de classe (p.155)... Evidentemente a burguesia não entendeu assim, o que talvez lhe fosse intelectualmente impossível por se tratar numa análise apoiada no materialismo dialético.

---

<sup>172</sup> “Paradójicamente, los países subdesarrollados de América Latina resultan ser países exportadores de capital. Nuestro subdesarrollo contribuye a financiar la expansión económica del granindustrialismo moderno en el mundo.” (Tradução minha)

<sup>173</sup> Esta distinção entre “reformistas liberais” e “radicais socialistas”, é feita pelo ex-ministro Vargas Caballero, numa entrevista a Pilar Tello (1983-b, pp.167-208). Caballero, que saiu do GRFA em abril de 1974 em confronto com o presidente da república, auto-identificou-se como “reformista liberal”.

Guillermo Thorndike (1976) foi director do jornal *La Crónica*. No seu livro *No mi General* conta como uma das famílias industriais, os Marsano, torneava abertamente a lei das *Comunidades Industriales*:

A Lei das *Comunidades Industriales* avinagrou os Marsano. Teriam de contribuir com 25% dos seus lucros anuais para o enriquecimento dos operários (...). Para a industriosa família tratava-se dum roubo, não dum progresso social. Os assalariados de sempre sentar-se-iam no conselho de administração da *Fundicion Callao* e exigiriam balanços, auditorias, inspecções, o cabal cumprimento de todas as obrigações empresariais e tributárias. Os Marsano preparavam-se para uma guerra. Para começar, ignoraram a Lei de *Comunidades Industriales* e não distribuíram lucros desde 1970, não importava que a empresa ganhasse como nunca<sup>174</sup> (p.311).

Passada uma primeira onda reformista, começa dentro do próprio governo um confronto entre os dois grupos, os “reformistas liberais” consideram as reformas terminadas, os “radicais socialistas” pretendiam prosseguir na via revolucionária, entrando noutros domínios até tidos como tabu. Como veremos, estes últimos irão agarrar-se à revolução portuguesa como um fator legitimador do seu próprio “processo revolucionário em curso”.

## 2.7. Política externa

A política externa foi claramente conduzida pelo mesmo pensamento que norteou as reformas económicas. Como vimos, o GRFA olhava para o subdesenvolvimento como sendo fruto de poderes internacionais assimétricos, de acordo às teorias de François Perroux, ou às da “dependência periférica”, de Raúl Prebisch. Esta visão do problema tinha de impactar na formatação da estratégia de relações internacionais e, de facto, impactou.

Numa entrevista que deu a Maria del Pilar Tello (1983a), o general Miguel Angel de la Flor, ministro de relaciones exteriores entre 1972 e 1976, expressou claramente quais foram as prioridades e as motivações da política externa peruana durante a presidência de Velasco Alvarado:

a nossa política externa foi essencialmente latino-americana mas também terceiro-mundista (...). O Peru, como todos os países da América Latina define-se como nação em vias de desenvolvimento. O subdesenvolvimento (...) é produto da dependência externa e da dominação interna (...). O Peru e a grande maioria dos países em desenvolvimento compreenderam que não há independência política sem económica e que não há paz nem segurança sem desenvolvimento (...). Nós cremos que uma

---

<sup>174</sup> “La Ley de Comunidades Industriales avinagró a los Marsano. Tendrían que contribuir con el 25% de sus utilidades anuales, al enriquecimiento de los obreros (...). Para la industriosa Familia, se trataba de un robo, no de un progreso social. Los asalariados de siempre se sentarían en el directorio de Fundición Callao y exigirían balances, auditorias, inspecciones, el cabal cumplimiento de todas las obligaciones empresariales y tributarias. Los Marsano se prepararon para una guerra. Para empezar, desconocieron la Ley de Comunidades Industriales y no distribuyeron utilidades desde 1970, no importa que la empresa ganara como nunca.” (Tradução minha)

nova ordem económica internacional deve eliminar definitivamente a estrutura imperialista de dependência e dominação gerada por certos países industrializados<sup>175</sup> (pp.89-90)

Temos, assim, três eixos numa política externa: Autonomia, América Latina e terceiro mundismo. Todos estes eixos estavam fundados nessa frase, “nem capitalistas nem comunistas”, constantemente repetida pelo regime: Autonomia consubstanciava-se no tipo de nacionalismo que procurava um modelo de socialismo especificamente peruano; América Latina relacionava-se com a necessidade de criar um espaço natural transnacional que fosse mercado para a desejada industrialização e, ao mesmo tempo, base de apoio numa difícil equidistância no complicado contexto da guerra fria; Terceiro mundismo era fonte da criação numa macro-terceira via nesse mundo bipolarizado.

O primeiro desses eixos não era uma originalidade. Já o afastamento de Mao Tse Tung relativamente à URSS, ocorrido entre 1956 e 1957, se prendera com a análise do líder chinês sobre os conflitos internos em países do bloco soviético, nomeadamente na Polónia e na Hungria. Segundo Odd Westad (2017), Mao e muitos dos seus conselheiros relacionaram as rebeliões dos trabalhadores nestes dois países, com o facto dos partidos comunistas locais estarem dominados pela visão soviética e não considerarem as suas especificidades nacionais (p.241). Implicitamente, esta mesma perspectiva foi a do próprio Krushchev quando, no XX congresso do Partido Comunista (1956) defendeu que cada um dos diversos países socialistas deveria encontrar a sua própria fórmula (p.241).

Este discurso autonomista tinha também fundamento nas teorias do desenvolvimento desse tempo, que relacionavam o atraso económico com a dependência relativamente aos centros de poder internacional, conforme caracterizei no capítulo 2.6, dedicado à política industrial e de recursos naturais.

Para além de se enquadrar neste pensamento, a questão da autonomia (e quando falavam de autonomia era sobretudo relativamente aos Estados Unidos) foi também forçada pela reacção do governo Nixon frente a uma revolução com um tipo de discurso que potencialmente a conduzira ao regaço da influência soviética, como já sete anos antes acontecera em Cuba, depois de Fidel Castro se ter declarado marxista em 1961.

Desde início, o medo de contágio a todo o continente conduziu a má vontade de Washington frente às novas autoridades de Lima... e as consequências paradoxais foram mais ou menos as de Cuba: a administração norte-americana obrigou o governo peruano a procurar alternativas, num círculo vicioso cada vez mais distanciador da sua esfera, transformando assim os receios de Nixon numa espécie de profecia auto-realizada.

---

<sup>175</sup> “nuestra política exterior fue esencialmente latino-americana pero también tercermundista y no alineada (...). El Perú como todos los países de América Latina se define como nación en vía de desarrollo. El subdesarrollo (...), es producto de la dependencia externa y de la dominación interna (...). El Perú y la gran mayoría de los países en vías de desarrollo han comprendido que no hay independencia política si la económica y que no hay paz ni seguridad si desarrollo (...). Nosotros creemos un Nuevo Orden Económico Internacional debe eliminar definitivamente la estructura imperialista de dependencia y dominación generada por ciertos países industrializados.” (Tradução minha)

Na referida entrevista (TELLO, 1983a), o ex-ministro dos negócios estrangeiros peruano explicava ter sido a recusa dos Estados Unidos a vender armas e até peças para os equipamentos militares, que empurrou o país para a compra de armamento na União Soviética, depois da queda de Allende, quando Pinochet começava a ser armado por Washington (p.61). É bom não esquecer que, desde a Guerra do Pacífico (1879-1883), uma parte substancial da estratégia militar peruana se define em relação ao vizinho do sul.

Além da compra de armas, o estabelecimento destas relações com a URSS fomentou outro tipo de ligações económicas, nomeadamente ao nível da assessoria nos grandes projetos. “Em breve virá a Lambayeque...”, diria Velasco Alvarado (1972) numa visita a esta região do norte, “...uma Missão Técnica da União Soviética para estudar, com o Ministério da Agricultura, o projeto de irrigação de Olmos, cuja importância nacional todos reconhecemos<sup>176</sup>” (p.147).

Edgardo Mercado foi ministro de relações exteriores entre 1968 e 1971, sendo além disso primeiro-ministro, entre 1972 e 1974. Numa entrevista a Pilar Tello (1983-a) deu testemunho do cerco de Washington ao governo peruano: (analisando) “estatisticamente os empréstimos que tivemos, verifica-se que houve ordens diretas (do governo norte-americano) a todos os organismos de crédito para que estes créditos não se realizassem<sup>177</sup>” (p.301).

Dentro desta estratégia de autonomia equidistante, o Peru criou relações diplomáticas com os países socialistas europeus (URSS, Polónia, Checoslováquia, Roménia, Hungria, Bulgária e RDA), com a China e com Cuba (TELLO, 1983a, p.65). Veremos adiante que esta será uma das áreas em que o Portugal revolucionário será várias vezes usado como um exemplo no Peru.

Além disso, o GRFA procurou estabelecer relações económicas multilaterais diminuidoras do peso das multinacionais norte-americanas. Foram assinados diversos convénios de crédito e comércio com países do leste e, por exemplo, em 1970 uma missão de empresários japoneses esteve no Peru para estudar investimentos na mineração (QUIJANO OBREGON, 1971, p. 61 e 81), juntando-se, assim, a outras missões empresariais de vários países da Europa (p.166). “Mal saíram os monopólios norte-americanos, os monopólios europeus e japoneses entraram imediatamente a oferecer e a fazer convénios com o Governo sobre a exploração dessas jazidas” (p.168).

A URSS outorgou um crédito de 30 milhões de dólares para o desenvolvimento da pesca de consumo humano, ao qual se junta a sua assistência técnica para executar os projetos. Hungria outorgou créditos de 15 milhões de dólares para o fomento da pesca e da mineração. Assinou-se um convénio

---

<sup>176</sup> “Pronto vendrá a Lambayeque una Misión Técnica de la Unión Soviética, para estudiar, con el Ministerio de Agricultura, el proyecto de irrigación de Olmos cuya importancia nacional todos reconocemos.” (Tradução minha).

<sup>177</sup> “Si Ud. Analiza estadísticamente los préstamos que hemos tenido se ve que hubo órdenes directas a todos los organismos de crédito para que estos créditos no se otorgaran.” (tradução minha)

de cooperação técnico-económica com a Polónia, incluindo um crédito de 10 milhões de dólares, para a importação de bens de capital e equipamentos industriais polacos. Outro convénio com a Checoslováquia, com créditos de 6 milhões de dólares para a siderurgia. A Jugoslávia estaria a estudar um projeto de irrigação (...) que incluiria créditos por 63 milhões de dólares<sup>178</sup> (pp.169-170)

Depois do estabelecimento de relações diplomáticas com a China em 1971, também este país atribuiu imediatamente um empréstimo, no valor de 42 milhões de dólares, a vinte anos sem juros e assinou um contrato de 100 milhões de dólares para aquisição de minérios (ORREGO PENAGOS, 2017, p108)

Com esta estratégia, conclui Anibal Quijano Obregón (1971), procurou-se diminuir a dependência dum só potência imperialista, a favor dum multi-imperialismo (p. 116) que pudesse levar o Peru no caminho dum “dependência negociada” (p.89), não mudando, portanto, a base dum modelo de uma economia dependente (p.116). Indubitavelmente, contudo, o GRFA procurou manter uma equidistância, que materializasse, também nas relações internacionais, essa frase basilar do regime: “Nem capitalistas, nem comunistas”.

O segundo eixo da política externa, América Latina, relaciona-se com o primeiro e funcionou a dois níveis: primeiro, uma tentativa de criar transversalmente uma frente regional contra o imperialismo, sobretudo o norte-americano; segundo, com a criação e forte aposta na comunidade económica andina, transformada num potencial mercado alargado para a industrialização. No discurso à nação de 28 de julho de 1969, o presidente assumiria claramente este objectivo: “O Ministério da Indústria e Comércio tem a responsabilidade de preparar o país para fazer frente às múltiplas exigências derivadas do pacto Sub-Regional Andino, que representa um desafio para a jovem indústria peruana, à qual o *Gobierno Revolucionario* brindará o mais decidido apoio<sup>179</sup>” (VELASCO, 1972, p.72)

Como vimos, o pensamento económico desenvolvido na CEPAL foi uma das principais fontes de inspiração do GRFA. Em abril de 1969, uma assembleia deste organismo reunia-se em Lima e Velasco Alvarado (1970) fez o discurso de abertura:

Não obstante a definição do nosso esforço em termos dum vigoroso processo nacional de transformação, mal faria quem, com um juízo ligeiro, entendesse o problema do nosso país como exclusivamente peruano. No mais profundo dos sentidos, o problema com que hoje se confronta o Peru, é um problema latino-americano<sup>180</sup> (p.37)

---

<sup>178</sup> “La URSS otorgó un crédito de 30 millones de dólares para el desarrollo de la pesquería de consumo humano, al cual se añade su asistencia técnica para ejecutar los proyectos. Hungría otorgó créditos por 15 millones de dólares para el fomento de la pesca y de la minería. Se firmó un convenio de cooperación técnico-económica con Polonia, incluyendo un crédito de 10 millones de dólares para la siderurgia. Yugoslavia estaría estudiando un proyecto de irrigación (...) que incluiría créditos por 63 millones de dólares”. (Tradução minha)

<sup>179</sup> “El Ministerio de Industria y Comercio tiene la responsabilidad de preparar al país para hacer frente a las múltiples exigencias derivadas del Pacto Subregional Andino, que representa un reto decisivo para la joven industria peruana, a la cual el Gobierno Revolucionario brindará su más decidido respaldo.” (Tradução minha)

<sup>180</sup> “No obstante la definición de nuestro esfuerzo en términos de un vigoroso proceso nacional de transformación, mal haría quien con ligero juicio entendiese el problema de nuestro país como exclusivamente peruano. En el más profundo de los sentidos, el problema que hoy confronta el Perú es un problema latinoamericano.” (Tradução minha)

Nesse sentido, o Peru chegou a defender uma política integracionista latino-americana, procurando dar corpo a uma velha aspiração que vinha do tempo de Simon Bolívar, em cujas águas navegou Che Guevara, este último numa perspectiva comunista-internacionalista de pendor pan-latino-americano. Já a 22 de janeiro de 1959, um Fidel Castro recentemente entrado em Havana, dissera à imprensa estrangeira : “um sonho que albergava no seu coração era de que um dia a América Latina estaria plenamente unida numa força única, porque temos a mesma raça, língua e sentimentos” (Citado por: THOMAS, 2016, P. 808. Note-se também que o único partido criado para ser latino-americano foi a APRA, nascida no Peru.

Na abertura do VI Congresso Latino-americano de Industriais, a 6 de abril de 1970, Velasco (1972) afirmaria não ser “possível continuar a pensar (...) em autarquismos ou isolamentos. Como já assinalara a visionária advertência de Bolívar, o destino destes povos é federarem-se, ou serem para sempre dominados<sup>181</sup>” (p.198). Em Setembro, noutra intervenção, insistiria na mesma tónica, referindo-se à América Latina: “Assim como os nossos povos há cento e cinquenta anos tiveram de unir-se para empreender o caminho da liberdade, agora têm de voltar a unir-se porque de outra maneira jamais serão realmente independentes nem verdadeiramente livres<sup>182</sup>” (p.251)

Estes pan-movimentos estavam em voga também no contexto do mundo não-alinhado ao qual o Peru queria pertencer. Basta para isso recordar o pan-arabismo da linha nasseriana, sobretudo depois da derrota anglo-franco-israelita na guerra do Suez em 1956 (McHugo, 2015, p.209). Num artigo intitulado “Que há de novo no Peru?”, publicado na “*New York Review of Books*” de 21 de maio de 1970, o historiador britânico Eric Hobsbawm (2018) escreveria: “Até aos dias de hoje, o *pan(latin)americanismo*, baseado nesse passado comum e revigorizado dentro da área hispânica pela língua comum, é, nesta área, uma força ideológica mais poderosa que outras crenças, com a possível exceção do pan-arabismo<sup>183</sup>” (p.357).

Nesta procura duma integração regional, o GRFA deu prioridade ao relacionamento com os restantes países andinos:

a conquista mais importante foi a criação do Pacto Andino, ou acordo de Cartagena em maio de 1969, inicialmente constituído pelo Peru, equador, Colômbia, Bolívia e Chile. A intenção era alcançar um desenvolvimento mais equilibrado e autónomo através da integração andina, sul-americana e, se possível, latino-americana<sup>184</sup> (ORREGO PENAGOS, 2015, p.107)

---

<sup>181</sup> “no es posible seguir pensando (...) en autarquías ni aislamientos. Como ya lo señalara la visionaria advertencia de Bolívar, el destino de estos pueblos es federarse o ser para siempre dominados.” (tradução minha)

<sup>182</sup> “Así como nuestros pueblos hace ciento y cincuenta años tuvieron que unirse para emprender la ruta de la libertad, hoy tienen que volver a unirse porque de otra manera jamás serán realmente independientes ni verdaderamente libres.” (Tradução minha)

<sup>183</sup> “Hasta el día de hoy, el *pan(latin)americanismo*, basado en ese pasado común y vigorizado dentro del área hispánica por la comunidad de lenguaje, es, en esta área, una fuerza ideológica más poderosa que otras creencias similares, con la posible excepción del *panarabismo*.” (Tradução minha)

<sup>184</sup> “el logro más importante fue la creación del Pacto Andino o Acuerdo de Cartagena el 26 de mayo de 1969, inicialmente constituido por Perú, Ecuador, Colombia, Bolívia y Chile.” (Tradução minha)

Depois da criação deste organismo, várias vezes o presidente insistiria em relacioná-lo diretamente com o desenvolvimento industrial do país. Em outubro de 1969 encerrava uma conferência de executivos (VIII CADE), defendendo um novo modelo de empresa e concluindo que, “Com o seu antiquado tecido industrial, o Peru nunca poderia fazer frente às responsabilidades apresentadas pela integração sub-regional andina<sup>185</sup>” (VELASCO ALVARADO, 1970,p.163). E concluía: “a participação do Peru no Pacto Sub-regional Andino e a criação da *Oficina nacional de Integración* a um alto nível governamental, são a clara prova do verdadeiro sentido da política industrializadora do *Gobierno Revolucionario*<sup>186</sup>” (p.166). Também na mensagem do dia da nação de 28 de julho do ano seguinte, afirmou que este pacto regional estimularia “o crescimento acelerado da (...) produção industrial, em função de mercados mais amplos<sup>187</sup>” (p.225)

Por fim, o terceiro eixo, ou seja, o terceiro-mundismo, além de reforçar uma união das periferias subdesenvolvidas contra os grandes centros industriais, contribuía também para a legitimação da opção por uma terceira via, que libertasse o país da hegemonia norte-americana, sem levantar fantasmas de satelização a Moscovo.

A adesão do Peru ao Movimento dos Não Alinhados, primeiro como observador em 1970 e depois como membro em 1973 (ORREGO PENAGOS, 2015, p.109), foi o zénite desta estratégia. Segundo o ministro de relações exteriores desse tempo, Miguel Angel la Flor,

O Peru entrou no NOAL não por uma acção conjuntural ou por uma necessidade de defender determinados interesses, mas como consequência lógica da nossa insurgência contra toda a forma de imperialismo, os nossos questionamentos à dependência externa e a nossa independência dos centros hegemónicos<sup>188</sup> (TELLO, 1983-a, p.92)

A 25 de agosto de 1975, o Peru organizava a V Cimeira de ministros de relações exteriores deste movimento. Foi no decurso deste evento que se deu o golpe de Estado que destituiu Velasco Alvarado e colocou na presidência aquele que era, até então, o seu primeiro-ministro. Portugal estava presente, na qualidade de observador e representado com uma delegação chefiada por Rosa Coutinho.

A esta necessidade de saltar a barreira continental e buscar pontos de sustentação noutros países, não terá sido também estranho um gradual sentimento de cerco que sempre existiu e se acentua depois da queda de Allende. Em Setembro de 1973, o Chile juntava-se à ditadura militar brasileira como regime hostil ao peruano,

---

<sup>185</sup> “Con su anticuado aparato industrial, el Perú nunca podría hacer frente a las responsabilidades planteadas por la integración sub-regional andina.” (Tradução minha)

<sup>186</sup> “la participación del Perú en el Pacto Sub Regional Andino y la Creación de la Oficina nacional de Integración a un alto nivel gubernamental, son clara prueba del verdadero sentido de la política industrialista del Gobierno Revolucionario.” (Tradução minha).

<sup>187</sup> “estimular el crecimiento acelerado de (...) la producción industrial en función de mercados más amplios.” (Tradução minha)

<sup>188</sup> “El Perú ingresó al NOAL no por una acción coyuntural o por una necesidad de defender determinados intereses sino como una consecuencia lógica de nuestra insurgencia contra toda forma de imperialismo, nuestro cuestionamiento a la dependencia externa y a nuestra independencia de los centros hegemónicos”



e estendia pontes à Bolívia, agitando velhos fantasmas de disputas territoriais herdadas da Guerra do Pacífico (1879-1883).

Referindo-se à atas dum Conselho de Ministros decorrido a 25 de Setembro de 1973, diz-nos os historiador Antonio Zapata (2018): “Os ministros de Velasco estavam bastante preocupados. Viam a mão da CIA em toda a América Latina tentando derrubar governos progressistas (...). O fantasma do golpe chileno pesava sobre o gabinete de Velasco. Essa sombra acompanhou-os até ao final”<sup>189</sup> (pp.167-168). Este sentimento estará no auge em fevereiro de 1974, quando se dá um Conselho de Ministros, no qual “Velasco informou que o Brasil tinha montado uma conspiração contra o Peru e que os seus parceiros eram a Bolívia e o Chile. Por estas alturas, os militares peruanos sentiam-se isolados e temiam que uma coligação internacional os derrubasse. O próprio Velasco oscilava entre a serenidade e o alarme”<sup>190</sup> (169).

Como vimos no capítulo 2.4, dedicado ao “Nacionalismo”, os EUA davam razões de sobra para estes alarmes. A substituição da influência europeia na América Latina dera-se plenamente só depois da II Guerra mundial (WESTAD, 2017, p.340), mas, como vimos, desde o século XIX a doutrina Monroe justificara inúmeras intervenções militares nos vizinhos do sul. Segundo Odd Westad, só nas primeiras três décadas do século XX, foram mais de treze, a tal ponto que na Conferência Pan-americana de 1928, vários países se insurgiram contra este intervencionismo (p.344).

O temor de que os EUA procurassem manobrar a queda do GRFA era, por isso, muito mais do que uma simples paranóia, pelo contrário, correspondia a um *modus operandi* da CIA, por todos conhecido na América Latina.

Em conclusão, e como vimos, os três eixos da política externa peruana – Autonomia, América-Latina e Terceiro mundismo – estão relacionados entre si e, todos, se enquadram no modelo ideológico e de desenvolvimento económico que norteava as políticas do GRFA. Naturalmente por isso, a conclusão do historiador Antonio Zapata (2018) é a seguinte:

A política externa foi um instrumento de legitimação do regime frente ao Peru e ao mundo, já que, ao potenciar o perfil internacional do país, o governo procurou legitimar-se ante a opinião pública nacional. A política externa, portanto, constitui um pilar da estratégia reformista do regime e um fator integral do processo que pôs em marcha<sup>191</sup> (177).

---

<sup>189</sup> “Los ministros de Velasco estaban especialmente preocupados, veían la mano de la CIA en toda América Latina buscando derribar gobiernos progresistas (...). El fantasma del golpe chileno pesaba sobre el gabinete de Velasco. Esa sombra los acompañó hasta el final” (tradução minha)

<sup>190</sup> “Velasco informó que Brasil había organizado una conjura contra el Perú y que sus alfiles eran Bolivia y Chile. A estas alturas, los militares peruanos se sentían aislados y temían que la correlación internacional los derribase. Velasco mismo oscila entre serenidad y alarma” (Tradução minha)

<sup>191</sup> “la política exterior fue un instrumento de legitimación del régimen ante el Perú y el mundo, pues al potenciar el perfil internacional del país, el gobierno buscó legitimidad ante la opinión pública nacional. La política exterior, por lo tanto, constituyó un pilar de la estrategia reformista del régimen y un factor integral del proceso que puso en marcha” (tradução minha)

Veremos adiante como este contexto influenciou a forma como o exemplo do Portugal revolucionário será usado no Peru.

## **2.8. Conclusão**

Temos então uma revolução que poderíamos caracterizar pelas seguintes componentes:

- Organizada a partir do topo, por militares e sem uma base popular,
- Identificação negativa, como nem comunistas nem capitalistas,
- Desconfiança dos partidos e da democracia representativa,
- Substituição da legitimidade eleitoral, pela legitimidade da história, pelo reconhecimento da incapacidade da democracia representativa partidária e pela participação do povo em organismos de base,
- Nacionalista, na perspectiva de procurar modelos próprios e garantir que o controlo nacional da produção,
- Reforma agrária,
- Defesa dum modelo económico duplo: Empresas públicas controlam os setores com importância na estratégia económica ou na segurança nacional, os privados nos setores secundários,
- Participação dos trabalhadores no capital das empresas,
- Política externa não-alinhada, alianças regionais no sub-continente e defesa duma federação latino-americana.

Veremos adiante como a revolução portuguesa foi usada para legitimar alguns destes fatores, assim como os jogos argumentativos montados para justificar os aspectos em que os contradizia.

Mas antes, é essencial percebermos os conflitos internos e externos que o GRFA enfrentava quando se deu o 25 de Abril em Portugal. Esses conflitos e o processo de desgaste pelo qual passava uma revolução já com seis anos, é essencial para percebermos como Portugal foi utilizado num esforço de revigoração do regime de Velasco Alvarado.



### **III A QUEDA DUMA REVOLUÇÃO: “Liberais reformistas” e “radicais socialistas” num só governo**

O golpe de Estado que se deu no dia 3 de outubro de 1968 e o período revolucionário subsequente, não resultou dum movimento homogéneo. A revolução foi preparada com a definição prévia dum conjunto de medidas destinadas a mudar a face económica e social do país, mas tudo foi organizado apenas por um grupo restrito de oficiais do exército. Tanto a Marinha como a Força Aérea só aderiram depois de muita negociação no próprio dia 3 de outubro. Além disso, mesmo dentro do exército, eram poucos os que conheciam antecipadamente aquilo que se preparava e, menos ainda, o programa de acção política, a que Velasco Alvarado e o seu grupo chamaram Plano Inca. Da descrição dos acontecimentos feita por Augusto Zimmermann Zavala (1974) é fácil chegar a esta conclusão.

Uma revolução começada desta forma tinha, necessariamente, de incorporar pessoas com diferentes diagnósticos da realidade e com diferentes pontos de vista sobre as medidas a tomar. Estas divergências internas foram conduzindo o processo revolucionário, até à queda de Velasco, no dia 29 de agosto de 1975.

Martin Sanchez (2002) analisou a periodização do processo revolucionário feita por outros historiadores e, acrescentando a sua própria perspetiva, dividiu-o em três fases (p.88):

1. Período inicial (outubro de 1968 a julho de 1971): hegemonia dos radicais
2. Desenvolvimento dum contraditório ao modelo reformista e divisão da equipa de governo por tendências (agosto de 1971 a abril de 1973)
3. Crise de hegemonia no processo reformista e golpe de Estado (maio de 1973 a agosto de 1975)

Carlos Contreras e Marcos Cueto (2013) consideram apenas duas fases, começando a segunda com uma doença de Velasco a 23 de fevereiro de 1973, quando surgiu uma disputa entre os generais “radicais” que queriam aprofundar o processo revolucionário, eventualmente caminhando para o socialismo, e aqueles para quem o processo já tinha ido longe de mais e era preciso recuar (p.360).

As fraturas internas ter-se-ão acentuado pelo afastamento do Velasco durante um período de doença e convalescença: a 23 de Fevereiro de 1973 o presidente sofre um aneurisma na perna direita, sendo prontamente submetido a uma intervenção cirúrgica; a 29 de março tiveram de amputar-lhe a perna e só voltaria a assumir funções dia 4 de abril, claramente debilitado, tanto física como psicologicamente<sup>192</sup>.

A forma como este último período afetou um governo já antes dividido em fações, não é alheia ao facto de Martin Sanchez (2002) considerar aí o início duma “crise de hegemonia”, ou seja, a decadência do GRFA. Esta disputa desenvolveu-se como uma espécie de guerra fria com alguns episódios mais quentes, até à destituição

---

<sup>192</sup> As entrevistas dadas pelos ex-ministros de Velasco a María del Pilar Tello (1983-a e 1983-b), denotam bem o acentuar das fricções internas depois desta doença e, também, a grande impacto psicológico que teve no presidente.

no golpe palaciano de 29 de agosto de 1975, quando decorria em Lima uma cimeira de ministros dos negócios estrangeiros do NOAL. Em consequência, esta cimeira foi aberta por um presidente, Velasco Alvarado, e encerrada por outro, Morales Bermudes, nomeado na sequência dum pronunciamento na cidade de Tacna, que ficou para a história como o “Tacnazo”.

### **3.1. “Liberais reformistas” e “radicais socialistas”**

Como vimos, uma das principais causas que levaram os militares a fazer a revolução, foi a consciência da explosiva situação nos campos e a possibilidade de acontecer uma aliança entre camponeses e movimentos guerrilheiros treinados na ilha de Fidel. Se nos colocarmos na época, facilmente concluímos que se temia a transformação do Peru numa nova Cuba.

Seguindo a mesma linha da generalidade dos historiadores, Pease García e Romero Sommer (2013) falam numa “revolução preventiva” e afirmam: “o principal temor das Forças Armadas era a possibilidade duma revolução comunista em território peruano”. Concluem também ter-se feito “uma ‘revolução desde cima’ para evitar uma desde baixo”<sup>193</sup> (p.247).

Neste cenário, tínhamos dois grupos de militares: dum lado, os genuinamente revolucionários pretendiam aprofundar o processo para além das reformas iniciais; do outro, os reformistas queriam apenas um processo aliviador de tensões sociais que pusessem em causa o sistema mas, concordando com a necessidade de algumas medidas como a reforma agrária, chegaram a discordar da forma como foram implementadas.

Referindo-se a estes últimos, Carlos Delgado (1973), um ideólogo conotado com a primeira facção, via a luta anti-revolucionária em dois grupos: primeiro, os que eram assumidamente contra o processo, segundo, aqueles que, “sendo verdadeiramente conservadores se mimetizam de revolucionários para manter as suas posições e defender os seus interesses minando a revolução poder dentro”<sup>194</sup> (p.10).

Desde o início da sua tomada de poder, o próprio Velasco Alvarado (1970) faz referências implícitas a estes dois grupos. No discurso do dia nacional de 1969 referir-se-ia à cumplicidade entre elementos da “oligarquia” e “dirigentes políticos que surgiram como revolucionários, para depois servir a reação de extrema-direita”<sup>195</sup> (p.103). Em março de 1970, recebendo no palácio de governo oficiais das Forças Armadas e da Polícia, referiria aqueles que querem frustrar a revolução “dividindo as Forças Armadas com o pretexto de que no seu seio existe influência de extremista”<sup>196</sup> (p.186). Um mês depois, denuncia que um dos métodos da oposição

---

<sup>193</sup> “la Revolución peruana fue entonces una revolución preventiva. El principal temor de las Fuerzas Armadas era la posibilidad de una revolución comunista en territorio peruano (...), Así, se aplicaría una ‘revolución desde arriba’ para evitar una desde abajo.” (Tradução minha)

<sup>194</sup> “se mimetizan de revolucionarios para mantener sus posiciones y defender sus intereses minando desde dentro la revolución.” (Tradução minha)

<sup>195</sup> “dirigentes políticos que insurgieron como revolucionarios para después servir a la reacción de ultra-derecha.” (Tradução minha)

<sup>196</sup> “en su seno existe influencia extremista.” (Tradução minha)

para atacar o Governo era acusá-lo de não resultar numa união conjugada e institucional entre os militares, mas que “Governo e Forças Armadas são duas coisas distintas” (“*Gobierno y Fuerza Armada son dos cosas distintas*”) (p.192).

Entre 1982 e 1983 a jornalista Maria del Pilar Tello (1983 a-b) efectuou uma série de entrevistas aos protagonistas do então já extinto GRFA. Em algumas fica clara a existência, desde o início, de divisões internas e diferentes perspectivas dos objectivos do golpe de Estado: “a marinha aderiu muito forçada”, afirmou o general Morales Bermudes, que seria primeiro-ministro e presidente da república, depois do golpe de 1975. “O movimento não nasce com uma base maioritária, mas sim com uma base minoritária institucional (nas Forças Armadas)<sup>197</sup>” (b. p.18).

A própria fórmula “nem comunistas nem capitalistas” adotada pela revolução, prestava-se ao desenvolvimento de tendências internas muito distintas. Nesta entrevista, Morales Bermudes afirma não ter dúvida de terem havido infiltrações no governo, tanto de marxistas como da direita (p. 34 e 35).

Os problemas agravam-se quando Velasco Alvarado adoeceu, impedindo-o do exercício efectivo da presidência entre fevereiro e abril de 1973. Quando Pilar Tello perguntou a alguns dos militares do regime se esta doença acentuou os contrastes internos, a resposta unânime foi que “sim”. Morales Bermudes, por exemplo, afirma: “A coerência vai-se perdendo e vão-se acentuando os extremos, o processo começa a polarizar-se em tendências e isto reflecte-se em lutas internas e discussões sobre aspectos fundamentais. As metas já não são claras quanto ao futuro, há uma espécie de nebulosa muito perigosa<sup>198</sup>” (p.43). Tantaleán Vanini, ministro das pescas entre 1970 e 1975, referiu uma dissidência da marinha: foi “o princípio do fim da revolução” (p.128). É precisamente depois deste problema de saúde que certas medidas, antes aprovadas por unanimidade, regressam ao Conselho de Ministros e encontram oposição interna. O General Tantaleán, uma das figuras mais próximas do presidente e ministro das pescas entre 1970 e o golpe de 1975, referiu a Pilar Tello (1983-b) o caso das nacionalizações no seu setor, aprovadas por unanimidade em 1972, mas que em 1973 voltaram ao conselho de ministros e os representantes da Marinha (Vargas Caballero y Ramón Arrospide) votariam contra.

É também nesse momento que se avança com medidas que criarão grandes fraturas internas. Uma delas é a lei das empresas de propriedade social, publicada em maio de 1974. Na entrevista a Maria del Pilar Tello, o General Tantaleán afirmou que se considerava entre os socialistas do governo e que esta legislação, indo nesse sentido, não era uma “antessala do comunismo” (p.160).

---

<sup>197</sup> “la marina ingresó muy forzada (...). El movimiento no naceon una base mayoritaria, sino más bien con una base minoritaria institucional.” (Tradução minha)

<sup>198</sup> La coherencia se va perdiendo y se van acentuando los extremos, el proceso comienza a polarizarse en tendencias y esto se refleja en las pugnas internas y en discusiones sobre aspectos fundamentales. Las metas no se ven claras hacia el futuro, hay una especie de nebulosa muy peligrosa.” (tradução minha)

Um dos rostos da oposição interna a esta e outras medidas foi o almirante Vargas Caballero<sup>199</sup>, segundo o qual houve “um grupito das Forças Armadas; um grupito de oficiais que na realidade não cumpriam nem com o Estatuto nem com o Manifesto, ou seja com os primeiros documentos da Revolução, mas que já queriam fazer outra revolução, uma revolução que ia no caminho do socialismo ou do comunismo de facto<sup>200</sup>” (p.180). Mais adiante, falando das divergências internas, Caballero aceita terem sido necessárias algumas mudanças sociais, mas num sistema com propriedade privada, sendo essa a raiz dos desacordos internos: (alguns queriam) “Implementar o socialismo, o comunismo ou não sei como se chamaria porque queriam suprimir a liberdade de expressão, queriam suprimir todo o conceito de propriedade privada (...). Nós não estávamos de acordo, não apenas a Marinha, havia outros militares que também não estavam de acordo<sup>201</sup>” (p.181). É precisamente este almirante quem, nesta entrevista, acaba por definir o Governo em dois grupos, um de “reformistas liberais”, outro “radical socialista”.

As tensões foram subindo de tom até que, a 31 de maio de 1974, Vargas Caballero se vê obrigado a renunciar, na sequência de confrontamentos diretos com o presidente depois de afirmações suas publicadas na imprensa.

O papel da Marinha no confronto com os militares “revolucionários socialistas” foi central. Antonio Zapata (2018) conclui:

a Marinha encabeçou uma nova tendência de direito no seio do governo militar. Esta tendência existiu desde o começo dentro do Exército, mas tinha sido acantonada por Velasco e pelos progressistas nos anos anteriores. Contudo, quando Velasco adocece, a direita militar pôs a cabeça de fora e a sua liderança foi assumida pela Marinha. Com isto, começava um longo conflito institucional no interior das Forças Armadas, que opôs a Marinha a Velasco<sup>202</sup> (p.21)

Veremos adiante como este conflito sustentado na Marinha, irá influenciar a visão da revolução portuguesa e, nomeadamente, como o jornal *La Crónica* não perderá uma oportunidade para salientar o facto deste ramo das Forças Armadas ser, em Portugal, um dos esteios da via revolucionária.

Contudo, as divergências internas eram bastante mais complexas do que uma simples divisão entre “reformistas liberais” e “radicais socialistas”. Dentro de cada um destes grupos, sobretudo do segundo e

---

<sup>199</sup> Luis Vargas Caballero, Ministro da Justiça (5.12.1968 – 31.05.1969), Ministro da Habitação (1.04.1969 – 31.12.1971), Ministro da Marinha e Comandante Geral da Marinha (1.1.1972 – 31.05.1974). Fonte: Pilar Tello 1983-b, p. 167.

<sup>200</sup> “había un grupito de las Fuerzas Armadas; un grupito de oficiales que en realidad no estaban cumpliendo ni con el Estatuto ni con el Manifesto, es decir con los primeros documentos de la Revolución, sino que ya ellos querían hacer otra revolución, una revolución que iba hacia el socialismo o hacia el comunismo de hecho”. (Tradução minha)

<sup>201</sup> “implantar el socialismo, el comunismo o no sé cómo se llamaría porque querían suprimir la libertad de expresión, querían suprimir todo concepto de propiedad privada (...). Nosotros no estábamos de acuerdo, no solamente la Marina, habían otros militares que tampoco estaban de acuerdo.” (Tradução minha)

<sup>202</sup> “la Marina encabezó una nueva tendencia a la derecha en el seno del gobierno militar. Esta tendencia existió desde el comienzo en el seno del Ejército, pero había sido arrinconada por Velasco y los progresistas durante los años anteriores. Sin embargo, al enfermar Velasco, la derecha militar sacó cabeza y su liderazgo fue asumido por la Marina. Con ello, había comenzado un prolongado conflicto institucional al interior de las FF. AA., que opuso a la Marina contra Velasco”. (Tradução minha)

também o mais forte, verificavam-se lutas intestinas pelo poder, que minavam ainda mais a situação interna. O general Tantaleán posicionou-se a si mesmo como de tendência socialista (TELLO, 1983-b, p.160), mas dentro desta orientação estavam também os generais Fernández Maldonado, Leonidas Rodrigues e Raul Menezes (p.181 e CONTRERAS e CUETO, 2013, p 360). A grande proximidade pessoal entre Tantaleán e o presidente, parece ter-lhe gerado inimizades dentro da própria tendência mais revolucionária: “Era muito amigo de Velasco, muito amigo”, palavras do almirante Caballero, “era quase como se fosse seu filho<sup>203</sup>” (Pilar Tello, 1983-b, p.207). O próprio Tantaleán reconheceria que havia entre alguns militares a ideia de que ele seria o sucessor na presidência (p.161).

O ambiente interno era crispado e de grande conspiração. Na sua crónica novelada *No Mi General*, Guillermo Thornedike (1976), que foi director do jornal *La Crónica* depois da expropriação em julho de 1974, revela um encontro com Augusto Zimmerman, chefe de imprensa do presidente e também ele conotado com a ala “radical socialista”. Nessa conversa, este último fala duma suposta organização secreta dentro do governo, “*La Misión*”, que faria correr muita tinta e seria putativamente chefiada por Tantaleán:

Há várias maneiras de ver a Revolução. Desde logo a unidade monolítica das Forças Armadas, de que tanto se fala oficialmente, não existe. A missão propõe-se um evidente desvio revolucionário. É um grupo politicamente poderoso, não pelo apoio que tem nas Forças Armadas, mas porque controla o comité político do Conselho de Ministros. Devo dizer-lhes que o Presidente Velasco não apoia a Missão, mas eles atuam coordenadamente desde setores muito importantes. A missão está aparentemente chefiada pelo General Tantaleán (...). *La Misión*, por exemplo, orquestrou a expropriação dos jornais em julho passado (de 1974), o que explica a nomeação de certos directores claramente reacionários (...) *La Misión* promove a formação dum partido político neo-fascista que se chama *Movimiento Laboral Revolucionario* (...). Tantaleán está jugando claramente ser el próximo Presidente do Peru. Eu quero insistir que a posição deste grupo é diferente da do General Velasco.

Por fim, Zimmerman revela o verdadeiro objectivo desta conversa: “Eu penso que, assim como há um grupo militar que procura empurrar a Revolução para fora da sua linha, deve existir também uma coordenação de civis revolucionários que se lhes oponham<sup>204</sup>” (pp.174-175). Ou seja, os próprios “radicais socialistas” estão

---

<sup>203</sup> “era muy amigo de Velasco, muy amigo. Era casi como si fuera su hijo.” (Tradução minha)

<sup>204</sup> “Hay varias maneras de ver la Revolución. Desde luego, la unidad monolítica en la Fuerza Armada, de la que tanto se habla oficialmente, no existe. La Misión se propone una evidente desviación revolucionaria. Es un grupo politicamente poderoso, no por su respaldo en la Fuerza Armada, sino porque controla el comité político del Consejo de Ministros. Debo decirles que el Presidente Velasco no apoya a la Misión, pero ellos actúan coordinadamente a partir de sectores muy importantes. La Misión está aparentemente jefaturada (sic) por el General Tantaleán (...). La Misión, por ejemplo, ha manejado la expropiación de los diarios en julio pasado, lo cual explica la designación de ciertos directores claramente reaccionarios (...) La Misión promueve la formación de un partido político neo-fascista que se llama Movimiento Laboral Revolucionario (...). Tantaleán está jugando claramente ser el próximo Presidente del Perú (...). Y yo pienso que así como hay un grupo militar que intenta empujar a la Revolución fuera de sus cauces, debe existir también una coordinación de civiles revolucionarios que se les oponga.” (tradução minha)



profundamente divididos, acusam-se mutuamente, inclusive de fascistas, procurando organizar-se em tendências para tomarem o poder.

Em Abril de 1974, quando se dá a revolução portuguesa, a peruana já estava nesta fase decadente, depois de ter conseguido executar diversas reformas, o ambiente interno já era de clara paz podre, com alguns episódios de acesa disputa.

Afastados os “liberais reformistas” com a demissão do almirante Vargas Caballero a 31 de maio de 1974, acentuaram-se as lutas de poder entre os próprios “radicais socialistas”. Grande parte dos oficiais desta tendência e também “liberais reformadores” aglutinam-se à volta de Morales Bermudes, primeiro-ministro desde fevereiro de 1975, enquistando a tendência de Tantaleán. Possivelmente, inventaram a referida existência duma conspiração chamada “*La Misión*”, supostamente por ele chefiada, algo que, mais tarde, o próprio não se cansará de negar e que muitos generais de diversas fações dirão nunca terem ouvido falar, até que em 1976, Thornedike divulgou a referida conversa com Zimmermann (TELLO, 1983-a,b).

Esta era a situação vivida no Peru, quando, numa madrugada de abril de 1974, os militares portugueses saíram às ruas, tomando o poder. Também entre os capitães de Abril havia reformistas e radicais. Veremos adiante como a situação portuguesa foi vista e usada no Peru.

Mas não era só na frente interna que o GRFA estava debilitado. As ruas agitavam-se e, na oposição ao regime, os jogos de bastidores eram já quase declarados.

### **3.2. Agitam-se as ruas**

Junto a estas disputas internas, algumas mais pessoais do que ideológicas, o GRFA teve de enfrentar uma contestação cada vez mais forte, que teria o seu pico no dia 5 de fevereiro de 1975, na sequência duma greve da polícia:

Nos inícios de 1975, no contexto duma greve policial, um levantamento contra o governo termina com um saldo de 86 mortos, saqueios na capital e a destruição de alguns símbolos do governo revolucionário, como o jornal *Correo*, destruído por um fogo posto. Ao longo desse ano, numerosos sindicatos entram em greve: empregados bancários, construção civil, cooperativas agrárias do norte e várias universidades públicas<sup>205</sup> (REMY SIMATOVIC, 2015, p270)

Na procura de explicações para esta agitação, o governo irá encontrar inimigos nas frentes externa e interna. Um dia antes dos trágicos acontecimentos de 5 de fevereiro, o conselho de ministros avaliava as origens da greve policial e as suspeitas eram muito claras:

---

<sup>205</sup> “A inicios de 1975, en el contexto de una huelga policial, un levantamiento contra el gobierno termina con un saldo de 86 muertos, saqueos en la capital y destrucción de algunos símbolos del gobierno revolucionario como el diario *Correo*, destruido por un incendio provocado. A lo largo de ese año, numerosos sindicatos entran en huelga: empleados bancarios, construcción civil, cooperativas agrarias del norte y varias universidades públicas.” (Tradução minha)

Velasco disse que o movimento tinha sido instigado desde fora, mas não concretizou. Imediatamente os jornais defenderiam que a greve tinha sido provocada pela CIA (...). Tanto o presidente como o ministro do Interior, coincidiram em detetar a mão do APRA e da 'extrema esquerda', os seus dois inimigos nacionais a que frequentemente recorriam quando falavam de conspirações<sup>206</sup> (ZAPATA, 2018, p.202)

Como veremos adiante, esta visão, que aponta à conspiração da extrema-esquerda e da CIA, será usada também em Portugal pelo jornal oficial *La Crónica*, quando começa a procurar as raízes da reação portuguesa. Aconteceu, por exemplo, com a análise do 11 de Março, ocorrido em Portugal apenas um mês depois do 5 de fevereiro peruano.

Esta agitação das ruas soma-se ao já referido cenário de crispação intestina que provocou a demissão do ministro "reformista liberal" Vargas Caballero, e guerras de bastidores dentro do próprio grupo "radical socialista". O Governo fazia fugas para a frente: A lei da propriedade social das empresas, aprovada a 2 de maio de 1974, acentuou os receios duma colectivização total da economia, dois meses depois os jornais nacionais eram expropriados e, em 1975, davam-se as últimas grandes nacionalizações, como foi o caso da empresa mineira norte-americana Marcona.

Chegados aqui, é tempo de recordar as primeiras medidas revolucionárias do governo: nacionalização da petrolífera norte-americana IPC (outubro de 1968), reforma agrária (junho de 1969) e lei da indústria (julho de 1970). Todas estas medidas iam ao encontro do interesse implícito da burguesia urbana: a nacionalização da IPC satisfaz um sentimento nacionalista crescente nesta classe, que via o capital estrangeiro dominar progressivamente os negócios da economia extractiva de exportação, precisamente que os mais rentáveis; a reforma agrária libertou os campos como mercado, tanto na perspectiva da compra de matérias-primas como na do consumo; a lei da indústria reservou para o Estado as áreas de capital intensivo, que poderiam servir de suporte aos industriais nacionais, criando ao mesmo tempo um tampão à entrada de estrangeiros.

É depois e só depois destas medidas que a contestação ao Governo se acentua, sobretudo depois da nacionalização dos jornais, até então autênticos instrumentos de classe, e também da lei da Propriedade Social, que agitou fantasmas de colectivização da economia.

### **3.3. Isolados na frente regional**

Outro fator que contribuiu para a queda de Velasco foi o progressivo isolamento regional. Em março de 2017, entrevistei Rafael Roncagliolo, ex-ministro dos negócios estrangeiros (2011-2013) que na época do GRFA era

---

<sup>206</sup> "Velasco dijo que el movimiento había sido instigado desde afuera, pero no profundizó en su idea. Luego los diarios sostenerían que la asonada había sido provocada por la CIA . (...) tanto el presidente como el ministro del Interior, coincidieron en detectar la mano del APRA y de la 'ultraizquierda', sus dos enemigos locales a los que frecuentemente recurrían cuando hablaban de conjuras". (Tradução minha)

um jovem jornalista, apoiante do Governo no jornal *Expreso*, sendo várias vezes chamado a aconselhar ministros de Velasco em questões de estratégia e comunicação:

Uma parte do problema foi a perda dos apoios regionais. O governo de Velasco tem algumas analogias na América Latina, coisa que se costuma ignorar, costuma-se vê-lo como uma experiência isolada. Mas nesses tempos surge também o governo de Torres na Bolívia, que era um governo amigo, o governo peronista na Argentina, o governo de Allende, que leva a toda uma nova relação entre Chile e Peru. Tínhamos Torrijos no Panamá (1968), Rodriguez Lara no Equador (1972), todos eram progressistas. O Peru não estava isolado, o Peru começa a estar isolado quando se dá o golpe no Chile (...). Depois todos estes governos vão caindo: Na Argentina o golpe de Videla (1976), na Bolívia Banzer (1971), no Equador cai Rodriguez Lara (1976)... então o Peru fica isolado e parte do argumento do golpe contra Velasco é que o país estava isolado e ameaçado. Então passa-se duma fase em que havia alguns apoios importantes, a um momento de total isolamento.

No capítulo 2.8 (Política externa), vimos como, a partir de 1973, no GRFA começa a gerar-se a ideia de haver uma estratégia da CIA para fazer cair todos os governos progressistas da América Latina, e na verdade todos estavam a ser substituídos na sequência de golpes de Estado. Vejamos o que nos diz António Zapata (2018) sobre conspirações regionais, nesse tempo vistos pelo Governo como ameaçantes para o regime:

Pouco dias antes (de 24 de março de 1974), numa sessão do conselho de ministros, tinha-se falado duma reunião ocorrida na tomada de posse do presidente brasileiro Ernesto Geisel, à qual assistiram os presidentes do Chile, Bolívia e Uruguai. O estranho é que Velasco não tinha sido convidado (...). Para os militares peruanos, isto revelava uma trama conspirativa que supostamente estaria por detrás desse encontro: o Brasil queria uma saída para o Pacífico através da Bolívia e promovia que o Chile cedesse um corredor que passasse por Arica (...). Velasco e os seus ministros temiam a formação duma aliança de ditaduras militares de direita, unidas pela sua comum hostilidade ao reformismo do governo peruano<sup>207</sup> (p.186).

Como vimos, em 1974 já era pública a participação da CIA na queda de Allende. A sequência de governos progressistas que iam sendo substituídos por ditaduras de direita, alguns depois de mortes misteriosamente acidentais dos respectivos presidentes, gerava uma sensação de cerco em Lima. Como já referi, quando se dá o 5 de Fevereiro, Velasco afirmou aos seus ministros que tudo tinha sido urdido fora e, logo de seguida, os

---

<sup>207</sup> "Pocos días antes, en sesión del gabinete, los ministros peruanos habían discutido acerca de una reunión con motivo de la toma de mando del presidente Ernesto Geisel de Brasil, a la que asistieron los mandatarios de Chile, Bolivia y Uruguay. Lo extraño de la situación es que Velasco no había sido invitado y aparentemente ningún otro presidente (...). Para los militares peruanos quedaba desvelada la trama conspirativa que presuntamente estaba detrás de ese encuentro: Brasil quería una salida al Pacífico a través de Bolivia y promovía que Chile concediera un corredor que pasara por Arica (...). Velasco y sus ministros temieron la formación de una alianza de dictaduras militares de derecha unidas por su común hostilidad al carácter reformista del gobierno peruano" (tradução minha)

jornais, fortemente condicionados pelo governo, acusaram a CIA de ter estado por detrás (ZAPATA, 2018, p.202).

É muito importante percebermos que, depois duma fase inicial em que sentiam ao seu redor um grande respaldo de governos com ideias políticas similares, em 1974 os militares peruanos viviam uma psicose de isolamento. Como veremos, a expectativa gerada pela revolução portuguesa no Peru, a forma como foi encarada e utilizada, explica-se também por este ambiente.

### **3.4. Conclusão**

Enquanto os militares tomavam medidas ao encontro da expectativa urbano-burguesa, aprovaram também outras que esta classe via como uma ameaça: A lei da indústria previa a criação de “*comunidades industriales*” constituídas pelos próprios trabalhadores com o objectivo de que detivessem até 49% da propriedade, capitalizados pelos próprios lucros das empresas. A expropriação da imprensa foi um claro tiro nesta classe e a lei da propriedade social (maio de 1974) cria-lhe o pânico duma economia coletivizada. A isto soma-se um natural preconceito de classe contra um governo que se dizia revolucionário, por muito que algumas medidas fossem do seu agrado.

Uma vez anulada a irmã e concorrente burguesia rural, satisfeito o ímpeto nacionalista e criado um tampão à entrada do grande capital estrangeiro, as reformas que interessavam à burguesia urbana estavam feitas e a deriva revolucionária era já e apenas uma ameaça. As ruas começam então a agitar-se e, ao mesmo tempo, acentuam-se divisões internas entre “liberais reformistas” e “radicais socialistas”.

Simultaneamente, um-por-um iam caindo os governos geográfica e politicamente próximos da revolução peruana: Allende em 1973, Torres Gonzales na Bolívia em 1971, Rodriguez Lara no Equador já vacilava e cairia um ano depois de Velasco, para não falar no gigante brasileiro, nas mãos da direita militar desde 1964.

Quando em Portugal se dá o 25 de Abril, para além das disputas internas, é também com os interesses da burguesia urbana que os “radicais socialistas” terão de enfrentar-se. Veremos de seguida como usarão a revolução portuguesa num esforço para legitimarem a continuidade da sua própria revolução.



## **II PARTE – A REVOLUÇÃO PORTUGUESA NA EUROPA E NO MUNDO DO SEU TEMPO**



## **IV 25 DE ABRIL: de nacional a internacional**

### **4.1.Nacional na origem**

No dia 18 de agosto de 1973<sup>208</sup>, um grupo de capitães portugueses reuniu-se em Bissau para preparar uma contestação escrita do Decreto-lei 353/73, publicado cerca de mês e meio antes. O artigo primeiro deste diploma era claro quanto aos objectivos: “Os oficiais do quadro especial de oficiais (Q.E.O.) podem transitar para os quadros permanentes das armas de infantaria, artilharia e cavalaria mediante a frequência, na Academia Militar, de um curso intensivo, equivalente para todos os efeitos aos cursos normais”<sup>209</sup>.

Precisando de criar expectativas aos milicianos saídos das universidades directamente para a guerra, o regime equiparava-os aos de carreira, permitindo-lhes aceder à profissionalização depois de concretizarem um curso intensivo. Destinada a satisfazer uns, esta decisão gerou grande mal-estar nos restantes oficiais, com uma longa formação em escolas e academias militares.

Já antes deste encontro na Guiné, os estagiários do Instituto de Altos Estudos Militares apresentam uma exposição ao Diretor do Serviço de Pessoal do Ministério do Exército (17 de julho). Idêntico documento da autoria dum capitão circulava também pelos quartéis.

Na referida reunião de Bissau, os capitães participantes deveriam estar longe de supor serem embrião do movimento que, no dia 25 de abril do ano seguinte, derrubaria o regime que governou Portugal durante quase meio século<sup>210</sup>.

Temos aqui uma primeira explicação para o Movimento das Forças Armadas ter resultado duma mobilização entre oficiais subalternos, afinal aqueles que se viam mais prejudicados pelo acesso dos milicianos à sua carreira. Se os motivos da revolução viriam a ser muito mais vastos e importantes do que uma mera reação corporativa, esta contestação mobilizou-os e contribuiu para a criação do espírito de corpo que, depois, os levaria a objectivos muito mais ambiciosos e de regime. No dia 25 de abril de 1974, quando perguntaram a Salgueiro Maia quem mandava e quem era o mais graduado, a resposta foi singela: “Aqui mandamos todos. Somos todos capitães”<sup>211</sup>.

---

<sup>208</sup> A cronologia do Movimento das Forças Armadas está disponível no website da Centro de Documentação 25 de Abril, da Universidade de Coimbra. Nas páginas seguintes, uso-o na reconstituição de alguns eventos (consulta: 23-03-2010): <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=PulsarJulho73>

<sup>209</sup> Decreto Lei 353/73 de 13 de julho. In “Diário da República Eletrónico” (consulta: 23-03-2018): <https://dre.tretas.org/dre/231642/decreto-lei-353-73-de-13-de-julho#summary>

<sup>210</sup> Não cabendo aqui entrar na polémica sobre o início do regime, considero o ano de 1926 quando caiu o último presidente da I República, ou seja, 49 anos até 1974.

<sup>211</sup> Entrevista a Pedro Feytor Pinto. In: “25 de Abril 40 anos”. Lisboa : Expresso 2014. pp. 104-105 (Número especial publicado conjuntamente com o n.º 2164 do jornal “Expresso” de 18 de Abril de 2014)



Esta situação também explica porquê os primeiros debates preparatórios da revolução foram eminentemente corporativos. Só depois da adesão do bem doutrinado Melo Antunes, em fevereiro de 1974, começaram a produzir-se textos com objectivos políticos claros (REZOLA, 2012, p. 36).

Que o movimento tivesse surgido na Guiné, não terá sido uma obra do acaso. A guerra estalou na colónia ocidental africana em janeiro de 1963, desenrolava-se numa difícil geografia e, em menos dum ano, a guerrilha do PAIGC afirmava já controlar 2/3 do território. O regime esforçou-se por contrariar esta afirmação, mas é consensual que se "...encarava a perspectiva de uma derrota total e de um desastre completo em todas as frentes: militar, política e diplomática" (WOOLACOT, 1983, p 1133). Isto apesar das forças armadas contarem com a desmedida proporção de um militar para cada 15 habitantes (p. 1136).

A nomeação do general António de Spínola como Governador-geral em 1968, foi um assomo de Primavera marcelista que rapidamente esmoreceu. Depois de assumir funções, Spínola iniciou uma estratégia de aproximação às populações, montou uma política civil desenvolvimentista e estabeleceu canais de comunicação com o PAIGC, chegando a haver conversações no Senegal em 1970 (WOOLACOT, 1983, p 1136).

Estas ideias embateram na rigidez do regime, Marcelo Caetano era reformista mas, antes de nomeado presidente do conselho, teve de garantir ao presidente Américo Tomás a manutenção da política colonial (RAIMUNDO, 2017, pp.197-198).

Desgastado pelo fracasso da criação duma ala reformista, ficando dependente do apoio conservador agrupado em torno do presidente da república e, já quase no final, desautorizado pela publicação do *Portugal e o Futuro* de Spínola (1974), Marcelo Caetano viria por duas vezes a pedir demissão ao presidente Américo Tomás, e outras tantas viu os pedidos negados (AMARAL, 1996). Sob pressão, dera instruções a Spínola para cortar todos os contactos com o PAIGC, dizendo-lhe ser preferível sair da Guiné com uma derrota militar honrosa, do que por um acordo negociado (WOOLACOT, 1983, p. 1136).

O conflito auto-bloqueador em que o regime se encontrava, está bem resumido nas palavras de Spínola (1974) em *Portugal e o Futuro*:

Assistimos ao alimentar do diálogo estéril entre fações situadas em dois campos extremos, que procuram impor conceitos diametralmente opostos, ambos de origem recente: a defesa de um monolitismo político em nome de uma deturpada unidade nacional e a defesa dos 'ventos da história' contra tal monolitismo (p.25)

Marcelo Caetano estava bem consciente do impasse em que se encontrava. No dia 17 ou 18 de abril de 1974, Diogo Freitas do Amaral (1996), então com 33 anos, era chamado ao último dos encontros com o seu mestre. Quando lhe perguntou como via o momento político, a resposta terá sido inequívoca:

‘Muito mal. A crise revelada com a revolta das Caldas foi momentaneamente sustida, mas não está acabada. O Movimento dos Capitães já não pára mais. Ou melhor: só pararia, talvez, se viesse outro Presidente do Conselho e outro Governo, com mais capacidade de manobra. Eu já não tenho nenhuma (...). É evidente que não posso continuar uma guerra que os militares querem terminar, nem posso terminar uma guerra que eu próprio entendo dever continuar, até que a paz seja possível. Já pedi, mais de uma vez, a demissão ao Presidente da República. Mas ele teima em não me dar’ (pp.144-145).

E absolutamente reveladora do bloqueio é a conclusão:

‘Ele não me deixa sair, e eu não posso sair sem ser exonerado. Ele não vai fazer nada do que pode, e eu não posso fazer nada do que devo. E assim estamos para aqui, os dois poderes do estado, mutuamente paralisados, a olhar um para o outro, metidos ambos num beco sem saída. É fácil prever o que nos vai acontecer: vamos ambos pela borda fora!’ (p. 145)

Num impasse destes, com um grave problema em mãos e memória bem viva do bode expiatório em que Salazar os transformou depois da invasão de Goa em 1961, não surpreende que os oficiais não quisessem passar pela mesma experiência uma década depois (WOOLACOT, 1983, p.1139).

Ao mesmo tempo que isto acontecia na frente militar, os civis organizavam uma resistência política que afectava o regime. Em Abril de 1973, Mário Soares e um grupo de exilados fundou o Partido Socialista português (PS) na Alemanha, começando a desenvolver intensos contactos com governos europeus. Nesse mesmo mês deu-se em Aveiro o Congresso da Oposição Democrática e, em Julho, Marcelo Caetano passou pela humilhação de ter manifestações encabeçadas por portugueses contra a sua presença em Londres, tendo sido tratado pela imprensa britânica como um vulgar ditador.

Em conclusão, os tempos configuravam-se para a mudança e o movimento militar que começou a desenhar-se em agosto de 1973, acelerou a partir de janeiro do ano seguinte, avançou e recuou nas Caldas da Rainha em março, até conseguir voltar uma página da história nacional no dia 25 de abril de 1974.

Todos estes fatores contribuíram para uma revolução com origem eminentemente nacional que apanhou o mundo desprevenido.

Enquanto os militares tomavam conta do país, o embaixador dos Estados Unidos gozava uns dias de descanso nos Açores, com um grupo de pessoal da embaixada que incluía o adido militar. Também o Reino Unido fez uma movimentação diplomática que demonstra um claro desconhecimento daquilo que se preparava: No dia 22 de abril mudou de embaixador em Lisboa. Numa espécie de sincronização, no dia 24 de abril de 1974, o embaixador alemão oferecia a recepção da sua despedida de Portugal e, no dia seguinte, tinha previsto um

almoço que nunca chegou a acontecer com o Ministro português dos Negócios Estrangeiros (CASTANHEIRA, 2014).

O relatório que a CIA envia ao Presidente Nixon no dia seguinte à revolução, mostra um óbvio desconhecimento de todos os meandros, deixando claro não ter havido um acompanhamento prévio da situação. Por exemplo, o relator não sabe quais são as cabeças da revolução, dizendo apenas que “os líderes da rebelião, que se auto-intitulam ‘Movimento das Forças Armadas’, são praticamente desconhecidos, mas devem quase de certeza ser oficiais de médio rango seguidores do General António de Spínola”<sup>212</sup>. Ou seja, 24 horas depois, ainda não há um entendimento claro sobre quem esteve à frente do golpe, o que denota a inexistência de qualquer conhecimento anterior. Aliás, o simples facto de considerar os revoltosos como seguidores de Spínola, que sabemos não ter correspondido à verdade, comprova o imprevisto numa interpretação, já que a intenção original do Movimento das Forças Armadas era a entrega do poder a Costa Gomes<sup>213</sup>. Foi a insistência de Marcelo Caetano de render-se ao ex-governador da Guiné, que lhe permitiu galgar a onda e apresentar-se depois no posto de comando do Movimento das Forças Armadas (MFA) como tendo recebido a transmissão de poder. A CIA, como se vê, desconhecia estes meandros.

Num acesso de romantismo, o oficial de inteligência para a Europa Ocidental da Central de Inteligência, chegaria a dizer:

A chegada de Spínola ao poder é uma clara demonstração do duplo poder da pena e da espada. O herói de guerra mais condecorado de Portugal, é também autor dum livro onde se atreveu a dizer que é impossível chegar a uma solução militar para o problema das guerrilhas nos territórios africanos e que é preciso encontrar uma solução política<sup>214</sup>

Este desconhecimento da realidade do MFA é tão notório quanto, ao contrário, o posicionamento político do próprio Spínola e a situação dos movimentos de libertação das colónias, não parecem ter segredos para o redactor: “Contudo, é possível que a vitória de Spínola seja o início dos seus problemas. Tendo chegado ao poder com base no problema africano, é muito provável que não tenha qualquer solução para resolvê-lo. O tipo de Commonwealth que tem em mente não tem sido aceite pelos guerrilheiros africanos<sup>215</sup>”

---

<sup>212</sup> “The leaders of the rebellion, who called themselves the ‘armed forces movement’, are virtually unknown, but they were almost certainly middle-level officers devoted to General Antonio de Spínola” (tradução minha). Central Intelligence Agency. “Memorandum for the DCI. Subject: The Coup in Portugal”, p. i. (consulta: 23-03-2018): <https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/LOC-HAK-206-1-25-4.pdf>

<sup>213</sup> Sobre a intenção dos capitães de entregar o poder a Costa Gomes, ver a referida cronologia do Centro de Documentação do 25 de Abril da Universidade de Coimbra. Durante a preparação, os organizadores do movimento, inclusive, usaram Spínola como uma espécie de oficial de ligação a Costa Gomes. Será Marcelo Caetano a exigir a presença do primeiro no quartel do Carmo e lhe passará o poder, de tal forma que, chegado ao posto de comando da Pontinha, Spínola informou Otelo e os restantes capitães aí presentes, que tinha assumido o poder no Carmo. A primeira presidência pós 25 de Abril foi, assim, uma espécie de golpe dentro do golpe.

<sup>214</sup> “Spínola’s accession to power is a remarkable demonstration of the power of both pen and sword. Portugal’s most decorated war hero, he is also the author of a book that dared to say that a military solution to the problem of insurgency in the African territories is impossible and that a political solution must be found” (p. i) (tradução minha)

<sup>215</sup> “However, it is very possible that Spínola’s victory may be the beginning of his troubles. Having ridden in power on the African issue, it is very doubtful that he has any real solution to it. The kind of commonwealth he has in mind is not ultimately acceptable to the African insurgents” (p. ii) (tradução minha)

Noutros países do ocidente, temos provas muito concretas de que o Movimento das Forças Armadas também apanhou as autoridades desprevenidas. Foi o caso da República Federal da Alemanha.

Em janeiro de 1974, Mário Soares avisou o governo alemão-ocidental, então liderado pelo social-democrata Willy Brandt, sobre a existência dum grande descontentamento nas Forças Armadas, estando próxima a queda do regime. A publicação do livro *Portugal e o Futuro* do general Spínola, em fevereiro de 1974, parecia confirmar os avisos do já então secretário-geral do PS, levando o Governo federal-alemão a intensificar contactos bilaterais com o PS, consubstanciados na visita a Bona duma delegação socialista chefiada por Mário Soares, entre 23 e 25 de abril de 1974. Na ocasião, os socialistas portugueses reuniram-se com representantes dos ministérios da Defesa e dos Negócios Estrangeiros (FONSECA, 2012, p. 97). Segundo o próprio Mário Soares, as respostas que recebia nos vários contactos estabelecidos, não divergiam muito: “Portugal só se poderia libertar da ditadura após a morte de Franco”. Garantiam-lhe também que os serviços secretos dos países da NATO não tinham dúvidas de “...que a ditadura portuguesa estava de pedra e cal” (citado por: FONSECA, 2012, p.97<sup>216</sup>).

O Movimento das Forças Armadas foi tão inesperado para o governo da Alemanha ocidental que, no próprio dia da revolução, estava marcado o ponto mais alto da agenda: um encontro entre Mário Soares e o Chanceler Willy Brandt, que não chegou a acontecer pois, mal soube dos acontecimentos, o secretário-geral do PS partiu imediatamente para Lisboa (FONSECA, 2012, p. 97).

Se a revolução foi inesperada para a CIA e para o governo alemão-ocidental, podemos depreender ter sido uma surpresa para o mundo e, portanto, a sua origem foi eminentemente nacional. Depois de ter acontecido, já não seria assim, tendo entrado numa espiral de influências e contra influências internacionais que lhe determinariam o rumo. Esse é o tema das páginas que se seguem.

#### **4.2.A internacionalização**

Segundo Medeiros Ferreira, quando se dá o 25 de Abril, “O que impressionou primeiro a comunidade internacional foi o facto de ter sido derrubada a ditadura cinquentenária que mantinha uma guerra colonial há mais de dez anos em África” (FERREIRA, 2004, p.143).

Para a internacionalização do processo subsequente, contribuíram as próprias características da revolução. Segundo Matteo Albanesi e Annarita Gori (2016):

---

<sup>216</sup> Soares, Mário. “Um Político Assume-se”. Lisboa,: Temas e Debates, 2011, pp. 168-169.

A revolução dos cravos foi, na verdade, um processo que cruzou muitas das questões históricas e políticas que caracterizavam o século XX: um dos últimos fascismos europeus 2, a autodeterminação dos povos 3, o fim do poder colonial e 4, não menos importante, o tema da revolução socialista<sup>217</sup> (p.6)

Para essa internacionalização, muito contribuíram também dois personagens chave do período que se seguiu: Mário Soares e Álvaro Cunhal. Soares, porque desde 1945 vinha apostando na criação duma rede internacional de relações políticas (CASTAÑO 2012, p.16), o que lhe terá valido o convite feito por Spínola para o estratégico lugar de Ministro dos Negócios Estrangeiros do I Governo provisório, cargo que usaria para intensificar contactos e influenciar a percepção da Europa Ocidental. Cunhal, pelo exílio que teve na Europa de leste, durante o qual montou também a sua rede, vindo depois a contar com o apoio, não tanto de Moscovo como se dizia, mas da República Democrática da Alemanha, como adiante veremos.

Depois do próprio dia 25 de Abril a revolução portuguesa começa a chamar as atenções do mundo e a ser vista e influenciada sob diversas expetativas. A forma como as atenções internacionais se materializaram, já são outra história, começada muito antes e em azimutes mais globais.

---

<sup>217</sup> “*La rivoluzione dei garofani è stata infatti un lungo processo che ha incrociato e attraversato molte delle tematiche di ordine storico e politico che hanno caratterizzato il breve '900: la caduta di uno degli ultimi fascismi europei 2, l'autodeterminazione dei popoli 3, la fine del potere coloniale e 4, non ultimo, il tema della rivoluzione socialista*” (tradução minha)

## V A FRENTE MUNDIAL: Quando de fria, morna se faz a guerra

### 5.1. Um jogo entre potências

No dia 1 de junho de 1972, Richard Nixon foi ao Congresso fazer uma declaração histórica. O presidente acabava de regressar duma longa viagem por vários países, incluindo a Polónia e a União Soviética. Na bagagem de regresso trazia diversos acordos:

Foram lançados os alicerces para um novo relacionamento entre as duas potências mais poderosas do mundo. Agora é connosco – com todos nós nesta câmara, com todos nós na América – juntarmo-nos a outras nações para construir uma nova casa sobre esses alicerces, que pode ser uma casa para as esperanças da humanidade e um abrigo contra as tempestades do conflito. (...) Procuramos que se estabelecesse, não um espírito superficial de Moscovo, mas uma sólida base para resolver as difíceis questões que durante tanto tempo dividiram as duas nações e o mundo. Revendo a quantidade e o âmbito dos acordos a que chegamos, penso que atingimos esse objectivo <sup>218</sup>.

Em seguida, Nixon anunciou um impulso às relações comerciais entre os EUA e a URSS, acordos de cooperação na área da do ambiente, da ciência e tecnologia, medicina e conquista do espaço. Para o fim deixou o mais importante: a redução dos arsenais nucleares, num tratado que ficaria conhecida como SALT I.

Apenas quatro meses antes, o presidente tinha também efectuado uma visita histórica à china, que marcou o início do estabelecimento de relações diplomáticas entre a República Popular e os Estados Unidos.

Estes avanços seriam impensáveis uma década antes, bastando lembrar a presidência de Kennedy e as constantes fricções com a União Soviética, que começaram com o envolvimento americano na tentativa de ocupação de Cuba (abril de 1961), a subsequente crise dos misseis (outubro de 1962) e a estratégia de confronto permanente que teve um pico mediático no dia 26 de junho de 1963, quando o então presidente vai a Berlim fazer o célebre discurso onde, frente a um muro construído dois anos antes, afirmou: “*Ich been ein berliner*”.

Este confronto não era novo. Quando Kennedy chegou ao poder, estava bem viva a memória do ignorado ultimato soviético de 1958, para que os ocidentais abandonassem Berlim Ocidental. Todos se lembrariam também da conferência de 1960 em Paris, entre as potências de lalta, com o objectivo de resolver problemas pendentos como o de Berlim, que terminou abruptamente e antes do previsto, quando Krushev decidiu abandonar os trabalhos. O desabafo de Eisenhower ficou na história: “Estou farto!” (HANHIMAKI, 2013, loc. 291)

---

<sup>218</sup> “The foundation has been laid for a new relationship between the two most powerful nations in the world. Now it is up to us—to all of us here in this Chamber, to all of us across America—to join with other nations in building a new house upon that foundation, one that can be a home for the hopes of mankind and a shelter against the storms of conflict. (...) We sought to establish not a superficial spirit of Moscow, but a solid record of progress on solving the difficult issues which for so long have divided our two nations and also have divided the world. Reviewing the number and the scope of agreements that emerged, I think we have accomplished that goal”. Richard Nixon, “Address to a Joint Session of the Congress on Return From Austria, the Soviet Union, Iran, and Poland”, 1 de junho de 1972. In: “The American Presidency Project”: <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=3450> (consulta 25-03-2018) (tradução minha)

Uma década depois, o panorama era outro. As duas potências pareciam ter incorporado a necessidade de convivência, a que não era alheia a urgência mútua de se concentrarem na solução de algumas tentativas centrifugas nos respectivos blocos: Hungria, Albânia, Roménia e Checoslováquia, do lado soviético; França e Alemanha do lado norte-americano. Além disso, os EUA estavam atolados na guerra do Vietname e esperavam apoio dos soviéticos para uma saída honrosa. Kissinger acompanhou Nixon na viagem de 1972 à URSS e,

Em conversações com o ministro soviético dos negócios estrangeiros, Andrei Gormiko, implorou que pressionassem os norte-vietnamitas para que fossem razoáveis em futuras negociações e oferecessem o que pudesse ser considerado um intervalo decente entre uma eventual saída dos norte-americanos e a solução final do conflito entre os dois vietnames<sup>219</sup>. (HANAHIMAKI, 2013, loc. 1229).

Já antes, num esforço de melhorar as relações entre os dois blocos, o pacto de Varsóvia tinha feito a Declaração de Bucareste (1966) onde defendia uma conferência de segurança com todos os países da Europa. A NATO reagiu positivamente no ano seguinte, aprovando o *Harmel Report*, que continha princípios de normalização do relacionamento com a esfera soviética.

Esta nova era, de que o quadrilátero Nixon-Kissinger-Brejenev-Gormiko foi obreiro, ficou conhecida como a “*détente*” (desanuviamento) e levou muitos historiadores a considerarem que a I Guerra fria terminou por essa altura, inaugurando-se um período que durou até surgir a II, iniciada com a invasão soviética do Afeganistão em 1979 e acentuada com a vitória eleitoral de Ronald Reagan em 1981 (HANHIMAKI, 2013, loc. 126-137).

Foi neste contexto de diminuição da conflitualidade mundial que em Portugal aconteceu o 25 de Abril de 1974 (e também a revolução peruana).

## **5.2.0 amigo europeu**

Mas a revolução portuguesa surge também numa fase em que os EUA procuram relançar as relações com a Europa, muito afectadas por uma série de rivalidades e incompreensões. Um episódio particularmente tenso foi a participação americana na guerra de Yon Kippur que opôs Israel ao Egito em outubro de 1973. Uma notícia desse tempo dá conta das fricções que surgiram:

O governo da Alemanha ocidental protestou publicamente contra o uso dos seus portos para embarcar armamento norte-americano com destino a Israel. Por outro lado, comenta-se que os britânicos recusaram a utilização das suas bases no Chipre para os aviões de reconhecimento dos EUA e não tiveram vontade de apoiar uma resolução de cessar-fogo no Conselho de Segurança a pedido do Departamento de Estado (o ministro dos negócios estrangeiros britânico negou esta acusação). Depois

---

<sup>219</sup> “...in talks with Soviet foreign minister Andrei Gormiko, implored the Soviets to press the North Vietnamese to be reasonable in future negotiations and offered what would amount to be the so-called decent interval between the eventual American exit and the final settlement of the inter Vietnamese conflict” (tradução minha)

seguiu-se a queixa do secretário de estado Kissinger a um grupo de parlamentares da Comunidade Europeia, de que os europeus ‘atuaram como se a aliança não existisse’<sup>220</sup> (“Z”, 1974).

É provável que a Europa tenha digerido com dificuldade a passagem da hegemonia para o outro lado do Atlântico. Já em outubro de 1956 ocorrera um breve conflito israelo-egípcio, este incentivado pela França e pelo Reino Unido. Os dois países europeus pretendiam justificar uma invasão do Suez, a pretexto de garantir a segurança da navegação, anulando assim a nacionalização do canal, imposta por Nasser contra os interesses dos accionistas anglo-francos. A operação foi orquestrada nas costas dos EUA, que reagiriam rapidamente, unindo-se aos soviéticos e obrigando os dois países europeus a uma humilhante retirada, quando os seus exércitos já pisavam solo egípcio (McHUGO, 2015, pp.206-207).

Se este episódio foi um marco clarificador de que o domínio mundial tinha saído da alçada do velho continente, terá originado amargos de boca sentidos durante os anos subsequentes.

Durante a década de Charles de Gaulle (1959-1969), uma França ressentida começará a seguir uma política externa cada vez mais autónoma: “De Gaulle desejava elevar a França a uma nova posição de proeminência na Europa (...) desenvolveu uma capacidade nuclear autónoma francesa (...) e embarcou em iniciativas independentes face à Europa de leste (Roménia em particular) e à União Soviética<sup>221</sup>” (HANHIMAKI, 2013, loc. 411)

Em 1964, o general antecipou-se oito anos relativamente aos EUA, estabelecendo relações diplomáticas com a república Popular da China e, em 1966, decidiu sair da estrutura militar da NATO.

Do lado alemão, também Willy Brandt, chanceler da RFA desde 1969, inaugurava a sua *Ostpolitik*, começando uma estratégia autónoma de cada vez maior ligação à órbita do Pacto de Varsóvia e antecipando-se aos esforços pacificadores de Nixon. Em novembro de 1969 assinou um acordo de não proliferação nuclear com Moscovo, em agosto de 1970 um pacto de não-agressão, em dezembro o tratado de delimitação fronteiriça com a Polónia e em 1971 promoveu o acordo das quatro potências (EUA, Reino Unido, França e URSS) para o estabelecimento de ligações terrestres até Berlim Ocidental. Em 1972 seria a vez do tratado de reconhecimento e normalização das relações entre as duas alemanhas. Com este frenesim estava claro qual era o objectivo de Brandt: a reunificação.

---

<sup>220</sup> “The West German government, indeed, protested publicly against the use of its ports to ship U.S. war materiel to Israel. For their part the British are said to have refused the use of bases in Cyprus to U.S. reconnaissance aircraft and to have been unwilling to sponsor a ceasefire resolution in the Security Council at the request of the State Department (the British Foreign Secretary has subsequently denied this last accusation). There followed Secretary of State Kissinger's complaint to a group of parliamentarians from the European Community that Europeans had "acted as though the alliance did not exist" and his reported aside: "I do not care what happens to NATO, I am so disgusted" (tradução minha).

<sup>221</sup> “...de Gaulle wished to raise France into a new position of prominence in Europe (...) pursued the development of an independent French nuclear capability (...) and embarked on independent initiatives vis-à-vis Eastern Europ (Romania in particular) and the Soviet Union” (tradução minha).



Antes de começarem os importantes contactos EUA-URSS que levariam à *détente*, nos anos sessenta os líderes aliados concebiam a Europa como uma ponte ente Ocidente e Leste, daí que de Gaulle visite Moscovo em 1966 e também a *Ostpolitik* de Brandt (que incluía uma proposta de renúncia ao uso da força e uma aceitação do *status quo* na Europa central). Brandt em especial acreditava no papel independente a desempenhar<sup>222</sup> (MOON, 1995, p. 51).

Esta estratégia de cada vez maior autonomia praticada pelos países europeus ocidentais, estava institucionalizada desde 1970, quando a Comunidade Económica Europeia (CEE) aprovou o *Davington Report*, num esforço de posicionamento conjunto no âmbito da política externa.

Com o segundo alargamento, em janeiro de 1973, a Comunidade superou os EUA em população e, em março, a revista “Time” fazia capa com as bandeiras de todos os países unidas numa só. O título foi bem claro: “*America’s New Rival*”.

Prestes a resolver o pântano da participação direta na guerra do Vietname (agosto de 1973) e sentindo estar a perder a relação com a Europa ocidental, o governo norte-americano decidiu instituir o período entre Abril de 1973 e Abril de 1974 como “Ano da Europa”, vontade anunciada por Kissinger num encontro com a imprensa em Nova Iorque. Nessa intervenção, o conselheiro de defesa de Nixon anunciou o seguinte: “Os estados Unidos propõem aos seus parceiros atlânticos que, o Presidente viaje à Europa e trabalhem num novo conjunto de objectivos para o futuro”<sup>223</sup>.

Obviamente, esta estratégia viria a ser muito prejudicada pela participação americana na já referida Guerra de Yom Kippur, originadora dum bloqueio petrolífero que prejudicou gravemente a economia dos países europeus. De qualquer forma, os esforços prosseguiram em todas as frentes, muito em torno das negociações do Conselho de Segurança e Cooperação Europeia, que a partir de julho de 1973 juntou os países da NATO e do Pacto de Varsóvia, terminando na Declaração de Helsínquia, assinada no dia 1 de agosto de 1975.

O 25 de Abril dá-se neste ambiente de desanuiamento.

### **A revolução portuguesa na Europa do Sul**

Num plano mais regional, é necessário considerar a situação particular em que se encontrava a política na Europa meridional:

---

<sup>222</sup> “Before the start of substantive US-Soviet contacts in the 1960s, allied leaders had conceived of Europe as a bridge between East and West, hence de Gaulle’s visit to Moscow in 1966 and Brandt’s *Ostpolitik* (which included a proposal to renounce the use of force and accept the *status quo* in central Europe). Brandt in particular believed that Europe could have an independent role to play” (tradução minha)

<sup>223</sup> “Texto of Kissinger’s Speech at A.P. Meeting Here on U.S. Relations With Europe”. In: “The New York Times”, Agril, 24, 1973. (Consulta 25-03-2018: <https://www.nytimes.com/1973/04/24/archives/text-of-kissingers-speech-at-ap-meeting-here-on-u-s-relations-with.html>): “The United States proposes to its Atlantic partners that, (...) the President travels to Europe toward the end of the year, we will have worked out a new Atlantic charter setting the goals for the future” (tradução minha).

O Mediterrâneo ‘vermelho’ era uma ameaça real: em Itália estava em cima da mesa o Compromisso Histórico de Enrico Berlinguer, uma aliança entre o PCI e a Democracia Cristã; em França, ainda no rescaldo do radicalizado Maio de 68, o Partido Comunista e o Partido Socialista assinam o Programa Comum. Em nenhum destes países os partidos comunistas quiseram tomar o poder por via revolucionária ou pôr em causa o modo de produção capitalista, através da abolição da propriedade privada. Mas as suas votações expressavam uma amplíssima base social, temida pela classe dominante da Europa Ocidental e dos EUA. É neste quadro que se dá a revolução portuguesa, a queda da ditadura dos coronéis na Grécia e que em Espanha se discute se o fim da ditadura se dará por via reformista ou revolucionária (VARELA, 2009, p. 115).

É neste contexto que os diferentes países desta zona e as respectivas forças políticas vão reinterpretar a revolução portuguesa, integrando-a na sua própria realidade, nuns casos como um exemplo, noutros como ameaça.

Um caso típico foi o da imprensa italiana que, perante o desconhecimento da opinião pública sobre a realidade portuguesa, usou adjectivações e recorreu como estratégia narrativa à comparação com outras realidades e com personalidades melhor conhecidas. Assim vão sendo apresentados “...o ‘enigmático’ Costa Gomes, o ‘fugoso’ Otelo, o ‘atormentado’ Vasco Gonçalves ou um general Spínola que traz à memória o ator Erich von Stroheim” (GOMES, 2016, p.5). Segue-se uma italianização do Movimento, usando os acontecimentos “...para comentar as repercussões em Itália das temáticas dimanadas da revolução” (p. 5):

A polémica adquire invulgares dimensões, porque os acontecimentos portugueses são continuamente instrumentalizados em Itália, no contexto de um inflamado combate político (eleições regionais em 1975 e legislativas em 1976): a Democracia Cristã procura passar a ideia de que o PCI e PCP são iguais, existindo apenas um único e nefasto comunismo, ao passo que os comunistas italianos se esforçam, frequentemente, por se distanciar dos homólogos portugueses (p. 4).

Depois da demissão de Spínola e da consolidação do poder pelas tendências mais revolucionárias, os paralelos da imprensa italiana continuarão, mas mudam de latitudes, comparando-os “...à ala radical *nasseriana*, percussores de um regime de tipo peruano e duma ditadura de esquerda” (p. 7).

Tudo isto, leva Marco Gomes (2016) a concluir que:

No âmbito da grelha de leitura veiculada para o leitor italiano, cumpre salientar dois aspetos que balizam esse enquadramento: a) os esquemas ou as categorias pré estabelecidas do passado; b) e a necessidade de resolver contradições no contexto do relacionamento com o Outro. Não é fácil resistir ao fascínio das analogias e dos paralelismos históricos, na medida em que essas categorias se

transformam em chaves de leitura apetecíveis e orientadas para resolver situações novas ou desconhecida (p. 12).

Mas, na Europa do Sul, é em Espanha onde a revolução portuguesa terá mais repercussão. De uma maneira geral, o mundo estava convencido de que a queda da ditadura portuguesa só aconteceria depois de Franco. Isso mesmo foi dito a Mário Soares nas vésperas da revolução, quando foi recebido no Ministério dos Negócios Estrangeiros de Bona... o dia era 24 de abril de 1974 (FONSECA, 2012, p. 97).

A esquerda espanhola celebrou a queda do regime português com entusiasmo e como um estímulo para a sua própria luta contra Franco. Reunindo de urgência a sua direcção em finais de abril, o Partido Socialista Obrero Español (PSOE) emitiu um comunicado onde dizia: ‘O restabelecimento da liberdade, dos Direitos Humanos e da democracia em Portugal é um grande alento para o povo espanhol que ainda está submetido a um regime condenável semelhante ao que sofreram os portugueses. Não há dúvida de que estes acontecimentos acelerarão o processo de decomposição do franquismo<sup>224</sup> (SANCHEZ, 2013, p.55 – sublinhados meus)

Esta comparação entre a Revolução de Abril e a realidade espanhola, será uma constante do “El Socialista”, o jornal do PSOE: “...sobretudo até ao Verão Quente, quando há a máxima crise de Estado do período revolucionário português, Portugal e Espanha são tratados como se de um mesmo país se tratasse. De tal forma que *El Socialista* avisa: quebrou-se um dos pilares do fascismo suportado pelos EUA” (VARELA, 2009, p. 116).

A espanholização do Movimento das Forças Armadas não foi um exclusivo do PSOE, atravessou diametralmente a política espanhola e levando todos a agir: Uns com a motivação do exemplo, outros com medo das consequências, outros, ainda, receando que o caso português pudesse assustar a sociedade espanhola e prejudicá-los:

A posição do PCP durante a Revolução foi muito prejudicial para a credibilidade e para a estratégia do PCE. A atitude de Cunhal de não reconhecer o resultado eleitoral e de pretender monopolizar o poder, apoiando-se no MFA, foi um dos argumentos favoritos das direitas peninsulares para desqualificar os comunistas. O PCE viu-se assim obrigado a distanciar-se do PCP, reafirmando as suas posições moderadas e reclamando a todo o tempo ‘o socialismo em liberdade’. Carrillo chegaria até a afirmar que ‘o nosso eurocomunismo segue a mesma política do Partido Socialista de Portugal<sup>225</sup> (pp. 57-58)

---

<sup>224</sup> “La izquierda española celebró la caída del régimen portugués con entusiasmo y como un estímulo para su propia lucha contra Franco. Reunida de urgencia su dirección a finales de abril, el Partido Socialista Obrero Español (PSOE) emitió un comunicado que decía: ‘El restablecimiento de la libertad, de los derechos humanos y de la democracia en Portugal es un gran aliento para el pueblo español que todavía está sometido a un régimen oprobioso semejante al padecido por los portugueses. No hay duda que estos acontecimientos acelerarán el proceso de descomposición del franquismo” (tradução minha)

<sup>225</sup> “La posición del PCP durante la Revolución fue a su vez un grave hándicap para la credibilidad y la estrategia política del PCE. La actitud de Cunhal de no reconocer el resultado electoral y de pretender monopolizar el poder apoyándose en el MFA fue uno de los argumentos preferidos por las derechas peninsulares para descalificar

O grande impacto da revolução portuguesa em Espanha levou Sanchez Cervelló a concluir o seguinte:

Sem a revolução portuguesa a transição espanhola teria sido muito diferente. A sua influência fez-se sentir sobretudo no modelo de mudança política. Para evitar um cenário como o português de mudança radical que não era impensável dada a força dos comunistas, as elites franquistas entenderam que deviam pôr em marcha uma profunda reforma depois da morte do seu Generalíssimo, mas sem nunca perder o controlo do processo. Esta transição gradual legitimaria os seus próprios autores e, além disso, daria tempo às forças políticas e sindicais moderadas para assentarem<sup>226</sup> (p. 59).

### **A Europa de Leste**

No bloco socialista houve atores principais, mas também secundários. Entre estes últimos esteve a Polónia, onde a Revolução de Abril foi amplamente noticiada e, uma vez mais, parece ter sido seguida uma estratégia que a usou para legitimar opções políticas nacionais. O historiador polaco Igor Chabrowski observou que:

Um país cujas sociedade e economia eram baseadas na exploração, destruição e morte com o objectivo do lucro para as elites, era uma abominação desde a perspectiva dos objectivos ideológicos declarados pelo governo da Varsóvia comunista. De facto, fazia lembrar a imagem que os comunistas tinham da Polónia anterior à guerra: Uma sociedade desigual, sofrendo debaixo do pé das elite latifundiária, militarista e capitalista<sup>227</sup> (CHABROWSKI, 2016, P. 32).

A posição polaca é curiosa, porquanto temos de estar muito atentos aos meandros da geopolítica desse tempo, para entendê-la. Como já referi, assistíamos então a um processo de aproximação entre a URSS e o ocidente, ao nível europeu assente sobretudo no desanuviamento com a RFA. Naturalmente, os países da órbita soviética não viam esta movimentação com bons olhos, porquanto ameaçava o seu papel como parceiros privilegiados de Moscovo. Nesta linha, terão usado a Revolução dos Cravos como um legitimador da ortodoxia clássica: “Para os membros do pacto de Varsóvia, a Revolução dos Cravos era a prova de que a política de détente de Brejnev era suficiente para provocar mudanças políticas no mundo. O que acontecera

---

a los comunistas. El PCE se vio así obligado a distanciarse del PCP, reafirmarse en sus posiciones moderadas y reclamar a todas horas “el socialismo en libertad”. Carrillo llegaría incluso a afirmar que ‘nuestro eurocomunismo sigue la misma política que hace en Portugal el Partido Socialista’ “ (Tradução minha).

<sup>226</sup> “*Sin la Revolución Portuguesa la Transición Española hubiese sido muy diferente. Su influencia se hizo sentir sobre todo en el modelo del cambio político. Para evitar un escenario como el portugués de cambio radical que no resultaba impensable dada la fuerza de los comunistas, las elites franquistas entendieron que debían poner en marcha una profunda reforma tras la muerte de su Generalísimo pero sin perder nunca el control del proceso. Esa transición gradual legitimaria a sus propios autores y además daría tiempo a las fuerzas políticas y sindicales moderadas para asentarse*” (Tradução minha).

<sup>227</sup> “*A country whose socio-economic was based on exploitation, destruction and death in order to profit narrow elites was an abomination from the perspective of the declared ideological goals of Warsaw’s communist government. In fact, it resembled closely the communist’s image of the pre-war Poland: a starkly unequal society suffering under the yoke of its narrow landlord, militarist, and capitalist elites*” (Tradução minha).

em Portugal não era apenas o resultado de tensões internas; era também devido ao firme apoio do bloco às massas desprotegidas<sup>228</sup>” (p. 39)

Ou seja, num aparente alinhamento com a posição soviética, aquilo que se destacava era, não a cooperação com o ocidente, mas a necessidade de usá-la para expandir o modelo ideológico. Como veremos, esta perspectiva foi levada às últimas consequências por outros países do Pacto de Varsóvia, nomeadamente pela RDA, essa sim uma das atrizes principais no palco da revolução portuguesa.

### **Por terras gaulesas**

Mitterrand seria o primeiro dos líderes europeus convidados por Mário Soares a visitar Portugal, em julho de 1974, apenas dois meses após quase ter sido eleito presidente de França.

A instrumentalização da revolução portuguesa foi uma tendência a que este país não escapou. Desde a sua eleição para secretário-geral do Partido Socialista Francês, Mitterrand prosseguia uma política de aproximação aos comunistas, visando a constituição duma frente eleitoral comum. A derrota frente a Giscard d’Estaing em maio de 1974 por apenas 0,8% dos votos, deve ter-lhe reforçado a convicção de que, para chegar ao poder, precisava de aprofundar a união política das esquerdas. Terá sido por isso que “Uma facção do PSF liderada por François Mitterrand viu na Revolução uma oportunidade para testar a estratégia francesa da união da esquerda, promovendo uma aliança semelhante em Portugal”<sup>229</sup> (GRANADINO, 2016, p. 61).

Quando o líder do Partido Socialista Francês (PSF) visitou Portugal, discursou ao lado de Mário Soares num comício, tendo este último de o escutar a contragosto na defesa duma união das esquerdas, incluindo naturalmente o Partido Comunista Português (PCP) (MUÑOZ, 2016, P. 42).

Com o avanço do período revolucionário, frente à recusa e às denúncias de Mário Soares, Mitterrand arripiaria caminho nesta estratégia. Ainda assim, a questão dividiu os socialistas franceses: “Outra facção do PSF, *Centre d’Études de Recherches et d’Éducation Socialistes* (CERES), viu a revolução como uma oportunidade para estabelecer uma nova via para o socialismo que respeitasse as liberdades democráticas, na qual a aliança entre socialistas e comunistas seria crucial em todas as fases<sup>230</sup>” (p. 62).

Não podemos entender esta insistência dos socialistas franceses, sem considerar a evolução mental que terá gerado o percurso autónomo deste país desde o primeiro governo do general de Gaulle. A estratégia de

---

<sup>228</sup> “For the Warsaw Pact members, the Carnation Revolution was that Brezhnev’s policy of détente was sufficient pull factor to cause political changes in the world. What happened in Portugal was not only the outcome of the internal tensions; it was also due to the bloc’s firm stand on the side of the ‘broad people’s masses’” (Tradução minha).

<sup>229</sup> “A faction of the PSF led by François Mitterrand saw the Revolution as an opportunity to test the French strategy of the union of the Left by promoting a similar alliance in Portugal” (Tradução minha)

<sup>230</sup> “Another faction of the PSF, *Centre d’Études de Recherches et d’Éducation Socialistes* (CERES), saw the Revolution as an opportunity to establish a new way to Socialism that would respect democratic freedoms, in which the alliance between Socialists and Communists was crucial at all stages” (Tradução minha)

aproximação à URSS e a vontade de transformar a Europa numa terceira potência liderada pela França, levaram a própria direita francesa a não agitar a comunismo como uma grande ameaça, ao contrário do que sucedia noutros países europeus, como foi o caso de Portugal antes de 1974. Por outro lado, já vimos que a estratégia de Miterrand era uma aliança alargada entre as esquerdas para conseguir vencer o bloco gaullista. Uma aliança entre os comunistas e os socialistas portugueses era, assim, algo que o PSF estava preparado para encarar com a maior das naturalidades, vendo-a sobretudo com uma clara lógica orgânica e não se assustando com argumentos ideológicos:

Os franceses também pensavam que o PS procuraria uma aliança com o PCP que iria além da colaboração já existente no Governo Provisório. Uma vez que o PS era um partido jovem e sem implantação local em Portugal, a união com os comunistas, que tinham claramente uma maior organização, poderia ser benéfica. A ideia debaixo desta concepção era que o PS tinha um apelo eleitoral maior para a população portuguesa do que o PCP, mas os comunistas eram melhor organizados nos locais de trabalho e ao nível local. Esperava-se que esta aliança ajudasse os dois a conduzir a transição para o socialismo e fosse capaz de conter as forças reaccionárias<sup>231</sup> (GRANADINO, 2016, p. 63)

Mas, ao contrário dos franceses, os portugueses não estavam preparados para essa aliança, já que, durante décadas, tinham sido bombardeados com uma intensa propaganda anti-soviética. Seria preciso esperar mais de quarenta anos para podermos assistir a um governo socialista com apoio dos comunistas, como aquele que temos hoje em dia.

Nos contactos que estabeleceu com a Europa em 1974 e 1975, o próprio Mário Soares sempre recusou categoricamente qualquer possibilidade de aliança com o PCP. A 21 de março, em pleno pico do processo revolucionário, o embaixador itinerante do PSF Antoine Blanca chegou a Portugal para estabelecer contactos e inteirar-se da situação. Soares delineou-lhe uma situação extremamente difícil e que o país estava entre uma democracia popular e um golpe de direita. O líder do PS não perdeu a oportunidade para afirmar peremptoriamente que estava fora de causa qualquer possibilidade de colaboração com os comunistas. Neste panorama, o PSF rectificou posições, continuando os apoios a Soares e começando a criticar publicamente o PCP (GRANADINO, 2016, p. 65).

Podemos presumir a existência nos socialistas franceses da consciência duma falta de preparação política nos militares revolucionários. Nessa situação, seria de supor que a experiência tinha tudo para funcionar mal, ou

---

<sup>231</sup> “The French also thought that the PS should seek an alliance with the PCP that would go further than their already existing collaboration in the provisional government. Since the PS was a young party without social implantation in Portugal, the union with the Communists, who conversely had a stronger organization, could be beneficial. The idea underlying this assumption was that the PS had a greater electoral appeal for the Portuguese population than the PCP, but the Communists were better organized in the working places and at the local level. Hence, their alliance would help them both to carry out a transition to Socialism able to contain the reactionary forces” (tradução minha).

seja, Portugal transformar-se-ia num exemplo que prejudicaria a união da esquerda francesa. Nessas circunstâncias, a opção mais cautelosa foi apoiar Mário Soares, começando a acentuar as diferenças entre os comunistas franceses e os portugueses.

Mas a influência gaulesa sentiu-se também a outros níveis. Quando o empresário Jorge de Melo foi preso, a notícia chegou rapidamente a Giscard d'Estaing: "O Presidente francês adverte Vasco Gonçalves de que, 'se Jorge de Mello não for libertado rapidamente, a França tomará as devidas opções'. Ao cabo de dias, o industrial sai de Caxias" (NORONHA 2011, p. 406)<sup>232</sup>.

### **O apoio da RFA**

Nenhum país deu mais suporte à estratégia internacional de Mário Soares, do que a Alemanha de Willy Brandt. As relações entre o líder alemão e o PS já vinham de atrás, tendo sido na própria RFA que este partido foi fundado em abril de 1973, depois do movimento que lhe deu origem ser admitido na Internacional Socialista um ano antes, também pela mão do chanceler. Nas vésperas da revolução, uma delegação chefiada por Soares estabeleceu contactos de alto nível com os ministérios da Defesa e dos Negócios Estrangeiros alemães. No dia 25 de abril de 1974 o secretário-geral dos socialistas portugueses tinha um encontro marcado com Willy Brandt, que não chegou a acontecer porque rumou a Portugal quando soube da notícia do dia (FONSECA, 2012, p. 97).

Segundo Ana Mónica Fonseca (2012), podemos dividir o apoio alemão-ocidental em três fases: Numa primeira optou-se por apoiar as "forças democráticas", mas sobretudo a partir de organizações partidárias, desaconselhando-se a oficialização. Bona podia assim assumir um papel neutral, ao mesmo tempo que fundações políticas apoiavam partidos portugueses<sup>233</sup>.

Nesta fase, o governo alemão apressou-se a disponibilizar apoio às novas autoridades, antes ainda da posse do I Governo Provisórios (MUÑOZ, 2016, p. 419). Uma das preocupações do Partido Social Democrata (SPD) alemão, no poder, foi que o PS se demarcasse claramente da linha ideológica do PCP, afastando "...de vez a ideia de uma possível frente popular em Portugal" (FONSECA, 2012, p. 98).

A segunda fase inicia-se com o 28 de Setembro e a subsequente demissão de Spínola, que assinalou uma escalada no processo revolucionário, com uma clara viragem à esquerda. Esta fase inicia-se com a visita de Willy Brandt a Lisboa (outubro de 1974), já então ex-chanceler na sequência dum escândalo de espionagem,

---

<sup>232</sup> Citando: FERREIRA, Cristina. "Da Revolução às Nacionalizações". "Público" (economia), 17-04-2000, p. III

<sup>233</sup> Esta conclusão é retirada a partir do relatório sobre as relações com Portugal do Departamento Político do Ministério dos Negócios Estrangeiros Alemão, 15/06/1974 – PAAA, 101436. Cit. por FONSECA, 2012, p. 98.

mas com carácter oficial, pois falou sempre em nome da RFA e trazia consigo uma mensagem do ministro dos Negócios Estrangeiros.

Nesta fase de radicalização, Bona esforçou-se por contrariar as tentativas norte-americanas de tratar Portugal como um pária no seio da NATO, discordando de que fosse excluído do Grupo de Planeamento Nuclear da aliança (FONSECA, 2012, pp 98-99).

O período seguinte ao malogrado golpe de 11 de março de 1975, acentuou alertas no governo da RFA, marcando o início duma terceira fase no relacionamento. Neste período, usando de todos os argumentos disponíveis, o governo alemão condicionou pela primeira vez a concessão de apoio económico à realização das eleições que estavam marcadas para abril. Além disso, convocou o embaixador da URSS e procurou a tomada de posições comuns ao nível da CEE. Com a realização das eleições, a Fundação Ebert (do SPD) apoiou o PS, enviando diversos consultores (foi também cedido um ao Partido Popular Democrático - PPD) (pp 98-99). Ao nível internacional, os alemães esforçaram-se por incentivar e coordenar uma posição conjunta dos países ocidentais, no sentido de pressionarem a URSS (p. 99).

No verão de 1975, aproveitando as conversações da Conferência para a Segurança e Cooperação na Europa, depois de apresentarem aos representantes da URSS os inconvenientes de um desvio revolucionário em Portugal, os líderes da Europa Ocidental reuniram-se em Estocolmo para concertarem posições, nascendo desse encontro o Comité de Amizade e Solidariedade para a Democracia e o Socialismo em Portugal, que tinha como prioridade o envio de ajuda financeira ao PS (CASTAÑO, 2012, p. 17).

As preocupações de Bona eram mais vastas do que Portugal. A viragem à esquerda que se segue ao 28 de Setembro,

despertou a preocupação da RFA, onde se temia se sobremaneira o possível efeito de contágio da frente antifascista que de facto dirigia Portugal sobre outros países do sul da Europa. Aí estava a gerar-se uma aproximação entre comunistas e socialistas, que Bona via como potencialmente desestabilizadora do status continental.

A inquietude da RFA aumentava com a postura resignada dos EUA frente à crise mediterrânica. Perdendo toda a influência na Grécia depois da queda do regime dos coronéis e incapaz de evitar a guerra no Chipre, a administração de Gerald Ford nascia sem o 'espírito de luta' necessário para travar o avanço da esquerda em Itália e Portugal, assim como enfrentar as mudanças que se avizinhavam em Espanha depois da morte do general Franco<sup>234</sup> (MUÑOZ, 2016, p 43).

---

<sup>234</sup> "...disparó la preocupación en la RFA, donde se temía sobremanera el posible efecto contagio del frente antifascista que de facto dirigía Portugal sobre otros países del sur de Europa. Allí se estaba produciendo un acercamiento de comunistas y socialistas, que Bonn percibía como potencialmente desestabilizador del status quo continental.



Frente à RFA, a revolução portuguesa aparece, assim, na órbita duma preocupação mais vasta, que incluía a estratégia de Bona iniciada em 1969, de ir ao encontro do bloco de leste com o objectivo final de alcançar a reunificação alemã.

Nesse esforço, Bona tem de conter os receios internos, num país marcado por uma década de confronto com Moscovo e certamente traumatizado por um sentimento de ameaça, materializado na construção do muro de Berlim, um dos maiores símbolos do confronto entre os dois blocos. Considerando que a ocupação de Praga pelo Pacto de Varsóvia tinha sido apenas há seis anos, a tomada do poder por um partido comunista no extremo ocidental europeu, seria capaz de gerar um sentimento de cerco e uma reacção nacional nos alemães que, politicamente explorada, teria todos os ingredientes para prejudicar as pontes que Bona estava a construir com Moscovo. Se essa ameaça se expandisse a toda a Europa mediterrânica, certamente haveria no eleitorado alemão uma reacção inviabilizadora dos esforços diplomáticos entretanto empreendidos.

É nesse contexto que Mário Soares encontrou em Willy Brandt o melhor parceiro para agitar o perigo do poder comunista em Portugal e um sócio de peso para fazer agir as restantes lideranças ocidentais. Perante uma certa apatia, foi Brandt quem insistiu junto de Ford e quem gerou um movimento europeu de apoio ao PS, então considerado como a única força política capaz de se opor a um Portugal comunista (MUÑOZ, 2016).

### **5.3.EUA: o lento despertar**

Tal como já vimos, o 25 de Abril apanhou o governo norte-americano desprevenido. O embaixador estava de férias nos Açores com mais algum pessoal diplomático, incluindo o adido militar, e a informação enviada a Nixon no dia 26 mostra um desconhecimento profundo dos meandros do processo.

Quando a revolução acontece em Portugal, as preocupações da dupla Nixon-Kissinger andavam muito longe. Depois dos acordos de Paris (1973), que levaram à retirada norte-americana do Vietname, a guerra ia cada vez pior para o sul; no médio-orientes o secretário de estado estava focado em curar as feridas da guerra de Yom Kipur e, claro, o presidente estava atascado no escândalo watergate, que levaria à sua renúncia a 9 de agosto de 1974.

Neste contexto, não surpreende que, quando Spínola se encontra com Nixon a 19 de julho nos Açores, tenha ficado surpreendido com a sua desatenção ao perigo que lhe apresentou duma ditadura comunista em Portugal:

---

*La inquietud en la RFA se acrecentaba por la actitud resignada de EEUU hacia la crisis mediterránea. Perdida toda influencia sobre Grecia tras la caída del régimen de los coroneles e incapaz de evitar la guerra en Chipre, la administración de Gerald Ford nació sin el 'espíritu de lucha' necesario para frenar el avance izquierdista en Italia y Portugal, así como para afrontar los cambios que se avecinaban en España tras la muerte del general Franco." (tradução minha)*

A impressão com que se fica ao ler o ‘relatório-resumo’ da entrevista (...) é a de uma ausência de eco por parte do ainda Presidente dos EUA aos consecutivos gritos de alarme lançados pelo presidente da Junta de Salvação Nacional, que chamam a atenção para o apoio que os comunistas em Portugal estariam a receber da União Soviética: ‘Entrando no campo geopolítico, o Presidente Spínola salientou a possibilidade de Portugal se transformar num País comunista e os reflexos desse facto na vizinha Espanha, cujas estruturas, em seu entender, haviam sido muito abaladas com a Revolução Portuguesa’ (FERREIRA, 2004, p. 151).

Frente aos comentários alarmistas de Willy Brandt nesse mesmo mês, Kissinger mostrar-se-ia pouco preocupado com a situação em Portugal.

Embora muitas vozes norte-americanas se tivessem erguido contra uma alegada intervenção soviética em Portugal, a do Dr. Kissinger foi, inicialmente, bastante cautelosa, mesmo branda, até Agosto de 1975. Por exemplo, em Julho, em Helsinquia, chegou ao ponto de quase justificar a União Soviética: ‘Devemos concordar que o desanuviamento não pode ser utilizado para pedirmos à União Soviética que resolva todos os nossos problemas [...]. Muitos problemas em Portugal têm raízes endógenas’ (citado por, FERREIRA, 2004, p.152<sup>235</sup>).

É famosa a teoria de Kissinger de que Portugal poderia servir como uma vacina para os países da Europa do sul, afastando-os das correntes de esquerda. O secretário de estado chegou a ensaiar uma política de isolamento que pretendia ser exemplar, tentando, numa cimeira da NATO em maio de 1975, convencer os países da Europa ocidental a ostracizar Portugal (SÁ, 2012, p.118)

Para compreender esta posição, devemos considerar o receio que os Estados Unidos tinham relativamente à fidelidade da própria RFA na sequência de Ospolitik. Em 1972 a CIA entregou um relatório a Kissinger, no qual manifestava sérias preocupações de que os russos poderiam estar a aproveitar as novas ligações à Europa ocidental, abandonando a aproximação a Washington e emergindo como a potência dominante no continente (HANHIMAKI, 2013, loc. 1429). Este era um receio que só pode ter aumentado com a má reação do velho continente à participação norte-americana na guerra de Yom Kippur, em outubro de 1973.

Quando, em abril de 1974, Kissinger anunciou o “Ano da Europa”, a iniciativa foi recebida com cepticismo pelos governos do outro lado do Atlântico, com reacções negativas de Georges Pompidou, Willy Brandt e do primeiro-ministro inglês, Edward Heath, que mais tarde, chegaria a dizer : “Kissinger anunciando o ano da Europa, foi como se eu, a partir de Trafalgar Square, anunciasse que estávamos a iniciar um ano para salvar a América” (citado por, HANHIMAKI, 2013, loc. 1456<sup>236</sup>).

---

<sup>235</sup> Coral Bell, *The Diplomacy of Détente – the Kissinger Era*, Londres, Martin Robert Son Ltd., 1977, p. 167 (APUD: FERREIRA, 2004, p. 152)

<sup>236</sup> HEATH, Edward. “Course of my Life”. London, Pimlico, 1998, p 43

Se a isto somarmos as aproximações entre socialistas e comunistas em França e entre democratas-cristãos e comunistas na Itália, podemos concluir que se estava a destruir o mito do inimigo-mortal comum e a fomentar um movimento centrífuga no mundo ocidental.

É talvez nesse sentido que devemos interpretar a oportunidade vislumbrada por Kissinger de transformar Portugal numa vacina para toda a Europa, fazendo-a sentir um cerco e provocando um choque na opinião pública, tendente a atraí-la de novo ao braço “protetor” do “amigo” norte-americano.

Mas os EUA tinham grandes dificuldades para entender a realidade portuguesa, já que as relações com Portugal antes da revolução se mantiveram quase exclusivamente na esfera da NATO e, ao contrário da Europa, não tinham ligações aos movimentos democráticos (SÁ, 2012).

Duma maneira geral, os historiadores deste período consideram que o interesse norte-americano mudou a partir da chegada a Lisboa do embaixador Frank Carlucci, em janeiro de 1975.

Diversa documentação e testemunhos, deixam claro que o novo embaixador contrariou a teoria da vacina e apostou por levar Portugal no caminho duma democracia de tipo ocidental. Por exemplo, no dia 2 de Abril de 1975 enviou um telegrama a Kissinger, onde se afirmava “...preocupado com informações de que está planeada uma acção armada nos Açores, por exilados portugueses em Espanha e pelo Movimento Açoriano de Autonomia”. Carlucci alerta a administração Ford para que “...grupos dissidentes de extrema-direita só podem prejudicar a política do Governo dos Estados Unidos na região, como já prejudicaram no continente”. Depois, lembra que foi uma acção destas a responsável pela radicalização da esquerda, levando à nacionalização da banca, e defendeu que os interesses norte-americanos nas lajes poderiam sair muito prejudicados. Por fim, o embaixador recomendou que “...se informe o grupo de exilados em Espanha de que os EUA não os apoiarão e podem até ser obrigados a apoiar o Governo português com transporte e equipamentos se tentam alguma acção nos Açores. Um aviso firme desta natureza – conclui - poderá ser a única coisa que dissuadirá este grupo”. Pede também autorização para informar o Governo de Portugal e para assegurar que os EUA se opõem firmemente a esta tentativa<sup>237</sup>.

Independentemente da influência do embaixador, os acontecimentos deixam claro que, perto do verão de 1975, os EUA inverteram a estratégia relativamente a Portugal:

a administração Ford decidiu agir diplomaticamente junto do Kremlin com o intuito de travar o apoio deste ao Partido Comunista, avisando diretamente Moscovo de que qualquer envolvimento em Portugal era contrário à *détente* e aos princípios consagrados no acordo assinado durante a ata final da Conferência de Helsínquia nesse ano. Num discurso proferido em Birmingham, Alabama, o

---

<sup>237</sup> Telegrama de Frank Carlucci de 2 de abril de 1975. CIA, LOC-HAK-206-1-2-9. (consulta 31 de março de 2018)

<https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/LOC-HAK-206-1-2-9.pdf>

secretário de Estado Kissinger avisou os soviéticos de que a América não aceitava que a URSS pudesse proceder a um desanuviamento selectivo, ou como um expediente para a obtenção de vantagens unilaterais, sendo que o seu envolvimento em Portugal era inconsistente com qualquer princípio de segurança europeia (SÁ, 2012, p. 118).

Sendo certo o papel de Carlucci na mudança de rumo da administração Ford, creio que os fatores determinantes se prenderam com as alterações na opinião pública norte-americana registadas nesse período. Se a segunda eleição de Nixon, com um expressivo resultado de 60%, se deveu ao êxito na condução dum política externa desanuviadora das grandes tensões acumuladas na década de sessenta, em 1975 a política de *détente* era claramente mal vista e bombardeada nos corredores do poder, a ponto de Ford ter deixado de usar a expressão (HANHIMAKI, 2013).

No desenvolvimento da *détente*, a administração Nixon teve de enfrentar uma opinião pública acostumada a ver a URSS como uma ameaça permanente”. (Segundo uma sondagem de 1968) “...apenas 34% dos eleitores (...) pensavam que acordos e cooperação entre os Estados Unidos e a União Soviética eram possíveis. No verão de 1971 esta posição aumentou para 52%. Portanto, quase metade dos americanos continuavam cétricos e não seriam demovidos sem provas concretas da cooperação soviético-americana<sup>238</sup> (HANHIMAKI, 2013, loc. 1072)

Por outro lado, os conflitos da Guerra Fria continuavam em diversos pontos do mundo. A anunciada derrota do lado americano em Angola contribuiu para criar na opinião pública a ideia duma cedência de terreno, sobretudo porque nesse mesmo ano caiu Saigão, seguindo-se as vitórias dos Khmeres Vermelhos no Camboja e do Pathet Laos.

Como consequência, a administração norte-americana estava a sofrer sérios obstáculos, e a *détente* ficou na mira de congressistas e senadores. A aprovação dos acordos SALT II foi adiada e colocaram-se tantos entraves ao tratado de comércio com a URSS, que Kissinger teria um vernáculo desabafo: “Os mesmos filhos da puta que nos conduziram para fora do Vietnam e disseram que seria imoral que interferíssemos com a política interna norte-vietnamita, agora tentam destruir a *détente* e afirmam que é nossa obrigação moral mudar as políticas internas soviéticas<sup>239</sup>” (citado por, HANHIMAKI, 2013, loc. 1686).

Nesta situação, em agosto de 1975 e nas vésperas de Angola ser um caso perdido, Ford não podia arriscar que o país mais ocidental da Europa saísse da órbita de Washington. A teoria da “vacina” já não tinha

---

<sup>238</sup> “In developing *détente*, the Nixon administration had to contend with U.S. public opinion accustomed to viewing de USSR as a permanent menace. (...) According to a Harris poll, in late 1968 only 34 percent of voters (...) thought that agreements and cooperation between the United States and the Soviet Union was possible. In the summer of 1971 this figure have gone to 52 percent. Still, almost half of Americans remained sceptical and would not be swayed whitout concrete evidence of Soviet-American cooperation” (Tradução minha)

<sup>239</sup> “The same sons of bitches who drove us out of Vietnam and said it would be immoral for us to tamper with de North Vietnamese internal system now try to destroy *détente* and assert that it’s our moral obligation to change internal Soviet policies” (tradução minha)

cabimento e tinha de se arrear caminho, sob pena de ser trucidado pela opinião pública e pelas duas câmaras. Washington mudou a sua política para Lisboa e Frank Carlucci foi o homem do momento, mas não quem o criou.

Como veremos, este início duma interferência cada vez mais clara dos EUA sobre a revolução portuguesa, irá ser bastante usado no Peru, com denúncias que procuravam comprovar a mesma atuação no país.

#### **5.4.Leste contra Leste**

##### **O catalisador oriental-alemão**

No bloco de leste, o grande apoio aos comunistas portugueses não foi prestado por Moscovo, mas por Berlim oriental, através do Partido Socialista Unido (SED). Segundo Tilo Wagner (2006), esse suporte passou por três fases: "...na primeira, os objectivos imediatos dos comunistas portugueses determinaram o rumo das relações internacionais; na segunda, o SED tornou-se um agente activo no processo revolucionário; e a terceira foi marcada por uma repentina retirada do apoio da Alemanha de leste ao PCP" (p. 80). Vejamos como tudo se processou.

A 16 de Maio de 1974 uma delegação do PCP chefiada por Sérgio Vilharigues visitou Berlim oriental, mantendo conversações com dirigentes do SED. Os comunistas portugueses queriam assegurar uma espécie de primazia no estabelecimento de relações diplomáticas entre Portugal e a RDA (p. 80). Devemos notar que, por essa altura, Mário Soares já se tinha deslocado com carácter oficial ao Reino Unido a 3 de maio, antes mesmo de tomar posse como ministro dos Negócios Estrangeiros do I Governo Provisório. Na mala de regresso, o secretário-geral do PS trazia o reconhecimento do governo britânico ao novo regime. Entretanto, como vimos, nos dias que antecederam a revolução, tivera conversações com o governo de Willy Brandt, com quem se iria encontrar no dia 25, não fosse a revolução fazê-lo viajar de emergência a Portugal (FONSECA, 2012, p. 97).

Os comunistas estariam conscientes do peso internacional do secretário-geral socialista e do risco que representaria deixar-lhe aberta a frente leste. Sabedores da forma como Soares estava a aproveitar os seus contactos entre social-democratas e socialistas europeus, isolando o PCP e conseguindo apoios que levariam a revolução no sentido que pretendia, os comunistas decidem usar como trunfo as relações privilegiadas que mantêm com os países de leste, nomeadamente com a RDA.

A partir da referida reunião em Berlim Oriental, os contactos entre o PCP e o SED intensificaram-se. O primeiro membro dum sindicato de leste a visitar Portugal, foi Werner Heilmann, da Confederação Livre dos Sindicatos Alemães (FDGB), vindo a Lisboa para se encontrar com dirigentes da intersindical. Na sequência desta viagem,

O FDGB não hesitou em colocar à disposição da intersindical apoio técnico no valor de 100 mil marcos a juntar a outros 100 mil marcos. Além disso, o sindicato da Alemanha de Leste enviou uma delegação a Portugal trazendo à Intersindical material de propaganda e informação sobre a história da FDGB. Em Novembro de 1974, a FDGB contribuiu com mais 100 mil marcos para a construção da empresa gráfica da intersindical que foi utilizada para publicar a revista *Alavanca* (WAGNER, 2006, p.81)

Em Dezembro de 1974, o SED enviou a primeira delegação dum partido comunista do leste a Portugal, chefiada pelo influente membro do politburo Hermann Axen, que participaria dum comício na Amadora ao lado de Álvaro Cunhal. O secretário-geral dos comunistas fez questão de sublinhar esse facto:

Nos anos negros do fascismo e da luta clandestina, o Partido Socialista Unificado da Alemanha e o povo da República Democrática Alemã, foram sempre activamente solidários para com a nossa difícil luta (...) Reciprocamente, o nosso Partido foi sempre activamente solidário para com o povo da R.D.A., na luta extremamente complexa, no plano interno e externo, para a construção de um Estado socialista alemão<sup>240</sup>.

Álvaro Cunhal sabia perfeitamente em que luta “extremamente complexa” estava a RDA nesse momento, um processo que basicamente passava pela sobrevivência como país, frente aos desejos reintegradores de Bona e às relações de cada vez maior proximidade entre a RFA e a URSS.

Quando Cunhal chegou do exílio soviético, vinha claramente com directrizes para, ao nível da estratégia política, não entrar em aventuras revolucionárias e procurar uma aliança com o PS. Sem o apoio da RDA, provavelmente o PCP não teria conseguido a força suficiente para iniciar a defesa cada vez mais acentuada duma política que ia muito além dessa linha e que teve uma clara identidade ideológica. Mas, a partir de julho de 1975, a situação muda: o apoio do SED termina abruptamente. O que aconteceu?<sup>241</sup>. Vejamos a seguir.

---

<sup>240</sup> Discurso de Álvaro Cunhal no comício de amizade partido Socialista Unificado da Alemanha – Partido Comunista Português, realizado na Amadora em 21-12-1974. (consulta 31-3-2018)

<https://1969revolucaoressaca.blogspot.pe/2014/12/1974-12-21-ppc-discurso-de-alvaro.html>

<sup>241</sup> A estratégia que Alvaro Cunhal foi tendo ao longo do período revolucionário, explica-se em grande parte por este avanço seguido de recuo da RDA. No dia 30 de Abril de 1974, Álvaro Cunhal, o mítico comunista da fuga de Peniche, desembarcava no aeroporto de Lisboa, depois de 14 anos de exílio na União Soviética. Tinha a recebê-lo Mário Soares, que lhe deu um abraço pouco retribuído, também alguns militares e uma multidão de comunistas. A revolução saíra apenas há cinco dias e, para o dia seguinte, anunciava-se uma grande manifestação para comemorar o 1º de Maio.

Sempre acompanhado a alguma distância pelo secretário-geral do PS, Cunhal preparava-se para prestar as suas primeiras declarações em Portugal depois duma longa ausência. Quem esperasse um líder revolucionário e radical, desiludiu-se: Os objetivos que apresentou foram gerais, pouco programáticos e praticamente consensuais. Quando lhe perguntaram o que sentia nesse momento, limitou-se a dizer que “Confiança, confiança em que o nosso povo em aliança com os militares do 25 de Abril conduzirão o nosso país no caminho da liberdade, da Democracia e da paz” (Esta e as declarações que se seguem foram prestadas no aeroporto de Lisboa no dia 30 de abril de 1974. Transcrevi-as a partir do arquivo da RTP - consulta 31-03-2018: <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/regresso-de-alvaro-cunhal/#sthsh.3NBTIDpl.dpbs>). Sem abrir o jogo ideológico, o líder dos comunistas não iria mais longe do que uma afirmação genérica: “Neste momento o futuro do nosso país está nas mãos de todos os portugueses que desejam pôr definitivamente fim aos restos de fascismo e assegurar ao nosso povo a independência, a paz e a liberdade”. Questionado como via a relação de Portugal com a Espanha franquista, revelou-se extremamente cauteloso: “Espanha é um país que teve laços muito estreitos, há muitos anos, com o governo português, mas pensamos que são possíveis relações de boa vizinhança dentro dos princípios da coexistência pacífica”. O mais longe que foi, e ainda assim não tanto, foi sobre o processo de descolonização:

Em África há um problema maior que é o problema dos territórios submetidos ao domínio colonial português. É conhecida a posição do nosso partido a esse respeito. Entretanto trata-se dum problema complexo na situação actual e nós procuraremos, dentro dos nossos pontos de vista, juntamente com as

---

outras forças progressistas do nosso país encontrar uma solução para o imediato, ou seja, o fim da guerra, a paz, com o reconhecimento do direito dos povos à independência

Perante a insistência dos jornalistas em busca de alguma controvérsia, mas ainda com uma clara inexperiência no exercício da profissão em liberdade, quando lhe perguntam se considerava o programa do PCP compatível com o do MFA, Cunhal voltou a contornar a polémica: “Nós achamos conciliável o programa de todos os portugueses que querem assegurar para o nosso país um futuro diferente daquele que têm vivido até hoje”. E foram estas as primeiras declarações do secretário-geral do Partido Comunista, quando acabava de aterrar na revolução.

Nesse mesma tarde, Cunhal reuniu-se com Spínola e, no dia seguinte, fez o seu primeiro discurso, novamente ao lado de Mário Soares, na comemoração do 1º de Maio. O tom conciliador manteve-se: Além de apelar à urgência da organização, afirmou o seguinte: “Apesar de que ninguém mais do que nós, os comunistas, sofreu a repressão fascista, muitos do sangue, a liberdade e a vida, não nos anima o espírito de vingança” (“Discurso de Álvaro Cunhal no 1º de Maio 1974 em Lisboa. Disponível no Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra - consulta 31-03-2018: [http://www.cd25a.uc.pt/media/pdf/Biblioteca%20digital/Discurso%20de%20Alvaro%20Cunhal%20no%201%20de%20Maio\\_Nreg%208991net.pdf](http://www.cd25a.uc.pt/media/pdf/Biblioteca%20digital/Discurso%20de%20Alvaro%20Cunhal%20no%201%20de%20Maio_Nreg%208991net.pdf)). Quase a terminar, apelou à unidade de todos os portugueses:

Unidade dos trabalhadores. Unidade do povo. Unidade de comunistas, socialistas, católicos, liberais (a frente unitária que vem do tempo da ditadura) unidade de todos sem excepção que, nesta hora decisiva para o futuro de Portugal, querem lutar para consolidar os resultados históricos alcançados com o movimento de 25 de Abril e nos seis dias que estão decorridos.

Analisados estas intervenções, parecem claros os objectivos com que Cunhal chegava de Moscovo: Primeiro, apostar numa aliança com a esquerda socialista, o que implicava não radicalizar o discurso e apelar à união; segundo, defender uma descolonização que beneficiasse os movimentos independentistas apoiados por Moscovo.

O PCP foi um partido profundamente conectado com a URSS país que o recebeu Cunhal em 1960, como exilado, depois da fuga de Peniche. Cunhal foi um dos primeiros dirigentes comunistas a apoiar a invasão de Praga e sempre esteve próximo de Moscovo. Não me parece crível que este caderno de encargos não tivesse sido definido antes do regresso a Portugal.

Esta procura de uma plataforma entre diversas forças que não incluíssem apenas o proletariado, foi uma constante das intervenções do secretário-geral do PCP até ao fim do período revolucionário. Tal perspetiva não é alheia à estratégia delineada desde o VII Congresso da Internacional Comunista (1935), onde se estabeleceu uma “...política de ampla aliança entre a classe operária e os sectores da burguesia que o relatório (Relatório Dimitrov) considerava derrotados pela ascensão do nazismo” (VARELA, 2010, p. 50). Este modelo, que sobreviveu à II Guerra, significava a opção por uma ‘via pacífica para o socialismo’ (p. 51) e, apesar de interrompida pelo confronto dos anos sessenta, será restabelecido no final dessa década, desembocando na *détente* que levou aos acordos de Helsínquia de 1975.

Nesta linha,

A história das orientações políticas do PCP desde a segunda metade da década de 1930 vai ser a história das alianças com os sectores considerados ‘progressistas’ da burguesia nacional. Logo em 1936, o PCP lança a Frente Popular Portuguesa, e em 1943, o Movimento Nacional de Unidade Anti Fascista (MUNAF). Nesse ano o II congresso do PCP, realizado no Monte Estoril, reafirma a frente popular como política central do partido junto com a infiltração nos sindicatos nacionais e o levantamento nacional. Em 1945 a frente é o Movimento de Unidade Democrática (MUD). A aliança continua até 1949 em torno da candidatura de Norton de Matos e, mais tarde, em 1958, da de Humberto Delgado (VARELA, 2010, p. 51).

A nível internacional, já vimos a resposta conciliatória que Álvaro Cunhal deu sobre a Espanha franquista. Mas o PCP irá mesmo mais longe e, em junho de 1974, referindo-se à NATO, defende que deve haver “respeito pelos compromissos internacionais decorrentes dos tratados em vigor” (“Portugal e a OTAN”. In: “Avante!”, série VII, 20 de junho de 1974, p. 4 - APUD: VARELA 2010, p. 53).

Apesar de que manterá a mesma estratégia de apelo à união de amplos sectores da sociedade, nomeadamente da pequena e média burguesia, no dealbar de 1974 começa a alterar o discurso tendencialmente consensual, radicalizando-o progressivamente num ataque cerrado aos detentores do poder financeiro.

Num discurso na Amadora, a 21 de dezembro de 1974, admite que “Tendo em conta todos os fatores que intervêm na situação política, podemos admitir que a grande coligação civil-militar que governa o país não coloque já como medida imediata a nacionalização da banca privada”.

Mas, para que, sem a nacionalização da banca privada, possa ser assegurado não só o desenvolvimento económico e financeiro mas a própria estabilidade económica e financeira, para que possa com eficiência ser posto termo à efectiva sabotagem económica do processo democrático é indispensável assegurar o papel dirigente, concreto e coordenado da banca nacionalizada, o efectivo controle pelo Estado da actividade da banca privada, a actividade rápida, firme e operativa do Estado, indo até à nacionalização, se se verificar que tal ou tal banco não cumpre as suas funções para com a comunidade nacional e pratica formas directas ou indirectas de sabotagem económica (Cunhal, Álvaro. “Discurso de Alvaro Cunhal. Comício do PCP 7/12/1975. Lisboa/Campo Pequeno” - consulta 31-03-2018: [https://www.dori.pcp.pt/images/classicos/cunhal/acunhal\\_cpequeno.pdf](https://www.dori.pcp.pt/images/classicos/cunhal/acunhal_cpequeno.pdf)).

A 2 de fevereiro de 1975, na antevéspera da radicalização que se seguiu à tentativa de golpe de 11 de março, foi muito mais longe, encerrando uma Conferência Unitária de Trabalhadores, com as seguintes palavras premonitórias:

[A conferência] Revelou que os trabalhadores portugueses olham para os problemas da actualidade com uma perspectiva mais ampla. Se formos ver as conclusões das comissões, quase todas elas concluíram pela necessidade das nacionalizações. E não apenas nacionalizações. Foi ajuntado alguma coisa mais. Ou seja, que essas nacionalizações somente teriam sentido se fossem sob o controlo, sob a direcção dos trabalhadores. Ora isto, camaradas, é uma perspectiva de socialismo. E isto não foi apenas afirmado em relação a tal ou tal empresa em dificuldade, mas em relação a muito mais amplos sectores. Quer isto dizer que a classe operária está pronta para o socialismo (Cunhal, Álvaro, 1975, “Discursos políticos – III (Dezembro, 1974/Março, 1975)”, Lisboa, Ed. Avante!, pp.72-73 cit. Por NORONHA, 2011, p. 332)

Entretanto dá-se a tentativa de golpe a 11 de Março, cuja ressaca originou uma onda de nacionalizações e um processo de radicalização durante o qual o pacto com o MFA é imposto aos partidos, como contrapartida à realização das eleições para a Assembleia Constituinte a 25 de abril de 1975.

Essas eleições representaram uma clara vitória para os partidos defensores do modelo ocidental e, portanto, uma derrota para o PCP. Pouco depois, em Maio de 1975, rebentou o caso “República”, jornal ligado ao PS que foi ocupado pelos trabalhadores. Soares acusa o PCP de estar detrás da manobra e suspende a participação no Conselho de Ministros. Álvaro Cunhal dará mais um passo no Conselho da Revolução, considerando que esta atitude punha em causa o pacto MFA-Partidos e, portanto, a continuidade da Assembleia Constituinte eleita. Nas palavras do secretário-geral do PCP, o processo eleitoral não podia contrariar o processo revolucionário (Ata do Conselho da Revolução, 23/5/1975, FMS, pt. 02975.13. APUD: CASTAÑO, 2012, p. 16).

Entretanto, na sequência do caso “República”, cai o IV Governo Provisório. Segue-se o V, que toma posse a 8 de agosto de 1975, também com Vasco Gonçalves a primeiro-ministro. Um dia antes, um grupo de nove membros do Conselho da Revolução liderados por Melo Antunes demarca-se do processo revolucionário e afasta-

## O travão soviético

Há vários meses que o Kremlin era pressionado pelos países ocidentais para cortar o apoio ao Partido Comunista. O grande interesse da URSS em Portugal era Angola e, no Verão de 1975, as peças no tabuleiro africano pareciam garantir a toma do poder pelo MPLA. De qualquer forma, Portugal já não tinha influência no desfecho da independência e a luta travava-se aos níveis regional e das duas potências, com clara vantagem para os soviéticos.

Nesse sentido, Portugal em si perdia interesse estratégico primordial na URSS. Para o Ocidente, pelo contrário, era essencial, tanto simbólica como estrategicamente.

Além disso, as duas potências nunca pisaram o risco traçado em lalta e, pelo contrário, sempre o respeitaram. Só isso pode explicar o à-vontade com que Moscovo invadiu a Hungria (1956) e a Checoslováquia (1968). Nesse sentido, Portugal era claramente um país da zona de influência ocidental. Promover o contrário numa altura em que se procedia a um desanuviamento, seria um passo muito arriscado e poderia provocar uma

---

se da solução governativa encontrada. Este será o único governo que contará apenas com o apoio do PCP. Mário Soares, provavelmente informado das pressões que estavam a ser exercidas pelo ocidente sobre Brejnev (de que falarei adiante), não aceita fazer parte nem apoiar. Quanto a Cunhal, seguramente já tinha sentido o fim do apoio da RDA (de que também falaremos), o que terá levado a perceber que a luta revolucionária estava perdida e a iniciar dum processo de moderação. Segundo raquel Varela, que estudou a história do PCP, "O *Avante!* nunca teve uma capa de explícito apoio ao V Governo ou a Vasco Gonçalves, mas sai um *Avante!* Especial de questionamento desse mesmo Governo" (VARELA, 2010, p. 226)

Na sequência desta inflexão, o mesmo *Avante!* publica a 11 de agosto um relatório de Álvaro Cunhal ao Comité Central. O secretário-geral considera que a crise política está em risco de provocar uma guerra civil que o PCP não quer. Face a isso, defende a criação urgente duma nova coligação governamental e, entre as medidas prioritárias, propõe o saneamento do aparelho de Estado, uma política de austeridade, o controle do défice, medidas de fomento da produção, a defesa das nacionalizações e da reforma agrária. O aspeto mais significativo é, talvez, o da política internacional, campo em que se mostra favorável à manutenção de boas relações com o mercado comum, a Espanha e o respeito pelos tratados internacionais (o que inclui a NATO) (VARELA, 2010, p. 228).

O esforço de afastamento do radicalismo prossegue em várias frentes. Apenas três dias depois do Grupo dos nove se ter demarcado do processo revolucionário, num comício em Alhandra,

Cunhal trata de convencer o partido de que o Grupo dos 9 é uma força que 'pode ser recuperada para o processo revolucionário' e que não vai apoiar a esquerda militar e ainda que há o risco de este sector se voltar contra o partido: 'A esquerda militar ficou bastante animada (a nosso ver sem razão) com a decisão que foi tomada pelo Directório no sentido de que os conselheiros signatários do Documento Melo Antunes fossem afastados do Conselho da Revolução' (Varela, 2010, p.234).

Este processo de afastamento do período revolucionário prosseguirá até que, em dezembro de 1975, no rescaldo do golpe de 25 de novembro, que orientou definitivamente Portugal no sentido duma democracia ocidental, Cunhal faz um discurso no Campo Pequeno (7-12-1975), onde culpa os radicalismo pela situação a que se chegou:

Esses sectores (da esquerda militar), na luta contra a direita, aliaram-se com sectores esquerdistas pseudo-revolucionários, cujo radicalismo, divisionismo, exaltação verbal voltada para uma solução de força de tipo *putchista* contribuiu para dificultar e de certa forma impedir uma solução política da crise - tal como o PCP defendia - através de negociações e da reunificação das várias tendências do MFA e de uma remodelação dos órgãos de poder (Cunhal, Alvaro. "Discurso de Alvaro Cunhal. Comício do PCP 7/12/1975. Lisboa/Campo Pequeno" - consulta 31-03-2018:

[https://www.dori.pcp.pt/images/classicos/cunhal/acunhal\\_cpequeno.pdf](https://www.dori.pcp.pt/images/classicos/cunhal/acunhal_cpequeno.pdf).

Depois faz um apelo a que o movimento operário procure "Não mais se deixar embalar pela propaganda do tudo já, já, tudo imediato, numa revolução sem fases nem etapas", e apela a uma união das diferentes correntes antifascistas que considera capazes de resistir:

As possibilidades reais de reunificação do MFA e da formação duma frente de resistência ao fascismo, da defesa das liberdades e da revolução, passa não só pela revisão da política de alianças do PS e de certos sectores moderados do MFA, como também pelo combate ao aventureirismo esquerdizante e pseudo-revolucionário, na base da rica e dolorosa experiência recente da revolução portuguesa.

Em suma, o PCP assumia-se como um partido da democracia representativa, procurando estabelecer alianças com o PS e fazer a ponte com os militares moderados, ou seja, o chamado Grupo dos nove, que desde agosto se afastara da esquerda militar. Marca também uma clara fronteira que o separa duma esquerda a que chama pseudo-revolucionária.

Temos, assim, que o discurso do PCP tem uma evolução, que começa com um moderado apelo à união dos portugueses, vai progressivamente radicalizando-se, até atingir o pico a seguir ao 11 de Março. Começa depois a baixar o tom a partir de agosto, até que, no rescaldo do 25 de Novembro, se enquadra totalmente no sistema de democracia representativa, ainda que continuando a defender um papel para os militares, nos quais inclui os moderados do Grupo dos nove.

O que mudou durante este período? Uma vez mais, não conseguimos entender a realidade nacional, se não voltamos a orientar o foco para a frente internacional, nomeadamente para o binómio Ocidente-Leste e, dentro deste, para as relações entre as duas alemanhas e para o papel que a URSS desempenhou nessas relações.



reação em cadeia nas opiniões públicas ocidentais, que forçaria um recuo dos respectivos governos, ao arrepio dos interesses de Moscovo. Uma coisa eram os enfrentamentos entre as duas potências na Ásia, em África e no Médio Oriente, outra bem diferente seria cravar um punhal diretamente no coração do Ocidente. Aliás, como vimos, os EUA já estavam a braços com uma contestação interna à política da *détente* e a RFA não estava livre de enfrentar uma onda interna contrária ao relacionamento com Moscovo.

Por outro lado, o sustentáculo do PCP nem sequer era a URSS, mas a RDA, ela mesma com preocupações opostas às do Kremlin: Berlim Oriental sentia-se ameaçada pela aproximação de Brejnev a Bona e interessava-lhe usar Portugal para prejudicar essa relação. Curiosamente, quando Mário Soares pede ajuda a Willy Brandt, exagerando que se preparava uma revolução comunista em Portugal, conseguiu o apoio que desejava, mas é provável ter, ao mesmo tempo, motivado um auxílio da RDA ao PCP.

As dissonâncias entre a URSS e a RDA sobre as relações com o Ocidente já se faziam sentir desde 1969, quando Moscovo e Berlim Oriental tiveram pontos de vista divergentes sobre o novo governo que resultou da coligação entre o SPD e o FDP. Os dois partidos alemães-ocidentais defendiam um recomeço das relações com o Leste, apesar da invasão da Checoslováquia, o que agradava ao Kremlin (SODARO, 1988, p. 56). Também nesse ano, quando as tropas soviéticas se enfrentaram com as chinesas nas margens do rio Ussuri, o governo da RDA procurou implicar Bona nestas manobras, mas os jornais soviéticos desvalorizaram tal conclusão (p. 56).

Em 1970, a URSS começou a negociar com a RFA o fornecimento de tubo de aço de grande diâmetro para oleodutos e gasodutos (p. 58). O objectivo da relação entre Bona e Moscovo tinha uma linha de rumo e, à medida que o desejo reunificador de Brandt se tornava claro, a ameaça à integridade da RDA começava a ser cada vez mais concreta. Por esse tempo Walter Ubricht, o presidente do Conselho de Estado leste-alemão, começou a proclamar que o bloco deveria construir o socialismo pelos seus próprios meios (p. 56)

Não surpreende, portanto, que os financiamentos da RFA ao PS tenham feito soar os alarmes em Berlim Oriental e que a RDA começasse a atacar publicamente esse apoio, ao mesmo tempo que ela própria era o principal suporte do PCP. O objectivo não era provavelmente português: a ameaça dum Portugal comunista, seria suficiente para criar um choque na opinião pública federal-alemã, gorando as aproximações entre Bona e Moscovo.

Infelizmente para os desejos da liderança leste-alemã, a *détente* era para Moscovo muito mais do que uma mera negociação política. Fazia parte dum plano económico no qual também a própria URSS estava a jogar a sua sobrevivência<sup>242</sup>.

---

<sup>242</sup> Para percebermos o comportamento da URSS em Portugal, temos de entender os condicionalismos económicos com que se encontrava Moscovo. A década de sessenta começava com uma optimista euforia na União Soviética. Havia razões para isso, nos 43 anos que passaram desde a Revolução de Outubro, a Rússia tinha passado de ser um país atrasado e com um sistema quase feudal, para ocupar o lugar de segunda economia mundial. Nesse período, o país tinha ganho uma guerra,

Neste contexto, não surpreende que Brejnev tenha mandado parar qualquer intervenção em Portugal, forçando Berlim Oriental a suspender a colaboração com os comunistas portugueses. Segundo parece, terá dito a Erich Honecker que “não pretendia desistir da sua estratégia de *détente* por uma mão cheia de comunistas portugueses ansiosos” (SÁ, 2012. p. 116)... O Partido Comunista Português ficava subitamente entregue apenas a si próprio.

---

dividido o mundo com a outra potência, à qual ganhou uma série de corridas: No espaço tinha conseguido colocar o primeiro satélite artificial (1957), colocar o primeiro animal n (1957), o primeiro ser humano (1957) e fez a primeira alunagem não tripulada (1959). No campo militar, os soviéticos criaram o primeiro míssil intercontinental (1957) e desde 1949 que possuíam a bomba atômica. Ao nível geoestratégico, desde 1958 que a vitória de Fidel Castro era um espinho cravado à porta do rival americano, sobretudo a partir de 1961, quando a inabilidade de Kennedy na baía dos porcos, não fez mais do que conduzir Cuba para a órbita soviética.

Com tantas vitórias sobre o ocidente, não admira que em 1961, no 22º Congresso do Partido Comunista da URSS, um Nikita Kruchev cheio de confiança proclamasse alto e bom que Moscovo só precisava de mais 20 anos para se tornar numa economia maior do que todo o mundo capitalista e com padrões de vida superiores (CIA, 1985, p. 4).

Apesar deste otimismo, dez anos depois as previsões de Kruchev estavam longe de alcançadas e a economia sofria duma estagnação que os diferentes programas não conseguiam ultrapassar.

Em 1985 a CIA fez um relatório secreto, desclassificado em 1999, no qual estabelece uma comparação entre as economias dos dois países. Mikhail Gorbachev chegava ao poder nesse mesmo ano, com um programa de reformas económicas e políticas que deixavam claras as profundas debilidades do aparelho produtivo. Esta mudança nunca chegou a ter condições políticas para avançar com êxito e terminaria com o desmembramento e extinção da própria União Soviética, no último dia de 1991.

Neste relatório fazem-se diversas comparações e análises, entre as quais distingo as seguintes (CIA, 1985):

- 1.A URSS tinha 8,5 vezes mais força laboral na agricultura e 40% mais terras agrícolas e pastos. No entanto, desde finais de 1970 não era capaz de satisfazer as necessidades nacionais
- 2.As máquinas assistidas por computador estavam 3 a 4 anos atrasadas relativamente às ocidentais.
- 3.Estava 7 a 8 anos atrasada em *mainframes* e 4 a 6 no desenvolvimento de microcomputadores
- 4.Entre 1960 e 1970, a URSS foi exportadora de grãos e carne, mas uma década depois era o maior importador do mundo
- 5.Desde 1950, em todos os planos quinquenais o crescimento económico foi inferior ao do plano anterior. E, 1951-1955 tinha sido de 10,1%, enquanto o de 1971-1975 de 5,9%.
- 6.O crescimento económico diminuiu todos os anos a partir de meados dos anos sessenta.
- 7.Nos anos sessenta e metade dos setenta as taxas de crescimento da URSS foram superiores às dos EUA, um padrão que se inverteu a partir de então
- 8.Longe de se ter tornado a maior economia do mundo como previra Kruchev no discurso de 1961, em 1985 o PIB da URSS era equivalente ao dos EUA em 1965.

Numa Mazat (2013) estudou a evolução da economia da URSS, concluindo que no pós-guerra houve três fases claramente identificáveis: A primeira vai de 1950 até 1970 e corresponde a uma acumulação extensiva de capital, com crescimento da produção; na segunda (1970-1985) verifica-se uma desaceleração do crescimento; a terceira e última começa com as reformas de Gorbachev e termina com a extinção da URSS em 1991 (pp 83-84).

Se considerarmos que as taxas de crescimento vinham baixando de plano quinquenal para plano quinquenal desde 1950 (CIA, 1985), compreendemos que, desde finais da década de sessenta, Moscovo estava a tentar perceber a situação e a procurar alternativas. Nesta conclusão, não é despiciente que a queda mais acentuada do crescimento tenha começado a partir de 1968 (MAZAT, 2023, p.96). Além disso, a produtividade de todos os sectores era inferior à dos países ocidentais, gastando-se em 1970 1,6 vezes mais energia e 2,1 vezes mais matérias-primas que os EUA para produzir o mesmo produto (p. 102). Não é difícil relacionar esta menor produtividade com os atrasos tecnológicos que antes enumerei e que são referidos pelo relatório da CIA

À entrada da década de setenta, a URSS estava com um problema de duplo esgotamento: Esgotamento das reservas de mão de obra, já que havia um pleno emprego associado a uma grande indisciplina laboral; esgotamento das reservas de matérias-primas de baixo custo, tanto ao nível de jazidas como de campos petrolíferos, obrigando a fazer exploração em zonas mais remotas e exigindo tecnologias mais complexas que o país não dominava (MAZAT, 2013).

Os líderes soviéticos identificaram este problema e, a partir dos anos 1970, estavam convencidos da necessidade de adotar um regime de acumulação intensiva, focado no aumento da 'eficiência'. Neste novo regime, a ênfase maior passaria a ser na qualidade e no custo e não apenas na quantidade do que fosse produzido e a chave do crescimento da economia viria da aceleração do crescimento da produtividade do trabalho a partir da incorporação de inovações tanto de processo quanto de produtos, aproveitando em particular a chamada “revolução científica e tecnológica” (o que hoje chamamos tecnologias da informação) que estava em curso no mundo (p.108).

Numa Mazat (2013) mostra como a urgência de aumentar a produtividade levou a URSS a precisar de importar cada vez mais tecnologia do ocidente, numa transacção em que o bem de troca de que dispunha era o petróleo que, por seu turno, para ser extraído estava a exigir cada vez mais tecnologia.

Mas esta dupla necessidade, importar cada vez mais tecnologia ocidental e receber cada vez mais petrodólares, dependia dum desanuiamento da relação geopolítica. E assim percebemos que a política de *détente* era essencial para o crescimento económico soviético, aliás, para a sobrevivência do próprio país e do seu império, como ficou claro com a extinção da URSS em 1991, na sequência do relançamento da guerra fria em 1979, com o consequente falhanço da estratégia.

Nestas circunstâncias fica claro porquê, no verão de 1975, um Brejnev pressionado pelo ocidente deixou claro ao governo da RDA que tinha de parar o apoio ao PCP, porque, terá dito a Erich Honecker, “...não pretendia desistir da sua estratégia de *détente* por uma mão cheia de comunistas portugueses ansiosos” (SÁ, 2012. p. 116).

### **5.5. Não-Alinhados: a terceira frente**

No seio do conflito entre os EUA e a URSS, cada potência contava com aliados internacionais que tinham uma posição mais ou menos incondicional. No entanto, os processos de descolonização que a Europa se vê obrigada a concretizar depois da II Guerra, fazem emergir uma série de novos países que, juntando-se a outros mais antigos, procuram uma via alternativa aos dois blocos. Gradualmente, estes países ganharam força numérica na ONU e estavam dispostos a afirmar-se como uma realidade com características próprias.

O regime salazarista estava bem consciente das dificuldades que isto acarretaria. Por exemplo, em agosto de 1947, o embaixador em Washington Pedro Teotónio Pereira, escrevia ao presidente do conselho (citado por: ALEXANDRE, 2017):

Há quinze dias que estou neste país e já tenho aprendido muita coisa.

Vejo, por exemplo, que nas Nações Unidas cada dia ganham mais força estes países novos que necessariamente nos odeiam. Agora é a Síria que preside ao Conselho de Segurança (...).

Não vejo fenómeno mais grave do que a presença em massa desses novos pseudopaíses. É uma Jacquerie em marcha (p.199).

Num artigo no *L'Observateur* o sociólogo francês Alfred Sauvy (1952) foi o primeiro a teorizar a existência dum terceiro grupo de países mais além da força centrípeta de Washington e Moscovo. Segundo Sauvy “Costumamos falar de dois mundos frente a frente, da sua possível guerra, da sua coexistência etc, esquecemos muitas vezes que existe um terceiro, o mais importante e, em suma, o primeiro na cronologia. Trata-se do conjunto daqueles a que se chama, num estilo Nações Unidas, países sub-desenvolvidos”<sup>243</sup>.

Ao nível de Estados, o grande exemplo para o incremento duma terceira via independente de Moscovo e de Washington, foi dado pela China quando, em 1957, iniciou um processo de afastamento relativamente à influência soviética. Apesar de que o gigante asiático nunca viria a ser parte do Movimento dos Não Alinhados, na raiz da mudança de atitude frente à URSS, estava a convicção de que cada país deveria procurar a sua própria fórmula política, uma ideia que é a base do terceiro mundismo e, como vimos, também do tipo de nacionalismo que revestiu a revolução peruana.

Segundo Arne Westad (2017), foi o próprio Krushev quem abriu a porta a esta autonomização, quando, no vigésimo congresso soviético, em 1956, criticou o centralismo estalinista e desafiou todos os países a encontrarem a sua própria via para o socialismo (p.241).

Para os líderes do Terceiro Mundo, a Guerra Fria era um sucedâneo do sistema colonial. Era uma tentativa dos europeus de regular e dominar os assuntos dos outros, de lhes dizer como se deveriam

---

<sup>243</sup> “Nous parlons volontiers des deux mondes en presence, de leur guerre possible, de leur coexistence, etc., oubliant trop souvent qu’il en existe un troisième, le plus important, et en Somme, le premier dans la chronologie. C’est l’ensemble de ceux qui l’on appelle, en style Nations Unies, les pays sous-développés”. (Tradução minha)

comportar e o que deveriam fazer. Ainda que muitos dos novos Estados independentes desconfiassem do capitalismo porque era o sistema que os seus domimadores coloniais lhes tinham tentado impor, na maior parte dos casos não estavam preparados para ver o comunismo soviético como uma alternativa. Parecia-lhes muito regulado, muito absolutista, ou simplesmente muito europeu para Estados pós-coloniais<sup>244</sup> (p.262).

Já em 1955, na Conferência de Bandung, a China debateu problemas comuns ao lado dos líderes de 29 países asiáticos e africanos, a maioria dos quais tinham recentemente deixado de ser colónias, se exceptuarmos os casos da própria China, do Egipto, Japão, Tailândia e Turquia. Esta conferência é considerada o ponto de partida para as ideias terceiro-mundistas (p.270). Finalmente em 1961, na Jugoslávia, é fundado Movimento dos Não Alinhados, que junta inicialmente 25 países interessados em seguir uma via alternativa à das duas potências da Guerra Fria.

O Peru entrou nesta organização com observador em 1970, como membro em 1973 e a 25 de agosto de 1975 organizou a V Cimeira de Ministros de Relaciones Exteriores do NOAL. O discurso de abertura de Velasco Alvarado seria o seu último como chefe de Estado, já que a 29 dá-se o golpe que o destituiu e o encontro seria encerrado pelo seu sucessor.

A presença de Rosa Coutinho e o destaque que lhe é dado na imprensa peruana, mostra bem que o caso português estava a ser seguido de perto pelos não-alinhados. Como vimos, quando o jornalista peruano Mirko Lauer foi a Portugal em abril de 1975, levava também a missão de contactar o almirante e perguntar-lhe se estaria disponível para participar como convidado. Terá sido ante uma resposta positiva que lhe foi enviado um convite oficial.

A questão terceiro-mundista era, aliás, algo que, de certa forma, unia tanto os militares moderados do Grupo dos Nove, liderado por Melo Antunes, como a sua rival esquerda militar, de Otelo ou Rosa Coutinho. Curiosamente, sabemos muito pouco sobre o impacto que a revolução portuguesa teve na generalidade destes países. A reação em vários países dos blocos da guerra fria está relativamente bem estudada. Este trabalho pretende contribuir para que a reação do terceiro mundo à revolução portuguesa possa ser melhor conhecida. Que a possibilidade de Portugal ser um país não-alinhado gerou grande expectativa no NOAL, não devemos ter dúvidas. Num ofício 7 de novembro de 1974, o embaixador do Peru em Lisboa chegava a relacionar a intensificação das relações entre Portugal e os países árabes, como podendo significar que Lisboa estava interessada em ceder-lhes da Base das Lajes em troca de apoio. Lembremos que, por essa altura, o

---

<sup>244</sup> "To third world leaders the Cold War was na outgrowth of the colonial system. It was an attempt by Europeans to regulate and dominate the affairs of others, to tell them how to behave and what to do. Even though many in the newly independent states distrusted capitalism because it was the system their colonial masters had tried to impose on them, in most cases they were not ready to embrace Soviet-style Communism as an alternative. It seemed far too regimented, too absolutist, or simply too European for postcolonial states". (Tradução minha)

nacionalismo pan-arabista de Nasser, falecido quatro anos antes, estava ainda muito vivo, apesar do desaire da Guerra dos seis dias.

Grande parte destes países eram membros do NOAL, e o embaixador não deixa de relacionar esta aproximação com esse fator:

*Significará esto que Portugal, sin apartarse de los compromisos internacionales anteriormente asumidos pretende desligarse de la órbita norteamericana? (...).*

*La tesis del no alineamiento cuenta con decididos defensores en los diversos círculos políticos lusitanos, inclusive en los medios cercanos al Movimiento de las Fuerzas Armadas (...). Portugal, por las raíces que conservaba en África y, de un modo general en el Tercer Mundo, constituye un centro giratorio ideal para las conexiones entre Europa y los demás continentes.*

Por muito fantasiosa que possa parecer a tese de Portugal ceder a Base das Lages aos mesmos árabes que tinham recentemente enfrentado directamente Israel e indirectamente os Estados Unidos, na Guerra de Yom Kippur (outubro de 1973), o facto do embaixador colocar a possibilidade significa que, nas suas conversas com outros diplomatas acreditados em Lisboa, nomeadamente com os dos países não-alinhados, as expetativas estavam altas e esta possibilidade era encarada como séria.

## **5.6. Conclusões**

A revolução dos cravos foi um acontecimento eminentemente nacional, motivado por razões endógenas, que se prendiam com a guerra do ultramar e com o receio das forças armadas de serem novamente bodes expiatórios numa provável derrota na Guiné, tal qual acontecera com Goa em 1961.

No entanto, num contexto mundial muito complexo, era impossível que o movimento militar não fosse rapidamente internacionalizado. Com o golpe de 25 de novembro de 1975 termina o Período Revolucionário em Curso e afirma-se definitivamente a democracia representativa de tipo ocidental. Foi este remate que permitiu a adesão à CEE, levando a que o país seja hoje um membro plenamente integrado na União Europeia.

Este desfecho foi consequência dos jogos internacionais de poder em 1974-1975 e estiveram dependentes dos seguintes fatores:

1. A RFA de Willy Brandt seguia um objectivo de reunificação, que implicava o desanuiamento das relações com a URSS e uma política de cooperação económica bilateral. Nesse âmbito, qualquer sovietação dum país europeu-ocidental seria explorada pela oposição interna e inviabilizaria a estratégia de relacionamento com Moscovo. Brandt seria, por esse motivo, o

líder europeu mais receptivo aos apelos exageradamente dramáticos de Mário Soares, mobilizando vontades no ocidente e pressionando a União Soviética.

2. A RDA sentia-se ameaçada pelos objectivos da RFA que, além de lhe retirarem a primazia na relação com Moscovo, continham uma meta reunificadora que significariam a sua própria extinção como país. Procurando prejudicar a ligação Bona-Kremelin, a liderança oriental-alemã decide apoiar o PCP, incentivando uma radicalização do processo em Portugal, que pudesse indispor os eleitores federal-alemães contra Moscovo, levando Bona a arrepiar caminho.
3. A URSS tinha em mãos um grave problema estrutural da sua economia, que seria insuperável sem aumentos substanciais da produtividade, os mesmos que não seriam possíveis sem importação de tecnologia ocidental e exportação de petróleo. Nesse sentido, Brejnev apostava todos os trunfos no desanuviamento de relações que tinham sido muito tensas na década de sessenta. É por isso que, pressionado pelo Ocidente, decide que Portugal não vale a *détente* e dá ordens explícitas a Honecker para que acabe com todos os apoios ao PCP.
4. Os estados Unidos começaram por ver Portugal soviético como a oportunidade para disciplinar uma Europa onde se verificavam vários movimentos centrífugas. No entanto, os receios de uma “traição” europeia foram sendo dissipados com o funcionamento conjunto do bloco ocidental durante a negociação dos acordos de Helsínquia (1973-1975). Além disso, a opinião pública norte-americana dificilmente compreenderia que Portugal caísse na órbita soviética, depois duma série de derrotas na frente internacional concentradas no ano de 1975: queda de Saigão, vitórias dos Khmeres Vermelhos no Camboja, do Pathet Laos e quase certa do MPLA em Angola. Dissipados os receios na relação com a Europa ocidental, e perante uma onda de derrotas internacionais, Kissinger arrepiava caminho, abandona a teoria da “vacina” e empenha-se em manter Portugal<sup>245</sup>.
5. As tendências internas tendentes a uma visão não-alinhada de Portugal foram derrotadas, mas existiram e chegaram a despertar algum entusiasmo nos países desta via, ao ponto de um dos seus defensores no MFA ser convidado a participar numa cimeira, como observador em representação do país. Infelizmente, não temos grande conhecimento sobre o impacto que o

---

<sup>245</sup> Como hipótese de estudo futuro, fica uma análise da forma como Mário Soares jogou no difícil tabuleiro internacional, exagerando uma ameaça soviética que não era real e doseando a dramatização, à espera que a esquerda militar destruísse outra das ameaças ao seu projeto de poder civil, que era o cesarismo direitista do general Spínola, um homem que caiu por não conseguir estender pontes entre a caserna onde se movia e as sedes dos partidos defensores da democracia representativa. Caído o general, o caminho estava aberto a um civil que se opusesse à suposta soviética do país: mais do que o homem do momento, Soares terá sido o homem dum momento que ele mesmo criou.

25 de Abril teve nos países deste grupo, mas esta investigação parece-me demonstrar que foi grande, sobretudo como fator legitimador da opção não-alinhamento.

### **III PARTE – A REVOLUÇÃO PORTUGUESA NA REVOLUÇÃO PERUANA**





## INTRODUÇÃO

Como vimos, a primeira fase da revolução peruana já tinha terminado quando o 25 de Abril aconteceu em Portugal. Passado o ímpeto revolucionário inicial, feitas as reformas consideradas essenciais para preservar a estabilidade social, o regime entrava numa lenta agonia, atado pela disputa entre tendências que se digladiavam e que, mais além das diferenças e semelhanças ideológicas, disputavam o poder dentro de si mesmas.

A demissão do almirante Vargas Caballero em maio de 1974 e a nacionalização dos jornais nacionais em julho desse ano, marcam o início da reta final dum governo que viria a cair em agosto de 1975.

É no contexto deste ambiente de grande disputa política e ideológica que os acontecimentos em Portugal serão vistos no Peru. Apesar da distância, os acontecimentos tinham algumas componentes que os tornavam particularmente interessante para os “radicais socialistas” peruanos. Um deles foi Mirko Lauer, em Portugal durante abril de 1975, para relatar as eleições constituintes no jornal *La Prensa*. Quando o entrevistei, Mirko posicionou-se como pertencendo a uma “esquerda não partidária” e vincou os movimentos em que participou: Governo de Velasco Alvarado e a greve de 1977 contra Morales Bermudes. Quando foi a Portugal ia também oficiosamente encarregado duma missão: Sondar Rosa Coutinho a participar na cimeira de Lima dos ministros dos negócios estrangeiros do NOAL, convite que seria oficializado depois do almirante português lhe ter dito sim.

Segundo Mirko Lauer, as especificidades da revolução de abril que chamaram mais a atenção no Peru, foram o facto de “acontecer na Europa, ser uma revolução militar anticolonial – algo que para nós era um exotismo – e, ao contrário do Peru, tinha as suas ‘estrelas de cinema’ que eram os generais jovens e simpáticos”. Temos aqui pelo menos dois fatores importantes que, veremos, serão apropriados pelo país andino: Primeiro, era na Europa e, sendo no velho continente tido por culto e vanguardista, tinha uma grande componente legitimadora; segundo, era militar, ou seja, tal como no Peru, não resultava duma revolta a partir da base, mas dum planeamento de cima para baixo.

Mais adiante, Mirko menciona-me outros aspectos que deram relevo ao que se passava em Portugal: “No ano de 1974 os setores mais à esquerda da revolução velasquista já estão acantonados por setores mais à direita, tanto que no ano seguinte se produziria uma reação de direita (o golpe de Morales Bermudez). Por outro lado, Allende tinha caído e então havia um interesse geoestratégico do Peru frente à Revolução dos Cravos”.

Esta referência à queda de Allende é outra questão que deu importância ao que se passava em Portugal. Depois da ascensão de Pinochet em Setembro de 1973, a sensação de acantonamento dos “radicais socialistas” peruanos foi bem real. Rafael Roncagliolo, que foi director dum dos jornais que mais apoiou o

regime velasquista, o *Expreso*, e ministro dos negócios estrangeiros entre 2011 e 2015, disse-me que a queda de Allende levou-os a sentir a sua revolução perdida: “Ficamos isolados”, afirmou.

Por fim, a contestação social intensificava-se, com um pico nos acontecimentos do dia 5 de fevereiro de 1975, que resultaram na morte de 86 civis.

Temos então um regime em conflito consigo mesmo, contestado abertamente por setores sociais e a sentir-se isolada no contexto internacional. Todos estes ingredientes foram, como veremos, a base para a forma como a revolução portuguesa foi vista e, em certa medida, usada pelos revolucionários peruanos.

## **VI CONCEITOS DA REVOLUÇÃO PORTUGUESA: VISÃO PERUANA**

Tal como referi na introdução, as fontes diretas da análise que aqui faço, são os relatórios da embaixada do Peru entre janeiro de 1974 e agosto de 1975, entrevistas a três atores do processo peruano (dois dos quais estiveram em Portugal em 1975) e, sobretudo, o jornal *La Crónica*.

Para proceder a esta análise, importa em primeiro lugar perceber como é se situavam este meio e a embaixada, face à Revolução dos Cravos. Para isso, analisei o seu posicionamento frente aos seguintes conceitos: O regime deposto, as esquerdas militar e civil, as direitas militar e civil e o MFA. É com base nesta análise que poderemos precisar como se posicionava o jornal que representava assumidamente o GRFA e, assim, entender as posições que vai tomando.

### **6.1.0 antigo-regime: de governo a fascista**

Excluindo uma notícia sobre o peruano Cubillas, que então jogava no Futebol Club do Porto, a primeira referência de *La Crónica* a Portugal naquele ano de 1974, é datada de 15 de março e refere-se à expressão de lealdade dos generais ao governo, ocorrida no dia anterior. Segundo uma nota breve feita a partir da *Agence France Press* (AFP), os oficiais “*reafirmaron (...) su lealtad y disciplina*” e Marcelo Caetano é mencionado sem qualquer adjectivação, apenas como “*el Presidente del Consejo de Portugal*”. Um dia depois, um artigo de opinião com uma página inteira dá-nos conta das dissidências dentro da instituição militar, relacionando-as com a guerra e as posições de Spínola. Neste artigo fala-se “*del régimen colonial*”. É um qualificativo que não se repete na edição de 17 de março, onde se dá conta da Revolta das Caldas e se fala novamente e apenas “*del gobierno*”, sem lhe atribuir qualquer característica específica. Acontece o mesmo no dia 18, num artigo cujo título é “*Temen un Nuevo Levantamiento Contra el Gobierno Portugués*”.

Antes do 25 de Abril, nota-se então um certo assepticíssimo nas referências feitas ao regime português. A abordagem aos temas, contudo, atesta clara consciência das suas características colonialistas, já que o tema da guerra é sempre o motivo central da informação, o que tampouco é extraordinário, não sendo difícil intuir ser este, nesse tempo, o motivo gerador de mais atenções sobre Portugal.

Com a revolução, esta neutralidade começa a mudar. Na edição de 27 de Abril *La Crónica* publica um artigo de opinião assinado pelo escritor germano-peruano José B. Adolph. O tema é a situação da Espanha franquista, mas o regime português, caído apenas dois dias antes, também é referido:

*Franco pertenece a una generación europea de dirigentes de la derecha no tradicional surgida en respuesta a los grandes ascensos revolucionarios de la década de veinte. Es decir, de líderes como Adolfo Hitler (el Führer), Benito Mussolini (el Duce) y Antonio de Oliveira Salazar del Portugal. Era una derecha no tradicional en el sentido de que sobrepasaron y aún liquidaron por absorción o rivalidad a*

*los conservadores y 'liberales'. Herederos del siglo XIX, e inauguraron diversas variantes de ese fenómeno que la historia agrupa bajo el termino genérico de fascismo.*

Ou seja, logo a seguir à queda de Marcelo Caetano, o regime começava a ser definido em termos muito claros como “fascista”. Esta referência constituirá uma tendência, já que a caracterização da ditadura portuguesa como um autoritarismo de pendor fascista começará a generalizar-se a partir do 25 de Abril.

Nessa mesma edição de dia 27, o jornal dedica uma página inteira à revolução, com diversas notas, onde se diz quererem os militares restaurar *“la democracia después de 42 años de mandato autoritario”*. Refere-se também um incêndio ateado num jornal *“ultraconservador que servió al regime derrocado”*.

Ou seja, até à Revolução dos Cravos a questão ultramarina era a que mais chamava a atenção, mas evitava-se qualificar o regime, tanto que apenas encontramos uma breve referência qualificativa como “colonial”. A partir de então, começam a fixar-se os parâmetros com que será considerado, ficando clara a nova tendência a partir das primeiras referências à revolução: *“Derecha”, “fascista”, “autoritário” e “ultraconservador”*.

Como veremos adiante, numa primeira fase pós-revolução, a grande preocupação de *La Crónica* será explicar o que aconteceu em Portugal. Este labor será feito através de diversos artigos de opinião, onde se procura elaborar uma síntese da problemática portuguesa que levou à formação do MFA. Na edição de 28 de abril, Luís Gonzales Posada assina um texto intitulado *“Por qué cayó Marcelo?”*. O autor começa por explicar que *“don Antonio de Oliveira Salazar”* se manteve ditatorialmente até Setembro de 1968 e *“Gobernó con implacable mano dura, no permitiendo la participación ni la decisión soberana del pueblo en los asuntos de Estado”*.

Nesse mesmo dia 28 é publicado outro artigo, este de Hugo Neira, com uma página inteira: *“Portugal, o cómo la guerra colonial libera a la metrópoli”*. O regime é definido como *“uno de los últimos ‘corporativismos’”*. Referindo-se a Caetano, afirma que a sua *“novedad fue más bien económica que política. De Salazar había heredado un régimen concluido, cerrado, redondo”*. Neira fala também dum *“despotismo benevolente de Salazar”* e todo o artigo transmite a ideia dum regime semi-despótico e dum Portugal inerte na modorra a que se aconchegou: *“El Estado Novo, por cierto, correspondía a un país agrícola y pastoril. Salazar lo adormeció durante cincuenta años”*.

O artigo de Luis Gonzales Posada tem uma segunda parte que foi publicada no dia 30 de abril. Posada não tem dúvidas, *“Portugal, desde el 32 estaba manejado por un gobierno de corte fascista”*. Este texto termina com uma adjetivação muito clara: *“Lo cierto es que el fascismo, el macartismo, el colonialismo, la tiranía há sido derrotada después de más de cuarenta años de mantenerse en el poder”*.

O colonialismo do regime também está presente na definição que dele se faz. No editorial de 1 de maio refere-se que *“sostuvo sérios conflictos bélicos en sus colonias africanas”*. A 11 de maio, um artigo de Carlos Ortega

considerará que foi um regime “*repressivo, ultraconservador y además nada realista com sus posibilidades de mantenimiento del status colonial en Africa*”; em conclusão, foram “*42 años de negra tirania derechista*”.

Esta visão do regime deposto cristalizou rapidamente, tornando-se na visão constante que dele têm os jornalistas e articulistas de *La Crónica*. Assim, por exemplo a 22 de agosto, uma notícia sobre o “*Ambiente de Crisis en el Gobierno de Spínola*”, considera-se ter Portugal passado por “*médio siglo de dictadura*” e refere-se ao “*regimen totalitário de Américo Thomás y Marcelo Caetano*”. A 25 de Setembro é Luis Silva Santisteban que se refere ao “*gobierno fascista de Marcelo Caetano*”. Em dezembro, na edição de dia 8, as Forças Armadas desempenharam o papel de “*derrocar al fascismo*”. Os exemplos poderiam ser dados à exaustão: “*Ditadura fascista*”, no artigo “*Portugal: del antifascismo a las reformas*” de 27 de dezembro de 1974; “*dictadura fascista*” em “*Portugal: Sindicato único o pluralismo sindical*” a 20 de janeiro de 1975; “*La caída del fascismo en Portugal en la revolucion de abril de 1974*”, em “*Portugal: desestabilizacion frustrada*” de 14 de março, ou, com alguma originalidade, um “*subfascismo*” num artigo de Hernando Aguirre Gamio, de 23 de março de 1975.

Em conclusão, até à data da revolução portuguesa, a visão de *La Crónica* sobre o regime deposto, era de alguma imparcialidade e sem uma clara caracterização. Esta posição pode dever-se a um de dois fatores ou, mesmo, aos dois. Primeiro, antes da revolução Portugal era um país distante e pouco falado, o que provavelmente contribuía para, até abril de 1974, não ser muito conhecido nas redacções do Peru, não arriscando estas, portanto, definições objetivas sobre uma realidade que não dominavam. Por outro lado, o país não era parte das grandes opções internacionais do Peru desse tempo e mantinha uma ditadura que, poucos dias depois da revolução, ainda seria vista como um “*despotismo benevolente*”. Diga-se também que o GRFA era ditatorial e anti-partidário, o que não facilitava críticas a outros regimes com base nessa característica.

Esta aparente tolerância desaparece quando se dá o 25 de Abril e, como veremos, *La Crónica* usará a revolução portuguesa como um fator legitimador da via “*radical socialista*” no Peru. Nesta situação, já não podia haver complacências contra o regime que o MFA depôs e, será por isso, a partir de então, assistimos rapidamente a uma cristalização conceptual: “*tirania derechista*”, “*Fascista*”, “*autoritário*”, “*ditatorial*”, “*ultraconservador*”, “*repressivo*” e obstinadamente colonialista.

Relativamente aos ofícios da embaixada em Lisboa, nota-se uma linguagem ainda mais neutral na definição do regime anterior à revolução. No dia 18 de março de 1974, o embaixador Max de La Fuente Locker, envia uma informação sobre a revolta das Caldas, na qual se descreve um governo de normal institucionalidade. Na introdução, frente à posição assumida por Spínola, comenta: “*el Gobierno portugués había creído conveniente solicitar el respaldo plebescitario del órgano legislativo de mayor jerarquia, o sea la Asamblea Nacional*”.

Segundo o embaixador, “*Dicho respaldo fué efectivamente logrado, en forma unánime, y también obtuvo el apoyo público de la Fuerza Armada*”. Na conclusão, estes factos confirmam “*el apoyo de las fuerzas civiles y militares legalmente constituidas*”.

Longe de qualificar o regime, o embaixador limita-se então a referir um Portugal a viver numa completa normalidade institucional, com órgãos “*legalmente constituidos*”.

A 2 de maio, já depois da revolução, refere-se ao regime anterior em termos idênticos, sem qualificativos: “*En mi oficio reservado anterior (...), elevé a Usted un primero informe sobre el derrocamiento del gobierno de Portugal*”. Uma vez mais, a menção é neutra e sem qualquer adjectivação.

A partir daqui, as definições sobre o regime revolucionário vão balanceando, como se não houvesse uma vontade muito grande de o caracterizar claramente. A consideração mais forte será a que surge num ofício de 20 de Setembro de 1974, quando diz haver um grande apoio popular ao MFA, mas “*se verifican por outro lado graves sintomas de que las fuerzas conservadoras, y sobre todo los médios más reaccionarios, como los fascistas desalojados del poder (...) que no se conforman con la nueva orden democratica y comienzan a levantar la cabeza*”. Mas esta não é uma afirmação assumida pelo próprio embaixador, que se apressa a explicar: “*según lo afirma el editorial del boletín de la Comisión Cordinadora del Movimiento de las Fuerzas Armadas*”.

Esta será a única vez em que usa termos claros e fortes como “reacionários” e “fascistas”, num contexto geral de definições neutras e até brandas. Num ofício de 29 de novembro referirá a marcação de eleições, comentando que “*Este llamado parece confirmar la decisión de los actuales gobernantes portugueses de normalizar la vida política de la Nación, después de cuarenta años de ausencia de vida política del País*”. É curioso que não refira ausência de democracia ou de consulta popular, mas apenas “*de vida política*”.

Em dezembro mantém este modelo de referência branda, desta vez num ofício onde fala do congresso do Partido Socialista: “*este País ha pasado por más de 40 años de manifiesta inexperiencia política y pública*”.

Em janeiro seria a “*somnolencia política*” provocada pelos últimos 48 anos. Nota-se, portanto, um claro cuidado de evitar sempre expressões semanticamente fortes, como “ditadura” ou “fascismo”.

Em suma, sem apresentar uma posição muito clara, o embaixador parece aderir à visão apresentada no artigo de Hugo Neira em *La Crónica* de 28 de abril, onde este considerou o salazarismo como um “*despotismo benevolente*” e que “*Salazar lo adormeció (ao país) durante cincoenta años*”. A visão da embaixada não sai deste registro (curiosamente até fala também de “*somnolencia política*”), ao contrário da imprensa que, centrada no potencial doutrinador da revolução portuguesa, entrará, como vimos, numa espiral qualificativa gradualmente negativa do regime anterior ao 25 de Abril.

## 6.2.A esquerda militar

A visão de *La Crónica* relativamente à esquerda militar portuguesa foi inexistente no princípio, mas começa a formar-se e a consolidar a partir dos acontecimentos de 28 de Setembro de 1974, que terminariam no afastamento de Spínola. Na edição de dia 29 desse mês, referindo-se aos acontecimentos em Portugal, surge uma notícia com o título “*Golpe derechista evitan en Portugal*”. Fica assim claro já se ter formado uma visão dicotómica dos agentes da revolução, na qual um dos lados é “*la derecha*”. Contudo, a ideia dos outros atores ainda é vaga, não são ainda a esquerda, mas apenas “*militares ‘liberales’*”:

*Anoche y esta mañana Portugal estuvo durante muchas horas al borde de la guerra civil, pero esta tarde parecía reforzada la posición de los militares ‘liberales’ que controlan de hecho el país que acaba de salir de una dictadura cincuenaria.*

A notícia é feita a partir dum telex da *Agenzia Nazionale Stampa Associata* (ANSA) e não sei até que ponto a reproduz textualmente. De qualquer forma, não deixa de ser significativa a utilização acrítica de “*militares liberales*” para identificar uma das fações do MFA que se opuseram a Spínola em Setembro. Por outro lado, a colocação do conceito entre aspas é, em si mesma, uma clara manifestação de estar a abrir-se caminho a novas interpretações sobre esta vertente do Movimento, não querendo, ainda, assumir-se tal caracterização.

Curiosamente, assistimos a partir daqui a uma fase na qual a esquerda militar não é definida, mas a direita já é claramente catalogada. No dia 1 de outubro, *La Crónica* referia-se a Galvão de Melo como “*el último ‘derechista’ de la Junta de Salvación Nacional surgida el 25 de abril*”. Assinala-se também que o jornal parece assumir uma certa ignorância dos meandros da revolução, deixando espaço a futuras interpretações. Isso mesmo é denotado no facto de, uma vez mais, aparecer uma qualificação entre aspas, “*derechistas*”, o que significa uma não assunção plena deste conceito.

Sobre os restantes membros da Junta de Salvação Nacional, não os define, reproduzindo apenas declarações de Vasco Gonçalves:

*Goncalves (sic) se había referido a una ‘crisis que acaba de superarse y de la que han salido más fuertes el Movimiento de las Fuerzas Armadas, las fuerzas democráticas y quienes se esfuerzan sinceramente por llevar Portugal por el camino del futuro’.*

Começa então a formar-se e a cristalizar a ideia da existência duma direita militar, mas os restantes membros não são definidos e aceita-se acriticamente englobá-los num grupo de “forças democráticas”. Esta dicotomia “direita” versus aceitação acrítica dos outros serem as “forças democráticas”, por si só, já nos faz pensar que *La Crónica* nutre simpatia pelo grupo mais revolucionário do movimento, ou seja, por aquele que ficaria conhecida como “esquerda militar”. De qualquer forma, como veremos, mesmo assumindo a existência da



“direita” no seio da revolução, a imagem de Spínola, até aqui mencionando como a cabeça do movimento, será preservada desta designação.

Enquanto a “esquerda militar” vai ocupando o poder, vão surgindo referências diretas e inequívocas a este sector. É o caso do editorial de 3 de dezembro de 1974, com um título mais do que claro: “*Lisboa: Los oficiales optaron por la izquierda*”. Com citações de Vasco Gonçalves, este artigo termina com uma declaração de Vitor Alves:

*Coincidiendo ampliamente con las declaraciones del Primer Ministro Vasco Goncalves, Vitor Alves señala que los oficiales del Movimiento de las Fuerzas Armadas ‘luchan por el pluralismo, por la libertad de los partidos, tanto de izquierda como de derecha. No hay duda sin embargo, añade, que el corazón de la mayoría de los oficiales de nuestro movimiento se inclina más hacia la izquierda*<sup>246</sup>.

Temos de esperar até à edição de 5 de janeiro de 1975, para que a ideia duma esquerda militar se consolide, junto com um apoio daí em diante cada vez mais claro.

A propósito duma entrevista de Spínola ao Expresso, La Crónica tem o seguinte título: “*Portugal se debate entre la izquierda y la derecha*”. Referindo-se às palavras do “*general del monocolo*”, o posicionamento do jornal peruano começa a clarificar-se: cita as críticas de Spínola e considera-o, apenas, “*la cabeza visible del movimiento que derrocó el 25 de abril al régimen salazarista de Marcelo Caetano*”. Ou seja, o General deixa de ser “a cabeça”, passando a não mais do que “a cabeça visível”, preparando-se assim a possibilidade de o transformar numa *bete noir* do movimento, sem com isso pôr em causa a própria revolução. Neste mesmo texto há uma passagem bastante significativa e clarificadora: depois de considerarem estas declarações como uma resposta à controvérsia mantida com Otelo Saraiva de Carvalho (também entrevistado na mesma edição do Expresso), concluem que,

*mientras Carvalho se limita a rendir homenaje al ex presidente (Spínola) y explicar su papel en el Movimiento de las Fuerzas Armadas, Spínola se extiende, en un tono alarmista, sobre los peligros que se ciernen sobre la democracia portuguesa.*

Com um título dicotómico, “*Portugal se debate entre la izquierda y la derecha*” e sem identificar explicitamente quem é uma e quem é a outra, a simpatia pelos representantes da esquerda militar começa então claramente a mostrar-se.

Só a 7 de fevereiro encontraremos uma alusão direta à divisão dos militares entre os de esquerda e os de direita. Referindo-se a uma reunião de oficiais do MFA, diz-se que “*la reunión se llevaba a cabo en momentos*

---

<sup>246</sup> “*Lisboa. Los oficiales optaron por la izquierda*”. Editorial in: La Crónica, ed. 3 de dezembro de 1974.

*en que había una confrontación entre alas izquierda y derecha del movimiento, en reacción por la crisis política que atraviesa el país desde hace dos semanas*<sup>247</sup>.

Daqui até à tentativa de golpe do 11 de Março, o jornal não dá muitos mais passos neste posicionamento, sendo só a partir dessa data que o panorama começa a mudar claramente. No dia 13 desse mês, publica uma página inteira com informação sobre o ocorrido dois dias antes em Lisboa. O título duma das notas é claro: *“Intentaron eliminar al sector progresista”*. Começando por considerar que o golpe se adivinhava desde *“la victoria de los militares conservadores en los consejos de armas y servicios”*, refere que *“Esas elecciones se saldaron precisamente en el arma de artillería (...), por la derrota de notables personajes del MFA, como el General Otelo Saraiva de Carvalho, uno de los oficiales más izquierdistas”*.

Este momento marca o ponto a partir do qual *La Crónica* assume a existência duma esquerda militar e o rosto desse grupo é precisamente o de Otelo. O posicionamento do jornal, será claramente favorável a este setor, pois todos os acontecimentos do 11 de Março são apresentados como fruto dum complô bem urdido contra esta esquerda:

*La victoria de la derecha militar, por un lado, y los recientes y sangrientos incidentes de Setubal a raíz de un mitin del Partido Popular Democrático, por otro, se conjugaron para crear un clima de alta tensión que estalló esta mañana en abierta rebeldía militar.*

*El encadenamiento de los hechos incitaron incluso a ciertos observadores a pensar que los incidentes de Setubal el sábado pasado – ataque de la ultraizquierda seguida de brutal represión policial – podrían formar parte de un plan de agitación bien madurado.*

Dum lado temos, então, uma “direita militar”, responsável pelo golpe, aliada à extrema-esquerda civil, num complô para lançar o 11 de Março, contra o grupo representado por Otelo, *“uno de los oficiales más izquierdistas”*.

Para compreendermos o desenvolvimento desta visão, temos de regressar ao Peru para lembrar que o 11 de Março em Portugal surgiu pouco depois do 5 de Fevereiro (de 1975) em Lima, uma revolta de rua espoletada na sequência duma greve policial. O GRFA e, também *La Crónica*, iriam esforçar-se, e até demonstrar, terem estes acontecimentos resultado dum plano conjunto de alguns setores da oposição ao regime<sup>248</sup>, desde a extrema-esquerda à direita. Numa entrevista posterior à sua queda, Velasco chegaria mesmo a incluir nesse plano algumas fações do seu próprio governo<sup>249</sup>.

---

<sup>247</sup> “Jefes militares discuten en cita secreta: Lisboa”. In: *La Crónica*, ed de 7 de fevereiro de 1974.

<sup>248</sup> Vários jornais, incluindo *La Crónica*, publicaram diversas fotografias da preparação e execução do 5 de Fevereiro, que deixaram bem documentada a participação organizada de, pelo menos, a APRA.

<sup>249</sup> Numa entrevista à revista *Caretas* já depois de deposto, Velasco afirmaria o seguinte (nº512, 3 de fevereiro de 1977): “Lo del 5 de febrero fue hecho con el propósito de sacarme. El día anterior al 5 de febrero hubo sesión de gabinete y allí los cité al presidente del Comando Conjunto, que era Vargas, y al jefe de la Segunda Región. Y delante de todos los ministros se les dio la orden. La orden era que al día siguiente, al amanecer, el cuartel tal está tomado, está recuperado.

Temos, assim, uma visão do 11 de Março claramente influenciada pelos acontecimentos em Lima e, por outro lado, dadas as similitudes apresentadas, podendo servir para apoiar a tese de complô no Peru. No entanto, os acontecimentos em Portugal acabam por ser apresentados como alentadores, porque seriam um exemplo de que estas manobras têm um resultado oposto ao pretendido pelos seus orquestradores: “*El pasado 11 de marzo el MFA se consolidó definitivamente. A cada golpe de la reacción, las fuerzas armadas respondieron con una mayor radicalización*”<sup>250</sup>.

As consequências da “intentona” spinolista transformavam-se, assim, num alento aos apoiantes em Portugal, ao mesmo tempo que um aviso aos opositores do GRFA no Peru: Qualquer tentativa da reação, apenas reforçará a revolução.

Por outro lado, no complexo xadrez político português de então, *La Crónica* começa a situar a “esquerda militar” entre a direita e a extrema-esquerda, numa espécie de equidistância entre opostos, ou seja, a mesma que o regime peruano procurava alcançar com a célebre frase: “Nem comunismo, nem capitalismo”.

Parece então que, timidamente no início e cada vez mais explicitamente a partir do 11 de março, o órgão oficial do GRFA encontrou o seu homólogo português na “esquerda militar”. A partir daí, esta facção começa a ser referida de forma clara. Por exemplo, numa notícia de 19 de março, intitulada “*Lisboa posterga las elecciones*”, já se fala explicitamente de que Portugal é governado por um “*regimen militar izquierdista*”. Note-se que a consideração “*regimen militar*”, ao contrário talvez da semântica atual, não pode aqui ter qualquer conotação negativa, já que o mesmo jornal representava e defendia um outro, também assumidamente militar. Enquanto no Peru se acentuavam as divisões internas no GRFA, Hernando Aguirre Gamio escrevia um artigo na edição de 23 de março de 1975 onde, abordando as divisões no seio do MFA, concluía o seguinte sobre o resultado das divergências internas do Movimento português:

(O resultado foi) *un aumento de la cohesión militar en torno del Movimiento de las Fuerzas Armadas, que orientan los oficiales más radicalizados. Incluso el fracasado golpe derechista habría servido para ejercer una labor depuradora en el seno de la oficialidad y para poner al margen a posibles alternativas conservadoras. Este sería el sentido de la salida del General Spínola.*

Note-se que o regime peruano estava então em plena guerra entre tendências e, oito meses antes, o “liberal reformista” almirante Vargas Caballero abandonara o governo em claro confronto com o presidente da república, contra as medidas mais radicais que estavam a ser tomadas.

A cinco meses da queda de Velasco, este artigo reforça um aviso de duplo sentido, em parte já antes ensaiado: Em primeiro lugar, ao próprio presidente, de cujo fervor revolucionário a esquerda do regime já começava a

---

Ahora, el cómo era cuestión de ellos. Después se les pidió que tomaran las medidas de seguridad correspondientes. Según dijeron después, ellos revisaron los planes. Pero lo cierto es que no tomaron medidas”.

<sup>250</sup> “La Revolución de los Capitanes”. In: *La Crónica*, ed 26 de abril de 1975.

desconfiar<sup>251</sup>, em segundo lugar, aos oficiais conservadores, dizendo-lhes que qualquer iniciativa contrarrevolucionária não faria mais do que alentar a revolução. Trata-se dum aviso, ou então da expressão dum desejo: que as oposição dos militares “reformistas liberais” gerassem uma coesão nos “radicais socialistas”. Uma vez mais, está claro que *La Crónica* está do lado da “esquerda militar” portuguesa, assumindo-a como sendo a mais próxima da sua visão para o Peru. Ao mesmo tempo, usa-a como exemplo no complexo contexto político local.

A partir daqui, a simpatia de por esta fação não deixa de crescer e de se expressar. Na edição de 26 de março, em plena fase mais intensa do período revolucionária, num artigo intitulado “*Portugal: se fortalece orientación progressista*”, afirma-se: “*comenzaron a aclararse algunas relaciones dentro del movimiento de las fuerzas armadas, en el sentido de cierta radicalización, y el gobierno que estaba bastante disperso se encuentra ahora concentrado*”. Ou seja, uma vez mais a noção de que os ataques da direita militar serviram para unir a esquerda e, portanto, uma ideia coincidente com a expressão dum desejo para o Peru. Mas este artigo não fica por aqui, em várias passagens realça explicitamente isso mesmo:

*El rápido y exitoso rompimiento del intento de golpe militar de la derecha revolucionaria, aceleró las cosas, posibilitando al movimiento de las fuerzas armadas pasar a la ofensiva en un frente más amplio en las relaciones internas y a sus elementos progresistas dirigir el desarrollo con más decisión.*

A 23 de abril, numa reportagem sobre as eleições para a assembleia constituinte, *La Crónica* faz questão de dizer que este ato não determina o acesso do partido triunfante ao poder, porque “*Las Fuerzas Armadas, a través de su vanguardia revolucionaria (MFA) han manifestado que durante unos años seguirán controlando los destinos del país para asegurar la irreversibilidad de las conquistas populares*”. Não cabe aqui estabelecer o paralelismo com a situação peruana, que farei noutro capítulo, mas sim vincar que há uma clara colagem do jornal à esquerda militar portuguesa, apresentada como “*vanguardia revolucionária*”.

Em conclusão, começando por uma indefinição que dura até ao 28 de Setembro, o jornal *La Crónica* inicia uma separação do Movimento entre direita e esquerda militares, tomando a partir de então o lado desta última, com a qual se identifica, e usando-a para consolidar posições dentro do jogo político do regime peruano.

Já quando olhamos para os ofícios enviados pela embaixada, não encontramos muitas referências diretas à esquerda militar, exceto num, datado de 2 de abril de 1975, a propósito da posse do IV Governo provisório. Diz o secretário da embaixada Tomás Carril Romero (entretanto o embaixador adoeceu e virá a falecer sem voltar a assumir funções) que “*en líneas generales puede afirmarse que (...) se observa una línea política más hacia la izquierda*”. Representando uma vertente mais burocrática do regime e mais defensora da ordem social, ao

---

<sup>251</sup> Esta gradual desconfiança da esquerda civil e da militar relativamente a Velasco, está claramente plasmada no livro *No mi General* que o então ex-diretor de *La Crónica* escreveu depois da queda (Thornedik, 1976).

contrário daquilo que acontecia em *La Crónica*, não podemos dizer que os diplomatas da embaixada nutrissem uma grande admiração pela esquerda militar.

### 6.3.A esquerda civil

Se *La Crónica*, muito centrada nos militares, só a partir de Setembro começa fazer referência a uma esquerda civil, a embaixada do Peru em Lisboa descobre-a mais cedo, inserindo-a desde o início nos jogos de poder. Num ofício de 2 de maio de 1974 sobre a constituição do I Governo provisório, conclui-se que uma das hipóteses era “*escoger personajes representativas de las diferentes corrientes políticas, que no podían manifestarse en el gobierno anterior, tales sobre todo del movimiento Socialista u Comunista*”.

Quanto a *La Crónica*, já vimos ser clara a colagem à “esquerda militar” portuguesa, mas relativamente à “civil” irá manter constantes desconfianças, sugerindo não poucas vezes que atua em conluio com a direita, para prejudicar a revolução. Este posicionamento e esta desconfiança começam nas primeiras referências aos movimentos de esquerda, datadas de Setembro de 1974:

*La Decisión del movimiento de las Fuerzas Armadas, de ocupar militarmente las instalaciones del Partido Nacionalista Portugués, en la ciudad de Oporto, la semana pasada, fue acompañada por la clausura temporaria de un semanario conservador y una multa de 200 dólares a otro semanario, pero de izquierda. Simultáneamente con estas medidas – que apuntaban a fracturar tanto la integración de un bloque ultraconservador, como los excesos ‘infantiles’ de un sector de la izquierda...<sup>252</sup> (sublinhados meus).*

A 14 de março de 1975, um editorial sobre o golpe de dia 11, não poupará a extrema-esquerda:

*los problemas del gobierno portugués no se originaban solo en los grupos derechistas desplazados del poder político, aunque aún no del poder económico, sino que grupos ultraizquierdistas se sumaban a las campañas destinadas a crear un clima de zozobra y anarquía que facilitase un golpe contrarrevolucionario<sup>253</sup>.*

Dias depois, *La Crónica* noticiará a proibição ao MRPP de participar nas eleições para a constituinte, aceitando acriticamente que “*Fuentes vinculadas al MFA estiman que el MRPP está infiltrado por la CIA*<sup>254</sup>”.

Num artigo de 23 de março, o colunista Hernando Aguirre Gamio vai no mesmo sentido. Apoiando a radicalização do MFA subsequente ao 11 de março, afirma ter “*golpeado de pronto a diestra y siniestra*

---

<sup>252</sup> “Temem en Portugal golpe de derecha”. In: *La Crónica*, ed. 25 de setembro de 1974.

<sup>253</sup> “Portugal: Desestabilización frustrada”. In: *La Crónica*, ed 14 de março de 1975

<sup>254</sup> “Portugal: Suspenden a 3 partidos políticos”. In: *La Crónica*, ed, 19 de março de 1975.

*alcanzando no solo los 'putshistas' del 11 de marzo sino también a sus inspiradores políticos y a los provocadores 'ultraizquierdistas'*<sup>255</sup>.

Duma maneira geral, a visão dos partidos de esquerda é desfavorável, numa perspetiva que deposita a esperança revolucionária na “esquerda militar”. Por exemplo, um editorial de 10 de abril comenta: “*Sin duda la prolongada suspensión de toda la actividad política contestataria legal (durante a ditadura), ha contribuido a la a veces confusa explosión de partidos, grupos y grupúsculos que, fieles a la tradición, atomizan a la izquierda hasta hacerla casi inviable*”<sup>256</sup>.

Quando saiu o relatório do MFA sobre o 11 de Março, *La Crónica* destacará a acção da direita, mas também um apoio aos golpistas por parte do lado da extrema-esquerda:

*En este programa preparatorio (...) se inscribió el boicot izquierdista al congreso del CDS (derechista) en la ciudad de Oporto. Boicote ampliamente aprovechado por la plana mayor de la reacción europea para solidarizarse con quienes, tras colaborar abiertamente con Caetano, se quejan ahora de falta de libertad.*

*Luego vinieron los sucesos de Setubal, en donde perdió la vida un militante de la social-democracia (PPD). Una ola de clamores contra la 'violencia de la izquierda' se propagó por el país en los días que mediaron entre los incidentes de Setubal y el frustrado golpe del 11 de marzo, contribuyendo a crear una histeria reaccionaria favorable al golpe*<sup>257</sup>.

Esta desconfiança vai na mesma linha que era seguida no Peru. Na edição de 25 de setembro de 1974, o mesmo Fernando Aguirre Gamio tinha defendido o seguinte sobre a política interna: “*En los círculos de la ultra o pseudoizquierda se viene cuestionando la intervención del SINAMOS en la organización de los campesinos. Se le achaca tendencias paternalistas y manipuladoras*”<sup>258</sup>. Recordemos que o SINAMOS era uma organização criada pelo GRFA para doutrinar, organizar e mobilizar as massas a seu favor. Este comentário mostra bem as desconfiança do Governo peruano relativamente a partidos considerados como de extrema-esquerda.

Em Portugal, o jornal procura contudo estabelecer uma separação entre a esquerda mais extremista e o PCP, tido como um partido que pode conter os excessos das massas. Num artigo sobre a situação em Espanha, e referindo-se ao Partido Comunista Espanhol, o colunista Juan Ruiz afirma:

*El radicalismo de ciertos sectores de la izquierda atenta contra los propósitos del PCE de crear un frente amplio democrático dentro de una lucha no violenta. Para los sectores más radicales la única vía es la lucha armada. El conflicto entre ambos no es solo estratégico, sino que parte de la concepción*

<sup>255</sup> “La problemática portuguesa”. In: *La Crónica*, ed 23 de março de 1975.

<sup>256</sup> “Portugal: Los riesgos de una revolución”. Editorial in: *La Crónica*, ed. 10 de abril de 1975.

<sup>257</sup> “El pueblo estuvo contra la asonada de marzo”. In: *La Crónica*, ed. 24 de abril de 1975.

<sup>258</sup> “Los Campesinos se Organizan”. In: *La Crónica*, ed. 25 de setembro de 1975.

*misma sobre la política. Un frente amplio propugnado por los comunistas significa que ante un eventual acceso al poder el partido Comunista podrá jugar el mismo papel que el P.C. portugués, garantizar la estabilidad de un nuevo gobierno a través de la contención de los impulsos revolucionarios o anarquistas de las masas*<sup>259</sup>.

No dia 24 de abril de 1975, quando noticiam o resultado da investigação ao 11 de Março, sublinham ter sido uma conspiração entre a direita assumida, a direita infiltrada e a extrema-esquerda, realçando, contudo, ser o PCP “*el único que sale incólume a la investigación*”<sup>260</sup>.

Esta perspectiva abonatória do papel dos comunistas, aliados de Moscovo, parece decalcada do Peru, onde o respectivo Partido Comunista apoiava implicitamente o GRFA, ao mesmo que outras esquerdas mais extremistas o combatiam (ZAPATA, 2018, pp. 120-123). Particularmente intensa foi a contestação dum sector chamado de “*Nueva Izquierda*”, para os militares sinónimo de “*ultraizquierda*”, muito centrada em torno do pensamento de Anibal Quijano, que não considerava revolucionário o governo de Velasco, mas apenas um modernizador na via dum capitalismo ainda por concretizar no Peru (QUIJANO OBREGÓN, 1971).

*Segundo Quijano, as esquerdas deveriam colocar-se em oposição ao governo militar porque era fruto da reorganização do sistema capitalista de produção. E como a experiência não teria êxito, as esquerdas fortalecer-se-iam politicamente não se deixando seduzir pelos cantos de sireia dos partidários de Velasco*<sup>261</sup> (ZAPATA, 2018, p.119)

Temos, assim, a visão de que, dentro da esquerda, os comunistas pró-soviéticos se poderiam converter, tal como no Peru, num fator de estabilização negociada, capaz de fazer frente ao impacto das restantes esquerdas mais extremistas. A gemação do Peru a Portugal fica óbvia.

Não obstante esta benevolência frente ao PCP, o afã de *La Crónica* está no apoio à “esquerda militar”, e nesse sentido o jornal colocará as Forças Armadas como fiel da balança entre as querelas dos partidos da esquerda mais institucionalizada, o PCP e o PS, apresentados como fonte de divisões dentro da revolução, ao ponto de afetarem a unidade dos militares.

A propósito do caso da unicidade/pluralismo sindical, fala-se numa cisão entre oficiais do MFA, acusando-se que “*la división en las filas militares ocurrió a raíz de un enfrentamiento entre socialistas y comunistas sobre una propuesta de crear una sola confederación del trabajo que controle a todos los sindicatos del país*”.

É de referir que, noticiando o resultado das eleições de 25 de abril de 1975, o jornal falará numa vitória socialista, dando nos títulos um ênfase ao conceito e não ao partido. Isso acontece na edição de 26, tanto na

<sup>259</sup> “Si cae España”. In: *La Crónica*, ed. 11 de novembro de 1974.

<sup>260</sup> “El pueblo estuvo contra la asonada de marzo”. In: *La Crónica*, ed. 24 de abril de 1975.

<sup>261</sup> “Según Quijano, las izquierdas debían situarse en la oposición al gobierno militar porque era fruto de la reorganización del sistema capitalista de producción. Y como el experimento no tendría éxito, las izquierdas se fortalecerían políticamente a condición de no dejarse seducir por los cantos de sirena de los partidarios de Velasco”. (Tradução minha)

primeira página, “*El Pueblo Votó por el Socialismo*”, como nas interiores, “*Portugueses apoyan vía al socialismo*”. Noutra nota, de dia 27, outro título idêntico: “*Portugal: Cuarteles y calles por el socialismo*”. No desenvolvimento desta notícia, volta-se à ideia unitária duma ampla esquerda civil: “*los únicos partidos abiertamente reaccionários que se presentaban a la convocatoria (el CDS y el PPM) no han conseguido reunir ni el diez por ciento de votos*”.

A embaixada, porém, enviará ao Governo uma análise mais lúcida que contraria o optimismo de *La Crónica*, provavelmente porque era destinada a consumo interno do Governo e não ao conhecimento público. Numa nota onde avalia o resultado das eleições diz-se:

*conviene considerar que el triunfo del partido socialista representa para Portugal el apoyo futuro del socialismo europeo occidental, particularmente en razón del prestigio europeo de su líder Mario Soares. Finalmente, conviene tener en cuenta (sic) que la opción socialista portuguesa fortalecida a nivel popular viene despejar muchas incógnitas y conjeturas maniobradas desde el exterior de que Portugal marchaba indefectiblemente hacia una opción comunista de línea moscovita*<sup>262</sup>.

As formas como a embaixada e o jornal tratam as tensões internas dentro do Partido Socialista, também são muito distintas. Num ofício datado de 12 de dezembro de 1974, o embaixador envia informação sobre as expectativas para o congresso deste partido que começaria no dia seguinte:

*Es evidente que el rápido crecimiento de este Partido Político se ha hecho, en parte, en función de núcleos ligados por principios generales comunes, pero nitidamente diferenciados en algunos pormenores programáticos.*

*Por declaraciones públicas formuladas por algunos de los representantes de aquella organización política, se puede deducir que tratan de disminuir el significado de tales diferencias, explicándolas por la circunstancia de que muchos de sus adherentes han llegado a importantes situaciones políticas e intelectuales, sin que fuese preciso ue hubiesen tendencias actuantes en bloque. Se puede deducir de esto, que el trabajo del Congreso a que me estoy refiriendo va a ser un esfuerzo de síntesis, en el sentido de definir cual es la tendencia dominante, pero en el entendido de que está en juego el interés del País en su integridad.*

Onde o embaixador vê naturais pontos de vista diferentes dentro duma mesma força partidária, e que tenderão a uma síntese, *La Crónica*, pelo contrário, vê uma esquerda infiltrada pela direita. Para fundamentar esta conclusão, temos de avançar até aos dias seguintes às eleições para a Constituinte, quando o jornal comenta os resultados como uma grande vitória do socialismo, mas lança um alerta de que o Partido Socialista está infiltrado:

---

<sup>262</sup> Ofício de 6 de maio de 1975.



*En las ciudades donde la controversia política es mucho mayor, la burguesía y la clase media en general no han votado por los partidos reaccionarios. Y no lo han hecho porque, a un año de la caída del fascismo, le era más conveniente disfrazarse de progresistas y intentar defender sus intereses a través de organizaciones que se dicen socialistas*<sup>263</sup>.

Na sequência deste parágrafo, conclui-se que a direita recorre a “*disfraces democráticos y socialistas para intentar detener el proceso iniciado el 25 de abril*”.

Em síntese, dentro da lógica anti-partidária existente no regime peruano, também em Portugal os próprios partidos de esquerda, apesar de alguma benevolência, são apresentados como divisionistas e incapazes de pôr o interesse nacional à frente das suas querelas. Além disso, as divisões no seio das próprias Forças Armadas não são encaradas intrinsecamente, mas como uma mera consequência das disputas entre os partidos de esquerda.

Esta linha de pensamento está bem clara numa análise às eleições de abril de 1975: “*Los oficiales revolucionarios del MFA (...) saben (...) que el pueblo está con ellos. En la madrugada del 25 de abril nadie gritó en Lisboa una consigna partidaria. Fue una gran explosión de alegría y de solidaridad con el MFA*”<sup>264</sup>.

No entanto, como já verificamos e verificaremos noutras situações, há uma clara diferença entre os pontos de vista enviados pela embaixada e os publicados por *La Crónica*. Na base desta divergência estará uma diferença de fundo: Enquanto o embaixador procura objectivar informação confidencial para o governo, mesmo que aqui e ali influenciado pela sua subjectividade, *La Crónica* é o órgão de comunicação oficial do regime e cumpre uma função próxima da propaganda, a que não é alheia a necessidade de usar a ascendente revolução portuguesa para legitimar a peruana, esta, como vimos, já em curva descendente.

#### **6.4.A direita militar**

*La Crónica* começa por ter alguma dificuldade em considerar a existência duma direita no Portugal revolucionário, mais ainda nos setores militares. Compreende-se, já que “*tiranía derechista*” ou apenas “*derechista*”, foram alguns dos qualificativos que atribuíram ao anterior regime depois da sua queda. Nestas condições, era difícil conceber a dupla característica de participar na queda do regime e ser de direita; uma dificuldade tanto maior quanto Spínola foi inicialmente apresentado como o herói da revolução.

Em tal contexto, nas primeiras referências à direita e a oficiais de direita, estes são apenas considerados apenas como “conservadores”. Numa notícia de 22 de agosto de 1974, falava-se num “*ambiente de crisis en*

---

<sup>263</sup> “Portugal: cuarteles y calles por el socialismo”. In: *La Crónica*, ed. 29 de abril de 1974.

<sup>264</sup> “Portugal: Cuarteles y calles por el socialismo”. In: *La Crónica*, ed. 27 de abril de 1975.

*el gobierno de Spínola*". O texto é significativo da forma ainda cautelosa como o jornal começa a separar as águas dentro do MFA:

*Entre Spínola, considerado substancialmente como un conservador, y el 'Movimiento de las Fuerzas Armadas' nacido como fuerza 'liberal', hubo anteriormente dos momentos de crisis por lo menos, que coincidieron con las renunciaciones del Primer Ministro Adelino de Palma Carlos, que no era bien visto por la izquierda*<sup>265</sup>.

A embaixada seria mais rápida a estabelecer esta separação entre o MFA e Spínola. No próprio ofício onde relata os acontecimentos em Portugal, datado de 29 de abril, referindo a mensagem à nação, o embaixador não deixa de referir o seguinte: “ *(Spínola) reitera el proposito de la Junta Provisoria, y agradece la colaboración que há recibido del 'Movimiento de las Fuerzas Armadas'*”. Ou seja, desde o início o embaixador sublinha serem o general e o MFA duas forças distintas e, em vez daquele surgir como líder do Movimento, antes agradece o apoio que deste recebeu.

Aliás, ao contrário da ideia que irá sendo desenvolvida por *La Crónica*, para o embaixador, com uma visão mais institucional, parece haver uma emergência na reposição da ordem que o leva a nutrir alguma simpatia pela direita militar. Num ofício de 30 de maio, conta-se da primeira visita de Spínola ao Porto, onde, segundo escreve, teve uma recepção apoteótica. Neste ofício destacam-se algumas declarações do general, sobretudo quando este defende estar o país perante uma escolha, entre liberdade democrática e anarquia. Além disso, teria afirmado não estarem as Forças Armadas dispostas a desvirtuar as ideias do 25 de Abril “*y si si vieran obligadas a responder a la violencia lo harán sin vacilación, utilizando la fuerza*”. Hoje sabemos claramente que esta afirmação não passaria da fanfarronice dum presidente sem apoios suficientes nas Forças Armadas para dar corpo a tais ameaças, mas esta resposta musculada foi sem dúvida do agrado do embaixador, além disso relacionando-as positivamente com outras declarações, um dia antes, de Galvão de Melo, outro representante da direita militar: “(as Forças Armadas estão contra) *Un régimen anárquico en lo socio-económico, que vendría a sustituir una dictadura de la minoría por otra dictadura de las masas; en que no existiesen las debidas garantías para el hombre, como entidad humana, que es lo que la revolución de la Fuerza Armada perseguía y persigue*”<sup>266</sup>.

Entusiasmado pelas afirmações de Galvão de Melo e pelas de Spínola no Porto, o embaixador concluiria de forma enfática:

*Creo, señor ministro, que a esta altura se puede vaticinar que el Movimiento revolucionario de la Fuerza Armada de Portugal* (note-se como quase decalca a designação peruana de *Gobierno*

---

<sup>265</sup> Portugal espera otro golpe: Ambiente de Crisis en el Gobierno de Spínola”. In: *La Crónica*, ed de 22 de agosto de 1974.

<sup>266</sup> Ofício de 28 de maio de 1974

*Revolucionario de la Fuerza Armada) está bien encaminado y que se encontrarán las soluciones para que este país recupere el crédito internacional que había perdido a través de una empecinada política de aislamiento en el concierto de las naciones del mundo.*

A categorização das forças em conflito dentro das próprias Forças Armadas, começa então a surgir desde cedo para a embaixada, mas para *La Crónica* apenas na última semana de agosto de 1974. Mesmo assim, para o jornal, Spínola, o “conservador”, não era claramente encostado a uma “direita militar” de que ainda não fala. Aliás, a 11 de Setembro ainda é apresentado como alguém equidistante, quase ao mesmo estilo do “nem capitalistas nem comunistas” do GRFA.

Nesta sentido, na edição desse dia, *La Crónica* informava que “*El gobierno de Portugal ‘no consentirá ni las reacciones de la extrema derecha, ni el oportunismo de la extrema izquierda’, dijo hoy (...) el presidente portugués General Antonio de Spínola*”<sup>267</sup>. O título desta notícia “*Portugal: hacia una sociedad humanista*”, também é amigável para o general português, do ponto de vista dum revolução peruana cujo líder insistia também no carácter humanista do seu regime<sup>268</sup>. Spínola aparecerá como defensor dum rumo socialista para Portugal: “*‘Es necesario reconocer –agregó– que las sociedades políticas modernas evolucionan hacia un socialismo*”, mas, “*‘existen en el mundo suficientes ejemplos de formas posibles de socialismo, entre los que podemos distinguir entre los que son verdaderamente democráticos y aquellos que son un tipo de eufemismo de la explotación del hombre por el hombre’*”.

Numa altura em que ainda considerava a existência dum relação umbilical entre o 25 de Abril e Spínola (algo já desmistificado pela embaixada, como vimos), *La Crónica* considera-o como líder dum certa facção militar conservadora, mas benigna e até aproximando-o de conceitos caros ao regime peruano: Nem comunista nem capitalista, humanista e procurando um socialismo de características nacionais.

Três dias antes do 28 de Setembro, o jornal faz título com a possível preparação dum “*golpe de derecha*” em Portugal, mas sem referir nomes e, muito menos, implicar o presidente português na iniciativa<sup>269</sup>.

A linha de ténue demarcação segue igual, mesmo com os acontecimentos de 28 de Setembro. Quando noticiam a gorada manifestação da chamada “maioria silenciosa”, referem ter sido preparada por “*algunas organizaciones definidas como de derecha (...) para solidarizar con el Presidente de la República (...) considerado en polémica com los militares ‘liberales’ del Movimiento de las Fuerzas Armadas*”<sup>270</sup>. No entanto,

---

<sup>267</sup> “Spínola: hacia una sociedad humanista”. In: *La Crónica*, ed. 11 de setembro de 1974.

<sup>268</sup> Velasco Alvarado referiu-se varias vezes à revolução peruana como sendo humanista. No discurso do dia nacional de 28 de julho de 1973, por exemplo, afirmou que “A concretização deste ideal participacionista, que defendemos, supõe o abandono gradual mas definitivo dos comportamentos manipulatórios”(“La concretización misma de este ideal participacionista, que defendemos, supone el abandono gradual pero definitivo de los comportamentos manipulatórios”) (INDE, 1974, p.94).

<sup>269</sup> “Temem en Portugal golpe de derecha”. In: *La Crónica*, ed. 25 de setembro de 1974.

<sup>270</sup> “Golpe Derechista evitan en Portugal”, In: *La Crónica*, ed 29 de setembro de 1974.

fazem questão de salientar não ter chegado a realizar-se porque “*de Spínola la desaconsejó ‘a fin de evitar posibles choques’*”. O jornal tece, assim, uma linha demarcadora, ainda que ténue, entre o presidente e a direita, salientando ter sido este quem impediu a acção de rua. Além disso, os organizadores da manifestação são considerados membros de estruturas que o próprio jornal não afirma serem de direita, mas apenas “*defenidas como de direita*”, não se comprometendo assim com esta definição. Por último, Spínola volta a ser considerado apenas como “*favorable a una política conservadora*”.

Esta precaução mantém-se quando noticiam a demissão do presidente da república (edição de 1 de outubro), continuando a não o encostar diretamente à direita: “*La renuncia del general De Spínola indica, según los observadores, que há sido derrotado en la lucha entre moderados –que encabeza- y progresistas*”. O jornal não parece, então, querer assumir a existência de divergências entre direita e esquerda no seio dos militares, usando apenas definições como “*moderados*”, para a ala de Spínola, e “*liberales*” ou “*progresistas*” para a esquerda militar. Esta preocupação de não denotar divergências ideológicas insanáveis, corresponde, aliás, à mesma imagem unitária das Forças Armadas peruanas que o GRFA procurava transmitir, não obstante as divergências internas já então bem conhecidas.

Já depois da demissão, ainda se mantém a mesma linha. Por exemplo, na edição de 3 de outubro de 1974: “*Tres miembros conservadores de la junta, el cuerpo supremo supervisor de Portugal desde el Golpe de Estado del 25 de abril, fueron despedidos el lunes*”.

Pouco mais de um mês depois, a 16 de novembro, noticiando rumores de novo golpe, o jornal já faz uma alusão clara à direita, mas relacionando-a com o fascismo, ou simplesmente com a reacção, sem estabelecer qualquer ligação entre esta e as forças saídas da revolução. De facto, depois do título “*Portugal: Denuncian golpe de derecha*”, o texto desenvolve a notícia, referindo uma “*denuncia conjunta acerca de la existência de un complot fascista en Portugal*”. Esta informação é feita com base num alerta do PCP e, citando-o, referem-se “*numerosos hechos inquietantes indicativos de que la reacción intensificó sus actividades*”. Noutra citação dos comunistas na mesma notícia, “*la reacción intentará próximamente un complot fascista*”.

Na primeira referência a uma direita militar pós revolução, não se faz, portanto, qualquer separação do “fascismo”, aderindo-se a um discurso também em voga no Portugal de então, segundo o qual tudo o que não fosse de esquerda era fascista. Temos, assim, uma clara tendência para não considerar a possibilidade de existirem militares que tivessem contribuído para a queda do regime e não fossem de esquerda.

Como vimos, só a partir de janeiro, na edição de dia 5, e num contexto de confronto com Otelo, o “*general del monóculo*” deixa de ser a cabeça da revolução, para ser apenas “*la cabeza visible del movimiento que dorrocó el 25 de abril al régimen salazarista de Marcelo Caetano*”. Com esta separação, estavam abertas as portas para contextualizar a revolução em dois focos distintos, permitindo-se aceitar a existência de alguns “quistos”

direitistas entre aqueles que a executaram. Para isso, Spínola deixa de ser quem derrubou o regime, passando apenas a “*cabeza visible*”.

A partir daqui, fica claro para *La Crónica* a existência duma direita militar que, apesar de ter sido parte da revolução, é reaccionária e da qual o jornal se afasta. Na referida edição, enquanto Otelo é apresentado como um personagem conciliador, Spínola “*se extiende en un tono alarmista*”. Mas só a partir da página inteira dedicada ao golpe de 11 de março (edição de 13 de março), *La Crónica* assume claramente a existência dentro das Forças Armadas de uma “*derecha militar*”, composta pelos mesmos que, segundo um dos artigos aí incluídos, “*Intentaron eliminar al sector progresista*”, ou seja, os spinolistas.

Um dos atributos mais aplicado a esta direita, é o de “golpista”. No dia 14 de março faz-se uma análise mais aprofundada dos acontecimentos em Portugal, com dois títulos: “*Así fracasó el golpe en Portugal*” e “*Oligarcas pagaban sueldos a golpistas*”. “Oligarcas”, cabe aqui dizer, era uma palavra diletta de Velasco Alvarado, constantemente pronunciada nos seus discursos, quando afirma precisamente estar a combater a “oligarquia”<sup>271</sup> para construir um novo Peru. Isto mostra bem como, em março de 1975, *La Crónica* já tinha claro quem eram, em Portugal, “os nossos”, ou seja, a esquerda militar intitulada de “*progresista*”, e “os outros”, a direita militar, os “*golpistas*”.

Num artigo de opinião sobre “*La problemática portuguesa*” (edição de 23 de março de 1975), Hernando Aguirre Gamio falará no “*fracassado golpe derechista*”, referindo-se ao 11 de março. Na edição de 19 de abril, volta a usar-se os mesmos termos: “*Derecha intentaría nuevo golpe en Portugal*”. Este tipo de alerta irá ser uma constante, tal como aconteceu na edição de 6 de maio de 1975, quando se noticia uma informação saída no jornal do MFA: “*Portugal alerta por rumor de outro golpe de derecha*”.

Marcando claramente a sua posição, na edição de 24 de abril, *La Cronica* noticia as conclusões do inquérito ao 11 de Março, e o título escolhido não deixa margem para dúvida: “*El Pueblo estuvo contra asonada de marzo*”. O movimento liderado por Spínola é, então, considerado uma ação “*contrarrevolucionaria aplastada por la acción conjunta de las fuerzas armadas y el pueblo*”<sup>272</sup>.

Em conclusão, começando com alguma dificuldade para admitir a existência duma direita entre aqueles que fizeram o 25 de Abril, *La Crónica* vai gradualmente aceitando a sua existência, colando-a, pouco-a-pouco, a um Spínola que, antes, tinha procurado salvaguardar. Temos de esperar até janeiro de 1975 e, sobretudo, ao 11 de Março, para que assuma uma clara bipolarização entre esquerda militar e direita militar. Para entender esta mudança, devemos considerar a clarificação ocorrida na luta política em Portugal depois da “intentona” de

---

<sup>271</sup> A convicção de estar a combater a oligarquia, surge constantemente a quem leia os discursos e as entrevistas de Velasco Alvarado. Foi algo que o caracterizou até o fim; na sua última entrevista (*Caretas*, 3 de fevereiro de 1977), menos de dois anos depois da destituição, ainda diria que “*Yo sabía que en cualquier momento me botaban. Porque aquí en el Perú, fatalmente, la oligarquía nunca muere*”, ou, “*al menos durante mi gobierno a la oligarquía le hemos dado forma tal que la hecho desecho. Muchos han dicho que una de las cosas que hizo la revolución fue terminar con la oligarquía. Bueno, yo creo que no hemos terminado con la oligarquía. Han quedado restos. Y estos restos, están creciendo otra vez*”.

<sup>272</sup> “El Pueblo estuvo contra la asonada de marzo”. In: “*La Crónica*”, ed. 24 de abril de 1975.

Spínola, mas sem esquecer que estes acontecimentos decorrem pouco depois do 5 de Fevereiro em Lima, considerado por *La Crónica* como um golpe de direita, apoiado por uma coligação de forças. Dentro do regime, era bastante comentado estarem implicados elementos do próprio GRFA<sup>273</sup>, ou seja, já se falava numa divisão entre direita e esquerda dentro das forças armadas, tão forte como para provocar uma revolta de rua. Mais uma vez, a análise da situação portuguesa vai sendo condicionada pelos acontecimentos dentro do próprio Peru.

### 6.5.A direita civil

Relativamente à direita civil, no caso de *La Crónica* temos de esperar pelo período eleitoral para a constituinte, até lhe encontrarmos referências explícitas. Mesmo aí e no geral, é claramente passada a ideia de existir uma quase unanimidade socialista. Por exemplo, em abril de 1975 escrevia-se o seguinte: “*Doce partidos iniciarán mañana aquí (em Portugal) la campaña electoral (...) que deberá institucionalizar un socialismo a la portuguesa*”, mas, de entre esses, “*solo el derechista CDS (...) se abstiene de proponer alguna solución socialista, y opta por una economía social de mercado*”<sup>274</sup>.

Uma vez definido o Partido do Centro Democrático e Social (CDS) como representante da direita civil, este partido será tratado como uma espécie de enteado do processo eleitoral. A seis dias das eleições, um artigo sobre o desenrolar da campanha, considerá-lo-á “*el ‘tapado’ de la campaña*”, transmitindo a ideia de não ser um movimento de massas: “*insistirá en su línea que lo alejó de las calles y plazas portuguesas*”<sup>275</sup>. A 24 de abril, os centristas serão considerados “*quienes, tras colaborar abiertamente con Caetano, se quejan ahora de la falta de libertad*”<sup>276</sup>.

Enquistar a direita civil e, assim, diminuir o peso e dimensão deste grupo, fica claro quando o PPD é posto ao centro e apenas o pequeno CDS (e finalmente também o PPM) à direita. Numa nota sobre a posição da igreja relativamente às eleições, refere-se também o PPD, sem o considerar de direita mas apenas não marxista: “*La prohibición de votar marxista (aos católicos) excluyó solo dos partidos que son los únicos que no se reclaman de la ideología: El centrista PPD (...) y el CDS de derecha*”<sup>277</sup>.

---

<sup>273</sup> Numa entrevista à revista “*Caretas*” (nº512, 3 de fevereiro de 1977), já depois de destituído, o ex-presidente Velasco Alvarado viria a fazer acusações internas relacionadas com os acontecimentos de 5 de fevereiro:

*Lo del 5 de febrero fue hecho con el propósito de sacarme. El día anterior al 5 de febrero hubo sesión de gabinete y allí los cité al presidente del Comando Conjunto, que era Vargas, y al jefe de la Segunda Región. Y delante de todos los ministros se les dio la orden. La orden era que al día siguiente, al amanecer, el cuartel tal está tomado, está recuperado. Ahora, el cómo era cuestión de ellos. Después se les pidió que tomaran las medidas de seguridad correspondientes. Según dijeron después, ellos revisaron los planes. Pero lo cierto es que no tomaron medidas.*

<sup>274</sup> “Portugal: Inician campaña electoral”. In: *La Crónica*, ed. 2 de abril de 1975.

<sup>275</sup> “Elecciones en la reta final”. In: *La Crónica*, ed. De 19 de abril de 1975.

<sup>276</sup> “El Pueblo estuvo contra la asonada de marzo”. In: “*La Crónica*”, ed. 24 de abril de 1975.

<sup>277</sup> “Iglesia se suma al cambio social”. In: “*La Crónica*”, ed. 19 de abril de 1975.

A única voz dissonante nesta visão de minimizar a direita civil, é a do colunista Rodolfo Gershman. No seu ímpeto de defender a participação da esquerda militar no processo pós-eleitoral, considera que os militares estarão atentos se, da falta de cultura política dos portugueses, resultar um *“triumfo de los partidos más reaccionarios, cuyo espectro en este caso abarca desde los socialdemócratas del Partido Socialista y del Partido Popular Democrático a la (sic) netamente derechista Centro Democrático Social”*<sup>278</sup>.

De resto, o jornal admite a existência de mais *“derechistas”* além dos apoiantes do CDS, mas considerando-os *“oportunistas”* e infiltrados: *“El CDS, por último, recibirá los votos de todos los derechistas, aunque los más lúcidos de entre ellos quizá opte por fachadas más socializantes y no tan desprestigiantes”*<sup>279</sup>. Ou seja, aceitando que outros eleitores de direita possam ter dispersado o voto fora do único partido considerado desta área, o jornal prepara-se para anunciar uma estrondosa vitória eleitoral da esquerda, na qual englobou quase todas as forças partidárias, colocando a fronteira cinzenta num PPD considerado centrista, que poderá depois considerar num ou no outro campo, conforme a conveniência. E é precisamente isso que acontece, quando informa entusiasticamente o resultado das eleições: *“Pueblo y Fuerza Armada avanzan rumbo al socialismo”*<sup>280</sup>. Não obstante o anúncio estrondoso deste resultado, o jornal insiste na existência duma direita infiltrada na esquerda:

*En las ciudades donde la controversia política es mucho mayor, la burguesía y la clase media en general no han votado por los partidos reaccionarios. Y no lo han hecho porque, a un año de la caída del fascismo, le era más conveniente disfrazarse de progresistas y intentar defender sus intereses a través de organizaciones que se dicen socialistas*<sup>281</sup>.

Trata-se duma linha de pensamento que já fora abordada na edição de 24 de abril. Referindo-se aos resultados da investigação ao 11 de março, diz-se:

*Un partido que se presenta a las elecciones parece directamente implicado, si no en el golpe, al menos en la preparación de ese clima favorable. Se trata de la social-democracia (PPD), uno de cuyos dirigentes más destacados, Pinto Balsemão, incluyó en la revista de su dirección, “Expresso”, unas declaraciones de Spínola consideradas golpistas*<sup>282</sup>.

A conclusão deixa claro ser no PPD e até no PS que se refugiam esses referidos setores da direita. Primeiro, refere-se *“la amenazante social-democracia, bajo cuya bandera se han replegado los sectores más dinámicos*

---

<sup>278</sup> Guershman, Rodolfo. “Portugal: el porqué de las elecciones”. In: La Crónica, 26 de abril de 1975.

<sup>279</sup> “Hoy se resuelve la incognita”. In: La Crónica, ed 25 de abril de 1975.

<sup>280</sup> “Pueblo y Fuerza Armada avanzan rumbo aol socialismo”. In: La Crónica, ed 26 de abril de 1975.

<sup>281</sup> “Portugal: cuarteles y calles por el socialismo”. In: La Crónica, ed. 29 de abril de 1974.

<sup>282</sup> “El pueblo estuvo contra la asonada de marzo”. In: In: La Crónica, ed. 24 de abril de 1974

*de la derecha*". Depois, considera que a direita recorre a "*disfraces democráticos y socialistas para intentar detener el proceso iniciado el 25 de abril*".

Com este preâmbulo, o PPD vai variar entre esquerda e direita, ao sabor da conveniência. Quando se quer mostrar uma votação esmagadora pelo socialismo, o partido de Sá Carneiro está desse lado, quando se quer alertar para os riscos da direita, passa a ser infiltrado. Comentando os resultados das eleições para a constituinte, afirma-se os seguinte:

*Ahora bien, ¿son realmente socialistas los socialdemócratas del PPD? En el norte de Portugal, donde lo caciquismo (versión portuguesa del gamonalismo) impone todavía su ley, los curas anatemizaban desde el pulpito a los 'pérfidos ateos' induciendo a sus feligreses a votar por el 'Partido Popular de Dios'*

*Socialdemócratas o portavoces de la divinidad, lo cierto es que el PPD se ha convertido en el refugio de los sectores más lúcidos de la derecha conscientes de que hoy por hoy una solución abiertamente derechista es imposible en Portugal*<sup>283</sup>.

A perspetiva que *La Crónica* tem da direita civil, está bem explícita no já citado artigo onde fala do inquerito ao 11 de Março:

*Con intención política o sin ella, la investigación demuestra palpablemente que la derecha portuguesa (e internacional) utiliza todos los medios, desde el golpe cruento hasta la provocación, pasando incluso por el recurso eventual a disfraces democráticos y socialistas, para intentar detener el proceso iniciado el 25 de abril*<sup>284</sup>.

Tal como a direita militar, a civil é vista como golpista e capaz de todas as astúcias para tomar o poder e acabar com o processo revolucionário. Neste afã, temos uma espécie de triângulo conspirador e contra-revolucionário, formado pela direita civil (assumida ou infiltrada noutros partidos), a direita militar e, como vimos antes, a extrema-esquerda.

Mas, nesta separação de águas entre esquerda e direita, o jornal tem avanços e recuos na linha com que demarca uns e outros. Por exemplo, considerando que todos os partidos, exceto o CDS, se intitulam marxistas mas nem todos comunistas, conclui poder concretizar-se em Portugal "*el viejo sueño de la izquierda dogmática de crear un socialismo pluralista en el que coexistan y compitan distintas formulaciones ideológicas bajo el denominador comum de socialismo*".

---

<sup>283</sup> "Portugal: Cuarteles y calles por el socialismo". In: *La Crónica*, ed. 27 de abril de 1975

<sup>284</sup> "El pueblo estuvo contra la asonada de marzo". In: *La Crónica*, ed. 24 de abril de 1974



Podemos então perceber que, na sua definição de direita, *La Crónica* separa os partidos enquanto instituições, das pessoas que deles participam. Neste caso, vai considerar que o PPD e o PS, não sendo partidos ideologicamente de direita, têm no seu seio “oportunistas” infiltrados para levar a cabo uma contra-revolução. Para entender esta posição, temos uma vez mais de nos situar no contexto peruano da época. Como vimos, o governo de Velasco estava por então numa linha descendente que levaria ao seu fim a 29 de agosto de 1975. Nesse momento, nenhum dos integrantes do regime se atrevia a colocar em causa o seu projeto revolucionário, mas as diferentes tendências acusavam-se mutuamente de infiltrações, fossem comunistas, fossem apristas, fossem até fascistas. Por outro lado, vivia-se o rescaldo dos sangrentos protestos do 5 de Fevereiro, que o jornal se esforçou para mostrar que resultavam dum plano bem orquestrado por amplos setores da oposição.

Ao mesmo tempo, dentro das disputas internas entre tendências do regime, a referência a infiltrados contra-revolucionários eram constantes. Hector Bejar, um ex-guerrilheiro marxista formado em Cuba e entretanto convertido ao GRFA, escreveu um livro com o significativo título “*La Revolución en la Trampa*” (BEJAR, 1976) onde escreveu o seguinte: “*nos momentos cruciais, difíceis, perigosos e tensos, era possível distinguir os revolucionários dos oportunistas, aqueles que tinham aderido ao processo porque viam nele uma oportunidade positiva para o país, daqueles que ingressaram só para procurar o bem-estar pessoal*”<sup>285</sup> (p.91).

Mas esta acusação de existirem contra-revolucionários de direita infiltrados não provinha apenas da esquerda, também a direita fazia essa acusação, mas aos comunistas. Guillermo Thornedike (1976), o director de *La Crónica*, conta como foi chamado a reunir-se com o chefe da *Oficina Central de Informaciones*, então chefiada pelo General Eduardo Segura Gutierrez, sendo advertido nestes termos:

‘Temos de ser conscientes de qual é a ordem dentro da nossa Revolução que nós fazemos e dirigimos pelo bem do Peru, desse mesmo Peru que temos de defender com as nossas vidas e não como o querem manipular esses miseráveis porque você já sabe, Sr. Thornedike, você não é um ignorante, você é um homem culto e sensível, a você não lhe escapa como nos querem manipular os comunistas’<sup>286</sup> (pp.48-49)

Este clima de suspicácia interna, de mútuas acusações de infiltração anti-revolucionária, foi confirmado pelo próprio Velasco Alvarado na sua já referida última entrevista, à revista “*Caretas*”. Quando lhe perguntam pelo pior defeito da revolução, a resposta é contundente a este nível:

---

<sup>285</sup> “en los momentos cruciales, difíciles, peligrosos y tensos, era posible distinguir a revolucionários de oportunistas, aquellos que se habían plegado al proceso porque veían en él una posibilidad positiva para el país de los que ingresaron solo para buscar el bienestar personal”. (Tradução minha)

<sup>286</sup> “Tenemos que ser conscientes del orden dentro de nuestra Revolución que nosotros la hacemos y la manejamos por el bien del Perú, de ese Perú que tenemos que defender con nuestras vidas y no como quieren manipularlo esos miserables porque ya usted lo sabe, señor Thornedike, usted no es un ignorante, usted es un hombre culto y sensible, a usted no se le escapará cómo quieren manipularnos los comunistas”. (Tradução minha)

*El peor defecto de la revolución... Bueno, tenía muchos defectos. Porque yo actuaba con gente que era enemiga de la revolución. Había belaudistas, apristas, comunistas. Teníamos opositores por todos lados, inclusive ya está usted viendo, viejo, que mis ministros me traicionaron. ¿O no? Me traicionaron porque me sacaron, traicionándome. Eso fue una traición<sup>287</sup>.*

Fica assim claro que, nas suas abordagens à direita portuguesa, *La Crónica* vai aproveitar a situação portuguesa para confirmar as mesmas acusações feitas no Peru, neste caso acusando os partidos ditos socialistas e pró-revolucionários de estarem infiltrados pela direita mais recalcitrante e reacionária.

O período revolucionário português servirá, assim, como uma prova da existência dum modelo conspirativo de direita, com o objetivo parar as revoluções a partir de dentro.

Devemos observar que *La Crónica* parece assumir a existência duma direita civil em Portugal apenas quando se dão as eleições para a constituinte, até aí havia apenas o antigo regime. Como vimos, a ideia duma direita militar começou a formar-se lenta e gradualmente com a evolução do percurso de Spínola, atingindo o auge no 11 de Março. Este atraso na aceitação da existência duma direita (civil ou militar) em Portugal, deverá relacionar-se com a dificuldade de aceitar a existência na sociedade civil portuguesa de quem não fosse progressista e revolucionário, depois de tantos anos de “ditadura fascista”. Contudo, chegados às eleições para a constituinte, era impossível desconhecer a sua existência, enquistando-a no CDS ou então nos “infiltrados” que aderiam oportunisticamente ao PS e ao PPD, usando assim, como vimos, a revolução portuguesa para confirmar alertas na peruana.

Quanto à embaixada, cuja comunicação era direta ao governo e confidencial, não tinha problemas com a divulgação das suas mensagens e com o impacto que pudessem ter na opinião pública. Não será por acaso que o embaixador começa a referir a direita civil muito antes de *La Crónica*. A primeira alusão surge numa nota reservada de 2 de maio de 1974:

*En lo que respecta al Gobierno Provisorio que el programa anuncia, hay dos tendencias que podrían prevalecer para la constitución de dicho gobierno: la de escoger personalidades representativas de las diferentes corrientes políticas que no (sic) podían manifestarse con el gobierno anterior, tales sobretudo (sic) del Movimiento Socialista y Comunista; o lade (sic) invitar a personalidades independientes, sin que necesariamente tengan cariz político determinado. Al respecto, el programa adopta un criterio mixto. Pero me parece dudoso que el abanico de las corrientes políticas representadas resulta resulta a la postre muy amplio, o sea, que se piense englobar a personalidades con marcada tendencia derechista.*

---

<sup>287</sup> Entrevista a Velasco Alvarado, in “Caretas”, N° 512, 3 de fevereiro de 1977.

Por outro lado, como vimos noutra ocasião, enquanto *La Crónica* denuncia tendências dentro do PS que seriam infiltrações de direita anti-revolucionária, o embaixador encontra naturalidade neste facto, explicando o crescimento rápido deste partido como consequência da união entre “*núcleos ligados por principios generales comunes, pero nitidamente diferenciados en algunos pormenores programáticos*”. Por isso, referindio-se ao primeiro congresso dos socialistas, conclui sem dramatização política: “*va a ser un esfuerzo de síntesis, en el sentido de definir cual es la tendencia dominante, pero en el entendido de que está en juego el interés del país en su integridad*”<sup>288</sup>.

Alguma dramatização por parte da embaixada, apenas em citações que não comprometem a sua opinião, nomeadamente do Boletim do MFA: “*Las fuerzas conservadoras, y sobre todo los medios más reaccionarios, como los fascistas desalojados del poder (...) no se conforman con la nueva orden democrática y comienzan a levantar la cabeza, según lo afirma el editorial de la Comisión del programa de Movimiento de las Fuerzas Armadas*”<sup>289</sup>.

Não devemos pôr de lado uma relação entre este posicionamento e uma tendência pró-conservadora do embaixador, tanto mais que já aqui a detetamos, quando louvou claramente as palavras de regresso à ordem de Spínola e uma declaração de Galvão de Melo<sup>290</sup>. Mas a clara diferença semiótica entre o discurso do diplomata e o de *La Crónica*, mostra bem a separação entre o discurso confidencial apenas para circulação interna, representado no primeiro, e o discurso público com tendência propagandística, representado por esta última. Mostra também o que temos vindo a detetar: Perante o público, a revolução portuguesa foi colocada dentro dum molde que servia de sustentação à peruana, mesmo quando o Governo tinha informação interna que não confirmava essas conclusões.

## 6.6.0 MFA

A expressão Movimento das Forças Armadas surge pela primeira vez em *La Crónica*, na edição de 26 de abril de 1974. Numa página com várias notícias relativas aos acontecimentos em Portugal, os militares que depuseram o regime começam por ser “*las fuerzas armadas portuguesas*” (“*Las fuerzas armadas portuguesas derrocaron hoy al Primer Ministro Marcelo Caetano*”), depois são “*los rebeldes*” (“*los rebeldes anunciaron un programa de democratización*”), finalmente são o “*Movimiento de las Fuerzas Armadas*” (“*los rebeldes, que se autodenominan Movimiento de las Fuerzas armadas...*”)<sup>291</sup>.

---

<sup>288</sup> Ofício de 12 de dezembro de 1974.

<sup>289</sup> Ofício de 20 de Setembro de 1974

<sup>290</sup> Ofício de 28 de maio de 1974.

<sup>291</sup> “Fuerza Armada de Portugal Derrocó Gbno. Colonialista”. In: *La Crónica*, ed. 26 de abril de 1974.

Graças à diferença horária e a ter então uma edição vespertina que abandonaria pouco depois, já no próprio dia 25 de abril se falou da revolução em Portugal, numa página inteira, basicamente limitada a uma cronologia de acontecimentos, com base em telexes de agências noticiosas. Nessas primeiras horas, fala-se em sublevação (no próprio título: *“Se Extiende la Sublevación Militar en Portugal”*), em rebelião e rebeldes (*“se estende rebelión”*, *“esta vez los rebeldes están decididos a ir hasta el final”*), amotinados (*“los cuarteles generales de (...) están en el poder de los amotinados”*, *“fuerzas rebeldes amotinadas”*, *“comunicado de los amotinados”*), insurrectos (*“Los insurrectos anunciarón por radio...”*, *“comunicado de los insurrectos”*, *“se pronunciarón en favor de los insurrectos”*, *“atacar las fuerzas insurrectas”*, *“los militares insurrectos”*), forças sublevadas (*“Radio Club de Lisboa controlada desde la madrugada por fuerzas sublevadas”*, *“Las fuerzas armadas sublevadas”*, *“al campo de los sublevados”*).

Há apenas uma breve referência ao Movimento das Forças Armadas, mas ainda sem o considerar como substantivo dos *“sublevados”*: *“El nuevo comunicado difundido a las 6:30 lleva la firma de ‘Puesto de Comando del Movimiento de las Fuerzas Armadas’”*.

Numa tentativa de perceber os acontecimentos, a sequência de notas volta-se primeiro para Spínola, que se *“encontra en libertad”* e se *“desconocía por el momento (...) la posición del alto oficial portugués ante la sublevación militar”*. Em seguida faz-se uma ligação à revolta das Caldas: citando a AFP, o 25 de Abril é considerado *“una nueva sublevación militar”* e *“Según los primeros indicios, se trata de un movimiento semejante al que se registró en Caldas de Rainha el 16 de marzo pasado”*.

Nas primeiras 24 horas, temos então a definição dos organizadores da revolução com recurso a conceitos generalistas ainda sem aclarar concretamente, nem o movimento, nem as suas características. O MFA é referido duas vezes, mas com pouco relevo, primeiro quando se diz ter sido o primeiro comunicado assinado por um movimento com esta designação, segundo, a 26 de abril, como uma autodenominação.

No rescaldo dos acontecimentos, *La Crónica* parece apostada em dar um carácter institucional à revolução, considerando-o, não como dum grupo ou movimento, mas antes como uma acção das próprias Forças Armadas enquanto instituição. Isso fica bem claro na primeira nota da página inteira dedicada a Portugal na edição do dia 26: *“Junta militar preside General Antonio Spínola. Fuerza Armada de Portugal Derrocó Gbno. Colonialista”*.

Note-se que o jornal tinha vindo a seguir Spínola, pelo menos desde 16 de março, num artigo que saiu no próprio dia da revolta das Caldas, que estaria a ocorrer quando a edição saiu para as bancas. Numa página inteira, assinada pela *Inter Press Service (IPS)*, afirma-se o seguinte sobre a colocação dos quartéis em estado de alerta:

*Mientras los medios políticos metropolitanos vinculan el acuartelamiento de las tropas con la profundización de la controversia que ha provocado en el Estado mayor portugués la aparición del libro “Portugal y su Futuro” – única obra literaria del General Antonio de Spínola, ex Gobernador Militar en Guinea – diplomáticos africanos insisten en interpretar el estado de alerta como una repercusión inevitable de la ofensiva nacionalista (refere-se ao nacionalismo africano das guerrilhas)<sup>292</sup>.*

No dia seguinte, noticiando esta revolta, o nome de Spínola volta a ser referido, afirmando-se que o movimento era composto por oficiais seus apoiantes. Refere-se também a demissão do general dois dias antes por “*poner en duda la capacidad de Portugal para ganar sus guerras en Africa*”. Nesta ocasião, Spínola é referido como “*heroe de las guerras de Africa y portador de las más altas condecoraciones militares*”<sup>293</sup>. Um dia depois, um titulo afirma que “*Temen Nuevo Levantamiento Contra el Gobierno Portugués*” e Spínola volta a estar na berlinda:

*El Gobierno mantiene hoy acuartelados a los 20.000 soldados que tiene bajo banderas en este país, a fin de prevenir cualquier nuevo levantamiento en favor del General Antonio de Spínola, el Subjefe del Estado mayor Conjunto quien fue destituido de su cargo el jueves pasado por criticar lo que considera esfuerzos bélicos de Portugal en Africa*<sup>294</sup>.

O facto de ser um general com bastante peso e com posições alternativas sobre a guerra colonial, coloca-o naturalmente no centro da atenção, num Peru não-alinhado e com uma visão claramente crítica do colonialismo. As poucas notícias publicadas sobre a guerra colonial entre 1 de janeiro e o 25 de Abril, são sempre desfavoráveis a Portugal: “*Arrestaron a un Obispo en Portugal*”<sup>295</sup> (a propósito de Manuel Vieira Pinto, Bispo de Nampula), ou, “*Denuncian Torturas de Portugueses en Africa*”<sup>296</sup>.

Numa entrevista que saiu na edição de 1 de Março de 1974, Velasco Alvarado respondeu nestes termos a uma pergunta direta sobre a guerra colonial portuguesa:

*(Pregunta): En Argel y en la Asamblea General de las Naciones Unidas, el Perú condenó el colonialismo en todas sus formas ¿Cuál es su posición concreta frente a la independencia de Guinea Bissao, su ingreso a las Naciones Unidas y la eventualidad de una internacionalización (por intervención solidaria de potencias africanas) de las guerras coloniales portuguesas?*

*(Resposta:) El Perú simpatiza y apoya con decisión las aspiraciones a la libertad y a la independencia de los pueblos sojuzgados por el imperialismo. Como revolucionarios latinoamericanos que luchamos*

---

<sup>292</sup> IPS. “La Rebelión de los Nacionalistas”. In: La Crónica, “Suplemento Plítico”, ed. 16 de março de 1974.

<sup>293</sup> “Rebelión en Portugal Aplastó el Gobierno”. In: La Crónica, ed. 17 de março de 1974.

<sup>294</sup> “Temen Nuevo Levantamiento Militar Contra el Gobierno Portugués”. In: La Crónica, ed. 18 de março de 1974.

<sup>295</sup> “Arrestaron a un Obispo en Portugal”. In: La Crónica, ed. 16 de abril de 1974.

<sup>296</sup> “Denuncian Torturas de Portugueses en Africa”. In: La Crónica, ed. 19 de abril de 1974.

*por la liberación total de nuestra patria, tenemos una posición y un claro camino: respaldamos la lucha de otros pueblos contra el yugo extranjero. Y como es sabido hemos actuado concordes con esta posición en todos los debates internacionales en torno al problema del colonialismo*<sup>297</sup>.

Com o seguimento que vinha fazendo das posições de Spínola, tratando-se dum general e tendo o Peru esta visão sobre a guerra colonial, logicamente a sua ascensão à presidência da república deu ao movimento esse mesmo caracter institucional-militar que a própria revolução peruana tinha e propagandeava. É neste contexto que devemos enquadrar uma evolução conceptual em apenas 24 horas: No próprio 25 eram os sublevados, os rebeldes, os amotinados; no dia seguinte, eram a “*Fuerza Armada de Portugal*” e o derrotado era o “*Gbno. Colonialista*”. Outro titulo dessa edição realça: “*Nuevo líder de Portugal no Aceptó la Guerra Colonial*”.

Numa primeira fase do período revolucionário, este caracter simultaneamente militar e anticolonial, será preponderante nas referências aos organizadores da revolução. Na edição de 28 de abril, o conceito de MFA continuava sem aparecer e falava-se na “*junta militar que se há comprometido a ejecutar reformas democráticas y a poner fin a las guerras coloniales en Africa*”<sup>298</sup>. Ao mesmo tempo, a palavra “Revolução” não surge ainda, mas as referências são a um “golpe”: “*Disco Prohibido fue Señal para el Golpe en Portugal*” (ed. 28 de abril), ou “*golpe que derroco el gobierno de Marcelo Caetano*” (idem).

Com o aparecimento de diversas tendências políticas dentro do novo regime, começa a ser necessário definir quem realmente fez o 25 de Abril. Isto acontece depois de surgirem as primeiras divergências no seio das Forças Armadas, com consequências na crise do primeiro governo provisório e queda do primeiro-ministro Adelino da Palma Carlos, substituído por Vasco Gonçalves. Com estas divisões internas, já não era possível enquadrar toda a revolução no conceito geral de “Forças Armadas Portuguesas”; era preciso encontrar uma definição congregadora daqueles que, dentro deste grupo, tinham organizado o golpe e eram, supostamente, os mais progressistas ou revolucionários. Só nesse momento surge uma ideia de MFA, a partir de então constantemente usado para os identificar:

*Alarmado por la influencia del Partido Comunista y por la audiencia creciente del partido Socialista, Spínola decidió un viraje a la derecha. Los hombres de su gobierno eran en buena parte del viejo régimen. Dos proyectos de ley sobre el control de industrias y una reforma del derecho sindical, preparados por economistas del ala izquierda del SEDES (...) fueron vetados.*

*Todo esto ha precipitado la participación directa de los oficiales que manejan el Movimiento de las Fuerzas Armadas. Situados fuera del gobierno podían ser, en caso de conflicto, una solución siempre presente. No lo son más. Han tomado el toro por las astas. Ellos, los que sufrieron trece años de*

<sup>297</sup> Entrevista a Velasco Alvarado. In: La Crónica, ed. 1 de marzo de 1974.

<sup>298</sup> “Disco Prohibido fue Señal Para el Golpe en Portugal”. In: La Crónica, ed. 28 de abril de 1974.

*guerra colonial. El programa del Movimiento (...) señala que un objetivo prioritario será luchar contra la inflación y el alto costo de vida, lo que significa, concluyen, una lucha antimonopolista*<sup>299</sup>.

Neste mesmo artigo, Spínola, o que deu “*un viraje a la derecha*”, tem o seu papel na queda do antigo regime relevado para um segundo plano e agora é Vasco Gonçalves a “*cabeza principal del golpe del 25 de abril*”. Além disso, junto com a utilização substantiva do MFA, clarifica-se o seu significado: “*Muchos de los miembros del Movimiento de las Fuerzas Armadas son simpatizantes de los partidos de izquierda*”. Também, perante as tibiezas de Spínola na questão colonial, “*los pueblos africanos obtendrán con más facilidad la victoria ahora que los jóvenes capitanes ya no están tras el trono sino en él*”.

A partir daqui instala-se uma dicotomia dentro do regime, separado em duas tendências: Uma, representada por Spínola, é conservadora, direitista e dúbia no processo de descolonização; outra, o MFA, é “liberal” de esquerda e claramente anticolonial. Em “*Ambiente de Crisis en Gobierno de Portugal*” (22 de agosto), afirma-se:

*entre De Spínola, considerado substancialmente como conservador, y el ‘Movimiento de las Fuerzas Armadas’, nacido como fuerza ‘liberal’, hubo anteriormente dos momentos de crisis por lo menos, que coincidieron con las renuncias del Primer Ministro Adelino de Palma Carlos, que no era bien visto por la izquierda (...)*

*Pero lo que dividió profundamente a ambos sectores habría sido la reciente retracción de De Spínola sobre la política de descolonización que ya había anunciado.*

*En contraste con los varios representantes del movimiento de las Fuerzas Armadas, el Jefe de Estado sería ahora favorable a condicionar la independencia de los territorios portugueses de ultramar a los resultados de referéndums a organizar en las naciones interesadas*<sup>300</sup>.

Com a tensão entre os dois polos, a separação de águas vai-se fazendo. No dia 29 de Setembro anuncia-se em título que “*Golpe derechista evitan en Portugal*”. Os acontecimentos do 28 de Setembro são vistos como o confronto entre “*quienes apoyan al Presidente –considerado favorable a una política conservadora- y quienes están con el Movimiento de las Fuerzas Armadas, colocado en posición de izquierda*”<sup>301</sup>.

Mais objectivo do que *La Crónica*, o embaixador agarrar-se-á à letra dos documentos oficiais que saem da revolução, e isso leva-o a referir o MFA desde os inícios. No dia 29 de abril de 1974 escreve o primeiro ofício sobre a revolução, justificando a data com a ausência de serviço de telex e com o encerramento dos aeroportos. Procurando definir os acontecimentos, usa a proclamação ao país do Movimento das Forças

---

<sup>299</sup> LAUER, Mirko. “Los Capitanes tras el Trono”. In: *La Crónica*, ed. 6 de agosto de 1974.

<sup>300</sup> “Ambiente de Crisis en Gobierno de Spínola”. In: *La Crónica*, ed. 22 de agosto de 1974.

<sup>301</sup> “Golpe derechista evitan en Portugal”. In: *La Crónica*, ed. 29 de setembro de 1974.

Armadas, apresentado no próprio dia 25 de abril; refere também a constituição da Junta Militar “*a que preside el General António de Spínola*” e fala no programa do MFA. A sua análise não prima pelo entusiasmo, mas pela dúvida sobre a capacidade deste Movimento para implementar um programa, que, aliás, mistura com ideias próprias de Spínola:

*Cabe sin embargo hacerse las siguientes interrogantes: ¿Podrá la llamada Junta de Salvación Nacional encontrar una solución viable y aceptable a los deseos reiteradamente expresados, ya hora, actualizados por los movimientos de liberación que han venido manifestando hace largos años, constituidos en cada uno de los estados o provincias ultramarinas de África, tanto en Guinea-Bissau como en Angola y Mozambique?, ¿está en condiciones la ‘Junta de Salvación Nacional’, que como bien lo establece el manifiesto del ‘Movimiento de las Fuerzas Armadas’, de iniciar y llevar a cabo su ambicioso programa oficialmente expreso?; ¿Podrá la Junta Provisoria mantener el orden público, tal como lo ha manifestado, que es objeto ahora de grandes manifestaciones públicas, que por demás son perfectamente explicables, dentro del clima de contracción y supresión de las libertades cívicas tan largamente comprometidas por el régimen que acaba de ser derrocado?; y por último, ¿Tendrá aceptación el ‘Sistema Pluricontinental’ que ha expuesto como objetivo prioritario el Presidente actual de la Junta Provisoria, General Antonio de Spínola, y que consiste en hacer consultas plebiscitarias para la constitución de un Estado Federativo, a semejanza del Commonwealth británico; estatuto federativo dentro del contexto de una sola soberanía?*

*La Crónica* não seguirá este caminho. Como vimos, a idealização do MFA começa a ganhar consistência muito mais tarde, frente às primeiras divisões internas, passando então a ser apresentado como o movimento dos que realmente fizeram a revolução e como tendo uma tendência de esquerda. À medida que esta ideia se consolida, vai aumentando o seu apoio: A 3 de dezembro refere declarações de Vitor Alves que contribuem para cristalizar a perspectiva de equivalência entre MFA e revolução. O título “*Oficiales Optaron por la Izquierda*”, já por si é significativo.

*Coincidiendo ampliamente con las declaraciones del Primer Ministro Vasco Gonçalves, Vitor Alves señala que los oficiales del Movimiento de las Fuerzas Armadas ‘luchan por el pluralismo, por la libertad de los partidos, tanto de izquierda como de derecha. No hay duda, sin embargo, añade, que el corazón de la mayoría de los oficiales de nuestro movimiento se inclina más hacia la izquierda’<sup>302</sup>.*

Ao mesmo tempo, o MFA passa a ser um jogador no xadrez político português. Não é apenas o movimento dos que fizeram a revolução, mas uma parte ativa do debate sobre as grandes opções do país. Por exemplo, na edição de 3 de fevereiro de 1975, um título pergunta: “*Reajuste en el gobierno portugués?*” A inclusão do MFA

---

<sup>302</sup> “Lisboa: Los Oficiales Optaron por la Izquierda”. In: *La Crónica*, ed. 3 de dezembro de 1974.



no conjunto de agentes políticos ativos é clara: “*Tras el rudo debate sobre la unidad sindical o el pluralismo que separó a las fuerzas armadas y a los comunistas de los socialistas, el MFA tomó gradualmente sus distancias con el PC y la polémica es hoy triangular*”<sup>303</sup>. Conscientes de que o Movimento quer um papel no futuro político do país, e aliás defendendo-o, os jornalistas de *La Crónica* (neste caso fundamentados na AFP) mostram saber o que está em jogo:

*El centro de la polémica sigue siendo la forma institucional de las futuras estructuras de Portugal y lo que hace difícil la discusión es la misma imprecisión de las prerrogativas y funciones actuales de la parte que lleva la voz cantante, o sea, el movimiento de las fuerzas armadas.*

*Contrasta esta imprecisión con la precisión de la voluntad de los militares en la proposición de una plataforma mínima a la que todas las fuerzas políticas ‘representativas’ tendrán que adherir*<sup>304</sup>.

É significativa a colocação de “*representativas*” entre aspas, um gesto do qual podemos retirar três conclusões. Primeiro, as forças políticas referidas são partidos e, de acordo ao pensamento da revolução peruana, os partidos servem para desunir a sociedade e só aparentemente representam; segundo estes partidos ainda não foram a votos e, portanto, não se pode dizer que sejam representativos; terceiro, neste panorama, dum lado haveria o MFA, esse sim realmente representativo ou, no mínimo, legítimo, e os outros, os que se julgam representativos sem o serem. Através duma subtil peruanização do MFA, uma vez mais assistimos a uma visão local da revolução portuguesa, legitimadora das opções do GRFA.

Peruanizado, o MFA é cada vez mais considerado à esquerda. Com o 11 de Março, *La Crónica* dá mais passos no sentido da simpatia frente ao Movimento. Num dos títulos sobre tentativa de golpe (edição 13 de março), afirma-se que “*Gobierno recibe respaldo popular*”:

*Los portugueses hacen hoy el balance del intento golpista de la víspera cuyo fracaso estuvo marcado por la desvinculación de sus entorchados jefes con la masa de soldados y con el pueblo, factores de apoyo del MFA.*

*Decenas de miles de lisboetas permanecían (...) en maratónicas demostraciones de apoyo al Movimiento de las Fuerzas Armadas y al gobierno provisional.*

*La operación era parte del movimiento de los militares derechistas contra el Gobierno del Presidente Francisco Costa Gomes y el Primer Ministro Vasco Gonçalves*<sup>305</sup>.

Ficam claras duas ideias: É com o MFA que o povo está e a direita não tem apoio popular.

---

<sup>303</sup> “¿Reajuste en el gobierno portugués?” In: *La Crónica*, ed. 3 de fevereiro de 1975.

<sup>305</sup> “Gobierno recibe respaldo popular”. In: *La Crónica*, ed. 13 de março de 1974.

A partir desta data, o MFA deixa de ser visto como um movimento, para passar a ser o próprio regime, numa institucionalização militar semelhante à do GRFA. Nessa mesma edição de 13 de março, dá-se explícito relevo a esta questão: “*Institucionalizan el movimiento de las FF.AA.*”: “*El Movimiento de las Fuerzas Armadas (MFA) asumió todos los poderes en Portugal y se convirtió en el órgano dirigente de la revolución, después del fracasado golpe militar del martes*”. Além disso:

*El MFA será institucionalizado y dispondrá de dos organismos, el Consejo de la Revolución y la Asamblea General. (...)*

*La institucionalización del MFA propicia establecer un contrato y una plataforma con los partidos políticos*<sup>306</sup>.

No subtítulo desta notícia, o jornal considera que “*Revolución quedó fortificada*”.

Nesta fusão entre o regime revolucionário português e o MFA, o Movimento, enquanto tal, deixará gradualmente de ser explicitamente referido, a favor de outras expressões mais institucionalizadoras.

Na edição do dia 19 de março, “*El régimen militar izquierdista (português) acordó hoy aplazar las elecciones constitucionales hasta el 25 de abril*”<sup>307</sup>. De agora em diante, nota-se uma preocupação de engrandecer o Movimento. Em pleno Período Revolucionário em Curso (PREC), o título é “*Portugal nacionaliza las industrias básicas*” e o MFA já é “*El poderoso Consejo Militar Revolucionario*”<sup>308</sup>, um conceito trazido da revolução bolchevique<sup>309</sup> e no qual *La Crónica* vai abarcar os diversos órgãos institucionalizadores do MFA. O conceito volta a ser usado alguns dias depois: “*El consejo revolucionario militar se reunió hoy para discutir la nacionalización de una de las 200 corporaciones más poderosas del mundo*”<sup>310</sup>. A 19 de abril é “*El gobierno militar*” que “*prometió hoy aumentar el sueldo mínimo*”<sup>311</sup>.

Começa então uma espécie de hibridismo, no qual o MFA na versão institucionalizada é “Conselho revolucionário militar” ou “governo militar”, mas, na versão de movimento e negociador político, é o MFA. Nesta ótica, quando as referências são a medidas tomadas pelo governo, usam-se aquelas expressões, quando o tema é a negociação do pacto com os partidos, regressa-se à expressão MFA. Por exemplo, na edição de 23 de abril:

*Las fuerzas armadas a través de su vanguardia revolucionaria (el MFA), han manifestado que durante unos años seguirán controlando los destinos del país para asegurar la irreversibilidad de las conquistas*

<sup>306</sup> “Portugal: institucionalizan el movimiento de las FF.AA.”. In: *La Crónica*, ed. 13 de março de 1974.

<sup>307</sup> “Lisboa posterga las elecciones”. In: *La Crónica*, ed. 19 de março de 1975.

<sup>308</sup> “Portugal nacionaliza las industrias básicas”. In: *La Crónica*, ed. 13 de abril de 1975.

<sup>309</sup> Frente à possibilidade de insurreição revolucionária, o comité central bolchevique tendia a uma posição mais cautelosa e desaconselhava a sublevação, incluindo Estaline, exercendo então funções no *Pravda*. Caberia ao Comité Revolucionário Militar de Petrogrado, chefiado por Totsky, organizar e concretizar a revolução de Outubro (FAULKNER, 2017).

<sup>310</sup> “Nacionalizarían 200 compañías en Portugal”. In: *La Crónica*, ed. 18 de abril de 1975.

<sup>311</sup> “Advertencia a empresarios: Solo el Gobierno Aprobará Aumentos”. In: *La Crónica*, ed. 19 de abril de 1975.

*populares. En este período de transición, como señala el vocero del MFA, tres tareas aparecen como fundamentales: 'iniciar de forma decidida la construcción de una economía socialista; reforzar la alianza pueblo-fuerza armada a través de la creación de estructuras de participación popular a todos los niveles y de la transformación de las fuerzas armadas en un instrumento al servicio del pueblo; afirmación del MFA como fuerza política autónoma al servicio de la revolución y aglutinadora de las agrupaciones políticas de cariz genuinamente democrático'*<sup>312</sup>.

Devemos fazer aqui uma pausa para analisar a relação entre esta visão do papel do MFA e os debates desse tempo no próprio regime peruano.

Como vimos no capítulo 2.2 (“A Revolução que veio de cima”), uma das discussões dentro do regime peruano era a forma de articular o GRFA com a sociedade. O presidente Velasco era quase alérgico à solução partidária, disse-o em reiteradas ocasiões e tinha ideólogos de regime que assim pensavam, como era o caso de Carlos Delgado Olivera (1973):

As revoluções no mundo contemporâneo foram sempre processos iniciados e conduzidos por partidos políticos sujeitos a largos períodos de maturação ideológica (...). A revolução peruana escapa por inteiro a esta regra. Aqui o processo de transformação nacional inicia-se a partir da acção duma instituição, como a militar, que não só não é um partido político mas que, além disso, tradicionalmente cumpriu o papel de garante da ordem estabelecida<sup>313</sup> (p.73).

Num encontro com a imprensa, em fevereiro de 1974, quando lhe perguntam como seria possível continuar a revolução sem um partido político, Velasco Alvarado respondeu assim:

Temos de criar, de encontrar um novo caminho para resolver esse problema capital. Que isso seja utópico, que nunca se tenha dado no Peru nem noutras partes? Certo, mas isso nada prova, tampouco se tinha dado antes o caso duma Força Armada que unida realizasse pacificamente uma grande transformação social, económica e política em país algum do terceiro mundo. Sem embargo isso é o que está a acontecer no Peru há cinco anos<sup>314</sup>

Apenas um ano depois da queda de Velasco, o jornalista Guillermo Thornedike (1976), director de *La Crónica* até junho de 1975, escreveu um livro sobre os anos neste jornal, onde aborda directamente os confrontos internos sobre a questão partidária:

---

<sup>312</sup> “Portugal: Elecciones a la vuelta de la esquina”. In: *La Crónica*, ed. 23 de abril de 1975.

<sup>313</sup> “Las revoluciones en el mundo contemporáneo han sido siempre procesos iniciados y conducidos por partidos políticos sujetos a dilatados plazos de maduración ideológica (...). La Revolución Peruana escapa por entero a esta regla. Aquí el proceso de transformación nacional se inicia a partir de la acción de una institución, como la militar, que no sólo no es un partido político sino que, además, tradicionalmente cumplió el papel de garante del orden establecido.” (Tradução minha)

<sup>314</sup> “La Nueva Cronica”, 1 de março de 1974, p 2. “enemos pues que crear, que encontrar un nuevo camino para resolver ese problema capital ¿Qué eso sea utópico, que nunca se haya dado ni en el Perú ni en otras partes? Ciertamente. Pero esto nada prueba, tampoco se habái dado antes el caso de una Fuerza Armada que unida realizara pacificamente una gran transformación social, económica y política en país alguno del tercero mundo.. Y sin embargo eso es lo que está ocurriendo en el Perú desde hace cinco años.” (Tradução minha)

Ao meio dia de sábado 8 de fevereiro, o advogado Carlos Vásquez Velarde entrou na direcção do (jornal) *Expreso* (...) trazia más notícias: o COCOP seria extinto e no próximo conselho de ministros o *Gobierno Revolucionario* abandonava finalmente o princípio do não partido (...) por um movimento controlados pelos generais Tantaleán e Sala, cuja coluna vertebral seria o *Movimiento Laboral Revolucionario* (...) Uma consternação emudeceu os jornalistas (...) O MLR, partido político da Revolução Peruana! Era tão grotesco que parecia um mau sonho<sup>315</sup> (p.258).

O COCOP é acrónimo de *Comité de Coordinación de Organizaciones Populares* (p. 267), uma federação de comunidades de base popular, semelhante nos objectivos àquele que, em Portugal, ficou conhecido como Pacto Povo MFA. Dentro do regime peruano assistíamos, portanto, a um confronto entre aqueles que consideravam dever-se evoluir para uma representação partidária de cúpula, e os defensores do chamado “participacionismo”, ou seja, uma legitimação com base na relação direta entre o poder e as organizações populares.

A 10 de julho, um título de *La Crónica* permite identificar claramente que a disputas da revolução portuguesa eram analisadas sob esta perspetiva: “*Portugal: Estructuran unidad del Pueblo y de las FF.AA*”. Segundo a notícia, uma assembleia do MFA decidiu a criação

*de un movimiento civil masivo que superaría de hecho el sistema de los partidos políticos.*

*La medida establece la creación de ‘Comités Regionales del Pueblo’ como organizaciones bases de un ‘Asamblea Nacional Popular’, seguida de la vinculación de las Fuerzas Armadas con las organizaciones de base apartidarias (...)*

*Según los principios aprobados por la Asamblea del MFA, las organizaciones de base deben ser completamente independientes de los partidos y deben responder a un criterio de representatividad democrática a partir de sectores de población y unidades de producción.*

Como vimos, Thornedike, o director de *La Crónica*, inseria-se no grupo dos defensores desta solução. Não admira, assim, que este jornal saliente o papel do MFA como uma garantia da continuidade da revolução portuguesa. Aqui, como noutras ocasiões, podemos observar uma clara utilização da revolução portuguesa, trazida a terreiro para legitimar opções em confronto nos debates do regime peruano.

Na edição de 12 de maio, apresenta-se um título no qual o MFA volta a ser sinónimo institucional das Forças Armadas: “*Portugal. FF AA no serán traicionadas*”. Nesta notícia cita-se Vasco Lourenço: “*Si en algún*

---

<sup>315</sup> “Al mediodía del sábado 8 de febrero (de 1975), el abogado Carlos Vásquez Velarde entró en la dirección de ‘Expreso’ (...) traía malas noticias: Al COCOP lo liquidaban y en el próximo Consejo de Ministros el Gobierno Revolucionario abandonaba finalmente la doctrina del no-partido, (...) por un movimiento controlado por los generales Tantaleán y Sala, cuyo espinazo sería el Movimiento Laboral Revolucionario (...) Una consternación enmudeció a los periodistas (...). ¡El MLR, partido político de la Revolución Peruana! Resultaba tan grotesco que casi parecía un mal sueño”. (Tradução minha).

*momento el Movimiento de las Fuerzas Armadas de Portugal verifica que su opción socialista o su programa son traicionados por futuros gobiernos, no vacilarán en realizar otra revolución”.*

Esta fusão entre o MFA, as Forças Armadas e o Governo, acaba por dar-se também com a própria revolução, tal como no Peru transformada em substantivo do regime. “*Revolución portuguesa nacionaliza 20 empresas*”, diz um título da edição de 16 de maio. No desenvolvimento desta notícia usa-se um conceito quase paralelo ao do GRFA: “*La nacionalización de estas empresas pone bajo control del gobierno revolucionario la casi totalidad de la economía lusitana*” (sublinhado meu).

### **A Marinha e o MFA: caso de estudo**

Outra apropriação da revolução portuguesa para utilizar nas disputas internas, é o destaque dado mais do que uma vez ao facto da marinha integrar o MFA, ter uma posição socialista e apoiar revolução. Numa primeira página da edição de 21 de abril, o título é bem claro: “*Portugal: La Marina apoya la socialización*”:

*La marina, integrante del Movimiento de las Fuerzas Armadas, dio su más ferviente respaldo a la política de socialización del país (...). La marina reiteró su respaldo al proceso de cambios, que comprenderán, entre otros, la colectivización de los medios de producción, apartándose de los tradicionales esquemas capitalistas de la explotación del hombre por el hombre.*

A 22 de agosto o jornal volta a referir-se à marinha como sendo integrante do MFA e apoiando ideais revolucionários: “*Marina Portuguesa Reitera Apoyo a Vasco Gonçalves*”:

*Los representantes de la marina ante el Movimiento de las Fuerzas Armadas (...) portugués, señalan hoy en un comunicado que el conjunto del MFA ‘debe apoyar en pleno el V gobierno provisional’ del Primer Ministro Vasco Goncalves (sic) (...) Este apoyo, agregó el comunicado, es necesario para ‘poder concretar las indispensables medidas económicas y sociales que deben tomarse inmediatamente. El comunicado señaló que ‘La consolidación de nuestras conquistas y de nuestra revolución pasa necesariamente por la construcción de una frente de unidad socialista de las fuerzas que apoyan y defienden la constitución del poder popular’*

A insistência na posição revolucionária deste ramo das Forças Armadas e da sua plena participação no MFA, também tem olhos peruanos. Recordemos o capítulo 3.1, onde refiro a disputa interna no GRFA entre “liberais reformistas” e “radicais socialistas”. Esta luta ganha dimensão pública durante a doença de Velasco Alvarado, quando, em março de 1973, o ministro da Marinha, Almirante Vargas Caballero, afirma que o Peru era parte da tradição ocidental e cristã, gerando uma polémica com o jornal *Expreso*, então o mais velasquista de todos<sup>316</sup>. Noutra ocasião, o almirante afirmou que o GRFA não era um passo para outro sistema e que a revolução não terminaria no socialismo (ZAPATA, 2018, p. 20).

---

<sup>316</sup> Esta polémica foi antes da iestatização dos jornais, que só aconteceria em junho de 1974.

Numa entrevista a Maria do Pilar Tello (1983-b), já depois do período revolucionário, Vargas Caballero confidenciaria que Velasco Alvarado “Sempre dizia ‘Se a marinha estivesse com a revolução’, ‘que pena que a marinha não esteja com a revolução’. Estava sempre a dizer coisas como estas<sup>317</sup>”. O historiador António Zapata (2018) conclui que “a Marinha encabeçou uma nova tendência de direita (...) quando Velasco adoeceu, a direita militar pôs a cabeça de fora e a sua liderança foi assumida pela Marinha<sup>318</sup>” (p.21).

Podemos assim perceber e enquadrar as referências explícitas à marinha portuguesa, à sua participação ativa no MFA e ao seu espírito socialista e revolucionário. Trata-se, como noutros casos, duma utilização dos acontecimentos em Portugal, com o objectivo de legitimar opções internas, mostrando que o este ramo das Forças Armadas não tem de ser necessariamente reaccionário, podendo, até, constitui-se num dos esteios do processo revolucionário.

---

<sup>317</sup> “Siempre decía ‘Si la Marina estuviera con la Revolución’, ‘que pena que la Marina no está con la Revolución’. Siempre hablaba cosas así”. (tradução minha)

<sup>318</sup> “la Marina encabezó una nueva tendencia a la derecha en el gobierno militar (...) al enfermar Velasco, la derecha militar sacó cabeza y su liderazgo fue asumido por la Marina”. (Tradução minha)



## VII UMA REAÇÃO EM SEIS FASES

Uma vez iniciada a revolução em Portugal, podemos notar claramente cinco fases no tratamento que lhe é dado. Denomino-as da seguinte forma: Surpresa, Explicação, Expetativa, Adesão, dúvida e de novo a expetativa.

Esta periodização está bem expressa na descrição que me fez Hugo Neira quando o entrevistei: “De súbito acontece em Portugal que o exército toma uma decisão contrária ao poder (...) era um caso singular, dentro da singularidade europeia”; ou seja, a esta primeira constatação vai equivaler, na cronologia analítica de *La Crónica*, a fase de “Surpresa”.

Regressando à entrevista de Neira, concluiu depois que o exército português “não quer continuar com o mundo colonial, modificam as relações de poder mas não são socialistas nem comunistas, nem vão entregar o movimento à União Soviética”; aqui entramos na fase de “explicação”.

Continuando com esta entrevista, “Então ficamos com uma grande curiosidade de conhecer esse movimento em Portugal, que estava relacionada com uma situação especial”, ou seja, a expetativa. Por fim:

As forças armadas têm sempre um campo de autonomia, que quando o usam politicamente termina em golpe de Estado. Essa autonomia pode levar, raramente, a uma evolução ao encontro do povo, que poucas vezes aconteceu. Então, se bem que ressaltando todas as diferenças, o que se estava a passar em Portugal parecia-nos semelhante (ao Peru).

Ou seja, entramos na fase de “adesão”. Além destas, sistematizo mais duas, subseqüentes às anteriores: uma de “dúvida” e outra de “novamente a expetativa”.

Nas linhas que se seguem, procurarei sustentar esta periodização e caracterizar cada uma das fases.

### 7.1.Surpresa

Quando chegam as primeiras notícias de que estava a ocorrer um golpe em Portugal, a primeira reação de *La Crónica* é de surpresa. Aliás, esta é uma atitude mais ou menos comum em todo o mundo. Cerca de um mês antes o exército tinha feito a tentativa das Caldas mas uma rápida reação das forças leais ao Governo convenceu de que o regime estava de pedra e cal. No capítulo IV explorei e fundamentei este tema, por isso não vou desenvolvê-lo aqui.

*La Crónica* fala da nova situação em Portugal no próprio dia 25, o que se explica porque nesse tempo tinha uma edição vespertina e também pela diferença de seis horas no fuso horário. O destaque é grande, com direito a meia primeira página e uma interior inteira. O título da primeira representa bem a atitude exclamativa: “*Tanques en la calle: Temen Estalle Lucha. Se Extiende Sublevación en Portugal*”. O título da interior é



semelhante. *“Se extiende Sublevación Militar en Portugal. Tanques salen a la Calle y Ocupan Posiciones. Temen Estalle la Lucha”*.

Como também vimos no capítulo anterior, nesta primeira fase o jornal evita classificar o movimento, referindo-se aos seus estrategas e operacionais com palavras como “insurrectos”, “sublevados” ou “amotinados”. Esta página é um listado de telexes das agências noticiosas, com pouca intervenção editorial. Já depois de metade duma extensa lista de notas informativas, nota-se a preocupação de procurar identificar que tipo de golpe é, uma vez mais com pouca edição e citando comunicados do próprio movimento: *“Los insurrectos ‘desencadenaron una serie de acciones para liberar el país del régimen que desde hace tanto tiempo la controla’, anunció esta mañana la emissorsa controlada por los sublevados”*.

Depois, as atenções voltam-se para Spínola, já desde fevereiro a referência na contestação ao regime: *“Se desconocia por el momento en la capital la posición del alto oficial portugués ante la sublevación militar iniciada de madrugada”*. E aqui estabelece-se a primeira possível ligação ao golpe das Caldas: *“De Spínola fue destituido de se cargo de Jefe Adjunto del estado Mayor el 14 de marzo pasado. Dos días después estalló un movimiento militar que fue rápidamente sufocado”*. Na sequência desta referencia à Revolta das Caldas, a nota informativa seguinte já se refere ao 25 de Abril dizendo que *“Una nueva sublevación militar se produjo esta mañana en Lisboa”*, e *“Según los primeros indícios se trata de un movimiento semejante al que se registró en Caldas de Rainha el 16 de marzo pasado, cuando una columna militar marchó sobre Lisboa”*.

No primeiro dia da revolução portuguesa, a atitude é então de surpresa e revela um grande desconhecimento sobre as suas características. Não se procura explicar os acontecimentos, adotando uma postura simplesmente informativa mas, com apoio nos telexes das agências, já se começam a estabelecer os primeiros marcos referenciadores do movimento, usando para isso o comunicado onde o MFA promete *“liberar el país del regime”* e, sobretudo, procurando estender algumas pontes com as posições conhecidas de Spínola e com o golpe das Caldas.

A primeira página da edição de 26 de abril continua na mesma linha, mas já procurando encontrar alguns fatores de definição: *“Fuerza Armada de Portugal Derrocó Gbno Colonialista”*. No subtítulo diz-se terem-se sublevado para *“derrocar al gobierno colonialista que mantuvo el poder durante 30 anos”*; neste caso a atitude geral ainda é de surpresa, mas já se procura criar elementos identitários, não tanto identificando os *“sublevados”*, mas procurando entender o seu posicionamento com base numa antítese ao Governo que derrubaram, identificado como *“colonialista”*.

Na página interior continua-se na mesma linha:

- *“Junta Militar Preside el General Spínola: Fuerza Armada de Portugal Derrocó Gbno. Colonialista”*
- *“Premier Caetano se Rindió Ante un Asalto de Tanques”*

- “*Seis muertos hay en Lisboa*”

Nesta atitude geral de surpresa, há um título particularmente exclamativo: “*Más Vieja Dictadura del Mundo Se Desplató en Golpe de 12 Hs.*” Esta notícia faz uma espécie de ponte entre a fase de surpresa e a de explicação. Por um lado revela surpresa pelo facto de um regime aparentemente tão consolidado, cair tão facilmente; mas, pelo outro, avança com as primeiras explicações, relacionando as causas da revolta militar com a situação da guerra colonial, uma análise repescada da informação sobre a tentativa das Caldas e que a adesão de Spínola ajudou a consolidar:

*La crisis final del régimen – debida sobre todo a la larga guerra colonial en África surgió en julio pasado cuando se formó el llamado “Movimiento de los Capitanes” que tras aparecer como algo reivindicativo tradujo pronto sus realidades políticas al salir a la luz un libro del General Spínola.*

Passada a surpresa inicial, as tentativas de explicação da revolução portuguesa começam a surgir timidamente já no próprio dia 26 de abril. Surgem então dois embriões explicativos centrados em dois vectores, como veremos, explorados mais adiante, sobretudo o segundo: A queda duma velha ditadura, e uma postura contestatária à guerra colonial.

Esta posição coincide com as conclusões de Medeiros Ferreira: “O que impressionou primeiro a comunidade internacional foi o facto de ter sido derrubada a ditadura cinquentenária que mantinha uma guerra colonial há mais de dez anos em África” (FERREIRA, 2004, p.143).

Temos então que, mal chegados ao dia 26, já temos de passar à fase seguinte, a de “explicação”.

## **7.2.Explicação**

Como vimos, as tentativas de explicação da revolução portuguesa já começam timidamente no dia 26 e andavam em torno da queda duma ditadura com 50 anos e, sobretudo, da guerra colonial. Veremos agora que este último fator será essencial, quando no Peru se começa a tentar explicar as causas mais aprofundadamente. Este primado da guerra de África será de extrema importância porque, como abordarei adiante, um esgrimir de argumentos viria a permitir aos analistas peruanos estabelecer uma ponte entre o acontecido em Portugal e a própria revolução peruana. Mas as pontes foram mais, algumas até deturpando a realidade portuguesa, como veremos.

Para começar, a edição vespertina de dia 26 entra numa linha de enquadramento histórico do fenómeno, relacionando-o com um combate à ditadura. Socorrendo-se de informação da AFP, metade duma notícia é ocupada com a cronologia das tentativas de derrube do regime nos últimos 25 anos, começando com “*10 de octubre 1946: Un grupo de oficiales del Sexto Regimiento de Caballería se subleva en Oporto*”, e acabando em

*“31 marzo 1953: El Capitán Galvao, fundador de un grupo cívico militar que se proponía derrocar el régimen, es condenado a três años de cárcel”.*

Curiosamente, nesta enumeração não se regista o Golpe das Caldas, ocorrida um mês antes, levando-nos a concluir não ter sido estabelecida uma separação entre os dois movimentos. Spínola, considerado o inspirador dos militares que saíram em março, era agora presidente e, por isso, é natural a consideração de se estar perante a mesma revolta, mas agora numa segunda batalha vitoriosa.

Nesta edição vespertina de dia 26 nota-se, também, já estar patente uma preocupação de encontrar explicações para o 25 de Abril. Debatendo-se com o problema de não ter ainda conhecimento suficiente sobre a realidade portuguesa, mais do que a colunistas locais, *La Crónica* recorre à opinião de outros jornais, mais conhecedores da política nacional. Isso é feito em pouco mais do que ¼ de página, utilizando o *Le Monde* e à imprensa brasileira em geral. Segundo o primeiro *“Los centuriones no salieron a la calle para conjurar un peligro venido de la izquierda, como en Grecia o en Chile, pero por haber comprobado la inanidad de la tarea que el Gobierno confía en la guerra colonial”*. Já no Brasil, dizia-se que, *“El golpe de estado en Portugal puede modificar radicalmente la política africana de ese país y acelerar la independencia de Mozambique, Angola y Guinea-Bissau (...) En los medios políticos todos los comentarios se refieren al futuro de los territorios portugueses de Ultramar que, según la mayoría de los analistas, es la causa directa del levantamiento de Santarém”*.

Temos então na edição vespertina de 26 de abril, a manutenção das duas linhas de explicação, dando-se contudo muito mais relevo à questão colonial do que à queda da ditadura, sobre a qual apenas se publica uma cronologia das tentativas anteriores de a derrubar.

Contudo, neste balancear, a opressão da ditadura e a vontade de acabar com ela será o prato forte da edição de 27. Sem fazer referências à guerra colonial, diz-se que *“El pueblo portugués, com fama en Europa de ser silencioso y reatráido, habla libramente en las calles y terrazas de los cafés”*. Influenciada pela AFP com base na qual escreve, *La Crónica* diz durgirem *“espontaneamente escenas que recordaban a los observadores las de la libéacon de Paris después de cuatro años de ocupación. Aquí, la gente sufría desde hace 50 años una dictadura inmesicordiosa”*. E, num toque de romantismo, apresentam-se dúvidas sobre o futuro, perguntando: *“¿Cuánto tiempo durará la ‘primavera de Lisboa?’”*.

Nesta mesma linha tendente a encontrar no cansaço pela ditadura as causas do movimento, também a edição vespertina desse mesmo dia 27: *“Portugueses Festejan com Júbilo el Fin de Dictadura de más de 50 años”*, diz o título duma notícia onde se informa ter sido dado a Spínola o título de *“Libertador de la Patria”*, porque, *“en un día acabó com 50 años de tiranía salazarista”*.

Num suplemento político do mesmo dia 27, publica-se um extenso artigo de página e meia, enviado pela EFE. Aqui, as comparações são feitas por antítese com França e a questão argelina, dando assim ênfase ao problema colonial como origem do movimento: “*Portugal há conocido una especie de trece de mayo francés de 1958 al revés, con la sublevación victoriosa de los militares que en tierra portuguesa invirtieron el papel que desempeñó entonces el ejército francés*”.

Em seguida conclui-se ser um desfecho inevitável depois da publicação do livro de Spínola, porque “*cuando son los militares los que se oponen a una guerra, resulta muy difícil esperar que los civiles que gobiernan en Lisboa, tengan ante el pueblo credibilidad suficiente para justificar la prolongación de la lucha armada*”. E vem, uma vez mais, a questão francesa: “*El trece de mayo eran los generales que hacían la guerra, quienes creían que podrían ganarla y por eso mismo pretendían su continuación que los civiles de París rechazaban*”, enquanto em Lisboa “*los civiles del Gobierno de Caetano carecían de autoridad para decirle al país que sus militares se equivocaban*”. Segundo o artigo, isto explica “*la buena acogida que recibió por parte de la población, cansada, como era natural de un esfuerzo militar desproporcionado para los recursos del país y con mucha más inclinación para atender lo que proclaman los militares*”.

Prosseguindo nesta comparação, Spínola é considerado “*el De Gaulle portugués, es decir, el hombre que debe afrontar la tarea hercúlea de liquidar las guerras africanas de Portugal, salvar el honor nacional y restaurar la unidad de la opinión pública lusitana*”. Adiante, outra comparação: “*Considerado como um Montgomery português por la sencillez de su trato y su costumbre de mandar a la tropa sin portar las insignias de su grado*”. Este registo comparativo acompanha o artigo até ao último parágrafo: “*Habil estratega, intuitivo y ‘gaulista’, parece haber esperado, como el Presidente francés en (sic) su día, a que se le llamaría casi a gritos*”.

Entre 25 e 27 de abril, temos então três dias durante os quais a redacção de *La Crónica* é apanhada de surpresa. Não se encontrando suficientemente preparada para dar uma explicação própria, replica as primeiras reacções da imprensa internacional, detectando duas raízes para o 25 de Abril: A longevidade da ditadura e a guerra colonial.

No dia 28 o jornal começa a criar opinião própria sobre as causas do 25 de Abril, primeiro pela pena de Luis Gonzales Posada, cunhado do presidente Velasco Alvarado e futuro director cerca dum ano depois, com uma coluna em duas partes (a segunda publicada dois dias mais tarde), intitulada “*¿Por qué cayó Caetano?*”. Nesse mesmo dia também Hugo Neira assina um artigo de uma página: “*Portugal, o cómo la guerra colonial libera a la metrópoli*”. Este último é de extrema importância, porque marca o momento a partir do qual a revolução portuguesa vai ser apropriada pelo regime peruano e usada como fator de legitimação. Como veremos, será na

busca uma explicação para o 25 de Abril que começam as tentativas de encontrar paralelos entre o que acontecia em Portugal e no Peru.

Começamos por Gonzales Posada, que abre o seu artigo com um pequeno historial da situação anterior ao 25 de Abril. *“La historia se remonta a cuatro décadas atrás”, diz, “En julio de 1932 asumió el mando de la Nación, don Antonio de Oliveira Salazar, quien se mantuvo dictatorialmente en el cargo”. Salazar, “Gobernó con implacable mano dura, no permitiendo la participación ni la decisión soberana del pueblo en los asuntos de Estado”. O articulista prossegue dizendo ter essa tirania assumido uma proporção maior nas “llamadas provincias de ultramar”, o que era uma “Extraña situación. En circunstancias que el colonialismo se había batido en retirada en el mundo intero, el gobierno portugués se mantuvo firme en Guínea, Angola y Mozambique”. Rebutada a guerra, “Las fuerzas Armadas no veían con simpatías el desgaste de sus hombres y de sus armamentos en una lucha fratricida originada por una política colonialista no compartida por ellos”. Os acontecimentos precipitar-se-iam depois que “Spínola preparó, editó y publicó 10.000 ejemplares de un libro que estremecerían al gobierno y al país. Su título ‘Portugal y el Futuro’.*

Este artigo prossegue na edição de 30 de abril. Estando a escrever para latino-americanos habituados a golpes de caudilhos sem substrato ideológico, Gonzales Posada começa por explicar não ter tratado *“en este caso de remplazo caudillesco del Premier Ministro Marcelo Caetano por el General Spínola, sino más bien del derrumbamiento de toda una organización política montada desde hace cuarenta años por Oliveira salazar”*. Um tanto redundantemente volta a insistir na questão colonial: nem salazar nem caetano tinham percebido *“un mundo en recomposición y câmbios profundos, donde el colonialismo había quedado como una vieja y tosca expresión de dominación”*. Insiste também na posição de Spínola e, depois de referir a sua demissão por Marcelo Caetano, infere ter sido isso a levar os soldados a *“calentaron los tanques y luego de una primera y infructuosa rebelion, a las pocas semanas liquidaron al regime autoritário”*. Portugal teria agora à sua frente dum leque de perspectivas, algumas das quais eram certas: Spínola não seguirá *“la política colonialista de su predecesor (...) ni menos aún seguirá una línea de corte fascista tiránica”*.

Num artigo em duas partes, faz-se uma análise na qual se apresenta uma perspectiva de certa forma influenciada pela opinião internacional, já uns dias antes antes utilizada por *La Crónica* quando, na fase de “Surpresa”, recorreu à imprensa estrangeira. Segundo Gonzales Posada, a explicação para a queda de Marcelo devia-se a três fatores: a tirania da ditadura, a sua longa duração e uma guerra colonial rejeitada pelos militares.

Como disse, o artigo de Hugo Neira sai no mesmo dia 28 de abril em que se publicou o de Gonzales Posada. É mais completo e significativo, porquanto abraça a revolução portuguesa explicando-a em termos muito próximos à versão oficial (e também da historiografia) como a peruana se explicava a si mesma. Com este

artigo começa um processo de geminação entre o MFA e o GRFA, que permitirá usar aquele como fator legitimador deste.

O texto é extenso. Neira começa por fazer uma breve introdução histórica de Portugal, chegando a 1974 e dizendo terem os seguidores de Spínola uma preocupação dupla, na qual “*el destino de Portugal en el ultramar se mezcla con la preocupación por el destino mismo de la metrópoli. Dicho más claramente. Portugal actual es ‘metropoli’ de colonias ultramarinas y ‘colonia’ el mismo, presa la economía de esta nación europea subdesarrollada de las empresas ‘transnacionales’*”.

Em menos dum parágrafo, temos aqui três fatores identificadores do caso português com o peruano. Começando pelo último, uma alegada dependência das empresas multinacionais que, como vimos, era uma realidade no Peru pré-revolucionário e foi uma das principais causas da reação nacionalista que a motivou. No caso português sabemos não ser bem assim e, aliás, o problema seria antes um excessivo peso dos “monopólios” nacionais. Importa então realçar que esta análise, tergiversando parcialmente a realidade, tem a clara preocupação de trazer Portugal para o campo do Peru, geminando assim os dois processos revolucionários e abrindo caminho para a revolução portuguesa poder legitimar a peruana.

Continuando de atrás para a frente, o segundo conceito é o de “país subdesenvolvido”. Como vimos, esse era o conceito dos peruanos sobre si mesmos e, baseados nas doutrinas de Perroux e Raúl Prebisch, um dos principais objetivos do GRFA era ultrapassar esse subdesenvolvimento. Temos vários exemplos desta perspectiva, limitando-me a relembrar um excerto do discurso do presidente Velasco Alvarado (1970) no dia nacional em julho de 1969:

A dependência da América latina surge fundamentalmente das relações económicas, financeiras e comerciais dos nossos países com as nações desenvolvidas do mundo. Essas relações geram desequilíbrios altamente prejudiciais (...). Por isso o Peru defende a necessidade de introduzir modificações substantivas em áreas importantes da acção internacional. Em primeiro lugar, os termos do intercâmbio comercial com os países desenvolvidos, claramente desvantajosos para os latino-americanos, devem ser alterados sem demora<sup>319</sup> (pp.61-62)

Atente-se nesta argumentação de Velasco e voltemos ao artigo de Hugo Neira, observando que, tal como o presidente faz no Peru, o articulista conecta o subdesenvolvimento português com a dependência externa, ou seja, com as multinacionais que supostamente controlariam a economia nacional. Para realçar o significado disto, voltemos a outro discurso de Velasco, desta feita no VI Congresso Latino-americano de industriais, em abril de 1970:

---

<sup>319</sup> “La dependencia latinoamericana surge fundamentalmente de la naturaleza de las relaciones económicas, financieras y comerciales de nuestros países con las naciones desarrolladas del mundo. Tales relaciones generan desequilíbrios altamente perjudiciales para los países latinoamericanos. Por tanto, el Perú plantea la necesidad de introducir modificaciones sustantivas en áreas importantes de la acción internacional. En primero lugar, los términos del intercambio comercial con los países desarrollados, claramente desventajosos para los países de América latina, deben ser superados sin demora.” (Tradução minha)

Até ao momento os investimentos estrangeiros foram sempre menores do que os capitais que a região exporta através dos lucros das empresas multinacionais. Paradoxalmente, os países subdesenvolvidos da América Latina acabam por ser países exportadores de capitais. O nosso subdesenvolvimento contribui para financiar a expansão económica do grande industrialismo moderno no mundo<sup>320</sup> (p.203)

Logo no primeiro parágrafo de Hugo Neira temos, assim, duas colagens da revolução portuguesa à peruana. Prosseguindo nesta linha, o articulista aborda o despotismo de Salazar, mas o ênfase é mais colocado na questão económica do que na puramente política. Depois de definir o Portugal do Estado Novo como um país agrícola e pastoril, cita o “Frankfurter Allgemeine Zeitung”, perguntando: “*¿Cómo se puede hacer de un país agrícola un país industrializado, como elevar los salarios de la población activa sin comprometer el único fin que son las exportaciones, o el de la mano de obra barata? Bajo el régimen salazarista del depuesto Ministro Caetano sin duda no había solución*”.

Uma vez mais, os dois processos são colocados em paralelo: Portugal, como país agrário, de baixos salários, enfrentando os desafios duma industrialização que o regime deposto não podia enfrentar. Como vimos na Parte I, esta era também a visão do GRFA sobre o Peru, e esta era igualmente a transformação que pretendia concretizar. Sem ser muito exaustivo porque já fiz esta caracterização na primeira parte, relembro apenas as palavras do presidente Velasco quando promulgou a lei da reforma agrária em junho de 1969: “Os empresários nacionais devem ter a certeza de que o Governo Revolucionário não tem outro propósito que não seja o de garantir uma política industrial que não pode ter êxito sem a ampliação dum mercado interno de consumo como aquele que criará a reforma agrária”<sup>321</sup> (1970, p. 47). Ou então aquilo que afirmaria uns meses depois, no encerramento duma conferencia de executivos (8º CADE):

Quando em diversas ocasiões dissemos que uma das metas centrais do nosso movimento é o impulso decidido à industrialização, dissemos a verdade (...). Esta foi, precisamente, uma das motivações da Reforma Agrária. Ela obedeceu não apenas à necessidade de transformar a desigual e injusta posse da terra, mas também a distribuir riqueza para aumentar o poder aquisitivo de esse campesinato que no futuro deve ser o consumidor dos produtos manufacturados da verdadeira indústria que nunca tivemos<sup>322</sup> (Velasco Alvarado, 1970, p.162)

---

<sup>320</sup> “hasta el momento las inversiones extranjeras han sido siempre menores que los capitales que se exportan de la región por concepto de utilidades de las empresas foráneas. Paradójicamente, los países subdesarrollados de America latina resultan ser países exportadores de capital. Nuestro subdesarrollo contribuye a financiar la expansión económica del gran industrialismo moderno en el mundo”

<sup>321</sup> “Los empresarios nacionales deben tener la certeza que el Gobierno revolucionario no tiene otro propósito que el de afianzar una política industrial que no puede tener éxito sin la ampliación de un mercado interno de consumo como el que creará la aplicación de la reforma agraria.” (Tradução minha)

<sup>322</sup> “Cuando en diversas ocasiones hemos dicho que una de las metas centrales de nuestro movimiento es el impulso decidido de la industrialización hemos dicho la verdad (...). Esta fue, precisamente, una de las motivaciones de la Reforma Agraria. Ella obedeció no solamente a la necesidad de transformar la desigual e injusta tenencia de la tierra, sino también a la de redistribuir riqueza para aumentar el poder adquisitivo de ese campesinato que en el futuro debe ser el consumidor de los productos manufacturados de la verdadera industria que nunca hemos tenido.” (Tradução minha)

Tal como a revolução peruana, temos assim um 25 de Abril apresentado como um movimento que resulta de três necessidades: Libertar Portugal da dependência das multinacionais, ultrapassar o subdesenvolvimento e passar duma economia agrária a uma industrial. Maior colagem entre os dois processos seria difícil, ainda que esta visão não correspondesse necessariamente à realidade.

Neste artigo, abre-se também a porta a outro fator explicativo, que virá a ser muito usado no futuro: a consciência obtida pelos militares da injustiça do colonialismo, fruto de o testemunharem directamente durante a guerra. Mesmo sem ainda usar directamente este argumento, Neira fala no livro de Spínola e apresenta as colónias como “*economías subdesarrolladas, deformadas, dominadas. Y una población negra de base, sobreexplotada*”. Explica, por exemplo, que “*en Mozambique existe una imposición llamada ‘contribución de trabajo’ que es obligatoria , y que equivale a seis meses útiles de trabajo gratis*”.

Percebemos melhor esta referência à “contribuição de trabalho”, se recordarmos as referências feitas no Capítulo I sobre a situação dos camponeses, no longo período que vai da independência em 1821 até à revolução de 1968. Lembremos Flores Galindo (2015): “O proprietário permitia que os seus ‘colonos’ usufruíssem de terras e de gado, em troca de trabalho e/ou produtos”<sup>323</sup> (p.247). Este tipo de trabalho, prestado em troca dum pedaço de terra, não era remunerado e conhecia-se como *yaconage*: “Os *yaconas* eram uma espécie de servos dum senhor da terra, que recebiam um lote de terreno dentro da fazenda, onde praticavam uma economia de autoconsumo (...). Em troca, estavam obrigados a trabalhar nas terras do *haciendado* algunos días de la semana. No recibían salario”<sup>324</sup>. (CONTRERAS, 2013, p.82).

Temos, então, o estabelecimento dum outro paralelismo entre as duas revoluções, relacionado com a exploração dos nativos (como já vimos, no Peru, camponês era sinónimo de “índio” ou nativo), obrigados a trabalhar sem remuneração. Como vimos, uma das explicações oficiais dos militares peruanos para terem desencadeado a revolução, foi a necessidade de libertar os camponeses, numa consciência surgida precisamente quando foram chamados a combater as guerrilhas e as ocupações de terras, podendo observar *in loquo* as péssimas condições em que viviam estes grupos. Sem fazer ainda uma comparação clara, Hugo Neira abre também a porta a tal explicação: “*Hace trece años que el ejército portugués lucha en la jungla, sin resultados (...). Pero los combatientes de Cabral, aún cuando este luchador haya sucumbido físicamente, están*

---

<sup>323</sup> “El propietario permitía que sus ‘colonos’ usufructuaran tierras y ganados, a cambio de trabajo y/o productos; les conseguía coca y aguardiente, les daba protección librándolos por ejemplo del servicio militar. Para denominar a esos propietarios se acuñó un peruanismo que después tendrá curso corriente en las ciencias sociales: gamonal. Fue necesario para denominar una situación inédita derivada de la fragmentación política y la ruralización del país. El poder de los gamonales sería una síntesis entre el uso de mecanismos consensuales, con la violencia ejercida cara a cara (...). El personaje era una mezcla de racismo con paternalismo” (Tradução minha)

<sup>324</sup> “Los *yaconas* eran una suerte de siervos de un terrateniente, que recibían un lote de terreno dentro de la hacienda , donde practicaban una economía de autoconsumo (...). A cambio de ello eran obligados a trabajar en las tierras del *haciendado* algunos días de la semana. No recibían salario”. (Tradução minha)



*ganando la guerra colonial. Y por ese camino, la 'liberación' en la periferia colonial, y al interior de la propia 'metropoli'. Ni uno ni otro combate son separables".*

Os motivos apresentados por Hugo Neira para o 25 de Abril, parecem meticulosamente decalcados dos que justificaram o golpe de 3 de outubro de 1968 no Peru: Subdesenvolvimento; dependência de multinacionais; uma nova consciência das forças armadas sobre a injustiça do colonialismo, despertada durante a guerra; economia excessivamente agrária e pouco industrializada.

É também de realçar a pouca importância dada à questão política. De facto, ao contrário de Pousada, Neira dá pouca importância à ditadura, chegando a falar dum suposto “despotismo benevolente de Salazar”. Esta desvalorização, que vai em contra corrente com as análises internacionais, só pode ter uma explicação: No processo de geminação, não podia considerar-se uma grande motivação para acabar com a ditadura, pela simples razão de que, no Peru, o golpe tinha sido ao contrário, derrubara um presidente e um sistema parlamentar, instaurando um regime ditatorial.

O ênfase na guerra colonial como explicação para o 25 de Abril será constante a partir daqui. A 28 de julho, numa notícia com o título “*Spínola confirma liberación de las colonias portuguesas*”, afirma-se:

*Portugal ha estado combatiendo a los guerrilleros durante 13 años a un costo de 3.000 muertos anuales y de la mitad de su presupuesto de 4.000 millones de dólares.*

*La incapacidad del gobierno del Primer Ministro Marcelo Caetano para lograr la paz fue una de las razones que precipitaron la revolución del 25 de abril.*

Num igualmente extenso artigo datado de 6 de agosto de 1974, Mirko Lauer afirma: “*La presencia de 210.000 soldados portugueses en una operación antsubversiva que consume el 50% del presupuesto nacional, fue uno de los elementos claves que precipitaron la revolución liberal que derrocó al fascismo portugués*”. Depois, referindo-se à queda de Palma Carlos e ascensão de Vasco Gonçalves, concluirá que os militares do MFA “*han tomado al toro por las astas. Ellos, los que sufrieron trece años de guerra colonial*”.

A fase de “Explicação” vai gradualmente esbatendo-se durante agosto de 1974, começando a dar lugar a uma de “Expectativa” que, como veremos, vai evoluindo até ao 11 de março. No entanto, com o período eleitoral de abril de 1975 há um redobrar das atenções sobre Portugal<sup>25</sup> e este maior interesse levou a retomar as análises sobre as causas da revolução. É também nesse período que *La Crónica* estabelece os mais diretos paralelismos entre as motivações dos militares portugueses, e as que levaram os peruanos a derrubar o governo de Belaunde Terry.

Um dos textos enviados por Trias é muito claro e acentua ainda mais a comunhão de causas entre as duas revoluções:

---

<sup>25</sup> É nesse momento que teremos jornalistas peruanos enviados especiais a Portugal: *La Crónica* enviou Carlos Trias, *La Prensa* Mirko Lauer e o *Correo* Hugo Neira.

*La experiencia es inédita en Europa: un ejército enzarzado en una guerra colonial se levanta contra el régimen al que parece servir incondicionalmente, lo derroca y coloca sus fusiles al servicio del pueblo. Posiblemente las razones de este cambio, aparentemente tan brusco, habría que buscarlas en las propias características de dicha guerra colonial. En primero lugar era una guerra perdida de antemano (...). En segundo lugar, era una guerra que solo beneficiaba una parte minúscula de la sociedad portuguesa, la misma que oprimía y explotaba al propio pueblo metropolitano. El ejército (...) llegó a la conclusiones (sic) que no estaba defendiendo los supremos intereses de su patria, sino los intereses mezquino (sic) de la oligarquía portuguesa y, en última instancia, del imperialismo.*

Referindo-se à guerra colonial, também Fernando Aguirre Gamio assina um artigo já depois das eleições, onde afirma:

*Una guerra de este tipo (al igual que la guerra de guerrillas interna) pone en tensión a toda la sociedad. Y cuando esta, como en el caso portugués y otros similares, no tiene la solidez necesaria, coloca a descubierto las lacras y miserias que la corroen. Pone a flote las contradicciones y la debilidad para hacer frente a las necesidades de la seguridad nacional. Producida esta comprobación, la salida revolucionaria es solo una cuestión de tiempo. La gran mayoría de los mandos militares entiende que su situación funcional no está orgánicamente ligada al sistema al que han venido sirviendo y que, por el contrario, su futuro institucional depende en gran medida de un cambio sustantivo que los ponga a la cabeza del proceso revolucionario<sup>26</sup> (sublinhado meu).*

Aguirre Gamio procura claramente estabelecer esse tal paralelo entre a influência da guerra colonial e a das guerrilhas peruanas dos anos sessenta, na criação duma consciência revolucionária nos militares. Para compreendermos a transcendência desta comparação, temos de recordar aquilo que referi no Capítulo 1.7 (“Uma nova Consciência nas Forças Armadas”).

Mas as ligações não se ficam por aqui. Dois meses depois deste artigo, outro colunista, José Leoncio Velarde, refere a mesma relação entre a guerra colonial e o 25 de abril, acrescentando-lhe outro fator. Segundo diz, os oficiais portugueses “*cambiaron inmediatamente la dirección de sus fusiles identificándose con sus verdaderos intereses, por ser miembros de las clases populares de Portugal, ya que a la burguesía no le resultaba nada cómodo enviar a sus hijos a esa dura guerra y los reservaban para ocupaciones más seguras*”<sup>27</sup>.

A propósito desta afirmação, volto a socorrer-me do capítulo 1.7 da primeira parte e a citar Carlos Delgado Olivera: “a grande maioria dos oficiais provem dos sectores populares e intermédios e caracteriza-se pela sua

---

<sup>26</sup> AGUIRRE GAMIO, Hernando. “El MFA. Garantía Revolucionaria”. In: La Crónica, edição 1 de maio de 1975

<sup>27</sup> VELARDE, Jose Leoncio. “Africa y Portugal. Revolución y Descolonización”. In. La Crónica, ed. 16 de julho de 1975.

origem provinciana”, por isso, “não existe nenhum nexo fundamental que vincule os oficiais peruanos com os interesses oligárquicos”<sup>328</sup> (p.160)

Com estas referências, fica clara a tentativa de geminação entre as duas revoluções e, para isso, começa-se por criar uma irmandade nas causas de ambas.

Em síntese, a fase de “Explicação” surge apenas alguns dias depois do 25 de abril, primeiro recorrendo à opinião de agências internacionais, depois a colonistas próprios como Luis Gonzales Posada e Hugo Neira. O traço comum é o estabelecimento de paralelos entre as duas revoluções, sobretudo nas causas e nos desafios económicos. Esta necessidade de explicar a revolução portuguesa renasce com as eleições para a constituinte, quando as atenções se voltam a centrar em Portugal e vários jornalistas peruanos aí se deslocam para relatar *in loquo*. Também neste renascimento se mantem a mesma tendência, mas agora mais centrada na questão militar e não tanto na económica. É como se, frente às crescentes divisões internas entre “radicais socialistas” e “liberais conservadores”, *La Crónica* fizesse um esforço para relembrar aos militares peruanos as injustiças sociais que os tinham levado a tomar o poder.

A procura de explicações manteve-se mais ou menos presente e renascerá no período eleitoral para a Constituinte. Não obstante este renascimento tardio em abril de 1975, em agosto de 1974 entrariamos numa nova fase, a da “Expetativa”, mas isso já é tema do capítulo seguinte.

### **7.3.Expetativa**

A reação ao 25 de Abril passa, portanto, dum fase de “surpresa” desde o próprio dia, para outra de “explicação”, iniciada a 27 de abril. Como vimos, num primeiro momento o objectivo de explicar será cumprido com recurso a artigos de agências estrangeiras, que denotam uma visão europeia da revolução. A “peruanização” da análise começa com os artigos de Luis Gonzales Posada e Hugo Neira, ambos publicados na edição de 28 de abril. Se bem a preocupação explicativa nunca tenha estado totalmente de lado e, como vimos, ressurgiu com força em abril de 1975, estes artigos foram uma espécie de diapasão que marcou o ritmo das principais linhas dum visão peruana sobre o movimento português. Talvez por isso, depois da sua publicação começamos a assistir a uma nova fase, na qual a principal característica é já uma “expetativa” sobre o rumo que tomará o governo revolucionário português.

Nesta fase, manifestam-se esperanças sobre a revolução, mais do que referência a medidas concretas ou a factos. A chegada de Mário Soares a Lisboa, por exemplo, noticiada na edição de 29 de abril, não se apresenta como a garantia dum rumo, mas apenas como um conjunto de promessas. Soares terá “*insistido en la*

---

<sup>328</sup> “debe considerarse el hecho de que la gran mayoría de la oficialidad de la Fuerza Armada proviene de los sectores populares e intermedios y se caracteriza por su origen provinciano. No existe en consecuencia, ningún nexo fundamental que vincule a los intereses oligárquicos no con la clase dominante.” (Tradução minha)

*necesidad de la unión de las izquierdas*". Por outro lado, "se hizo eco, sin asumirlas, de las reivindicaciones de las masas en la calle pidiendo la 'muerte de la PIDE', los 'tribunales para los dirigentes del antiguo régimen' y el 'fin de la guerra colonial'". Uma referência também à sua disponibilidade para governar com os comunistas porque "son portugueses como nosotros" e "se pronunció por la independencia de las colonias africanas, aunque preservando los intereses materiales y las vidas de los colonos blancos".

Todo o tom é de expectativa e as declarações são apresentadas como promessas, como semi-garantias pessoais ("se hizo eco sin asumirlas", "aunque preservando los intereses"), mas não como factos concretos atribuíveis a um novo regime, cuja tendência (ou tendências) o jornal ainda não assume, ou percebe.

No Capítulo VI, procurei mostrar qual era a tendência deste jornal que, sublinho, era órgão oficial do GRFA. Vimos como as simpatias iam claramente para a esquerda militar e para o MFA, significando que, nesta fase, se está numa espécie de sondagem sobre os destinos do processo português, sem haver ainda uma certeza de que seja defensável do ponto de vista peruano. Por isso, sem assumir apoio, os textos denotam apenas a existência dessa tal expectativa.

Um tom de apoio expectante é o editorial de 1 de maio, intitulado "*Perú y Portugal. Dos pueblos amigos*", um texto escrito a propósito do reconhecimento pelo Governo peruano do novo regime português. Depois de explicar o significado deste reconhecimento à luz de princípios de "*autodeterminación de pueblos*", o editor termina traçando um perfil de Spínola, onde realça:

*En Portugal, como se sabe, la Junta de Salvación Nacional que preside el General Antonio Spínola, asumió el mando luego de varios lustros de mandato de un gobierno que sostuvo serios conflictos en sus colonias africanas, enfrentando las posiciones liberacionistas de esos pueblos del continente africano y constituyéndose en símbolo de un Imperio.*

*El Jefe de las Fuerzas Armadas de Portugal (...) inicia así, para su país, una nueva etapa no exenta de arduo trabajo, cuya meta tiende a buscar la paz entre portugueses de todas las razas y creencias.*

A cautela é óbvia. Depois de caracterizar o regime anterior como colonialista, fala-se apenas numa nova etapa sem mencionar a palavra descolonização, mas apenas "*la paz entre portugueses de todas las razas y creencias*". O jornal parece consciente das diversas tendências que existem dentro do movimento e, assim como existiam os claros adeptos da descolonização, esses que Mário Soares teria apoiado no dia anterior, coexistia também a visão federativa Spinolista, expressa em *Portugal e o Futuro*, frequentemente citado por *La Crónica* desde março.

Significativa desta cautela é, também, a primeira página da edição de 2 de maio, onde se publica uma foto de Cunhal a discursar nas comemorações do dia do trabalhador e com a seguinte legenda: "*se reiteró la*

*esperanza de que la Fuerza Armada abra nuevos rumbos a la vida política del país*". A opção pela palavra "esperança" em vez de outra claramente afirmativa, fala por si mesma.

Esta parece ser também a linha oficial do Governo peruano. No dia 2 de maio, Velasco Alvarado teve um dos seus encontros com a imprensa, com o destaque de toda a primeira página, na qual *La Crónica* realça algumas frases do presidente, uma delas é: "*Confiamos que el Nuevo Gbno. Portugués Liquide el Sistema de Oprobio para Los Países Africanos*".

No texto interior, inclui-se a resposta integral à pergunta sobre Portugal: "*El Perú extiende su mano amiga y de esperanza a un hecho histórico, que promete lograr objetivos humanos y terminar con un sistema de oprobio contra pueblos africanos*". Note-se a cautela expectantante das expressões usadas: "confiamos que", "esperança", "promete".

No mesmo sentido vai um artigo de página inteira no Suplemento Político da edição de 4 de maio, com um título bem claro: "*Portugal ¿Y qué se Pasará Con las Colonias?*". O texto é uma exposição sobre as ideias de Spínola expressas em *Portugal e o Futuro*. Na introdução afirma-se que "*muchas expectativas se abren en torno al país europeo y de sus colonias africanas. En torno a estas últimas y a la posible actitud del nuevo gobierno frente al ideal de independencia giran los comentarios internacionales*". Ou seja, literalmente, a palavra usada para referir o ânimo é "expectativas".

Transcendente para definir esta fase, é o artigo de Carlos Ortega no Suplemento Político de dia 11 de maio de 1974. Primeiro, o analista começa por enumerar alguns aspectos positivos já verificados na revolução portuguesa:

*La libertad de todos los presos políticos, la disolución del partido único, la persecución y encarcelamiento de todos los miembros del tenebroso aparato de la policía política del régimen de Caetano, el retorno triunfal de los líderes socialistas y comunistas en el exilio y su inmediato dialogo con Spínola, las declaraciones en torno de un cambio de actitud (siempre impreciso, eso sí) frente a las colonias portuguesas en el África y otros hechos semejantes contribuyeron a la increíble y eufórica fiesta del 1º de mayo en Lisboa y al ambiente de jolgorio que hasta ahora persiste aún en todo el país.*

Contudo:

*Ya van comenzando a surgir con creciente claridad los elementos que objetivamente alejan a la realidad de lo idílico. Por lo pronto es muy claro que por lo menos en este momento todo el poder está en manos del General De Spínola, cuyas convicciones políticas, más allá de su sagacidad y brillante pragmatismo, son simple y llanamente conservadoras.*

Carlos Ortega prossegue, defendendo que, face a este conservadorismo, Spínola tem agora

*por delante (...) una tarea bastante más compleja que la de dirigir una insurrección militar que en la práctica no necesitaba sino de un estímulo final.*

*Para algunos observadores la Junta de Salvación nacional tendrá que hilar muy fino para no ser desbordada por la presión de las fuerzas populares liberadas, si no tiene la visión histórica suficiente para aliarse con ellas y emprender un camino más ambicioso que el de la simple demagogia liberal.*

Depois de referir as dificuldades da descolonização, Ortega considera não ser esse o principal problema enfrentado pela revolução, mas antes

*los intereses económicos y estratégicos que se ubican en los territorios del ultramar pueden brindarle a la Junta Portuguesa una peligrosa tentación: el apoyo militar-económico a los regímenes racistas de Rodhesia y Sudáfrica que parecen terriblemente atemorizados por la evolución de los acontecimientos en Guinea Bissau y ahora en Angola y Mozambique al conjuro del cambio en la metrópoli.*

Outra dificuldade passa-se no interior da própria metrópole:

*Los líderes de la izquierda portuguesa pueden ahora moverse por lo menos con bastante libertad y tentar programas organizativos que concedan al movimiento popular suficiente fuerza para ser oídos con mayor atención (...). De todos modos no puede descartarse por el momento, que (...) el Gobierno Provisional (...) incluya a representantes de esa izquierda.*

Considerando esta possibilidade, Carlos Ortega termina, afirmando o seguinte:

*Sólo así podrá vislumbrarse cuando menos que la instauración de un régimen democrático electivo (...), suponga algo más que las tradicionales triquiñuelas de los sistemas “democráticos parlamentarios” estructurados justamente para eludir el aceso real del pueblo al poder.*

O pensamento aqui expresso é muito claro no contexto dum regime peruano que não considerava os partidos como verdadeiros representantes da população, mas antes defendia um sistema legitimador com base na participação direta, o tal “participacionismo”. Note-se, aliás, a preocupação de considerar entre aspas o conceito de sistemas “democráticos parlamentares”. No Capítulo 2.4 abordo a importância desta questão no contexto do GRFA.

Temos, assim, *La Crónica* com um claro posicionamento de expectativa sobre o que se poderá passar em Portugal. Apontam-se aspectos considerados positivos, mas referem-se outros considerados como riscos, nomeadamente a revolução pender para um conservadorismo liberal e para uma democracia representativa que, no Peru do GRFA, era considerada um obstáculo à vontade popular. Portanto, deposita-se alguma esperança na revolução portuguesa, mas ainda sem um claro apoio ou rejeição.

Este registo mantém-se nos meses seguintes. Um editorial de 31 de julho, por exemplo, feito a propósito duma declaração de Spínola reconhecendo o direito das colónias à independência, saúda esta posição, mas ressalva:

*“El 25 de abril el golpe que derrocó al Gobierno de Américo Thomas, y Marcelo Caetano quebró las formas políticas del fascismo. Puso fin a la censura y a la policía política. No ha tocado todavía las bases del poder económico y, a partir de ellas, podría reconstituirse una contrarrevolución que elimine las conquistas obtenidas”.*

Esta ressalva é, do ponto de vista do regime peruano, tão clara quanto sabemos que as primeiras medidas do GRFA, depois de tomar o poder em 1968, foram a reforma agrária e a nacionalização de importantes empresas dos setores de serviços, indústria e extrativo. Nos capítulos 2.6 e 2.7 aprofundo esta questão.

O 25 de Abril ocorre num momento em que, como vimos, o ímpeto revolucionário no Governo peruano estava parcialmente bloqueado, quer pela fragilidade física do próprio presidente, quer pelas lutas internas entre “radicais socialistas” e “reformistas liberais”. Apesar da reforma agrária de 1969 e das grandes nacionalizações de 1970, amplos e importantes setores da economia peruana continuavam em mãos privadas e estrangeiras, tanto que em 1975 irão dar-se novas nacionalizações. Estas palavras sobre os riscos corridos pela revolução portuguesa por não ter “tocado nas bases do poder económico”, parecem, então, mais dirigidas ao Peru do que a Portugal: um apoio ao que tinha sido feito, e um alerta para o que ainda faltava fazer.

Esta atitude de expectativa irá manter-se mais ou menos dominante até ao 28 de Setembro. É característica dum momento em que a revolução portuguesa ainda tem objectivos algo difusos, sendo difícil destrinçar grupos e objectivos políticos. Com o avolumar das tensões entre atores, segue-se outra fase, na qual já estão nitidamente demarcadas duas visões distintas sobre o futuro de Portugal. Quando isso acontece, *La Crónica* passará a definir de forma clara de que lado está, e esse lado será o mesmo da esquerda militar, como já vimos no capítulo VI.

Como sempre, a passagem dum fase à seguinte não é clara, havendo lugar a uma zona cinzenta, iniciada em agosto de 1974, na qual algumas notícias e artigos já denotam a consciência de existirem “uns e os outros”, começando-se a tomar posição a favor dum dos lados. Vejamos no capítulo seguinte como isso aconteceu.

#### **7.4. Adesão**

Como vimos, a fase de “expectativa” começa a 9 de abril e, como veremos, vai gradualmente dando lugar à de “adesão”. Contudo, mesmo no apogeu da primeira, já temos sinais de que *La Crónica* tem clara a existência de mais de um grupo dentro da revolução, percebendo nitidamente de que lado está.

Se o citado artigo “*Portugal. Luces y Sombras*” de Carlos Ortega, publicado a 11 de maio, é um claro expoente da “expectativa”, dá também um sinal de adesão, ao delimitar os campos entre as convicções “conservadoras” de Spínola, e uma esquerda que seria a única capaz de dar “*aceso real del Pueblo al poder*”. Com esta

delimitação está dado o sinal de apoio a uma das facções e de uma futura adesão ao movimento, se esse for o rumo seguido.

Esta posição nota-se também num trecho do editorial de 31 de julho, se bem ainda de “expetativa”, também já separando águas entre o presidente da República e o “*grupo de capitanes que condujo Spínola al golpe, y que tienen una posición progressista mucho más clara*”. Segundo este artigo, foi a importância conquistado por este grupo que obrigou Spínola a reconhecer o direito das colónias à independência, apesar da solução federativa advogada em *Portugal e o Futuro*. Separadas as duas visões, o jornal termina apoiando implicitamente os mais “progressistas”, quando saúda “*las conquistas obtenidas por los pueblos africanos. Ellas contribuyen a reforzar el necesario policentrismo que permite la viabilidad de las revoluciones nacionales, no consulares*”. Reparemos também no artifício semântico: no golpe, são os capitães que levam Spínola e não Spínola quem os leva.

Como vimos no Capítulo VI, esse posicionamento viria a ser muito claro em *La Crónica* e traduzir-se-ia no apoio ao MFA e à esquerda militar.

Além de se colocar próxima dos “capitães progressistas”, ou seja, da “esquerda militar”, *La Crónica* entende o compromisso descolonizador deste grupo como contribuindo para uma ordem mundial “policêntrica”, isto é, a mesma pela qual o Peru lutava, quando o regime se afirmava “nem comunista nem capitalista”, ou quando aderiu e foi membro proeminente do NOAL<sup>329</sup>.

A queda de Palma Carlos e a ascensão de Vasco Gonçalves, marcará um ponto de clara viragem, a partir do qual este jornal vai abandonando a atitude expectante e aderindo à revolução. O marco dessa viragem é um artigo de Mirko Lauer, “*Los capitanes trás el trueno*”, publicado a 6 de agosto, onde reproduz a mesma ideia do já referido editorial de 31 de julho, provavelmente com a mesma autoria. Para Lauer, “*Spínola estaba (...) ligado a un cierto tipo de derecha*”, mas, “*Detrás del trono, (estiveram) los jóvenes capitanes*”. Estiveram, mas já não estavam: “*Han tomado el toro por las astas. Ellos, los que sufrieron 13 años de guerra colonial (...). El nuevo primer ministro es el coronel Vasco Goncalves, cabeza principal del golpe del 25 de abril. Muchos de los simpatizantes del Movimiento de las Fuerzas Armadas son simpatizantes de los partidos de izquierda*”.

A consciência desta divisão interna dentro do novo regime português, vai sendo enfatizada até ao 28 de Setembro, com um sempre implícito apoio à “esquerda militar”, mesmo ainda não assumida como tal. “*Portugal espera otro golpe*”, diz uma notícia de 23 de agosto, onde também se refere a existência dum “*Ambiente de crisis en gobierno de Spínola*”:

*De Spínola es favorable a un proceso muy lento de descolonización, mientras que casi todos los representantes del ‘Movimiento de las Fuerzas Armadas’ están de acuerdo con una inmediata*

---

<sup>329</sup> Sobre este assunto, ver os capítulos 2.3 (“A Revolução nem comunista nem capitalista”) e 2.7 (“Política externa”)



*'liquidación' de las colonias (...). Entre De Spínola, considerado sustancialmente como un conservador, y el 'Movimiento de las Fuerzas Armadas' nacido como fuerza 'liberal' hubo anteriormente dos momentos de crisis por lo menos, que coincidieron con las renuncias del Primer Ministro Adelino de Palma Carlos, que no era bien visto por la izquierda, y con la de dos miembros de una comisión especial para la prensa que criticó algunas medidas adoptadas por el jefe de estado.*

A 25 de setembro continua o mesmo clima de enfrentamento: “*Temen en Portugal un golpe de derecha*”, diz um título. Desta vez a situação política interna é descrita através duma citação de Alvaro Cunhal, o mesmo que foi “*combatente de la guerra civil española y prisionero durante más de veinte años del régimen de Augusto (sic) Olivera Salazar*”. Cunhal,

*Explicó (...) que la situación portuguesa presenta aspectos contradictorios: por una parte se realizan importantes progresos hacia la democratización de la vida nacional y la descolonización, mientras que por la otra se está manifestando 'una febril actividad contrarrevolucionaria'.*

Citando fontes do MFA, *La Crónica* usa adjetivos clarificadores da sua posição ao lado da esquerda:

*Los sectores movimentistas concuerdan parcialmente con esta caracterización del proceso político portugués. Señalan, por ejemplo, que este se define por una 'nacionalización del proceso democrático', mientras subrayan que, compartiendo las preocupaciones de Álvaro Cunhal por la eventualidad de un golpe involutivo, están adoptando todas las medidas necesarias para acumular las reservas tácticas necesarias para enfrentar el golpe.*

Para encontrarmos uma clara adesão de *La Crónica* temos de esperar pela clarificação de posições que significou o falhanço da “maioria silenciosa” no 28 de Setembro e, sobretudo, pela demissão de Spínola. Na edição do dia 29, afirma-se claramente que “*Golpe derechista evitan en Portugal*”. O jornal não tem dúvidas de o confronto ter sido entre “*el Presidente de la república – considerado favorable a una política conservadora – y quienes están com el 'Movimiento de las Fuerzas Armadas', colocado en posiciones de izquierda*”.

Precisamente a partir da demissão de Spínola, *La Crónica* vai aderir de forma clara à Revolução portuguesa. Na mesma notícia onde fala da saída de Spínola (edição de 1 de outubro), considera-se o MFA como sendo “cada vez mais poderoso” e cita-se Vasco Gonçalves numa afirmação do reforço da unidade das Forças Armadas:

*El premier Vasco Goncalves habría pronunciado anoche un discurso por TV sobre la fallida manifestación derechista del sábado último en Lisboa y afirmado que la unidad de las Fuerzas Armadas había salido fortalecida de la prueba a la que Portugal había sido sometido (...) Goncalves se había referido a una 'crisis que acaba de superarse y de la que habían salido más fuertes el*

*Movimiento de las Fuerzas Armadas, las fuerzas democráticas y quienes se esfuerzan por llevar a Portugal por el camino del futuro.*

A seleção destas citações, sem exercício de contraditório, é uma clara demonstração de que o jornal está a tomar uma posição a favor do aprofundamento do processo revolucionário, subsequente ao falhanço da “maioria silenciosa” e à mudança de presidente da república.

Quatro dias depois, a 5 de outubro, dá mais um passo nesse sentido, acusando a CIA de estar envolvida na tentativa spinolista. Num título muito claro, afirma-se que “*La CIA fracasó en Portugal*”, considerando-se que a central de inteligência “*habría intentado manipular la manifestación de la ‘Mayoría Silenciosa’ convocada por el ex Presidente*”. No dia 30, volta a denunciar uma manipulação da CIA e ao mesmo tempo lança um acusatório alerta:

*Los Estados Unidos lanzarán ahora una campaña propagandística para demostrar que Portugal es el primer escalón de un plan comunista que incluye España, Italia y Grecia como principales objetivos inmediatos. A nivel periodístico esa campaña ya fue iniciada por una cover story (...) del semanario Newsweek que dedicó su portada de la semana pasada a este problema. Se espera en los próximos días una campaña similar a cargo del Washington Post y el New York Times.*

Num claro apoio à revolução, acrescenta-se ainda:

*Fracasados todos los intentos de desestabilizar al gobierno por medios políticos (falso enfrentamiento con la mayoría silenciosa, divisiones artificiales entre izquierda y derecha, revanchismo inoperante contra funcionarios del antiguo régimen) es posible ahora una agresión económica o una nueva provocación montada en las ex regiones coloniales.*

Não podemos entender esta posição, sem considerar aquilo que desenvolvi Capítulo 2.5: O regime peruano assumia-se como nacionalista e esse nacionalismo expressava-se sobretudo numa tenaz oposição aos Estados Unidos. Lembremos apenas que o espoletador do golpe de 1968 foi a atitude considerada imperialista da IPC, uma empresa norte americana. A primeira atitude do GRFA foi a nacionalização dos campos de petróleo de la Brea e Pariñas e da refinaria explorada por esta empresa.

As referências de *La Crónica* à interferência da CIA em Portugal demonstram assim, não só estarmos frente a uma adesão à revolução portuguesa, mas também à tipificação dum *modus operandi* norte-americano profundamente manipulador, corroborando assim as denúncias feitas no próprio Peru.

Neste sentido, o título dum notícia de 4 de novembro é ainda mais claro, agora já não só se assume a existência dum intervenção norte-americana, mas também se afirma textualmente ser contra Portugal, e não apenas contra a revolução ou contra o MFA: “*Nueva intervención de EE.UU. contra Portugal*”, isto a propósito da tentativa da administração Ford de afastar o governo português do comité de planificação nuclear da NATO.

A partir daqui vamos assistir a um processo de adesão crescente à revolução portuguesa, com seu pico a seguir ao 11 de Março. Num editorial de 8 de dezembro com o título “*Lisboa: Los oficiales optaron por la izquierda*”, cita-se novamente Vasco Gonçalves:

*‘El MFA es un movimiento antifascista. Los oficiales que lo integran establecen su unidad de acción en torno a los siguientes puntos: necesidad de derrocar al fascismo, y de poner fin a las guerras en África, restauración de los derechos fundamentales de la persona humana, desarrollo del país y mejoría del nivel de vida de las clases menos favorecidas. Son oficiales antifascistas y profundamente amantes de su pueblo y su patria’.*

O artigo termina com uma declaração de Vitor Alves: “*No hay duda (...) que el corazón de la mayoría de los oficiales de nuestro movimiento se inclina más hacia la izquierda*”.

Neste crescendo, outro editorial de 27 de dezembro já faz afirmações sem citação e, portanto, assumidas como sendo uma posição do jornal. Depois de referir o plano económico aprovado pelo Conselho de Ministros de Portugal, conclui-se:

*La revolución de Abril vino desarrollando una rigurosa estrategia antifascista destinada a desarticular el aparato represivo y político que durante varios decenios sofocó la vida política de Portugal, en esa primera etapa de lo que se trataba era de desplazar de las posiciones de mando en el Estado a quienes hicieron de ese país una dictadura fascista en la que parecía no haber salida en el sentido del progreso.*

A 2 de fevereiro, outro título refere novas manobras de bastidores do Governo norte-americano: “*¿Otra desestabilización preparan en Portugal?*”. O apoio de *La Crónica* está perto de atingir o seu auge e o marco é o 11 de Março, de cujo envolvimento dos Estados Unidos não duvidará. Na edição de dia 12 de março, o título na primeira página é claro: “*Implican a embajador de EE.UU. Spínola refugiado en España: Fracasó el Golpe*”. Ainda na primeira página, afirma-se: “*El Pueblo se lanzó a las calles dando victores a la revolución en una impresionante manifestación*”. Nas páginas interiores da mesma edição, um grande título: “*Aplastan el Golpe en Portugal*” e, nas diferentes peças noticiosas, alguns títulos que falam por si: “*Intentaron eliminar al sector progresista*”, “*Una lección para los patriotas*”. Noutro título, escolhe-se a depreciativa palavra “*cabecillas*” para enumerar os líderes do “golpe”.

No 11 de Março fica então claro aquilo que se vinha verificando: *La Crónica* está do lado da esquerda militar, contra aquelas forças que já antes tinha considerado “conservadoras” e representadas por Spínola.

Na edição de 13 de março, volta a dedicar ao “golpe” um espaço superior a meia página. Ficamos a saber que a “*Revolución quedó fortificada*” e que o “*Gobierno recibe respaldo popular*”. Quanto a Spínola, “*continúa internado en España*”, onde teve uma “*Dura acogida*”. Uma peça dá também conta de que os Estados Unidos

negaram envolvimento, mas o título é curioso por estar cinicamente na primeira pessoa, num total descomprometimento do jornal: “*EE.UU.: no tenemos nada que ver con el golpe*”. O desenvolvimento da notícia deixa caminho aberto para outra interpretação, pois, citando o porta-voz do Departamento de Estado, diz-se:

*Volvió a negar categóricamente esta tarde cualquier intervención o conocimiento previo del frustrado golpe.*

(mas)

*Al serle preguntado hasta que punto el Departamento de Estado había investigado sobre este particular, y en especial sobre la posibilidad de que la CIA hubiera colaborado de alguna forma, el portavoz se limitó a responder que hablaba exclusivamente en nombre del Departamento de Estado.*

Noutra peça afirma-se que “*Institucionalizan el movimiento de las FF.AA.*”:

*El Movimiento de las Fuerzas Armadas (MFA) asumió todos los poderes en Portugal, y se convirtió en el órgano dirigente de la revolución, después del fracasado golpe militar del martes, se anunció oficialmente hoy aquí.*

*El MFA será institucionalizado y dispondrá de dos organismos: el Consejo de la Revolución y la Asamblea General.*

Tenho de sublinhar esta referência à institucionalização por ser essencial no contexto da adesão de *La Crónica* à revolução portuguesa. Como vimos na primeira parte, o GRFA contava com três legitimações: Histórica, isto é, estava a fazer aquilo que o próprio tempo impunha; era “participacionista”, ou seja, assentava (ou procurava assentar) na relação entre o Governo e os organismos populares de base e, por último, era um Governo institucional das Forças Armadas, com um estatuto transformado em lei no próprio dia do golpe, assegurando a participação dos três ramos numa Junta Revolucionária que, além de nomear o Presidente da República, aprovava os membros do Governo.

Neste contexto, o destaque dado à institucionalização do MFA e à sua arquitectura orgânica, é essencial para *La Crónica* estabelecer um paralelo entre os dois processos, construindo uma narrativa de apoio à revolução portuguesa, usando-a como um exemplo semelhante ao peruano e, portanto, legitimador deste último.

O jornal vai continuar nesta linha. Um editorial de 14 de março, intitulado “*Desestabilización frustrada*”, prepara o terreno para as previsíveis nacionalizações, que viria a aplaudir manifestamente:

*Es preciso referirnos al hecho de que en el corto período de su existencia el gobierno portugués ha logrado un elevado nivel de movilización social y política de la población, pero que los resortes básicos de la economía aún siguen bajo el control de poderosos grupos económicos nacionales y extranjeros, situación que de no modificarse será una amenaza permanente para la estabilidad del régimen.*

Ou seja, tal como acontecera no Peru, era necessário sair da situação de dependência, retirando o poder económico aos grupos privados, isto é, nacionalizando e reservando sectores para a esfera do Estado.

Como sabemos, entre março e agosto de 1975 o período revolucionário português vai ter o seu apogeu, tanto na esfera política como na económica. Politicamente dá-se uma simbiose do MFA com a estrutura orgânica do Estado, assina-se o Pacto MFA Partidos e avança-se rumo à criação dum poder popular de base, enquadrado pela Aliança Povo MFA. Economicamente, os grupos empresariais são desmembrados, passam para a esfera do Estado e intensificam-se as ocupações de terras, antes mesmo da lei da RA, só surgida em agosto (BARRETO, 2017).

Numa série de notícias e artigos de opinião, com exceção da RA, *La Crónica* irá manifestar um apoio entusiástico a cada um destes processos. O título onde anuncia a nacionalização da banca, por exemplo, começa com a frase “*Estrategia antimonopolista*” (ed. 15 abr 1975). Todo o artigo é desenvolvido com base em declarações de Vasco Gonçalves e sem contraditório.

No dia 22 reproduzem-se dois artigos, um do *Le Monde*, globalmente favorável à nacionalização da banca portuguesa, outro do *Times*, com um teor desfavorável ao MFA. No texto introdutório do primeiro, usa-se um registo neutro, contrastante com um estilo crítico para o segundo: “*El Times de Londres, que no publicó una línea sobre la ONUDI en los días inmediatos a su inauguración, enfoca en un comentario editorial revelador sus puntos de vista sobre el Portugal*”<sup>330</sup>.

Acompanhando a continuação do processo revolucionário, um título de 26 de março afirma que “*Se fortalece orientación progresista*”. Num texto assumido editorialmente porque sem citações, diz-se o seguinte:

*El nuevo fortalecimiento del movimiento de las fuerzas armadas como factor decisivo para el ulterior desarrollo de Portugal, el comienzo del manejo económico por el Estado y la creación de nuevas relaciones en la izquierda (...) representan las decisiones más importantes del actual momento político en este país.*

A 16 de abril, *La Crónica* noticia que “*También habrá reforma agraria. Portugal nacionalizó las industrias básicas*”. Este “*también*” parece transmitir uma dupla interpretação: “*también*” porque além da nacionalização das indústrias, mas “*también*” porque tal como no Peru. As citações no desenvolvimento são claramente favoráveis; por exemplo: “*Con las nacionalizaciones de hoy y las anteriores de Bancos y Seguros, quedó ‘desmantelado el poder del capital monopolista’, dijo (Vasco) Goncalves*”.

Também sobre as nacionalizações, um editorial de 17 de abril, intitulado “*La revolución se profundiza*”, termina com a seguinte conclusão: “*Al optar por un proyecto socialista el MFA ha asumido con toda lucidez la*

---

<sup>330</sup> A referencia em tom crítico, é sobre a segunda Conferencia Mundial da Organización das nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial, que se iniciou em Lima no dia 12 de março de 1975.

*necesidad de que los trabajadores de la ciudad y el campo, en el marco de sus organizaciones, participen activamente en esta difícil pero irrenunciable tarea”.*

Assistimos assim a uma clara adesão ao processo revolucionário português. Como vimos esta tendência já é embrionária em agosto de 1974, quando começam a ser separadas as águas entre um Spínola tildado de “*conservador*” e os oficiais “*liberales*” do MFA. Fica então claro que *La Crónica* está do lado destes últimos. Com a definição do rumo revolucionário ocorrido a 28 de setembro de 1974 e com a demissão de Spínola, a adesão ao processo fica cada vez mais nítida, atingindo o pico no período entre o 11 de março e as eleições de 25 de abril de 1975, precisamente quando são tomadas as medidas económicas mais revolucionárias. Contudo, como veremos de seguida, a esta fase de eufórica adesão, segue-se outra de “dúvida” ou “adesão condicionada”, muito norteada pelo próprio processo eleitoral e pelo receio de poder estar-se a caminhar no sentido duma “democracia burguesa”, fundamentada em partidos e de tipo parlamentar-representativo. Veremos no próximo capítulo como o apoio à revolução portuguesa começa a vacilar e analisaremos os jogos argumentativos usados para salientar os riscos que, na perspectiva de *La Crónica*, estavam a ser corridos.

### **7.5.Dúvida**

Como vimos, a adesão ao processo revolucionário português foi evoluindo desde a demissão de Spínola, atingindo o pico a seguir ao 11 de Março, quando o MFA se institucionaliza e se dão as principais nacionalizações. Contudo, o processo eleitoral para a Assembleia Constituinte começa a gerar dúvidas em *La Crónica* que, recorde, era representante dum regime que desconfiava dos partidos e considerava as eleições como uma “*pseudodemocracia*”. Apoiando declaradamente o processo revolucionário português, o jornal terá então de enquadrar as eleições num contexto em que esse apoio não se volte contra o GRFA.

#### **Parecidos, mas não tanto**

Este cuidado dá-se através de três estratégias: desvalorizando o processo eleitoral, afirmando o papel de charneira revolucionária que os militares manterão independentemente do resultado e considerando idiossincrasias portuguesas geradoras de algumas diferenças entre os processos português e peruano.

No próprio dia das eleições, Portugal tem direito a uma primeira página: “*Trás médio siglo de silencio. Portugal: el Pueblo tiene la palabra*”: “*Seis millones de portugueses (...) irán hoy a las urnas por primera vez en cincuenta años para elegir entre 2.399 candidatos a 247 deputados que deberán formar la Asamblea Constituyente, un organismo que no será un parlamento con poderes legislativos*”. Vincando os poderes limitados da futura constituinte, fica bem claro o objetivo de minimizar o papel desta assembleia, e, se dúvidas restassem, clarificam-se no parágrafo seguinte: “*Las elecciones de hoy tienen pues un carácter pedagógico*

*para el pueblo, y servirán para que los partidos políticos – doce se han presentado la contienda electoral – compulsen sus propias fuerzas y adecuen sus programas a la realidad que hoy vive Portugal después de cincuenta años de dictadura fascista”.*

Depois de ter acentuado o pouco relevo dum ato eleitoral reduzido a uma espécie de experiência pedagógica, insiste-se: *“El resultado electoral no tendrá efecto sobre la composición del Gobierno que está formado por militares y por representantes del Partido Comunista Portugués, el Partido Socialista, el Partido Popular Democrático y el Movimiento Democrático Portugués”.*

Neste mesmo sentido, vai também a primeira página da edição de 23 de abril, onde anunciava a chegada a Portugal dos seus enviados especiais, para cobrir umas eleições *“que harán de servir no para acceder al poder, sino para compulsar a la opinión pública tras un año de gobierno militar revolucionario”.*

A tese que o jornal irá defender implicitamente é a dos portugueses não estarem preparados para a democracia, devido aos anos vividos em ditadura. Por isso, precisam duma espécie de tutela dos militares.

Na edição de 19 de abril ocupa-se mais de meia página com as eleições portuguesas. Num artigo sobre a campanha eleitoral afirma-se: *“Los especialistas coinciden en señalar que el pueblo portugués carecía de preparación para absorber una campaña de propaganda desta magnitud, debido precisamente a su escasa, si no nula, politización”*<sup>331</sup>.

Já no dia 24 reproduzem-se as palavras do membro do Conselho da Revolução Ramiro Correia:

*‘El Movimiento de las Fuerzas Armadas, junto con los partidos progresistas del país piensa que son necesarios tres años de esclarecimiento para poder edificar una sociedad democrática y socialista al servicio de la clase obrera. Debemos realizar un gran esfuerzo para movilizar a un pueblo que en este momento está despolitizado. Hay que tener en cuenta que sobre Portugal pesan cuarenta años de fascismo’.*

Nesse mesmo dia, uma notícia sobre o encerramento da campanha eleitoral considera a ida às urnas como um *“plebiscito”*<sup>332</sup>. Insiste-se em que os portugueses desse tempo eram *“una generación que había vivido marginada de los problemas fundamentales del país en el oscuro pasado salazarista”.* Com isto marcam a distância entre o caso peruano e o português, explicando com essa diferença a necessidade de eleições em Portugal, com base numa ideia clara: Os portugueses viviam há 50 anos sem votar, ao contrário, os peruanos, tinham um regime militar sem eleições, precisamente porque a democracia representativa não tinha funcionado.

---

<sup>331</sup> “Elecciones en la reta final”. In: “La Crónica”, ed. 19 de abril de 1975.

<sup>332</sup> “Silencio en Portugal, terminó la campaña electoral”. In: “La Crónica”, ed. 24 de abril de 1975.

Um dia depois das eleições, a edição de 26 de abril contém um artigo de Rodolfo Gueshman, intitulado “*Portugal: El porqué de las elecciones*”. Este texto é interessante porque resume todos os argumentos antes dispersos, dando-lhes a coerência dum todo. Vejamos ponto por ponto:

1. Para começar, com estas eleições, “*nada concluye ni nada comienza (...) como en algun momento desearon algunas fuerzas políticas*”. Ou seja, o processo revolucionário não termina aqui.
2. “*Para el Movimiento de las Fuerzas Armadas (...) los comicios deberán contribuir a la participación de un pueblo cuya capacidad de participación fue opacada por cincuenta años de fascismo*”. Portanto, sustenta a tese da função pedagógica das eleições e realça a diferença relativamente ao Peru, onde a revolução aconteceu, não por falta de sufrágio popular, mas sim e precisamente devido à incapacidade dos partidos e do sistema de representação parlamentar.
3. “*No se trata, (...) como también lo han afirmado las Fuerzas Armadas, de perder en las elecciones lo que ha sido ganado por las armas*”. Aqui realça-se a própria revolução como base de legitimação, o que era um princípio altamente defendido por Velasco Alvarado, como vimos no Capítulo 2.4.
4. “*Aún que la falta de cultura política favorezca el triunfo de los partidos más reaccionarios (...) los militares estarán ahí para cautelar el avance del proceso revolucionario*”. Uma vez mais diminui-se a importância da eleição, considerando as Forças Armadas como uma garantia contra qualquer possibilidade resultante duma “falta de cultura” dos eleitores. Isto enquadra-se no mesmo princípio da própria revolução como fator legitimador. Note-se também que, tão prolixos a falar no MFA, neste caso opta-se pela designação mais geral de “militares”, considerando assim o conjunto das Forças Armadas e não apenas o seu Movimento. Como vimos no mesmo Capítulo 2.4, um dos fatores de legitimação do GRFA era emanar institucionalmente dos três ramos militares: Exército, marinha e aviação.
5. “*Portugal no es en todos sus aspectos Tercer Mundo. Si lo es en sus características socio-económicas de país subdesarrollado, con pocas industrias, la mayor parte de ellas artesanales (...) y con gran parte de la población radicada en el campo, donde todavía prevalecen, sobre todo en el sur, los grandes latifundios*”. Mas, “*Solo lo es en cambio parcialmente en el dominio político, influenciado este último por la historia europea. Ello se expresa en las corrientes políticas partidarias, que resistieron a la dictadura, modeladas sustancialmente por la imagen de sus congéneres del continente*”. Ou seja, aqui explicam-se as eleições pelo facto de, apesar de Portugal ter semelhanças com o Peru (tem uma economia terceiro-mundista), tem também



diferenças (está na Europa e é influenciado pelas correntes Europeias). Assim sendo, as eleições acontecem, não pelas semelhanças mas pelas diferenças entre os dois países. Esta ideia conclui com a seguinte afirmação: “*Si hay algo, en cambio realmente original en la política portuguesa, es el Movimiento de las Fuerzas Armadas*”; isto é, a parte de Portugal que se assemelha ao Peru é o MFA, precisamente o mesmo que garantirá a continuidade da revolução, independentemente do resultado das eleições.

6. “*Ello no implica que los militares portugueses no coloquen a los grupos políticos en su justo sitio. Como ha señalado en la conferencia de prensa del Movimiento de las Fuerzas Armadas, su jefe de divulgación, el Teniente de Marina Ramiro Correa: ‘En Portugal el fascismo cayó gracias a la intervención de las fuerzas armadas. No fue el pueblo quien lo derrocó’*”. Segue-se uma conclusão retirada desta premissa: “*Son las fuerzas armadas, entonces, quienes conducen el proceso y las que están encargadas de promover una serie de medidas económicas a través de las cuales aparecen, esta vez sí claramente, los lazos que unen a ese país con el Tercer Mundo*”. Ou seja, uma vez mais, quem representa o modelo do Terceiro Mundo em Portugal (portanto quem se assemelha ao Peru), são as Forças Armadas, que são também a garantia de continuidade do processo revolucionário.
7. E agora, temos um significativo trecho sobre esse papel condutor das Forças Armadas: “*Es lo que indica a la vez la nacionalización de la banca, la expropiación de las industrias básicas (...) y la puesta en marcha de la reforma agraria*”. Nesta passagem evidencia-se o processo de geminação das duas revoluções, pois são as Forças Armadas e não os partidos que concretizam o processo de mudança, com medidas económicas semelhantes às do GRFA.
8. “*La forma de pluralismo adoptada por el MFA, responde entonces a la realidad de su propio país*”. Aqui temos, uma vez mais, a afirmação de diferenças entre os dois países, sendo apenas a parte diferente a justificar as eleições.
9. “*Sin ignorar los riesgos de tal opción, los comicios deberían incentivar aún más esa participación y concientización del pueblo, constituyéndose al mismo tiempo las Fuerzas Armadas en garantía de que el proceso que vive el Portugal no habrá de ser desvirtuado*”. Realço aqui a referencia a uma maior participação do povo, fazendo-se uma demarcação entre os partidos e o próprio povo e apontando assim para formas de legitimação mais “participacionistas” do que partidárias (ver capítulo 2.4).

Deste conjunto de considerações, conclui-se pela existência dum claro desconforto gerado pelo processo eleitoral, ocorrido numa revolução defendida por *La Crónica* mas, neste aspecto, contraditória com as ideias

fundamentais dum GRFA, para o qual um sistema de representação partidária era apenas “*pseudodemocracia*”. Para isso, pratica-se um autêntico malabarismo argumentativo, separando na revolução portuguesa o resultante duma influência europeia (os partidos, as eleições), do genuíno e original (o MFA). Rodolfo Gershman conclui claramente ser esta parte genuína a que se assemelha ao Peru e, também, a única garantia de que o processo revolucionário continuará, apesar das eleições.

Ainda assim, a dúvida persiste, está implicitamente presente na globalidade do artigo e concretiza-se em diversas afirmação, tal como aquela onde admite a possibilidade de que “*la falta de cultura política favorezca el triunfo de los partidos más reaccionarios*”, ou quando se faz referencia a “*los riesgos de tal opción*” (a marcação das eleições).

No dia 28, outro editorial refere-se também à ida às urnas em Portugal. Ai joga-se com duas possíveis interpretações do resultado: Ou “*han evidenciado de manera incontestable las tendencias socialistas del electorado portugués*”, ou “*la distribución de más de 60% de los sufragios entre el Partido Socialista y el Partido Popular Democrático*”, evidencia “*la preferencia del electorado por un socialismo democrático en libertad, y su repudio al Partido Comunista*”.

*Este juego político que las elecciones han colocado un poco más al centro de la escena, no puede sin embargo opacar un dato fundamental: son las Fuerzas Armadas portuguesas quienes continúan ejerciendo el poder (...). Se puede aventurar, en ese sentido, que si el Movimiento de las Fuerzas Armadas estuvo en un momento más próximo del Partido Comunista, fue porque este último significó un respaldo mucho más sólido para el lanzamiento de un programa económico destinado a subrayar, frente a cualquier ilusión de liberalismo, la irreversibilidad del proceso. Ahora que el paso ha sido dado, el triunfo del Partido Socialista viene a reequilibrar la balanza, sin que por ello sus tendencias derechistas puedan inclinarlo hacia los EE.UU. o el occidente europeo. Sin sujetarse a hegemonías de ningún tipo, la revolución portuguesa parecería así seguir su marcha ascendente con el concurso de fuerzas políticas dispares, y a veces hasta contrapuestas.*

O esforço argumentativo volta a ser claro. A revolução portuguesa tinha sido usada internamente num processo de auto-legitimação da peruana e não podiam, agora, assumir, nem a possibilidade de estar a entrar num processo de abrandamento, nem a derrota do espírito revolucionário nas eleições.

Contudo, *La Crónica* sabia perfeitamente terem sido derrotadas as correntes mais revolucionárias, e conhecia muito bem a visão negativa de Mário Soares, o grande vencedor, sobre o “modelo peruano”.

Como referi, Mirko Lauer foi um dos enviados especiais às eleições. Nesse momento escrevia para *La Prensa*, mas foi no mesmo grupo de Carlos Triás, o enviado de *La Crónica*, nunca se separaram e até andaram pelo

país no mesmo carro alugado<sup>333</sup>. Num artigo escrito no jornal *La Republica* em janeiro de 2017, Lauer recordou essa viagem e referiu o seguinte:

*Logramos una cita con Soares, que luego sería primer ministro del país. Fue un encuentro breve, pero donde se pudo conversar. A Soares no le gustó nada nuestra posición velasquista, y nos lo dijo claramente. Después de todo el sentimiento de la hora era regresar a una democracia civil, y evitar que los militares se quedaran en el poder. Soares nos hizo ver que estábamos más bien descolocados*<sup>334</sup>.

Entrevistei-o no âmbito do meu trabalho de campo, em março de 2018, tendo confirmado “um encontro com Mário Soares, que não correu muito bem, não gostou da nossa posição porque nós já vínhamos radicais do Peru... e claro, em Portugal, a rua radicalizava imediatamente os jovens... dei-me mal com Mário Soares”.

Ou seja, as eleições marcavam o princípio do fim do processo revolucionário e *La Crónica* estava consciente disso. Mas era necessário recorrer a todos os argumentos para não aceitar essa realidade, pois Portugal tinha sido apresentado com um exemplo legitimador da revolução peruana, também ela a lutar pela sobrevivência e já na sua reta final

Nesse mesmo sentido, no dia 1 de maio sai um artigo de Hernando Aguirre Gamio: “*El MFA: Garantía Revolucionaria*”, no qual, novamente, se enaltece o papel das Forças Armadas portuguesas para a continuidade do processo revolucionário:

*aparte de mostrar una genérica inclinación revolucionaria en los sectores populares, (as eleições) han servido como piedra de toque para afirmar el carácter de vanguardia socialista que ostenta el Movimiento de las Fuerzas Armadas. Las proclamaciones en torno a los comicios y sus resultados formadas por prominentes líderes del MFA (...) son muy claras y significativas a respecto. En síntesis, han establecido que la revolución iniciada el 25 de abril de 1974 posee una orientación definida y se ha trazado objetivos bien delimitados. Se trata de una revolución que persigue el establecimiento de una sociedad socialista plural, vinculada al Tercer Mundo, sin por eso renegar de un europeísmo bien entendido.*

Estamos portanto, e uma vez mais, perante a necessidade de mostrar como, apesar dos vencedores penderem para a Europa ocidental, a revolução continuava pela mão dos militares, não perdendo assim uma linha de socialismo próximo do terceiro mundo, ou seja, do Peru. Em seguida, desvaloriza novamente as eleições, já que “*Esos lineamientos están fuera de discusión y figuran en el pacto preelectoral suscrito entre el*

---

<sup>333</sup> Entrevista em Março de 2018.

<sup>334</sup> LAUER, Mirko. “Abril en Portugal”. In: “La República”, edição 17 de janeiro de 2017. Consulta 1-11-2018: <https://larepublica.pe/politica/1007968-abril-en-portugal>

*MFA y los partidos políticos que apoyan el proceso revolucionario*". Por isso, as eleições não tiveram "la transcendencia que habrían podido tener sin la existencia de ese pacto".

Seguidamente, tergiversando, explica-se como o resultado eleitoral teria servido para reforçar esse papel do MFA:

*Los electores fueron a las urnas teniendo en cuenta el pacto en referencia. Sabían que votar por los partidos que apoyan el proceso significaba votar por el socialismo, dentro de los marcos señalados. En esto no había equívoco ni engaño posible. Y votaron en forma aplastante por esos partidos y, lo que es más, por aquellos que presentaron explícitamente una plataforma socialista.*

Daqui surge a conclusão, com uma lógica formal quase silogística: "En consecuencia, la posición del MFA ha salido fortalecida. La concordancia de aquel con el pueblo se ha revelado en forma indubitable".

"¿Porqué entonces la convocatoria a elecciones?", pergunta ainda Aguirre Gamio. E logo responde repetindo o usual argumento de existirem algumas diferenças entre Portugal e o Peru, tendo sido essas diferenças a justificar eleições: "La necesidad del pueblo portugués manifestar su presencia, tras casi cincuenta años de ominiosa dictadura fascista".

E vem então a clara demarcação entre Portugal e o Peru neste fator:

*Mientras que en otros países – como el nuestro por ejemplo – la mayoría de los partidos políticos estaba comprometida con el antiguo régimen de expoliación, corrupción y demagogia; con el sistema basado en la dependencia imperialista y la complicidad oligárquica; en Portugal no ocurría lo mismo. Por el contrario, los partidos políticos ofrecían una alternativa al régimen derrocado.*

Seria portanto essa diferença, e só essa diferença, a justificar "su participación en el proceso y, la posibilidad de elecciones inmediatas". E as Forças Armadas surgem uma vez mais como a única garantia duma via revolucionário independente, frente às pressões internas e externas:

*No sabemos hasta qué punto esas direcciones partidarias resistirán a las presiones en cuestión, pero si es posible – por la experiencia del año transcurrido – suponer que la garantía contra cualquier desviación se halla en la existencia del Movimiento de las Fuerzas Armadas, y del pacto a que nos hemos referido.*

Como se vê em mais do que uma análise, foi construída uma visão demarcadora de semelhanças e diferenças entre os dois países, sendo sempre as diferenças a justificar o sufrágio em Portugal, e as semelhanças a explicar o poder revolucionário do MFA. Com esta estratégia evita-se que o apoio dado à revolução portuguesa acabe por ter um efeito perverso, num regime cujo modelo de legitimidade assentava numa negação do papel dos partidos e das eleições.

## Uma revolução com ameaças

Um mês depois das eleições, acentuavam-se em Portugal as contradições partidárias, sobretudo entre os partidos Socialista e Comunista, consubstanciadas em episódios amplamente explorados e divulgados internacionalmente, como foi o caso do jornal *República*. Assistindo a uma fratura que pode levar ao fim do processo revolucionário, *La Crónica* vai mantendo uma postura de “adesão com dúvidas”, realçando a continuidade do processo, mas sem deixar de se referir as ameaças que se lhe colocam.

Na edição de 25 de maio, Julio Adan assina um artigo intitulado “*Portugal: La falsa disyuntiva*”, no qual, depois de constatar não haver conciliação possível entre socialistas e comunistas, conclui que, apesar de ameaçado pelos partidos, o processo revolucionário pode estar garantido por uma solução “participacionista” impulsionada pelo MFA:

*Desde el mismo Movimiento de las Fuerzas Armadas, la creación de comités de base o consejos revolucionarios, parecería sin embargos demostrar que la revolución reencuentra en la contradicción un camino propio más cercano de las opciones tercero mundistas que a los intereses en pugna directa o indirectamente desde el exterior.*

Estamos então frente a uma adesão, mas com contornos muito semelhantes aos de um ano antes, durante a fase de “expetativa”. O jornal identifica um conflito, tem dúvidas sobre o caminho seguido, mas identifica claramente as fações: dum lado, os partidos, sujeitos a pressões externas e, do outro, o MFA, garantia duma via revolucionária autónoma e com esse mesmo teor “participacionista”, mais idealizado do que concretizado pelo GRFA. Entre uns e o outro, a posição é muito clara: *La Crónica* está com o MFA.

O artigo prossegue. Referindo-se à “*campaña exorcista contra el comunismo que lleva adelante el Partido Socialista*”, diz não ter o objetivo de atacar o PCP, mas sim, “*más que nada a cuestionar la orientación tercermundista de los militares. Estos últimos, por su parte, no han dejado de reiterar sus intenciones de realizar un socialismo nacional, no rojo sino de ‘arco iris’, según las palabras del Almirante Rosa Coutinho*”.

Temos assim, de novo, a constatação duma dicotomia, numa análise semelhante à do ano anterior, quando se opôs um Spínola “*conservador*”, aos “*oficiales liberales*” que viriam a constituir a esquerda militar. Neste caso, os polos opostos são os partidos, mormente Mário Soares, dum lado, e o MFA do outro.

Tal como antes se tinha colocado contra Spínola e ao lado dos “*oficiales liberales*”, o jornal coloca-se agora contra Mário Soares e ao lado do MFA. De qualquer forma, já não temos aquela posição de apoio integral ao regime, como se desenhou a seguir ao 28 de Setembro e com o pico no pós-11 de Março. *La Crónica* tem agora a clara percepção das que as divisões são dentro do próprio regime e, por isso, põe-se numa postura de apoio com dúvidas, na qual ataca um lado da contenda e apoia o outro.

A partir daqui e até 29 de agosto, quando Velasco Alvarado cai, esta separação de águas manter-se-á. Por exemplo, na edição de 17 de julho, um título dá conta de que em Portugal “*se acentua la crisis. Demócratas Populares abandonaron el gobierno*”, (em conflito com a posição do MFA de) “*instituir asambleas populares regionales, organos de integración civil-militar al margen de los partidos, como una forma superior de democracia direta*”. Segundo a mesma notícia, os “*Demócratas Populares*”, exigiam garantias dos militares de que estabeleceriam uma “*democracia estilo ocidental*”.

Noutra bipolarização, no dia 19 de julho, as “*FF.AA hacen advertencia*” ao mesmo tempo que “*Partidos desatan violencia*”. No dia 19 “*denuncian maniobras divisionistas entre los trabajadores y MFA*” e Portugal “*lucha a muerte contra el capitalismo*”.

Frente ao gradual aumento da preponderância dos partidos e à sua incontornável legitimidade resultante das eleições, *La Crónica* vai então acentuar as características negativas que o regime de Velasco Alvarado sempre lhes atribuiu, considerando-os fonte de divisões sociais e de lutas pelo poder. Do outro lado, aparece o MFA, como o grande pacificador e a única força capaz de arbitrar os conflitos e de pensar no interesse geral.

## **7.6. De novo a expectativa**

Curiosamente, nos 40 dias que restam até à queda de Velasco Alvarado, *La Crónica* observa a grande agitação política que caracterizou o chamado “Verão Quente” e parece regressar agora a uma atitude de expectativa, tal como aconteceu a seguir ao 25 de Abril, quando não tinha ainda uma ideia clara das características da revolução e da posição a adoptar. Para esta fase pouco clara terá contribuído também a mudança interna, já que Guillermo Thornedike, o director, foi substituído por Gonzales Posada no dia 24 de julho. As notícias sobre a revolução portuguesa ficam um pouco mais neutras; o jornal parece claramente perdido na impossibilidade de conhecer e analisar a vertiginosa escalada de acontecimentos em Portugal, durante este período.

Nesta fase destacam-se as vicissitudes da formação do V governo provisório, mas sem entrar em grandes análises sobre o significado das diferentes posições. Referências também à violência contra o Partido Comunista e aos jogos de poder entre Otelo Saraiva de Carvalho e o Grupo dos Nove. Quando, na edição de 18 de agosto, se noticia que “*Vasco Gonçalves lanzó ataque al MFA*”, o jornal revela-se incapaz de tomar posição frente a um título que ele mesmo elaborou, e não admira: Até aqui, o primeiro-ministro e o MFA tinham sido duas caras duma só moeda, a mesma até aqui constantemente apresentada como garantia da continuidade do processo revolucionário. No corpo da notícia, desdobram-se explicações, sem, pela primeira vez desde de Setembro de 1974, o jornal conseguir perceber claramente qual é a força a defender.

Por um lado, “*El primer ministro, aislado en la cúspide del poder de los partidos políticos más representativos electoralmente, cuestionó por primera vez la legitimidad revolucionaria del MFA y denunció las ambigüedades que existen en el seno del movimiento*”. Pelo outro lado, “*El jefe del COPCON, también miembro del triunvirato de gobierno, desarrolla actualmente intensas negociaciones con el Comandante Melo Antunes, líder de los moderados, para acordar un programa mínimo que servirá de base, en la práctica, para derrocar Vasco Goncalves*”.

Neste confronto, de que lado está *La Crónica*? Até aqui consciente de quem apoiar na revolução portuguesa, a opção é agora impossível de perceber. O momento parece em tudo semelhante aos primeiros dias depois da revolução: todas as cartas apostadas novamente na expectativa. O mesmo quando, a 19 de agosto, se anuncia que “*Acuerdo entre moderados e izquierdistas cambiaría curso político en Portugal*”. A 23 de agosto, continuando sem uma posição clara, resume tudo o que até agora conseguiu concluir: “*Situación en Portugal sigue siendo confusa*”.

No dia 26 noticia-se que “*Linea moderada triunfa en las FF.AA, de Portugal*”. A noticia é acritica e termina com um desabafo clarificador de que o ritmo da revolução portuguesa não deixava espaço para interpretações: “*Nada sin embargo parece decidido en Portugal, donde la rapidez de los cambios en la situación política y las decisiones a menudo confusas y contradictorias dejan solo comprender que existe una dura lucha de tendencias dentro e fuera del ejército*”.

A última notícia sobre Portugal antes da queda de Velasco Alvarado, sai na edição de 29 de agosto, o próprio dia do Golpe palaciano que o destituiu: as “*tropas de la zona centro (estão) en alerta*”, tendo lançado um comunicado “*contra toda tentativa de instaurar una nueva dictadura en Portugal*”, diz-se também não se “*saber que actitud asumirá el COPCON (...) bajo las ordenes del General Oteló Saraiva de Carvalho*”. Informa-se também que Vasco Gonçalves deu uma entrevista ao *Le Monde*, onde defendeu não haver “*sítio para una democracia burguesa*”. Todo o teor é estranhamente neutro, numa demonstração de que a cisão entre Oteló e Vasco Gonçalves baralhou a situação e deixou *La Crónica* sem saber qual era o lado mais de acordo à revolução peruana.

Se as coisas tardaram mais um par de meses para se definirem em Portugal, já do lado peruano a experiência revolucionária terminaria nesse mesmo dia 29 de agosto. A partir daí dá-se o *Tacnazo*, um golpe palaciano do primeiro-ministro Morales Bermudez, que destituiu Velasco Alvarado. Sem abrir mão do título de revolucionário, o Governo entrará num retrocesso em várias frentes, chegando a integrar o Peru na operação Condor,

montada pelos Governos da direita sul-americana, incluindo torturas e assassinatos políticos para inviabilizar uma “ameaça comunista” no continente <sup>335</sup>.

A posição de *La Crónica* frente à revolução portuguesa começou com uma atitude de expectativa nos dias seguintes ao 25 de Abril, e numa atitude de expectativa terminava, quando caiu Velasco Alvarado. Em Portugal como no Peru, outros tempos estavam para começar.

### **7.7.A revolução através da embaixada**

No caso da embaixada não encontramos qualquer tendência para agrupar a visão dos acontecimentos dentro de modelos com uma sucessão cronológica clara. Enquanto o faseamento de perspetivas em *La Crónica* é claro (ainda que os períodos não sejam completamente estanques), o embaixador vai variando a visão dos acontecimentos centrado nos próprios acontecimentos e não os encaixando num modelo tendencialmente pré estabelecido. Nesta perspetiva chega até, numa mesma comunicação, mostrar mais do que uma tendência.

Esta atitude denota um GRFA acompanhando com objectividade os acontecimentos em Portugal. Mostra também que o Governo estava consciente de que nem todas as vicissitudes da revolução portuguesa tinham esse carácter positivo para a peruana comunicado por *La Crónica*.

Vejamos um caso. Na primeira informação enviada depois do 25 de Abril<sup>336</sup>, o embaixador revela, com expectativa e até adesão, quais são os princípios norteadores dos militares:

*Se puede extraer las siguientes conclusiones: a) El objetivo primordial de la intervención de las Fuerzas Armadas ha sido el de restaurar las libertades cívicas que dese hace más de 40 años estaban en la practica totalmente suspendidas; b) El objetivo de encontrar una solución, aceptable y aceptada, al grave problema de la guerra colonial; c) Mantenimiento del orden público; en una serie de medidas de orden interno.*

Em seguida entra na dúvida se a Junta de Salvação Nacional terá condições para cumprir com estes objectivos e, por fim, numa adesão oficial: “*considero que es urgente, por razones de interés público internacional, que nuestro gobierno, no deje pasar más tiempo antes de adoptar una posición definida, y de ser posible favorable, frente al acto revolucionario que acaba de triunfar*”.

---

<sup>335</sup> No livro “Mi Última Palavra”, Morales Bermudez (2018) reconhece esta participação, embora negando ter tido conhecimento. Devido a este caso, o ex-ditador, hoje com 97 anos, foi condenado à revelia a prisão perpétua por um tribunal italiano, por estar implicado na morte de 20 cidadão italianos, no âmbito desta operação. Esta sentença foi amplamente noticiada na imprensa peruana, ver por exemplo (consulta 17.1.2019):

<https://larepublica.pe/politica/840492-morales-bermudez-recibe-condena-de-cadena-perpetua-por-plan-condor>

<https://elcomercio.pe/politica/congreso/plan-condor-condenaron-morales-bermudez-claves-159592>

<sup>336</sup> A comunicação só foi enviada no dia 29 de abril, porque a embaixada estava com problemas no serviço de telex e os aeroportos foram encerrados a seguir à revolução, impedindo a saída de correspondência por via aérea. Isto segundo a justificação que o próprio embaixador dá.



A 2 de maio escreve ao ministro, comunicando as reações ao reconhecimento pelo Peru do novo Governo português, e afirma: “*Creo, Señor Ministro, que la decisión de nuestro Gobierno ha sido acertada en el sentido de otorgar este ‘reconocimiento’ en forma inmediata, y la prensa de este país así lo señala al informar que hasta la fecha son doce los países que, bajo una modalidad u otra han otorgado dicho reconocimiento*”.

Noutro ofício também datado 2 de maio, o embaixador volta a mostrar uma posição dupla de adesão e dúvida. Depois de analisar o programa do MFA, diz que entre as medidas está um controlo das operações financeiras com o estrangeiro e o combate à corrupção e especulação, considerando: “*fácilmente se comprende por el peligro eventual de una salida repentina de divisas hacia el exterior y por las tendencias que se venían notando de carácter especulativo en el rubro de las operaciones inmobiliarias y bursátiles*”.

Mais adiante, no mesmo ofício “Reservado”, destaca que o programa prevê uma política ao serviço das populações mais desfavorecidas, mas adianta não existirem “*referencias muy definitida (sic) sin embargo a lo que hará en materia económica (...) con la sola excepción de hacer vagas referencias a una estrategia antimonopolista*”. Ou seja, também aqui, e num mesmo texto, temos um misto de adesão (defesa dos mais desprotegidos, anti-monopolismo) e dúvida (não dizem como vão fazer).

Em seguida, de novo a adesão seguida da dúvida: O programa refere a “*reestructuración del régimen corporativo - lo que a mi juicio sería desaeble -*”, mas diz também ser este “*un punto fundamental que el programa no aclara debidamente*”.

O mesmo sobre as colónias. Por um lado, “*el Programa adelanta que es su intención darle un reconocimiento de su naturaleza política y no militar*”. Pelo outro lado, e fazendo uma comparação entre Spínola e de Gaulle, “*la interrogante en lo que respecta a este gravísimo problema consiste en ver si el General Spínola será hombre capaz de imponerse como se impuso en Francia el General de Gaulle, y de solucionar este problema por medio de opciones y compromisos coloniales que puedan satisfacer a griegos y troyanos*”.

Em Maio envia uma informação de clara adesão<sup>337</sup>, dando conta de declarações de Galvão de Melo que defendeu não poder passar-se duma ditadura da minoria para uma ditadura das massas, e condenou “*inconscientes reivindicaciones salariales*”. O embaixador conclui entusiasmado: “*Esta advertência há sido escuchada com gran atención y constituye a mi juicio un prelude del ordenamento cívico que la situación del país necesita hoy más que nunca para dar debido cumplimiento a lo que esta revolución ha querido significar*”.

Dois dias depois, a 30 de maio, cita declarações de Spínola no Porto, que disse estar o país frente a uma escolha entre a liberdade democrática e a anarquia. Relacionando estas palavras com as de Galvão de Melo, conclui num estilo de adesão: “(o MFA) *no ha sido inspirado en motivaciones demagógicas de fácil*

---

<sup>337</sup> Ofício de 28 de maio de 1974.

*popularidad, sino que tiene en miras la consolidación des restablecimiento de las libertades democráticas que se han restaurado”.*

Também no dia 4 de junho está numa clara expectativa/adesão. Dando conta da visita de políticos europeus a Portugal e o aval que dão às intenções descolonizadoras do país, conclui: *“Creo, Señor Ministro, que estos favorables augurios deben tomarse en debida cuenta para la fijación de la posición que vamos naturalmente adoptar frente al problema de nuestras relaciones inmediatas con este país”.*

No dia 27 de julho, volta às questões programáticas, sintetizando-as nos famosos três D: Descolonização, Democratização e Desenvolvimento. Depois disso, desenvolve cada um destes campos, dizendo que a questão da Guiné Bissau estava resolvida, a de Moçambique definida *“con programación ya prevista”* e fala das questões por resolver em Angola, *“debidas a la multiplicidade de movimientos de liberación con pretensiones bien definidas y antagónicas”.*

Sobre a Democratização, *“está en vias de ser solucionado com los preparativos ya anunciados de una elección de la Asamblea Constituyente”.* Contudo, depois dum certo optimismo nos dois primeiros assuntos, apresenta sérias dúvidas na questão do Desenvolvimento, demonstrando um grande realismo:

*El tercer objetivo y tal vez el más remoto es el que se refiere al desarrollo económico, del que se puede decir que es simultáneamente el fin de ,os objetivos anteriores, y al mismo tiempo un punto de partida para el objetivo básico que se persigue, que es el bienestar general del pueblo. Ese bienestar ‘se compra y se paga’. Pero con qué? No há de ser por cierto com soluciones que no envuelvan la solución del problema general, sino a través del trabajo de todos, punto este en que no es legítimo ni posible hacerse ilusiones sin previamente encontrar la solución adecuada para resolver tan delicados problemas.*

A 15 de novembro de 1975 envia um ofício no qual volta a apresentar dúvidas moderadas sobre o andamento da revolução portuguesa. Depois de referir a indefinição existente no rumo a seguir pelo país, diz que as opiniões dependem dos partidos a que pertencem os opinadores e, embora aceitando ser isso natural e um passo para a democratização, lamenta algumas indecisões na tomada de medidas urgentes: *“Me refiero por ejemplo al problema de la descolonización cuya solución no podría esperar hasta que se efectuasen las elecciones (...), y es probable que situación similar se presente en otros sectores en los cuales la falta de decisión no es aconsejada”.* Um desses sectores, diz, é o económico, *“bajo que sistema económico desea vivir Portugal: Bajo un capitalismo arrepentido o un socialismo disfrazado? Capitalismo para ciertas cosas y socialismo para otras? Y si fuese capitalismo, qué tipo de capitalismo? Y si fuese socialismo, qué tipo de socialismo?”.*

*Los trabajadores y los hombres de empresa, los consumidores y los productores empiezan a hacerse esa pregunta con progresiva ansiedad y es preciso encontrar respuesta a esas interrogantes.*

*Las contradicciones e incoherencias se convierten en una situación indeseable para aquellos que pretenden introducir cambios e iniciar nueva etapa, y para ellos no hay sino una única solución, siempre y cuando se quiera una imagen externa clara: y esta solución es la de dar una clara y bien definida imagen de la situación interna.*

Este balancear entre duvidar e aderir será uma constante da informação enviada pela embaixada, e está bem representado no tratamento dado ao Pacto MFA Partidos e ao Pacto Povo MFA. No dia 21 de abril de 1975 o secretário da embaixada, Tomás Carril Romero<sup>338</sup>, informa dum “*Transcendental acuerdo entre MFA y seis partidos políticos*”, que “*consagra un régimen predominantemente militar en la medida que é órgano central de toda la estructura política prevista, es el Consejo de la Revolución*”. Termina ressaltando precisamente o papel primordial mantido pelos militares depois das eleições, pois o MFA “*ha asegurado su papel de motor y conductor principal del proceso revolucionario portugués*”.

Numa nota dirigida a um Governo de características exclusivamente militares, não se pode considerar crítico um texto com estas características, no entanto, num outro ofício datado de 20 de julho, o mesmo Carril Romero descreve o documento criador da Aliança Povo manifestando dúvidas sobre a bondade deste projeto.

*Como apreciación final no puedo dejar de subrayar la importancia de este documento político aprobado por el Movimiento de las Fuerzas Armadas en la medida que corresponde a la propia dinámica del proyecto revolucionario portugués. Sin embargo, en cuanto a su realización practica se presentan ciertas dudas en la medida en que se va a aplicar a núcleos populares insuficientemente politizados.*

Em conclusão, apesar de, várias vezes, as informações enviadas pela embaixada informarem com algum entusiasmo a existência dum crescente interesse em Portugal sobre o regime peruano, não se pode dizer que tenha havido uma tentativa de peruanização ou geminação das duas revoluções<sup>339</sup>, tal como estava a acontecer com *La Crónica*. Por isso mesmo, nem o embaixador nem, depois, o secretário, tiveram essa evolução gradual que fosse demarcando posições até chegar a uma clara adesão. Por norma, as informações enviadas procuravam mostrar vantagens, desvantagens e, sobretudo, dificuldades que se colocavam a cada uma das decisões políticas tomadas em Portugal.

---

<sup>338</sup> O embaixador retirara-se por doença entre o dia 3 de fevereiro (data em que assina o último ofício) e dia 18 do mesmo mês, quando os ofícios passam a ser assinados pelo secretário. O embaixador viria a falecer na sequência dum tratamento na Suíça e já não retomaria o posto.

<sup>339</sup> Graças às informações enviadas pela embaixada, foi possível recensar um total de 45 notícias, reportagens, opiniões e entrevistas, referentes ao Peru na imprensa portuguesa, entre 26 de março de 1974 e 29 de agosto de 1975. Por norma, o embaixador afirmava iserirem-se no interesse que o Peru estava a despertar em Portugal.

Este comportamento está naturalmente relacionado com a abismal distância que vai da informação diplomática à jornalística, mais ainda quando esta última está submetida a directrizes oficiais e chega a ultrapassar a linha que separa a informação da propaganda. Mas também fica claro que, tendo o governo peruano informação objectiva sobre os acontecimentos em Portugal, incentivava o seu órgão oficial a fazer um uso político da revolução portuguesa, num sentido geminador e legitimador do processo peruano, mesmo estando conscientemente de nem sempre isso corresponder à realidade.



## VIII UM PROCESSO DE GEMINAÇÃO: revolução que legitima revolução

No Capítulo 2.2, vimos como o regime peruano buscou legitimar a sua acção, considerando estar a executar o desejo da maioria dos peruanos, expresso nos programas dos partidos maioritários, incapazes de os concretizar por querelas políticas. Só esta luta partidária podia explicar que a APRA de Haya de la Torre se aliasse à direita odrísta, não dando ao Governo de Belaunde Terry, o apoio parlamentar de que carecia para concretizar reformas defendidas por ambos. A reforma agrária estava paralisada e, frente à eminente explosão social, os militares consideraram tomar o poder para concretizar a vontade popular.

Baseadas nesta ideia, as Forças Armadas conceberam uma legitimidade revolucionária. Era um modelo precário, porque incluía a necessidade de sustentar uma soberania construída verticalmente, de cima para baixo, contrária ao conceito generalizado de revolução.

Por isso, não hesitaram em usar um leque mais alargado de fatores legitimadores. Para compreendermos melhor como o fizeram, temos de proceder a uma breve incursão pela teoria do poder. Foi isso que Juan Martín Sanchez (2002) aplicou à revolução peruana, usando para tal os modelos teóricos dos sistemas políticos desenhados por Norbert Lechner. A pergunta é: A que mecanismos com potencial de legitimação pode lançar mão uma minoria detentora do poder? As respostas a esta questão são essenciais para compreendermos o papel que a revolução portuguesa viria a desempenhar no contexto da peruana:

O potencial de legitimação a que pode recorrer a autoridade poderia analisar-se em três modalidades: 'a) *Autolegitimação*: a autoridade está convencida que obra por causa justa e verdadeira', desenvolvendo um conjunto de valores, normas e símbolos como 'princípios fundamentais' com validade universal; 'b) *Legitimação horizontal*: toda a estrutura de dominação requiere um acordo entre os dominantes entre si, mediante o qual se reconhecem e garantem mutuamente os direitos que exercem'; c) *Legitimação vertical*: na formulação clássica, refere-se ao reconhecimento da autoridade por parte dos subordinados' que na perspectiva dos atores transforma 'a relação *de facto* numa ordem *de jure*' (APUD: Norbert Lechner, p.91<sup>340</sup>)<sup>341</sup> (p.46)

Como vimos na Parte I, o GRFA procurou atuar aos três níveis: "Auto-legitimação", pelo próprio facto de ser revolucionário, de estar a cumprir o normal andamento da história e, mais ainda, por estar a fazer as reformas desejadas pela maioria dos peruanos; "Legitimação Horizontal", por ser um Governo institucional das Forças

---

<sup>340</sup> LECHNER, Norbert, *La conflictiva y nunca acabada construcción del orden deseado*, CIS - Siglo XXI, Madrid, 1986.

<sup>341</sup> "El potencial de legitimación a que puede recurrir la autoridad se podría analizar en tres modalidades: "a. *auto-legitimación*: la autoridad está convencida que obra por causa justa y verdadera", desplegando un conjunto de valores, normas y símbolos como «principios fundamentales» de validez universal; "b.—*legitimación horizontal*: toda estructura de dominación requiere un acuerdo de los dominantes entre sí, mediante el cual se reconocen y garantizan mutuamente los derechos que ejercen"; "c.—*legitimación vertical*: en la formulación clásica se refiere al reconocimiento de la autoridad por parte de los subordinados" que mediante el cálculo de los actores supone la transformación de "la relación *de facto* en un orden *de jure*". Tradução minha)

Armadas, unidas através dum estatuto aprovado e transformado em lei no próprio dia do golpe de Estado; “Legitimação Vertical”, a mais teorizada e também a menos conseguida, através dum sistema a que chamou *participacionismo*.

Feita esta análise, o mais importante para o objeto deste trabalho, são as considerações teóricas de Norbert Lechner (pp. 84-85, citado por: Martín Sanchez, 2002, p.47) sobre os critérios possíveis para formular um “princípio de legitimidade”:

a) Invocar a nação como a comunidade de “nós” (...); b) Postular uma lógica cultural transnacional, tal como se fez ao definir-se o Peru como parte do ocidente cristão ou como defensores destacados do Terceiro Mundo; c) Invocar o saber técnico como resposta a princípios eficazes de organização política e solução de conflitos que têm os dois primeiros critérios, nem mais nem menos que a clássica legitimação técnico militar<sup>342</sup>.

Vimos também terem sido usados estes três critérios. Sobre o primeiro (a “comunidade ‘nós’”) no Capítulo 2.3, desenvolvi a importância dada pelos militares à ideia de estarem a criar um modelo “nem capitalista nem comunista”, centrado nas características específicas do Peru, enquadrado num nacionalismo que, em si mesmo, contribuía à utilização deste critério. Ao terceiro, “o saber técnico”, o próprio autor o especifica. Deixo para o final o segundo, o “transnacional”, porque é naturalmente aquele que nos ajuda a perceber como a revolução portuguesa será recebida, interpretada e absorvida num país e por um Governo em busca de legitimidade e, como vimos, em 1974 já numa rota de fragmentação interna. Aliás, como referi no Capítulo III, um argumento “transnacional” de pertença ao “ocidente cristão”, foi também usada pelo Almirante Vargas Caballero, ministro e representante da Marinha, como argumento, não de apoio, mas de contestação ao caminho seguido.

A revolução portuguesa entra precisamente neste grupo de fatores. Aliás, já antes do 25 de Abril se observava nas informações enviadas pelo embaixador em Lisboa, numa clara preocupação da diplomacia peruana em encontrar argumentos internacionais de legitimação.

Em pleno marcelismo, Portugal já estava nesse foco. Numa nota de 24 de janeiro de 1974, o embaixador fez questão de informar o Governo sobre declarações do ministro português das finanças, num tema aparentemente sem qualquer ligação ao Peru. Na Câmara de Comércio e Indústria Luso Alemã, terá dito não estar Portugal “*interesado e recibir capitales extranjeros con intenciones especulativas*”, mas sim os que venham com “*tecnología avanzada, técnicas reconocidas de gestión, y que proporcionem el acceso a nuevos e más eficientes circuitos internacionales*”. O embaixador conclui: “*me parece interesante assinalar esta*

<sup>342</sup> “a. invocar a la nación como la comunidad del «nosotros», como es, para nuestro caso, la idea de la peruanidad que resiste desde antes de la llegada de los españoles; b. postular una lógica cultural transnacional, tal como se hizo al definirse como partes del occidente cristiano o como defensores destacados del Tercer Mundo; y c. invocar al saber técnico como respuesta a la falta de principios eficaces de organización política y solución de conflictos que tienen los dos primeros criterios, ni más ni menos la clásica legitimación tecno-militar”. (Tradução minha)

*tendência de manifesto pragmatismo (...) já que coincide, se não me engano, com a filosofia económica que nosso governo, em particular, e os países andinos, em geral, parecem recomendar”.*

Noutro registo, um mês antes da revolução, a 26 de março de 1974, o embaixador Max de La Fuente Locker realça a publicação dum artigo de Urbano Tavares Rodrigues publicado no Diário de Lisboa do dia anterior:

*el autor del citado editorial manifiesta que aunque no esté ideológicamente identificado con la posición ideologica de nuestro proceso revolucionario, no puede dejar de reconocer el alto interés experimental (político y humano), de la alternativa socialista anti-dogmática que significa la experiencia peruana que preside el General Juan Velasco Alvarado y que, rechazando un esteril individualismo capitalista, otorga al pueblo peruano la conducción y la autoría de su revolución.*

Em estilo de preambulo, o embaixador procura realçar que esta opinião passou pelo crivo do regime português,

*pois me permito recordar a usted que la importancia de esa publicación radica, no sólo en su esencia, que voy pasar a analizar a continuación, sino en el hecho conocido de ese Superior Despacho de que la prensa de este país está de hecho sometida a una censura previa de parte de la autoridad gubernamental competente.*

Ou seja, o embaixador parece assumir que, havendo censura prévia, a opinião expressa por Urbano Tavares Rodrigues conta com a anuência do governo português, dando-lhe assim um carácter semi-oficial de apoio ao GRFA. Esta posição seria tanto mais transaccionalmente legitimadora, quanto Max de La Fuente sublinha ter sido publicada “*a través de un órgano de prensa orientado por un sistema político y social totalmente opuesto al nuestro, y cuya efectividad por consiguiente representa un triunfo más de la originalidad de las transformaciones sociales y económicas en que nuestro Gobierno está empeñado*”.

Sinal da importância dada pelo GRFA a este tipo de legitimação estrangeira, este informe foi despachado para as Relações Públicas do ministério. Certamente não por coincidência, dois meses depois, a 18 de maio, *La Crónica* publica um artigo do mesmo Urbano Tavares Rodrigues, mas na versão originalmente publicada pela revista Mexicana *Siempre*, de 8 de abril, onde o autor não precisava de iludir a censura e, por isso, assumia uma ainda mais clara defesa do GRFA, inclusive contra uma esquerda intelectual peruana.

Vejamos, então, como será utilizada a revolução portuguesa como legitimadora transnacional da peruana, num aproveitamento operado a diversos níveis.

### **8.1.Origem do processo: Uma revolução de cima para baixo**

No Capítulo 2.2, vimos que uma das dificuldades do Governo de Velasco Alvarado no seu processo de afirmação revolucionária, foi ter nascido da instituição militar, normalmente conotada com a defesa



conservadora das oligarquias. Igualmente problemático foi surgir como fruto dum golpe dado de cima para baixo no seio da hierarquia castrense e, portanto, não nascer com uma base genuinamente popular.

Veremos adiante como a revolução portuguesa foi usada no Peru para ajudar a ultrapassar estas duas dificuldades de legitimação. Mas as comparações não foram estabelecidas apenas nestes dois domínios, também na busca de causas para a revolução portuguesa será nítido o estabelecimento duma irmandade entre aquilo que levou os militares dos dois países a fazer uma revolução.

### **Oficiais e revolucionários**

Sobre a possibilidade duma revolução nascer no seio da hierarquia militar, relembro as palavras do principal ideólogo do regime, Carlos Delgado Oliveira (1973), que era também quem escrevia os discursos de Velasco Alvarado:

As revoluções no mundo contemporâneo foram sempre processos iniciados e conduzidos por partidos políticos sujeitos a largos períodos de maturação ideológica (...). A revolução peruana escapa por inteiro a esta regra. Aqui o processo de transformação nacional inicia-se a partir da acção duma instituição, como a militar, que não só não é um partido político mas que, além disso, tradicionalmente cumpriu o papel de garante da ordem estabelecida (...).

Essa circunstância está provavelmente na raiz da errada opinião daqueles que defendem que, precisamente por ter sido originado numa instituição militar, o processo peruano 'não pode' ter um carácter revolucionário<sup>343</sup> (p.73).

Em várias das análises feitas por *La Crónica* aos acontecimentos em Portugal, assistiremos a uma clara utilização da revolução dos cravos, estabelecendo paralelos legitimadores da possibilidade dos militares poderem ser revolucionários.

A 6 de outubro de 1974, publicava-se um "*Comentário Internacional*", com o título "*Portugal o el Asombro*". O "*asombro*" era, neste caso, as reações provocadas na Europa pela revolução portuguesa. Porquê? Porque se a expressão "*militares de esquerda*" já não causa "*asombro*" nas latitudes em que se insere o Peru, "*En Europa, en cambio, traumatizada permanentemente por aparatos castrenses identificados en la mente popular por la derecha más recalcitrante, un termino como 'Militares Izquierdistas Asumen el Poder' no deja de provocar un enarcamiento de cejas*".

---

<sup>343</sup> "Las revoluciones en el mundo contemporáneo han sido siempre procesos iniciados y conducidos por partidos políticos sujetos a dilatados plazos de maduración ideológica (...). La Revolución Peruana escapa por entero a esta regla. Aquí el proceso de transformación nacional se inicia a partir de la acción de una institución, como la militar, que no sólo no es un partido político sino que, además, tradicionalmente cumplió el papel de garante del orden establecido. Esta circunstancia está probablemente en la raíz misma de la errada opinión de quienes sostienen que, precisamente por haberse originado en una institución militar, el proceso peruano 'no puede' tener un carácter revolucionario." (Tradução minha)

Na continuação deste artigo, a utilização vai ao ponto de inverter o fator legitimador, concluindo-se que, frente ao “*asombro*” europeu, são os peruanos quem legitima os portugueses, ou seja, transforma-se o GRFA numa espécie de paradigma internacional e, portanto, aquele que legitima está, à partida, legitimado. Vejamos:

(não se pode) *negar que hay una cierta latinoamericanización de la política europea; convertido en centro de la revolución mundial, el Tercero Mundo comienza a devolver al viejo continente los préstamos revolucionarios que recibió hasta la II Guerra Mundial. Ya no se trata del Perú o de Birmania, de Egipto o de Etiopia, de Guatemala o del coronel Camaño en la Republica Dominicana. Por la – so si quiere - puerta falsa (en este caso el Portugal atrasado, colonial y de escuálida y intermediente burguesía local), ingresa lo que un buen burgués llamaría ‘el caos’ (...). Nosotros, latinoamericanos y tercermundistas, más acostumbrados a la fluidez de los conceptos y las sociedades, preferimos creer que los europeos están redescubriendo la normalidad del asombro.*

Recordando que o “*asombro*” era a constatação de poder haver militares de esquerda, concluimos haver um maquinismo de tripla legitimação: Primeiro, os restantes exemplos de revoluções militares no terceiro mundo, legitimam a possibilidade de uma revolução militar de esquerda em Portugal<sup>344</sup>; segundo, ao mencionar diversos exemplos noutros países, legitima-se também o Peru, lembrando haver outros casos idênticos; terceiro, Portugal devolve a legitimação, servindo ele mesmo de legitimador de todas as outras revoluções, incluindo a peruana. Por fim, alçam-se os movimentos do terceiro mundo a uma legitimação que é, em si mesma, auto-legitimadora: Estão a influenciar a própria Europa, originalmente a fonte de onde brotou o pensamento revolucionário, começando, assim, “*a devolver al viejo continente los préstamos revolucionarios que recibió hasta la II Guerra Mundial*”.

### **Revolução de cima para baixo**

No processo legitimador da revolução vertical, não se usa apenas uma análise direta dos acontecimentos em Portugal, o jornal lança igualmente mão a formadores de opinião portugueses. Vimos no capítulo anterior, como a 16 de maio de 1974 se publicou um artigo de Urbano Tavares Rodrigues, “*La Revolución Peruana*”, originalmente publicado em Portugal (numa versão diferente) e também pela revista mexicana *Siempre*. Entre diversas considerações, o português critica aqueles que, apesar de estarem na luta contra “*los intereses imperiales norteamericanos*”, “*No perdonaron a esta revolución herética (a peruana) el hecho, inevitable, dadas las circunstancias, de ser desencadenada por militares*”.

---

<sup>344</sup> Seria interessante fazer um trabalho idêntico a este, mas analisando a forma como foram tratados no Peru cada um dos casos referidos neste artigo. Uma análise empírica e sem sistematização feita enquanto folheava *La Crónica* em busca de referências a Portugal, permite-me lançar a hipótese muito provável que este processo de “*geminación*” com vista a uma legitimação transnacional, se verificou com outros casos, nomeadamente com a revolução etíope de Setembro de 1974.

Explícita ou implicitamente, nesta como noutras oportunidades, o jornal insiste no estabelecimento desse paralelo entre os dois movimentos, buscando assim a tal legitimação transnacional de que antes falamos. Uma nota de Carlos Trias, em Abril de 1975 enviado especial de *La Crónica* às eleições para a constituinte, começa com um título muito claro: “*Portugal: las FF.AA. derrotaron al fascismo*”. O jornalista acrescenta ser esta, “*Una experiencia inédita en Europa*”<sup>345</sup>.

Neste artigo, citando Ramiro Correia, “*miembro del Consejo de la Revolución y Jefe de Divulgación*”, afirma que “*En Portugal el fascismo cayó gracias a la intervención de las Fuerzas Armadas. No fue el pueblo quien lo derrocó*”. A partir desta constatação, Trias conclui tratar-se duma experiência “*inédita en Europa: un ejército enzarzado en una guerra colonial se levanta contra el régimen al que parece servir incondicionalmente, lo derroca y coloca sus fusiles al servicio del pueblo*”.

O fator legitimador fica ainda mais claro quando recordamos a argumentação aporética dirigida por Carlos Delgado Oliveira (1973) aos que afirmavam não ser revolucionário o Governo peruano, porque nunca antes acontecera uma revolução comandada pela cabeça das Forças Armadas: “Se aduz que uma coisa não pode existir, simplesmente porque não existiu no passado. E nega-se a possibilidade de que um fenómeno ocorra, simplesmente porque antes não ocorreu”<sup>346</sup> (p.73).

Ou seja, em abril de 1974 surgia outro exemplo do que, até aí, teria sido uma originalidade peruana: Também um país europeu confirmava ser possível uma revolução surgido nas Forças Armadas. Começava o processo de geminação entre os dois movimentos.

## **8.2. Irmãs nas causas**

A comparação implícita entre a origem das duas revoluções não se fica por aqui. No mesmo referido artigo de 24 de abril de 1975, o enviado a Portugal busca as causas do movimento português, encontrando-as muito semelhantes às que os militares peruanos tinham para a sua própria revolução:

*Posiblemente las razones de este cambio aparentemente tan brusco habría que buscarlas en las características (...) (de la) guerra colonial. En primero lugar, era una guerra perdida de antemano. El ejército portugués habría tardado más o menos tiempo en perderla pero a la larga la habría perdido inexorablemente. En segundo lugar era una guerra que solo beneficiaba a una parte minúscula de la sociedad portuguesa, la misma que oprimía y explotaba al propio pueblo metropolitano.*

---

<sup>345</sup> “Portugal: las FF.AA. derrotaron al fascismo”. In, *La Crónica*, edição de 24 de abril de 1975

<sup>346</sup> “Se aduce que una cosa no puede existir, simplemente porque no existió en el pasado. Y se niega la posibilidad de que un fenómeno ocurra, sencillamente porque antes no ocurrió.” (Tradução minha)

Neste caso assistimos a outro paralelo: já não é apenas a questão das revoluções poderem nascer no topo, mas a própria explicação que o regime peruano dava de si mesmo. Recordemos que o discurso oficial (e hoje também o historiográfico) considerava ter o GRFA nascido partir duma nova consciência das Forças Armadas, alcançada quando estas foram chamadas a combater as guerrilhas e as ocupações de terras. Este tema já foi amplamente apresentado no Capítulo 1.7, limitando-me agora a recordar as palavras do chefe de imprensa de Velasco Alvarado, Augusto Zimmerman Zavala (1974), sobre a origem da revolução peruana:

*As guerrilhas soaram aos ouvidos do ejército como o toque de Diana dum amanhecer sombrio para o país. A miséria era ampla e pluralista e o descontentamento começava a crescer, num grau tal que, mais além da análise duma esquerda pensante, estava a aventura dos que estavam saturados da realidade, não viam outro caminho que lançar-se num ataque sem possibilidades de vitória*<sup>347</sup> (p.58).

Também já referi este aspeto no Capítulo 7.2, quando falei na fase de “Explicação”, mas é agora necessário voltar ao tema, não na perspetiva da periodização, mas na da legitimação.

Temos, assim, uma ligação entre a origem das duas revoluções, na qual o papel de alerta espoletador foi dado pelas guerrilhas de inspiração cubana no Peru, estabelecendo-se um paralelo de efeitos com as guerrilhas independentistas das colónias portuguesas. Este tipo de análise não nasce apenas em abril de 1975 quando Carlos Trías é enviado a cobrir as eleições. Pelo contrário, vimos já que *La Crónica* inaugura a sua fase de explicação do 25 de Abril<sup>348</sup>, com um artigo de Hugo Neira publicado no dia 28 do mesmo mês, cujo título se explica sozinho: “*Portugal. O cómo la guerra colonial libera a la metropoli*”. A conclusão é clara:

*Hace trece años que el ejército portugués lucha en la jungla, sin resultados (...). Pero los combatientes de Cabral, aun cuando este luchador haya sucumbido físicamente, están ganando la guerra colonial. Y por ese camino, la ‘liberación’ en la periferia colonial, y al interior de la propia ‘metropoli’.*

Nesta busca de legitimação transnacional, a procura de identidade comum com a revolução portuguesa é clara, inflacionando-se também a importância do caso português dando-lhe uma espécie de efeito dominó: se as guerrilhas peruanas impulsionaram a acção das Forças Armadas peruanas, se as africanas e das portuguesas, também podemos esperar “*repercusiones de este cambio de posición del ejército portugués en España y probablemente (...) en el Brasil, también fascista*”. Ou seja, o MFA já não seria apenas geminado ao GRFA impulsionaria mudanças noutros países latino americanos que formavam parte do cerco político regional acentuado desde a queda de Allende, com o consequente alinhamento do Chile à ditadura militar brasileira<sup>349</sup>.

---

<sup>347</sup> “Las guerrillas sonaron en los oídos del Ejército como el toque de diana de un amanecer sombrío para el país. La miseria era extendida y pluralista y el descontento empezaba a cundir, en un grado tal que, más allá del análisis de una izquierda pensante, estaba la aventura de quienes, saturados de la realidad, no veían otro camino que lanzarse a un asalto sin posibilidades de victoria.” (Tradução minha)

<sup>348</sup> Ver II Parte, Subcap. 2.2.

<sup>349</sup> Sobre este isolamento regional, ver o capítulo 2.8 (Política Externa) da I Parte.

Conclui-se assim que, uma altura em que o regime peruano estava num processo de implosão e num acentuado isolamento regional, é clara a tendência para encontrar pontes entre as causas e as origens das duas revoluções: Compara-se a consciencialização que as guerrilhas internas provocaram nas Forças Armadas peruanas, à que as africanas teriam provocado nas portuguesas; ao nível das origens, usa-se a portuguesa para mostrar que, afinal, a peruana não era a única surgida no seio das próprias forças armadas e com uma hierárquica vertical. Neste domínio, vai-se mais longe e antecipa-se o impacto noutros países, incluindo o Brasil, que era um dos principais esteios do cerco ideológico regional ao GRFA.

### **8.3.0 interesse de Portugal pelo Peru: notas da embaixada**

Ou porque tinha instruções para procurar o interesse pela revolução peruana no Portugal de então, ou porque intuía que o GRFA estava em busca de fatores externos internamente legitimadores, o embaixador do Peru em Lisboa não deixava de informar o ministério quando surgia algo que pudesse contribuir para esse objectivo.

Esta tendência já se verificava antes do 25 de Abril. Como vimos, a 26 de março de 1974 a embaixada envia informação sobre um artigo de apoio à revolução peruana de Urbano Tavares Rodrigues e publicado no “Diário de Lisboa” do dia anterior. Realçando até que ponto era legitimador, fez questão de sublinhar ter sido publicado por “*un órgano de prensa orientado por un sistema político y social totalmente opuesto al nuestro, y cuya efectividad por consiguiente representa un triunfo más de la originalidad de las transformaciones sociales y económicas en que nuestro Gobierno está empeñado*”.

Este sublinhado da diferença entre os dois regimes, era aliás uma tendência quando o embaixador encontrava em Portugal fatores que pudessem legitimar o Governo peruano. Aconteceu o mesmo quando, a 24 de janeiro de 1974, enviou o já referido ofício com declarações do ministro das Finanças, onde este defendeu não estar Portugal interessado em investimento estrangeiro especulativo. O embaixador conclui ser “*Interesante señalar esta tendencia de manifiesto pragmatismo (...) ya que coincide, si no me equivoco, con la filosofía económica que nuestro gobierno en particular y los países del andino en general, parecen recomendar*”.

Já depois do 25 de abril, não faltarão oportunidades à embaixada para enviar informação sobre “*el interés con que se observa el proceso revolucionario peruano en los medios intelectuales lisboetas*”<sup>350</sup>. Entre 16 de março de 1974 e 29 de agosto de 1975, envia informação sobre 43 artigos na imprensa, entre os quais seis no *Expresso*, cinco no *Diário de Lisboa*, cinco no *Diário de Notícias*, cinco no *Século*, três no *República* e um no politicamente relevante *Boletim do MFA*.

Por norma, quando envia informação sobre artigos e notícias dedicados ao Perú, sublinha inserirem-se num grande interesse despertado pela revolução peruana em Portugal. É assim, por exemplo, quando, num ofício de 14 de novembro de 1974, comunica uma publicação no próprio Boletim Informativo do MFA:

---

<sup>350</sup> Ofício de 20 de março de 1975.

*El interés de esta publicación no solamente reside en el hecho de que aparece resaltado en el Boletín (sic) Informativo de las Fuerzas Armadas de este país, sino (sic) también (sic) en el hecho de que constituye un comentario realista y positivo de lo que ha significado para nuestro país la participación de la Fuerza Armada en el proceso político que comenzó el 3 de octubre de 1968.*

Denota-se aqui a preocupação de enviar paradigmas legitimadores, neste caso ajudando a suplantar uma das debilidades do governo peruano na afirmação de ser revolucionária, a sua origem militar vertical.

Encontramos o mesmo quando, num ofício de 8 de agosto de 1974, informa numa reportagem sobre o Peru, da autoria do jornalista brasileiro a viver em Lima, Paulo Canabrava, onde este conclui: *“El Movimiento de las Fuerzas Armadas portuguesas, a semejanza del Movimiento de la Fuerza Armada del Perú, es un movimiento de liberación irreversible”*.

Os exemplos de que o embaixador realçava o interesse pela revolução peruana em Portugal, poderiam dar-se à exaustão. Foi assim quando informou sobre uma entrevista de Velasco Alvarado publicada na *Seara Nova*, afirmando inserir-se no interesse pela revolução peruana e na *“divulgación que está teniendo en un país que se encuentra a su vez abocado a un proceso de transformaciones socio-políticas y económicas”*<sup>351</sup>. Ou então quando, comentando um artigo do *Expresso*, conclui ser *“parte del interés con que se observa el Proceso Revolucionario Peruano en los medios intelectuales lisboetas, hablándose incluso de una ‘vía peruana’ para Portugal”*<sup>352</sup>.

Além dos recortes de imprensa, o embaixador informa também quando ocorrem conferências em Lisboa sobre o tema peruano, normalmente com convidados vindos do Peru. Também nestas ocasiões aproveita para salientar o interesse despertado em Portugal pelo processo peruano. Foi assim, por exemplo, num ofício de 19 de junho de 1974, onde informava dum colóquio no Centro Nacional de Cultura, dado pelo sociólogo e jornalista brasileiro radicado em Lima Paulo Cannabrava. Depois de citar as linhas gerais da intervenção, que *“Em forma positiva destacó como el proceso peruano (...) se há ido consolidando”*, o embaixador conclui: *“Cabe resaltar que este coloquio sobre el Perú de hoy, se sitúa dentro de cierta corriente de interés por los cambios estructurales que vive nuestro país, bajo la perspectiva también del nuevo camino político en Portugal”*.

A 30 de abril de 1975 foi a vez do diretor do jornal *Correo* e assessor da SINAMOS, Hugo Neira, ir a Portugal, numa conferência promovida pelo jornal *Expresso*<sup>353</sup>. Escreveu o secretário da embaixada:

---

<sup>351</sup> Ofício de 12 de junho de 1974.

<sup>352</sup> Ofício de 20 de março de 1975.

<sup>353</sup> Ofício de 5 de maio de 1975, do secretário da embaixada.

*Esta disertación sobre el proceso político de nuestro país reunió a gran número de personas, entre las que se encontraban escritores y periodistas, universitarios, personal militar del COPCON (...) y otros miembros del Movimiento de las Fuerzas Armadas portuguesas. La presentación del periodista Neira fue realizada por el Director de Semanario “Expreso” (sic), Francisco Pinto Balsemão, líder del Partido Popular Democrático que ocupó el segundo lugar en las elecciones de 25 de abril.*

O secretário da embaixada conclui: “*Como apreciación final no puedo dejar de resaltar la atención que concitó esta exposición sobre el Proceso Revolucionario de nuestro país. Esto es reflejo del interés con que se sigue en Portugal el Proceso Político del Perú*”.

Os dados de que dispomos levam a supor que estas preocupações não tinham origem na própria embaixada, mas seriam fruto de orientações vindas de Lima. Não temos a correspondência enviada do *Ministerio de Relaciones Exteriores* para a embaixada em Lisboa, segundo nos informaram oralmente, devido a um atentado à bomba no edifício onde estava o arquivo nos anos oitenta. No entanto, sabemos que o GRFA deu uma grande prioridade à política externa e reestruturou para isso os seus serviços diplomáticos:

*A política externa foi um instrumento de legitimação do regime ante o Peru e o mundo, pois ao potenciar o perfil internacional do país, o Governo procurou legitimidade frente à opinião pública nacional. A política externa, portanto, constituiu um pilar da estratégia reformista do regime e um fator que era parte do processo que se pôs em marcha*<sup>254</sup> (ZAPATA, 2018, p177).

Por outro lado, durante o *Gobierno Revolucionario*, iniciou-se uma estratégia de coordenação com as representações diplomáticas que, até aí, não existira. Diz-nos também Antonio Zapata (2018):

*Uma proposta que se considerou importante (no conselho de ministros) foi a convocatória para reuniões de embaixadores em Lima. Estas actividades procuravam coordenar acções para executar a estratégia governamental no campo internacional. Nestas reuniões, os embaixadores deveriam informar sobre a posição do Peru no país em que estavam acreditados, e ao mesmo tempo, proporcionava-se-lhes uma linha sobre as reformas implementadas (...). Enfim, tratava-se de manter um canal de comunicação regular com o pessoal das embaixadas e fornecer-lhes matéria para otimizar o seu desempenho no cargo*<sup>255</sup> (pp. 180-181)

Podemos então concluir que esta procura de fatores aproximadores da revolução portuguesa à peruana, correspondia a diretrizes vindas de Lima e que a embaixada seguia.

---

<sup>254</sup> La política exterior fue un instrumento de legitimación del régimen ante el Perú y el mundo, pues al potenciar el perfil internacional del país, el gobierno buscó legitimidad ante la opinión pública nacional. La política exterior, por lo tanto, constituyó un pilar de la estrategia reformista del régimen y un factor integral del proceso que puso en marcha. (Tradução minha)

<sup>255</sup> “Una propuesta que se consideró importante fue la convocatoria a reuniones de embajadores en Lima. Estas actividades buscaban coordinar acciones para ejecutar la estrategia gubernamental en el campo internacional. En estas conferencias, los embakjadores debían informar la posición del Perú en el país en el que se encontraban acreditados, y al mismo tiempo, se les proporcionaba línea acerca de las reformas implementadas (...). En fin, se trataba de mantener un canal de comunicación regular con el personal de las embajadas y de proveerles los insumos necesarios para optimizar su desempeño en el cargo”. (Tradução minha)

Os relatórios enviados mostram que, ou por intuição, ou mais provavelmente por instruções recebidas, a embaixada estava permanentemente atenta aos acontecimentos que permitissem comparar o processo português com o peruano. Esta tendência denota a existência dum evidente interesse político peruano em usar a revolução portuguesa como fator legitimador transnacional.

#### **8.4. Irmãos nos fundamentos**

Como vimos, a revolução peruana afirmou-se mais pelo que não era do que por aquilo que era. Nesse sentido, Velasco Alvarado (1970) afirmava que “não vamos para uma sociedade de tipo comunista”<sup>356</sup> (p.82) e, ao mesmo tempo, acusava o capitalismo de ter “objecções insanáveis de carácter económico, ético e social”<sup>357</sup> (p.214). Estes dois princípios levaram os militares peruanos a caracterizar a sua revolução com uma frase repetida à exaustão: “Nem comunista nem capitalista” (ver Capítulo 2.3).

Se os fundamentos ideológicos se afirmavam mais pela negativa, acrescentava-se, contudo, uma afirmação positiva que poderíamos resumir numa só palavra: “Peruana”, isto é, tinha características originalmente nacionais (ver Capítulo 2.5). Encontramos esse sentido em diversas ocasiões, nomeadamente quando a 28 de julho de 1969 Velasco Alvarado (1970) afirmou não poder a revolução “ser descrita nem qualificada com termos surgidos noutros povos e noutros continentes” (p.75). Daí que, numa outra intervenção, em 1970, concluísse não fazer sentido atribuir rótulos à sua política, pois “O desenvolvimento do próprio processo (...) irá conformando e redefinindo em constante acção criadora os perfis dessa futura sociedade”<sup>358</sup> (p.216).

Se o substrato ideológico surge da negação tanto do comunismo como do capitalismo e da procura dum modelo nacional próprio, já no respeitante ao edifício institucional vimos também apoiar-se em dois pilares: Primeiro, nas próprias Forças Armadas como garantia de concretização do interesse geral contra os interesses oligárquicos representados pelos partidos; segundo, numa ligação ao povo através dum modelo a que chamaram “participacionismo”, definido pelo próprio Velasco Alvarado como sendo “uma democracia social de participação plena, dentro da qual a capacidade de decisão (...) será exercida pelas comunidades de base”<sup>359</sup> (INDE, 1974, p. 93) (ver Capítulo 2.4).

Se quisermos, então, sintetizar uma dialética da ideologia e da ação do GRFA, encontramos a seguinte: na ideologia afirmar-se “nem capitalista nem comunista” e nacionalista/originalmente peruana; na ação, concretizando-se através do papel institucional das Forças Armadas, sem partidos mas com uma participação popular de base.

---

<sup>356</sup> “Esta no es una revolución marxista; por lo tanto no vamos hacia una sociedad de corte comunista”. (Tradução minha)

<sup>357</sup> “se abre a objeciones insalvables de carácter económico, ético y social”. (Tradução minha)

<sup>358</sup> “El desenvolvimiento del propio proceso revolucionario irá conformando y redefiniendo en constante acción creadora los perfiles de esa futura sociedad”. (Tradução minha)

<sup>359</sup> “una democracia social de participación plena, dentro de la cual la capacidad de decisión (...) será ejercida por las comunidades de base”. (Tradução minha)



Como veremos, estas três bases foram amplamente procuradas e exploradas pelos peruanos na sua abordagem à revolução portuguesa, na mesma tendência que encontramos noutros fatores, com o claro objectivo de transferir legitimidade internacional ao processo nacional.

### **Nem comunistas nem capitalistas, nacionais**

*La Crónica* irá aproveitar cada oportunidade para mostrar que os militares portugueses procuravam seguir essa mesma via nacional e original do GRFA. Isto acontece, por exemplo, num editorial de 3 de dezembro de 1974, com o título “*Lisboa: Los Oficiales Optaron por la Izquierda*”, onde se destacam as seguintes declarações de Vitor Alves: “*Nuestro ideal? Una democracia a la portuguesa. Por qué buscar ejemplos e comparar con otros procesos? Lo que es bueno para ellos puede no ser para nosotros. Queremos un proceso auténticamente portugués*”.

A 31 de janeiro de 1975, Mário Soares participou dum comício no Seixal, onde confrontou claramente o PCP. Entre outras coisas, teria ameaçado que, se o PS abandonasse o Governo Provisório, a Europa fecharia as portas a Portugal e, em caso de nacionalização dos bancos, os emigrantes deixariam de transferir as suas poupanças para o país. Apesar do alvo ser, obviamente, o Partido Comunista, e de Soares dizer textualmente que os socialistas não seriam “*peones en el juego del imperialismo ruso*”, *La Crónica* usa expressões que, na semiótica local, conotam estas declarações como sendo, não só contra o comunismo de Moscovo, mas também do capitalismo de Washington. Neste sentido, o título não deixa margem para dúvida: “*Mário Soares. Guerra a todo imperialismo*” (sublinhado meu). Verifica-se, portanto, uma narrativa implícita construída a partir duma reinterpretação das palavras do líder socialista, aproximando-as dessa dupla negação com que se afirmava o regime peruano: “Nem comunista nem capitalista”.

Muito semelhante é outro título de 17 de abril: “*Portugal condena todo imperialismo*”. Desta vez, a referência são declarações de Rosa Coutinho, que reforçam não só a dupla negação do capitalismo e do comunismo, mas a afirmação em alternativa duma via socialista de características nacionais: “*Portugal construirá su socialismo en un plazo de três a diez años que será un socialismo portugués, cuya construcción exige la participación de los trabajadores para evitar caer en un capitalismo de estado*”; note-se que esta última expressão (“capitalismo de estado”) é claramente conotada com o comunismo de matriz soviética. O almirante teria dito também, ser vocação de Portugal o estabelecimento de uma ponte entre a Europa e o Terceiro Mundo, declaração a que voltarei adiante quando aborde o processo de geminação ao nível da política internacional.

Nesta notícia é, igualmente, sublinhada a seguinte declaração: “*Estamos hablando (...) de las relaciones entre el Tercero Mundo y no de la lucha entre los imperialismos soviético y norteamericano*”. Estas palavras transportam claramente para o imaginário da revolução peruana, colocando Portugal fora das disputas entre

as duas potências, e conduzindo-o rumo a uma via alternativa, ou seja, o mesmo objectivo do NOAL (sinónimo de Terceiro Mundo), a que o Peru tinha aderido como observador em 1970 e como membro em 1973.

Dias depois, um artigo de Rodolfo Gershman<sup>360</sup> busca explicar porquê os militares portugueses decidiram aceitar as eleições. Como vimos noutra ocasião, o contexto do artigo destina-se a estabelecer diferenças entre Portugal e o Peru, que justifiquem um processo eleitoral no primeiro e não no segundo. Gershman conclui que *“Portugal no es en todos sus aspectos el Tercer Mundo”, é-o “en sus características socio-económicas de país subdesarrollado”, mas “solo lo es (...) parcialmente en el dominio político, influenciado este último por la historia europea”*.

Esta construção argumentativa é muito relevante, na medida em que, estando a levar-se a cabo um processo de geminação entre as duas revoluções, tendente a legitimar transnacionalmente a peruana, era essencial marcar diferenças que justificassem porquê havia eleições no regime português e não no peruano. Ou seja, como já disse no Capítulo 2.4, estabelece-se um princípio de semelhança e diferença, servindo a primeira para legitimar as estratégias do GRFA e, quando as opções portuguesas são contrárias, justificando-as pelos diferentes contextos dos dois países, o que acaba também por legitimar as posições peruanas.

Mas, ainda que este artigo seja claramente para marcar as diferenças de contexto que justificam algumas opções divergentes entre os dois países, Gershman não deixa de salientar uma semelhança, que é a opção também em Portugal por uma via genuinamente nacional, nem capitalista nem comunista: *“el Movimiento de las Fuerzas Armadas ha optado por transitar la senda de un socialismo peculiar, de carácter abiertamente pluralista”*.

Este triplo posicionamento (negação do comunismo, negação do capitalismo e opção por uma solução originalmente nacional) é também destacado com todas as letras, pelo enviado especial às eleições para a Constituinte, Carlos Trias<sup>361</sup>, num artigo publicado na mesma edição:

*Los elementos más lúcidos del MFA (...) frente a la política sectarista opusieron el proyecto de convertir el MFA en una fuerza política realmente autónoma. Así surgieron los principios fundamentales de la actual revolución portuguesa: afirmación de una línea nacionalista, independiente, socialista y tercermundista. Socialismo sí, pero pluralista. Antiimperialismo, también, pero en todos los sentidos.*

Noutra nota do mesmo dia, intitulada *“Portugal estará com el Tercer mundo”*, Carlos Trias enumera as características do socialismo defendido pelo MFA, afirmando: *“Como han dicho repetidas veces los voceros del MFA, el socialismo no significa la sustitución de una economía capitalista por un capitalismo de estado.*

---

<sup>360</sup> GERSHMAN, Rodolfo. “Portugal: El porqué de las elecciones”. In: La Crónica, ed. De 26 de abril de 1975.

<sup>361</sup> TRIAS, Carlos. “La Revolución de los Capitanes”. In: La Crónica, ed. 26 de abril de 1975.

*Significa una cosa muy distinta (...). La estrategia actual del MFA parece apuntar definitivamente hacia un socialismo no alineado*<sup>362</sup>.

Estamos claramente frente a uma definição da revolução portuguesa como não sendo nem capitalista nem comunista, neste último caso amenizado pela expressão “capitalismo de Estado”, mas que não deixa de ser uma alusão clara ao modelo soviético. Ao mesmo tempo, o título coloca Portugal no caminho do não alinhamento, a tal via internacional que procurava ser uma linha intermédia entre as duas potências da guerra fria.

Podemos encontrar esta tendência em várias ocasiões. Por exemplo, a edição de 8 de maio destaca o seguinte título: “*No será de molde tradicional. Portugal reitera socialismo próprio*”. A notícia é feita com base em declarações à imprensa norte-americana do ministro português da Comunicação Social, Correia Jesuino:

*‘Estamos intentando encontrar el camino más adecuado sin ceñirnos a los moldes occidentales u orientales’, explicó el Ministro, señalando que la estructura económica de Portugal exige una vía propia que no encaja precisamente con el concepto de democracia social reinante en países desarrollados.*

Um editorial de 28 de abril chegou a considerar que o peso conjunto do PCP e do PS habilitava a revolução para evitar, tanto o excesso de influência de Moscovo, como o de Washington:

*Si el Movimiento de las Fuerzas Armadas estuvo en un momento más próximo del partido Comunista, fue porque este último significó un respaldo mucho más sólido para el lanzamiento de un programa económico destinado a subrayar, frente a cualquier ilusión de liberalismo, la irreversibilidad del proceso (de nacionalizações). Ahora que el paso ha sido dado, el triunfo del Partido Socialista viene a reequilibrar la balanza, sin que por ello sus tendencias derechistas puedan inclinarla hacia los EE. UU. o el occidente europeo. Sin sujetarse a hegemonías de ningún tipo, la revolución portuguesa parece así seguir su marcha ascendente con el concurso a fuerzas políticas dispares, y a veces hasta contrapuestas.*

Esta constante preocupação de integrar os resultados das eleições no contexto do modelo peruano, tem uma clara razão de ser. O enviado especial de *La Conica* estava perfeitamente consciente de que o resultado das urnas não alinhava a revolução portuguesa com a peruana. Relembro que na mesma equipa de Carlos Triás foi também o jornalista Mirko Lauer, que me declarou o seguinte quando o entrevistei: “*Conseguí um encontro com Mário Soares, que não correu muito bem, não gostou da nossa posição porque nós já vínhamos radicais do Peru... e claro, em Portugal, a rua radicalizava imediatamente os jovens... dei-me mal com Mário Soares*”. Esta declaração está em linha com um artigo escrito pelo próprio Mirko Lauer na sua coluna diária do jornal *La República* de 17 de janeiro de 2017: “*A Soares no le gustó nada nuestra posición velasquista, y nos lo dijo*

---

<sup>362</sup> TRIÁS, Carlos. “Portugal Estará com el Tercer Mundo”. In: “La Crónica”, edição 26 de abril de 1975.

*claramente. Después de todo el sentimiento de la hora era regresar a una democracia civil, y evitar que los militares se quedaran en el poder*<sup>363</sup>.

Quando enviava as suas notas para o Peru, o enviado especial de La Crónica estava, portanto, perfeitamente consciente do significado deste resultado eleitoral, sabendo que a via começada nas eleições era oposta à da revolução peruana. No entanto, depois da revolução portuguesa ter sido usada como um fator transnacional legitimador do regime velasquista, era preciso agora evitar, pelo contrário, a deslegitimação... o envio de repórteres era um investimento que não podia secar um chão que dera uvas.

Nesse sentido, mesmo desvirtuando a realidade, procuravam-se argumentos alinhadores do resultado eleitoral com as opções peruanas e, ao mesmo tempo, desvalorizava-se o significado dum eleições que, além de não estarem perfiladas com o GRFA, levaram a um resultado que começava a afastar Portugal do Peru.

Como vimos, a desvalorização do processo eleitoral português baseou-se sobretudo nos compromissos “revolucionários” assumidos no pacto MFA Partidos, que será constantemente referido. Por exemplo, no editorial de 1 de maio<sup>364</sup>, depois de enumerar as linhas mestras da revolução, diz-se que,

*Esos lineamentos están fuera de discusión y figuran del pacto preelectoral suscrito entre el MFA y los partidos políticos que apoyan el proceso revolucionario. De ahí que los comicios no hayan tenido la transcendencia que habían podido tener sin la existencia de este pacto.*

Em conclusão, foi clara a utilização da revolução portuguesa como um fator legitimador das opções “nem capitalista nem comunista” e da via própria e nacional. Os retrocessos no processo revolucionário português começavam a ser claros a partir das eleições e, agora, era essencial que uma revolução usada na legitimação da peruana, não viesse afinal servir para pô-la em causa. Sabemos como se acentuavam em Lima as disputas entre “radicais socialistas” e “reformistas liberais”, dessangrando o regime numa lenta agonia, acentuada desde a revolta do 5 de Fevereiro. Neste panorama, era essencial não abrir o flanco, a narrativa de geminação devia prosseguir.

### **Uma revolução participacionista**

No dia 11 de maio de 1974, o “*Suplemento Político*” de *La Crónica* publicava um extenso artigo sobre a situação em Portugal. Como vimos, estávamos numa fase de expectativa, na qual já tinham saído as primeiras explicações sobre o que levara ao 25 de Abril, mas a visão dos acontecimentos ainda balanceava numa atitude de dúvida<sup>365</sup>. O título, “*Portugal: Luzes e Sombras*” é, em si mesmo, representativo desta postura de cauteloso entusiasmo. Referindo-se às múltiplas pressões a que o novo regime estaria submetido, diz-se:

---

<sup>363</sup> LAUER, Mirko. “Abril en Portugal”. In: “La República”, edição 17 de janeiro de 2017.

<sup>364</sup> No subcapítulo 2.5 apresento diversos exemplos deste esforço de desvalorização do processo eleitoral.

<sup>365</sup> Sobre a fase de expectativa, ver o subcapítulo 2.3 da II Parte.

*La junta de Salvación Nacional tendrá que hilar muy fino para no ser desbordada por la presión de las fuerzas populares liberadas, si no tiene la visión histórica suficiente para aliarse con ellas y emprender un camino más ambicioso que el de la simple demagogia liberal.*

Depois desta referencia à “*demagogia liberal*”, o artigo conclui ser essencial incluir os líderes de esquerda no Governo Provisório e,

*Solo así podrá vislumbrarse cuando menos que la instauración de un sistema democrático electivo después de 42 años de negra tiranía derechista, suponga algo más que las triquiñuelas de los sistemas ‘democráticos parlamentarios’ estructurados justamente para eludir el acceso real del pueblo al poder (sublinhado meu).*

A ponte com Portugal começa, assim, a estabelecer-se na perspetiva duma solução diversa do puro parlamentarismo partidário, que apenas “*elude el acceso real del Pueblo al poder*”. Vemos então como, num texto onde se analisa a realidade portuguesa, se decalcam conceitos contrários à democracia representativa, destacando-se em alternativa uma orientação “participacionista”.

Na edição de 5 de janeiro de 1974, num artigo já citado, claramente crítico para Spínola e favorável a Otelo, colocam-se frente a frente declarações dos dois militares. Citando uma entrevista do primeiro, destaca-se a sua visão crítica do governo de Vasco Gonçalves, proclamando “*su adhesión a un régimen de democracia pluralista*”. Numa citação em discurso direto, Spínola teria dito que “*‘Asumir el poder para confiárselo a una fuerza que no emane del sufragio universal directo es indiscutiblemente un crimen de lesa humanidad’, acusó*”.

Neste artigo, a antipatia relativamente às ideias do general é inequívoca, acusando-o de “*alarmista*” frente a um Otelo que “*se limita a rendir homenaje al expresidente*”. Então, neste confronto de posições, assistimos a um debate entre a defesa duma democracia de base eleitoral e representativa, ao estilo ocidental, de que o GRFA desconfiava, e uma revolução popular, “participacionista”, personificada em Otelo.

É impossível não ver aqui os ecos dos debates realizados dentro das próprias Forças Armadas peruanas, nomeadamente entre os “liberais reformistas” e os “radicais socialistas”. Recordemos como, em abril de 1973, o ministro da Marinha do GRFA, almirante Vargas Caballero, se assumiu como rosto dos primeiros<sup>366</sup>, afirmando a pertença do Peru à “tradição ocidental e cristã”, merecendo uma imediata resposta na esquerda do regime:

*O jornal ‘Expreso’ respondeu ao ministro da marinha defendendo que a sua alusão à tradição ocidental expressava a sua adesão pessoal ao sistema capitalista que, efectivamente, imperava no Ocidente, e*

---

<sup>366</sup> Sobre este conflito interno do Gobierno Revolucionario, ver o subcapítulo 3.1 da Parte I: “‘Reformistas Liberais’ e ‘Revolucionários Socialistas’”

*que era recusado pela revolução velasquista. O Expreso assinalou também que o rumo da revolução peruana era oposto ao sistema capitalista*<sup>367</sup> (Zapata, 2018, p. 20).

Numa entrevista dada pelo almirante a Maria del Pilar Tello (1983-b), anos depois da queda do Velasco, quando esta lhe pergunta pelo modelo “participacionista”, afirma-se taxativamente descrente dessa via: “não creio que exista nenhum verdadeiro socialismo que se fique por aí, porque de qualquer maneira vai-se para o comunismo. Eu sou anti-comunista<sup>368</sup>” (p.185). Nessa mesma entrevista, Caballero afirmaria também que “a democracia é a melhor forma para que os grupos sociais (...) tenham oportunidade de fazer ouvir a sua voz porque pelo menos eles, a grande maioria que menos tem, são quem vai determinar quem é eleito pelo seu voto<sup>369</sup>” (p.172).

São declarações dum ex-ministro do GRFA, entrado no Governo em dezembro de 1968 e obrigado a demitir-se numa rota de colisão com Velasco Alvarado em maio de 1974. É impossível não confrontar o seu pensamento com o do próprio presidente, que insistia sempre em considerar a democracia representativa como uma “democracia formal”, por oposição ao “participacionismo”, por vezes também referido como “democracia de participação” (ou de “participação plena”), que considerava ser a genuína tradição democrática peruana, miticamente vinda do tempo pré-colonial.

Transportando este debate entre democracia representativa e “participacionismo” para a revolução portuguesa, será clara a tendência de *La Crónica* para ver e defender laivos deste último em Portugal e para desvalorizar todas as tendências orientadas à primeira, como era o caso das eleições para a Assembleia Constituinte.

Com vimos, o processo de desqualificação das eleições foi processado a dois níveis: O primeiro relaciona-se com a impreparação do povo português, submetido a uma longa ditadura, para participar livre e conscientemente num ato eleitoral; o segundo com o pouco significado dum processo no seio duma via revolucionária que garantida à partida pelo Pacto MFA Partidos. A par desta deslegitimação das eleições, o jornal exalta o papel do MFA.

Frente às eleições de tipo democracia representativa, o jornal apresenta as tendências “participacionistas” do MFA, considerando ser a revolução portuguesa liderada “*como la peruana, por una Fuerza Armada erigida en*

---

<sup>367</sup> “El diario Expreso le contestó al ministro de Marina y sostuvo que su alusión a la tradición occidental expresaba su adhesión personal al sistema capitalista que, efectivamente, imperaba en Occidente, y que era recusado por la revolución velasquista. Asimismo, Expreso señaló que el rumbo de la revolución peruana era opuesto al sistema capitalista”. (Tradução minha)

<sup>368</sup> “Yo no creo que exista ningún verdadero socialismo que se quede ahí, porque de todas maneras se va al comunismo. Yo soy reacio al comunismo”. (Tradução minha)

<sup>369</sup> “Creo que la democracia es la mejor forma en que los niveles sociales (...) tienen la oportunidad de hacer oír su voz porque son por lo menos, ellos, las grandes mayorías que menos tienen, las que van a determinar quién sale elegido por su voto”. (Tradução minha)

*vanguardia de los intereses populares y que busca encaminarse hacia un socialismo pluralista y participacionista*<sup>370</sup>”.

Os artigos deste teor multiplicam-se com a aproximação da data das eleições. Noutro editorial, a 17 de abril, diz-se que “*el MFA ha asumido con toda la lucidez la necesidad de que los trabajadores de la ciudad y el campo, en el marco de sus organizaciones, participen activamente en esta difícil pero irrenunciable tarea*”. Nesse mesmo dia, destaque para afirmações de Rosa Coutinho: “*Portugal construirá (...) un socialismo portugués cuya construcción exige la participación de los trabajadores para evitar caer en un capitalismo de estado*<sup>371</sup>”.

Na edição de 6 de maio, é feita referência a um artigo publicado no “*Periódico del MFA*”, no qual se voltam a destacar ideias relacionadas com o modelo “participacionista”: “*Las masas populares y la clase trabajadora organizada deben ser incorporadas en todos los niveles de gobierno y de la economía a fin de evitar que la revolución sea desviada de sus objetivos como resultado de las recientes elecciones nacionales*<sup>372</sup>”. É de referir que, neste texto, se destaca a existência de dois polos: Um, contra-revolucionário, nascido nas eleições e, portanto, na democracia representativa, outro, revolucionário, com base nos militares e na participação.

Este confronto entre os dois polos, democracia-representativa versus “participacionismo”, será várias vezes apresentado, sempre com a preocupação de mostrar que a primeira tendência é a dos pequenos interesses partidários, enquanto a segunda é a genuína e nasce no seio do MFA. No dia 27 de maio publica-se um editorial com o título “*Portugal: La falsa disyuntiva*”:

*Entre el partido comunista y el partido socialista no cabe alternativa (...). Una tercera alternativa (...) desde el mismo Movimiento de las Fuerzas Armadas, la creación de comités de base o consejos revolucionarios, parecería sin embargo demostrar que la revolución reencuentra en la contradicción un camino propio más cercano a las opciones tercermundistas que a los intereses en pugna directa o indirectamente alentados desde el exterior.*

Será por isso que, depois das eleições, o jornal estará particularmente atento às posições tomadas pelo Conselho da Revolução, um órgão emanado dos militares e vislumbrado como garantia revolucionária frente ao risco da assembleia eleita.

A oposição passa a estabelecer-se entre a democracia representativa, assente na Assembleia Constituinte, e a participação social, garantida pelas Forças Armadas. No dia 22 de junho ficamos a saber que “*Portugal Intensifica Cambios Estructurales*”, título para noticiar uma reunião do Conselho da Revolução, onde se

---

<sup>370</sup> “Portugal: Los riesgos de una revolución”. Editorial, in: “La Crónica”, edição de 10 de abril de 2018.

<sup>371</sup> “Portugal condena todo imperialismo”. In: “La Crónica”, edição de 10 de abril de 2018.

<sup>372</sup> “Portugal alerta por rumor de otro golpe de derecha”. In: “La Crónica”, edição 6 de maio de 1975

confirmou o “*Pluralismo político en la vía hacia lo socialismo (y) la conexión de las fuerzas armadas con organizaciones populares de base*”.

Atentemos agora no edifício argumentativo deste artigo, sustentada em três constatações:

1. Estando a verificar-se uma desestabilização provocada por exigências populares de criação de milícias populares revolucionárias e armadas, o Conselho é contra e considera “*el papel pedagógico que los partidos deberían tener en este período de transición*”, supõe-se para contrariar estas tendências.
2. No entanto, reconhece o sectarismo partidário e a sua incapacidade para ver além do que defenderam no processo eleitoral: “*su principal papel es ser vehículo de transmisión de la voluntad popular*”
3. Por isso, a única força capaz de garantir uma efectiva participação popular no processo, os militares, está a fazê-lo por vias “participacionistas” opostas às da democracia representativa incarnada nos partidos:

*A través de la creación de organizaciones populares de base (...), el MFA se dispone a poner en marcha ‘el embrión de un sistema de democracia directa, sin poner en causa la legitimidad de los partidos’. Las líneas generales del proyecto de conexión del MFA con organizaciones populares de base están siendo analizadas en estos momentos por un grupo de trabajo.*

Vemos então como, no processo legitimador, se começa por criar uma falsa narrativa que transforma o resultado das eleições em algo de positivo para as perspectivas políticas do GRFA. No entanto, como vimos também, os jornalistas de *La Crónica* estavam claramente conscientes de que a vitória de Mário Soares representava uma visão contrária à da revolução peruana. Aproveitarão por isso um Portugal politicamente bipolar, descolando-se gradualmente do resultado eleitoral, desvalorizando a Constituinte e agarrando-se ao MFA como tábuas de salvação numa via de tipo “participacionista” para Portugal, que possa confirmar internacionalmente a legitimidade da solução peruana. A revolução portuguesa tinha sido tão valorizada com propósitos de política interna, que agora não podia simplesmente representar uma marcha atrás que tivesse efeito *boomerang* no Peru.

Um artigo de José L Velarde publicado a 30 de junho mostra claramente esta preocupação. O título é claro: *Portugal: A la democracia directa con las organizaciones de base*”:

*La revolución portuguesa por los últimos acuerdos del Consejo de la Revolución, estaría entrando a una nueva etapa en la cual busca que el camino al socialismo se desarrolle con el fortalecimiento de las organizaciones de base antes que los partidos políticos. Este fundamental cambio en la estrategia revolucionaria habría sido provocado por la continua lucha partidaria para ganar posiciones, la cual, lejos de beneficiar a la revolución, dividía profundamente al pueblo portugués (...). La revolución portuguesa pretende que las organizaciones de base representen el embrión para un sistema de*



*democracia directa, la democracia sin intermediarios, la democracia de las asambleas (...) que se conviertan en un factor determinante de unidad que permitirá superar las contradicciones existentes a nivel de las estructuras políticas cimeras (ou seja, dos partidos).*

Perante esta preocupação do MFA com a unidade, Velarde apresenta dúvidas sobre se os partidos (isto é, os eleitos em democracia representativa) estarão à altura dos acontecimentos, e ao mesmo tempo aproveita para comparar a via do MFA com a peruana: “*El éxito de este nuevo camino, por cierto cercano al nuestro, depende de la voluntad que tengan los partidos portugueses en olvidar sus intereses egoístas de poder*”. A única solução é que “*Trabajen desde las bases, bajo la dirección del MFA, que ha demostrado ampliamente su profunda e insospechada condición revolucionaria*”; este “*desde las bases*” é uma clara alusão ao “participacionismo” inerente ao Pacto Povo MFA.

### **Longe dos partidos, perto do coração**

A edição de 11 de maio de 1974 de *La Crónica* dá nota da tomada de posse do I Governo Provisório português. A notícia é muito breve, ocupa apenas três pequenos parágrafos, um dos quais dedicado ao apelo feito pelo presidente Spínola: que se consagrem à execução do programa de Governo, “*sin consideraciones partidárias*”. Por essa data, recorde, Spínola ainda não era visto como a *bête noir* da revolução, mas antes como um herói que a tinha concretizado, depois de ser perseguido por enfrentar o regime com a publicação de *Portugal e o Futuro*.

A partir daí, assistimos constantemente a uma linha editorial que relaciona os partidos portugueses com instabilidade e vãs disputas pelo poder, ao mesmo tempo que fala dos militares como os únicos capazes de chamar ao consenso e ao interesse geral.

Nesta linha, duma maneira geral, *La Crónica* irá atribuir às querelas partidárias a generalidade dos bloqueios que atravessará o processo revolucionário português. Isto aconteceu, por exemplo, nas abordagens à questão da unicidade sindical, a mesma que levou a grandes conflitos no III Governo Provisório. Segundo uma notícia de 28 de janeiro, “*Mario Soares y sus aliados del Partido Democrático Popular (sic) habían amenazado abandonar el gabinete*” se fosse aprovado o princípio da unicidade sindical. Na raiz desta posição, o jornal destaca disputas partidárias entre o PS e o PCP:

*Los dos partidos estiman que pueden contar con el apoyo de una mayoría de la población, inquieta por la ofensiva del Partido Comunista de Alvaro Cunhal y sus aliados. Los socialistas iniciarán su presión el viernes 31 con una manifestación en Lisboa que coincidirá con otro acto convocado para el mismo día por el Partido Comunista.*

Enquanto se verificava este confronto,

*El Partido Democrático Popular (sic) profundizó las acusaciones al sostener que Cunhal propicia un cambio de gabinete para apoderarse de los ministerios del área económica. También denunciaron eventuales maniobras comunistas para lograr la postergación de las elecciones constituyentes de marzo o abril.*

No olho da tormenta desta disputa acentuada como partidária, “*El Partido Comunista había manifestado oficialmente su propósito de realizar las elecciones en el plazo previsto*”.

Perante uma polémica como esta, surgida do confronto entre partidos, que papel se destaca para as Forças Armadas? O de árbitro equidistante, em busca dos consensos prejudicados pelas lutas de poder entre líderes partidários. Neste sentido, uma notícia de 3 de fevereiro voltará a abordar a questão da unicidade sindical, concluindo que o MFA “*tomó distancias con el PC y la polémica es hoy triangular*”. Na sequência, o jornal considera estar o problema no ainda “*impreciso*” papel das Forças Armadas no processo revolucionário, considera esse papel essencial e destaca que “*esta imprecisión (...) (contrasta) con la precisión de la voluntad de los militares en la proposición de una plataforma mínima a la que todas las fuerzas políticas ‘representativas’ tendrán que aderir*”.

Ou seja, por um lado temos os partidos políticos disputando entre si e criando instabilidade; do outro lado temos as Forças Armadas, ainda sem um papel claro no processo revolucionário, o que lhes dificulta uma vocação natural para a criação de consensos. A lógica apresentada, leva-nos a subentender ser essa indefinição a responsável pelos problemas criados pela política partidária.

Se a isto somarmos a motivação do MFA para criar plataformas conjuntas de entendimento que contrariem a conflitualidade entre fações partidárias, a mensagem é muito clara: Só aumentando o poder das Forças Armadas a revolução poderá seguir o seu rumo, sendo estas uma garantia norteadora do caminho revolucionário, frente a partidos enredados nas suas disputas e pouco interessados no bem geral.

As referências aos partidos serão constantemente dominadas por esta visão, que os encara como fonte de instabilidade frente a um MFA visto como a única força capaz de garantir o sucesso da revolução. Limitar-me-ei a enunciar alguns exemplos:

- A 19 de março de 1975, as Forças Armadas decidem suspender três partidos políticos, um “*democrata-cristão*”, o PDC, outro “*maoista*”, o MRPP e a “*marxista-leninista*” AOC. O jornal destaca as disputas entre partidos: “*El MRPP es adversário decidido del partido comunista que lidera Alvaro Cunhal*” que, “*segundo los maoistas es ‘social fascista’*”. Por outro lado, “*Fuentes vinculadas al MFA estiman que el MRPP está infiltrado por la CIA*”. Finalmente, assiste-se a riscos de infiltração partidária nas Forças Armadas, pois “*La propaganda maoista en el seno del ejército también preocupa a los militares*”.

- O problema representado pelos partidos é apontado tanto à direita como à esquerda, expondo-os como fatores de divisão. Num editorial sobre as eleições portuguesas (edição de 10 de abril de 1975), comenta-se a existência duma “*explosión de partidos, grupos y grupúsculos que, fieles a la tradición, atomizan a la izquierda hasta hacerla casi inviable*”. Conclui-se então de forma clara serem os partidos, por si só, incapazes de viabilizar uma revolução, antes tendendo a sectarizar-se. Em oposição, as Forças Armadas seriam a única garantia do processo revolucionário, tanto mais que este texto começa com a seguinte comparação e conclusão: “*Una revolución acaudillada, como la peruana, por una Fuerza Armada erigida en vanguardia de los intereses populares y que busca encamiñarse hacia un socialismo pluralista y participacionista*”.
- Na edição de 12 de abril de 1975 noticia-se a assinatura do pacto MFA Partidos, onde se estabeleceram condições limitadoras da acção partidária na condução do processo político pós-eleitoral. O título destaca que os “*Partidos respaldan al M.F.A.*” e, no texto, uma declaração de Costa Gomes, segundo o qual essas limitações servem para “*garantir una revolución pensada para los más desprotegidos*”. Isto é, transmite-se claramente esta ideia: uma democracia meramente parlamentar e de base partidária não dá, por si só, garantias de protecção da população desprotegida e, portanto, da revolução.
- A 23 de abril foram dadas a conhecer em Portugal as conclusões preliminares da investigação ao 11 de Março. Na edição do dia seguinte, La Crónica passa quase ao lado do papel de Spínola e da direita militar, para se centrar naquele que teria sido desempenhado pelos partidos, atores da desestabilização do processo revolucionário. O plano teria passado pela criação de um “*ambiente político con especial detiuro en las relaciones partidárias*”. Que acções foram levadas a cabo? “*el boicote izquierdista a la (sic) CDS (derechista) en la ciudad de Oporto*”, “*Luego vinieron los sucesos de Setúbal, en donde perdió la vida un militante de la socialdemocracia (PPD)*”. Devido a estas acções, de pronto se gerou “*una ola de clamores contra la ‘violencia de izquierda*”. As implicações partidárias não ficam por aqui, se os partidos de extrema-esquerda contribuíram ao golpe com os ataques que fizeram aos de direita, estes últimos estariam também profundamente implicados:

*Un partido que se presenta a las elecciones parece directamente implicado, si no en el golpe, al menos en la preparación de ese clima favorable. Se trata de la social-democracia (PPD), uno*

*de cuyos dirigentes más destacados, Pinto Balsemão, incluyó en la revista de su dirección, 'Expresso', unas declaraciones de Spínola consideradas golpistas.*

O jornal conclui que a direita “portuguesa e internacional” utiliza todos os meios, “*incluso el recurso eventual a disfraces democráticos y socialistas, para intentar detener el proceso iniciado el 25 de abril*”.

- A 26 de abril de 1975 La Crónica ocupa uma página inteira dedicada às eleições portuguesas do dia anterior. Num artigo que procura fazer o historial dum ano de revolução<sup>373</sup>, faz-se referência à demissão de Spínola em Setembro de 1974, concluindo-se que, a partir dessa data, “*el MFA se convierte en la fuerza política hegemónica en Portugal*”. No entanto, os problemas surgiriam por via de infiltrações partidárias:

*al mismo tiempo, y precisamente en razón de su hegemonía, los militares comenzaron a ser blanco de infiltraciones partidarias, tanto a nivel de oficiales como de base. Estas infiltraciones (...) terminaron transformándose en un factor de discordia, sabiamente aprovechado por los spinolistas para recuperar parte del terreno perdido.*

- No dia seguinte, já com resultados eleitorais e fazendo a respetiva análise, o enviado Carlos Trias afirma que,

*Las elecciones han sido un éxito (...). Pero independientemente de esta constatación se debe resaltar otro hecho mucho más importante: la fuerza política hegemónica, la organización que controla hoy el poder en Portugal, no se ha presentado a elecciones. Se ha mantenido a margen de la lucha partidaria, como vigilante atento de las conquistas revolucionarias (...) (el) Movimiento de las Fuerzas Armadas ha dejado bien claro que no dará un solo paso atrás.*

Neste mesmo artigo, os militares são elogiados porque “*El 11 de marzo los oficiales revolucionarios del MFA tuvieron la oportunidad de suspender indefinidamente las elecciones. No lo hicieron (...) Quieren saber con qué fuerzas pueden contar para su proyecto revolucionario*”. Na conclusão, Carlos Trias afirma que “*En la madrugada del 25 de abril, nadie gritó en Lisboa una consigna partidaria. Fue una gran explosión de alegría y de solidaridad con el MFA*”.

Ligada a esta ideia geral, numa outra notícia da mesma página, reproduzem-se amplamente declarações de Otelo, numa nota com título clarificador: “*Los Partidos no Ofrecen Confianza*”. Destaque-se que este título

---

<sup>373</sup> “La Revolución de los Capitanes” (artigo do enviado especial Carlos Trias). In: La Crónica ed. 26 de abril de 1975

procura sintetizar um conjunto de declarações do líder do COPCON, mas aparece sem aspas, sendo portanto assumido pela Redação. Entre outras citações, Otelo teria dito que *“Solo hay una fuerza política que, superando los esquemas partidarios, tiene realmente como única preocupación el pueblo portugués. Se trata del MFA”*

Este posicionamento, que considera os partidos como fonte duma instabilidade contrastante com o papel estabilizador das Forças Armadas, acentua-se depois das eleições para a constituinte quando, como vimos, se torna necessário tomar uma opção jornalística frente à bipolaridade institucional MFA/democracia-de-participação, versus Partidos/democracia-representativa. Como vimos, a defesa de *La Crónica* será claramente favorável ao primeiro dos dois polos. Este posicionamento realça-se nos jogos argumentativos montados a respeito das eleições, onde se procura uma difícil quadratura do círculo: Explicar e aceitar o ato eleitoral, valorizá-lo/desvalorizá-lo e apresentar o MFA como única garantia revolucionária, frente ao sectarismo dos partidos.

A difícil conjugação destes argumentos está patente em diversos artigos de opinião e notícias. Por exemplo, numa nota do enviado especial Carlos Trias publicada na edição de 27 de abril de 1975, os diversos elementos desta fundamentação estão presentes desde o título: *“Portugal: cuarteles y calles por el socialismo. El MFA se mantiene alerta para cautelar los verdaderos intereses del Pueblo”*.

A lógica desta nota é muito clara. Uma vez transformadas as eleições numa vitória do socialismo, conclui terem *“los cuarteles”* e *“las calles”* coincidido com a via revolucionária. No entanto, frente às forças reaccionárias acantonadas nos partidos, o MFA é a única garantia de que essa conjugação não será desvirtuada contra *“los verdaderos intereses del Pueblo”*. Quanto às eleições, *“para muchos (...) eran innecesarias”* e, até, *“suponían un serio peligro para la revolución portuguesa”*. Porquê? *“Porque un año es poco para contrarrestar, sobre todo en los medios rurales, la inercia conservadora, clerical, fatalista de cincuenta años de oscurantismo”*. Além disso, *“La Iglesia, uno de los grandes soportes del régimen fascista, había utilizado todo su poder ideológico para desatar una campaña demagógica contra la ‘amenaza marxista’”*. Em conclusão: *“Derrotada en el plano político, golpeada en el económico, la reacción tenía en sus manos grandes reservas ideológicas”*.

Porém, *“A primera vista los resultados de las elecciones han demostrado que estos temores eran infundados”*. Note-se como, numa simples frase, legitima-se e deslegitima-se simultaneamente o processo eleitoral: Os receios acabaram infundados, mas só *“a la primera vista”*, ou seja, ainda tudo pode acontecer e, portanto, vir a confirmar-se o perigo.

Devido a este frágil equilíbrio, *“Sin embargo, se debe evitar por todos los medios un excesivo triunfalismo”*. Porquê? Porque os partidos não são de confiança, como se subentende da seguinte afirmação: *“Una cosa es*

*autotitularse progresista y otra muy distinta serlo realmente*". Contudo, a revolução está garantida, porque existem os militares do MFA, *"Fuera de la lucha partidaria como vigilante atento de las conquistas revolucionarias (...) ha dejado claro que no dará un solo paso atrás"*.

Vejamos as conclusões extraídas destes argumentos: Primeiro, a via revolucionária está agora legitimada até por um sufrágio, muito difícil e à partida perigoso, mas que acabou por confirmar ser essa a vontade do povo; segundo, nada está garantido porque, apesar dessa conjugação, os partidos eleitos são partidos e, portanto, de tão pouca confiança que podem dizer-se uma coisa e serem outra, isto é, dizerem-se socialistas e serem reaccionários; terceiro, contra esse perigo existem os militares, a única garantia de que as duas conjugadas legitimidades, a revolucionária e a vontade expressa nas urnas, não serão atraícoadas. Numa ideia transportada para o Peru: Só um governo controlado pelas Forças Armadas pode garantir *"los verdaderos intereses del Pueblo"*, nunca os partidos.

Os exemplos das posições listadas poderiam repetir-se à exaustão. Da sua análise resulta clara a visão dum universo político português com dois planetas. Um é o planeta dos partidos, fonte de lutas, de discórdia e pondo em risco a revolução e os interesses do povo. Outro, o planeta MFA, a garantia duma visão revolucionária de longo prazo, pouco preocupado com as lutas pelo poder e o único capaz de levar adiante o processo, defendendo a vontade expressa pelo povo.

O papel do MFA como única força habilitada para ir além das vãs disputas partidárias, surge frequentemente. Por exemplo quando, na edição e 9 de maio, frente à disputa entre o PCP e o PS: *"Defendiendo la Revolución: MFA concilia entre socialistas y comunistas"*. Também aqui, o Conselho da Revolução, órgão emanado do poder militar, é apresentado com esse papel de mitigar o partidarismo: *"Bajo las directivas establecidas por el Movimiento de las Fuerzas Armadas (MFA) para asegurar la consolidación del proceso revolucionario y a fin de mantener su legalidad, un partido político debe acatar la línea trazada por el Consejo de la Revolución"*<sup>74</sup>.

Esta visão dá uma clara legitimidade transnacional ao regime militar peruano. Além disso, algumas das posições reflectem uma visão peruanizada da revolução portuguesa, como é o caso quando se criticam os partidos da esquerda por se atomizarem e por estarem supostamente infiltrados pela CIA, contribuindo à contra-revolução. Convém aqui lembrar que, desde 1973, o GRFA vinha enfrentando uma crescente contestação social considerada pelos militares como tendo origem partidária, muitas vezes em pequenos partidos da extrema-esquerda:

Tinha começado o tempo das frentes regionais (...) ao terminar a onda de lutas, estas frentes reduziam-se a uma plataforma de militantes esquerdistas comprometidos (...) As FEDIP (Frentes de Defesa do Povo) foram dirigidas por militantes da esquerda crítica do Governo; em muitos casos

---

<sup>74</sup> "Investigan Entredicho en Periódico Português". In: La Crónica, edição 22 de maio de 1975

formaram-se graças à iniciativa de Patria Roja, o principal grupo maoista universitário e docente (ZAPATA, 2018, p. 92).

Esta instabilidade social atinge o pico a 5 de fevereiro de 1975, convulsionando Lima, instaurando o caos e obrigando a uma reação militar. Tudo começou com uma greve da polícia que deixou as ruas sem protecção. Passados dois dias, uma multidão que juntou elementos espontâneos e organização partidária, semeou o caos na cidade. Cerca de 24 horas antes deste avolumar, reuniu o Conselho de Ministros para analisar as causas e consequências da greve policial, tendo Velasco defendido a existência de mão externa; imediatamente, a imprensa controlada pelo Estado acusaria a CIA. Além de elementos internacionais, a perspectiva do presidente integrava também alguns partidos na conspiração, nomeadamente a APRA e a extrema-esquerda (ZAPATA, 2018, p. 202).

Podemos então atribuir uma alimentação dupla ao tratamento dado por *La Crónica* à relação entre os partidos políticos portugueses e o MFA. Por um lado, é influenciado pela perspectiva do GRFA sobre o jogo de forças nacional, por outro lado, retroalimenta as suas visões ideológicas e táticas: ideologicamente, uma desconfiança relativamente aos partidos políticos e, taticamente, imputa-se influência desestabilizadora em Lisboa à mesma CIA acusada de atuar similarmente em Lima. Tanto num caso como no outro, há um claro processo de geminação, permitindo utilizar Portugal como legitimador transnacional e confirmando denúncias conspirativas no Peru.

Nesta linha, um artigo de Hernando Aguirre Gamio, publicado a 1 de maio de 1975, faz o rescaldo das eleições em Portugal, sintetizando bem a visão construída no Peru. Primeiro refere as influências e pressões a que os partidos estão sujeitos, depois apresenta o MFA como “garantia revolucionária” frente a essas mesmas pressões:

*No sabemos hasta que punto esas direcciones partidárias resistiran (a las) presiones en cuestión, pero sí es posible – por la experiencia del año transcurrido – suponer que la garantía contra cualquier desviación se halla en la existencia del Movimiento de las Fuerzas Armadas, y del pacto que hemos referido (Pacto MFA-Partidos).*

A partir daqui, a análise partidária irá centrar-se na guerra entre o PS e o PCP, contribuindo a consolidar a ideia dos partidos se perderem em quezílias pelo poder. Encontramos, por exemplo, títulos tais como “*Militares portugueses no confiam en partidos*” (27 de abril de 1975) ou “*Crisis entre Socialistas y Comunistas*” (3 de mayo de 1975). Tudo isto, ao mesmo tempo que os militares se esforçavam para resolver essas desavenças, tal como teria feito Vasco Gonçalves quando chamou os dois líderes, Mário Soares e Álvaro Cunhal, e “*Era evidente para los observadores que el Primer Ministro se esforzó en evitar una ruptura definitiva entre los dos partidos*”.

Neste cenário de guerras partidárias, o MFA lança apelos a que

*las masas populares y la clase trabajadora organizada deben ser incorporadas en todos los niveles de gobierno, a fin de evitar que la revolución sea desviada de sus objetivos como resultado de las elecciones nacionales”, y “solo así (dizem) podremos evitar totalmente la posibilidad de perder a través de las elecciones lo que tanto custó al pueblo ganar a través de la revolución’* (edição 6 de maio de 1975).

Fiel a esta perspectiva de ver o MFA como aglutinador do processo revolucionário frente às derivas partidárias, um título de 9 de maio dá conta de que os militares continuam a esforçar-se para manter viva a revolução e por unir os partidos em torno desse objectivo: “*Defendiendo Revolución: MFA Concilia entre Socialistas y Comunistas*”.

Um bom exemplo desta linha editorial é o tratamento merecido pelo célebre caso *República*, desenvolvido nas próximas linhas.

### **Jornal *República*, um caso de estudo**

O conflito entre socialistas e comunistas em torno do jornal *República* é um caso de estudo, onde se demonstrada a aplicação da perspectiva de que os partidos punham a revolução em risco e a única garantia eram os militares.

Como é sabido, o *República* era um órgão propriedade do Partido Socialista, ocupado no dia 19 de maio de 1975 por representantes dos trabalhadores não jornalistas, contestando a linha editorial. Mário Soares protestou veementemente, acusou o Partido Comunista de manobrar a ocupação e abandonou o IV governo provisório. O caso foi amplamente noticiado pela imprensa internacional e usado pelo líder socialista, como putativa prova da existência dum plano soviético para acabar com a Democracia portuguesa.

No Peru, *La Crónica* vai noticiar e opinar sobre estes acontecimentos, e também os vai usar, mas como um exemplo da incapacidade dos partidos para saírem das suas disputas sectárias, enquanto apresentava os militares como sendo os únicos capazes unir a sociedade em torno do processo revolucionário.

Nesta linha editorial, depois da edição de 22 de maio noticiar o sucedido em linhas muito gerais, esta visão do problema começa a consolidar-se a partir do dia 23, quando se afirma: “*El Consejo de la Revolución expresó su extrañeza por la actitud asumida por las fuerzas partidarias a raíz del conflicto laboral surgido en el diario República*”. Ficamos a saber que este órgão se manifestou pela “*inoportunidad de las manifestaciones de protesta convocadas por el Partido Socialista*”. Além disso, destacando o seu papel de linha ponderadora da revolução, “*está dispuesto a hacer respetar las leyes y asegura que hará lo posible para solventar el caso de modo que quede garantizada la libertad de prensa sancionada por ley*”. Ou seja, frente às precipitações do PS



e do PCP, os militares são a garantia de cumprimento das leis e asseguram um processo revolucionário sem os sobressaltos provocados pelos partidos.

No dia seguinte, continuando com este caso, um *“Llamado a la Unidad Lanza el MFA en Portugal”*, lamentando *“La manera como el asunto ha sido instrumentado, tanto en el interior como en el exterior en una campaña que el comunicado define ‘denigratoria para el país y desproporcionada al incidente’*. Mais uma vez os militares surgem como garantia, já que, citando o mesmo comunicado, *“el MFA no permitirá nunca que se instaure una nueva dictadura en Portugal”*.

Nesta notícia começa também a estabelecer-se uma ponte desde a perigosa instabilidade partidária, até à desejável participação popular. Ou seja, esse mesmo “participacionismo” oposto à democracia representativa, sempre e sempre definida por Velasco como uma “aparente democracia formal”.

É assim que o caso “República” nos será apresentado não só como uma disputa partidária que põe em risco a revolução, mas também como a oportunidade para lançar um modelo “participacionista” em Portugal: *“La alianza entre el Pueblo y el Movimiento de las Fuerzas Armadas constituye la base fundamental del desarrollo del proceso revolucionario hacia el socialismo”*.

Já no número de 25 de maio, estava o *“entredicho en vías de solución”*, graças à intervenção do MFA. *“La tregua comenzó tras la reunión sostenida ayer (...) entre las principales autoridades militares del país y los secretarios generales de los partidos comunista y socialista”*. Enquanto um implicitamente impertinente Mário Soares se queixa do país estar a caminhar rumo a uma ditadura, no Conselho da Revolução reafirma-se: *“Las Fuerzas Armadas jamás permitirían la reinstalación de una dictadura en Portugal”*.

Daqui em diante, o papel do MFA como força da unidade revolucionária e o Partido Socialista como fator de desunião, será a linha de rumo do tratamento dado a este caso. Um título da edição de 28 de maio deixa bem clara esta perspectiva: *“Para solucionar crisis política (a do caso “República”): Reforzarán alianza entre MFA y Pueblo”*. Primeiro, o Conselho da Revolução decidiu *“Dinamizar la solución de la actual crisis política que vive el país a causa del cierre del diario ‘República’*. Depois,

*Igualmente la asamblea del Consejo revolucionario aprobó en sus líneas generales una propuesta tendente a reforzar la alianza entre el MFA y las masas populares, creándose a tal efecto organismos de enlace, los que deberán ser extrapartidarios y garantizar un correcto desarrollo de la revolución portuguesa.*

Ou seja, apenas um mês depois das eleições para a constituinte, uma instabilidade faciosa partidária em torno do *República*, mostraria duas coisas: Primeiro, os militares eram os únicos capazes de apelar à união, prosseguindo o processo revolucionário, segundo, a única teoria da organização capaz de garantir sucesso á

revolução, é a participação popular de base, o tal “participacionismo”, e não a democracia representativa, a tal “aparente democracia formal” dos partidos.

Acentuando o papel unificador dos militares, a edição do dia seguinte noticiará que “*los socialistas se reintegran al gabinete*” (ainda que apenas para discutir a questão angolana). O jornal estabelece uma relação entre esse reingresso e o papel desempenhado pelas Forças Armadas: “*La decisión de participar en la reunión de hoy, fue decidida ayer martes por el Secretariado nacional del partido Socialista, luego de analizar las deliberaciones de la Asamblea General de las Fuerzas Armadas*”.

Concluindo: A revolução portuguesa é usada no Peru como fator legitimador do GRFA, nomeadamente encontrando apoio para a sua desconfiança dos partidos políticos, para as suas características militares e para o modelo “participacionista” que defendia, em oposição à democracia representativa. É curioso notar como um mesmo caso, o *República*, pôde ser usado por Mário Soares contra Álvaro Cunhal, enquanto no Peru se usou contra o PS, contra o PCP e também contra o modelo representativo defendido pelo líder socialista.

### **8.5.Reforma agrária, mas não tanto**

Quando comecei a procurar o tratamento dado à informação sobre a Reforma Agrária (RA) portuguesa, a primeira surpresa foi o pouco interesse que o assunto mereceu no Peru. A embaixada nunca se lhe refere e, do total de 274 títulos de *La Crónica* (408 se incluirmos a descolonização), apenas três se referem explicitamente a este processo, encontrando-a também, mas de forma muito secundária, noutros quatro textos. Dentro do primeiro grupo nenhum é sequer um artigo de opinião, mas apenas notícias, todas com dimensão inferior a um décimo de página.

Este desinteresse terá causas peruanas e portuguesas. No que respeita a Portugal, a RA foi um fenómeno tardio, iniciado com ocupações de terras à margem da lei e apenas em janeiro de 1975.

António Barreto (2017) dividiu este processo em quatro fases. A primeira começa em abril de 1974, não com o programa do MFA que nem lhe faz referências, mas sim com o do primeiro Governo provisória, onde apenas se fala numa “reforma gradual das estruturas agrárias” (p.137). Esta fase decorre até dezembro desse ano, resumindo-se a debates sobre o tema; o sociólogo chama-lhe “Abertura da questão agrária”. A segunda fase, “As conquistas à margem da lei” vai de janeiro a julho de 1975, caracterizando-se por ocupações de terras, geralmente apoiadas por militares, mas sem qualquer enquadramento legal, exceto um moderado “Programa de Política Social e Económica”, ignorado por todos e ultrapassado pelas ocupações de facto (p.144). O terceiro momento é o “Processo revolucionário com cobertura legal”, iniciado em agosto de 1975 e terminado em dezembro. Só neste período as ocupações começam a ser enquadradas legalmente e apenas a partir de Setembro, quando começam a ser publicadas oficialmente<sup>375</sup> (p.154).

---

<sup>375</sup> Barreto considera outra fase (“Consolidação e contestação”, jan.-jul.1976), mas já completamente fora do período desta análise.

No que respeita às ocupações de terras, temos zero herdades até dezembro de 1974, 256 entre janeiro e julho de 1975 e, de agosto a dezembro, serão 3.331, estas últimas já com enquadramento legal (p.136).

Ou seja, ao contrário dos militares portugueses, os peruanos deram uma grande prioridade à RA, tanto que, no seu programa revolucionário, esta questão estava explícita (IND, 1974, pp.18-19), o mesmo não acontecendo no do MFA.

Assim sendo, uma primeira explicação para a falta de interesse de *La Crónica* e da embaixada, é o facto da reforma portuguesa ter sido insipiente e sem cobertura legal até agosto de 1975, quando cai Velasco Alvarado e, portanto, o período aqui em análise.

No entanto, é talvez aos fatores internos peruanos que devemos estar mais atentos, pois, noutros casos, *La Crónica* mostrou como era capaz de hiperbolizar aquilo que lhe interessava na revolução portuguesa. Como veremos, este caso é particularmente interessante, porquanto dá claro testemunho da forma como os acontecimentos em Portugal foram conscientemente utilizados e, até, manipulados, para criar uma legitimação transnacional do GRFA.

A RA foi uma das principais, se não a principal, motivação dos militares peruanos quando, a 3 de outubro de 1968, destituíram o presidente Belaunde Terry e se instalaram no poder. Conforme vimos no Capítulo 1.7, as Forças Armadas ganharam consciência da necessidade de fazer esta reforma na década de 1960, quando foram chamadas a combater as insipientes guerrilhas de inspiração cubana e os movimentos camponeses de ocupação de terras. Nesse sentido, o historiador Scott Palmer (1973) referiu-se ao GRFA como motivado por um “reformismo conservador”, com o objectivo de impedir uma revolução iniciada na base da pirâmide social, isto é, por uma aliança entre camponeses e guerrilheiros.

Lembremos também Pease García e Romero Sommer (2013),

O problema da Reforma Agrária fazia-se mais urgente à medida que a ocupação de terras e a luta camponesa se tornam mais ativas no interior do país (...) as Forças Armadas, de acordo com a sua nova doutrina de que a segurança interna dependia do desenvolvimento nacional, também consideravam a reforma como uma questão primordial<sup>376</sup>” (pp.210-211).

A RA esteve, assim, na base da revolução peruana e foi provavelmente a sua grande motivadora. Por isso, depois da espetacularidade inicial da ocupação militar dos campos petrolíferos de La Brea e Pariñas, a primeira medida estruturada do GRFA foi proceder a uma profunda mudança na organização fundiária.

No dia 24 de junho de 1969 o presidente Velasco Alvarado (1970) apresentava ao país a Lei da Reforma Agrária, terminando com esta proclamação: “*Campesino, el patrón ya no comerá más de tu pobreza!*” (p.54).

---

<sup>376</sup> El problema de la reforma agraria se hacia más urgente a medida que la toma de tierras y la lucha campesina se volvan más activas en el interior del país. Asimismo las Fuerzas Armadas, de acuerdo con su nueva doctrina de que la seguridad dependia del desarrollo nacional, también consideraban la reforma como un tema primordial.” (Tradução minha)

Estávamos a uns distantes cinco anos do 25 de Abril e por isso, quando este ocorre, o processo peruano estava praticamente encerrado, com 6,5 milhões de hectares expropriados e entregues aos camponeses (cálculo a partir de, MATOS MAR e MEJÍA, 1980 p.171).

Além deste, havia outros motivos para a RA portuguesa não interessar ao GRFA. Primeiro, o caso peruano foi programado e concretizado como se fosse uma logística militar: O governo planeou, legislou, encarregou-se de aprovar as expropriações de terras e tratou da sua distribuição aos camponeses. Este modelo de “reforma com ordem” está na base da própria ideia de “revolução preventiva”.

Como vimos, no caso português esta questão começou tardiamente em janeiro de 1975 e de forma desestruturada: inicia-se com movimentos espontâneos de ocupação de terras, sendo esta situação de facto que obriga o governo a criar uma de direito. Ou seja, tudo de processou de baixo para cima, numa fórmula que não encaixava na mentalidade hierárquica dos militares peruanos.

Lembremos que esta investigação termina no dia 29 de agosto de 1975, precisamente no mês em que, finalmente, a RA portuguesa ganharia uma clara cobertura legal. Aos olhos dum membro do GRFA, até esse momento tudo não passaria dum indesejável caos, dum mau exemplo.

Contudo, temos ainda outro fator a considerar e, sobretudo este, ajuda a comprovar como a revolução portuguesa foi usada, no sentido de aproveitar tudo o que pudesse ser útil ao GRFA, manipulando-se ou deixando-se cair no esquecimento aquilo que pudesse ser descartável, ou até perigoso.

Para entender isto temos de considerar a situação nos campos peruanos em 1974, precisamente quando começa a revolução em Portugal. Nesse ano, a *Confederación Campesina del Perú* ficou controlada pela *Vanguardia Revolucionaria*, um movimento basista de esquerda radical, que considerou a reforma do GRFA insuficiente e organizou ocupações de terras na zona serrana de Andahuaylas (ZAPATA, 2018, pp.106-112). A situação começa a descontrolar-se, tanto que na sessão do Conselho de Ministros de 27 de agosto de 1974, o titular da pasta do Interior considerou não só estarem frente a uma conjura, como até informou ter dado ordens para prender diversos dirigentes camponeses (p.110). Em Setembro o problema agudiza, alargando-se a Piura e a Lambayeque, na costa norte, uma situação que seria gradualmente resolvida pelo governo, através duma comissão especial de negociação (p.111).

Por tudo isto, estando a usar a revolução portuguesa como um bom e legitimador exemplo, a RA em Portugal tinha tudo para ser tabu, evitando-se que servisse como legitimadora, sim, mas desses movimentos radicais e da sua indesejada agitação social nos campos.

Temos de esperar até ao dia 12 de abril de 1975 para encontrar a primeira referência à RA portuguesa. Significativamente, nem sequer é por voz própria de La Crónica, mas inserida num artigo do jornal *Horizont* da RDA. O texto intitula-se “*Portugal: por una economía anti-imperialista*”, e enumera diversas decisões de política

económica enunciadas no “*Programa socio-economico recientemente aprobado*”. Entre outras medidas, é referida a seguinte:

*En la agricultura se considera como primeras medidas una reforma agraria y apoyo técnico y económico para el desarrollo de las cooperativas agrarias. Como lo notó el ministro mayor Melo Antunes en su exposición del Programa ante la prensa internacional, el gobierno está tras de la búsqueda de formas apropiadas para la participación de los trabajadores en la organización de las empresas. Actualmente ya existen ejemplos de ello aun cuando algunas ‘acciones apresuradas solamente conducen al caos’ y por lo tanto deben ser criticadas muy duramente.*

Ou seja, temos uma primeira referência à RA, sem grandes dados e perda na reprodução dum texto alheio. Ainda assim, não deixa de ser relevante a forma como se cita Melo Antunes e a sua crítica às acções apressadas que apenas conduzem ao caos<sup>377</sup>, no que pode ser uma referência direta às recorrentes ocupações de terras sem cobertura legal.

O primeiro título directamente referente à RA só aparece na edição de 16 de abril de 1975, numa espécie de subtema de outra notícia sobre a nacionalização das indústrias básicas: “*La Tierra para Quien la Trabaja*”. É curioso que, nesse momento, o processo português estava na segunda fase, à qual António Barreto (2017) chamou “As conquistas à margem da lei” (Jan.-Jul. 1975), caracterizada por ocupações de terras sem enquadramento legal. No entanto, esta notícia trata a questão como se ainda estivessemos no período de “Abertura da questão agrária” (abr.-dez. 1974), quando a RA era ainda e apenas um debate político e social. Com efeito, em nenhum momento se referem ocupações de terras e apenas se relatam as palavras de ordem pintadas nas paredes das principais cidades alentejanas, assim como uma assembleia popular com mais de 10.000 camponeses em Beja. O debate surgido nesta assembleia seria sobre o abandono das terras pelos latifundiários, deixando-as improdutivas

*Estos hombres de rostros curtidos por el sol y estas mujeres con largos vestidos negros no ven más que una solución – expropiar los terrenos a los latifundistas y que les sean atribuidos a ellos. (Mas) El problema no parece, al decir de los especialistas tan sencillo. Si determinados partidos de extrema-izquierda hablan de ‘repartir las tierras entre los campesinos’, el Consejo de Revolución y el Gobierno se muestran más reservados.*

*‘Reforma agraria no significa necesariamente nacionalización de las tierras’, se decía el círculos allegados al régimen.*

---

<sup>377</sup> Contudo, na sequência do texto, não fica claro se a referência é às cooperativas/empresas agrícolas, se às empresas em geral ou, até, se às empresas sem incluir a agricultura.

Ou seja, quando estas linhas foram escritas, já tinham sido ocupadas quase 256 herdades em Beja e Évora, totalizando 156.000 hectares de terra (BARRETO, 2017, p.136), ainda assim, *La Crónica* fala como se ainda estivéssemos meramente num debate de opções, no qual participaria uma extrema-esquerda apressada (equivalente à *Vanguardia Revolucionaria*, que desde 1974 dominava a *Confederación Campesina del Perú*), logo mitigada pela voz avisada dos especialistas e dos militares do Conselho da Revolução, para os quais o problema não era assim tão simples e era necessário ser cuidadoso.

No dia 20 de abril surge o segundo título relacionado com a RA, com uma fórmula que ataca as ocupações de terras (nunca noticiadas) e dá conta da entrada do processo na esfera da revolução organizada. O antetítulo é bastante explícito: “*No tolerarán ocupación de tierras*”; segue-se o título: “*Portugal: en marcha la reforma agrária*”.

Desde logo há aqui uma clara dicotomia: por uma lado a ocupação de terras, pelo outro a reforma agrária, ou seja, a segunda é excludente da primeira, que não pode ser tolerada. Tão claro que o texto chega a ser absolutamente explícito: “*A partir de hoy pasan a ser reaccionárias las ocupaciones de tierras en Portugal, decidió anoche el consejo de ministros*”. Depois dá-se conta de como o Estado vai proceder à reforma, através de “*la creación de consejos regionales para la reforma agraria en ocho distritos del país*”. Por fim, a justificação social:

*El consejo de ministros destacó que la aplicación de las medidas de reforma agraria ‘beneficiará a los trabajadores agrícolas y a los campesinos pequeños y medianos’.*

*Por esa razón, ‘a partir de este momento no serán más toleradas, por perjudiciales al desarrollo del proceso de reforma agraria, y por lo tanto reaccionarias, cualquier ocupación de tierras y otras iniciativas idénticas.*

Note-se que a maior heresia num processo revolucionário é, precisamente, a “reação”.

No dia 24 de abril saiu uma nova breve referência, no âmbito dum artigo de opinião sobre “*Cambios Económicos en Portugal*”. Trata-se dum texto extenso, com uma análise exaustiva de diferentes aspectos da política económica, reservando apenas três linhas para a RA: “*La reforma agraria plantea la afectación de todas las propiedades de más de 500 has*”, nada mais do que isto. No dia 26 de abril, no rescaldo das eleições, voltam a surgir duas brevíssimas menções no âmbito da política económica.

A última referência é na edição de 4 de julho, com uma notícia muito factual que destaca a nacionalização de todas as propriedades com mais de 700 hectares, considerando-se ser “*una nueva etapa de la reforma agraria impuesta por las autoridades al país*”. Uma vez mais, mesmo brevemente, destaca-se a ordem, continuando-se a não falar nas ocupações, mas sublinhando o papel legislativo do governo português e que são as autoridades quem impõe a RA ao país.

Em conclusão, o quase apagamento da RA é uma evidência clara de como a revolução portuguesa foi utilizada no Peru, no âmbito dum processo de adaptação à realidade local e às necessidades de legitimação do regime. Tendo sido uma das reformas mais importantes do GRFA nos seus primeiros anos, em 1974 já não era um cavalo de batalha político e, portanto, não havia necessidade de se legitimar este domínio. Por outro lado, o processo português, além de tardio, começou com movimentos de ocupação de terras, numa lógica inversa à do caso peruano, desde o início organizado pelo Estado. Por último, a partir de 1974 o movimento de esquerda radical *Vanguardia Revolucionaria* tinha tomado conta da *Confederación Campesina del Perú*, acusando a RA de Velasco Alvarado de não ter ido suficientemente longe, começando a organizar algumas ocupações de terra e sobressaltando o Governo, que chegou a falar de conjura e a prender alguns líderes camponeses.

O processo de utilização da revolução portuguesa como legitimadora transnacional, implicava forçosamente atribuir-lhe também uma forte legitimidade. Ora, esse reconhecimento não podia gerar um efeito boomerang, razão pela qual, nas circunstâncias, a RA portuguesa foi praticamente silenciada. No entanto, entre poucas referências, *La Crónica* não se esqueceu de dizer que o Governo revolucionário português considerou “reacionárias” as ocupações, atribuindo-lhes assim a característica mais herética que um processo revolucionário pode atribuir.

## **8.6. Política económica**

No capítulo 7.2 vimos que, depois duma fase de surpresa inicial, *La Crónica* entra na de explicação da revolução portuguesa com dois artigos publicados no dia 28 de abril de 1974, um dos quais da autoria de Hugo Neira. Vimos também que, neste texto, se começam a estabelecer paralelos entre e a situação portuguesa e a peruana, que estarão depois na base do processo de geminação dos dois processos.

Vimos também, no capítulo 2.7, que a estratégia económica do GRFA era orientada pelo pensamento então dominante na América Latina e veiculado por Raúl Prebisch, que liderava a CEPAL.

Prebisch explicava o subdesenvolvimento como resultado direto duma economia dominada por centros autónomos rodeados de economias periféricas dependentes. Esta situação criava trocas desiguais e explicava o ciclo de pobreza da periferia (URIBE, 2011, p.37), ou, noutras palavras, do terceiro-mundo. Para inverter esta situação, o líder da CEPAL defendeu uma política de substituição de importações, concretizada por um processo de industrialização interna conduzido pelo Estado.

Como vimos, o GRFA via este processo de dominação concretizado no poder que as multinacionais tinham no Peru. Seria precisamente pela via da forte presença destas empresas no país, que Velasco Alvarado (1970) se queixaria de que, “Paradoxalmente, os países subdesenvolvidos da América Latina acabamos por ser

exportadores de capitais. O nosso subdesenvolvimento financia a expansão económica da industrial do mundo moderno<sup>378</sup>” (p.203).

Ao nível da economia, um primeiro passo para estabelecer conexões entre Portugal e o Peru, seria dado precisamente ao nível deste fundamento, procurando-se demonstrar que ambos os países eram periferias exploradas por centros autónomos. Vejamos o que diz Hugo Neira, no referido artigo:

*En millones de escudos, el país que más invierte en Portugal, evidentemente, son los Estado Unidos (415 millones según fuentes oficiales). Pero, inmediatamente, vienen, las transnacionales, con 375 millones. Y después la república Federal Alemana (274), Francia, Inglaterra, Dinamarca... Portugal no solo envía sus hijos a cubrir el trabajo ‘sucio’ que no hacen ya las aristocracias obreras europeas, sino que sufre de un fenómeno de dominación externa, como cualquier nación sudamericana (sublinhado meu).*

Desde o início que fica, assim, estabelecida uma relação direta entre Portugal e o Peru, ambos periféricos e, portanto subdesenvolvidos.

Mas esta relação irá mais longe. Como também vimos no capítulo 2.7, seguindo o modelo da CEPAL, o GRFA entra numa estratégia de substituição de importações, procurando fomentar a inspiante indústria nacional e, até, usando a reforma agrária para esse objectivo. Dizem Carlos Contreras e Marcus Cueto (2013) que Converter os proprietários rurais em industriais, foi uma das expetativas do governo, que não se chegou a realizar<sup>379</sup> (p.350).

O Peru interpretava-se, assim, como um país subdesenvolvido, devido à ausência duma indústria nacional e ao peso excessivo dum sector agrário retrógrado (ver capítulo 2.6 e 2.7) porque baseado numa exploração pré-capitalista da mão-de-obra “índia”. Vejamos então o que nos diz Neira sobre Portugal:

*Si la reconversión de una nación cualquiera de la situación de productora agrícola a nación industrial a nación industrial es en si mismo rara y singular ¿Cuánto más puede ser cuando a esta reconversión es preciso sumar la mutación necesaria de un país habituado a explotar sus poblaciones de color ultramarinas a una nación autosuficiente que viva de sí misma?*

Está, então, estabelecida outra ponte entre Portugal e o Peru: ambos as revoluções partiam duma economia agrária e baseada na exploração, a população nativa de “cor” no primeiro caso, subentende-se que a população nativa “índia”, no segundo. É neste sentido que ganha um profundo significado um desabafo que precede esta citação: “*No esperemos (...) una rápida solución a tan complejo caso*”... ou seja, o GRFA partira

---

<sup>378</sup> “Paradójicamente, los países subdesarrollados de América Latina resultan ser países exportadores de capital. Nuestro subdesarrollo contribuye a financiar la expansión económica del granindustrialismo moderno en el mundo.” (Tradução minha)

<sup>379</sup> “Convertir a los terratenientes en industriales fue una de las expectativas del gobierno, que finalmente no se llegó a realizar.” (Tradução minha)



duma situação idêntica à portuguesa e, num momento em que começava a ter uma forte contestação, a difícil solução económica portuguesa, mostrava quão difícil era também a peruana.

O mote desta conexão, lançado por Hugo Neira no dia 28 de abril de 1974, seria depois explorado quando, passada a fase da alucinante espuma dos primeiros dias revolucionários, começam a clarificar-se as políticas estruturais da revolução ao nível da economia.

Na edição de 27 de dezembro de 1974 dedica-se parte um editorial a “*Portugal: del antifascismo a las reformas*”. Neste caso, as “*reformas*” são as contantes no programa económico que “*El Consejo de Ministros portugués acaba de aprobar*”, destacando-se as medidas tendentes a acabar com a situação de periferia dependência: “*Este somero análisis del programa económico portugués muestra que el Gobierno ha comprendido cabalmente que las conquistas antifascistas se verían seriamente amenazadas si no se desplaza del poder económico a los grupos nacionales y extranjeros que durante docenios apoyaron y fomentaron el fascismo*”.

Esta inclusão dos grupos nacionais no mesmo grupo dos estrangeiros, pode parecer contraditório face à política económica nacionalista do GRFA, mas não é se considerarmos a necessidade de estabelecer uma relação entre as políticas revolucionárias portuguesas e as peruanas e, para isso, temos de recordar a Lei da Indústria (ver capítulo 2.7), promulgada em julho de 1970. Esta lei definiu três sectores prioritários: Primeiro indústria básica, geradora de fatores de produção para as outras actividades industriais; segundo, as de apoio, produtoras de bens de consumo; terceiro, as consideradas complementares (CHUMACERO CALLE, 2012). Todas as empresas do primeiro nível, fossem nacionais ou estrangeiras, ficaram reservadas exclusivamente para o Estado (CAMPODÓNICO, 2015, p.177).

Portanto, o que aqui se faz não é mais do que estabelecer um claro paralelo entre as duas políticas económicas, tanto mais realçando também que “*El programa reserva al Estado el control de los sectores clave de la economía* (ou seja: os classificados como primeiro nível na lei peruana da indústria), *a través de un conjunto poderoso de empresas públicas*”.

Para que o paralelo seja completo, destaca-se também que “*Se fomentará, por outro lado, la participación de los trabajadores en los organos de control y supervisión de las empresas*”. Basta aqui recordar a lei peruana das Comunidades Industriales, de 1 de setembro de 1970, que previa precisamente a participação dos trabalhadores nas empresas, inclusive ao nível da propriedade (p.178).

A partir destes postulados, não admira que *La Cronica* comece a dar destaque, cada vez que em Portugal acontece uma expressão de vontade ou uma concretização de nacionalizações. As notícias sobre este tema são inúmeras e começam na edição de 8 de janeiro de 1975, quando “*Portugal acelera nacionalizaciones*”.

Entre estas notícias, vão surgindo artigos de opinião que, sem o dizerem explicitamente, realçam serem as nacionalizações precisamente do mesmo tipo de indústrias reservadas para o Estado pela lei peruana. Por exemplo numa coluna sobre *“La Problemática Portuguesa”* afirma-se que, com a nacionalização dos bancos e das seguradoras, o Estado está

*en condiciones de ir hacia un control verdadero de las actividades económicas y hacia la nacionalización de la industria básica y estratégica, así como los servicios más importantes. Se anuncia, al respecto, la estatización de las compañías de electricidad y gas en Lisboa, así como la posibilidad de hacerlo ulteriormente con la industria siderúrgica y petroquímica.*

Nesta onda, quando se dá uma nacionalização de indústrias básicas, as mesmas reservadas para o Estado pela lei peruana, o destaque é sempre esse, estabelecendo-se um paralelo nunca explicitamente referido. . Na edição de 13 de abril, *“Portugal nacionaliza Indústrias Básicas”*: *“Él poderoso Consejo Militar Revolucionario resolvió hoy llevar adelante la ‘nacionalización de las industrias básicas portuguesas a fin de dar al gobierno más control sobre la economía’”*. Concretizada a medida, apenas três dias depois o título será praticamente o mesmo: *“Portugal Nacionalizó las Industrias Básicas”*.

As notícias sobre nacionalizações continuarão a ser intercaladas por artigos de opinião. A 24 de abril de 1975 David Huayna assina uma coluna com o título *“Cambios Económicos en Portugal”*, onde afirma:

*El control del sistema financiero implica el control de importantes segmentos de la economía. Esto se complementa con la nacionalización de más de 30 grandes empresas ubicadas en la industria básica, las comunicaciones, el transporte urbano y suburbano, los ferrocarriles, la energía, el petróleo. Además se está estudiando la nacionalización ‘...de los principales complejos mineros, industrias de tabaco, cerveza, celuloide, la petroquímica, los cementos, las empresas metal-mecánicas pesadas, la construcción naval y la industria farmacéutica.*

Além disso, e na mesma linha da lei peruana de *Participación Industrial*, mesmo sem estabelecer uma ligação direta, David Huayna fala nos *“intentos que están realizando por implantar el control obrero sobre la producción”*. Por fim, não deixa de lançar uma espécie de aviso para consumo interno, claramente dirigido aos “reformistas liberais” do GRFA: *“En la lucha por la construcción de la nueva sociedad socialista no caben alternativas reformnistas. Esto lo demuestra Portugal”*.

Se conjugarmos o interesse demonstrado pelas nacionalizações em Portugal, com o desinteresse pela reforma agrária (ver capítulo anterior), temos a clara demonstração de como a revolução portuguesa foi, de facto, apropriada no Peru com o objectivo de a transformar num fator externo legitimador da política interna.

Como vimos, em 1974 a RA peruana estava terminada e alguns surtos reivindicativos e de ocupação de terras, que surgiram por esse tempo, eram até indesejados pelo GRFA, chegando a levar alguns líderes camponeses à prisão.

Quanto às nacionalizações, o processo era inverso, já que, depois da primeira onda que se seguiu à lei da indústria de 1970, em 1974 o Governo de Velasco Alvarado acabara de entrar numa segunda vaga nacionalizadora. Esta fase começa com a indústria pesqueira, estatizada com um grande conflito interno entre os “reformistas liberais” da Marinha, com o almirante Vargas Caballero à cabeça, e os “radicais socialistas” do outro. Depois de acasas disputas no conselho de ministros, a frota de pesca e a indústria processadora terminariam nacionalizadas no dia 4 de maio de 1973 (ZAPATA, 2018, pp.126-133).

A 27 de julho de 1974, esta onda atingia a imprensa, com a expropriação de todos os jornais nacionais “*a favor de los Sectores de la población organizada*” (artº1º). Desta forma, os jornais seriam distribuídos por diversas organizações, tais como, El Comercio para “*las organizaciones campesinas*”, La Prensa para “*las comunidades laborales (Industriales, Pesqueras, Mineras etc)*”<sup>380</sup>. Na verdade, esta socialização do sector foi uma nacionalização encapotada, já que a lei previa um período transitório até serem constituídos “*Consejos Directivos*” e, até lá, “*estarán a cargo de Comités nombrados por Resolución Suprema referendada por el Ministro de Trabajo por un período de un año*” (artº 9º). Passado este ano sai novo decreto (o 21204) que prorroga o mandato dos diretores nomeados por mais um ano, sem que se proceda à entrega às organizações sociais. A situação manter-se-ia sem alteração, até à reprivatização, já em democracia, em julho de 1980 (MENDOZA MICHILLOT, 2013, p.170).

Em julho de 1975 seria a vez da Marcona Corporation, uma empresa de capitais norte americanos, que detinha a concessão da única mina de ferro do Peru e que montara um sistema integrado, que incluía a exploração, comercialização e transporte (ZAPATA, 2018,p.146). Nesse momento, Velasco Alvarado defendeu também a criação duma siderurgia no sul para processar o ferro peruano (p.151).

Esta sucessão mostra claramente que, quando se dá o 25 de Abril, o GRFA acabava de entrar numa nova vaga de nacionalizações. Isso explica porquê La Cronica tem tanto interesse nos acontecimentos relacionados com este processo em Portugal, ao mesmo tempo que quase não refere a reforma agrária, chegando mesmo a destacá-la como “reacionária” (ver capítulo anterior)

## **8.7.Política internacional**

Como vimos no Capítulo 2.8, dedicado à política de relações externas do GRFA, esta assentou em três eixos: Autonomia, América Latina e Terceiro mundismo. Vimos também não terem estas linhas sido fruto do acaso,

---

<sup>380</sup> Decreto Ley 20681, de 27 de julho de 1974. (consulta 24-01-2019):  
<http://www.leyes.congreso.gob.pe/Documentos/Leyes/20681.pdf>

mas estavam solidamente estruturadas nos fundamentos políticos do regime, nomeadamente na frase “nem capitalistas, nem comunistas” e nas teorias do desenvolvimento de Raúl Prebisch e François Perroux.

O historiador António Zapata (2018) considerou que a política externa de Velasco foi definida com um conjunto de objetivos, que incluíam a legitimação do regime e a estabilidade do Governo (p.163). Veremos agora como a política externa da revolução portuguesa foi integrada neste fim.

### **Autonomia**

O artigo sobre as causas do 25 de Abril de Hugo Neira é, uma vez mais, incontornável, também na análise deste tema. Publicado a 28 de abril de 1974, foi um dos que marcou a linha explicativa de *La Crónica*, mantida de forma mais ou menos constante a partir daí. Neste texto, Neira recorre claramente às doutrinas da CEPAL (que não menciona) então em voga no GRFA, considerando Portugal antes do 25 de Abril como uma metrópole das suas colónias (ou seja, o “centro autónomo” dessas “economias periféricas”), mas, ao mesmo tempo, essa metrópole de uns, era a periferia do grande capital estrangeiro: “*Portugal actual es ‘metrópoli’ de colonias ultramarinas y ‘colonia’ él mismo, presa la economía de esta nación europea subdesarrollada, de las empresas ‘transnacionales’*”. Com esta conclusão, apresenta o Portugal pré-revolucionário como sofrendo a mesma dependência dos grandes centros, de que o Peru procurava libertar-se.

Com esta ideia gera-se a base para considerar a importância duma estratégia de equidistância relativamente aos dois grandes centros da guerra fria que, no caso dum Portugal muito ligado a Washington, significaria necessariamente estender as relações a um leste para o qual estivera de costas voltadas. Este foi, precisamente, o mesmo procedimento do GRFA, quando procurou desancorar a política externa da dependência norte-americana, alargando as relações diplomáticas ao bloco socialista e aderindo ao NOAL.

Esta aproximação não deve ser vista como uma orientação política totalmente favorável a este bloco, mas como uma forma de contrabalançar o preponderante peso dos EUA. Enquanto se abria ao leste comunista, Velasco fazia o mesmo com outros países capitalistas: Em 1970 recebeu empresários japoneses interessados em investir no sector mineiro (Quijano Obregon, 1971, p. 61 e 81).

Este mesmo modelo será aplicado à visão peruana sobre a política externa portuguesa. Sempre que há notícia do país ter estabelecido relações diplomáticas a leste, o jornal destaca o feito. Na edição de 14 de agosto de 1974, um título informa: “*Portugal Organiza Relaciones Diplomáticas com Países Socialistas*”, isto a propósito duma entrevista do subsecretário de estado de “*relaciones exteriores*” português, Jorge Campinos. Significa isto uma radical mudança de orientação geopolítica do país? *La Crónica* apressa-se a dizer não: “*El postulado de las fuerzas armadas y por consiguiente la posición del gobierno provisorio, prevé que los pactos (internacionales) existentes deben ser cumplidos por Portugal*”.

Ou seja, por um lado destaca-se estar Portugal (tal como o Peru) a estender o seu relacionamento diplomático com os países da esfera soviética, mas, pelo outro, (tal como o Peru) isso não implica uma orientação exclusiva. A revolução de abril, ocorrida nesse país distante do continente europeu, começava a servir para corroborar as opções internacionais do GRFA.

Outra questão relacionada com a autonomia, e muito em voga quando acontece Abril em Portugal, era a existência de uma conspiração estrangeira, controlada pela CIA, que, aliada a outros governos “dependentes”, procurava derrubar o GRFA.

Como vimos no Capítulo 2.8, depois da queda de Allende em Setembro de 1973, o Peru viu-se subitamente rodeado de regimes potencialmente hostis. O historiador António Zapata (2018) analisou as atas do Conselho de Ministros desse tempo, concluindo: “Os ministros de Velasco estavam bastante preocupados. Viam a mão da CIA em toda a América Latina tentando derrubar governos progressistas (...). O fantasma do golpe chileno pesava sobre o gabinete de Velasco. Essa sombra acompanhou-os até ao final”<sup>381</sup> (pp.167-168).

Em fevereiro de 1974 há um pico de angústia interna relativa a esta questão: “Velasco informou estar o Brasil a montar uma conspiração contra o Peru e os seus parceiros seriam a Bolívia e o Chile. Por estas alturas, os militares peruanos sentiam-se isolados e temiam uma coligação internacional para os derrubar. O próprio Velasco oscilava entre a serenidade e o alarme”<sup>382</sup> (p.169). Lembremos também que o 5 de Fevereiro (de 1975) foi a maior contestação sofrida pelo regime, com uma reação militar que provocou 86 mortos (Remy Simatovic, 2015, p.270). Velasco não deixaria de acusar influência externa nestes movimentos e a imprensa, domesticada pelo governo, denunciaria prontamente a mão da CIA (p.202).

Como veremos, Portugal viria a ser utilizado no Peru como uma espécie de prova confirmadora da existência deste tipo de conspiração norte-americana contra os governos revolucionários, credibilizando assim denúncias feitas no próprio Peru.

Esta visão, tendente a considerar complôs à escala mundial contra a revolução portuguesa, tem o seu primeiro aparecimento na edição de 20 de agosto de 1974 de *La Crónica*, quando se denuncia: “*Descubren en Portugal Organización Fascista*”. A notícia baseia-se numa informação publicada pelo *Expresso*, segundo a qual, esta organização partiria do “*cuartel general de una organización neonazi con filiales en Buenos Aires, Ginebra, Washington, Taipei y otras capitales*”. Os documentos encontrados teriam permitido concluir que a Polícia Interna de Defesa do Estado (PIDE) fez parte dessa organização, “*como también la Norteamericana CIA*”.

---

<sup>381</sup> “Los ministros de Velasco estaban especialmente preocupados, veían la mano de la CIA en toda América Latina buscando derribar gobiernos progresistas (...). El fantasma del golpe chileno pesaba sobre el gabinete de Velasco. Esa sombra los acompañó hasta el final” (tradução minha)

<sup>382</sup> “Velasco informó que Brasil había organizado una conjura contra el Perú y que sus alfiles eran Bolívia y Chile. A estas alturas, los militares peruanos se sentían aislados y temían que la correlación internacional los derribase. Velasco mismo oscila entre serenidad y alarma” (Tradução minha)

A 5 de outubro, no rescaldo da fracassada manifestação da “maioria silenciosa” e da conseqüente demissão de Spínola, *La Crónica* afirma em título: “*La CIA fracasó en Portugal*”. Trata-se dum artigo onde o país é incluído numa série de falhadas tentativas de conspiração da agência norte-americana, incluindo também Itália e Grécia. No ante-título o jornal chega mesmo a perguntar-se: “*Renunciaría Kissinger?*”.

Não foi preciso esperar muito para os EUA voltarem a ser acusados de interferir na revolução portuguesa. Na edição de 30 de outubro a “*CIA envió Nuevos Agentes a Portugal*”:

*El Secretario de Estado Henry Kissinger, escéptico por los informes provenientes de la embajada norteamericana aquí (Lisboa), que minimizaban la posibilidad de un golpe comunista en Portugal, envió funcionarios de inteligencia de alto nivel y diplomáticos expertos para que realicen una evaluación independiente de los hechos.*

Nesta notícia denuncia-se a passagem por Lisboa do general norte-americano (Vernon) Walters<sup>383</sup>, “*conocido (...) como el arquitecto del centro-sinistra italiano y del golpe militar brasileño de 1964*”. No entanto, a presença deste general “*servió para desenmascarar el verdadero contenido de la manifestación programa (sic) por la mayoría silenciosa*”. Este fracasso teria levado Kissinger a enviar novos agentes a Portugal. Ainda segundo *La Crónica*,

*Los estados Unidos lanzarán ahora una campaña propagandística multinacional para demostrar que Portugal es el primer escalón de un plan comunista que incluye España, Italia y Grécia como principales objetivos inmediatos. A nivel periodístico esa campaña ya fue iniciada por una cover story del semanario Newsweek.*

Fracassadas todas as tentativas para desestabilizar o governo por meios políticos, o jornal conclui ser “*posible ahora una agresión económica o una nueva provocación montada en las ex regiones coloniales*”.

Menos de uma semana depois, *La Crónica* voltava a fazer uma denúncia: “*Nueva Intervención de EE.UU, contra Portugal*”<sup>384</sup>:

*Por decisión directa del Secretario de Estado (...) Henry Kissinger, el grupo de planificación nuclear, dependiente de la NATO, que debía reunirse en Roma entre el 7 y el 8 de noviembre próximo, ha decidido postergar indefinidamente la sesión programada (...). Desde el estalido revolucionario del 25 de abril el profesor Henry Kissinger tanto en público como en privado, ha advertido al resto de los miembros de la NATO sobre los supuestos peligros que derivarían de transmitir secretos atómicos a un país que, en la perspectiva del propio Kissinger, se ha convertido en un aliado inseguro.*

---

<sup>383</sup> Vernon Walters (1917-2002) foi *Deputy Director* (director adjunto) da CIA, por nomeação de Nixon, entre 1972 e 1976. Desempenhou funções adstritas à embaixada dos EUA no Brasil na década de 60 e flava fluentemente português e espanhol. Uma pequena biografia sua pode ser lida na CIA online (consulta 29-12-1018): <https://www.cia.gov/library/center-for-the-study-of-intelligence/csi-publications/csi-studies/studies/vol46no1/article01.html>

<sup>384</sup> Edição de 4 de novembro de 1974.

Na sequência, citando fontes do MFA à IPS, o jornal denuncia que Washington “*ya ha movlizado todo su recurso de inteligencia para torcer el proceso revolucionario iniciado (...) el 25 de abril – ya ha comenzado una intensa campaña propagandística para presentar al gobierno de Portugal, como infiltrado por comunistas*”.

Vejamos a semelhança entre estas palavras e as de Velasco Alvarado (1970), num discurso proferido frente a oficiais das Forças Armadas: “Orquestra-se uma imensa e vil campanha para apresentar este Governo como estando sujeito a uma inventada influência comunista. Assim se procura desnaturalizar e frustrar a tentativa mais pura e eficaz que se empreendeu no Peru para salvar o seu povo duma situação de opróbro e de vergonha”<sup>385</sup> (pp.184-185).

Este tipo de denúncia, com a qual se procura fundamentar a importância dum política externa autónoma de Washington, comprovando a existência de ingerências da CIA nos processos revolucionários, será uma constante na análise de Portugal feita por *La Crónica*.

Os títulos sucedem-se: A 2 de fevereiro “*Otra Desestabilización Preparan en Portugal?*”, dia 9, “*Sospechosa Ayuda Norteamericana*”, a 13 de março, a propósito da tentativa de golpe de dia 11, “*Acusan de Implicancia al embajador de EUA*”.

Neste mesmo sentido, um editorial de 14 de março de 1975 é claro também a propósito do 11 de Março: “*La presencia de agentes internacionales de espionaje, que ya a nadie sorprende cuando se producen intentos de derrocamiento de gobiernos que defienden los auténticos intereses nacionales, era un elemento que no podría faltar en la frustrada maniobra derechista*”.

A cada oportunidade, transmite-se a ideia da revolução portuguesa ter a sua autonomia ameaçada pela interferência dos Estados Unidos. Por exemplo, uma notícia sobre a nacionalização de 200 empresas, termina com esta referência a Vasco Gonçalves: “*El Primer Ministro (...) y otros altos personeros han denunciado que existe una conspiración norteamericana y occidental contra el gobierno militar de izquierda y su propósito de transformar a Portugal en una nación socialista*”. A 19 de abril, a referência foi ao secretário de estado norte-americano: “*Kissinger Agita Fantasma Comunista*” (em Portugal), diz um título.

É constante a procura cirúrgica de factos e declarações comprovativos da interferência de Washington na revolução portuguesa, mesmo quando as notícias não estão directamente relacionadas com esse tema. É o caso, por exemplo, dum informação sobre a economia portuguesa, intitulada “*Debe Sanearse la Economía*”. Redigida com base em declarações dos ministros Mário Soares, Magalhães Mota e Pereira de Moura, aproveita-se um testemunho deste último:

---

<sup>385</sup> “Se orchestra la inmensa y vil campaña de presentar a este Gobierno como sujeto a una inventada influencia comunista. Así se persigue desnaturalizar y frustrar el intento más puro y eficaz que se haya emprendido jamás en el Perú para salvar a su pueblo de una situación de oprobrio y de vergüenza” (Tradução minha).

*En relación con la política exterior, De Moura opina 'los estados Unidos han intentado intervenir en los problemas interiores de casi todos los países del mundo cada vez que veían una amenaza para su influencia política y para, los intereses de sus grupos económicos. Sería sorprendente que no intenten retardar el proceso revolucionario de Portugal'.*

Na edição de 29 de abril, as declarações eram de Otelo, têm um antetítulo que o cita (“*Embajador de EE.UU. debe irse*”) e um título acusatório: “*Carvalho: CIA Planea un Golpe en Portugal*”.

Um artigo de Julio Adan, publicado na edição de 27 de maio de 1975, avança mais alguns passos na direcção de confirmar a existência de conspirações internacionais para prejudicar a revolução portuguesa, nomeadamente a sua componente terceiro-mundista. Agora já não são apenas os norte-americanos, mas também os países ocidental-europeus. O articulista refere a polémica em torno do caso *República*, denunciando a imprensa ocidental pela excessiva bipolarização entre socialistas e comunistas. Na sua opinião, esta atitude não seria inocente, tratava-se, sim, de transmitir a ideia de o futuro de Portugal se jogar apenas entre um e o outro partido. O objetivo seria claro:

*La disolución del proyecto revolucionario iniciado por los militares portugueses en la acumulación de disensiones en el seno de las Fuerzas Armadas. Esta intención a su vez, corresponde a un objetivo de proyecciones más vastas y sustanciales: que Portugal juegue un rol activo dentro de una Europa absorbida por las maniobras de (...) colaboración de los Estados Unidos y la Unión Soviética.*

Por isso, embora sem o afirmar diretamente, a revolução portuguesa estava metida numa espécie de camisa-de-forças imposta por uma coligação entre os EUA, a Europa e a própria URSS, pois nem Moscovo estaria interessado num cenário que,

*significaría romper un equilibrio mundial en el que la Unión Soviética deposita todas sus esperanzas. Para que todo el mundo se beneficie con la distensión, tal como la predicán las grandes potencias, es necesario que existan dos mundos que se benefician con el manejo global y el intercambio de tecnología, inversiones y materias primas. Solamente una gran conmoción mundial podría llevar los soviéticos a romper el statu quo actual.*

Se o acordo é esse, porquê então agitar tanto a comunicação social na Europa, amedrontando a opinião pública com o fantasma moscovita? Adan não tem dúvidas, esta grande coligação é contra um Portugal revolucionário e conectado ao terceiro-mundo:

*En este contexto, la campaña exorcista contra el comunismo que lleva adelante el partido socialista, y sus protestas contra el gobierno por el recorte de las libertades, coincide con la campaña que se lleva a cabo en diversos países europeos y apunta más que nada a cuestionar la orientación tercermundista*



*de los militares. Estos últimos, por su parte, no han dejado de reiterar sus intenciones de realizar un socialismo nacional, no rojo sino 'arco-iris', según las palabras del Almirante Rosa Coutinho.*

Percebemos então o porquê do título deste artigo, “*La Falsa Disyuntiva*”, ou, “A Falsa Polémica”: Estão a assustar com um inexistente perigo soviético, não porque ele exista realmente, mas para afetar a esquerda militar (e não só, se pensarmos na vocação terceiro-mundista de Melo Antunes), evitando as suas aproximações ao terceiro-mundo.

Temos assim que a “ameaça” contra um Portugal autónomo e não-alinhado, ganha uma dimensão englobada pelos dois blocos da guerra fria<sup>366</sup>. Ou seja, o terceiro-mundo enfrentava uma manipulação poderosíssima e isso

---

<sup>366</sup> Não podemos entender o significado destas palavras, sem considerar o ambiente da chamada *détente* (ou *distensão*), que nesse tempo se vivia, na relação entre os EUA e a URSS, que tinha resultado nos tratados SALT e teria o pico na assinatura do Tratado de Helsinquia, um mês antes. Julio Adan mostra estar muito bem informado, não só sobre esta questão, mas também sobre as suas implicações em Portugal.

Em maio de 1975, quando este artigo foi escrito, há vários meses que o Kremlin era pressionado pelos países ocidentais para cortar o apoio ao Partido Comunista. O grande interesse da URSS em Portugal era Angola e, no Verão de 1975, as peças no tabuleiro africano pareciam garantir a toma do poder pelo MPLA. De qualquer forma, Portugal já não tinha influência no desfecho da independência e a luta travava-se ao nível das duas potências, com clara vantagem para os soviéticos.

Nesse sentido, o país perdia um interesse estratégico primordial para a União Soviética. Para o Ocidente, pelo contrário, era essencial, tanto simbólica como estrategicamente.

Além disso, as duas potências nunca pisaram o risco traçado em alta e só isso pode explicar o à-vontade com que Moscovo invadiu a Hungria (1956) e a Checoslováquia (1968). Nesse sentido, Portugal era claramente um país da zona de influência ocidental. Promover o contrário numa altura em que se procedia a um desanuiamento, seria um passo muito arriscado e poderia provocar uma reação em cadeia nas opiniões públicas ocidentais, que forçaria os respectivos governos ao arrepio completo dos interesses de Moscovo. Uma coisa eram os enfrentamentos que as duas potências tinham na Ásia, em África e no Médio Oriente, outra bem diferente seria cravar diretamente o coração do Ocidente. Aliás, como vimos, os EUA já estavam a braços com uma contestação interna à política da *détente* e a RFA não estava livre de enfrentar uma onda interna contrária ao relacionamento com Moscovo.

Por outro lado, o sustentáculo do PCP nem sequer era a URSS, mas a RDA, ela mesma com preocupações opostas às do Kremlin: Berlim Oriental sentia-se ameaçada pela aproximação de Brejnev a Bona e interessava-lhe usar Portugal para prejudicar essa relação. Curiosamente, quando Mário Soares pede ajuda a Willy Brandt, exagerando que se preparava uma revolução comunista em Portugal, conseguiu o apoio que desejava mas, ao mesmo tempo, motivou um auxílio da RDA ao PCP que, de outra forma, provavelmente não aconteceria, ou não iria ter mais do que o fraco entusiasmo de Moscovo.

As dissonâncias entre a URSS e a RDA sobre as relações com o Ocidente já se faziam sentir desde 1969, quando Moscovo e Berlim Oriental tiveram pontos de vista divergentes sobre o novo governo que resultou da coligação entre o SPD e o FDP. Os dois partidos defendiam um recomeço das relações com o Leste, apesar da invasão da Checoslováquia, o que agradava ao Kremlin (SODARO, 1988, p. 56). Também nesse ano, quando as tropas soviéticas se enfrentaram com as chinesas nas margens do rio Ussuri, o governo da RDA procurou implicar Bona nestas manobras, mas os jornais soviéticos desvalorizaram tal conclusão (p. 56).

Em 1970, a URSS começou a negociar com a RFA o fornecimento de tubo de aço de grande diâmetro para oleodutos e gasodutos (p. 58). O objectivo da relação entre Bona e Moscovo ficava claro e, à medida que o desejo reunificador de Brandt se tornava claro, a ameaça à integridade da RDA começava a ser cada vez mais concreta. Por esse tempo Walter Ubricht, o presidente do Conselho de Estado leste-alemão, começou a proclamar que o bloco deveria construir o socialismo pelos seus próprios meios (p. 56)

Não surpreende, portanto, que os financiamentos de Bona ao PS tenham feito soar os alarmes em Berlim Oriental e que a RDA começasse a atacar publicamente esse apoio, ao mesmo tempo que ela própria era o principal suporte do PCP (MUÑOZ, 2016, p. 44)

Infelizmente para os desejos da liderança leste-alemã, a *détente* era para Moscovo muito mais do que uma mera negociação política. Como veremos, fazia parte dum plano económico e o que estava em jogo era a própria sobrevivência da URSS.

Neste contexto, não surpreende que Brejnev tenha mandado parar qualquer intervenção em Portugal, forçando Berlim Oriental a suspender a colaboração com os comunistas portugueses. Segundo parece, terá dito a Erich Honecker que “não pretendia desistir da sua estratégia de *détente* por uma mão cheia de comunistas portugueses ansiosos” (SÁ, 2012. p. 116)... O Partido Comunista Português fica subitamente entregue apenas a si próprio.

Neste desfecho há profundas motivações económicas, já que a URSS apostava a sua própria sobrevivência numa futura colaboração com o ocidente capitalista. Os tempos eram outros, muito distantes do início da década de sessenta, quando se vivia uma optimista euforia nem Moscovo. Havia razões para isso: nos 43 anos que passaram desde a Revolução de Outubro, a Rússia tinha passado de ser um país atrasado e com um sistema quase feudal, para ocupar o lugar de segunda economia mundial. Nesse período, o país tinha ganho uma guerra, dividido o mundo com a outra potência, à qual ganhou uma série de corridas: No espaço tinha conseguido colocar o primeiro satélite artificial (1957), colocar o primeiro animal n (1957), o primeiro ser humano (1957) e fez a primeira alunagem não tripulada (1959). No campo militar, os soviéticos criaram o primeiro míssil intercontinental (1957) e desde 1949 que possuíam a bomba atómica. Ao nível geoestratégico, desde 1958 que a vitória de Fidel Castro era um espinho cravado à porta do rival americano, sobretudo a partir de 1961, quando a inabilidade de Kennedy na baía dos porcos, não fez mais do que conduzir Cuba para a órbita soviética.

tantas vitórias sobre o ocidente, não admira que em 1961, no 22º Congresso do Partido Comunista da URSS, um Nikita Kruchev cheio de confiança proclamasse alto e bom que Moscovo só precisava de mais 20 anos para se tornar numa economia maior do que todo o mundo capitalista e com padrões de vida superiores (CIA, 1985, p. 4).

Apesar deste otimismo, dez anos depois as previsões de Kruchev estavam longe de alcançadas e a economia sofria duma estagnação que os diferentes programas não conseguiram ultrapassar.

contribuía a justificar a opção peruana de não estar nem com Moscovo nem com Washington, isto é, o não-alinhamento e a famosa frase: “Nem capitalistas, nem comunistas”.

Partindo do caso explicito português, está implícita essa ideia duma revolução peruana teimando em ser autónoma e lutando contra a ameaça de conjuras internacionais. Lembremos que, por esse tempo, o próprio GRFA se sentia fortemente ameaçado pela suposta ou real conjura montada entre os países vizinhos e os EUA. Com este artigo, o caso português reforçava hiperbolicamente a credibilidade da denúncia. A luta dum Portugal autónomo das potências capitalistas e comunistas era, assim, um espelho legitimador da luta levada a cabo pelo próprio Peru.

Curiosamente, num artigo publicado apenas duas semanas depois, a 12 de junho, o mesmo Julio Adan considera a existência duma espécie de insustentável força centrípeta de Washington e Moscovo, ameaçadora da possibilidade da própria Europa se afirmar como uma terceira via, ou seja, uma espécie de não-

---

Em 1985 a CIA fez um relatório secreto, desclassificado em 1999, no qual estabelece uma comparação entre as economias dos dois países. Mikhail Gorbachev chegava ao poder nesse mesmo ano, com um programa de reformas económicas e políticas que deixavam claras as profundas debilidades do aparelho produtivo. Esta mudança nunca chegou a ter condições políticas para avançar com êxito e terminaria com o desmembramento e extinção da própria União Soviética, no último dia de 1991.

Neste relatório fazem-se diversas comparações e análises, entre as quais distingo as seguintes (CIA, 1985):

1. A URSS tinha 8,5 vezes mais força laboral na agricultura e 40% mais terras agrícolas e pastos. No entanto, desde finais de 1970 não era capaz de satisfazer as necessidades nacionais
2. As máquinas assistidas por computador estavam 3 a 4 anos atrasadas relativamente às ocidentais.
3. Estava 7 a 8 anos atrasada em *mainframes* e 4 a 6 no desenvolvimento de microcomputadores
4. Entre 1960 e 1970, a URSS foi exportadora de grãos e carne, mas uma década depois era o maior importador do mundo
5. Desde 1950, em todos os planos quinquenais o crescimento económico foi inferior ao do plano anterior. E, 1951-1955 tinha sido de 10,1%, enquanto o de 1971-1975 de 5,9%.
6. O crescimento económico diminuiu todos os anos a partir de meados dos anos sessenta.
7. Nos anos sessenta e metade dos setenta as taxas de crescimento da URSS foram superiores às dos EUA, um padrão que se inverteu a partir de então
8. Longe de se ter tornado a maior economia do mundo como previra Kruchev no discurso de 1961, em 1985 o PIB da URSS era equivalente ao dos EUA em 1965.

Numa Mazat (2013) estudou a evolução da economia da URSS, concluindo que no pós-guerra houve três fases claramente identificáveis: A primeira vai de 1950 até 1970 e corresponde a uma acumulação extensiva de capital, com crescimento da produção; na segunda (1970-1985) verifica-se uma desaceleração do crescimento; a terceira e última começa com as reformas de Gorbachev e termina com a extinção da URSS em 1991 (pp 83-84).

Se considerarmos que as taxas de crescimento vinham baixando de plano quinquenal para plano quinquenal desde 1950 (CIA, 1985), compreendemos que, desde finais da década de sessenta, Moscovo estava a tentar perceber a situação e a procurar alternativas. Nesta conclusão, não é despiciente que a queda mais acentuada do crescimento tenha começado a partir de 1968 (MAZAT, 2023, p.96). Além disso, a produtividade de todos os sectores era inferior à dos países ocidentais, gastando-se em 1970 1,6 vezes mais energia e 2,1 vezes mais matérias-primas que os EUA para produzir o mesmo produto (p. 102). Não é difícil relacionar esta menor produtividade com os atrasos tecnológicos que antes enumerei e que são referidos pelo relatório da CIA

À entrada da década de setenta, a URSS estava com um problema de duplo esgotamento: Esgotamento das reservas de mão de obra, já que havia um pleno emprego associado a uma grande indisciplina laboral; esgotamento das reservas de matérias-primas de baixo custo, tanto ao nível de jazidas como de campos petrolíferos, obrigando a fazer exploração em zonas mais remotas e exigindo tecnologias mais complexas que o país não dominava (MAZAT, 2013).

Os líderes soviéticos identificaram este problema e, a partir dos anos 1970, estavam convencidos da necessidade de adotar um regime de acumulação intensiva, focado no aumento da ‘eficiência’. Neste novo regime, a ênfase maior passaria a ser na qualidade e no custo e não apenas na quantidade do que fosse produzido e a chave do crescimento da economia viria da aceleração do crescimento da produtividade do trabalho a partir da incorporação de inovações tanto de processo quanto de produtos, aproveitando em particular a chamada “revolução científica e tecnológica” (o que hoje chamamos tecnologias da informação) que estava em curso no mundo (p.108).

Numa Mazat (2013) mostra como a urgência de aumentar a produtividade levou a URSS a precisar de importar cada vez mais tecnologia do ocidente, numa transacção em que o bem de troca de que dispunha era o petróleo que, por seu turno, para ser extraído estava a exigir cada vez mais tecnologia.

Mas esta dupla necessidade, importar cada vez mais tecnologia ocidental e receber cada vez mais petrodólares, dependia dum desanuiamento da relação geopolítica. E assim percebemos que a política de *détente* era essencial para o crescimento económico soviético, aliás, para a sobrevivência do próprio país e do seu império, como ficou claro com a extinção da URSS em 1991, na sequência do relançamento da guerra fria em 1979, com o conseqüente falhanço da estratégia.

Nestas circunstâncias fica claro porquê, no verão de 1975, um Brejnev pressionado pelo ocidente deixou claro ao governo da RDA que tinha de parar o apoio ao PCP, porque, terá dito a Erich Honecker, “...não pretendia desistir da sua estratégia de *détente* por uma mão cheia de comunistas portugueses ansiosos” (SÁ, 2012. p. 116). Quando escreveu este artigo, Julio Adan estava bem informado de todas estas vicissitudes e das suas implicações na revolução portuguesa.

alinhamento à europeia. Com o título “*Estados Unidos, Europa y Portugal*”, este texto salta das fronteiras portuguesas e dramatiza a ameaça contra as autonomias, alargando-a ao contexto europeu. O caso português já não era, assim, um em si mesmo, se não o reflexo do imperialismo duns Estados Unidos que não davam margem às alternativas nacionais.

*La reunión en Bruselas del consejo atlántico brindó la ocasión al presidente norteamericano para dejar en claro que el margen de maniobra de las tendencias europeístas se ha estrechado aún considerablemente en provecho de la política hegemónica que llevan a cabo los Estados Unidos y la Unión Soviética. Exceptuando la solitaria voz de Portugal, nadie impugnó esta realidad.*

Depois de fazer uma referência ao conflito turco-grego, Adan centra-se nos difíceis equilíbrios sobre os quais a Europa tem caminhado para aprofundar a sua autonomia e alcançar uma relação com o terceiro-mundo, prurando atalhar caminho sobre Washington. No entanto,

*Desde la eclisión de la crisis del petróleo, en 1973, los Estados Unidos virion multiplicarse las ocasiones para cerrar el cerco en torno a una Europa que hasta esse momento parecía mostrarse cada vez más díscola frente a sus pretensiones hegemónicas. Si en la emergencia el viejo continente contempló por un momento la posibilidad de llegar a una cooperación más estrecha con el Tercer Mundo, pasando por en cima de las compañías petroleras multinacionales, su debilitamento coyuntural lo<sup>367</sup> volvió al mismo tiempo más permeable a las presiones norteamericanas, ejercidas fundamentalmente en el terreno financiero (subinhados meus).*

Assim, dentro duma estratégia de aliança implícita entre os EUA e a URSS, destinada a consolidar a satelização dos países dos respectivos blocos, compreende-se “*la irritación que puede provocar la situación portuguesa, com la perturbación que está destinada a introducir de una u otra manera en este proyecto*”.

O jogo onde estava a revolução portuguesa já não era, assim, apenas o da autonomia nacional, mas o da própria autonomia europeia, emeçada pela aproximação entre Washington e Moscovo. Ou seja, o desejo autonomista peruano já não tinha apenas um paralelo em Portugal: o caso português servia para realçar a luta levada a cabo pelo GRFA, mostrando-a como sendo tão grande quanto a própria Europa.

Como referi na II Parte, a aproximação entre os EUA e a URSS eram o resultado da estratégia de desanuviamento (*détente*) inaugurada por Nixon e Brejnev e que culminaria na assinatura dos tratados de Helsínquia em agosto de 1975. Este ambiente internacional será sentido (e com razão) por *La Crónica* como uma ameaça àqueles países com pretensão à autonomia ou equidistância, já que o acordo entre as potências rivais aumentava a sua capacidade centrípeta.

---

<sup>367</sup> Nesta passagem não fica claro se há aqui um erro de género e as referidas pressões norte-americanas são sobre a Europa, ou, de não haver, sobre o próprio terceiro-mundo.

A Ata de Helsínquia foi assinada a 1 de agosto de 1975. Na edição do dia seguinte, *La Crónica* dedica-lhe uma página inteira, com três fotos. Uma de Ford, outra de Brejnev e uma terceira de Costa Gomes em destaque (tanto na foto como na respectiva legenda), saudado pelo primeiro-ministro espanhol. Além disso, esta página integra sete títulos, dos quais dois são dedicados a Portugal. Num, “*Portugal demandó igualdad de derecho y no ingerencia*”; no outro, com o significativo antetítulo “*De las palabras a los hechos...*”, afirma-se que “*Condicionan Ayuda Economica a Portugal*”<sup>388</sup>. Esta sequência é relevante, pois mostra bem, não só o desagrado deste jornal por um Tratado ampliador da capacidade centrípeta das duas potências da guerra fria, mas também porque procura desacreditá-lo usando o caso português.

Esta constatação tem de relacionar-se com o facto de, entre os dez princípios constantes da Ata final de Helsínquia, *La Crónica* ter destacado um, com o qual faz o seguinte título: “*Abstención del uso de la fuerza y no interacción en asuntos de otros Estados*”:

*Los diez principios básicos rubricados hoy por los 35 países de la cumbre de seguridad europea, contienen cuestiones fundamentales como la igualdad soberana de todas las naciones, la abstención del uso de la fuerza, la inviolabilidad de las fronteras y la no intervención en los asuntos internos de otros Estados.*

Noutra notícia, referem-se declarações de Brejnev: “*insistió particularmente sobre la no ingerencia en los asuntos internos de otros países*”.

No entanto, tudo isto seriam apenas “*palabras*”, porque os “*hechos*” eram bastante diferentes:

*“Portugal demandó ‘el respeto total por los principios de la igualdad de los derechos soberanos, la no ingerencia en los asuntos internos de los demás y el reconocimiento de todos los pueblos a disponer libremente de sí mismos’.*

Mas, ao mesmo tempo, o primeiro-ministro do Reino Unido:

*“dijo que el Mercado Común estaba ‘gravemente preocupado’ por el giro de los acontecimientos en Portugal, agregando que los nueve países del MCE estaban listos a conceder una ‘muy generosa’ ayuda económica a Portugal pero que esta dependía de la actitud del gobierno de Lisboa”.*

Frente ao poderoso acordo entre as potências, Portugal surgia, assim, como a voz dissonante e era, não só a prova de que as palavras proferidas pelas potências não eram fiáveis, mas também de que o Peru não estava sozinho numa luta partilhada, até, por um dos signatários dos acordos de Helsínquia.

---

<sup>388</sup> Verifica-se que os textos relativos a cada um dos títulos foram claramente trocados de posição, estando um onde deveria estar o outro.

### **Terceiro mundismo**

Como vimos, a explicação de *La Crónica* para as causas da revolução portuguesa ficaram praticamente cristalizadas no dia 28 de abril, quando saíram os artigos “*Por qué cayó Caetano*”, de Luis Gonzales Posada, e “*Portugal, o cómo la guerra colonial libera la metrópoli*”, de Hugo Neira.

É curioso verificar como, nos primeiros dias após a revolução e quando procuram explicá-la, tanto um como outro fazem referências ao Terceiro-Mundo, ainda que, no caso de Posada, por antítese ao regime anterior:

*En una rápida acción militar, las Fuerzas Armadas capturaron el poder en Portugal, al derrocar al régimen del Primer Ministro Marcello (sic) Caetano. Ha caído, pues, sin ofrecer la menor resistencia, un gobierno colonialista que nunca gozó de las simpatías de los pueblos del Tercer Mundo ni menos aún de su propia población.*

Como vimos, Hugo Neira vai mais longe na sua análise, pegando nas doutrinas da CEPAL (que não menciona), e considerando o Portugal anterior ao 25 de Abril como metrópole das suas colónias (ou seja, “centro autónomo” dessas “economias periféricas), mas ao mesmo tempo, periferia do grande capital estrangeiro. Com esta conclusão. Neira colocará claramente Portugal no mesmo contexto internacional onde se inseria o Peru: um terceiro mundo subdesenvolvido. Conclui, como Posada, ter a revolução acabado com um regime submetido ao círculo vicioso do subdesenvolvimento (a dialética centro-periferia), preparando o caminho para apresentar o MFA como um contraditório a este modelo, o que, logicamente, traria o país para o seio dos países não-alinhados.

*La Crónica* acompanhará com interesse as simpatias não-alinhadas de alguns setores do MFA, neste caso congregando os antagónicos Grupo dos Nove (ou pelo menos Melo Antunes) e a esquerda militar. Depois do país e da revolução terem sido claramente apresentados como tendo elementos semelhantes ao Terceiro-Mundo, foi preciso esperar por uma maior clarificação dos objectivos de política externa dos diferentes atores, para o jornal começar a noticiar o tema com entusiasmo.

A 28 de março de 1975, com base na AFP inaugura-se uma série de notícias e artigos nesta linha: “*Portugal se Afianza Tercermundista*”.

*Portugal prepara una diplomacia terciermundista para fortalecer su política de independencia nacional (...) admitieron hoy observadores aquí.*

*Esta diplomacia terciermundista significará, según esos observadores, una vinculación de Portugal al grupo de los países no alineados, en particular africanos, árabes y mediterráneos.*

A possibilidade de Portugal aderir ao NOAL, desperta claramente o interesse do governo peruano. Como vimos, o Peru entrou nesta organização como observador em 1970 e como membro em 1973, num processo em que o GRFA mostrou grande empenho. O embaixador em Lisboa começa muito cedo a enviar informação sobre a

posição do Governo português relativamente ao terceiro-mundismo e, num caso, chegou mesmo a arriscar uma especulação aparentemente fantasiosa, mas significativa porque escrita por um diplomata cujos informes eram por norma factualistas e cautelosos nas conclusões. Vejamos o que diz num ofício de 7 de novembro de 1974:

*La tesis del no alineamiento cuenta con decididos defensores en los diversos círculos políticos lusitanos, inclusive en los medios cercanos al Movimiento de las Fuerzas Armadas. En efecto, el nuevo régimen portugués no tendría razones para estar particularmente grato a los norteamericanos; Portugal, por las raíces que conserva en Africa y, de un modo general en el Tercer Mundo, constituye un centro giratorio ideal para las conexiones entre Europa y los demás continentes; su reducida extensión geográfica, bélica y económica, podrían ser la garantía de su idoneidad y de un no imperialismo.*

Em seguida, o embaixador relata uma ofensiva diplomática árabe das novas autoridades portuguesas, incluindo a deslocação do secretário-geral do MNE a Rabat, para entregar uma mensagem de Costa Gomes à Cimeira dos Países Árabes; também o anúncio duma viagem do ministro dos Negócios Estrangeiros à Líbia e a Tunes, e uma outra de Melo Antunes, na altura ministro sem pasta, a diversos países deste grupo.

No rescaldo da guerra de Yom Kippur, a conclusão do embaixador é audaciosa. Depois de se perguntar que podem ter os portugueses para aliciar os árabes, responde: “*La compensación sería (...) la base azoriana de Lajes. Seria este el triunfo portugués en relación a los norteamericanos; y el principal – sino único – motivo de atracción para los árabes*”.

Voltando a *La Crónica*, um editorial com o título “*Portugal: Los riesgos de una revolución*”, insiste novamente no carácter terceiro-mundista do país e, subentende-se, no NOAL como seu espaço natural. Depois de considerar “*Ninguna revolución verdadera es fácil*”, o editor considera contudo que “*La portuguesa (...) enfrenta especialísimos riesgos*”. Segundo a tese desenvolvida, esses riscos advêm duma espécie de bipolaridade: “*país pequeño en dimensiones físicas, enclavado en un costado de España, tiene un pie en la Europa superdesarrollada y outro en el Tercer Mundo*”

*La combinación de retraso económico y de oscurantismo político que han sido su destino durante las últimas décadas, colocaron a esa vieja y digna nación entre aquellas regiones europeas cuyo nivel de desarrollo las colocan en posición más cercana al ‘proletariado tercermundista’ que a las economías industrializadas clásicas.*

E no entanto,

*La posición estratégica del Portugal (...) así como la sumisión de sus anteriores gobiernos a las grandes potencias occidentales lo hicieron miembro conspicuo de la Organización del Tratado del*

*Atlantico Norte. Las islas de los Azores, que le pertenecen, albergan a una de las más importantes bases de reaprovisionamiento militar de los Estados Unidos.*

Neste contexto, a revolução portuguesa tem de ser defendida e “*se precisa de un frente de solidaridad internacional que, en el caso de Portugal, pasa por la alianza estrecha con sus antiguas colonias y, más allá, con el Tercer Mundo en su conjunto*”.

No dia 17 de abril volta a dar-se destaque a uma vocação terceiro-mundista, desta vez com base em declarações de Rosa Coutinho, o mesmo que, uns dias depois, seria convidado a participar na Cimeira de Ministros dos negócios Estrangeiros do NOAL que decorreria em Lima de 25 a 29 de agosto<sup>389</sup>.

Com o título “*Portugal Condena Todo Imperialismo*”, vai-se, além do mais, ao encontro da máxima “nem capitalistas nem comunistas”, isto depois duma constatação terceiro-mundista no antetítulo: “*Puente entre Tercer Mundo y Europa*”.

*El almirante Rosa Coutinho, personalidad muy influyente en el Movimiento de las Fuerzas Armadas (...), declaró anoche que la ‘vocación histórica de Portugal estriba en constituir un puente entre Europa y el Tercer Mundo’ (...). ‘Estamos hablando, continuó, de las relaciones entre el Tercer Mundo y no de la lucha entre los imperialismos soviético y estadounidense’.*

Apesar de breve, é também muito significativa uma notícia de 9 de agosto de 1975, dando conta da tomada de posse do V Governo Provisório e da radicalização das posições em Portugal.

*El descontento toma formas de un anticomunismo violento en el norte del país y (...) se admite la ruptura entre el pueblo y el Movimiento de las Fuerzas Armadas (...). Las posiciones antagónicas (...) están a tal punto radicalizadas que los observadores creen que ya no queda otra salida que la de una solución de fuerza.*

Perante este ambiente de antagonismo extremo, *La Crónica* defende que a solução pode estar no não-alinhamento. É então que, numa espécie de síntese, “*Aparece el comandante Melo Antunes y una veintena de oficiales proponiendo al presidente una ‘tercera vía’, la de un socialismo no alineado que rechaza la Social Democracia de Europa Occidental y el modelo de la Europa Oriental*”.

Como vimos, nesta data também o Peru vivia uma clara fragmentação política, tanto dentro do próprio regime como entre o este e outras forças sociais e partidárias. Nesse contexto, Portugal surge como um exemplo de que a saída para uma situação muito radicalizada seria uma terceira via terceiro-mundista, ou seja, a mesma do GRFA. É curioso porque NOAL fica, assim, posicionado numa espécie de centro político, capaz de sintetizar os extremismos capitalistas e comunistas, e podendo unir polos opostos.

<sup>389</sup> Pela entrevista que me deu, sabemos que o então jornalista de *La Prensa* Mirko Lauer foi enviado a Portugal para cobrir as eleições, tendo chegado no dia 22 de abril de 1975. Mirko ia com uma missão oficiosa extra, que era a de contactar Rosa Coutinho, perguntando-lhe se estaria disponível para receber e aceitar um convite para que participasse como observador representante de Portugal na Cimeira de Ministros dos Negócios Estrangeiros do MNA que iria decorrer em Lima entre 25 e 29 de agosto.

A relação entre o Portugal revolucionário e os Não-Alinhados será constante, até ao preciso dia da queda de Velasco Alvarado. Entre 25 e 29 de agosto, organizou-se em Lima uma cimeira de ministros dos Negócios Estrangeiros dos países desta organização. Rosa Coutinho esteve presente, chefiando uma representação de Portugal na qualidade de convidado especial. Vimos já a atenção dada no Peru a este convite, tendo o jornalista Mirko Lauer sido encarregado de sondar o almirante, quando foi a Portugal em abril de 1975<sup>390</sup>.

La Crónica vai seguir a viagem de Rosa Coutinho desde a sua saída de Portugal em direcção a Cuba no dia 18 de agosto (onde ficaria de visita durante 15 dias)<sup>391</sup>, até à partida de Havana para Lima, onde chega a 23 de agosto. O almirante português chega ao mesmo tempo de muitas outras delegações, mas na primeira página do dia seguinte a foto seleccionada é a sua, no aeroporto de Lima.

Nas páginas interiores, outra grande foto dum sorridente Rosa Coutinho impecavelmente uniformado com o branco da marinha. *La Crónica* desenvolve as suas declarações num texto de quase meia página, bastante espaço se recordarmos estar-se ante a presença de inúmeros líderes internacionais e todos com declarações. Com o espaço noticioso a ter de ser distribuído de forma muito racional, é marcante o interesse dedicado ao convidado especial português.

Mas o almirante que chega ao Peru, já é claramente um homem consciente de estar a chegar ao fim a etapa utópica da revolução portuguesa, sendo visível que segue à risca os ditames cautelosos que traria de Lisboa. Nas suas declarações faz um esforço para não comprometer Portugal com a adesão ao NOAL: *“Por pertenecer a la Organización del Atlántico Norte (OTAN), Portugal está impedido de ingresar formalmente al grupo de Países No Alineados y, por lo tanto, no pedirá su admisión. Pero su corazón y sus sentimientos estarán siempre con los países no alineados”*.

As declarações de Rosa Coutinho são, assim, bem claras, descontando uma certa simpatia diplomática, afirma peremptoriamente que Portugal não sairá da área de influência ocidental e, muito menos, sairá da NATO para aderir ao NOAL. Tudo isto está nas letras pequenas do texto, mas qual é o título escolhido por *La Crónica*? *“Portugal Estará Siempre con Los Países no Alineados”*. Ou seja, quando as duas revoluções já estão em contra ciclo (Velasco cai 5 dias depois desta edição), o caso português continua a ser usado num processo de legitimação internacional das opções do GRFA, mesmo sendo necessário submeter o texto a um jogo de palavras e destaques que, sem faltar à verdade, conduza a uma perceção distinta.

Algo irónicas são as declarações do almirante português publicadas a 30 de novembro, precisamente a edição do dia seguinte ao golpe que destituiu Velasco Alvarado, mas que já não foi a tempo de sair nesta edição: *“Rosa Alba Coutinho: Perú y Portugal: Idéntico Camino Hacia el Socialismo”*.

---

<sup>390</sup> Entrevista pessoal em março de 2018.

<sup>391</sup> “Almirante Rosa Coutinho Partió Hacia Cuba y Perú”. In: *La Crónica*, edição 19 de agosto de 1975.





## X CONCLUSÕES E HIPÓTESES DE ESTUDO

### Conclusões

Velasco Alvarado assumiu o poder depois do golpe militar de 3 de outubro de 1968, com o objectivo de proceder a uma profunda reforma da estrutura económica e social, num Peru onde ainda se mantinham modelos de exploração social vindos do período colonial.

O seu Governo concretizou de imediato diversas medidas revolucionárias, como sejam a nacionalização dos campos petrolíferos de La Brea e Pariñas (1968), nacionalização de diversas empresas multinacionais, uma profunda reforma agrária (1969) a lei da Indústria (1970) e a de participação social (1970). Nacionalizou dois terços das minas, outro tanto da banca e um quinto do sector industrial, subindo a participação do Estado na economia de 16% a 32% do PIB (ZAPATA, 2015, p.53).

Ideologicamente, procurou desenvolver uma terceira via, de base nacional, expressa na frase “nem comunistas nem capitalistas”. Nesse sentido, o Peru entrou no NOAL, primeiro como observador (1970) e depois como membro (1973) (ORREGO PENAGOS, 2015, p.109).

O GRFA negava a democracia representativa, à qual o presidente se referia como sendo “uma aparente democracia formal, dominada por uma minoria favorecida que sempre ignorou as verdadeiras necessidades do povo<sup>392</sup>” (VELASCO ALVARADO, 1971, p57). Esta desconfiança estendia-se aos partidos políticos, cujos líderes “se eternizam no poder (...), constituindo neles (nos partidos) verdadeiras autocracias, burlando os ideais democráticos que dizem defender<sup>393</sup>” (p.79).

Em alternativa, o Governo considerava-se legitimado por partir do princípio de estar a fazer a vontade maioritária dos peruanos, até aí bloqueada pelas disputas partidárias, e por ter uma base institucional nas próprias Forças Armadas. Além disso, defendia um modelo de participação social direta alternativo à “democracia representativa”, a que chamou “participacionismo”.

Quando o 25 de Abril acontece em Portugal, o GRFA levava seis anos no poder, já estava enredado numa série de conflitos internos e enfrentava uma crescente contestação na sociedade.

Os capitães portugueses saem às ruas de Lisboa, quando a primeira fase da revolução peruana já estava terminada. Velasco Alvarado perdera o ímpeto inicial, enfrentara uma doença semi-incapacitante e estavam concluídas as reformas essenciais que poderiam interessar à burguesia urbana, para preservar o modelo económico capitalista e a estabilidade social. O regime entrava numa lenta agonia, corroído por disputas entre tendências internas, combatendo-se entre si e dentro de si mesmas.

---

<sup>392</sup> “Vivimos una aparente Democracia formal, dominada por una minoría favorecida que siempre ignoró las verdaderas necesidades del pueblo.” (tradução minha)

<sup>393</sup> “se eternizan en el poder de esos partidos, constituyendo en ellos verdaderas autocracias, burla a los ideales democráticos que tales partidos profesan defender.” (Tradução minha)

A demissão do almirante Vargas Caballero em maio de 1974 marcou a ruptura entre “*reformistas liberales*” e “*radicales socialistas*”. Depois disso, a nacionalização dos jornais nacionais em julho de 1974, é uma machadada nos interesses da burguesia urbana e um novo ciclo de nacionalizações agitou o país financeiro. Tudo isto contribuiu para a grande revolta de 5 de fevereiro de 1975, com um saldo superior a 86 mortos nas ruas de Lima (REMY SIMATOVIC, 2015, p270). O GRFA estava na sua reta final e viria a cair em agosto de 1975, o que veio a seguir seria “revolucionário” apenas de nome.

Norbert Lechner (citado por: Martín Sanchez, 2002, p.47) considerou que a apropriação do poder por uma minoria pode usar vários critérios para gerar um “princípio de legitimidade”. Entre estes, encontra-se a defesa duma “lógica cultural transnacional, tal como se fez (...) como defensores destacados do Terceiro Mundo<sup>394</sup>”. Nesta linha, Antonio Zapata (2018) considerou que a política externa do GRFA foi usada “Para alcançar os seus principais objectivos: a transformação da economia e, em geral, da sociedade peruana; a legitimação do regime; e, inclusive, a estabilidade do governo<sup>395</sup>” (p.163).

Esta procura de legitimidade transnacional era cada vez mais difícil na região, sobretudo depois da queda de Salvador Allende e ascensão de Augusto Pinochet em Setembro de 1973. Entretanto iam caindo Governos política e geograficamente próximos, como foi o caso de Torres Gonzales na Bolívia em 1971, para não falar na ditadura militar de direita que governava o Brasil desde 1964.

Neste contexto internacional, o GRFA sentia-se acantonado e Velasco chegou a acusar o Brasil, Bolívia e Chile duma conjura contra o Peru (ZAPATA, 2018). Confirmando este sentimento, quando o entrevistei, Rafael Roncagliolo falou-me num sentimento de “revolução perdida” depois da queda de Allende: “Ficamos isolados”. A revolução Portuguesa acontece neste contexto de crise interna e externa do GRFA. Tendo o atractivo de acontecer num país da Europa ocidental, seria aproveitada pelo regime, noticiando-a e reinterpretando-a de acordo à necessidade de encontrar fontes alternativas de legitimação transnacional.

Para isso, o jornal oficial do regime, *La Crónica*, identificou a esquerda militar portuguesa como a homóloga do GRFA, chegando a tergiversar a interpretação dos acontecimentos em Portugal, no sentido de os transformar numa confirmação da mesma via optada pela revolução peruana.

Esta estratégia ocorreu a diversos níveis:

- Encontrando causas e origens comuns para as duas revoluções. Se, por exemplo, a consciência e a motivação dos peruanos surgiu quando foram chamados a combater as guerrilhas e as ocupações de

---

<sup>394</sup> “una lógica cultural transnacional, tal como se hizo al definirse como partes del occidente cristiano o como defensores destacados del Tercer Mundo”. (Tradução minha)

<sup>395</sup> “Para alcanzar sus principales objetivos: la transformación de la economía y, en general, de la sociedad peruana; la legitimación del régimen; e incluso, la estabilidad del gobierno”. (Tradução minha)

terras, a dos portugueses teria origem no combate aos movimentos nacionalistas africanos durante a guerra colonial. A 28 de abril de 1974, Hugo Neira escreve um artigo onde se inaugura esta perspectiva, com um título bem claro: “*Portugal, o cómo la guerra colonial libera a la metropoli*”.

- Usando o MFA como prova de poderem as revoluções surgir de cima para baixo e não apenas de baixo para cima. Esta era uma das dificuldades sentidas pelo GRFA na sua afirmação revolucionária. Encontrei em *La Crónica* vários casos onde Portugal foi usado para demonstrar esta possibilidade, por exemplo, em Abril de 1975 o enviado às eleições para a Constituinte escreveu um artigo com este título: “*Portugal: las FF.AA. derrotaron al fascismo*”.
- Dando Portugal como exemplo dum país que, à semelhança do Peru, procura um socialismo de características nacionais, sem submissão ao capitalismo de Washington nem ao comunismo de Moscovo. Por exemplo, num editorial de 3 de dezembro de 1974, citava-se Vitor Alves: “*Nuestro ideal? Una democracia a la portuguesa. Por qué buscar ejemplos e comparar con otros procesos? Lo que es bueno para ellos puede no ser para nosotros. Queremos un proceso auténticamente portugués*”. A 31 de janeiro de 1975, um discurso de Mário Soares com uma clara crítica à URSS, era transformado num ataque aos imperialismos, incluindo, portanto, o norte-americano: “*Mário Soares. Guerra a todo imperialismo*” (sublinhado meu).
- Dando Portugal como um exemplo de via para o “participacionismo”, valorizando esta opção prevista no Pacto Povo MFA e desvalorizando os partidos e as eleições de 25 de abril de 1975. Frente a este sufrágio, feito sob o modelo da “democracia representativa”, *La Crónica* sublinha a via “participacionista” do MFA, considerando a revolução portuguesa liderada “*como la peruana, por una Fuerza Armada erigida en vanguardia de los intereses populares y que busca encaminarse hacia un socialismo pluralista y participacionista*”<sup>296</sup>.
- Passando uma esponja sobre a reforma agrária portuguesa, que tinha surgido quase espontaneamente com ocupações de terras em janeiro de 1975, num processo em tudo contrário à meticulosa organização com que foi conduzida no Peru. Além disso, quando se dá o 25 de Abril, o GRFA está a braços com um indesejado movimento de ocupação das *haciendas* que tinham escapado ao processo. Não será por acaso que, entre as poucas referências ao caso português, uma é sobre o Governo ter considerado “reaccionárias” novas ocupações.
- Dando, ao contrário, grande destaque às nacionalizações, aproveitando-as para legitimar uma segunda vaga estatizante no Peru, iniciada com a frota e a indústria pesqueiras em maio de 1973,

---

<sup>296</sup> “Portugal: Los riesgos de una revolución”. Editorial, in: “La Crónica”, edição de 10 de abril de 2018.

prossequindo com a imprensa escrita em julho de 1974 e terminando na Marcona Company em julho de 1975.

- No plano internacional, focando as coincidências entre os posicionamentos português e peruano: a) Autonomia frente às potências da Guerra Fria, b) Denúncia de manipulações da CIA para prejudicar a revolução, c) Terceiro-mundismo. Os exemplos de referências a estes três fatores poderiam multiplicar-se: Sobre o primeiro, noticia-se cada abertura duma nova representação diplomática portuguesa num país do bloco de Leste, mas afasta-se que signifique uma dependência de Moscovo, pois “*El postulado de las fuerzas armadas y por consiguiente la posición del gobierno provisorio, prevé que los pactos existentes deben ser cumplidos por Portugal*”, ou seja, as relações com o ocidente também se mantinham; sobre as manipulações da CIA, cita-se Otelo: “*Carvalho: CIA Planea un Golpe en Portugal*”<sup>397</sup>; relativamente ao terceiro-mundismo, assegurava-se que “*Portugal se Afianza Tercermundista*”<sup>398</sup>. Em qualquer um dos casos os exemplos são, como vimos, diversos.

Em conclusão, assistimos a uma clara peruanização da revolução portuguesa, utilizada como um fator transnacional legitimador do GRFA. Esta visão não aconteceu apenas no Peru, sabemos ter sido uma tendência em vários dos países cujas reacções melhor conhecemos.

Um caso típico foi a italianização dos acontecimentos em Portugal, levada a cabo pela imprensa de Roma, usando-os “...para comentar as repercussões em Itália das temáticas dimanadas da revolução” (GOMES, 2016, p.5).

Também em Espanha, o jornal *El Socialista* do PSOE fará uma constante a comparação com a realidade local,

sobretudo até ao Verão Quente, quando há a máxima crise de Estado do período revolucionário português, Portugal e Espanha são tratados como se de um mesmo país se tratasse. De tal forma que *El Socialista* avisa: quebrou-se um dos pilares do fascismo suportado pelos EUA (VARELA, 2009, p. 116).

Mas esta espanholização não foi um exclusivo do PSOE: Alguns, usaram-na com a motivação do exemplo, outros com medo das consequências, outros, ainda, com receio de o caso português poder assustar a sociedade espanhola e prejudicá-los:

A posição do PCP durante a Revolução foi muito prejudicial para a credibilidade e para a estratégia do PCE. (...) O PCE viu-se assim obrigado a distanciar-se do PCP, reafirmando as suas posições

---

<sup>397</sup> La Crónica, edição de 29 de abril de 1975.

<sup>398</sup> La Crónica, edição de 28 de março de 1975.

moderadas e reclamando a todo o tempo 'o socialismo em liberdade'. Carrillo chegaria até a afirmar que 'o nosso eurocomunismo segue a mesma política do Partido Socialista de Portugal'<sup>399</sup> (pp. 57-58) Também no bloco socialista verificamos essa mesma tendência. Um caso é o da Polónia, onde a Revolução de Abril foi amplamente noticiada e, uma vez mais, parece ter sido usada para legitimar as opções políticas nacionais. O historiador Igor Chabrowski observou:

Um país cujas sociedade e economia eram baseadas na exploração, destruição e morte com o objectivo do lucro para as elites, era uma abominação desde a perspectiva dos objectivos ideológicos declarados pelo governo da Varsóvia comunista. De facto, fazia lembrar a imagem que os comunistas tinham da Polónia anterior à guerra: Uma sociedade desigual, sofrendo debaixo do pé das elite latifundiária, militarista e capitalista<sup>400</sup> (CHABROWSKI, 2016, P. 32).

Esta instrumentalização foi uma tendência verificada também em França. Desde a sua eleição para secretário-geral do Partido Socialista Francês, François Mitterrand prosseguia uma política de aproximação aos comunistas, visando a constituição duma frente eleitoral comum. A derrota frente a Giscard d'Estaing em maio de 1974 por apenas 0,8% dos votos, reforçou-lhe a convicção de ser necessário aprofundar uma união política das esquerdas. Terá sido por isso que "Uma facção do PSF liderada por François Mitterrand viu na revolução portuguesa uma oportunidade para testar essa união da esquerda, procurando defender uma aliança semelhante em Portugal"<sup>401</sup> (GRANADINO, 2016, p. 61). Em julho de 1974, Mitterrand foi o primeiro líder europeu a viajar a Portugal, aparecendo ao lado de Mário Soares num comício, onde este teve de ouvir o líder do PSF a defender esta estratégia (MUÑOZ, 2016, P. 42).

Temos, então, que a peruanização da revolução portuguesa se inseriu numa tendência internacional verificada noutros contextos. Contudo, se conhecemos relativamente bem as reacções em países europeus e nos EUA, a visão no contexto do NOAL tem sido pouco estudada. Não obstante, uma das opções geoestratégicas equacionadas durante o período revolucionário foi, precisamente, a via terceiro-mundista, que chegou a ser defendida por facções antagónicas dentro do MFA, como eram a esquerda militar e o Grupo dos Nove, mormente Melo Antunes.

---

<sup>399</sup> "La posición del PCP durante la Revolución fue a su vez un grave hándicap para la credibilidad y la estrategia política del PCE. La actitud de Cunhal de no reconocer el resultado electoral y de pretender monopolizar el poder apoyándose en el MFA fue uno de los argumentos preferidos por las derechas peninsulares para descalificar a los comunistas. El PCE se vio así obligado a distanciarse del PCP, reafirmarse en sus posiciones moderadas y reclamar a todas horas "el socialismo en libertad". Carrillo llegaría incluso a afirmar que 'nuestro eurocomunismo sigue la misma política que hace en Portugal el Partido Socialista' " (Tradução minha).

<sup>400</sup> "A country whose socio-economic was based on exploitation, destruction and death in order to profit narrow elites was an abomination from the perspective of the declared ideological goals of Warsaw's communist government. In fact, it resembled closely the communist's image of the pre-war Poland: a starkly unequal society suffering under the yoke of its narrow landlord, militarist, and capitalist elites" (Tradução minha).

<sup>401</sup> "A faction of the PSF led by François Mitterrand saw the Revolution as an opportunity to test the French strategy of the union of the Left by promoting a similar alliance in Portugal" (Tradução minha)

Este trabalho pretendeu ser um contributo para aclarar a forma como o 25 de Abril foi encarado num dos países do NOAL, constatando que, além de profusa, foi claramente orientada a um processo auto-legitimador.

### **Hipóteses de estudo**

Um trabalho como este não pode nem pretende ser a última palavra sobre o tema e, muito menos, um fim em si mesmo. Felizmente não tive de partir do zero, já que várias investigações sobre o impacto da revolução portuguesa noutros países abriram caminho à possibilidade de comparar métodos, conclusões e, até, poder rematar com a existência de linhas comuns nesse impacto. Por outro lado, o próprio objeto direto de estudo teria muitas mais vertentes a explorar, por exemplo a questão colonial, por si só, daria material suficiente para um trabalho desta dimensão.

Num trabalho com estas características, talvez o capítulo final com “hipóteses de estudo” seja o mais interessante para quem o escreve, porquanto as hipóteses são isso mesmo: intuições, ideias *a priori* sobre as quais se pode discorrer sem qualquer constrangimento, uma vez que precedem o árduo trabalho da definição do método, da recolha e tratamento de fontes, da escrita... numa palavra, da prova científica.

Chego ao fim, com a consciência de serem mais as portas que se abriram, do que aquelas que cruzei, tanto no que respeita às duas revoluções, como, até, à própria formulação teórica.

Começando por esta última, o tipo de trabalhos onde este se insere, creio já poderem contribuir à formulação de teorias da absorção endógena de fenómenos exógenos, no contexto das relações entre países que coexistiram e coexistem num mundo cada mais dominado pela comunicação de massas (hoje em dia intensificada pela massificação do próprio processo comunicacional). Pelo menos, parece-me ter ficado claro que uma das reações aos fenómenos externos é a transformação do “outro” no “nós”, mesmo podendo estar-se frente a um fenómeno de grande manipulação, ou com objectivos políticos de legitimação transnacional, ou porque a mensagem é mais facilmente compreendida com base na experiência do seu público. Vimos aqui vários exemplos de como se tergiversavam, aumentaram ou diminuíram os acontecimentos em Portugal, no sentido de criar a imagem pretendida. Seria interessante conjugar a criação desta percepção pública, com as teorias da comunicação de Chomsky, com a neuroantropologia de Roger Bartra e com a neurociência de António Damásio.

Com este trabalho, creio poder contribuir à geração de alguma teoria nesta matéria. A sistematização dos dados aqui apresentados, permite lançar a hipótese de que, neste processo de apropriação transnacional, podem seguir-se as seguintes estratégias:

- **Diferenciação.** Num processo de apropriação, há sempre fenómenos e acontecimentos que podem ter um efeito boomerang, sendo mais deslegitimadores do que legitimadores. Por exemplo, o GRFA desconfiava dos partidos, era oposto à democracia representativa e nem queria ouvir falar de eleições. Neste caso, *La Crónica* optou por realçar diferenças nas características de base entre os dois países, num esforço de explicar porquê a “geminada” revolução tinha eleições e a peruana não. Nesse esforço, apresentaram-se diferenças e semelhanças de base entre os dois países: Portugal tinha uma bipolaridade Europa/Terceiro-Mundo, sendo a primeira componente a justificar o processo eleitoral, enquanto a segunda explicava as medidas idênticas que serviam à legitimação. Assim, não tendo o Peru esse ingrediente europeu, tampouco se lhe ajustavam os processos portugueses daí oriundos.
- **Aproximação.** Noutra parte, vimos como *La Cronica* está atenta às semelhanças, destacando fatores que não relaciona directamente com o Peru, mas com ligações subentendíveis: foi o caso, por exemplo, das referências ao espírito revolucionário da Marinha (subentende-se que por oposição à peruana), ou quando se refere o papel da guerra colonial para o despontar uma nova consciência nas Forças Armadas portuguesas, numa clara semelhanças com as peruanas, quando foram chamadas a combater as guerrilhas e as ocupações de terras. Esta aproximação deu-se também no caso das nacionalizações, aproveitadas porque o Peru estava a entrar numa segunda onda estatizante, geradora de grandes fraturas internas.
- **Manipulação.** Noutros casos assistimos a uma clara manipulação dos acontecimentos, reinterpretando-os no sentido de transformar o desfavorável em favorável. Isto aconteceu quando, aproveitando a designação de “socialista” do PS, *La Crónica* considerou que o povo tinha votado esmagadoramente pelo socialismo e de acordo ao MFA, mesmo estando consciente de que Mário Soares não defendia o mesmo tipo de socialismo.
- **Ocultação.** Por último, quando as situações podem ser muito desconfortáveis, pode optar-se pela ocultação, com eventual referência ao que seja legitimador. Aconteceu com a RA que, como vimos, era já um capítulo terminado no Peru e até com algumas reivindicações recentes, muito desconfortáveis para o GRFA. Neste caso, a reforma portuguesa foi a grande ignorada por *La Crónica*, que quase não se lhe referiu, nunca a tratou como ocupação de terras e aproveitou imediatamente para noticiar a decisão do Governo português, quando este considerou as ocupações “reaccionárias”.
- **Oposição positiva.** Este recurso é usado quando o outro-diferente toma medidas que, apesar dessa diferença, são semelhantes às do “eu”, num aparente paradoxo que as torna ainda mais legitimadoras. Encontramos esta utilização pela embaixada do Peru, quando, em janeiro de 1974, informa sobre declarações do ministro português da economia, que são semelhantes à política do



GRFA, apesar de oriundas dum governo com uma orientação completamente distinta. De igual maneira, quando em março de 1974 o embaixador informa dum artigo favorável à revolução peruana publicado em Portugal, não deixa de salientar a importância que tem por ser num país com uma orientação política muito distinta.

- **Oposição negativa.** Neste caso é a diabolização do outro do qual somos diferentes, que serve de legitimação própria. Este tipo de fator não foi utilizado na relação entre o 25 de Abril e a revolução peruana. No entanto, podemos encontra-lo nos trabalhos de outros autores como, por exemplo, quando o Partido Comunista Espanhol realçou as diferenças relativamente ao Português, para se legitimar internamente (VARELA, 2009, pp. 57-58).

Referindo-me agora a temas mais directamente relacionados com este estudo, parece-me que fica em aberto analisar a outra face da mesma moeda, ou seja, a forma como foi encarada a revolução peruana num Portugal que também enfrentava a seu próprio momento revolucionário. Este trabalho já está muito facilitado nos officios enviados pelo embaixador do Peru, que informava Lima quando saía na imprensa alguma notícia sobre o seu país. Desta forma, está encontrada a pequena “agulha” no imenso “palheiro” de toda a imprensa do período 1974-1975, evitando-se um trabalho imenso de pesquisa, que seria muito difícil e demorado. Se este procedimento é uma tendência de todas as embaixadas de todos os países, então podemos ter aqui um método geral muito eficaz para selecção de fontes jornalísticas.

Sem que tenha sistematizado a questão, parece-me intuitivamente válida a formulação da hipótese da esquerda militar portuguesa, à procura de espaço ideológico, ter encontrado no Peru (e no Terceiro Mundo em geral) um paradigma onde encontrar respostas.

Os capitães de abril formaram-se em academias militares, tiveram uma profunda doutrinação nacionalista, combateram em nome do império. Com tudo isto, creio não lhes seria fácil encarar para esse Portugal que lhes ensinaram grandioso, um futuro cinzento e simplesmente na periferia de Moscovo, de Washington ou de Bona. Formulo, então, a hipótese de que o terceiro-mundismo foi a resposta paradoxalmente conservadora que os militares conseguiram encontrar para, de alguma forma, encontrarem uma síntese entre o país da gesta marítima que lhes ensinaram, e a revolução anti-colonialista que eles próprios fizeram. Nesse sentido, foram herdeiros duma tradição nacional e nacionalista que começa a desenvolver-se na reacção republicana ao Ultimato; que está nos versos de “A Portuguesa” de Henrique Lopes de Mendonça; no apelo desesperado de Guerra Junqueiro em *Finis Patriae*; no Jacinto de Tormes e no Gonçalo Ramires de Eça; passa pelos arautos da chamada Filosofia portuguesa, Eduardo Salgueiro, Teixeira Pascoaes, Leonardo Coimbra e chega a um

zénite literário em “Mensagem” de Fernando Pessoa, esse Quinto Império espiritual e mundial que, na pena do poeta, seria a vocação portuguesa.

O regime salazarista transformaria todas estas ideias num drama propagandístico, formando gerações de portugueses num pan-lusitanismo centralista, racista e ditatorial.

O Terceiro-Mundismo, essa ideia dum Portugal ainda grandioso e com um papel próprio na geo-estratégia internacional, de uma nação destinado a ser ponte entre mundos, foi talvez a evolução mental necessária aos oficiais da esquerda militar, para passarem do país que os formou e pelo qual combateram, ao país da revolução que sonharam fazer. Neste aspeto, não será por acaso que a criação de cenários pós-coloniais esteve presente não só na esquerda militar, mas também em Melo Antunes e o Grupo dos Nove e, até, nessa espécie de federalismo ultramarino defendido por Spínola em *Portugal e o Futuro*. São teses que não encontrarão qualquer eco nos partidos civilistas e internacionalizados, cujos líderes se formaram na ou com a Europa, vendo no passado um fator de atraso. Nesse sentido, olhavam para os blocos da guerra fria como as opções de futuro, retomando assim essa mesma angústia do passado que teve Antero de Quental e as suas propostas apresentadas em “Causas da Decadência dos Povos Peninsulares”, que seriam também as que Eça espelha num Padre Amaro, num frívolo Basílio, em Abranhos ou em muitos dos inenarráveis personagens de “Os Maias”.

Durante o período revolucionário, esteve frente a frente o mesmo debate ocorrido em 1915, entre a utopia de Teixeira de Pascoaes, representada agora pelos militares pós-colonialistas, e a fria racionalidade de António Sérgio, expressa nos líderes civis anti-colonialistas, sobretudo Mário Soares e Álvaro Cunhal. Trata-se dum tema que talvez gostasse de propor numa futura aventura académica de maior fôlego.

Passando a outras propostas, esta investigação procurou ser um contributo para o conhecimento do impacto do 25 de Abril no mundo, mas particularmente num país não-alinhado. Conhecemos muito mal como as nações do NOAL receberam e encararam a revolução portuguesa. Creio fazer sentido perceber a reação noutros países do mesmo bloco, nomeadamente nos principais, que foram a Índia, o Egipto e a Indonésia. Trata-se dum trabalho que dificilmente poderá ser feito por historiadores portugueses, devido à barreira linguística, mas uma aproximação seria possível, através dos informes enviados pelas nossas embaixadas nestes países, que certamente espelhavam o que aí se noticiava e dizia.

Já na perspectiva Peruana, parece-me que seria interessante estudar como outras mudanças e revoluções foram tratadas no país. Enquanto ia folheando *La Cronica*, mesmo sem sistematizar, percebi que casos como o da Etiópia, o da Grécia e o estertor do franquismo, entre outros, foram bastante noticiados e utilizados. Um país do NOAL que teve muita influência no ideário do GRFA foi a extinta Jugoslavia, podendo ser interessante aplicar-lhe um método semelhante ao aqui usado.

São hipóteses que ficam em aberto, para outras futuras investigações.

## **BIBLIOGRAFIA**

### **AGUIRRE, Carlos e DRINOT, Paulo (editores)**

2018 *La Revolución Peculiar: Repensando el gobierno militar de Velasco*. Lima: IEP.

### **ALBANESI, Matteo y GORI, Annarita**

2016 Nota del curatori. *Ricerche Storiche* (Anno XVI, N° 1, Jan-Abr), 5-9.

### **DIAZ-ALBERTINI F., Javier**

2010 *Redes Cercanas. El capital social en Lima*. Lima: Fondo Editorial de la Universidad de Lima

### **ALEXANDRE, Valentim**

2017 *Contra o Vento. Portugal, o império e a maré anticolonial (1945-1960)*. Lisboa: Temas e Debates/Círculo de Leitores.

### **AMARAL, Diogo Freitas do**

1996 *O Antigo Regime e a Revolução. Memórias Políticas (1941-1975)*. Venda Nova: Bertrand/NOMEN.

### **ARGUEDAS, Jose Maria**

1973a *Todas las Sangres*. Lima: Peisa (1ª ed. 1964). Tomo I

1973b *Todas las Sangres*. Lima: Peisa (1ª ed. 1964). Tomo II

### **AROCA MEDINA, Javier**

2011 El Dilema de los Pueblos Indígenas Frente a las Industrias Extractivas. *Revista Americana de Derecho y Políticas Ambientales* (Año 1, n° 1), 175-195.

### **ASENSIO, Raul H.**

2017 *El Apóstol de los Andes. El culto de Tupac Amaru en Cusco durante la revolución velasquista (1968-1975)*. Lima: IEP.

### **BARRETO, António**

2017 *Anatomia duma Revolução. A reforma agrária em Portugal 1974-1976*. Lisboa: D. Quixote.

### **BASADRE, Jorge**

2009 *La Multitud, la Ciudad y el Campo en la Historia del Perú*. Lima: Peisa (1ª ed. 1929)

### **BEJAR, Hector**

1976 *La Revolución en la Trampa*. Lima: Ediciones Socialismo y Participación.

### **BOURRICAUD, François**

2017 *Poder y Sociedad en el Perú Contemporáneo*. (3ª Ed. em espanhol). Lima: IEP/ Instituto Francés de Estudios Andinos. (1ª ed. 1967)

**BURGA, Manuel e FLORES GALINDO, Alberto**

1997 Feudalismo Andino y Movimientos Sociales. In: FLORES GALINDO, Alberto. *Obras Completas*. Lima: SUR. Volume V, 167-245.

**CAMPODÓNICO, Humberto**

2015 El Proceso Económico. In: CONTRERAS CARRANZA, Carlos (Dir.) e ZAPATA, Antonio (Coord.) *América Latina en la Historia Contemporánea: Perú, la búsqueda de la democracia – 1960-2010*. (pp. 153-228). Lima: Tauros. Tomo 5.

**CARMAGNANI, Marcello**

2015 *El Otro Occidente. América Latina desde la invasión europea hasta la globalización*. (2ª edição, 1ª reimpressão). México DF: Fideicomiso Historia de las Américas/El Colegio de México.

**CASTANHEIRA, José Pedro.**

2014 Aliados Apanhados de Surpresa. In: *25 de Abril 40 anos*. Lisboa : *Expresso* (2164, 18 de abril), 68-71. Consulta 30.03.2018:  
[https://issuu.com/ucd25/docs/expresso - 25 de abril 40 anos - vo\\_ef69c68e1ddc66](https://issuu.com/ucd25/docs/expresso - 25 de abril 40 anos - vo_ef69c68e1ddc66)

**CASTAÑO, David**

2012 Mário Soares e o Sucesso da Transição Democrática. *Ler História* (62), 9-31.

**CHABROWSKI, Igor Iwo**

2016 Reading the Distant Revolution – The Polish United Workers' Party Interprets the Portuguese Carnation revolution os 25 April 1974. *Ricerche Storiche*, (Anno XVI, 1, Jan-Abr), 31-39.

**CIA**

1985 *A Comparisation of the US and Soviet Economies: Evaluating the performance of the soviet system* (parcialmente desclassificado em 1999). (Consulta: 20.03.2018):  
[https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/DOC\\_0000497165.pdf](https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/DOC_0000497165.pdf)

**CLAYON, Lawrence A.**

2002 *Estados Unidos y el Perú: 1800-1995*. (2ª ed. em castelhano). Lima: Instituto Peruano de Economía Social y de Mercado/Centro Peruano de Estudios Internacionales.

**COTLER, Julio**

1985 Democracia y Integración Nacional en el Perú. In: *El Gobierno Militar: Una experiencia peruana*. (pp. 23-62).Lima: IEP.

**CONTRERAS, Carlos e CUETO, Marcus**

2017 “Historia del Perú Contemporáneo”. (5ª ed. 4ª reimpr.). Lima: Instituto de Estudios Peruanos.

**CHUMACERO CALLE, José António**

2012 “Industrialización en el Perú: 1930-1975”. *Pensamiento Crítico* (Vol.17-2), 9-26.

**DELGADO OLIVERA, Carlos**

1973 *Testimonio de Lucha*. Lima: PEISA.

**ESTUARDO Cornejo, Raul**

1969 *Velasco o el Proceso de una Revolución*. Lima: CEPEID.

**FAULNNER, Neil**

2017 *La Revolución Rusa, Una Historia del Pueblo*. Barcelona: Ediciones de pasado y Presente. (Ed. Original: *A people's History of the Russian Revolution*. London: Pluto Press, 2017)

**FERREIRA. José Medeiros**

2004 O 25 de Abril no Contexto Internacional. *Relações Internacionais*. (2- Junho), 143-158.

**FLORES GALINDO, Alberto**

1988 *Tempo de Plagas*. Lima: Cabalo Rojo Ediciones.

2015 Buscando un Inca: Identidad y Utopía en los Andes. In: Idem, *Obras Completas* (III-I). (2ª reimp.). Lima: Sur. (1ª ed: La Habana: Casa de Américas, 1986)

**FONSECA, Ana Mónica**

2012 O Apoio da Social-Democracia Alemã à Democratização Portuguesa. *Ler História*, (63), 93-107

**GOMES, Marco**

2016 A Revolução de Abril recriada pela imprensa internacional. Personagens, cenários e património ideológico-cultural dos enunciadores: um estudo de caso. *Comunicação Pública*, (vol 11, 20).

**GRANADINO, Alan**

2016 Fertile Soil for Socialism or Communist Threat? The Carnation Revolution through the eyes of the French socialists. *Ricerche Storiche*, (Anno XVI, 1, Jan-Abr), 61-70

**HANHIMAKI, Jussi M.**

2013 “The Rise and Fall of Détente: American foreign policy and the transformations of the cold war”. Virginia: Potomac Books. Consultado em Kindle Amazon.

**HOBSBAWM, Eric (edição e compilação: Leslie Bethel)**

2018 *¡Viva la Revolución! Eric Hobsbawm Sobre América Latina*. Barcelona: Planeta.

**INDE – Instituto Peruano de Investigación y Desarrollo de la Educación**

1974 *El Proceso Peruano*. Lima: INDE.

**IVAN DEGREGORI, Carlos Alberto (compil.)**

2012 *No Hay País Más Diverso*. (2ª ed.). Lima: IEP.

**KAPSOLI, Wilfredo**

1987 *Los Movimientos Campesinos en el Perú*. (3ª ed.). Lima: Ediciones Astuparia,.

**KLARÉN, Peter**

2015 *Nación y Sociedad en la Historia del Perú*. (7ª reimpr.). Lima: IEP (edição original em inglês: Oxford, Oxford University Press, 2000).

**LENINE, V.I.**

1977 Sobre as Tarefas do Proletariado na Presente Revolução. In: *Obras Escolhidas*. (Tomo II) Lisboa: Editorial Avante, 11-16 (edição original: *Pravda*, 7 de abril de 1917)

**LI, Fabiana**

2017 *Desenterrando el Conflicto. Empresas mineras, activistas y expertos en el Perú*. IEP: Lima.

**LOWENTHAL, Abrahan L. (editor)**

1975 *The Peruvian Experiment: Continuity and Change Under Military Rule*. Princetown: Princetown University Press.

**LUST, Jan**

2013 *Lucha Revolucionaria. Perú, 1958-1967*. Barcelona: RBA.

**MackClintock, Cinthia e LOWENTHAL, Abrahan L. (editores)**

1983 *The Peruvian Experience Reconsidered*. Princetown: Princetown University Press.

**MAcHUGO, John.**

2015 *Una Breve Historia de los Árabes*. Madrid: Turner Publicaciones (ed. Original em inglês: Sauti Books, 2013).

**MAZAT, Numa**

2013 *Uma Análise estrutural da Vulnerabilidade Externa Econômica e Geopolítica da Rússia* (Tese de doutoramento). Rio de Janeiro: UFRJ. Disponível em:  
[http://www.ie.ufrj.br/images/pos-graduacao/ppge/tese\\_numa\\_mazat\\_PEPI.pdf](http://www.ie.ufrj.br/images/pos-graduacao/ppge/tese_numa_mazat_PEPI.pdf)

**MARTIN SANCHEZ, Juan**

2002 *La Revolución Peruana: Ideología y Práctica política de un Gobierno Militar 1968-1975*. Sevilla: CSIC/ Universidad de Sevilla/ Diputación de Sevilla.

**MATOS MAR, Jose**

1986 *Desborde Popular y Crisis del Estado. El nuevo ruestro del Perú en la década de 1980*. (3ª ed.). Lima: Instituto de Estudios Peruanos.

**MATOS MAR, José e MEJÍA, José Manuel**

1980 *La Reforma Agraria en el Perú*. Lima: IEP.

**MENDES, Pedro**

2004 A Dimensão Internacional da transição Democrática em Portugal: a influência da Europa. *Revista População e Sociedade*. (11). Disponível em (19-03.2018):  
<http://www.cepese.pt/portal/pt/publicacoes/obras/portal/pt/obras/populacao-e-sociedade/revista-populacao-e-sociedade-no-11>

**MENDEZ, Cecilia**

2009 Militares Populistas. Ejército, etnicidad y ciudadanía en el Perú. In: SANDOVAL, Pablo (editor). *Repensando la Subalternidad. Miradas críticas desde/sobre América Latina*. (pp. 561-598). Lima: IEP/Sephis.

**MENDOZA MICHILOT, María**

2013 *100 años de periodismo en el Perú*. Lima: Universidad de Lima.

**MOON, Richard John**

1994 *The Year of Europe: 1973/1974. A study in Alliance Diplomacy*. Michigan: ProQuest.

**MORALES-BERMUDEZ, Francisco e PRIETO CELI, Frederico**

2018 *Mi Última Palabra*. Lima: Penguin Random House.

**MUÑOZ SANCHEZ, Antonio**

2016 La república de Alemania y la Revolution de los Claveles. *Ricerche Storiche*, (Anno XVI, 1, Jan-Abr), 41-50.

**MURRA, John**

1975 “El Control Vertical de Un Máximo de Pisos Ecológicos en la economía de las sociedades andinas”. In: *Formaciones Económicas y Políticas del Mundo Andino*. (pp.59-116). Lima: IEP.

**NEIRA SAMANEZ, Hugo**

1974 *Huillca: Habla un Campesino Peruano*. Lima: PEISA.

**NALEWJACO, Malgorzata**

1980 La Imagen de la Revolución Peruana en las declaraciones Oficiales del Gobierno Militar. *Estudios latinoamericanos*,(7), 83-102..

**NARVÁEZ VARGAS, Alfredo e DELGADO ELIAS, Bernarda**

2016 Huaca Las Balsas y las Pirámides de Túcume. In: *Lambayeque. Nuevos Horizontes de la Arqueología Peruana*. (pp.213-235). Milão: Ledizioni.

**NOVAIS, Luis**



2019 *Campesinos y Mineros. Minería y Conflictividad Social en el Perú*. Lima: Instituto de Ingenieros de Minas del Perú (em impressão)

**ORREGO PENAGOS, Juan Luis**

2015 El Perú en el Mundo. In: CONTRERAS CARRANZA, Carlos (Dir.) e ZAPATA, Antonio (Coord.). *América Latina en la Historia Contemporánea*. (Tomo 5 – 1960-2010: “Perú, la búsqueda de la democracia”). (pp.97-152). Lima: Taurus.

**PALMER, David Scott**

1973 *The Revolution From Above*. New York: Cornell University.

**PEASE GARCIA, Henry e ROMERO SOMMER, Gonzalo**

2015 *La Política en el Perú del Siglo XX*. (2ª reimpr.). Lima: Fondo Editorial de la Pontificia Universidad Católica del Perú.

**PEREIRA, Victor**

2016 Allez-y voir, Histoire de Vervier Qu'on y Respire Bien la Liberté. Voyages de français dans le Portugal révolutionnaire. *Ricerche Storiche*, (Anno XVI, 1, Jan-Abr), pp. 71-81.

**PHILIPPE, Gorge**

2018 Velasco y los Militares. La política del declive, 1973-1975. In: AGUIRRE, Carlos e DRINOT, Paul (editores). *La Revolución Peculiar. Repensando el Gobierno Militar de Velasco*. (pp.263-279).Lima: IEP.

**PUENTE UCEDA, Luis de la**

1976 *Camino al Socialismo*. Lima.

**QUIJANO OBREGÓN, Anibal**

1971 *Nacionalismo, Neoimperialismo y Militarismo en el Perú*. Buenos Aires. Ediciones Periferia.

**RAIMUNDO, Orlando**

2017 *O Último Salazarista. A outra face de Américo Thomaz*. Lisboa: D.Quixote.

**REZOLA, Maria Inácia**

2012 Um projeto alternativo de esquerda: Melo Antunes, os militares e a transição para a democracia em Portugal. *Ler História*, (63), 33-48l.

**ROSAS, Fernando (compil.)**

2009 *Historia General de los Peruanos*. Arequipa (Peru): Ediciones El Lector

**REMY SIMATOVIC, María Isabel**

2015 Población y Sociedad. In: CONTRERAS CARRANZA, Carlos (dir.) e ZAPATA, Antonio (coord.). *América Latina en la Historia Contemporánea*. (Tomo 5: Perú. *La búsqueda de la democracia 1960-2010*). (pp. 229-289). Lima: Taurus

**SÁ, Tiago Moreira de**

2012 Quando Portugal contou para a América. Os Estados Unidos e a transição democrática portuguesa. *Ler História*, (63), pp. 109-125.

**SALAZAR BONDY, August et al**

1963 *La Encrucijada del Perú*. Montevideo: Arca.

**SANCHEZ CERVELLO, Josep**

2016 El impacto de la Revolución Portuguesa en España. *Ricerche Storiche*, (Anno XVI, 1, Jan-Abr), pp. 51-59.

**SAUVY, Alfred**

1952 *Trois Mondes, Une Planet. L'Observateur*, (118, 14 de Agosto), p.14. Disponível em (consulta 28.9.2018):

<http://www.homme-moderne.org/societe/demo/sauvy/3mondes.html>

**SHADY, Ruth**

2006 *Caral – Supe. La Civilización más Antigua de América*. Lima: Proyecto Especial Arquelógica Caral-Supe/INC.

**SPÍNOLA, António de**

1974 *Portugal e o Futuro*. (3ª ed). s.l.: Arcádia.

**SODARO, Michael J.**

1988 *Soviet Foreign Politic and the two German States: Final Report to National Council for Soviet and East European Research*. Sl: George Washington University.

**TAPIA, Luis**

2011 “Clivajes Sociales y Clivajes Políticos (Bolívia)”. In: CUETO, Marcus y LERNER, Adrián (comp.) *Desarrollo, desigualdades y conflictos sociales. Una perspectiva desde los países Andinos*. (pp. 95-113). Lima: IEP.

**TELLO, María del Pilar**

1983a *Golpe o Revolución? Hablan los militares del 68*. I Volume. Lima: Ediciones SAGSA

1983b *Golpe o Revolución? Hablan los militares del 68*. II Volume. Lima: Ediciones SAGSA

**THOMAS, Hugh**

2016 *Cuba. La lucha por la libertad*. (2ª ed., 1ª reimpr.). Barcelona: Penguin Random House.

**THORNDIKE, Guillermo**

1976 *No mi General*. (2ª ed.). Lima: Mosca Azul Editores

**THORP, Rosemay e PAREDES, Maritza**

2011 *La Etnicidad y la Persistencia de la Desigualdad. El caso peruano*. Lima: IEP.

**THORP, Rosemary e BERTRAM, Geoffrey**

2013 *Perú 1880-1977. Crecimiento y políticas en una economía abierta*. Lima: Universidad del Pacífico (edición electrónica Kindle).

**URIBE, Consuelo**

2011 *Tecnócratas y Egresados de Universidades estadounidenses. El saber económico en la construcción neoliberal en Colombia*. In: CUETO, Marcus e LERNER, Adrián (editores). *Desarrollo, Desigualdades y Conflictos Sociales. Una perspectiva desde los países andinos*. (pp.35-66). Lima:IEP.

**VARELA, Raquel**

2009 *O Impacto da Revolução Portuguesa de 1975-1975 no PSOE Vista Através de El Socialista*". *Ler História*, (57), pp 11-124.

2010 *História Política do partido Comunista Português Durante a revolução dos Cravos (1974-1975)*, (Tese de doutoramento). Lisboa: ISCTE. 2010. Disponível em (consulta 31-03-2017): <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/7112/1/tese-raquel.pdf>

2012 *O Partido Comunista Português e a Esquerda Militar: Contributo para o estudo da crise político militar na Revolução dos Cravos*. *Ler História*, (63), pp. 49-73.

**VELASCO ALVARADO, Juan**

1970 *Velasco: La Voz de la Revolución. Discursos del presidente de la república general de división Juan Velasco Alvarado 1968-1970*. Lima: PEISA.

1972 *Velasco: La Voz de la Revolución. Discursos del presidente de la república general de división Juan Velasco Alvarado 1970-1972*. Lima: SINAMOS.

**WAGNER, Tilo**

2006 *Portugal e a RDA durante a Revolução dos Cravos*. *Relações Internacionais*, (11, Setembro), pp 79-89.

**WESTAD, Odd Arn**

2017 *The Cold War. A world history*. New York: Hachette Book Group.

**WHACHTEL, Nathan**

2017 *Sociedad e Ideología. Ensayos de historia y antropología andinas*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos.

**WILLIAMSON, Edwin**

1992 *The Penguin History of Latin America*. London: Penguin Books.

**WOOLACOTT, John**

1983 A Luta pela Libertação Nacional na Guiné Bissau e a Revolução em Portugal. *Análise Social*, (vol XIX), pp. 1131-1155.

**“Z”**

1974 The Year of Europe?. *Foreign Affairs*, (January). Disponível em (Consulta. 25-03-1966: <https://www.foreignaffairs.com/articles/europe/1974-01-01/year-europe>).

**ZAPATA, Antonio**

2015 La Vida política. In: CONTRERAS CARRANZA, Carlos (Dir.) e ZAPATA, Antonio (Coord.). *América Latina en la Historia Contemporánea*. (Tomo 5 – 1960-2010: “Perú, la búsqueda de la democracia”).(pp. 35-96). Lima: Taurus.

2018 *La Caída de Velasco. Lucha política y crisis del régimen*. Lima: Tauros.

**ZIMMERMANN ZAVALA, Augusto**

1974 *El Plan Inca. Objetivo: Revolución Peruana*. Lima: Empresa editora del Diáριο El peruano